

ISSN: 1519-8782

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA
Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Universidade Veiga de Almeida
Rio de Janeiro, 24 a 28 de agosto de 2015



CADERNOS DO CNLF, Vol. XIX, Nº 01
ANÁLISE DO DISCURSO,
LINGUÍSTICA TEXTUAL E PRAGMÁTICA



RIO DE JANEIRO, 2015

**UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA
RIO DE JANEIRO – RJ**

REITOR

Arlindo Viana

DIRETOR ACADÊMICO

Eduardo Maluf

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Katia Cristina Montenegro Passos

**PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO,
PESQUISA E EXTENSÃO**

Maria Beatriz Balena Duarte

DIRETOR DO CAMPUS TIJUCA

José Luiz Meletti de Oliveira

COORDENADORA DO CURSO DE LETRAS

Flávia Maria Farias da Cunha

COORDENADORA LOCAL DO XIX CNLF

Anne Caroline Morais Santos

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Boulevard 28 de Setembro, 397/603 – Vila Isabel – 20.551-185 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – <http://www.filologia.org.br>

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETOR

José Mário Botelho

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Regina Céli Alves da Silva

SEGUNDA SECRETÁRIA

Eliana da Cunha Lopes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Anne Caroline de Moraes Santos

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Naira de Almeida Velozo

DIRETORA CULTURAL

Adriano de Souza Dias

VICE-DIRETOR CULTURAL

Agatha Nascimento dos Santos Dias

DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

José Enildo Elias Bezerra

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Dayhane Alves Escobar Ribeiro Paes

DIRETORA FINANCEIRA

Marilene Meira da Costa

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Maria Lúcia Mexias-Simon

**XIX CONGRESSO NACIONAL
DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**
de 24 a 28 de agosto de 2015

COORDENAÇÃO GERAL

José Pereira da Silva
José Mario Botelho
Adriano de Souza Dias
Agatha Nascimento dos Santos Dias

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

Anne Caroline de Morais Santos
Eliana da Cunha Lopes
Regina Céli Alves da Silva
Maria Lúcia Mexias-Simon
Marilene Meira da Costa
Naira de Almeida Velozo

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

Anne Caroline de Morais Santos
Eliana da Cunha Lopes

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

Marilene Meira da Costa
José Mario Botelho

COORDENAÇÃO LOCAL

Anne Caroline de Morais Santos

SECRETARIA GERAL

Silvia Avelar Silva

APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe, nesta primeira edição, este número 01 do volume XIX dos *Cadernos do CNLF*, com 18 (dezoito) trabalhos na primeira edição, realizada no mês de agosto (com 251 páginas), e com 38 (trinta e oito) trabalhos nesta segunda edição (com 475 páginas), sobre os temas “Análise do Discurso, Linguística Textual e Pragmática”, que foram apresentados no XIX Congresso Nacional de Linguística e Filologia de 24 a 28 de agosto deste ano de 2015.

Nesta edição, foram publicados os trabalhos dos sessenta e cinco congressistas seguintes: Adriana Leal de Andrade, Ana Cristina de Araújo Negrão, Ana Júlia Tavares Staudt, Andressa Teixeira Pedrosa Zanon, Anna Paula Lemos, Bruno Gomes Pereira, Carmelita Minelio da Silva Amorim, Cristiana Barcelos da Silva, Daniele Ribeiro Fortuna, Dostoi-evski Mariatt de Oliveira Champangnatte, Eliana Crispim França Luquetti, Eliana Sambo Machado, Gerson Tavares do Carmo, Geucineia de Souza Pencinato, Gilberto Nazareno Telles Sobral, Guilherme Brambila Manso, Hélia Coelho Mello Cunha, Idemburgo Pereira Frazão Félix, Ileana Celeste Fernández Franzoso, Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima, Janete Araci do Espírito Santo, Jessielle Campos Miranda Jacó, Joaquim Humberto de Oliveira, Kamila Teixeira Crisóstomo, Kassandra da Silva Muniz, Laís Teixeira Lima, Leila Alves Vargas, Lenilson Joaquim Pereira, Leonardo de Almeida e Silva, Letícia Castro Miranda, Lidiane Nunes de Castro, Liliane Silva de Aquino, Lizandra Resende Nascimento, Luciano Novaes Vidon, Márcia Suany Dias Cavalcante, Márcio Luiz Corrêa Vilaça, Maria Carolina da Silva Araújo, Maria da Penha Pereira Lins, Maria Yvone Lima da Silva, Marina Rosa Ana Augusto, Marizete Pinheiro de Oliveira, Milena Costa Pinto, Milene Vargas da Silva Batista, Moacir dos Santos da Silva, Monique Teixeira Crisóstomo, Naiara de Paiva Vieira, Patrícia Luísa Nogueira Rangel, Paulo de Tarso Galembeck, Priscila Guimarães Pinto, Renata Martins de Oliveira, Rivaldo Capistrano de Souza Junior, Ronaldo Vinagre Franjotti, Rosani Muniz Marlow, Sérgio Arruda de Moura, Sérgio Arruda de Moura, Silvio Nunes da Silva Júnior, Simone Cristina Mendonça, Taís Turaça Arantes, Thiago Eugênio Loredó Betta, Thiago Soares de Oliveira, Verônica Ávila de Freitas Siqueira, Victor Guedes, Wagner Alexandre dos Santos Costa, Waldvogel Gregorio da Silva e Waleska Cardoso Lyrio.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Dando continuidade ao trabalho de 2014, estamos editando, simultaneamente, o livro de *Minicursos e Oficinas*, o livro de *Resumos* e o livro de *Programação* em três suportes, para conforto dos congressistas: em suporte virtual, na página do Congresso; em suporte digital, no *Almanaque CiFEFiL 2015* (DVD) e em suporte impresso, nos três primeiros números do volume XVIII dos *Cadernos do CNLF*.

Aproveitamos a oportunidade para lhe pedir que nos envie, por e-mail, as críticas e sugestões para que possamos melhorar a qualidade de nossos eventos e de nossas publicações, principalmente naqueles pontos em que alguma coisa lhe parece ter viável melhoria.

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e sua Diretoria lhe desejam uma boa programação durante esta rica semana de convívio acadêmico.

Rio de Janeiro, dezembro de 2015.



José Pereira da Silva

SUMÁRIO

0. **Apresentação** 05
José Pereira da Silva
1. **A análise do discurso na apreciação de personagens femininas da literatura brasileira: lívia e sua transgressão com o trabalho** 12
Andressa Teixeira Pedrosa Zanon, Laís Teixeira Lima, Monique Teixeira Crisóstomo e Eliana Crispim França Luquetti
2. **A (des)construção da polidez nas tiras cômicas da Marly de Milson Henriques** 22
Priscila Guimarães Pinto, Maria da Penha Pereira Lins e Rivaldo Capistrano de Souza Junior
3. **A elaboração de face no discurso publicitário: diferenças de gênero** 38
Leonardo de Almeida e Silva e Wagner Alexandre dos Santos Costa
4. **A identidade da pessoa com deficiência na sociedade pós-moderna: um estudo a luz do livro o filho eterno** 49
Lenilson Joaquim Pereira
5. **A linguística textual e os seus procedimentos de análise: uma abordagem funcionalista nos estudos do texto falado e escrito**..... 60
Silvio Nunes da Silva Júnior e Maria Yvone Lima da Silva
6. **A mulher na sociedade de consumo e na publicidade brasileira** . 72
Waldvogel Gregorio da Silva, Daniele Ribeiro Fortuna, Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima e Márcio Luiz Corrêa Vilaça
7. **A performatividade no congado: “canções” e identidades resistentes**..... 84
Victor Guedes e Kassandra da Silva Muniz
8. **A retórica sem ferrugem da Bombril** 96
Hélia Coelho Mello Cunha

- 9. A trajetória da linguística textual..... 121**
Paulo de Tarso Galembeck
- 10. A violação das máximas conversacionais nos programas de *Talk Show*: uma análise humorística nas entrevistas do programa *The Noite* 139**
Letícia Castro Miranda e Maria da Penha Pereira Lins
- 11. Análise do discurso do filme *dogville* (2003): aproximações e distanciamentos do movimento *dogma* 150**
Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champangnatte e Lidiane Nunes de Castro
- 12. Análise do discurso: a não isenção do narrador em notícia de jornais..... 164**
Janete Araci do Espírito Santo, Geucineia de Souza Pencinato, Verônica Ávila de Freitas Siqueira e Sérgio Arruda de Moura
- 13. Anúncios publicitários e semiótica: uma proposta de leitura do texto sincrético 175**
Márcia Suany Dias Cavalcante
- 14. As representações do feminino no imaginário coletivo em uma mãe em apuros 187**
Milena Costa Pinto
- 15. Atos de fala performáticos e a produção de identidades fragmentadas 196**
Naiara de Paiva Vieira
- 16. Breves análises discursivas na EJA: o uso do elemento “ah” 209**
Cristiana Barcelos da Silva e Gerson Tavares do Carmo
- 17. Conhecendo a linguística sistêmico-funcional 224**
Bruno Gomes Pereira
- 18. Discurso astrológico: um gesto de interpretação no horóscopo da revista *Capricho* 235**
Ana Júlia Tavares Staudt

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

19. **“Enquanto vocês dormem”:** a madrugada paratópica de Clarice Lispector 247
Thiago Eugênio Loredó Betta e Sérgio Arruda de Moura
20. **Entre o autoral e a escrita coletiva:** a inscrição de identidades sociais nos discursos performáticos da pichação 253
Maria Carolina da Silva Araújo e Kassandra da Silva Muniz
21. **Figurações da cidade de Duque de Caxias no cinema brasileiro** 266
Anna Paula Lemos e Joaquim Humberto de Oliveira
22. **Fumetti com filosofia:** uma leitura de Dylan Dog à luz de Nietzsche e Schopenhauer 273
Ronaldo Vinagre Franjotti e Taís Turaça Arantes
23. **Gêneros textuais:** um recurso facilitador no ensino de química 282
Kamila Teixeira Crisóstomo e Leila Alves Vargas
24. **Identidades performativas de gênero e de raça:** para além da reprodução das identidades estáveis e dos saberes hegemônicos 289
Eliana Sambo Machado e Kassandra da Silva Muniz
25. **Jacob Mey e a teoria das vozes sociais:** um olhar sociopragmático 308
Bruno Gomes Pereira
26. **Manchete:** o sujeito na passiva analítica 315
Lizandra Resende Nascimento e Carmelita Minelío da Silva Amorim
27. **Martinho da Vila:** um griot na pós-modernidade 329
Patrícia Luísa Nogueira Rangel e Idemburgo Pereira Frazão Félix
28. **Memórias discursivas circulando em redes** 340
Adriana Leal de Andrade e Gilberto Nazareno Telles Sobral

- 29. Na trilha dos operadores argumentativos. Um estudo sobre os operadores argumentativos e o processo de gramaticalização354**
Ileana Celeste Fernández Franzoso, Milene Vargas da Silva Batista e Moacir dos Santos da Silva
- 30. Novíssima gramática da língua portuguesa: uma análise socio-discursiva 368**
Thiago Soares de Oliveira
- 31. O artigo de opinião na prática escolar: subjetividade, ensino e responsividade 383**
Guilherme Brambila Manso e Luciano Novaes Vidon
- 32. O ensino do gênero textual na abordagem sociointeracionista a partir da reescrita do gênero conto na 4ª etapa da EJA 394**
Ana Cristina de Araújo Negrão e Simone Cristina Mendonça
- 34. O sujeito e a concordância: gêneros textuais 423**
Waleska Cardoso Lyrío e Carmelita Minelio da Silva Amorim
- 35. Os princípios da cooperação nos “bastidores” da política no jornalismo 429**
Maria da Penha Pereira Lins e Rosani Muniz Marlow
- 36. Práticas de discursos anti-homofóbicos: uma análise das formações ideológicas e discursivas presentes na campanha contra a homofobia 444**
Liliane Silva de Aquino e Gilberto Nazareno Telles Sobral
- 37. Sintagmas preposicionados locativos: dificuldades em portadores de síndrome de Williams 458**
Renata Martins de Oliveira e Marina Rosa Ana Augusto

- 38. Sujeito indeterminado e vps: classificados e placas de rua ... 466**
Jessielle Campos Miranda Jacó e Carmelita Minelio da Silva Amorim

**A ANÁLISE DO DISCURSO
NA APRECIÇÃO DE PERSONAGENS FEMININAS
DA LITERATURA BRASILEIRA:
LÍVIA E SUA TRANSGRESSÃO COM O TRABALHO**

Andressa Teixeira Pedrosa Zanon (UENF)

andressa.pedrosa@gmail.com

Lais Teixeira Lima (UENF)

laisbj@gmail.com

Monique Teixeira Crisóstomo (UENF)

monikebj@gmail.com

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)

RESUMO

De acordo com as teorias da análise do discurso, nenhum texto, falado ou escrito, é neutro. Cada enunciação é dotada de sentidos diretos, percebidos facilmente em um primeiro contato ou, ainda, de inferências entrelinhas, que precisam de uma análise mais profunda, uma comparação com o contexto de produção para serem apreendidos. Diante disso, o objetivo principal desse trabalho é analisar, sob a perspectiva da análise do discurso, a personagem feminina Lívia, do romance *Mar Morto*. Utilizamos Orlandi (2001) e Maingueneau (2010) como referências teóricas para nossa análise e buscamos entender como se apresenta o *ethos* da personagem nos diferentes momentos da narrativa e também de que maneira o *ethos* do autor pode ter influenciado essa produção. Investigamos o interdiscurso e os fiadores do discurso no texto e também a Heterogeneidade que está presente no texto. Depois de apresentada a figura de Lívia, seu *ethos* vai sendo lapidado ao longo de toda a narrativa, pois é uma mulher repleta de inquietações e transgressões, que proporcionam seu destaque no rol de personagens femininas da literatura. Nessa construção, o autor desafia o interdiscurso social vigente e propõe uma nova ordem. A força que essa personagem carrega, a intensidade de seus sentimentos para conseguir romper com os padrões sociais cristalizados são motivos mais que justos para mergulharmos em suas profundezas.

Palavras-chave: Análise do discurso. Ethos. Personagens femininas.

1. A análise do discurso e a construção de enunciados

A análise do discurso teve sua origem na França, em 1960. Esse novo campo de investigação busca compreender os processos e as condições de produção da linguagem. Para Maingueneau (2004, p. 15), o discurso é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

De acordo com as teorias da análise do discurso, nenhum texto, falado ou escrito, é neutro. Cada enunciação é dotada de sentidos diretos, percebidos facilmente em um primeiro contato ou, ainda, de inferências entrelinhas, que precisam de uma análise mais profunda, uma comparação com o contexto de produção para serem apreendidos. De acordo com Maingueneau (2010, p. 65):

Toda análise do discurso implica uma perda de controle por parte dos sujeitos, ela coloca em questão a própria categoria de sujeito, que se encontra dispersa numa pluralidade de práticas discursivas reguladas e dominadas por um interdiscurso.

Cada indivíduo fala com a finalidade de mostrar sua capacidade de significar e significar-se, portanto, o discurso é uma ação do sujeito sobre o mundo. Orlandi (2001) afirma que

o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia. (ORLANDI, 2001, p. 19-20)

Quando lemos qualquer enunciado, precisamos estar atentos ao fato de que ele nos levará do texto ao contexto daquela produção. Cada leitor, ao entrar em contato com uma produção participa da interpretação da mesma, uma vez que entram em cena seu conhecimento de mundo, seus valores, suas ideologias e tudo que ele conhece de vida e sociedade. A bagagem do leitor é posta de frente com a proposta do enunciador, que também é dotado de posicionamentos e ideologias. A análise do discurso busca encontrar pontos de contato entre esses dois participantes do processo comunicativo e algumas das estratégias de leitura usadas pelo interlocutor enquanto construtor de sentidos são: pressuposição, inferência, verificação, entre outras.

Dessa forma, Fairclough (2001) corrobora que

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

Os textos, falados ou escritos, ao serem veiculados, passam a pertencer ao público, que o recebe, decodifica, ressignifica, faz inferências e tenta preencher as lacunas significativas que sua percepção permitiu encontrar. Dessa forma, o produto final da interação depende diretamente da atitude do leitor diante do texto. Por esse motivo, um texto, ao ser fa-

lado ou escrito, deve sempre levar em consideração o público a que se destina, para que os efeitos gerados sobre os mesmos sejam mais bem definidos e programados.

A seguir, analisaremos, sob a perspectiva da análise do discurso, algumas personagens femininas. Buscaremos entender como se apresenta o *ethos* das personagens nos diferentes momentos da narrativa e também de que maneira o *ethos* da própria autora pode ter influenciado essa produção. Investigaremos o interdiscurso e os fiadores do discurso no texto e também a heterogeneidade estão presentes nos textos.

2. Livia: A transgressão através do trabalho

Mar Morto é uma das obras que estreita o relacionamento de Jorge Amado com o povo baiano, com os homens do cais do porto de Salvador e todas as suas histórias em particular. Foi justamente a relação pré-existente com esse povo que construiu no autor a habilidade de conhecer, observar e, posteriormente, retratar aquela vida simples que os pescadores levavam. A obra evidencia muito bem o contato dos marinheiros com o mar, a importância que a ele atribuíam e o respeito que por ele vergavam.

Além do lirismo da narrativa dessas vidas tão simples, *Mar Morto* apresenta outras características que merecem observação minuciosa. Foi uma obra escrita em 1936, quando o autor estava diretamente ligado às questões políticas que assolavam o país. Era filiado ao Partido Comunista e sofria inúmeras perseguições por causa disso. Por isso, em *Mar Morto* é possível perceber as aspirações políticas do autor refletidas no comportamento de Livia, personagem principal que, com a morte do marido, marinheiro do cais de Salvador, não se submete ao destino da prostituição, reservado às mulheres que passaram por situação semelhante.

O *ethos* inovador do autor inventou e montou uma mulher que seria capaz de traduzir essas possibilidades de transformações e transgressões, o que culminava, na prática, nos princípios que norteavam a vida do escritor.

A obra em estudo se constitui de depoimentos líricos com a predominância do elemento sentimental. É a narrativa de uma história simples, de um povo miserável, mas com tanta carga lírica e com demasiado apelo poético nas imagens que consegue encantar a quase todos que a ela têm acesso.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

De certa maneira, é possível entender que *Mar Morto* é um poema escrito em prosa, em função das características diversas que nele se alternam. Há imagens poéticas, cercadas por lendas, feitos heroicos dos marinheiros baianos, que fazem com que ele se torne um complexo de gêneros que de alguma forma se misturam com o possível fim de fomentar nos leitores as mais diversas sensações.

Podemos dizer que *Mar Morto* é a epopeia poética dos saveiros da Bahia, que em frágeis embarcações à vela se entregam aos ofícios da pesca; é a epopeia de suas aventuras amorosas e seu mar, em cujas profundezas reina Iemanjá, uma figura da lenda popular que sequestra os naufragos para terras longínquas e misteriosas.

Mar Morto conta a história dos saveiros do cais do porto, a história de um povo de vida miserável, mas que nem por isso, deixa de ter seu brilho e sua importância no cenário da literatura. A narrativa apresenta o diálogo entre as vozes de Guma, Lívia e do próprio mar. No entanto, nossa ênfase é sobre a figura feminina; interessa-nos, portanto, Lívia: Sua angústia, suas tristezas e sua metamorfose em máquina de esperar.

Está-se habituado a separar os papéis sociais, o que não acontece nessa figura, demonstrando uma capacidade de Jorge Amado de brincar e inovar com suas criações, mesmo que para tal tenha de romper posturas pré-estabelecidas, com os interdiscursos vigentes da sociedade masculina. Jorge nos mostra não as mulheres esperadas, mas *ethos* que refletem a imagem dos próprios arquétipos (fortes) femininos.

Lívia apareceu na vida de Guma e com apenas um olhar o arrebatou, era dia de festa de Janaína e o marítimo não pode conter-se diante de tanta beleza. Foi ali, naquele momento, que suas vidas tão diferentes uniram-se para sempre. É preciso destacar a forma intensa e bela com que Jorge Amado conseguiu descrever esse sentimento único.

[...] Guma não tira os olhos da assistência. Sem dúvida aquela é a mulher que Iemanjá lhe mandou. Tem os cabelos escorridos, parecendo molhados, os olhos claros de água, os lábios vermelhos. Ela é quase tão bela quanto a própria Janaína e é moça, muito moça, pois os seios mal surgem no vestido de chita encarnada. A dança domina a sala, Iemanjá dança mais que todas, só ela não dança apenas olha Guma de quando em vez [...] Iemanjá mandou a sua mulher, aquela que ele lhe pediu ainda menino, no dia que sua mãe apareceu. E ele não duvida um instante que a possuirá, que ela dormirá em seu saveiro será sua companheira nas viagens [...]. (AMADO, s/d, p. 75)

Como vimos, a passagem acima é bastante definitiva para os protagonistas ao mesmo tempo em que é envolvida pelo lirismo característico

co dessa obra. O trabalho com as palavras e o jogo de imagens é capaz de nos envolver e com isso nos inserir no mundo da narrativa. Outro aspecto importante do trecho supracitado é a exaltação de Lívia, no momento em que ela é comparada à divindade perfeita de Iemanjá, sendo, portanto, quase tão perfeita quanto a deusa dos mares. Aqui, vemos a imagem da rainha do mar, típica da crença baiana, como fiadora da personalidade marcante e poderosa de nossa protagonista.

Depois de apresentada, a figura de Lívia, seu *ethos*, vai sendo lapidado ao longo de toda a narrativa, pois é uma mulher repleta de inquietações e transgressões, que proporcionam seu destaque no rol de personagens femininas da literatura. A primeira grande transgressão que podemos observar no comportamento de Lívia seria a sua fuga com Guma, sob o manto da noite. Os tios da moça não abençoavam o casamento. Diante da impossibilidade de unirem-se formalmente, o casal forja uma maneira de aceitação do matrimônio. Nessa noite decisiva, eles amaram-se pela primeira vez. Nessa construção, o autor desafia o interdiscurso social vigente e propõe uma nova ordem.

A força que essa personagem carrega, a intensidade de seus sentimentos para conseguir romper com os padrões sociais cristalizados são motivos mais que justos para mergulharmos em suas profundezas; ela ousou desobedecer aos tios; entregou-se a um homem antes do casamento; e, o mais duro para ela, atirou-se de corpo e alma em um mundo diferente, um mundo que não era o seu, um mundo sob o total domínio de Iemanjá.

Tudo que ela fez demonstra uma coragem imensa e, mais que isso, são atitudes de quem realmente sabe o que quer e não se deixa conformar com os padrões de comportamento pré-estabelecidos, com discursos e comportamentos fiados por uma ordem única. Uma jovem bela e atraente como Lívia poderia buscar um casamento que lhe dessa estabilidade, um homem da terra, semelhante a ela. Em vez disso, Lívia entregase a um navegante que a desvia de um porto seguro e a deixa à mercê da vontade de Janaína. É exatamente essa insegurança e uma boa dose de incertezas que conduzirão a vida de Lívia a partir de seu casamento com Guma. Um casamento de corpo e alma que a embalará nesse ir e vir de ondas.

O desassossego de Lívia iniciou-se na noite do seu casamento. Sua marcha nupcial fora a canção que resumia a vida do cais

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

A noite que ele não veio
foi de tristeza para mim
Ele ficou nas ondas ele se foi a afogar (AMADO, s/d, p. 129).

No turbilhão dessas angústias, Lívia pensa na vida, mas não consegue afastar o fantasma da morte, vê que se colocou em um mundo que não é o seu, e que não pode suportar o destino a ela reservado. O fato de Lívia não ser do cais a faz ter um pensamento bastante diferente de Guma, como percebemos nas aspirações dos nubentes na noite de núpcias:

A madrugada rompe e Lívia jura que seu filho não será marítimo; [...] o filho de Lívia não será do mar. Será um homem da terra e terá vida calma, sua mulher não sofrerá o que Lívia está sofrendo. Não irá a se afogar nas ondas verdes. [...] A madrugada rompe e Guma pensa que seu filho será um marinheiro que dominará um saveiro melhor que mestre Manuel [...] O mar é doce amigo, ele irá no mar. (AMADO, s/d, p. 131)

Diante do desespero da morte do amado, Lívia decide ali, naquela noite, que acompanharia o marido em todas as viagens e, dessa forma, os dois iriam juntos morrer no mar. Ela chega a viajar com Guma, mas ele teme velejar com sua esposa a bordo, pois lugar de mulher lamuriosa é em casa, fazendo jus ao interdiscurso patriarcal que regia a vida dos marítimos do cais. Nesse momento, a angústia da espera começa a maltratar o coração da protagonista.

A vida de Lívia, a partir dessa decisão de Guma, passa a ser uma alternância de alegria incontrolável e tristeza angustiante. Esse paradoxo foi instaurado e sua solução dependia unicamente da presença do marido. Horas a fio Lívia passava na beira do mar, parada, olhos fixos nas ondas, coração disparado embalado pela canção que diz “é doce morrer no mar”. Era seu cotidiano, o cotidiano da angústia, da espera, do sofrimento de pensar na morte do marido.

Lívia era uma das únicas mulheres que demonstravam essa preocupação, era uma das únicas que não se conformava com as incertezas que regiam a vida do cais, era uma das únicas que esperava, que chorava e que se emocionava com a chegada de seu homem, as outras haviam cansado de esperar. As demais mulheres do cais já haviam se conformado com o interdiscurso masculino, que insistia em ditar o que elas deveriam fazer. Em quase toda a narrativa, é a espera de Lívia que nos chama a atenção. Essa espera pode ser comparada à de Penélope da *Odisseia*. (HOMERO, 2005)

Na epopeia, Odisseu, marido de Penélope, vai para a guerra e fica por lá por longos anos. Como acreditavam que Odisseu estava morto,

muitos homens pediam a mão de Penélope em casamento. Para impedir de se unir a alguém em matrimônio, a protagonista informou que só se casaria quando terminasse de fazer uma grande colcha. Temendo o fim do trabalho, Penélope tecia a colcha durante o dia e a desmanchava durante a noite, adiando a feitura da peça e, conseqüentemente, o suposto matrimônio. Agindo dessa forma, Penélope dissimula a situação até a volta de seu marido, que ela sentia estar vivo. Como vemos, muitas mulheres ficcionais conseguem dar corpo à necessidade urgente de alteração de paradigmas e interdiscursos.

O que diferencia um pouco a experiência das duas protagonistas é que Penélope esperou longos anos, mas foi uma única espera, enquanto Lívia pôde sentir o sabor amargo dessa angústia não uma, mas todas as vezes que Guma saía para o mar.

A espera, de certa forma, é uma característica bastante comum ao *ethos* feminino. Mulheres esperam que algo aconteça constantemente e com Lívia não é diferente. Em meio aos seus constantes desassossegos, ela esperava que o marido um dia abandonasse o mar e fosse viver na cidade, como um homem seguro, como um homem da terra, o que não vem a se realizar.

Como Guma nutria um grande amor por sua esposa, seria capaz de deixar sua vida do mar para acabar com as angústias que tanto afligiam o coração de Lívia, mas não teve tempo para mudar de sina. A fim de realizar o intento de sair do mar para agradar à esposa, o protagonista começa a trabalhar com contrabando, que poderia lhe render um dinheiro maior e, assim, mais rapidamente ele poderia ir para a cidade e acalantar o coração agitado da amada.

Essa decisão de Guma seria até certo ponto tranquila não fosse a interferência de fenômenos maiores. O grande problema dessa atitude é que o protagonista sempre fora marítimo, sempre fora filho/esposo de Jannaína e essa divindade jamais permitiria sua partida sem volta. Por isso, quando o saveiro já estava quase pronto para deixar o cais, a Deusa dos cinco nomes desencadeou sua fúria de esposa ciumenta e o levou a afogar-se em suas águas profundas para todo o sempre, “o levou para as viagens misteriosas das terras misteriosas de Aiocá, para onde vão os valentes, os mais valentes do cais”. (AMADO, [s/d.], p. 210)

Nesse momento, a rainha do mar o possuiu como filho e esposo e, o mais importante, o impediu de desligar-se do mar, que sempre fora sua vida. É possível inferir que, com a morte, Guma e o mar fundem-se de

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

maneira metafórica e paradoxal; o mar morre junto com o protagonista e, ao mesmo tempo, torna-se ainda mais vivo por conter esse valente marítimo.

De certa maneira, podemos acreditar que Lívia, mesmo inconscientemente, acaba deixando que o marido se vá, pois ela sempre ficava angustiada com a saída do marido e, por ironia, o dia da morte do amado foi o único em que ela se sentiu segura e sem medo, como observamos na passagem seguinte: “Pela primeira vez Guma ia pegar um temporal na passagem do contrabando. Mas viu que Lívia não estava preocupada (ela andava calma, tudo estava tão próximo de acabar) e saiu satisfeito”. (AMADO, s/d, p. 207)

Com a morte do marido, a protagonista, que tinha um *ethos* pertencente à terra, tinha em suas mãos a oportunidade de se desligar completamente do mar, que sempre fora o seu martírio. Estava sob a sua decisão vender o saveiro do amado, mudar-se para a cidade e fazer de seu filho um homem livre do domínio de Iemanjá. Apesar disso, ela não consegue abandonar o cais, muito pelo contrário, passa a velejar o “paquete voador” e com muita garra dá continuidade ao trabalho da vida do seu esposo.

Simbolicamente, podemos dizer que o mar é um elemento masculino, já que agora contém Guma, enquanto a terra é o elemento feminino representado por Lívia. Então, se Lívia quisesse, pois, estar junto ao marido, deveria estar o mais próximo possível do mar, como no trecho seguinte:

Lívia inclina o rosto. O vento que passa levanta seus cabelos. Misturou suas lágrimas com o mar, é irremediavelmente dele porque nele está Guma. Para se sentir novamente com Guma terá que vir ao mar. Ali o encontrará sempre para as noites de amor [...] Em cima do saveiro recordará outras noites, suas lágrimas serão sem desespero. (AMADO, [s/d], p. 220-221)

Nossa protagonista é um exemplo do *ethos* de mulher forte, que sabe o que quer. Ela não se deixou levar pelo destino comum das mulheres da vila, regido pelos fiadores do discurso patriarcal, que, quando perdiam seus maridos, tinham apenas a prostituição como fonte de sustento. Lívia não podia vender seu corpo nem o “paquete voador”, pois os dois pertenciam a Guma. Por isso, subiu no barco junto com Rosa Palmeirão e foi a cortar as águas para encontrar-se com seu amor e retirar do seu antigo inimigo o sustento que sua família necessitava.

De certa forma, o espírito transgressor de Lívía é capaz de refletir a postura política do autor, que fiavam a sua produção nessa fase de vida, e a possibilidade de mudança onde menos se esperava.

Pela capacidade de dar vida a esse milagre, Lívía acaba sendo comparada com a imagem adorada de Iemanjá e, de certa forma, acaba fundindo-se com esse arquétipo divino. No momento final da narrativa Lívía mostra-se como o verdadeiro e possível milagre que necessitava ocorrer na vila de marítimos e também se mostra divina por ser a mensageira da boa nova para as mulheres do cais, de uma nova possibilidade de interdiscurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. *Mar morto*. Rio de Janeiro: Record, [s/d.].

AMORA, Antônio Soares. *Introdução à teoria da literatura*. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *Revue de Linguistique*, DRLAV, p. 91-151, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. de trad.: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

HOMERO. *Odisseia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

KLEIMAN, Angela. *Oficina de leitura: teoria e prática*. 15. ed. Campinas: Pontes, 2013.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola*. São Paulo: Globo, 1982.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad.: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

_____. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso literário: Campo discursivo e posicionamento na interlíngua. *Anais do VII Congresso Internacional da Abralin*, Curitiba, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2001.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996a.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Unicamp, 1996b.

_____. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1996c.

_____. *Leitura: teoria e prática*. São Paulo: Mercado Aberto; ALB, 1983.

**A (DES)CONSTRUÇÃO DA POLIDEZ NAS TIRAS CÔMICAS
DA MARLY, DE MILSON HENRIQUES**

Priscila Guimarães Pinto (UFES)

priscila_gp7@hotmail.com

Maria da Penha Pereira Lins (UFES)

mpenhalins@gmail.com

Rivaldo Capistrano de Souza Junior (UFES)

r.capistrano@uol.com.br

RESUMO

O presente estudo tem por intuito apresentar uma análise qualitativa quanto ao processo de construção de face e das estratégias de polidez em tiras cômicas da personagem Marly. Considerando que os recursos imagéticos presentes nas tiras contribuem para que esse processo seja compreendido, será observado como a imbricação dos elementos verbais e não verbais se configuram nesse gênero textual de modo a construir ou desconstruir a face dos personagens com vistas ao humor. Para tanto, utilizou-se, como escopo teórico, os apontamentos de Ramos (2009, 2012) e Cagnin (1975), acerca do gênero textual em questão; do teórico Goffman (1981), com relação à construção de face; de Brown e Levinson (1987) e Leech (2005), a respeito da polidez, entre outros autores. Dessa maneira, o *corpus* que compõe esse estudo corresponde a três tiras cômicas da Marly, do cartunista Milson Henriques, selecionadas no jornal *A Gazeta*, no primeiro semestre de 2015. Assim, a partir desse estudo constatou-se que as estratégias de formulação do humor advêm das situações em que a personagem se encontra fora de face, ou seja, sua imagem social pretendida é desconstruída pela não utilização dos recursos de polidez. Além disso, foi evidenciada a importância de considerar não só os elementos verbais, mas também os icônicos presentes nas tiras, passíveis de serem analisados pragmaticamente.

Palavras-chave: Polidez. Cartun. História em quadrinhos. Construção da face.

1. Considerações iniciais

O trabalho em questão leva em consideração o fato de os gêneros textuais serem mediadores das ações humanas e, por conseguinte, multimodais, tendo em vista que essas ações se fundamentam em diversas linguagens (DIONÍSIO, 2005). Assim, compreende-se que, para se interpretar um texto, tanto o conteúdo, quanto a forma de estruturação deve ser igualmente relevante. Logo, os recursos imagéticos presentes nos textos são passíveis de serem analisados à luz da linguística textual, assim como os aspectos verbais. Então, para essa discussão, será estudada a abordagem da teoria da polidez, analisando os recursos icônicos e verbais, des-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

tacando tal pertinência na construção do humor e na quebra de expectativa, nesse gênero textual.

Considera-se, nessa pesquisa, que apenas o conhecimento do sistema da língua não é suficiente para discernir determinados fatos linguísticos empregados em uma situação concreta de fala. Logo, torna-se necessário o estudo, também, do uso da linguagem (FIORIN, 2003). Dessa forma, a pragmática tem como foco de estudo os atos linguísticos, porém, não isolados dos contextos de interação em que são executados. Assim, as análises desse campo linguístico atuam na área da competência do falante, isto é, pretendem explicar como ele compreende mais do que as expressões literais significam, além de, por exemplo, refletir sobre o motivo de um sujeito optar por utilizar uma determinada expressão de forma indireta, ao invés de dizer diretamente.

Com isso, é importante afirmar que

A noção central de toda Pragmática é a de estratégia. A gramática profunda da pragmática não é a gramática profunda da linguística, porque em pragmática são pertinentes estratégias ao invés de regras. As estratégias são regularidades exteriorizadas por uma competência comunicativa. (SILVA, 2005, p. 7).

É a partir das reflexões voltadas para as estratégias de comunicação que se insere a teoria da polidez linguística. A polidez, nesse sentido, corresponde às estratégias utilizadas para evitar uma situação de conflito.

Apesar de ser observada por diversos teóricos (BROWN & LEVISON, 1987; LEECH, 2005; entre outros), essa teoria pouco é explorada na perspectiva multimodal de texto. Sobre esse viés, o trabalho em questão busca favorecer análises desse porte, tendo em vista que as tiras de quadrinho são uma rica fonte de estudos pragmáticos, por conter elementos verbais e não-verbais, dispostos de tal forma a favorecer a interação.

Com isso, além destas considerações iniciais, das considerações finais e das referências bibliográficas, essa pesquisa é estruturada, inicialmente, pelas reflexões de Goffman (1981) acerca da construção da face. Posteriormente, é demonstrada a contribuição de Brown e Levison (1987) e Leech (2005) para os estudos da polidez. Ademais, será discorrido acerca do gênero textual tira cômica para, então, apresentar a metodologia e análise de tal estratégia linguística, relacionando-a à construção do humor nas tiras da personagem Marly, do cartunista Milson Henriques.

2. Sobre a noção de face

Erving Goffman (1981), ao discorrer sobre a interação social, considera que todas as pessoas estão envolvidas em um ambiente de encontros sociais que estimulam o contato tanto face a face, como através de terceiros. A partir desses contatos, cada pessoa executa o que ele chama de “linha”. Essa linha refere-se a padrões de atos verbais ou não verbais, os quais indicam uma determinada forma de pensar ou agir de um sujeito sobre uma situação, participantes nela inseridos e sobre ele mesmo.

A partir dessas reflexões, Goffman estipula o conceito de face sendo definido "como o valor social positivo que uma pessoa reivindica para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato particular" (GOFFMAN, 1981, p. 77). Isto é, a face corresponde à imagem do indivíduo elaborada em termos de atributos sociais aceitos. É importante mencionar que esse recurso não pertence ao sujeito, mas é construído e manifestado no fluxo de eventos comunicativos. Desse modo, o teórico afirma que um indivíduo tem, está com ou mantém a face quando a imagem dele está de acordo com a linha por ele assumida. Por outro lado, pode-se dizer que uma pessoa está “fora de face” ou “perde a face” quando os participantes pronunciam algo relacionado ao valor social que não condiz com a linha anteriormente mantida.

Além disso, Goffman também observou que as pessoas costumam demonstrar uma resposta emocional imediata à face, proporcionada pelo contato com os participantes da interação. Assim, quando um indivíduo percebe que perdeu a face, é comum que se sinta inferior no evento comunicativo, visto que, ao invés de o encontro apoiar a imagem do eu que se relaciona com a sua linha, nele, o indivíduo se encontra com a face ameaçada.

Todavia, o teórico afirma que o princípio básico da interação constitui no respeito a si mesmo e na aceitação da face do outro. Com isso, realizar estratégias de salvamento de face é comum nos eventos comunicativos e correspondem a atitudes padronizadas de acordo com a cultura de um determinado grupo social, a fim de recuperar a própria imagem social e/ou a dos outros participantes da interação. Nesse sentido, pode-se afirmar que, no jogo interativo, o ato de salvamento da própria face diz respeito a uma estratégia de defesa; quando esse ato é realizado para salvar a face do outro, a finalidade, portanto, é de proteção.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Assim, ao salvar a face o indivíduo deve levar em consideração tanto a interpretação dos seus atos pelos outros, quanto, a interpretação elaborada por ele sobre os atos dos demais participantes.

Outro conceito abordado trata-se da preservação de face. Esse ato se refere às ações que uma pessoa exerce para se adequar à sua imagem social. Segundo Goffman, essas estratégias neutralizam incidentes.

Assim, pode-se afirmar que as pessoas estão sempre se preocupando com sua imagem social em um evento comunicativo, pois a efetivação da interação depende do modo como nos apresentamos socialmente.

3. *Sobre a teoria da polidez*

Tendo como base as reflexões realizadas por Goffman (1981), os teóricos Brown e Levinson (1987) estruturaram o conceito de face relacionando-o às terminologias de face positiva e face negativa. A primeira se trata dos valores desejáveis que os interlocutores construíam em relação à imagem social do indivíduo, ou seja, condiz com o desejo de ser aceito, ser simpático, ser bom. A face negativa se refere ao desejo de não sofrer nenhuma imposição e está relacionada ao território (corpo, espaço, tempo, bens etc.) do sujeito.

Os teóricos afirmam que todos os atos produzidos na interação são de ameaça à face dos interactantes. Como exemplo de ameaça à face negativa do ouvinte tem-se: pedidos, ordens, conselhos, elogios, promessas, ofertas, etc. – que limitam a liberdade de ação do destinatário. Já os atos de ameaça à face negativa do falante são aqueles cujo ouvinte exerce um poder sobre o locutor, podendo se referir a agradecimentos, pedidos de desculpas, etc. Além disso, há os atos de ameaça à face positiva do ouvinte que correspondem, por exemplo, às críticas, insultos, acusações ou ofensas exercidas pelo falante contra o destinatário. Por sua vez, os atos de ameaça à face positiva do falante, dizem respeito a um descontrole físico e/ou emocional do locutor, manifestado através pedidos de desculpas, confissões etc.

Vale ressaltar que o indivíduo, ao ameaçar de forma direta a face do destinatário, acaba deixando sua própria face, também, vulnerável, tendo em vista que o ouvinte pode optar por retribuir tal atitude. Portanto, os teóricos afirmam que, apesar de as ameaças à face serem constantes, o sujeito, comumente, utiliza estratégias mitigadoras com a finalidade de atenuar esses atos e preservar a face positiva. Sendo esses recursos

relacionados ao conceito de polidez, Lins (2002) declara que tais estratégias consistem no esforço da atuação que fazemos para mantermos a nossa imagem pública sólida. Nesse sentido, Brown e Levinson apresentam os métodos passíveis de serem utilizados pelo falante ao fazer um ato de ameaça à face:

- a) De maneira explícita: sem reparação;
- b) De maneira explícita, mas com polidez positiva: ligada à face positiva, demonstra camaradagem, solidariedade, aprovação em um determinado grupo;
- c) De maneira explícita, mas com polidez negativa: relacionada, por sua vez, à face negativa, ou seja, da autonomia, essa estratégia visa preservar o território dos sujeitos.
- d) De forma indireta;
- e) Não fazer.

Com isso, é válido apresentar o conjunto de estratégias de polidez, organizadas por Brown e Levinson, no quadro abaixo, a fim de exemplificar o modo em que esses recursos linguísticos são empregados em um evento comunicativo:

Estratégias de polidez	
polidez positiva	1. Perceba o outro. Mostre-se interessado pelos desejos e necessidades do outro.
	2. Exagere o interesse, a aprovação e a simpatia pelo outro.
	3. Intensifique o interesse pelo outro.
	4. Use marcas de identidade de grupo.
	5. Procure acordo.
	6. Evite desacordo.
	7. Pressuponha, declare pontos em comum.
	8. Faça piadas.
	9. Explícite e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do outro.
	10. Ofereça, prometa.
	11. Seja otimista.
	12. Inclua o ouvinte na atividade.
	13. Dê ou peça razões, explicações.
	14. Simule ou explícite reciprocidade.
	15. Dê presentes.
polidez negativa	1. Seja convencionalmente indireto.
	2. Questione, seja evasivo.
	3. Seja pessimista.
	4. Minimizar a imposição.
	5. Mostre respeito.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

	6. Peça desculpas.
	7. Impessoalize o falante e o ouvinte. Evite os pronomes "eu" e "você".
	8. Nominaliza.
	9. Vá diretamente como se estivesse assumindo o débito, ou como se não estivesse endividando o ouvinte.
Indiretividade	1. Dê pistas.
	2. Dê chaves de associação.
	3. Pressuponha.
	4. Diminua a importância.
	5. Exagere, aumente a importância.
	6. Use tautologias.
	7. Use contradições.
	8. Seja irônico.
	9. Use metáforas.
	10. Faça perguntas retóricas.
	11. Seja ambíguo.
	12. Seja vago.
	13. Hipergeneralize.
	14. Desloque o ouvinte.
	15. Seja incompleto, use elipse.

Tabela 1. Estratégias de polidez propostas por Brown e Levinson (1987).

É importante mencionar, também, que essas estratégias de polidez são inversamente proporcionais ao grau de proximidade que os agentes da comunicação possuem. Assim, quanto mais íntimos forem os participantes da interação, a relação poderá ser menos polida, contudo, se o grau de proximidade for menor, a relação tenderá a ser mais polida e baseada na deferência. Além disso, a polidez está diretamente associada ao nível social dos falantes, ou seja, às relações de poder existentes entre os sujeitos.

Sob outras perspectivas, diferentes teóricos também discorreram sobre o fenômeno da polidez. Leech (2005) considera que as estratégias para resguardar a face do ouvinte e a do próprio falante são ativadas quando esse emissor participa da comunicação de forma a conceder grande valor aos interesses do outro e diminuir sua imposição.

Portanto, tendo em vista que a polidez se trata de uma atividade socialmente construída, ela pode ser observada por diferentes pontos de vista, de acordo com o enfoque dado pelo analista. O artigo em questão considera que as abordagens aqui apontadas se complementam na medida em que (re)constróem o fenômeno da polidez como um comportamento desejado para a interação. Assim, torna-se evidente a importância dada a esse estudo no campo da pragmática.

4. Sobre a tira cômica

Para elucidar as características do gênero em questão, serão abordados os levantamentos dos autores Ramos (2009, 2012) e Cagnin (1975).

Segundo Ramos (2009), a tira cômica faz parte de um gênero textual que compõe o hipergênero "história de quadrinhos". Vale mencionar que as denominadas histórias em quadrinhos se originaram com a criação de Yellow Kid, por Outcault, em 1895, no jornal World, de Nova York. Esse autor incorporou uma definição para a forma das histórias em quadrinhos e, a partir disso, esse gênero começou a ser divulgado, em larga escala, por vários jornais. Assim, na concorrência pelo público leitor, as editoras dos jornais preferiram aumentar as tiragens. Dessa forma, para adaptar as histórias ao tamanho da página do jornal, os quadrinhos passaram a ser produzidos no formato de tira¹.

Portanto, a importância do formato é evidente de tal maneira que está presente no nome desse gênero, além de direcionar o fluxo narrativo e as características dos personagens. Com isso, pelo fato de possuir um formato padrão muito reduzido (geralmente de um a três quadros), torna-se necessário que o produtor da tira resuma a narração e crie personagens estereotipados, a fim de facilitar o processo de compreensão textual. De acordo com Ramos (2009), quando o personagem é fixo, o leitor é responsável por ativar, nos seus conhecimentos compartilhados, as características da personalidade marcante do personagem em questão, com o intuito de produzir o sentido desejado pelo autor.

Além da especificidade do formato, outros mecanismos próprios dos quadrinhos devem ser levados em consideração por representarem elementos da narrativa. Desse modo, conforme Ramos,

O espaço da ação é contido no interior de um quadrinho. O tempo da narrativa avança por meio da comparação entre o quadrinho anterior e o seguinte ou é condensado em uma única cena. O personagem pode ser visualizado e o que ele fala é lido em balões, que simulam discurso direto. (RAMOS, 2012, p. 18)

¹Atualmente, segundo Ramos, os jornais ainda constituem o maior meio de divulgação desse gênero. Presentes, comumente, nos cadernos de cultura e entretenimento, a leitura das tiras é vista como um meio de distração.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Especificamente, o balão, que representa o diálogo entre os personagens, pode assumir diferentes significados, dependendo do contorno e do contexto, tal como consta na **Fig. 1**:



Fig. 1 – Marly. Fonte: A Gazeta, 07 de outubro de 2013

Geralmente, nas tiras da personagem Marly, os balões de fala não aparecem com contorno. Já o balão de pensamento, é representado por um formato de nuvem. Deve-se levar em consideração a importância do contexto, pois em outras situações, esse balão pode, também, representar o sonho de um personagem.

Além disso, a cor presente nas tiras também funciona como recurso importante no auxílio à alusão de informações. Tal como consta na **Fig. 1**, a cor rosa do berço permite ao leitor deduzir que se refere a uma personagem feminina. Sendo assim, pode-se afirmar que a cor é um importante recurso inferencial, facilitando a compreensão da narrativa.

O autor também menciona a presença de sinais gráficos (metáforas visuais) nas composições dos quadrinhos, sendo, portanto, imagens estereotipadas que caracterizam as condições psíquicas dos personagens. Na figura acima, a presença do ponto de interrogação representa a condição de dúvida da personagem Cruzodete, diante da fala de Marly.

Outro recurso utilizado na linguagem dos quadrinhos diz respeito ao formato da letra. Para demonstrar expressividade a letra tem um papel importante. Assim, por exemplo, uma palavra escrita maior do que as outras ou em negrito sugere um destaque para o tom de voz elevado.

Nesse gênero, há também o mecanismo das legendas que, normalmente, representam a voz do narrador e servem para guiar o leitor com relação à situação envolvida na tira. Conforme o teórico Cagnin (1975), a legenda é posicionada, na maioria das vezes, na parte superior do quadro.

Pode-se afirmar que todos esses recursos são necessários para superar as limitações dos quadrinhos ao auxiliar na compreensão da narrativa. Assim, o autor deixa claro que todos esses elementos devem estar em harmonia a fim de que o sentido desejado seja alcançado.

Ademais, é importante mencionar que o gênero em questão é produzido segundo um propósito discursivo, constituindo o tema da tira. Pode-se perceber essa característica por meio da disposição das formas linguísticas, e/ou não linguísticas.

Ao explorar as estruturas das narrativas, Cagnin (1975) disserta sobre a ocorrência do fluxo narrativo em três etapas². A primeira se refere à situação inicial, cujos personagens e cenários são apresentados ao leitor. Após isso, há o elemento disjuntor (gatilho), responsável por alterar o curso da narrativa (esse elemento pode advir tanto de um signo linguístico, como de um não linguístico, ou da interface dos dois signos). Por fim, há a disjunção narrativa, em que é apresentada uma situação incomum, originando o desfecho inesperado, causador do humor.

5. Metodologia

5.1. Sobre o corpus

Para a realização dessa pesquisa, fez-se um estudo investigativo de natureza qualitativa quanto à noção de polidez para relacioná-la às tiras cômicas adultas da série *Marly*, do autor capixaba Milson Henriques. Para tanto, foram coletadas duas tiras do jornal *A Gazeta*, do dia 20 referente aos meses de maio e junho de 2015, com o intuito de demonstrar como esse processo ocorre no gênero em questão.

5.2. Sobre a personagem Marly

Marly, personagem bastante conhecida no território capixaba, foi criada em 1972, por Milson Henriques para compor as séries diárias do jornal *A Gazeta*. Sua personalidade ousada e libidinosa faz com que ela, mulher de meia idade, feia, solteira e ainda virgem, que almeja encontrar um parceiro para satisfazer seus desejos sexuais, vivencie uma vida de constantes frustrações e conflitos.

²Vale ressaltar que, quando a tira é composta por um quadro, essas três ações são sintetizadas a ponto de que seja compreendido o fluxo narrativo em apenas uma cena.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

Assim, a aparência de Marly não está nem um pouco de acordo com os padrões de beleza impostos pela sociedade e, portanto, não é alvo do olhar e do desejo dos homens. Além disso, a personagem possui uma amiga Creuzodete que aparece sempre nas ligações de telefone, para ouvir os desabados sobre as aflições de Marly. Desse modo, por ser feia e ninguém a querer, Marly não encontra sucesso nas suas tentativas de desencilhar, o que leva às situações cômicas em que ela se apresenta.

Portanto, com a finalidade traçar um perfil para personagem, Lins (2004, p. 71), elenca as características das tiras da personagem Marly:

a) Identificação:

Solteirona (50 anos aproximadamente)

Feia

Magra, seios caídos

Roupas moderninhas

b) Cenário em que atua:

Principalmente em casa, sempre ao telefone

Outros ambientes

c) Características atitudinais:

Limitada a um pequeno mundo

Solitária, só tem uma amiga (Creuzodete)

Carente, vive à procura de um homem

Ousada, aborda homens

Obcecada por sexo

5.3. Procedimentos de análise

Para a realização desta pesquisa, analisou-se a importância da imbricação entre a linguagem verbal e não verbal nas tiras cômicas observada à luz da teoria da polidez. Nessa perspectiva, aspectos constitutivos desse gênero textual foram considerados, tais como as imagens, os balões, as expressões visuais dos personagens, a configuração do espaço na tira, etc., além, é claro, da linguagem verbal, a fim de verificar como a

disposição desses elementos foi organizada de forma a construir ou não a polidez com o intuito de causar o humor.

Para tanto, nesse artigo, considera-se que as estratégias de polidez, por estarem inseridas no conceito pragmático de texto, devem ser analisadas enquanto processo. Assim, aspectos do contexto sociocognitivo referentes ao momento da interação devem ser levados em conta, ou seja, as normas sociais relativas ao evento comunicativo, o relacionamento entre os personagens, bem como a intenção do autor foram observados.

Além disso, levou-se em consideração a necessidade de apresentar os mecanismos que auxiliam na elaboração dessas estratégias, tais como a ativação dos conhecimentos socializados, por inferências, relacionando-as com o comportamento da personagem.

6. A desconstrução da polidez



Fig. 2- Encontro casual. Fonte: *A Gazeta*, 20 de maio de 2015

Inicialmente, na tira cômica acima, composta por dois quadros, é apresentada, ao leitor, a personagem Marly, juntamente com um rapaz sorridente e de boa aparência, com o qual ela deseja manter contato. Esse desejo é manifestado através do balão de pensamento *Q belo homem, fino! Vou entrar com toda educação!* e concretizado por meio do balão de fala *Bom dia, belo rapaz.* Ao saudar o homem que avistou, Marly constrói um ato de ameaça à face negativa do ouvinte, por elogiá-lo, o chamando de *belo*. Todavia, ela também faz uso da polidez positiva nessa saudação, visto que busca construir uma imagem positiva da sua face, de modo a tentar ser aceita pelo seu destinatário. Além do plano linguístico esse desejo também é explícito no plano visual, por meio das cores quentes expostas por trás da personagem, representando, provavelmente, o

fogo. Como exposto no *Dicionário Online Michaelis*³, o fogo pode significar: *Ardor, energia, vivacidade. Sentimento veemente. Entusiasmo, imaginação viva. Excitação*, entre outras definições. Assim, em nosso meio cultural, nessa situação, essa palavra se refere a uma forte atração carnal.

Todavia, como foi exposto que todo o ato de ameaça à face do ouvinte torna a face do falante, também, vulnerável e suscetível a ameaças, ainda no primeiro quadro, o homem desejado ameaça a face positiva da personagem Marly, ao dizer: *Bom dia, TIA!* O substantivo tia encontra-se em destaque no plano linguístico, e condiz, nesse contexto socio-cognitivo interacional, a uma referência a pessoas mais velhas. Assim, nesse jogo interativo, Marly, ao ser comparada com uma pessoa de idade mais avançada, perde a face e busca salvá-la no quadro seguinte, dizendo diretamente: *TIA é o CACETE!!*. Na tira apresentada a seguir, tanto o formato do balão, quanto as letras realçadas em negrito e em tamanhos maiores, demonstra que Marly está gritando com o ouvinte por se sentir ofendida com a referência construída a seu respeito. Nessa situação, a personagem está mais preocupada em salvar sua face, ameaçando a do destinatário, do que utilizar estratégias de polidez positiva. Isso se torna evidente, também, pelas cores que, nesse último quadro estão representadas pelo preto. Além disso, é observada a reação visual de espanto do personagem ameaçado, devido ao não uso dos recursos de polidez.

Assim, pode-se afirmar que o humor decorre, justamente, do momento de “perda de face”, cujo personagem se encontra em situações que não condizem com a linha proposta por ele. A não utilização das estratégias de polidez também é comum em situações em que a intenção é provocar o riso, como visto nessa análise.



Fig. 3- Marly e as demais mulheres. Fonte: *A Gazeta*, 20 de junho de 2015

³ Disponível em: <[http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/fogo%20 967421.html](http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/fogo%20967421.html)>. Acesso em: 15-06-2015.

Na tira em questão, é apresentada a personagem Marly, no primeiro quadro, aparentemente esperando o elevador e elaborando considerações acerca do seu “eu”, do seu território corporal, ou seja, sobre sua face negativa, como consta no plano linguístico: *Tô me sentindo tão bem, tão bonita!*. Essa sensação é comprovada no plano visual, visto que a personagem em questão demonstra estar alegre por construir essa imagem sobre ela mesma. Ademais, no quadro seguinte, são apresentadas seis mulheres que saem do elevador, todas sorridentes e com traços que as fazem serem consideradas socialmente mais bonitas do que a Marly. Isso é evidenciado pela cara de espanto da personagem ao vê-las se aproximando dela. Com isso, a face positiva construída anteriormente foi desfeita, e o momento do segundo quadro constitui em uma situação em que ela se encontra inferior às demais. Mesmo que não tenha ocorrido uma comunicação verbal que propiciasse esse sentimento, o simples contato visual permitiu que a personagem Marly se encontrasse fora de face e com a sua imagem social negativa ameaçada. Uma estratégia que poderia evitar essa ameaça condiz com o pensamento de Leech ao afirmar que é apropriado aos indivíduos minimizarem seus valores pessoais e conceder um valor maior aos interesses dos outros participantes da interação. Contudo, Marly, não estando de acordo com essa estratégia, demonstra, no último quadro, sua indignação com tal situação em que foi exposta, ao dizer: *odeio o mundo!*. Esse sentimento se instaura através da constatação de que não se sente bonita mais e, por ninguém em particular ter ameaçado a sua face de forma explícita e direta, Marly atribui ao *mundo* esse ato.

O humor presente na tira, nesse caso, também advém da situação em que a personagem se apresenta fora de face. Percebe-se que nem sempre é necessário que haja um confronto direto entre dois ou mais personagens da tira para que o ato de ameaça à face ocorra. Para isso, a imbricação dos elementos verbais e não verbais torna-se estritamente necessária para a deflagração do humor.



Fig. 4 – A fofoca. Fonte: *A Gazeta*, 16 de agosto de 2015.

Na tira acima, inicialmente, a personagem Marly se encontra às gargalhadas conversando com sua amiga Creuzodete. Na conversa, Marly faz várias críticas em relação a uma pessoa que ela ainda não conhecia de fato. Conforme consta no plano verbal, trata-se de uma “nova vizinha”, com setenta anos e que, de acordo com a personagem principal, tanto o corpo, quanto as vestimentas, eram suscetíveis ao riso. Porém, em seguida, é exibida a fala de Creuzodete interrompendo Marly ao dizer *É minha avó!!!*. Com isso, no quadro seguinte, a personagem principal é apresentada no plano visual aparentando estar assustada (mão no rosto, olhos arregalados, pingos de suor). E, como a própria fala expõe, procura compensar as críticas realizadas dizendo que a avó da Creuzodete tem *muita classe*.

Percebe-se nessa situação que, por se tratar de uma conversa entre amigas, a personagem Marly não se preocupa em preservar a sua imagem positiva (desejo de ser simpática, boa) ao falar de uma terceira pessoa. Assim, tece comentários ofensivos – e, no ponto de vista dela, engraçados - sobre uma senhora que se tornou sua vizinha há pouco tempo. Porém, Creuzodete, ao perceber que a pessoa em questão se tratava da própria avó, alerta Marly sobre esse fato, a fim de salvar a face positiva da parente.

A partir desse esclarecimento, Marly vê sua imagem social positiva ameaçada e, visando salvar sua face, faz uso da estratégia de polidez positiva, elogiando a senhora ao dizer que a considera uma pessoa de muita classe.

Com isso, o momento que desencadeia o humor, nesse caso, também decorre da situação de perda de face, em que Marly aparenta ficar “sem jeito” e tenta reverter a situação causada por ela. Contudo, constata-se que ela não conseguiu recuperar sua imagem, pela representação do ponto de interrogação próximo ao telefone.

7. Considerações finais

A partir do trabalho exposto pôde-se perceber a importância do contexto socialmente situado, ao levar em consideração as estratégias de polidez e o não uso delas em um determinado evento comunicativo. Tais estratégias são claramente percebidas nas tiras cômicas, tendo em vista os recursos imagéticos e verbais dispostos pelo cartunista que permitem ao leitor fazer alusões ao comportamento social. Além disso, foi consta-

tado, nas tiras analisadas, que a construção do humor decorre das interações em que o personagem perde a sua face, isto é, quando se encontra em situações que não condizem com a imagem social almejada por ele. Esse fato geralmente procede de um ato de ameaça à face, sendo ele ocorrido de forma direta ou não.

Assim, as categorias verbais e não verbais vistas nas tiras são dispostas de forma a propiciar o jogo interativo do comportamento social, mas sem a preocupação de fazer uso constante das estratégias de polidez, visto que tem por intuito desconstruir a face de algum personagem para causar o humor.

Portanto, essa pesquisa contribuiu para o estudo das teorias de face e de polidez em textos multimodais, ampliando, desse modo, os recursos analíticos que a linguística textual apresenta para analisá-los. Assim, pretende-se futuramente avançar nos estudos apontados nesse artigo, utilizando um maior número de *corpus* a serem analisados à luz do fenômeno da polidez.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CAGNIN, Antônio Luís. *Os quadrinhos*. São Paulo: Ática, 1975.

DIONÍSIO, A. P. Gêneros multimodais e multiletramento. 2005. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 131-142.

FIORIN, José L. (Org.). *Introdução à linguística II*. Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003, p. 161-186

GOFFMAN, Erving. A elaboração da face – uma análise dos elementos rituais na interação social. In: FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. (Org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p. 76-114.

LEECH, G. *Politeness: Is there an East-West Divide?* *Journal of Foreign Language*, n. 6, nov.2005, general serial n. 160, 1004-5139.

LINS, Maria da Penha Pereira. *Organização tópica do discurso de tiras diárias de quadrinhos*. 2004. Tese (de Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras/UFRJ, Rio de Janeiro.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

MARCOTULIO, L.; SOUZA, S. A teoria da polidez de Brown e Levinson aplicada ao português brasileiro: desafios e propostas. *Anais da IX Semana Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos*. São Gonçalo: UERJ, 2007. Disponível em:

<<http://www.filologia.org.br/ixsenefil/anais/07.html>>. Acesso em: 15-06-2015.

OLIVEIRA, M. Polidez nos quadrinhos: uma análise pragmática das tiras de Mafalda. *Cadernos do CNLF*, vol. X, n. 13, 2006. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xcnlf/13/15.htm>>. Acesso em: 15-06-2015.

RAMOS, P. *Estratégias de referência em textos multimodais: uma aplicação em tiras cômicas*. *Ling. Disc.*, Tubarão, vol. 12, n. 3, p. 743-763, set./dez. 2012.

_____. *A leitura dos quadrinhos*. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Gustavo Adolfo Pinheiro da. *Pragmática: a ordem dêitica do discurso: as representações do EU e seus efeitos de sentido*. Rio de Janeiro: Enelivros, 2005.

A ELABORAÇÃO DE FACE NO DISCURSO PUBLICITÁRIO: DIFERENÇAS DE GÊNERO

Leonardo de Almeida e Silva (UFRRJ)

leototal2002@hotmail.com

Wagner Alexandre dos Santos Costa (UFRRJ)

wagnerasc@bol.com.br

RESUMO

Este trabalho se dispõe a analisar o gênero textual anúncio publicitário impresso e como este elabora faces diferenciadas de acordo com o gênero do público alvo. A publicidade pode funcionar como um diagnóstico psicossocial de uma época, como afirma Pinto (1997). Dessa forma, anúncios de revistas semanais de variedades dos anos 1950, em que a publicidade era menos policiada e poderia ser mais ousada e assertiva, constituem um excelente corpus para que se examine a elaboração de face segundo Goffman (1980). O autor utiliza o termo “face” para nomear a representação interna e externa do indivíduo em seu ambiente social. Utilizando-se desta relação, o meio publicitário procura criar um conceito no qual a face negativa do público-alvo seja exposta ou preservada de acordo com uma imagem previamente elaborada de determinado produto ou serviço posto à venda. (VIEGAS, 1991)

Palavras-chave: Discurso publicitário. Face. Gênero

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar o gênero anúncio publicitário impresso da década de 1950/60 e investigar como a publicidade lida com a elaboração de face do público alvo e quais as diferenças relativas ao público masculino e feminino. Este período histórico foi escolhido devido ao fato de não haver regulações coercitivas consideráveis para a publicidade impressa ou a possibilidade imediata de veiculação de opiniões negativas sobre as mesmas, como é comum nos tempos atuais. Desta forma, a manipulação de face dos potenciais consumidores torna-se mais visível. Com base na identificação de diferenças propostas espera-se delimitar como a publicidade influencia na manutenção dos status que os gêneros masculino e feminino possuem, uma vez que a mesma trabalha através da manipulação dos símbolos que, por sua vez, comandam a rede de acordos mútuos que denominamos sociedade. (HAYAKAWA, 1977)

2. *Desvendando a manipulação midiática*

As marcas permeiam o universo simbólico dos indivíduos e são por estes utilizadas para dotar o consumo de significados (KAPFERER, 2012). Assim, a análise da elaboração de face do gênero publicitário permite compreender a importância da análise do discurso como forma de interpretação da realidade e das implicações sociais da comunicação de massa. Embora os signos emitidos pela mesma costumam ser sistematicamente estudados em seus aspectos semânticos, a investigação acerca da manipulação do *self* dos leitores é relevante porque a todo instante os seres humanos são influenciados pelo impacto manipulativo desta linguagem, pois como produção midiática, a publicidade funciona como uma espécie de ritual com vistas a obter a aceitação desse público e a consequente aquisição do que lhe foi mostrado. (GOMES & CASTRO, 2007).

3. *Elaboração de face*

O termo face pode ser definido “como o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma” que Erving Goffman (1980, p. 76) utilizou em seus estudos da sociolinguística interacional. Assim, “elaboração de face” provém do termo *facework*, utilizado para designar as interações que ocorrem durante o discurso, para que os interlocutores não percam sua face, ou seja, que mantenham uma fachada social positiva. Brown e Levinson (1987), por sua vez, elaboraram os conceitos que face positiva e negativa. A face positiva é o comportamento social, a exposição do *self* – termo que aqui pode ser admitido como autoimagem mental – que se deseja manter publicamente. A face negativa, que Maingueneau (2004) também chama de “território” é a imagem privada, íntima, que não deve ser exposta por conter elementos que podem ou não ser aceitos socialmente.

Na interação social podem ocorrer ações de ameaça à face. Considera-se como “ameaça” as falas capazes de expor a face negativa de um dos interlocutores, que pode partir tanto do locutor quanto do destinatário durante o discurso. Entre as ameaças à face pode-se citar: atos humilhantes, críticas, insultos, perguntas indiscretas, ordens ou outro tipo de enunciação que exponha a face negativa. Tal fato pode ocorrer durante uma interação social pública presencial (face a face) ou à distância, que é característica da comunicação de massa, sendo o anúncio publicitário impresso – um gênero textual onde ocorre este tipo de interação.

4. Metodologia e hipóteses

A metodologia a ser aplicada da pesquisa em andamento consiste na coleta das peças publicitárias referentes ao período histórico da década de 1950/60 e análise qualitativa das mesmas. Apesar de existirem publicações especializadas em agrupar estas peças, o método escolhido foi a pesquisa em sites com conteúdos *vintage* de revistas de variedades, como a americana *Life* e blogs relativos à publicidade. Dessa forma foi possível coletar uma quantidade considerável de arquivos de imagem que serão analisados em seus constituintes textuais e imagéticos relativos à preservação da face positiva ou exposição da face negativa. Os anúncios serão separados em duas categorias: público masculino e feminino. As peças que visam o público infantil/ adolescente ou que utilizem recurso audiovisual serão desconsideradas. Espera-se analisar as diferenças no discurso relativas ao gênero de público-alvo de cada anúncio. Esta pesquisa procurará examinar a hipótese na qual a publicidade característica dos anos 1950/60 utiliza elementos que agridem a face e/ou expõem da face negativa do público alvo. Também se espera confirmar se a publicidade legítima o *status* de algum dos grupos especificamente, através da linguagem.

5. Análise do corpus

5.1. Representação do público alvo masculino

5.1.1. Representações positivas

A maioria dos anúncios coletados exhibe representações positivas ligados a caracteres masculinos. Nas **Fig. 1** e **2** observam-se exemplares comumente encontrados em revistas de variedades americanas dos anos 1950/60, cuja fórmula fora posteriormente emulada pela publicidade brasileira. Ambos personagens masculinos apresentam expressão de satisfação e são referenciados positivamente. Na **Fig. 1**, o termo "*everywhere*"⁴ se une ao aspecto visual para construir uma significação de "desbravador", "conquistador do espaço", características positivas atribuíveis ao sexo masculino. Campbell (2007) sustenta que o ato de consumir é fundamental para que os indivíduos criem ou até confirmem suas identidades, conceito reforçado pelo fabricante de cerveja. A **Fig. 2**, por sua vez,

⁴ "Em todo lugar".

explorou a aprovação feminina. O sintagma "*deserves a halo*", admite ampla significação. A auréola, signo pertencente às figuras celestiais remete a perfeição e pureza. No entanto, a imagem apresenta, na verdade, uma fantasia de auréola e não uma imagem criada para imitar tal insígnia. Um significado oculto pode ser desmembrado: mesmo não possuindo perfeição celestial, a esposa/companheira o considerará como tal. Dessa forma, o fabricante de vestuário masculino cria uma imagem do consumidor de como este gostaria de ser visto socialmente. (KOCH, 2001)



Fig. 1.

Fonte: <http://vintagegaze.com>



Fig. 2.

Peças como essa, com uma aparente ingenuidade, carregam facilmente suas significações ocultas para a sociedade, pois não consumimos produtos ou serviços, mas signos, que indicam uma posição social relacional com base nos outros signos do sistema; por meio deles, demarcamos nossa identidade e posição social num sistema, conforme o postulado por Slater (2002).

5.1.2. Representações negativas

Assim como as peças anteriores, também existem representações negativas do gênero masculino veiculadas na mídia impressa, como pode

⁵ "Merece uma auréola de anjo".

ser observado na **Fig. 3**. A princípio, deve ser evitada uma leitura anacrônica: "skinny"⁶, nos dias de hoje tem uma acepção positiva que não possuía nos anos 1950/60 (tanto na língua portuguesa quanto na inglesa). Uma pessoa considerada atraente, inclusive celebridades deste tempo, seriam consideradas "obesas" no século XXI. O anúncio do suplemento alimentar se destina a vender rápido ganho de peso, objetivo do personagem masculino seduzido por uma personagem feminina. Tudo apontaria para a exibição da face negativa de um possível consumidor. No entanto, a frase " Eu vou te contar como ganhar peso rápido!" é sugerida na imagem como uma fala da moça. Dessa forma, uma aparente agressão à face é escamoteada, pois Brown & Levinson (1987) consideravam "o ato de dar sugestões" como estratégia de polidez positiva no discurso, o que caracteriza a proteção da face (*to save face*), conforme a orientação de Goffman (1980).

**A SKINNY MAN
HASN'T A CHANCE. I WISH I
COULD GAIN FLESH**

**NEW EASY WAY ADDS
5 to 15 LBS.—QUICK!**

DOCTORS for years have prescribed yeast to build up health. But now with this new discovery you can get far greater tonic results than with ordinary yeast—regain health, and also put on pounds of firm flesh—and in a far shorter time.

Not only are thousands quickly gaining solid, good-looking pounds, but also clear skin, freedom from impurities, and constipation, new abundant energy, this amazing new product, Fruited Yeast, is made from special brewer's yeast imported from Europe, the richest yeast known, which for a new process is concentrated 7 times—made 7 times more powerful. But that is not all! This marvelous, health-building yeast is brewed with 11 kinds of strengthening iron.

Day after day, as you take Fruited Yeast, weight and sleek condition, strong limbs stand out attractively. Skin clear, new health comes—you're a new person.

Results guaranteed

No matter how skinny and weak you may be, this marvelous new Fruited Yeast should build you up in a few short weeks as it has thousands. If you are not delighted with the results of the very first package, your money back instantly.

Special FREE offer!

Purchase a package of Fruited Yeast at once, and get the rest on lay and mail to us with a stamped or the purchase. We will send you a beautiful new book on health. (See your doctor first, please). Remember, results are guaranteed with the very best package—on money no doubt! At all drug stores, Fruited Yeast Co., Inc., New York, N.Y., Atlantic City, N.J.

**"I'LL TELL YOU
HOW TO
GAIN POUNDS
QUICK!"**

10 Thank You for Winning Modern Efficiency and Economy for Doctor's Prescription Following Advertisement

Fig. 3. Fonte: <http://vintagegaze.com>

⁶ "Magro".

5.2. Representações do público alvo feminino

5.2.1. Representações positivas

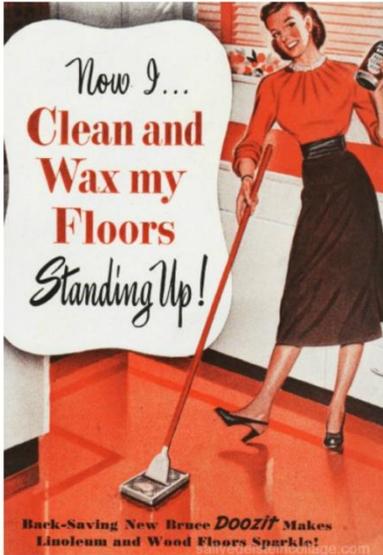


Fig. 4



Fig. 5

Fonte: <http://vintagegaze.com/>

Demonstrar preocupação com os interesses do interlocutor também é um processo de construção de uma face positiva. As figuras femininas nos anúncios acima aparentam satisfação com seus respectivos produtos. Na **Fig. 4** vê-se uma dona de casa regozijando-se de poder – agora – limpar e encerar os pisos de pé com o auxílio de um moderno esfregão. Considerando-se que neste tempo este era um serviço que deveria ser executado ajoelhando-se no piso, aparentemente trata-se de um avanço. Entretanto, pode ser identificada certa ironia no anúncio, pois um serviço como esse nunca seria fonte de satisfação, independentemente da posição. Na **Fig. 5**, a peça mostra outra senhora satisfeita, dessa vez com uma máquina de cortar grama. Atenta-se ao trecho "... handles as easy as my new car.⁷", enunciado por uma figura masculina. A imagem sugere a comparação direta entre a empunhadura do produto e o volante de um carro novo. Para explorar o sentido completo desta construção, é necessário que o interlocutor compartilhe dois esquemas textuais necessários ao

⁷ "...Fácil de dirigir como meu carro novo...".

estabelecimento da coerência textual (KOCH, 1990): é preciso entender que a direção de um carro novo costuma ser fácil e confortável, assim como compreender também que cortadores de grama costumam trepidar e demandar certa força durante o uso. Para aumentar a ligação entre esses esquemas foi escolhido um personagem masculino para ser o enunciador. Assim, a peça publicitária transmite todas essas informações, assim como demonstra a utilidade do aparelho. Apesar da intenção comunicativa positiva, podem ser identificados significados profundos que a desmentem: encerrar o chão não é tarefa agradável e é óbvio para qualquer mulher que um carro novo possui direção macia, mesmo que não dirija. Assim como mostrar interesse pode ser considerada estratégia de polidez positiva, indiretas e imposições minimizadas constituem o contrário, de acordo com o esquema proposto por Brown e Levinson (1987).

5.2.2. Representações negativas

Talvez devido a falta de regulamentações e/ou coerções, não faltam anúncios que expõem negativamente a imagem do público feminino. Em muitos casos não há a necessidade de interpretações sofisticadas para que tais mensagens sejam compreendidas, como pode ser verificado nas **Fig. 6 e 7**.

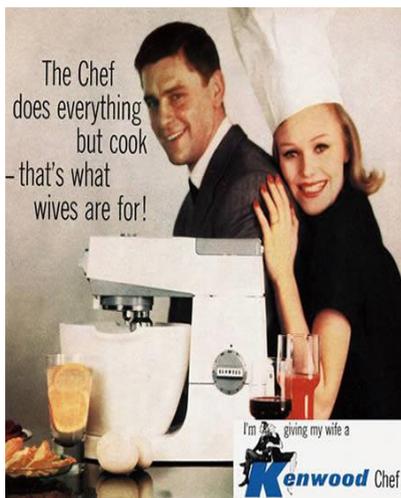


Fig. 6



Fig. 7

Fonte: <http://www.businesspundit.com/10-most-sexist-print-ads-from-the-1950s>

No anúncio da **Fig. 6**, referente a uma batedeira, vê-se um casal, cuja mulher usa um chapéu que remete a *chefs* de cozinha, numa referência ao modelo do aparelho "*Chef*". A frase, enunciada pelo personagem masculino diz: "A *Chef* faz tudo, mas cozinhar – é pra isso que as esposas servem!". O verbo "servir" – em ambas as línguas – carregam uma significação negativa. A perda da face (*to lose face*) da mulher é indisfarçável, reduzida a um aparelho para cozinhar. Pode ser feita a ressalva de que o aparelho apresentado não cozinha o alimento – sendo necessário que a mulher o faça, mas tal posição é difícil de ser sustentada semanticamente, visto que estes modelos de batedeira doméstica não cozinhavam o alimento e este *script* (KOCH, 1990) era amplamente conhecido tanto pelo público feminino quanto pelo masculino.

Na **Fig. 7** identifica-se que a personagem não disfarça a perda da face. O título representa uma pergunta direta: "Seu marido parece mais jovem que você?". O subtítulo mostra-se ainda mais incisivo: "Você pode evitar a tragédia que atinge muitas esposas...". O texto se refere a tal situação como "tragédia", na qual a única solução seria utilizar o cosmético que está sendo oferecido. Metade do anúncio consiste na imagem da mulher "*shamefaced*"⁸ esquivando-se do que seria seu companheiro enquanto uma outra figura feminina sedutora flerta com o mesmo, incomodando-a. duas figuras menores complementam a peça: uma imagem que lembra um "cientista", para emprestar credibilidade científica ao produto, e a imagem do casal anterior com seu relacionamento harmônico retomado, além de imagens dos cosméticos vendidos. Nota-se que as proposições iniciais abusam de elementos de polidez negativa (BROWN & LEVINSON, 1987), como perguntas incisivas e ideias pessimistas. A ameaça à face das potenciais consumidoras é evidente e indisfarçável.

6. A publicidade atual

As peças anteriormente analisadas, embora constituam excelentes exemplares da publicidade impressa dos anos 1950/60, guardam a ameaça da leitura anacrônica, uma vez que a sociedade como um todo passou por profundas transformações até chegar aos dias atuais. Contudo, ao se analisar o gênero anúncio impresso atual, as mesmas características podem ser apontadas em relação a elaboração de face do público alvo, como pode ser observado nas peças seguintes.

⁸ Termo utilizado na teoria da face goffminiana para designar situação vexaminosa



Fig. 8. Fonte: <http://www.thesun.co.uk/sol/homepage/features/5129244/What-real-men-would-look-like-in-pants-ads.html>

A **Fig. 8** mostra a reprodução de uma série de imagens que seriam uma "brincadeira" elaborada pelo periódico inglês *The Sun*: a proposta seria desconstruir os estereótipos da publicidade impressa através da troca de modelos masculinos profissionais por outros, amadores, cuja imagem não seguiria os padrões deste mercado. O público não demorou para reconhecer que, embora modificada, tratava-se de uma publicidade "tradicional" disfarçada. Embora pretendesse desconstruir padrões, a "imperfeição" dos modelos não era condizente com a proposta. Como consequência, a face positiva do público masculino em geral fora reforçada pelas peças, a despeito da pretensão contrária.

A **Fig. 9** apresenta uma peça impressa de um fabricante de peças de vestuário italiano. Após ser veiculada por uma revista, sua comunicação não verbal enfrentou forte rejeição do público. Nela vê-se uma mulher sendo fisicamente dominada por um homem enquanto 3 outros homens observam a cena. Embora a intenção original fosse criar uma atmosfera de sedução, o público interpretou a peça como apologia ao abuso sexual e a mesma foi retirada de circulação. Através destas intenções ambíguas e ofensivas, a face do público feminino fora atingida negativamente, quando a intenção era construir um "ideário de erotismo irresistível".



Fig. 9. Fonte: www.elle.com

7. Conclusões parciais

A publicidade pode ser considerada uma influência para a sociedade, através de seu discurso unilateral. Goffman (1980) não entendia a representação do “eu” como um “gerenciamento de impressões”, de caráter intencional, mas a uma forma de etiqueta apreendida socialmente ao longo da vida, resultante de acordos sociais tácitos entre interagentes. Neste ponto, a comunicação a distância interfere, como destaca Rocha (1994) “um produto vende-se para quem pode comprar, um anúncio distribui-se indistintamente”. As peças apresentadas demonstram que a face do público-alvo é elaborada de forma diferente dependendo do gênero. Ao homem é resguarda a representação positiva, ativa, heroica e com sensação de merecimento. Na maioria das peças estes têm seu *território* preservado ou sua face positiva exposta com a intenção de vender determinado produto ou serviço. Ao público feminino é reservada a ironia, as colocações estereotipadas, ambiguidades, e outras acepções ligadas à polidez negativa (BROWN & LEVINSON, 1987). Assim podemos afirmar que, com bases nas análises feitas até então, a publicidade elabora mensagens que validam diferenças de gênero, ora mais explícitas, ora mais escamoteadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universal in language usage*. Cambridge: Cambridge University, 1987.

BUSINESS Pundit. Disponível em: <<http://www.businesspundit.com/10-most-sexist-print-ads-from-the-1950s>>. Acesso em: 05-11-2014

GOFFMAN, Erving. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais da interação social. In: FIGUEIRA, S. (Org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 76-114

GOMES, N. D.; CASTRO, M. L. D. Publicidade: um olhar metodológico. In: PEREZ, C.; BARBOSA, I. S. (Orgs.). *Hiperpublicidade: fundamentos e interfaces*. São Paulo: Thomson Learning, 2007, p. 03-13

HAYAKAWA, Samuel Ichiyé. *A linguagem no pensamento e na ação*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1977.

KAPFERER, J-N. *The new strategic brand management*. 5. ed. Great Britain: Kogan Pages Publishers, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. *A interação pela linguagem*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PINTO, Alexandra Guedes. *Publicidade: um discurso de sedução*. Porto: Porto Editora, 1997.

REVISTA *Elle*. Disponível em: <<http://www.elle.com>>. Acesso em: 05-03-2015.

ROCHA, E. P. G. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SLATER, D. *Cultura do consumo e modernidade*. São Paulo: Nobel, 2002.

VIEGAS, M. A estratégia em media. In: GOMES, S. A. (Ed.). *Publicidade e comunicação*. Lisboa: Texto, 1991.

VINTAGE Magazine. Disponível em: <<http://vintagegaze.com>>. Acesso em: 05-09-2014.

WHAT real men would look like in pants ads. Disponível em: <<http://www.thesun.co.uk/sol/homepage/features/5129244/What-real-men-would-look-like-in-pants-ads.html>>. Acesso em: 02-10-2014.

**A IDENTIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA
UM ESTUDO A LUZ DO LIVRO *O FILHO ETERNO***

Lenilson Joaquim Pereira (UNIGRANRIO)
lenilsonjpereira@yahoo.com.br

RESUMO

Nascido da inquietude gerada pela questão acerca das barreiras experimentadas por uma pessoa com deficiência no curso de sua vida, este artigo tem como objetivo identificar a memória dos discursos das relações sociais, dialogando com aspectos jurídicos inerentes ao tema exclusão social. Este grupo de pessoas consideradas diferentes foi selecionado como sujeito deste estudo pela observação das dificuldades de se encontrar espaços preparados para receber a diversidade. Assim, consideramos de grande importância entender como os espaços sociais percebem as pessoas com deficiência. Para obter os dados necessários para esta análise, utilizamos a metodologia qualitativa de tipologia bibliográfica dialogando com o livro *O Filho Eterno* de Cristóvão Tezza. Em revisão da literatura optamos por uma abordagem interdisciplinar, uma vez que as questões inerentes à exclusão social, baseadas na percepção social do diferente, são temas de extrema complexidade, desafiando uma visão holística do ser humano e suas relações. Para a análise dos dados elegemos a tipologia da teoria da argumentação, de forma a verificar se os textos escritos detêm poder persuasivo. Entretanto, acreditamos que o resultado será a confirmação de que o discurso teórico não está, em concreto, encontrando guarita nas práticas sociais.

Palavras-chave: Exclusão. Preconceito. Pós-Modernidade. Identidade.

1. Introdução

As questões que envolvem a temática da exclusão social ocupam, nos dias de hoje, grande espaço. Principalmente quando os debates se fundamentam em locais destinados a discutir direitos dos seres humanos. Por vezes, debates acalorados delimitam concepções ideológicas de como se deve pensar o diferente. Esses pensadores se apresentam como representantes genuínos das vozes dos grupos considerados marginais, e se “legitimam” como definidores de seus direitos e políticas públicas.

Esta postura nos desafia a uma questão inicial: Estes grupos marginais não podem falar por si? Será que a sua exclusão é tanta que chegam ao ponto de perder a sua voz? Spivak (2014) já levantava esta problemática, quando escreveu o livro *Pode o Subalterno Falar?*

De fato, sabemos que, quando a autora questiona se o subalterno pode ou não falar em nome próprio, está se referindo à mulher viúva no

contexto indiano, contudo, a sua construção sobre este assunto é muito pertinente, podendo ser aplicada nas situações em que reste evidente uma relação de poder na qual a pessoa ou grupo marginalizado perde a sua voz.

Fato é que ao longo de nossa vida, em alguns momentos, teremos que nos confrontar com a diversidade, isto é, com indivíduos que, por escolha ou não, possuem alguma diferença não se amoldando ao que foi imposto como normalidade. Dessa forma, a escolha deste tema não foi aleatório, pois estudar os ambientes sociais básicos do qual todo ser humano tem que fazer parte, se torna uma busca pela essência do indivíduo, seus desejos e as suas potencialidades.

Sabemos que tal proposta não é simples, pois nossa história está repleta de momentos que provam a inaptidão para lidar com preconceitos que nos cegam, impedindo que possamos perceber o indivíduo que existe atrás da diferença. Razão pela qual se justifica a escolha deste tema, frente o impacto que o instituto – exclusão social – tem na vida de todos.

A família, amigos, escola, trabalho, entre outros são, em essência, cotidianos organizados que tem suas estruturas e regras de funcionamento bem definidas. Qualquer um que não se amolde aos parâmetros esperados, acaba por ser rotulado como desviante, e como consequência, é afastado daquele ambiente.

Ressaltamos que este afastamento não precisa ser um afastamento físico, podendo ser, como na verdade ocorre na maioria dos casos, um afastamento psicológico, onde o indivíduo perde a conexão com o meio e com as pessoas que fazem parte dele.

Alertamos que não estamos advogando a demonização da classificação das pessoas, vez que esta faz parte do ser humano. Por si só este não é o problema, já que tal prática é feita para se criar um sentimento de identidade e de identificação com outros seres humanos. O que gera uma sensação de pertencimento.

Assim, sabemos que cada vez mais surgem, em nossa sociedade pós-moderna, papéis a serem desempenhados, desmembrados de outros antigos e sólidos. E, com isso, surge a necessidade de que pessoas ocupem os novos papéis sociais. O problema ocorre quando surge a hierarquização humana, ou do comportamento humano, pois o próximo passo é o não reconhecimento do outro, seguido pelo desmerecimento de seus

valores e hábitos, mormente por serem diferentes dos elencados como desejados.

Por esse turno, nosso objetivo é identificar como foi construída a identidade do diferente em nossa sociedade, buscando no diálogo entre a literatura especializada e os sentimentos experimentados no livro *O Filho Eterno*, correlacionar os momentos de preconceito e restrições enfrentados pelos personagens, bem como a superação destes na busca por novos espaços.

2. *Exclusão social*

Quando estudamos a história das pessoas diferentes percebemos que se tratam de histórias de superação. Um longo percurso, não linear ou homogêneo, de árdua luta para garantir a sua voz e permanência na teia social, que de forma alguma está concluído. Conforme descrito por Pacheco: “A forma como se “vê” o indivíduo com deficiência é modificada de acordo com os valores sociais, morais, filosóficos, éticos e religiosos adotados pelas diferentes culturas em diferentes momentos históricos”. (PACHECO, 2007, p. 243)

A visão que a sociedade tem da pessoa com deficiência, variou muito ao longo do tempo e das sociedades do qual estes indivíduos fizeram parte. Isso fez com que a percepção social deste grupo se tornasse um tema de grande relevância no contexto de desenvolvimento social mundial. Assim, nossa história não estaria completa sem a voz desta parcela da sociedade.

Estas discussões nos levam a uma reflexão que, por mais óbvia que pareça, deve ser fruto de nosso pensamento e nossas preocupações, pois a nossa história relata que existem pessoas que nasceram ou adquiriram alguma limitação e, no curso de suas vidas, tiveram a experiência do sentimento da indiferença, da marginalização e do preconceito, sendo forçadas a sobreviver na adversidade. Pacheco nos ilustra:

[...] o que observamos ao estudar a história da deficiência, é que, com ou sem intenção, a “marginalização” da pessoa com deficiência existia e estava muitas vezes ligada à ideia de que as deficiências físicas/mentais e doenças eram causadas por espíritos maus, demônios ou uma forma da pessoa pagar por pecados cometidos, indicando certo grau de impureza e pecado e de uma certa maneira justificando o fato de serem apenas tolerados pela sociedade, o que reforçava a prática da marginalização, restando aos deficientes o destino de esmolar nas ruas e praças. (PACHECO, 2007, p. 243)

No Brasil, a perspectiva das pessoas com deficiência não foi muito diferente e, senso comum, estes grupos foram sendo enquadrados dentro do contexto de miserabilidade. Dessa forma, nossa cultura foi construída com base nos mesmos mecanismos de exclusão e propostas políticas de assistencialismo e caridade que propagandeavam a inferioridade deste grupo social. Trata-se de uma prática cruel, em relação ao subalterno, que estabelece uma visão de futuro não muito consoladora, uma vez que não projeta uma melhoria na igualdade entre as pessoas. (SAWAIA, 2012)

A violência e a discriminação contra as pessoas com deficiência, podem ser encontradas em todos os grupos que compõem a nossa população, sendo esse um processo sócio-histórico de descompromisso político com o sofrimento do outro. (SAWAIA, 2012).

3. *Identidade na Pós-Modernidade*

Identidade é um conceito muito discutido, não pela dificuldade na sua definição, mas pela sua volatilidade. Facilmente podemos estar incluídos ou excluídos, dentro ou fora de alguma definição. Quando pertencemos a algum grupo, nossa identidade nos traz grande satisfação, contudo, quando fazemos parte de um grupo excluído, tendemos a questionar os paradigmas que definem a nossa identidade. Procuramos, enfim, nos autenticar.

No momento que vivemos, a Pós-Modernidade, estes papéis sociais estão sendo amplamente discutidos, muitos advogam que estamos vivendo uma crise. Uma indefinição de papéis, posto que os antigos não mais atendem as demandas sociais. Hall nos explica que: “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”. (HALL, 2014, p. 09)

Esta afirmativa é muito forte pois trabalha com a perspectiva de desconstrução dos conceitos de identidade. A sociedade está em um momento de transição. Aqueles aspectos que antes nos traziam segurança, hoje não mais se justificam. Não mais podemos confiar em sua solidez. Vários aspectos fazem parte desta transformação: classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade, entre outras, não mais podendo ser vistas da forma como eram antes.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (HALL, 2014, p. 12)

Vivemos em sociedades em constante mutação, mudanças que nos últimos anos vem se acelerando. Saímos de um passado cheio de representações estáticas e entramos num mundo onde as práxis sociais são constantemente revisitadas e revistas. Questionamos tudo a todo momento. Nos denominamos mais reflexivos do que nossos antepassados, mas nossas razões muitas vezes não chegam a densidade e profundidade que uma reflexão deveria ter.

Esta instabilidade de nossas identidades, decorrente de uma modernidade, nos dizeres de Bauman (2005), líquida e em constantes modificação, geram uma indefinição dos papéis a serem desempenhados. De fato, as sólidas definições do passado, hoje são negociáveis, a depender das escolhas individuais de cada pessoa. Podemos mesmo, exercer vários papéis ao mesmo tempo, dependendo do ambiente em que estejamos inseridos. E, em alguns momentos é possível existir conflitos entre as nossas várias identidades. Assim assevera Bauman, quando teoriza que: “As identidades flutuam no ar, algumas de nossas próprias escolhas, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”. (BAUMAN, 2005, p. 19)

4. *Quem é o filho eterno?*

A história retratada no livro é a de um pai que descobre que o tão esperado filho possui a Síndrome de Down. Ou, como dito na época, era “mongoloide”. Trata-se de um texto que prende a atenção do leitor do início ao fim. Expondo todas as angústias experimentadas por pais que descubrem que seus filhos não são como esperavam.

Nas narrativas e nos diálogos ficam evidentes as diferenças entre o filho idealizado e o real. Os pensamentos do pai enquanto aguarda o nascimento e logo após este, deixam claro que o ser humano real, o nascido down, não encontra o seu espaço na família.

O autor deixa claro que existem papéis a serem desempenhados pelos personagens no momento do nascimento. Todos deveriam, como a

sociedade espera, agir conforme preestabelecido, caso contrário não serão reconhecidos socialmente.

Sim, há algo de engraçado nesta espera. É um papel que representamos, o pai angustiado, a mãe feliz, a criança chorando, o médico sorridente, o vulto desconhecido que surge do nada e nos dá os parabéns, a vertigem de um tempo que, agora, se acelera em desespero, tudo girando veloz e inapelavelmente em torno de um bebê, para se estacionar alguns anos depois – às vezes nunca. (TEZZA, 2007, p. 10).

O nascimento mais do que um simples ato biológico é considerado um rito de passagem. No qual o pai passa a ganhar respeito, ocupa uma posição diferenciada na sociedade, ganha status e assume uma função em sua vida.

Antes de saber da condição especial de seu filho, o pai, ao vê-lo seguir para o berçário, demonstra as suas expectativas em relação às possibilidades que aquele ser poderia ter. Clara demonstração de que ali não se observava a criança real, mas a idealizada. Não via o que concretamente estava à sua frente, mas o que gostaria ou sonharia que estivesse.

[...] todos tábula rasa, cada um deles apenas um breve potencial, agora para sempre condenados ao Brasil, e à língua portuguesa, que lhes emprestaria as palavras com as quais, algum dia, eles tentariam dizer quem eram, afinal, e para que estavam aqui [...] (TEZZA, 2007, p. 19)

Finalmente o pai se percebe preso ao filho. Relação sem volta. Papel que teria que exercer para o resto de sua vida. Não sabe se está preparado para isso. Confronta a perda de sua liberdade. E entende ao final, que faz parte de um sistema maior. Foi integrado à teia social, e de forma sólida. Sabe que agora inicia uma nova fase de sua vida. Renasceu para novas perspectivas.

[...] e ele quase que vira o olhar atrás de uma companhia para, de fato, conversar sobre esse dia, organizar esse dia, pensar nele, literalmente, como um renascimento – veja, a minha vida agora tem outro significado, ele dirá, pensando as palavras; tenho de me disciplinar para que eu reconquiste uma nova rotina e possa sobreviver tranquilo com o meu sonho. (TEZZA, 2007, p. 29)

Até este momento, grande é a expectativa para a nova vida. O pai sonha como terá que se adaptar para atender aos novos papéis a serem desempenhados. Contudo, está feliz. Faz parte de algo, tem a sensação de pertencimento atendida. A sociedade lhe abraça, como um novo integrante. Ainda não sabe o que está por vir. Os médicos ainda não lhe contaram. Está prestes a vivenciar uma reviravolta em tudo que sabe e acredita. “Súbito, a porta se abre e entram os dois médicos, o pediatra e o obstetra, e um deles tem um pacote na mão. Estão surpreendentemente sé-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

rios, absurdamente sérios, pesados, para um momento tão feliz – parecem militares”. (TEZZA, 2007, p. 29)

A chegada dos médicos denota a presunção de algo irreal, algo fora do lugar, que não deveria acontecer desta forma. O momento demanda alegria, a expectativa era de médicos chegando neste contexto. A forma com que entram, indica que algo está errado. Aumento da tensão. As pessoas percebem o que se anuncia, ou ao menos o que pode vir a ocorrer. Este momento, se normal, deveria representar um aspecto da vida em comunidade, com pessoas alegres parabenizando o casal pelo nascimento do filho, contudo essa não parece ser a cena que se desdobrará.

A fala do médico se revela envergonhada, como que anuncia algo que não gostaria de anunciar. A criança que acabara de nascer não deveria ter nascido. Provavelmente, se questionam o que teria ocorrido caso os pais soubessem antecipadamente da condição do filho. Será que teriam continuado a gestação? Caso as leis não proibissem, será que teriam sacrificado o filho, como os antepassados? Várias perguntas que não podem ser feitas, ficam soltas no ar, verdades marginais do conhecimento das vontades humanas.

[...] algumas características... sinais importantes... vamos descrever. Observem os olhos, que tem a prega nos cantos, e a pálpebra oblíqua... o dedo mindinho das mãos, arqueado para dentro... achatamento da parte posterior do crânio... a hipotomia muscular... a baixa implantação da orelha e... (TEZZA, 2007, p. 30).

Dessa forma, vem a notícia de que a criança que acabara de nascer não era como as outras. Tinha nascido diferente. Deficiente. Nome científico “síndrome de down”, ou mongolismo, como conhecido na época. Notícia dada de modo limpo, esterilizado, da forma como deve ser. Os médicos cumpriram o seu papel, podem dormir tranquilos.

Incredulidade, reação natural para pais que acabam de saber que seu filho não será como os outros. Incrível como podemos ser tão contraditórios. Passamos a vida inteira tentando nos diferenciar dos demais, acreditando que somos mais valiosos do que os outros, e então, surge um momento em que apenas queremos nos perder na multidão, ser apenas mais um, apenas mais um casal normal com filhos normais.

A intensidade da palavra “para sempre” ganha novos contornos. Não se permite uma volta, ou um recomeço, a vida deverá seguir da forma como está. Em um mundo líquido, onde as relações são rasas, exis-

tem momentos em que tudo se solidifica, se torna denso e profundo. (TEZZA, 2007)

Assim, surge o primeiro conflito. Não pode ser. Não pode ser meu filho! Vergonha é o único sentimento que cabe naquele momento. Não foi capaz de atender o que a sociedade exigia. Não foi capaz de ser pai de um filho normal. Fracassou novamente. Como vem fracassando ao longo de sua vida.

Sem perceber profetiza o futuro do filho. Que futuro poderia ter esta criança que não faz parte da sociedade? Quais serão as suas realizações? Certamente nenhuma, estava preso ao estigma da doença. Não era mais uma criança com possibilidades, mas uma doença e suas restrições. Mata-se o humano que existe, apenas percebe o problema. Para problemas é necessário primeiro buscar um culpado, e depois uma solução.

A mulher chora, “acabei com a sua vida”. Claro, é verdade, surge o culpado. Culpada neste caso. Mulher, não fez o que a sociedade dela esperava. Ter filhos normais. Coisa simples, tão simples, não conseguiu nem isso. Ela é a culpada. Alívio, não preciso mais me preocupar com isso. A sociedade se encarregará do resto. A sanção social será aplicada nos moldes. O trabalho será apenas o de explicar a situação. Falar com pessoas, quando necessário, sobre “nosso” sofrimento.

Resta agora a busca por uma solução. Esta se apresenta enquanto tentamos fechar o diagnóstico. Confirmar se tudo está acontecendo realmente ou apenas estamos tendo um pesadelo. Sim, claro, ainda existe possibilidade de não ser verdade, de a notícia inicial ter sido equivocada e, se for, ainda existe a possibilidade de solução rápida. Afinal, pessoas com esta doença (down) morrem cedo. Esta afirmação faz parte dos textos científicos. Possui verossimilhança.

Tudo resolvido, não sou culpado, a culpa foi de minha mulher, que não pode me dar filhos normais, sou pai e vou sofrer durante um tempo, pouco se possível, e ao final serei reconhecido. Aquele que aguentou o sofrimento de ter um filho deficiente e superar essa dor. Pensamentos que não podem ser falados, da mesma forma que não podem ser impedidos de serem pensados.

Mas é se tudo estiver errado, se o pai estiver equivocado em seus pensamentos, se a culpa não for de minha esposa afinal. E se, contrariando tudo que a sociedade estigmatizou para o filho “eterno”, se os rótulos

estiverem falseados, afinal vivemos em uma sociedade pós-moderna, com conceitos líquidos, com possibilidades múltiplas. E se...

[...] o contrapeso moral é tão avassalador que a pura ideia se esvazia. Capacidade de esquecer e começar de novo: eis a sua qualidade central, ele sonha. O pai ainda não sabe, mas começa a ter uma ideia de filho, a desenhar-lhe uma hipótese. Como se, ainda muito palidamente, a sombra da paternidade começasse enfim a cair sobre ele. (TEZZA, 2007, p. 68)

Enfim, pai. Não apenas o pai idealizado por uma sociedade de valores estáticos, mas aquele que é fruto de uma sociedade pós-moderna, líquida, onde pessoas tem seus valores modificáveis, negociáveis. Está livre. Livre da obrigação de ser aquele homem-pai, que lamenta e se resente pelo que a vida lhe proporcionou, pode agora curtir seu filho, que também não é o idealizado. Ambos, pais e filho agora são reais.

5. Considerações finais

A descoberta de que tem um filho diferente, pode ser difícil, mas não precisa ser. Todos temos duas opções: chorar pelo que lhe aconteceu, apelar para o misticismo reclamando ao divino sobre o castigo que está experimentando ou, ir à luta, usar o coração e perceber que muita coisa pode ser mudada, cumprindo o papel de pai.

No mundo moderno em que vivemos onde existem várias possibilidades, umas boas e outras nem tanto, percebemos um crescente espaço para os diferentes, ainda que para se ocupar este lugar, e verdadeiramente pertencer a algum grupo, seja necessária uma luta interna sobre nossos medos e preconceitos e outras, externas tão árduas quanto a primeira.

Esta tarefa não é fácil, existem várias fases a serem superadas. Com a notícia da diferença vem a busca pelo diagnóstico, as esperanças de que tudo mude, de que se perceba que houve um equívoco na informação inicial, depois, a aceitação. Temos um filho diferente. Não menos, apenas diferente.

Isso significa abrir mão das identidades que tínhamos imaginado para nossos filhos. Abdicar da solidez que acreditávamos existir em momentos como estes. Do pai não se espera mais apenas ser pai, mas ser amigo, companheiro, mãe, professor, colaborador, motivador, e várias outras identidades, que antes não eram exigidas do homem na paternidade.

Superadas estas etapas, surge a necessidade de se explicar para a comunidade, seja família ou amigos, todos exigem uma explicação. Uma justificativa do que ocorreu, alguns até querem saber porque aconteceu. Pessoas, muitas de boa vontade, exigem dos pais um exercício de auto-conhecimento e superação complexos. A cada questionamento, novos pensamentos, novas culpas, novas buscas por soluções. Tarefa hercúlea a ser enfrentada apenas por um casal.

As quebras de paradigma são constantes, pois para aceitarmos o filho em suas diferenças, temos que estar abertos a estas diferenças. Como entender que seu filho com down, pode, contrariando tudo que já foi estigmatizado acerca desta síndrome, ter uma vida normal. E, como ficam os discursos que gritam que uma pessoa com deficiência, “coitada”, não poderá ser feliz, ter uma vida normal. Sua vida será apenas próxima da normal?

Paralelo a isso a criação está crescendo, novas necessidades surgem, possibilidades e barreiras se apresentam diariamente, os pais tem o dever de educar, criar e proteger os filhos, com está escrito em nossas leis. Tem início uma busca pela melhor forma de proporcionar os tratamentos necessários ao desenvolvimento do filho. A cada dia uma nova batalha, para provar à sociedade o que os pais, neste momento, já sabem, que seu filho é maravilhoso e tem muito potencial.

Dessa forma, para não impedirmos o acesso a este direito humanístico de inserção na sociedade, devemos confrontar as dificuldades existentes, que nada mais são dos que nossos preconceitos e, na busca por soluções, não nos atermos ao meramente formal, e sim encontrarmos hipóteses de efetividade e concretude da não exclusão. Pois, sendo o sentimento de pertencimento social, o direito humanístico mais importante a nosso ver, já que somos seres sociais, a exclusão do grupo é, dentre todas as sanções, a mais cruel.

Por esse turno, levantamos neste artigo a hipótese de que devemos nos preocupar com a não-exclusão social, atuando de forma preventiva e superando os preconceitos, de forma a alcançar o conhecimento de que mesmo nas diferenças somos iguais, senão em hábitos e atitudes, mas em direitos, em especial a termos uma vida digna e podermos escolher, “pois somos sim capazes de falar em nosso nome”, sem admoestações, os nossos caminhos.

Para tanto, devemos primeiro aceitar a diferença e entender que ela faz parte da construção da personalidade de uma pessoa, e mesmo da

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

sociedade como um todo, não podendo discriminar o indivíduo subestimando a sua capacidade/necessidade de convívio e desenvolvimento relacional, nem tão pouco vedar o seu acesso aos benefícios da vida em comunidade, apenas por não concordarmos com sua condição diferenciada, ou por acreditarmos que tal condição o torna menos humano ou menos capaz do que nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. *O que é o Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos: seguido de “Envelhecer e morrer”*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

SPIVAK, Gaytri Charavorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2014.

WALZER, Michael. *Esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

**A LINGUÍSTICA TEXTUAL
E OS SEUS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE:
UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA
NOS ESTUDOS DO TEXTO FALADO E ESCRITO⁹**

Silvio Nunes da Silva Júnior (UNEAL)

junnyornunes@hotmail.com

Maria Yvone Lima da Silva (UNEAL)

yvonegreat@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho realiza reflexões acerca da linguística textual, apresentando as concepções estruturalistas, funcionalistas e gerativistas interligadas à mesma. No aparato metodológico, foi realizada uma análise funcionalista tomando como base os postulados de Marcuschi (1983) e Oliveira (2012). Assim, pode-se constatar que a partir do que apresentam as teorias, a conversação falada e escrita são alvos constantes das ocorrências através dos principais elementos de textualidade – coesão e coerência textual.

Palavras-chave:

Linguística textual. Análise funcionalista. Elementos de textualidade.

1. Introdução

A linguística textual visa investigar em sua teoria e prática tudo o que norteia o seu verdadeiro e principal objeto de pesquisa, sendo este o texto, em outras palavras, “se caracteriza pelo escopo de sua investigação, pelo objeto que toma como unidade de foco analítico – o texto. (OLIVEIRA, 2012, p. 193). Nesse sentido, visando destacar e investigar cada particularidade do texto definida pelos elementos de textualidade – coesão e coerência textual, envolvendo a estrutura e o sentido do texto; realizou-se esse trabalho, onde utilizando os mecanismos norteadores da coesão textual, e os domínios que organizam a coerência textual, analisaremos o *corpus* constituído com dados de fala e escrita.

No século XX, onde após a publicação do curso de linguística geral, os estudos linguísticos tomaram uma grande e devida expansão no que tange as investigações acerca da linguagem, onde na década de 60 iniciaram-se as pesquisas de linguística textual na Europa, logo após, ex-

⁹ Uma versão deste trabalho foi apresentada no XVIII CNLF, em agosto de 2014.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

pandindo-se para outros países, inclusive o Brasil, onde a área ganhou um grande número de pesquisadores que dedicam todas as suas pesquisas científicas nessa área, fazendo com que o Brasil seja considerado um dos países onde a linguística textual fica entre as áreas linguísticas mais pesquisadas e publicadas.

Dessa maneira, “a linguística textual vem tendo um grande desenvolvimento, tendo passado por momentos diferentes e se inspirado em diferentes modelos teóricos, o que não deixa de ser bastante natural numa ciência em formação” (KOCH, 1997, p. 67). Em uma época onde os fenômenos linguísticos na forma da teoria da aquisição da linguagem, e outras particularidades apontadas por Saussure no *Curso de Linguística Geral*, evidenciaram-se na linguística textual, fazer uma representação das unidades menores do estudo da linguagem, assim como a palavra, a frase, e o período, desse modo, abrindo espaço para pesquisas mais peculiares acerca dos fenômenos já existentes.

Quando se trata de texto, muitos se autoquestionam o que seria essa definição. A linguística textual está aí para isso, para conceituar e determinar o que pode se caracterizar um texto, e as suas mais diversas particularidades, uma das definições mais conhecidas é a de que texto é a palavra ou o conjunto de palavras que em linearidade comunique com os interlocutores, ou seja, nem todo conjunto de palavras pode ser caracterizado como texto, pois, essa definição vai além do ponto de vista estrutural.

Contudo, cabe ressaltar que a linguística textual nesses anos de estudo, ganhou algumas concepções adversas umas das outras, isto é, foi e é alvo de pesquisa de algumas correntes teóricas, assim como o estruturalismo de Saussure, o gerativismo de Chomsky, e o funcionalismo representado fortemente por Marcuschi.

Nesse trabalho, pretende-se discutir acerca dessas correntes, e, no que tange a metodologia apresentamos uma análise funcionalista de dados falados e escritos, no intuito de estudar o texto como um universo complexo digno de indagações, as quais ocasionaram em um conjunto de ações que tentaram desmembrar o que norteia esse universo.

2. Linguística textual

Como conceitua Magnabosco (2010, p. 1), "A linguística textual surgiu na Europa, mais especificamente na Alemanha, na década de 1960, como resultado de inquietações em torno das perspectivas teórico-metodológicas até então adotadas para a análise de frases/textos".

O desenvolvimento da linguística textual não foi homogêneo e até então continua não sendo, pois, assim, não se prende a concepção estruturalista de Saussure no *Curso de Linguística Geral*.

Primordialmente, a linguística textual situava-se em três fases adversas: análise transfrástica, gramática de texto e a teoria de texto; estas foram se afastando das correntes estruturalistas e se dedicando cada vez mais ao estudo dos "processos de produção, recepção e interpretação dos textos; reintegrando o sujeito e a situação de comunicação em seu escopo teórico". (MUSSALIM & BENTES, 2006, p. 16)

Dessa maneira, tendo citado as três fases, é válido destacar que, sendo a linguística textual uma disciplina que se dedica à análise transfrástica e a gramática de texto, prende-se separadamente aos estudos pragmático-discursivos.

A linguística textual, ou linguística de texto, passou por essas três fases levando a área a ser heterogênea, por abranger as mesmas, sendo assim: estruturalista, funcionalista e gerativista. Essas fases em suas teorias são defendidas por teóricos dedicados a estudar o texto em suas perspectivas de estudo linguístico de texto.

Em seu sentido amplo, a linguística textual se caracteriza pela "observação das relações textuais em seus variados matizes e interseções" (OLIVEIRA, 2012, p. 193). Nesse sentido, trabalha textos orais e escritos, utilizando como proposta de investigação os elementos de textualidade, enfatizando de maneira generativa a coesão e a coerência textual, ou seja, parte do início dos principais elementos.

Cada área de estudo define seus postulados de análise linguística textual. Assim, como a perspectiva funcionalista de Marcuschi, considerado um dos maiores nomes da linguística textual; a perspectiva gerativista, que advém da gramática gerativa de Chomsky; como também existe a linha teórica estruturalista oriunda dos estudos saussurianos de 1916, que foi a primeira a ser apresentada e a mais contestada.

2.1. No estruturalismo

Tendo em vista a concepção de Saussure, segundo o qual a língua não é uma estrutura, mas um sistema, o mestre genebrino foi considerado o pai do estruturalismo linguístico, através de seus postulados presentes no *Curso de Linguística Geral*, publicado postumamente por seus discípulos, em 1916.

Nesse sentido, o sistema que constitui a língua, para Saussure, é

[...] um conjunto de unidades que obedecem a certos princípios de funcionamento, constituindo um todo coerente (...) formado por elementos coesos, inter-relacionados, que funcionam a partir de um conjunto de regras (...) estabelecidas dentro do próprio sistema. (COSTA, 2009, p. 114)

Visto que, do ponto de vista estruturalista, o texto é um conjunto de sequências, ou seja, é o “resultado de um ‘múltiplo referenciamento’ (...) como uma sucessão de unidades linguísticas constituídas mediante uma concatenação pronominal ininterrupta”. (KOCH, 2006, p. 4)

Na construção do texto como um conjunto de frases presas a uma relação de sentido que se prendem fortemente para a análise da coesão textual, como assinala Magnabosco (2010, p. 3):

[...] na construção de um texto, o movimento de retroação é necessariamente acompanhado de outro, o de progressão, os estudos voltaram-se para a análise da coesão textual, em especial para as relações referenciais (particularmente a correferência, que garantiria a uma sequência de frases o estatuto de texto).

Assim, na perspectiva estruturalista, a análise referente a linguística textual está situada no ponto de vista do texto como sistema e, como tal, desencadeia-se como um conjunto de frases diversas, formando então esse sistema.

Portanto, Saussure situa, de forma generativa, a concepção estruturalista, onde os teóricos aplicam o estudo da língua como sistema a ser constituído através de uma estrutura formada do início ao fim da obra póstuma saussuriana.

Daí então, mediante a apresentação da linguística de texto a partir dos ensinamentos de Saussure em sua obra póstuma, as teorias gerativistas tomam seu espaço nos estudos linguísticos aplicados ao texto, embasando-se nos conceitos de Chomsky em sua gramática gerativa.

2.2. No gerativismo

A partir dos estudos de Noam Chomsky, que criou a gramática gerativa, as correntes aplicadas a esta perspectiva empenham na linguística textual uma defesa a partir da fase da gramática de texto, no intuito de refletir fenômenos ainda não explicáveis por meio da gramática referencial, assim, norteados os estudos textuais gerativos.

Nesse sentido, é válido ressaltar que a proposta de Chomsky para a linguística textual foi a de propor “uma teoria de estruturas linguísticas (...) centrada na sintaxe” (PAVEAU & SARFATI, 2006, p. 168), isto é, o autor visava construir um material teórico formal, o qual era compatível em seu sentido geral, às ciências exatas como a matemática, na tentativa de explicar o verdadeiro funcionamento da linguagem humana.

Assim, a sintaxe tem seu renome na proposta gerativa, pois, no que afirmavam esses teóricos, todos os fenômenos até então inexplicáveis seriam descobertos a partir da análise sintática, onde se apresenta um plano de estrutura da língua, sendo esse o ponto de partida para todo e qualquer estudo da linguagem, entre eles o estudo do texto.

Com isso, a proposta funcionalista aparece com seus desdobramentos na linguística textual, que visa a investigar as operações linguísticas que se interligam ao estudo cognitivo. Esse estudo se difere do que induz o gerativismo, tendo Marcuschi como teórico de renome nesta área e em outras.

2.3. No funcionalismo

Como assinala Marcuschi (1983, p. 12-13),

Proponho que se veja a linguística de texto, mesmo que provisória e genericamente, como o *estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais*. Seu tema abrange a coesão superficial ao nível dos constituintes linguísticos, a coerência conceitual ao nível semântico e cognitivo e o sistema de pressuposições e implicações a nível pragmático da produção do sentido no plano das ações e intenções. Em suma, a linguística textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado, deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente linguístico abordado no aspecto da coesão, e, por outro, deve considerar a organização reticulada ou tentacular, não linear, portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Percebe-se que, diante do estudo da linguística de texto, a mesma está situada em um panorama provisório, ou seja, é vista em diversos dimensionamentos e pontos de vista e, para tanto, é julgada por Marcuschi como estando em uma situação genérica no que tange seu significado acerca do estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais.

De modo mais específico, vê-se que ao apontar Marcuschi seu posicionamento funcionalista sobre a linguística textual, ele não se prende apenas a sua concepção, pois, tendo a ideia de que a área tratada já havia sido tema de grandes discussões entre as correntes teóricas, deixa aberto o espaço para contestações sobre essa concepção da maneira que utiliza um verbo no presente do indicativo para demonstrar suas aceções pertinentes à teoria da linguística textual.

Marcuschi ainda assinala que “o texto se dá como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações alternativas e colaborativas” (MARCUSCHI, 2008, p. 79). Ao ver o texto nessa extensão, o autor se mostra funcionalista, pois, para a realização de análises a partir dos elementos de textualidade, estaria em uma perspectiva de ação, isto é, as análises funcionariam como ações alternativas, de modo que tende a colaborar para a compreensão desse complexo universo.

2.3.1. *Objetos de análise*

2.3.1.1. Fala

Você sabe qual é a sua matéria favorita?

...bem::...a minha matéria favorita é matemática...ela é uma das matérias que eu...::me interessa mais...porque..tem números... e / isso é muito legal...:onde eu me sinto bem fazendo cálculos...na matemática eu consigo aprender mais rápido...ou seja...: ela é uma das áreas que me interessa mais em estudar...porque esse aprendizado é muito importante para aprendermos...porque aprendendo podemos fazer coisas surpreendentes...para depois...assegurarmos nosso futuro.

2.3.1.2. Escrita

A matéria que eu mais me identifico é matemática. Ela é uma das disciplinas que eu aprendo mais rápido desde pequena, por envolver cálculos, envolvendo letras e números nas operações, isso me fascina, e faz com que eu tenha cada vez mais interesse em seguir nessa área. Na matemática eu consigo

aprender com mais facilidade do que mesmo em outras matérias, como português. E, esse é um aprendizado que levarei por toda a minha vida, sendo muito importante para mim, que ainda pretendo estudar mais. Porque a partir deste aprendizado podemos conquistar objetivos que às vezes não passam pela nossa cabeça, coisas que não esperamos acontecer. E, depois, quem se dedica, irá assumir um bom trabalho, tendo um futuro promissor.

2.3.2. *Discussão e análise de dados*

A análise que será apresentada posteriormente nesse trabalho está situada no âmbito da linguística textual, no que tange os principais elementos de textualidade – coesão e coerência textual. Nesse sentido, apresentam-se os mecanismos ou elementos de coesão e os domínios da coerência estabelecidos nos objetos de análise.

2.3.2.1. Análise da coesão

a) Referência

A “referência pode se processar no nível situacional, numa relação extralinguística – ou exofórica – ou nos limites do texto – denominada então de endofórica” (OLIVEIRA, 2012, p. 195), isto é, a referência se encontra nos limites internos e externos do texto.

No que tange à parte interna do texto, emprega-se a relação endofórica que “se situa no texto, podendo preceder ou suceder o item com o qual se relaciona” (OLIVEIRA, 2012, p. 195). Assim, essa relação, quando posta em análise, divide-se em anáfora e catáfora. A anáfora se relaciona à remissão ocorrida por procedência; já a catáfora remete a uma conexão subsequente.

Na fala, no que se dissemina a referência, percebe-se que o termo *isso* sendo um pronome demonstrativo, ocasiona em um processo anafórico referente à matemática; logo após, *isso* aparece como um processo endofórico referente ao contexto; e, *esse* se realiza como um pronome demonstrativo-processo catafórico referente ao aprendizado.

Já na escrita tem-se *matéria* como processo catafórico referente à matemática, *isso*, sendo processo anafórico referente aos cálculos; *nessa área*, como processo anafórico referente à matemática; *esse aprendizado* – processo anafórico referente à matemática; *deste aprendizado* como

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

processo anafórico referente à matemática; e, *quem* sendo processo exo-fórico referente aos estudantes.

b) Substituição

A substituição ocorre quando o termo é substituído, porém, diferencia-se da referência, pois, nem a substituição recupera totalmente o sentido do termo anterior.

Na fala, apresentam-se os termos: *ela*, que se refere à matéria; *cálculos*, referindo-se às letras misturadas com números; e *me*, referente à própria entrevistada.

Na escrita, *ela* como pronome do caso reto da 3ª pessoa do singular, refere-se à matéria; letras e números nas operações substituem-se por *cálculos*; *me*, como pronome oblíquo da 1ª pessoa do singular, refere-se à entrevistada; e *nessa área* substitui matemática.

c) Elisão

Esse mecanismo também é conhecido como *anáfora zero*, isto é, a elisão acontece quando “a recuperação de um constituinte é processada no espaço formalmente vazio; o preenchimento se faz no plano semântico com a ativação das informações subentendidas” (OLIVEIRA, 2012, p. 197). Nesse caso, a elisão recupera informações já apresentadas em um momento anterior.

No que tange à fala, os termos: *aprendermos*, representa a elisão do pronome da 1ª pessoa do plural *nós*; *podemos*, sendo a elisão do pronome da 1ª pessoa do plural *nós*; e *assegurarmos* é a elisão do pronome da 1ª pessoa do plural *nós*.

Na escrita a elisão ocorre nos termos: *podemos* - elisão do pronome da 1ª pessoa do plural *nós* – referente aos estudantes; *levarei*, elisão da primeira pessoa do singular *eu* – referente à entrevistada; *nossa*, pronome pessoal da 1ª pessoa do plural *nós* – referente aos estudantes; e *esperamos*, elisão do pronome da 1ª pessoa do plural *nós* – referente aos estudantes.

d) **Conjunção**

Em relação às conjunções, “caracterizam-se por estabelecer vínculos de natureza lógico-semântica na sequencialização textual, como temporalidade, causatividade, consequência, condição, finalidade, proporcionalidade, entre outros”. (OLIVEIRA, 2012, p. 198)

Assim, relativamente à fala, as conjunções se aplicam nos seguintes termos:

Bem: advérbio de modo referente à *matéria*;

Mais: advérbio de intensidade referente aos *cálculos*;

Muito: advérbio de intensidade referente à *matemática*;

Assim: advérbio de modo.

No que tange ao texto escrito, as conjunções apresentam-se nos termos a seguir:

Mais: advérbio de intensidade referente *matéria*;

Muito: advérbio de intensidade referente a *mim*;

Não: advérbio de negação;

Ainda: advérbio de tempo referente aos *estudos*;

Depois: advérbio de tempo referente ao *futuro*;

Sendo: causatividade.

e) **Coesão lexical**

A coesão lexical “relaciona-se a, pelo menos, dois mecanismos aqui já mencionados: a referenciação endofórica (...) e a substituição” (OLIVEIRA, 2012, p. 199). Possui relação com a referenciação endofórica por remeter a constituintes já ocorridos no texto, e a substituição por se interligar aos processos de sinonímia e antonímia.

Nesse sentido, no texto oral, a coesão lexical se apresenta nas sentenças apresentadas a seguir:

eu...::me interesse *mais*

eu me sinto bem fazendo cálculos

eu consigo aprender *mais* rápido

eu me interesse *mais* em estudar

eu vou levar por toda a vida

Já na escrita, a coesão lexical se emprega da seguinte maneira:

eu mais me identifico é matemática

eu aprendo mais rápido desde pequena

eu tenha cada vez mais interesse em seguir nessa área.

2.3.2.2. Análise da coerência

Tomando como base a divisão dos domínios da coerência textual, sendo estes: linguístico, extralinguístico e pragmático. Desenvolvemos uma análise partindo de um sentido geral para com os objetos de pesquisa apresentados anteriormente.

O domínio linguístico corresponde a “utilização de recursos gramaticais nos níveis fonético-fonológico, semântico e morfossintático, e à seleção de itens lexicais tanto no âmbito do sintagma nominal e verbal como nos limites do período”. (OLIVEIRA, 2012, p. 201)

a) Domínio linguístico

Na versão falada dos dados, o domínio linguístico se emprega nas pausas marcadas pelas reticências no decorrer da fala, assim como os alongamentos e as rupturas apresentadas, dentre outras peculiaridades conversacionais. Na parte escrita, a entrevistada mostra um padrão gramatical de forma correta de acordo com as normas da gramática normativa, como a paragrafação, a pontuação e a acentuação gráfica.

b) Domínio pragmático

O domínio pragmático “refere-se às condições de processamento na interação” (OLIVEIRA, 2012, p. 201), isto é, trata-se principalmente da situação em que a interação está situada, e, também, tem uma parcela explicativa detalhista no decorrer do texto falado e/ou escrito. Dessa ma-

neira, compreende o texto como responsável pela explicação suficientemente necessária para a comunicação entre interlocutores.

No que dissemina o dado de fala, percebe-se que quando a entrevistada trata de matemática, a mesma explica o motivo pelo qual ela gosta da referida disciplina, assim como: *ela é uma das matérias que eu...:me interessa mais...porque..tem números... e / isso é muito legal:::...*

No texto escrito o domínio pragmático se emprega quando a entrevistada diz que acha a matemática interessante, ela explica o porque da própria concepção no trecho: *por envolver cálculos, envolvendo letras e números nas operações.*

c) Domínio extralinguístico

O domínio extralinguístico se atrela a concepção de conhecimento de mundo, isto é, o modo em que o autor do texto emprega seu conhecimento de mundo em seu decorrer.

No texto escrito, o domínio extralinguístico se apresenta em partes como: *...porque esse aprendizado é muito importante.* Onde a entrevistada mostra que a partir do seu próprio conhecimento de mundo, o estudo é muito importante.

Já no texto escrito, o domínio referido se concretiza quando a entrevistada descreve que *a partir deste aprendizado podemos conquistar objetivos que às vezes não passam pela nossa cabeça,* assim, mais uma vez, expõe seu conhecimento de mundo.

3. Conclusão

Diante de tudo o que foi tratado acima, é possível expor as seguintes considerações finais acerca dos procedimentos de análise funcionalista na linguística textual: a linguística é a ciência da linguagem, e o texto, que se engaja nessa ciência, veio a ganhar sua expansão (oral e escrita), transformando-se em objeto de estudo a partir da linguística textual, também denominada – linguística de texto.

Tratando de linguística, faz-se mister ressaltar que as correntes teóricas defendidas por Saussure (estruturalismo), Chomsky (gerativismo) e Marcuschi (funcionalismo), visam em geral estudar o texto, bus-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

cando desvendar o que ainda não foi tratado, situando cada corrente em seu tempo e em seu espaço nos estudos da linguagem.

Visto o que foi exposto na análise de dados, percebe-se que ao utilizar os elementos de textualidade para desenvolver uma análise, sempre estaremos trabalhando com alguns exemplos, e não com o texto como um todo. Assim, visou-se em grande escala, abordar os mecanismos de coesão e os domínios da coerência de maneira reflexiva, e, para não perder o foco de estudo do texto, realizamos a análise.

Contudo, a linguística textual, como as análises do discurso e da conversação, a pragmática, a semântica argumentativa etc., toma seus espaços no estudo da enunciação. Nesse sentido, deve-se destacar que, ao tratar de texto, estamos tratando de interação, de comunicação entre interlocutores, sendo este o principal objeto de análise da linguística textual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 113-126.

KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

MAGNABOSCO, G. G. Contribuições da linguística textual para a análise da coerência em hipertextos. *Texto Livre*, vol. 3, p. 1-17, 2010.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística de texto: o que é e como se faz*. Recife: UFPE, 1983.

_____. *Produção textual, análise de gênero e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 15-20.

OLIVEIRA, M. R. Linguística textual. In: MARTELOTTA, M. E (Org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 193-203.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Elia. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. Trad.: M. R. Gregolin et al. São Paulo: Claraluz, 2006.

A MULHER NA SOCIEDADE DE CONSUMO E NA PUBLICIDADE BRASILEIRA

Waldvogel Gregorio da Silva (UNIGRANRIO)

drfortuna@hotmail.com

Daniele Ribeiro Fortuna (UNIGRANRIO)

drfortuna@hotmail.com

Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)

jpinheiro@unigranrio.edu.br

Márcio Luiz Corrêa Vilaça (UNIGRANRIO)

professorvilaca@gmail.com

RESUMO

Este trabalho discute o papel da mulher na sociedade de consumo e na publicidade brasileira, principalmente no que diz respeito ao texto publicitário. Inicia-se tratando brevemente da questão do consumo nos dias de hoje, para, em seguida, abordar o tema da publicidade na sociedade. Posteriormente, a comunicação se debruça sobre a fachada da mulher (GOFFMAN, 2007) nos dias de hoje e, principalmente, sobre como o texto publicitário – tanto no que diz respeito à escrita propriamente dita quanto à imagem – a apresenta. Para exemplificar, o trabalho traz alguns anúncios publicados recentemente em revistas brasileiras e na internet. Neles, é possível verificar que, basicamente, a mulher, na publicidade brasileira, aparece de duas formas: como objeto de consumo ou como aquela que se encarrega das tarefas domésticas.

Palavras-chave: Mulher. Sociedade de consumo. Publicidade.

1. Introdução

O termo “sociedade de consumo” vem sendo utilizado de várias formas, atualmente, por vários profissionais, intelectuais e acadêmicos. A expressão tem gerado confusões conceituais, afinal o consumo faz parte da vida, tanto para atender às necessidades básicas ou não.

Se toda a sociedade precisa consumir para sua manutenção física e social e se utiliza de objetos para fins de diferenciação, status, culturas e realização individual, o que significa consumo na “sociedade de consumo”?

Lívia Barbosa afirma que a resposta para esta questão depende de como é feita a abordagem teórica utilizada por alguns autores:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

(...) para alguns autores, a sociedade de consumo é aquela que pode ser definida por um tipo específico de consumo, o consumo de signo ou *commodity sign*, como é o caso de Jean Baudrillard em seu livro *A sociedade de consumo*. Para outros a sociedade de consumo englobaria características sociológicas para além do *commodity sign*, como consumo de massas e para massas, alta taxa de consumo e de descarte de mercadorias per capita, presença da moda, sociedade de mercado, sentimento permanente de insaciabilidade e o consumidor como um de seus principais personagens sociais. (BARBOSA, 2012, p. 8)

Com isso, definir o que é “sociedade de consumo” não é tão simples assim, pois sua compreensão vem associada a diversos conceitos próximos, como cultura e sociedade, sendo muito difícil falar de uma sem pensar na outra, já que, para preservar a cultura de qualquer sociedade humana, é necessário que determinados artefatos e objetos, religião, hábitos, alimentação sejam consumidos, ajudando inclusive a diferenciar-se de outras culturas e criando assim uma identidade social.

Autores como Frederic Jameson, Zygmunt Bauman, Jean Baudrillard e outros defendem que a cultura de consumo corresponde à cultura de consumo da sociedade pós-moderna, o que implicaria a perda da autenticidade das relações sociais. Os sujeitos passariam, assim, a buscar no consumo formas de autorrealização, a fim de satisfazer seus desejos, como cita Bauman em seu livro *Vida líquida*:

A sociedade de consumo tem por premissa satisfazer os desejos humanos de uma forma que nenhuma sociedade do passado pôde realizar ou sonhar. A promessa de satisfação, no entanto, só permanecerá sedutora enquanto o desejo continuar irrealizado; o que é mais importante, enquanto houver uma suspeita de que o desejo não foi plena e totalmente satisfeito. (BAUMAN, 2009, p. 105)

Como afirmado anteriormente, a definição de sociedade de consumo não é algo simples. As definições são inúmeras e muitos autores associam o consumo à pós-modernidade. Entretanto, esta associação não é fundamental para tratar do tema. De acordo com Livia Barbosa:

(...) autores como Don Slater, Daniel Miller, Grant McCracken, Colin Campbell, Pierre Bourdieu e Mary Douglas, por exemplo, abordam a sociedade de consumo ou o consumo a partir de temas que não são considerados pela discussão pós-moderna mas nem por isso são menos importantes. Aliás muito pelo contrário, esses autores investigam o consumo sob perspectivas altamente relevantes, tais como: quais as razões que levam as pessoas a consumirem determinados tipos de bens, em determinadas circunstâncias e maneiras? Qual o papel da cultura material no desenvolvimento da subjetividade humana? Em suma, esses autores investigam como o consumo se conecta com outras esferas da experiência humana e em que medida ele funciona como uma “janela”

para o entendimento de múltiplos processos sociais e culturais. (BARBOSA, 2012, p. 11)

Popularmente, consumir está associado automaticamente a gastos inúteis e a compulsões irracionais. Este pensamento seria incitado por dos meios de comunicação de massa, que estimulariam um consumo de bens sem necessidade. Mas tal associação também não é tão simples assim. Nos últimos anos, as pesquisas sobre o consumo têm envolvido várias áreas das Ciências Sociais, o que implicou o surgimento de inúmeras teorias e desconexões entre elas. Segundo Nestor Garcia Canclini:

Ainda que as pesquisas sobre o consumo tenham se multiplicado nos últimos anos, reproduzem a segmentação e a desconexão existentes entre as ciências sociais. Temos teorias econômicas, sociológicas, psicanalíticas, psicossociais e antropológicas sobre o que ocorre quando consumimos. Há teorias literárias sobre recepção e teorias estéticas sobre a fortuna crítica das obras artísticas. (CANCLINI, 2010, p. 60)

Por isso, a definição de consumo é complexa, talvez por causa de diversas áreas enxergarem o consumo de modo particular, tentando apresentar uma definição com base nos seus próprios conceitos sem, no entanto, conseguir uma precisão. Consumir depende de diversas variáveis que nem sempre estão ligadas a luxos, prazeres pessoais, marcas, status e à divulgação maciça dos meios de comunicação, mas sim à necessidade de suprir as necessidades básicas do ser vivo, para a sua sobrevivência.

Entretanto, o ato de consumir não se relaciona apenas ao atendimento às necessidades básicas, mas implica também em questões culturais. Como afirma Canclini (2010, p. 60), “consumo é um conjunto de processos socioculturais em que se realizam apropriações e os usos de produtos” Percebe-se, então, que o termo consumo está atrelado claramente a uma perspectiva multidisciplinar.

A psicologia, por exemplo, procura explicar o papel do consumidor na sociedade como indivíduo, considerando os fatores psicológicos que influenciam seu comportamento e apontando o primeiro deles como sendo a motivação definida da seguinte forma: “é o processo psicológico que leva as pessoas a se comportarem de determinada maneira” (LIMEIRA, 2008, p. 103). A motivação é caracterizada por um estado de tensão por não ter podido realizar uma necessidade, que pode ter sido provocada por fatores internos (psicológicos, biológicos) ou externos (estímulos do ambiente, culturais ou sociais). Como todo o indivíduo tem necessidades, a Psicologia as define como inatas e adquiridas. As inatas são as necessidades fisiológicas, como as de se alimentar, de água, de ar, de roupa, de

abrigo e de sexo. Como essas necessidades são necessárias para manter a vida, elas são chamadas de necessidades primárias. Já as adquiridas, chamadas de secundárias, são as necessidades que aprendemos em resposta a nossa cultura ou meio ambiente como de autoestima, afeto, poder e de aprendizagem.

Independente da definição, fica evidente a importância da questão do consumo na sociedade contemporânea. Seja para suprir as necessidades básicas, a ânsia por segurança ou até mesmo os desejos de autorrealização, o consumo é parte inerente do processo sociocultural

Nesse sentido, a publicidade tem papel fundamental, já que cabe a ela divulgar os produtos, estimulando ainda mais a compra. Este estímulo fica mais evidente quando se trata da segmentação do mercado. Neste campo, as ideias, as imagens e os discursos contribuem para o consumo e para o entendimento dos bens.

Neste artigo, buscamos analisar brevemente a função da publicidade na sociedade de consumo e refletir como esta função se dá num segmento específico: o da mulher.

2. *A publicidade na sociedade de consumo*

Impossível refletir sobre o consumo atualmente sem considerar a publicidade. Por meio de seus mecanismos de linguagem, esta é capaz de manipular opiniões, seduzir, incitar o consumo. É lógico que o receptor não é um ser passivo, incapaz de discernir o que lhe convém ou não. Mas claro está que, nos dias de hoje, ele está cada vez mais suscetível de ser convencido a comprar, mesmo quando não tem necessidade daquele produto.

A publicidade trabalha com um mundo ideal, no qual tudo é perfeito, belo e não perecível (CARVALHO, 2007). Mas esse processo leva em conta também o contexto no qual vive seu público-alvo, pois o que é um mundo perfeito para um determinado público pode não ser para outro. De acordo com Figueiredo (2008, p. 54),

processos publicitários eficientes frequentemente levam mais em conta as crenças do consumidor do que as características do produto. A persuasão se dá quando localizamos primeiramente os valores do consumidor e depois os associamos às características do produto que estamos anunciando.

Assim, a publicidade busca constantemente uma aproximação com o consumidor. Para tanto, procura conhecê-lo e, depois, seduzi-lo.

Para Figueiredo (2008, p. 58), esta persuasão ocorre por meio da “aproximação dos valores do consumidor e do produto a ser oferecido”. Dessa forma, ao ter contato com a mensagem, o receptor se identifica com o seu conteúdo e, portanto, com o produto.

Outra estratégia publicitária é ultrapassar esta identificação por meio da emulação: mais do que revelar pontos em comum com o seu público-alvo, o anúncio mostra não apenas como ele é, mas como ele gostaria de ser. Nesse sentido, Figueiredo afirma:

Se o homem tende a procurar apoio em pessoas iguais a si mesmo, uma peça publicitária em cujo discurso se encontrar uma visão do mundo similar àquela manifestada pelo consumidor será agradável aos seus olhos e ao seu coração. Se determinada peça de comunicação mostrar o consumidor como ele acredita que é ou gostaria de ser, tenderá a aproximar o máximo sua visão daquela apresentada pela peça. (FIGUEIREDO, 2008, p. 59)

Por isso, o mundo dos anúncios é mais que confortável: é a fantasia ideal, o sonho que todos almejam realizar. É um mundo repleto de beleza, conforto e no qual todo eventual problema ou dificuldade pode ser sanado com a utilização do produto: a casa pode ser limpa em questão de minutos, a criança ficará mais bonita, o homem, mais másculo e a mulher, mais feliz.

Para apresentar este mundo de sonhos, o publicitário tem como arma principal a linguagem. Afinal, segundo Carvalho (2007, p. 25), “a estratégia para conquistar o público por meio da projeção e identificação depende do registro da linguagem, isto é, o texto e a imagem da mensagem publicitária devem estar adequados ao segmento de mercado a que se destina”.

Com isso, não apenas o mundo apresentado deve ser o do público-alvo, mas também o texto. A linguagem do anúncio deve ser a mesma do consumidor. De acordo com Carvalho (2007), é comum na Publicidade a segmentação por sexo. Em relação à mulher, por exemplo, é esta segmentação que “define a correlação sexo / discurso que, segundo Raoul Smith (...), permite identificar na linguagem feminina algumas características principais”. (CARVALHO, 2007, p. 25)

Carvalho (2007, p. 25, 26) enumera, então, essas características, que incluem traços como ênfase no campo semântico cor, “uso frequente de intensificadores e apoio constante em interrogações de adesão ou confirmação (‘Não é?’, ‘Certo?’, ‘Entende?’)”.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

O discurso publicitário trabalha com a emulação, sem, entretanto, ultrapassar fatores econômicos: a publicidade é “elemento colonizador baseado no fator econômico e na força das classes dominantes para submeter a família como instituição, e a vida familiar em geral”. (CARVALHO, 2007, p. 26)

Assim, construiu-se uma imagem da mulher como consumidora e, para reproduzir essa imagem, a publicidade reforça visões que a fortalecem: “Essa imagem feminina no universo da publicidade ocidental é a da dona de casa à qual a única atividade permitida é ‘ir fazer compras’, portanto só deve consumir ou pensar em consumir”. (CARVALHO, 2007, p. 26 e 27)

É interessante, também, perceber como a publicidade influencia a questão da identidade, principalmente no que diz respeito à mulher e a forma pela qual é vista atualmente, tema sobre o qual trataremos a seguir.

3. *A mulher na publicidade brasileira*

Se houve um tempo em que a maneira de consumir servia, basicamente, para preservar a vida e, portanto, a identidade. Hoje a maneira de consumir mostra outra forma de estabelecer identidades e construir as diferenças. Com a globalização, as transformações desenfreadas das tecnologias de produção, no design de objetos, nas novas tecnologias de comunicação, somando-se às tradicionais – que ainda são poderosas –, o cidadão passa a buscar cada vez mais a satisfação através do consumo.

A publicidade e o mercado, em mudança, procuram estudar as tendências de comportamento para poder preencher e saciar os desejos de consumo dos indivíduos. Podemos observar esta mudança na representação da mulher na família considerada “tradicional”, ou seja, aquela em que o homem tinha como obrigação trabalhar para sustentar a casa, enquanto esta ficava em casa, cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos. Na sociedade contemporânea, depois de muitas lutas por meio dos movimentos feministas, a mulher ganhou espaço no mercado de trabalho, passando a trabalhar fora. Isto amplia a sua capacidade de consumo. Ela começou a buscar não só a sua independência financeira, mas também a ajudar a contribuir com as despesas do lar. Passou, assim, a acumular dois tipos de trabalho: o que ela já tinha antes, em casa, e o que ela conquistou fora. Com isso, surgiu a imagem estereotipada da mulher contemporânea que, agora, assume duas representações em períodos distin-

tos: uma no período que está fora de casa trabalhando e o outro quando chega ao lar, onde volta a ser aquela dona de casa tradicional.

Segundo Erving Goffman:

Além do fato de que práticas diferentes podem empregar a mesma fachada, deve-se observar que uma determinada fachada social tende a se tornar institucionalizada em termos das expectativas estereotipadas abstratas às quais dá lugar e tende a receber um sentido e uma estabilidade à parte das tarefas específicas que no momento são realizadas em seu nome. A fachada torna-se uma “representação coletiva” e um fato, por direito próprio. (GOFFMAN, 2007, p. 34)

O interessante é que, mesmo com esta representação coletiva na Contemporaneidade, a imagem que mais predomina é a da mulher tradicional, mas com algumas sofisticadas, como mostra o anúncio abaixo da revista *Contigo* da Editora Abril, criada pela Agência McCann Erickson, em 2007, o qual mostra uma mulher bem vestida, com uma roupa branca, em uma cozinha sofisticada, de silhueta magra, tendo como principal frase: “Se você não quer saber da intimidade de qualquer um, Leia Contigo.” Ora, se o produto é uma revista, por que colocar uma figura feminina na cozinha? Por que associar a mulher ao ambiente da cozinha e, da mesma forma, ao interesse pela fofoca?



Fonte: <www.portaldapropaganda.com.br>

Outra curiosidade é que quando o lado doméstico não está presente no cenário, é comum vermos a imagem da mulher relacionada a um forte apelo sexual, como vemos no anúncio abaixo a cervejaria Kirin, proprietária da marca Devassa, que traz a imagem de uma mulher negra em pose sensual ao lado da frase: “É pelo corpo que se reconhece a ver-

dadeira negra”. Essa frase nos remete à época em que as mulheres negras tinham seus corpos avaliados pelos senhores brancos no mercado de escravos. Essa frase reduz as mulheres a apenas corpo, não importando se elas são escritoras inteligentes, atrizes talentosas, empresárias...



Fonte: <<http://www.inglesnosupermercado.com.br>>

Logo podemos admitir que tudo é transmissão de sinais. Segundo Goffman,

Entre as partes da fachada pessoal, podemos incluir os distintivos da função ou da categoria, vestuário, sexo, idade e características raciais, altura e aparência; atitude, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos corporais e coisas semelhantes. (GOFFMAN, 2007, p. 31)

Precisamos estar atentos à representação da mulher e ao público-alvo predominante. Em outras palavras, a mulher é representada de que forma quando o público-alvo é a própria mulher e quando público-alvo é predominantemente masculino. Mencionamos aqui público-alvo predominante por entender que, em alguns casos, os produtos ou serviços anunciados podem ter um público-alvo amplo, mas as estratégias e discursos da publicidade podem estar voltados ao que se considera como maior fatia do potencial consumidor. Por exemplo, em publicidades sobre cervejas, é comum que as peças publicitárias tenham os homens como público predominante, fato que, por exemplo, explica uma representação bela e sensual da mulher.

É fácil notar que, no mundo contemporâneo, se tornam muito evidentes os distintivos citados por Goffman, trabalhados não só pela mídia de massa, como também pelas novas tecnologias, fazendo com que a mulher assuma fachadas novas e temporárias. As invenções e as novas tec-

nologias bombardeiam de forma contínua a consumidora dos dias de hoje, que passa a buscar desenfreadamente produtos e serviços que a tornem capaz de ostentar padrões de beleza taxados pelo marketing. Ela é estimulada a consumir produtos – também criados para a praticidade do corre-corre do dia a dia – e marcas que a fazem acreditar em determinados estilos de vida.

A propaganda abaixo é da marca Dove que, durante muito tempo, manteve uma campanha, segundo a qual a mulher não precisava seguir os padrões de beleza vigentes para ser bonita. O slogan é “O sol nasceu para todas”. Cabe ressaltar que, na propaganda, as três mulheres estão de biquíni, em uma praia. É claro que o produto – produtos da Dove para o verão – está relacionado ao local, mas não há criatividade na forma pela qual a mulher é representada.

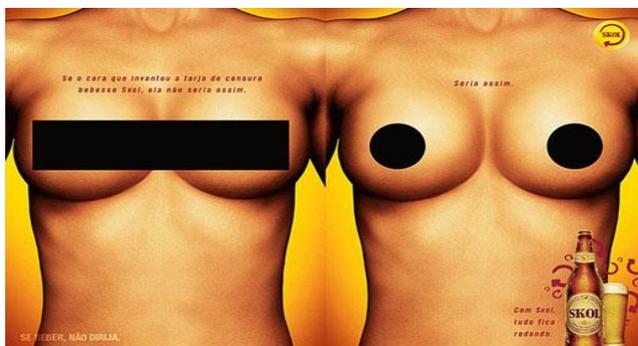


Fonte: <www.unilever.com.br>

Cabe ressaltar ainda que a imagem da mulher parece ser constantemente associada a determinados tipos de produtos e serviços, como joias, cervejas, produtos de limpeza e de higiene. A jornalista Nadia Lapa, do site da revista *Carta Capital* afirma:

Todo mundo já sabe: em comerciais de cerveja, estará sempre muito calor e as mulheres vestirão um biquíni fio dental nos corpos belíssimos. Corpos esses sem língua, diga-se, porque elas nunca falam nada. Quer vender detergente, sabão em pó ou qualquer outro produto de limpeza? Direcione as propagandas para mulheres, porque elas ainda não saíram da cozinha. (LAPA, 2015, on-line)

Dessa forma, a publicidade parece enfatizar, em muitos casos, a imagem da mulher como um objeto de consumo. Na propaganda abaixo, da Cerveja Skol, o corpo da mulher é associado ao consumo da cerveja, ou seja, aquele que consome a bebida é capaz de apreciar o corpo de uma mulher.



Fonte: <www.gazetadopovo.com.br/blogs/mulherio/o-machismo-que-impregna-a-propaganda>

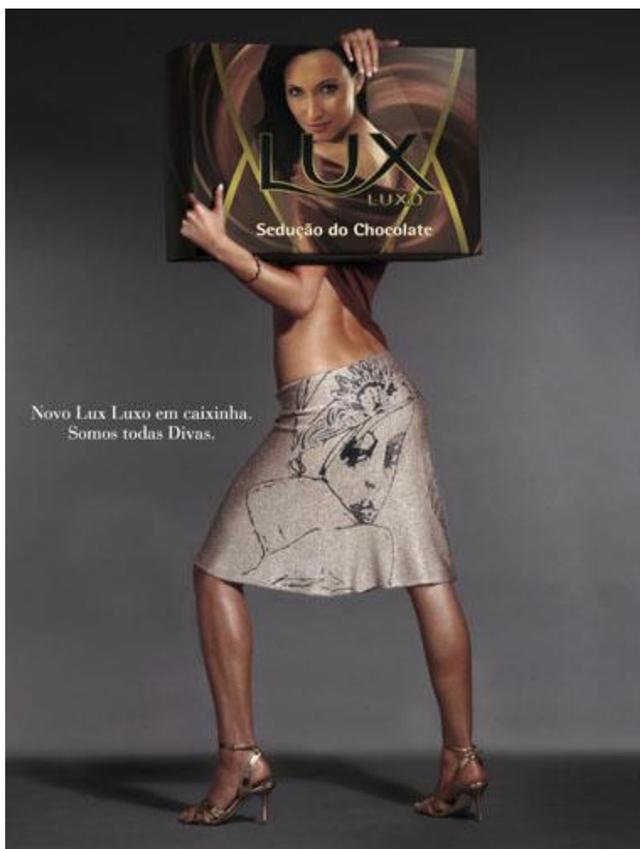
Na propaganda abaixo, mais uma vez, a mulher é associada a atividades domésticas. O anúncio do sabão em pó Omo, cujo slogan é “Porque se sujar faz bem”, mostra duas mulheres que parecem felizes em cozinhar e não veem problema em estar sujas de chocolate. O negro da cobertura de bolo contrasta com a alvura de suas roupas. Fica implícito, ainda, que serão as duas personagens mostradas no anúncio as responsáveis por lavar suas roupas, pois o papel da mulher parece ser ainda o da aquela que lava, passa e cozinha.



Fonte: <www.unilever.com.br>

Por fim, apresentamos o sabonete da marca Lux. Durante muitos anos, o sabonete foi associado a atrizes de cinema e televisão, tendo como slogan a frase “9 em cada 10 estrelas usam Lux”. Utilizando-se da es-

estratégia de emulação, a marca atualizou sua campanha com o mote “Somos todas divas”. Com isso, qualquer uma pode ser uma diva, uma estrela. Para tanto, basta utilizar Lux. Além disso, a imagem da propaganda mostra uma mulher sensual, que tem uma parte de seu corpo desnuda.



Fonte: <www.unilever.com.br>

4. Conclusão

“O sol nasceu para todas”, afirma o *slogan* de Dove. Assim como as mulheres podem estar lindas, independente do seu tipo físico, é dado a elas o direito de consumir como bem quiser. Entretanto, a forma como são representadas parece ultrapassada.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

O discurso publicitário parece não ter acompanhado as mudanças na contemporaneidade. A mulher é consumidora, formadora de opinião, mas continua sendo representada de forma sensualizada ou dona de casa, cuja maior preocupação é com a cozinha e manutenção da limpeza.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Lívía. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Zahar: 2012.
- _____. *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BECK, Urilchi. *Incertezas fabricadas* [Entrevista]. Disponível em: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=7063&cod_canal=41>. Acesso em: 20-12-2014.
- CARVALHO, Nelly. *Publicidade, a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- FIGUEIREDO, Celso. *Redação publicitária: a sedução pela palavra*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LAPA, Nádia. *A representação da mulher na mídia e em produtos*. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-pra-que/a-representacao-da-mulher-na-midia-e-em-produtos-7011.html>>. Acesso em: 13-04-2015.
- LIMEIRA, Tania Maria Vidigal. *Comportamento do consumidor brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- www.estadao.com.br. Acesso em: 13-12-2014.
- www.portaldapropaganda.com.br. Acesso em: 13-12-2014.

**A PERFORMATIVIDADE NO CONGADO:
“CANÇÕES” E IDENTIDADES RESISTENTES**

Victor Guedes (UFOP)

viannaguedes@gmail.com

Kassandra da Silva Muniz (UFOP)

kassymuniz@gmail.com

RESUMO

A seguinte pesquisa tem como objetivo analisar as “canções” de Congado, como manifestação afrocultural e, a partir da teoria de performatividade de Austin (1998), observar como essas são tecidas como identidade no fio da diáspora africana. A partir do levantamento de material bibliográfico sobre o Congado e as identidades de seus membros na América Latina - dada à invisibilidade de intelectuais e temáticas africanas no Brasil – observar como a linguagem performatiza essas identidades. Com o propósito de analisar a relação entre identidade e linguagem manifestada nos “cânticos” religiosos em que a cultura afro se consolidou dada a riqueza desses significados. Nessa prática simbólica, coloca-se em pauta se o Congado seria uma manifestação cultural de matriz africana no meio católico ou se seria uma tradição católica dentro de uma manifestação de matriz afro. Dando continuidade a essa análise, usaremos como referencial teórico as reflexões no campo da pragmática, por meio dos conceitos de Performatividade e os estudos culturais e identitários (HALL, 2006). Para essa comunicação oral, portanto, exibiremos os resultados iniciais da discussão teórica empreendida, no que se refere à relação entre identidade e performatividade (AUSTIN, 1998) nos grupos congadeiros de Minas Gerais. Também usaremos as ideias de pós-modernidade de HALL (2006) na (re)construção identitária. Dessa forma, iremos apresentar nesta comunicação a relação entre linguagem e identidades a partir da área da pragmática, principalmente a visão performativa da linguagem que se encontra em Austin. Os resultados mostram que o conceito de performatividade nos ajuda a entender os cânticos entoados no Congado que acabam por restabelecer e ressignificar a memória do povo africano no Brasil.

Palavras-Chave: Congado. Performatividade. Pragmática. Identidade.

1. Introdução

No dia 26 de março de 1991, em Lancaster, Reino Unido, nasce John Langshaw Austin. Reconhecido por seus estudos na área da filosofia da linguagem, Austin buscava fugir do sistema perfeito de comunicação proposto por Saussure, em que sempre podemos compreender a linguagem, sistema esse em que sempre existirá falante e ouvinte de forma universal, desprezando-se aí os diferentes contextos de uso. Para isso, Austin se engaja na área da filosofia da linguagem ordinária, a partir dos estudos dos atos de fala, uma das discussões fundamentais da pragmática

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

ca: “pragmática analisa, de um lado, o uso concreto da linguagem, com vistas em seus usuários e usuárias, na prática linguística; e, de outro lado, estuda as condições que governam essa prática”. (PINTO, 2001, p. 47)

Em 1964, o filósofo inglês publicava seu artigo “*Performative-constative*” em um cenário de grandes discussões a respeito da linguagem e defende inicialmente que os enunciados são ao mesmo tempo constativos, ou seja, verdadeiros ou falsos, já os enunciados performativos não podem ser classificados nem como verdadeiros nem como falsos, pois possuem como sua função realizar ações.

Porém, após prosseguir com seus estudos, Austin chega a conclusão de que não existe a dicotomia “*performativo-constativo*” e a ideia de enunciados performativos podem existir em todo e qualquer enunciado, transformando-o em ação.

Essa abrangência quanto aos enunciados performativos nos possibilita a reflexão de performance em outras áreas da linguagem: corpos são performativos, canções são performativas, raça, identidades e gêneros podem ser performatizados. Quando performatizados, esses conceitos podem mostrar seu lugar de poder na sociedade e se mostrar firme quanto às amarras presentes socialmente e historicamente, desde o período pré-colonial.

Nessas identidades performatizadas, podemos observar a figura do negro brasileiro. Marcados por suas tradições orais, os negros, quando na prática de tradições afroculturais, repassam suas histórias e costumes através da oralidade, como podemos observar nas religiões de matriz africana. E mesmo sob grandes repressões e preconceitos, essas religiões se mostram fortes até os dias atuais. Dentro dessas tradições resistentes, o Congado atravessa e dialoga com o catolicismo e as religiões afro-brasileiras e canta a resistência de um povo marcado pelo longo período escravista que acarreta práticas de racismo e discriminação.

A teoria da performatividade, portanto, pode se vincular a diversos “pontos” da linguagem, e dessa forma, o presente artigo buscará apresentar os laços presentes entre a linguagem, a resistência e a cultura afro-latina presente no Congado.

2. *Pragmática, atos de fala e performatividade*

A pragmática é uma das áreas da linguagem responsáveis por analisar a linguagem em uso, estudar como ela pode afetar seus usuários em seus contextos comunicacionais e interacionais, a compreensão e seus objetivos como falantes. A partir disso, a pragmática possui três vertentes: o pragmatismo americano (semiologia), estudos de comunicação e a teoria dos atos de fala. O pragmatismo americano apoia-se em três pontos – signo, objeto e interprete – considerando a verdade do enunciado ligada aos objetivos do locutor. Na seguinte vertente, os Estudos de Comunicação, toda linguagem é representação da realidade social na qual os usuários estão imersos. E por fim, os Atos de fala, que possuem John Langshaw Austin como autor principal, tem por objetivo estudar os efeitos dos atos de fala sobre o locutor e alocutor. Essas vertentes buscam fugir do sistema comunicacional proposto por Saussure, onde a comunicação se dá dentro de um sistema fechado e universal. Já a atual pragmática, distante desse sistema cartesiano de comunicação, possibilita encarar a linguagem, seus ruídos e suas complexibilidades de forma anticartesiana. (RAJAGOPALAN, 2014)

John Langshaw Austin usou seus estudos filosóficos para fugir do ideal de linguagem como sistema e em 1964 publicou seu artigo “*Performative-Constative*”. Nesse artigo, Austin defende que enunciados podem realizar ações de forma concreta, ou seja, possuem força. Para Austin, essa força, quando atribuída a enunciados performativos, se dividem em: força ilocucionária e força perlocucionária. Nessa divisão existe uma tripartição dos atos de fala, “ato locucionário - realização de um ato de dizer algo; ato ilocucionário – realização de um ato ao dizer algo; e ato perlocucionário – realização de um efeito sobre o interlocutor” (PINTO, 2007). Quanto aos enunciados performativos e enunciados constativos, Austin (1998, p. 111) afirmava que os enunciados constativos são aqueles que possuem propriedades verdadeiras ou falsas, à medida que os enunciados performativos possuem sua própria função em torno da problemática dos atos perlocucionários e ilocucionários. Em sua II conferência, Austin forma as condições necessárias para a realização dos enunciados performativos: são enunciados felizes e infelizes. Essas condições possibilitam que os enunciados possam ser bem-sucedidos ou não, e o contexto e as convenções ritualizadas possibilitam que os enunciados se concretizem.

O enunciado constativo tem, sob o nome de *afirmação* tão querido dos filósofos, a propriedade de se verdadeiro ou falso. Ao contrário, o enunciado

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

performativo não pode jamais ser nem um nem outro: tem sua própria função, serve para realizar uma ação. "Formular um tal enunciado" é realizar a ação, ação, talvez, que não poderia ser realizado, ao menos com uma tal precisão, de nenhum outro modo. (AUSTIN, 1998, p. 111).

Após essas conclusões, Austin observa que não existem critérios verbais capazes de distinguir enunciados performativos dos constativos. Rajagopalan (1989 *apud* MUNIZ, 2010) afirma, baseado nos estudos de Austin, ser o termo 'performativo' predicativo para qualquer enunciado, e, portanto, para a linguagem em geral, não existindo assim uma fórmula em palavras para os atos de fala.

Temos necessidade, parece-me, é de uma doutrina nova, ao mesmo tempo completa e geral, do que se faz ao dizer alguma coisa, em todos os sentidos dessa frase ambígua, e do que chamo de ato de fala, não sob tal ou tal aspecto somente, abstração feita de todo o resto, mas tomada na sua totalidade. (AUSTIN, 1998, p. 121)

Portanto são as condições propostas nos atos de fala que irão operar os enunciados performativos e não sua fórmula.

3. *A problemática das identidades*

Para muitos, identidade pode ser definida como o que define o sujeito, seja a partir da afirmação do próprio sujeito ou até mesmo por elementos externos capazes de performatizar essa identidade. Nesta pesquisa, acreditamos que identidades são performativas: "são efeitos de atos que impulsionam marcações em quadros de comportamento (fala, escrita, vestimentas, alimentação, cultos, elos parentais, filiação etc.)". (PINTO, 2007, p. 16)

Para Hall (2006) existem três momentos históricos para a concepção de identidade: a identidade do sujeito do Iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. A identidade do sujeito do iluminismo é baseada na concepção "da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado" (HALL, 2006, p. 10), identidade, portanto, seria um núcleo interior ao indivíduo na qual emergiria com o nascimento e se desenvolveria, porém, permanecendo a mesma ao longo da existência do indivíduo, de forma contínua, logo, as identidades possuiriam certa rigidez. A noção de identidade para o sujeito sociológico implica estar consciente de que o núcleo interior dos indivíduos não é autônomo e nem autossuficiente, e sim que a interação deveria ser considerada importante para a mediação do sujeito para com seus valores, seus sentimentos, seus sentidos, seus símbolos e a cultura na qual está envolto. Com isso, o su-

jeito sociológico se dá a partir da interação do “eu” e a sociedade, com o detalhe que é um sujeito ainda composto por um núcleo, uma essência interior, um “eu real” (HALL, 2006, p. 11), mas suscetível a mudanças, em um diálogo constante com os mundos culturais diversos e as identidades que o circundam. Devido a essa comunicação do “eu” com o exterior, Hall (2006, p. 12) argumenta que “o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades [...]”. E é a partir dessa noção de fragmentação das identidades é que são concebidas as noções de identidades pós-modernas, capaz de eliminar a fixidez. A identidade do sujeito pós-moderno, portanto, torna-se uma “celebração móvel” (HALL, 2006, p. 13), capaz de se transformar continuamente em relação aos sistemas circuncidantes definindo-o historicamente e não biologicamente. Logo, a identidade unificada, fixa e coerente, tal como vemos na ideia de “identidades do iluminismo” é uma “fantasia” (HALL, 2006, p. 13) devido aos confrontos com múltiplas identidades desconcertantes e cambiantes.

Podemos atribuir o conceito de enunciados performativos à ideia de identidades cambiantes, já que essas identidades são formadas a partir da linguagem com os usos sociais. O uso de enunciados performativos, tal como Butler coloca (1997, *apud* MUNIZ, 2010), no momento após o parto, quando o médico profere o enunciado “é uma menina” não é apenas constatar qual será o sexo da criança, “antes de tudo, é uma forma de se atribuir, desde já, à criança certa feminilidade, um gênero, ou seja, trata-se, antes, de um ato performativo e, por isso mesmo, político” (MUNIZ, 2010) por isso a questão de identidade atrelada à performatividade.

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. Além disso, a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato e a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas. Isso por sua vez significa que as identidades em questão estão sempre num estado de fluxo. Colocando essa tese na sua formulação mais radical: falar de identidade; seja do indivíduo falante seja da língua isolada, é recorrer a uma ficção conveniente. [...] (RAJAGOPALAN, 1998, p. 41-42, *apud* MUNIZ, 2010)

A relação entre performatividade e identidades não se prende apenas às questões de gênero, mas também questões de raça, como podemos observar na identidade negra do congadeiro latino-americano, que trazem desde seus antepassados uma tradição baseada na oralidade. O povo negro trazido à força ao Brasil performatiza suas tradições e identidades e

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

as mantém vivas, latentes, de forma que não sejam esquecidas. Foi a partir dessa transmissão dos conhecimentos ancestrais trazidas da África ao Brasil que podemos notar a desvalorização dessas tradições desde o período colonial quando eram obrigados a deixar toda sua ancestralidade, crenças e cultura de lado para que fossem batizados. Castanha (2008) coloca que devido a essas conversões católicas forçadas aos negros, preservar costumes e hábitos, tais como língua e religião tornavam-se cada vez mais difíceis e com isso uma forma política de se colocar a favor de certas tradições, mantendo-as latentes em suas memórias e na oralidade.

Mesmo com essas imposições aos negros não eram permitidos acessar as igrejas dos brancos, o que os fez organizarem-se em irmandades e construir igrejas cujos patronos eram negros, tais como São Benedito e Santa Efigênia: “com a mesma fé e devoção que dedicavam aos seus orixás nos cultos africanos, os negros adotavam a religião e os santos católicos” (CASTANHA, 2008, p. 27). Além dessas igrejas, existiam aquelas construídas aos santos protetores como Nossa Senhora do Rosário, que recebiam procissões, promessas e festas. E dessa forma, orixás eram relacionados pelos negros com santos católicos, como Ogum e São Jorge ou Iansã e Santa Bárbara, reelaborando suas vivências religiosas na sociedade colonial e (re)construindo suas identidades, culturas e tradições em terras brasileiras. Marcando, portanto, o comportamento, o fazer, o falar e o ser brasileiro. Por exemplo:

Nos *congós*, festas que misturam as tradições cristãs e africanas, escravos vestidos de reis, rainhas, princesas e embaixadores saíam pelas ruas ao som de instrumentos de origem africana como o ganzá, o agogô, o xequerê e o adufo. Ritmo, percussão e melodia que, ao mesmo tempo, homenageavam santos católicos e reis e rainhas africanos. Com extrema emoção, lembravam suas origens e sofrimentos do cativo. Pediam proteção aos santos. Reafirmavam a identidade. (CASTANHA, 2008, p. 27)

Essa tentativa de silenciamento levou ao hibridismo de certas tradições e nos possibilita pensar que “[...] falando em termos etnográficos, não existem formas puras”. (HALL, 2003, p. 343). Para Hall, essas culturas não devem ser ouvidas como recuperação de diálogos perdidos e sim como elas realmente são como adaptações “conformadas aos espaços mistos, contraditórios e híbridos da cultura popular”, por exemplo, as tradições congadeiras presentes no estado de Minas Gerais, na qual negros performatizam tradições africanas – em “cantos”, corpos, toda sua indumentária e instrumentos – em devoção a santos protetores. Para Hall (2003, p. 340) a palavra “popular”, para cultura, carrega um dado peso devido ao fato de a cultura popular ter sua base em “experiências, praze-

res, memórias e tradições do povo”, além de, relacionar-se com “esperanças e aspirações locais, tragédias e cenários locais que são práticas e experiências de pessoas comuns”. Essa visão possibilita uma aproximação com Pinto (2007, p. 24) e seus estudos sobre performatividade e corpo. Pinto afirma serem os atos repetidos dentro de um quadro capaz de constituir gêneros, ou seja, atos ritualizados através de um corpo que fala, possibilitando ritualizar a “cultura popular” e mantê-la como resistência a partir da performatividade dos atos de fala.

4. O Congado

Com datações que se aproximam ao século XVI, durante o período colonial brasileiro, o Congado – conhecido como Congo, Congada ou até mesmo Reino – é uma tradição religiosa de matriz africana na qual, segundo Martins (1997, p. 25): “...a cultura negra nas américas constituíram-se como lugares de encruzilhada, inscrições e disjunções, fusões e transformações, confluências e desvios, rupturas e relações, divergências, multiplicidade, origens e disseminações”.

Uma tradição cristã católica dentro das religiões de matriz africana ou uma tradição de matriz africana dentro das tradições cristãs? Esse é um ponto em que se cruzam ambas as tradições, onde não existem sobreposições. Ao mesmo tempo em que cantam canções/pontos com vínculos nitidamente africanos, por exemplo, “Aba Cuna Zambi Pala Oso” (Negros do Rosário), os congadeiros cantam sua devoção aos santos católicos.

Seja nos cantos, nas vestimentas, nas danças, nos tambores podemos perceber a identidade afro, uma identidade, que dentro do Congado, não é esquecida e nem marginalizada. A autora Martins (1997) coloca que durante a diáspora negra, os africanos tiveram seu “corpo e seu *corpus* desterritorializados” e marcado pela cultura europeia, que grafou assim seus códigos linguísticos, religiosos, filosóficos e culturais. Porém, mesmo com essas cicatrizes deixadas pelo colonizador europeu, a identidade africana nunca foi – e nunca será – esquecida, mantendo assim seu caráter de resistência e construindo uma sobrevivência étnica, política e sociocultural.

Foi a partir do forte caráter de resistência, que, mesmo com as leis presentes no sistema escravocrata em que os africanos eram submetidos e marginalizados, a cultura da oralidade sai vitoriosa frente à cultura ágrafa

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

européia – a qual menosprezava a riqueza simbólica presente na linguagem oral dos escravizados e buscava invalidar o panteão das religiões de matriz africana – e nasce o Congado, repleto de músicas, danças e festejos. E foram dessas “encruzilhadas” que nasceram os “jogos ritualísticos de linguagem e *performance* culturais”. (MARTINS, 1997, p. 26) do Congado.

Silva (2011) coloca que em relatos orais a ela concedidos, os congadeiros afirmam que as congadas seriam uma forma de juntar os negros escravos que trabalhavam em diferentes roças, afirmando que “*ia de congada*” (SILVA, 2011) até o local em que trabalhavam e que suas festas eram o único dia de descanso oferecido pelo senhor de engenho. Nessas festividades, ocorriam homenagens a santos e santas padroeiros, coroações aos Reis Congos. Além dessa característica festiva, o autor afirma que existem aqueles que dizem que uma das funções das Congadas era a de conseguir dinheiro para alforriar escravos. Esses escravos, quando já alforriados, migravam para Minas Gerais e lá buscavam ouro para conseguirem a alforria de mais escravos. Podemos observar esse sofrimento ao qual os eram submetidos, aliado à devoção, na seguinte canção, entoada em festividades congadeiras:

No tempo do cativoiro
Quando senhô me batia
No tempo do cativoiro
Quando senhô me batia
Eu pedia por Nossa Senhora, meu Deus
Quando a pancada doía
Eu pedia por Nossa Senhora, meu Deus
Quando a pancada doía.

(No tempo do cativoiro – Negro do Rosário, 1992).

Devido a essas festividades, podemos colocar que, por constituir-se de uma narração de narrativas transmitidas oralmente, existe a recriação de temas, com recorrentes supressões e acréscimos característicos das transmissões orais, o que, sem dúvidas, contribui para a (re)construção da memória de grupos sociais africanos, proporcionando uma constante reelaboração das identidades. Para Martins (1997, p. 45) uma das versões mais recorrentes para a formação do Congado de Nossa Senhora do Rosário, uma das protetoras dos negros - assim como Santa Ifigênia, São Benedito e Nossa Senhora dos Mecês – é de que no período de escravidão, os negros escravos avistaram a imagem de uma santa que vagava pelas águas do mar. Os brancos, ao saberem, resgataram-na e a colocaram em um altar de uma capela construída por escravos, na qual ne-

gros não podiam entrar. E mesmo com as orações e hinos feitos pelos brancos, a imagem da santa desaparecia e retornava para o mar. A mesma coisa ocorria em inúmeras tentativas de resgate, mas após muita persistência dos escravizados para ajudar, os brancos se rendem e permitem que os negros rezassem à beira-mar para que a santa retornasse. Dessa forma, criou-se uma *guarda* de Congo que se dirigiu para a praia e com ritmos saltitantes, coreografias compassadas, suas vestimentas de cores alegres e paramentos brilhantes cantaram e dançaram para a divindade. A santa movimentasse as águas, mas não os acompanhou. Foi aí então que os moçambiqueiros, pretos velhos, pobres, de vestes simples e pés descalços, trazem seus tambores sagrados, os *candombes*, sua voz glutal, suas *cungas*, seus *pantagomes* e sua fé que assim, agradando a santa que os acompanha sentada no maior tambor, o Santana ou Chama.

São nessas celebrações, na recriação desse mito, que podemos observar a afirmação da identidade negra, um posicionamento político frente ao sistema de opressão colonialista. É no jogo linguístico que podemos observar a devoção e a fé latentes, onde o “mítico e o místico se hibridizam com outros temas e narrativas que recriam a história da travessia de negros e seus descendentes brasileiros” (MARTINS, 1997, p. 46). Os principais protagonistas das tradições congadeiras variam conforme a localização. Em Minas Gerais, podemos observar guardas como: Congos, Moçambique, Marujos, Catupés, Vilões, Caboclos, as quais se diferenciam por suas vestimentas, cantos e danças. Essas guardas são a menor unidade do Congado e podem ser empregados também com os termos “Terno” ou “Corte”, onde a autoridade central é a figura do Capitão – responsável por manter a ordem (SILVA, 2010, p. 17). Outra parte de grande importância no Congado são os reinados: o reinado representa o conjunto dos personagens a serem coroados, são eles os reis e rainhas de Congos.

As guardas de Congado de maior destaque são as guardas de Congo e de Moçambique. Essas, apesar de possuírem suas semelhanças, tais como as roupas brancas, possuem suas peculiaridades: nas guardas de Congo é usado, além dos saiotes de cores azuis, rosa, vermelha, amarela, verde, usam capacetes, repletos de ornamentos como flores, espelhos e fitas coloridas. Em suas danças performatizam passos acelerados e saltitantes e “rompem obstáculos” com espadas e/ou longos bastões coloridos. Já as guardas de Moçambique, usam, em sua maioria, saiotes azuis, brancos ou rosa sobre suas vestimentas brancas, turbantes, gungas nos tornozelos (algo semelhante a um chocalho construído com latas e

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

chumbo) – podemos pensar nesse adereço como uma maneira de performatizar e simbolizar as correntes usadas pelos escravos no período de escravidão. Suas danças são mais cadenciadas e suas coreografias possuem passos mais marcados se compararmos com as guardas de Congo. De movimentos lentos, nos quais os pés nunca se afastam do chão, a guarda de Moçambique mantem sempre os ombros encurvados e seus movimentos são sempre acentuados por seus cantares:

Olê, vamo devagá
Olê, vamo devagá
Moçambiqueiro não pode corrê
Moçambiqueiro não pode corrê
Olé vamos devagar

(MARTINS, 1997, p. 46)

Essas guardas trazem consigo o terço, o rosário cruzado no peito – o que pode ser considerado um dos elementos simbólicos mais visualmente característicos. Todos esses elementos de linguagem performatizam uma tradição africana resistente, seja nas vestimentas, nas canções, nas danças.

5. *Conclusão*

Após o conhecimento de algumas tradições Congadeiras, assim como suas canções, histórias e observações a respeito da identidade africana recriada na diáspora, podemos observar como essas tradições performatizam a resistência de uma identidade negra, congadeira, uma identidade de um povo de fé, que não deixa suas tradições morrerem. Trazem sempre consigo a memória de um povo marcado pela diáspora africana. Como vimos na canção “No tempo do cativo” a invocação aos santos católicos mantém latente a fé e devoção dando sentido aos cortejos e festividades. A ideia de escravidão e devoção performatizam a memória e a resistência de um passado no qual o negro era colocado à margem, e através de uma estrutura ritualizada dos cortejos, os integrantes possibilitam uma leitura do passado afro-brasileiro. Essa consciência permite uma (re)construção dos valores e tradições passados de geração em geração através de oralidade. Dessa forma se dão as instituições ritualizadas, com a transmissão de mensagens, tradições e valores, que quando colocados numa rotina, no que é sagrado dentro do Congo, são capazes de performatizar resistência, que na presença do outro, para Silva (2010) deslocará essas identidades, o que poderá torna-las forte. Além disso, é dentro

dessas instituições ritualizadas, como no Congado, que o negro toma consciência de sua identidade e se coloca como igual:

Os congadeiros entrevistados tomam consciência que são sujeitos e que estão, através da prática do ritual, mantendo viva a memória, preservando uma tradição secular e, a cada toque do tambor e compasso da dança, reatando os laços com as suas origens e (re)construindo com harmonia e singularidade, nos interstícios da sociedade brasileira, a sua própria identidade pessoal e étnica. (SILVA, 2010, p. 156)

A cada toque de tambor, o congadeiro toma mais consciência e (re)constrói a tradição congadeira, que por muitos é vista por uma lente repleta de preconceitos, até mesmo dentro da igreja católica, devido aos seus epistemes africanos, quando se vestem de branco, quando cantam suas canções em cortejos e colocam suas identidades em questão.

E são essas identidade em (re)construção, identidades que se cruzam (MARTINS, 1997) que nos possibilitam pensar no Congado como forma de performatividade e assim colocar as religiões de matriz africana trazidas ao Brasil no século XVI em paralelo com as ideias dos *Atos de Fala* da Pragmática proposto por Austin no século XX. Enquanto os congadeiros cantam pontos como “Abá Cuna Zambi Pala Oso” (*Negros do Rosário*, 1992) de caráter nitidamente africano, não esquecem sua devoção aos santos católicos, portanto, não há uma sobreposição das influências externas, elas são fragmentadas – como propõe Hall e as identidades pós-modernas – elas se tornam móveis dentro do Congado. Portanto, há performatividade no fazer congadeiro, seja nas canções, nos pontos, na devoção aos santos e santas, nos cortejos, nas danças, nas vestimentas, toda a linguagem existente no Congado trazem de forma performativa a tradição, a memória e a resistência das tradições e culturas afro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. J. Performativo-constativo. In: OTTONI, P. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 109-144.
- CASTANHA, Marilda. *Agbalá, um lugar no continente*. Ilustração da autora. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra? In: SOVIK, Liv (Org.). *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 335 -339.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Ta-
deu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A,
2006, p. 7-22.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o Reinado do Rosário
no Jatobá*. Belo Horizonte: Mazza, 1997.

MUNIZ, Kassandra da Silva. Sobre política linguística ou política na lin-
guística: identificação, estratégias e negritude. In: FREITAS, Alice Cu-
nha de. (Org.). *Linguagem e exclusão*. Uberlândia: Edufu, 2010, p. 99-
123

OS NEGROS do Rosário. Lapa Discos, 1992. Disco compacto (38 min.):
digital, estéreo.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSALIM, Fernanda; BENTES,
Anna Christina. (Org.). *Introdução à linguística: domínio e fronteiras*,
vol. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidade.
D.E.L.T.A., vol. 23, n. 1, p. 1-26, 2007.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *A nova pragmática: fases e feições de um
fazer*. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. Da arrogância cartesiana à “nova pragmática”. In: SILVA, Da-
niel Nascimento e; FERREIRA, Dina Maria Martins; ALENCAR, Clau-
diana Nogueira de. (Org.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo:
Cortez, 2014.

SILVA, Daniel Albergaria. *Ternos de congado, santos e ancestrais: as
redes de interação no contexto das festas do rosário em Minas Gerais*.
2011. Disponível em:

<[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/130834
6412_ARQUIVO_Conlab-DanielAlbergaria.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308346412_ARQUIVO_Conlab-DanielAlbergaria.pdf)>. Acesso em: 20-05-
2015.

SILVA, Rubens Alves da. *Negros católicos ou catolicismo negro? Um
estudo sobre a construção da identidade negra no congado mineiro*. Belo
Horizonte: Nandyala, 2010.

A RETÓRICA SEM FERRUGEM DA BOM BRIL

Hélia Coelho Mello Cunha (UENF)
heliacoelho14@gmail.com

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar categorias retóricas e argumentos presentes em alguns anúncios publicitários impressos da empresa Bom Bril, abordando a persuasão pelo discurso criativo. Foram analisadas 24 contracapas de revistas brasileiras de 1997 até o ano de 2000, publicadas no livro *Soy Contra Capas de Revistas* pela W/Brasil, empresa responsável pela criação e divulgação dos anúncios. Questões de retórica apresentadas por Aristóteles, Chaim Perelman e Olivier Reboul serviram de embasamento teórico para as análises. Concluiu-se que o sucesso da campanha deveu-se, principalmente, ao uso de recursos retóricos e argumentos que cativam o auditório.

Palavras-Chave: Retórica. Bom Bril. Argumentação.

1. Introdução

Para que uma argumentação se desenvolva, é preciso, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 20)

O que faz uma campanha publicitária fazer sucesso por tantas décadas? Qual seria a fórmula utilizada nos textos para atrair o auditório?

Neste trabalho, procuramos responder estes questionamentos por meio da análise de 24 textos impressos da empresa Bom Bril em contracapas de revistas do Brasil entre 1997 e 2000. Por haver uma quantidade muito grande de anúncios, escolhemos alguns textos nos quais o garoto propaganda da empresa, Carlos Moreno, representava pessoas públicas (Ronaldo, Gil Gomes, Xuxa, Bill Clinton, Walter Mercado, Enéas, Tiazinha, Globeleza, FHC, A Feiticeira, Luciano Huck e Ivete Sangalo, Ratinho, Adriane Galisteu, Ronaldo e Milene, Silvio Santos, Gorete, João Gilberto, Sandy e Júnior, Ana Maria Braga, Alexandre Pires, Popó, Alberto Roberto, Barrichello, e Nicéa Pitta e Pitta) que eram do conhecimento das donas de casa do Brasil (público alvo da campanha publicitária da Bom Bril).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Os anúncios foram selecionados¹⁰ a partir do livro *Soy Contra Capas de Revistas*, publicado pela empresa responsável pela criação e divulgação dos anúncios, a W/Brasil. Neste, 136 contracapas, publicadas: de 1997 a 2000, foram compiladas.

Devido ao enorme sucesso da campanha publicitária da Bom Bril, não apenas em nosso país, mas em todo o mundo, foram abordadas as razões que fazem dessa campanha um grande sucesso e tentamos mostrar, através de exemplos de textos, como o uso de técnicas essencialmente retóricas contribui para a crença em uma determinada verdade defendida por alguém.

Há muitos estudos retóricos sobre os textos publicitários da Bom Bril, mas muitos deles abordam os recursos de linguagem verbal e não verbal e desprezam a argumentação. Reboul (1998, p. 90) afirma que “é preciso negar-se à opção mortal entre retórica da argumentação e retórica do estilo. Uma não está sem a outra”. Por isso, neste trabalho, além de analisarmos as figuras retóricas que são essenciais para provocar paixão pelo discurso persuasivo, utilizamos alguns conceitos sobre retórica que foram apresentados pelos filósofos Aristóteles e Chaïm Perelman, enfatizando a importância do convencimento de um auditório através da argumentação.

Na obra de Aristóteles, questões como gêneros retóricos e meios de prova (*pathos*, *logos*, *ethos*) serão abordados neste texto. A teoria de Chaïm Perelman, apresentada na obra *Tratado da Argumentação - A Nova Retórica* aponta questões como a importância do auditório e da comunhão com o enunciador e uma tipificação de argumentos. E, através de Olivier Reboul, em seu livro *Introdução à Retórica*, buscaremos o estudo das figuras retóricas presentes nos textos.

O nosso objetivo neste trabalho é apresentar a retórica, não como um recurso de manipulação, mas como uma técnica utilizada pelo falante para convencer e persuadir um auditório através da argumentação.

O discurso publicitário é retórico por excelência. O anunciante de um produto de consumo está interessado em obter lucros, vendendo o seu estoque e as suas novidades. O possível comprador sempre estará interessado em algum conforto, alívio, segurança ou prazer. E, se acreditar que

¹⁰ Após a escolha das contracapas no livro, as imagens foram encontradas em páginas da internet para reprodução neste trabalho (anexos), já que a editora não permite a reprodução das páginas de seu livro.

o produto anunciado vem ao encontro de seus interesses, ficará predisposto a comprá-lo. A publicidade se ocupa de persuadir, aliciar, incitar à ação. Para convencer, para cada caso e cada tipo de público, se vale da argumentação.

Na obra de Aristóteles, questões como gêneros retóricos e meios de prova (*pathos, logos, ethos*) foram abordadas neste texto.

Dos três gêneros retóricos, o judicial, o deliberativo e o epidíctico, o discurso publicitário pertence claramente ao último. Diversas características suas evidenciam esta descrição. São privilegiadas as qualidades das coisas e as suas características (dos bens de consumo na publicidade). Assim, a publicidade é um discurso epidíctico, no sentido em que mostra, aponta, anuncia, exhibe – torna público, pretende exhibir o seu objeto. O orador cria comunhão em torno de certos valores reconhecidos pelo auditório, valendo-se do conjunto de meios que a retórica dispõe para amplificá-los e valorizá-los. E quando não há motivo bastante no próprio produto para o seu elogio, ele é contrastado com as carências e defeitos da concorrência.

Os meios de prova da publicidade também possuem características apresentadas por Aristóteles: em alguns textos, o orador empresta a sua credibilidade à venda do produto (*ethos*) e em outras há um apelo à emoção do auditório (*pathos*); a racionalidade (*logos*) não predomina.

A teoria de Chaïm Perelman, apresentada na obra *Tratado da Argumentação – A Nova Retórica* aponta questões como a importância do auditório e da comunhão com o enunciador. Auditório é o termo usado por Perelman para definir o conjunto daqueles a quem o falante deseja influenciar por sua argumentação. O seu conceito de auditório difere do aristotélico, já que na Grécia o auditório era o grupo de pessoas presente fisicamente ao redor de um orador para ouvir o seu discurso. Para Perelman, auditório se refere à concepção mental de auditório do orador ou do escritor. A argumentação do texto oral ou escrito é dirigida sempre a um auditório. Segundo ele (1999, p. 7), “a ausência material de leitores pode levar o escritor a crer que está sozinho no mundo, conquanto, na verdade, seu texto seja sempre condicionado, consciente ou inconscientemente por aqueles a quem pretende dirigir-se”. Havendo comunhão, o orador terá mais facilidade em persuadir o outro. Por isso, é importante que os argumentos estejam de acordo com o auditório, pois só assim haverá comunhão.

Argumentos como comparação e analogia que também foram apresentados por Perelman serviram de base teórica para este trabalho. A comparação e a analogia, segundo Pauliukonis (1996), são consideradas eficientes estratégias porque possibilitam ao sujeito do discurso apresentar os objetos comparados de acordo com sua preferência e suas intenções persuasivas. Através desse recurso, o enunciador induz o ouvinte à aceitação de sua opinião. Consiste em confrontar duas verdades e concluir sobre a relação que existe entre elas.

E, através de Olivier Reboul, em seu livro *Introdução à Retórica*, buscamos o estudo das figuras retóricas presentes nos textos (como trocadilho, metáfora, metonímia, personificação) que têm importante papel na argumentação. Segundo Reboul (*op. cit.*, p. 114), “A figura só é de retórica quando desempenha papel persuasivo”, e, “se o argumento é o prego, a figura é o modo de pregá-lo”.

2. A importância da retórica

Para os antigos, a retórica era concebida como um conjunto de princípios e regras de comunicação que deviam ser ensinados como parte integrante de uma educação esmerada. Não seria bem-educado o jovem que não fosse treinado para falar bem em público. Assim, o ensino da retórica, basicamente, mas não unicamente, era o ensino de técnicas de oratória. A ênfase da retórica na Antiguidade era posta no comunicador. Para os medievais; uma ferramenta, uma disciplina puramente formal utilizável em diversos campos do conhecimento.

Hoje, a “nova retórica” enfatiza o receptor da mensagem comumente chamado de “público” ou “auditório¹¹” – o leitor, o ouvinte, o telespectador. Daí a importância de conhecê-lo para empregar os recursos retóricos adequados a cada situação, usando linguagem que ele entenda e apresentando razões que lhe satisfaçam, enfim, usando um discurso convincente como sendo aquele que consegue fazer o público sentir-se identificado com o comunicador e sua proposta. Agimos retoricamente quando justificamos nossa posição em termos aceitáveis para nosso público e nos identificamos com valores e interesses dele. A retórica é, pois, comunicação que propõe (não impõe) uma visão da realidade que corres-

¹¹ Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p. 22), “auditório é o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”.

ponde a desejos ou necessidades do emissor e à sensibilidade e interesses de seu público.

2.1. A retórica das mil e uma utilidades

O discurso publicitário é retórico por excelência. O anunciante de um produto de consumo está interessado em obter lucros, vendendo o seu estoque e as suas novidades. O possível comprador estará interessado em algum conforto, alívio, segurança ou prazer. E, se acreditar que o produto anunciado vem ao encontro de seus interesses, ficará predisposto a comprá-lo.

O ato de persuadir em um anúncio publicitário não se dá pela apresentação de uma informação sobre o que o emissor pensa a respeito do produto anunciado; é uma elaboração com o intuito de transformar o ponto de vista do público, de tornar uma opinião aceitável, quando ela não o seria se fosse forçada. O texto publicitário condiciona o auditório através de inúmeras técnicas, influenciando o seu comportamento, tornando-o mais acessível aos argumentos que lhe serão apresentados, procura agir sobre as tendências essenciais de cada um, a fim de provocar um desejo de ação no sentido que lhes é favorável.

Para conseguir levar o indivíduo à ação desejada, a mensagem publicitária segue uma série de etapas correspondentes aos vários estágios do processo psicológico. O discurso envolve-o emocionalmente, busca sua simpatia, faz com que ele se identifique com o apelo e tenha vontade de agir no sentido desejado.

A retórica exerce o convencimento por meio de um discurso. Não se recorre à violência ou a um experimento empírico, mas procura-se a adesão intelectual do auditório universal apenas com o uso da argumentação. Os textos da campanha publicitária da Bom Bril enfatizam a ideia das mil e uma utilidades do produto, dando liberdade de escolha ao receptor de usá-lo ou não.

Para que se compreenda o sucesso e permanência do texto publicitário da Bom Bril deve-se pensar, em primeiro lugar, na adesão do auditório. Normalmente, o discurso de venda de produtos de limpeza é dirigido a donas de casa e esse foi também o objetivo inicial dos anúncios dessa empresa. No entanto, apesar de dirigidos a um auditório particular,

os textos da campanha alcançaram um auditório universal¹² – agradou a dona de casa tradicional, aquela que trabalha fora (mas também em casa) e ao mesmo tempo a jovens, letrados, analfabetos, velhos, homens, crianças, estudantes de pós-graduação (já foram publicados muitos trabalhos acadêmicos sobre o assunto), brasileiros e estrangeiros (há premiações recebidas pelo mundo todo). Neste trabalho, são analisados os recursos utilizados por Washington Olivetto, redator dos textos, para que isso ocorresse.

2.2. O gênero retórico da publicidade, sob a visão de Aristóteles e Perelman

Definido o seu apelo retórico, resta a questão do gênero a que a publicidade pertence, e dos lugares próprios desse gênero. Dos três gêneros retóricos, o judicial, o deliberativo e o epidíctico, o discurso publicitário pertence claramente ao último.

Diversas características suas evidenciam esta descrição. O seu discurso não é nascido do imediatismo do debate e confronto que condicionam os outros dois gêneros (judicial e deliberativo); ele é preparado com antecedência pelo seu autor e, por isso, são privilegiadas as qualidades das coisas e as suas características (qualidades dos bens de consumo).

Assim, a publicidade é um discurso epidíctico (grego *Epideiktikos*, latim *Demonstratum*), no sentido em que mostra, aponta, anuncia, exhibe – torna público. O orador cria comunhão em torno de certos valores reconhecidos pelo auditório, valendo-se do conjunto de meios, de provas, que a retórica dispõe para amplificá-los e valorizá-los.

Ao abordar as qualidades das provas empregadas pela retórica, Aristóteles (2005, p. 96-97) afirma:

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. (...) Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam, conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. (...). Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular.

¹² O auditório universal, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca, é o objetivo principal da argumentação.

Sabendo-se que o objetivo principal do texto publicitário é a venda de um produto, faz-se essencial também a noção de auditório revitalizada das ideias de Aristóteles pelo filósofo da nova retórica.

Como apontam Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999, p. 27), “ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores”.

A teoria de Perelman esclarece sobre a comunhão e presença que devem ser estabelecidas entre o falante e o ouvinte. Todo discurso deve ser composto, pensando-se naqueles que irão ouvi-lo ou lê-lo. No discurso publicitário, o emissor deve escolher as premissas que poderão ser aceitas pelo auditório a que se dirige e, através da sua argumentação, convencê-lo da compra do produto.

Ao abordarem as técnicas argumentativas, Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999, p. 211-465) apresentam dois tipos de argumentos: de ligação (ou associação) e os de dissociação. O processo de associação baseia-se no princípio da solidariedade. Seu objetivo é aproximar os elementos estabelecendo entre eles uma relação de união. Dentre estes argumentos, percebe-se, nos textos em anexo, o uso dos de associação, mais precisamente, os argumentos que fundam a estrutura do real: argumentação que opera como que por indução, formulando uma lei, uma tese, estabelecendo generalizações e regularidades, propondo modelos, exemplos, ilustrações a partir de casos particulares ou pelo menos a repetição de casos idênticos para estabelecer o que se acredita ser uma estrutura do real socialmente construído, através do uso de analogias e comparações.

2.3. Garoto Bom Bril: um conquistador de auditórios

Para que a publicidade funcione, venda, é necessário que ela primeiro crie uma imagem de marca, uma personalidade positiva que estabeleça uma relação de "amizade" entre o consumidor e o produto.

O garoto Bom Bril, representado pelo ator Carlos Moreno, entrou para a história da publicidade brasileira como um caso único (encontra-se no *Guinness Book*) por ter sido de 1978 a 2004 o garoto-propaganda da empresa e voltado a ser em 2007, função que exerceu até 2011. Até abril de 2007, Moreno havia participado de 337 inserções como "Garoto Bom

Bril"¹³. Em 25 de abril de 2013, começou a ser veiculado um novo comercial da empresa, criado pela agência DPZ, em que ele retorna ao posto de Garoto Bombril e ocupa a bancada da marca com as humoristas Monica Iozzi e Dani Calabresa, integrantes da campanha intitulada "Mulheres Evoluídas". Permanece, agradando ao público, resistindo a evoluções tecnológicas, linguísticas e a modismos.

No seu início, a campanha se destinava a divulgar, para a dona de casa, os novos produtos fabricados pela Empresa Bom Bril (lava-louças Brill, detergente Limpol e o sapóleo Radium) associando-os à marca da famosa esponja de aço, o principal produto da empresa. Sem concorrentes no mercado, a esponja Bom Bril, presente na televisão desde os anos 70, vendia milhões de unidades por ano.

Segundo Matos (2007, p. 34-35)

Em 1978, o garoto-propaganda da Bombril “nasceu” com uma proposta diferente e incomum para os moldes da época. Produtos de limpeza, que têm até hoje as mulheres como público-alvo, costumavam ser apresentados por mulheres, a fim de que fosse criada uma maior identificação do público com o produto. Na época, criar um personagem masculino para falar de limpeza às mulheres não parecia render muita credibilidade. Contudo, Andrés Bukowinski, Francesc Petit e Whashington Olivetto ousaram mudar e acertaram.

O garoto-bombril derrubava o modo autoritário e superior comum ao sexo masculino diante das mulheres. Tímido, cabisbaixo e simpático, Carlos Moreno fala, desde aquela época, com as donas de casa com respeito e atenção. A atitude ganhou a credibilidade e simpatia não só das donas-de-casa, mas também das mulheres e homens, que também consomem os produtos da Bombril.

Matos (*idem*, p. 51-52) também declara:

Até então, comerciais de produtos de limpeza não eram considerados estimulantes, do ponto de vista da criatividade publicitária, pela impossibilidade de variação do tema: explicações dos componentes químicos do produto, técnicos imponentes avaliando os resultados, dona-de-casa surpresas com o resultado do produto etc.

Percebendo que a consumidora também não gostava desse tipo de comercial, a dupla de diretores da DPZ, Francesc Petit e Washington Olivetto, criou uma campanha que brincava com o fato. Introduziu um personagem bem humano, um químico da própria empresa, tímido e desajeitado, constrangido por estar na televisão, encarregado de falar à dona-de-casa sobre os novos produtos, que ele ajudara a fabricar. Muito educado, ele não atacava os concorrentes, mas deixava claro que o produto dele tinha sempre algo diferente. (...)

¹³ O Garoto Bombril. Disponível em: <http://www.wtennis.com.br/html/revistas/67/carlos.htm>>. Acesso em: 15-11-2014.

Vivido por um ator ainda desconhecido do público, o personagem causou impacto além do esperado. A campanha, que expunha a fragilidade do garoto-propaganda numa época em que a sociedade era carregada de valores machistas, era muito inovadora e foi comentada através da imprensa. O garoto-bombril representaria um novo homem que, inclusive, não se envergonhava de dizer que precisava manter o emprego, contando com a cumplicidade da consumidora. Como lembra Maria Elisa Albuquerque, “Uma manchete, na revista Propaganda, resumia: ‘O comercial que matou o machão’”.

O personagem ganhou um brilho excepcional na atuação de Carlos Moreno, conquistando alto grau de credibilidade. Sua imagem perfeitamente adequada ao vídeo, às revistas, não é impositiva. Propicia maior participação emocional ao leitor suscitando nele sentimentos positivos: confiança, afeto, afinidade, alegria. Desperta também a simpatia pelo mais fraco, característica da personalidade de muitos brasileiros. O próprio Carlos Moreno¹⁴ afirmou que “a imagem do técnico se diluiu totalmente. O que sempre se manteve foi a simpatia, o jeito educado e não impositivo de passar as coisas, esse lado mais cordial. Acho que é isso que ainda cria empatia.”

Albuquerque¹⁵ (*apud* MATOS, 2007, p. 52) declara:

Simplicidade era a tônica, lembrando um pouco aqueles comerciais ao vivo da década de 50, quando ainda não havia o *videotape* e a ambientação dos filmes da Bombril tinha aquele toque de improviso, de “feito na hora”, como as primeiras garotas-propaganda. A aparente falta de recursos cenográficos foi construída com equilíbrio para roteiros extremamente verbais, que se apoiavam por inteiro na interpretação do ator. A logomarca enorme atrás, explorando o vermelho forte e as formas arredondadas, praticamente envolvia o garoto-propaganda. A propaganda apresentava uma pessoa normal, fora dos estereótipos da publicidade. Era um anti-herói dos comerciais, cuja arma mais contundente era o humor. O personagem ganhou um brilho excepcional na atuação de Carlinhos Moreno, conquistando alto grau de credibilidade. Era tudo muito novo, muito diferente, e ao mesmo tempo, muito simples. Para Washington Olivetto, em entrevista recente concedida à Divisão de Pesquisas, “o grande mérito dessa campanha foi tratar a dona-de-casa com mulher e não como piloto de fogão. Ela teve sua inteligência mais respeitada”.

Albuquerque (1998, p. 27-32) afirma que o público gostava dele. Na campanha de 1981, criada em parte para medir a eficiência do personagem, foram realizados três filmes, como se fossem capítulos de uma história. No primeiro, o Garoto Bom Bril, muito triste, tirava o avental da

¹⁴ Essa afirmativa de Carlos Moreno foi retirada de um artigo sobre o Garoto Bom Bril, obtido através da Internet. No entanto, não havia data no texto. Cremos que deve ter sido feita entre 1986 e 1988.

¹⁵ Trecho do texto de Maria Elisa Vercesi de Albuquerque, disponível em: <www.centrocultural.sp.gov.br>.

companhia e se despedia da dona de casa explicando que havia perdido essa "boquinha" por fofoca e por acharem seu jeito "meio assim", insinuando sutilmente um trejeito efeminado. No final, o cenário vazio e silencioso deixava uma forte carga dramática no ar. Parte do público levou a sério e passou a congestionar as linhas telefônicas da empresa, a mandar cartas de todo o país (algumas ameaçando boicote aos produtos, caso ele não fosse contratado novamente). No mês seguinte, entrava no ar o segundo filme, mostrando um substituto mandão antipático, que tentava fazer a venda do produto, mas era vaiado e acabava saindo furioso. Pouco tempo depois foi veiculado o último filme da série, com a volta do felicíssimo Garoto Bombril agradecendo "a senhora que escreveu lá para a companhia. Porque emprego não está fácil hoje em dia".

O personagem, transposto para uma espécie de micro seriados, emocionou a audiência a tal ponto que esses comerciais bateram recorde de lembrança em aferição de *recall* em São Paulo e no Rio de Janeiro. Foi, sem dúvida, a campanha mais famosa e premiada do Garoto Bom Bril¹⁶.

Esse fato nos leva a crer que para que haja adesão de um auditório é preciso que o emissor conquiste o auditório. Essa conquista inicia-se por premissas aceitas pelo ouvinte e é enfatizada principalmente pelos meios de prova artísticos utilizados pelo orador. Esse contato entre o orador e o auditório é essencial para todo o desenvolvimento da argumentação.

O orador se torna, nessa campanha, digno de confiança por seu caráter. O público brasileiro, em sua maioria, gosta de pessoas simples, tímidas, fracas, simpáticas, cordiais.

As pessoas também se sentem apaixonadas pelo discurso que lida com as suas emoções. Ao se despedir da dona de casa na campanha de 1981 (citada neste trabalho), o garoto Bom Bril confessou ter perdido o emprego por "fofoca" e por não gostarem de seu jeito "efeminado". Pôde-se comprovar a paixão do público por seu discurso pela reação dos ouvintes, crendo que o fato fosse realmente real. Ao voltar à televisão, posteriormente, para alegria das pessoas que não se simpatizaram com um outro suposto garoto "antipático" e "mandão", ele agradece, "pois emprego não está fácil hoje em dia". Esse recurso, chamado de *pathos* por

¹⁶ A história da substituição do Garoto Bombril. Disponível em: http://www.abacaxiatomico.com.br/nossos_colunistas/sal/59.htm. Acesso em: 16-11-2014.

Aristóteles, vale-se de provas emocionais que são usadas para persuadir o auditório.

Na opinião de Washington Olivetto, em entrevista informal concedida em 2000, "por ser bem humano, como seu público, ele pode envelhecer no papel, não precisa ser substituído. Ele tem um conteúdo de realidade muito grande, então ele pode adquirir características cotidianas".

2.3.1. O Garoto Bom Bril nas contracapas de revistas

A partir de 1997, o que já era um grande sucesso na televisão passou para as revistas impressas. O resultado destas campanhas também mostrou-se tão positivo que, em 2000, foi lançado, durante a Bienal Internacional do Livro, em São Paulo, o livro *Soy Contra Capas de Revista* – uma coletânea comemorativa das propagandas impressas.

Neste trabalho, foram analisadas 24 destas contracapas de revistas. Para cada uma delas, foram feitos comentários pelo autor da campanha, Washington Olivetto, publicados no livro e transcritos a seguir:

- 1- ***Bom Bril... Bom de cozinha e de copa também*** – Maio de 1998. *O clima da Copa começa a tomar conta do país do futebol. Nosso personagem entra com sua experiência de único craque da publicidade mundial que já havia participado de cinco mundiais: 78, 82, 86, 90, 94.*
- 2- ***Gel Gomes adverte: tenha sempre estes quatro elemeeeeentos na sua cozinha.*** Julho de 1998. *Gil Gomes é um dos mais conhecidos jornalistas policiais do Brasil. Sua voooooz e sua linguagem sããããõ muuuuuuito conhecidas de todo o público. Na televisão, lançando o novo Limpol Gel, Carlos Moreno era surpreendido pelo jornalista enquanto o imitava. Simultaneamente, nas revistas, Carlinhos interpretava o personagem Gel Gomes.*
- 3- ***Bom Bril. Toda mãe gosta deste baixinho.*** Julho de 1998. *Os 8 meses de gravidez da Xuxa disputavam com o campeonato mundial de futebol a atenção de todos os brasileiros.*
- 4- ***As mulheres preferem Bom Bill. Quer dizer: Bom Bril.*** Agosto de 1998. *Dia 7 de janeiro de 98, Monica Lewinsky negou o romance com o presidente norte-americano Bill Clinton. Dia 12 de janeiro surge a primeira prova do romance, uma fita. O caso se arrasta pelos jornais até o dia 30 de junho, quando Monica Lewinsky entrega um vestido com manchas de esperma para o promotor Starr. No dia 6 de agosto, Monica presta depoimento ao grande júri e confessa ter mantido relações sexuais "incompletas" por várias vezes com o presidente. Nesse momento, percebemos que Bom Bril não podia mais se abster de discutir assunto tão relevante. Fomos às televisões e contracapas das revistas para defender a liberdade sexual do presidente norte-americano.*

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

- 5- **Limpe Djá.** Agosto de 1998. O futurólogo Walter Mercado diz: “ligue djá” na televisão. Um anúncio que tinha de ser feito djá, djá.
- 6- **Meu nome é Bom Bril.** Setembro de 1998. Em outubro, começaria novamente na televisão brasileira o insuportável horário de propaganda eleitoral. 45 dias antes parodiamos um dos candidatos à presidência. Apesar da paródia, sua votação foi a apenas 2,14% contra 56,03% do candidato eleito Fernando Henrique Cardoso, o que demonstra claramente que a nossa campanha é boa mesmo para vender produtos de limpeza. Graças a Deus.
- 7- **Compra Bom Bril, tia, compra.** Novembro de 1998. O ex-estagiário da W/Brasil Luciano Huck cria em seu programa H, na rede bandeirantes, a personagem Tiazinha. A rapidez com que foi criado e veiculado este anúncio acaba sem querer ajudando a transformar o fenômeno paulista num fenômeno nacional. Mas os méritos mesmo são todos de Tiazinha.
- 8- **Olha a Bombrileza aí, gente!** Fevereiro de 1999. BomBrileza, inspirada na Globeleza, criada por Hans Donner em 1990 e, desde então, símbolo do carnaval na Globo.
- 9- **Bonita promoção, Fernandinho.** Abril de 1999. Na promoção Bom Bril Quase de Graça, Carlos Moreno ficou quase que nem o presidente, quase que nem a primeira-dama...
- 10- **Realize seus desejos de limpeza.** Maio de 1999. Uma nova mulher passa a enfeitar os homens na televisão e nas páginas da Playboy. E o mesmo personagem (vestido!) continua enfeitando as mulheres do Brasil.
- 11- **Bom Bril e Limpeza. Namoro assumido.** Agosto de 1999. Enquanto o apresentador Luciano Huck e a cantora Ivete Sangalo assumem seu namoro publicamente, Carlos Moreno assume sua capacidade de representar até mesmo casais.
- 12- **Sujeira é baixaria!** Agosto de 1999. Não é só o Ratinho da Folha que faz sucesso na TV. Sempre antenada, a campanha não poderia desconhecer o fenômeno popular em que se transformou o outro Ratinho.
- 13- **Bom Bril e Limpeza. Este casamento dá certo.** Setembro de 1999. A apresentadora de TV e modelo Adriane Galisteu protagoniza um casamento e um divórcio relâmpagos. Como é relâmpago também a produção dos anúncios impressos de Bom Bril. Na maioria dos casos, um anúncio é criado, aprovado, fotografado e produzido em, no máximo, 24 horas.
- 14- **Bom Bril Limpa de primeira.** Outubro de 1999. Milene Rodrigues, uma recordista de embaixadas, já tinha batido bola com o time da W/Brasil. Encantou a todos da agência. Mas encantou mesmo ao papai Ronaldinho. (Ronaldinho nunca bateu bola com o time da W/Brasil).
- 15- **Bom Bril. Topa tudo por limpeza.** Outubro de 1999. Muita gente que passou a colecionar os anúncios de Bom Bril perguntava: “Quando é que Sílvia Santos vem aí?” Veio.

- 16- **Ó coitada da sujeira!** Outubro de 1999. Gorete virou uma das humoristas de maior sucesso na TV. E a gente fez humor baseado no humor. Coitada da concorrência.
- 17- **Não dê eco para a sujeira.** Outubro de 1999. O genial João Gilberto reclama do eco na inauguração do Credicard Hall, a mais nova casa de espetáculos de São Paulo. O assunto ecoa em toda a mídia e na comunicação de Bom Bril.
- 18- **Bom & Bril. Irmãos no brilho e na limpeza.** Outubro de 1999. Os irmãos Sandy e Junior passam a vender disco que nem Bom Bril. Merecem a citação.
- 19- **Na cozinha, ninguém tem mais Ibope.** Outubro de 1999. A apresentadora Ana Maria Braga transporta sua audiência da Record para a Globo. Inspira este anúncio de revista. Aliás, você sabia que, antes de trabalhar em televisão, Ana Maria Braga foi uma competentíssima profissional de revistas, trabalhando no departamento comercial da editora Abril?
- 20- **Sujeira, sai da minha aba, sai pra lá.** Novembro de 1999. De uns tempos pra cá, alguns publicitários passaram a se vestir como os pagodeiros. Ou foram os pagodeiros que passaram a se vestir como alguns publicitários? Bom, deixa pra lá. De todo jeito, a publicidade não podia desconhecer a grande penetração popular de pagodeiros como o Alexandre Pires, por exemplo.
- 21- **Bom Bril. Popóderoso contra a sujeira.** Novembro de 1999. Depois de anos, o Brasil volta a ter um campeão mundial de boxe. Nosso superpena Popó. Nosso superligeiro Bom Bril não deixou passar.
- 22- **Sem “Bombiril”, eu não “garavo”.** Digo, “não limpo”. Dezembro de 1999. Personagem inspirado em personagem criado pelo humorista brasileiro que mais personagens criou: Chico Anysio e seu genial Alberto Roberto.
- 23- **Com Bom Bril a sujeira perde sempre.** Março de 2000. Rubinho Barri-chello fez o vermelho tomar conta do Brasil. Mas a gente teve que lembrar que o vermelho da Bombril faz parte do país há muito, muito tempo.
- 24- **Não é bom acumular sujeira em casa. Use Bom Bril.** Março de 2000. Nicéa Pitta, ex-esposa do prefeito de São Paulo, denunciou o marido e criou um Pittagate. Por essas e por outras que a Bombril capricha nestes anúncios todos. A gente sabe o poder do nosso público alvo.

3. A argumentação limpa

Nos anúncios, o garoto Bom Bril emprestou o seu corpo a personalidades de credibilidade pública, estabelecendo, com esse recurso, uma credibilidade maior ao texto escrito, uma maior aceitabilidade à argumentação. A associação da palavra à imagem é o recurso retórico mais significativo e comum a todos esses anúncios publicados em contracapas

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

de revistas de 1997 a 2000. O valor retórico da imagem de Xuxa, Ronaldinho e outras figuras públicas está na capacidade da mensagem pictórica de levantar um argumento implicitamente, o qual vai se completar na cabeça de quem vê a imagem. A frase escrita é completada na mente da pessoa por uma argumentação implícita: a pessoa também se imagina sendo Xuxa, Ronaldinho, Gil Gomes; e, identificando-se com esse personagem, aceita a mensagem de que o Bom Bril é bom, já que é preferido por estas personalidades que admira.

A declaração de Ronaldinho “Bom Bril... Bom de cozinha e de copa também” convence mais do que a de uma pessoa qualquer. Se Gil Gomes adverte, devemos acreditar. Xuxa, rainha dos baixinhos, também é a mamãe que gosta do “baixinho Bom Bril”. Se o futurólogo Walter Mercado diz “Ligue djá”, o povo liga. Portanto, é mais do que justo ligar para o Bom Bril, se é ele quem pede. E, se Tiazinha, toda dengosa, pede, você deve comprar. Até Sílvio Santos veio dizer que Bom Bril é aquele que “topa tudo por limpeza”. E quando Filó diz: “Ó, coitada da sujeira” deve ser porque o Bom Bril “limpa de primeira” (assim como Ronaldinho, engravidando Milene). Como diz Nicéa Pitta, ex-esposa do prefeito de São Paulo, “Não é bom acumular sujeira em casa”. Na cozinha, “ninguém tem mais Ibope”, diz Ana Maria Braga. Por isso, para Bom Bril só mesmo a estatueta do Oscar em “1001 indicações na categoria limpeza”.

Analogias estabelecem relação de similitude entre duas relações que unem duas entidades. Não se trata de semelhança entre as entidades, mas entre as relações que ligam cada um dos pares. A relação entre A e B é semelhante à relação entre C e D. A sua função é esclarecer o segundo termo de comparação pelo primeiro.

Podemos reconhecer exemplos de analogias nos anúncios. Assim como Ronaldo “é bom de Copa”, o Bom Bril é “ bom de cozinha”; o produto é adorado pelas mães e os “baixinhos” são adorados por Xuxa; da mesma forma que Bill Clinton era o preferido das mulheres, o Bom Bril também era; assim como a feiticeira pode realizar os seus desejos, os produtos da Bom Bril também podem fazê-lo; Ana Maria tem ibope alto na cozinha do mesmo modo que os produtos da marca têm; a sujeira sofre ação semelhante a do piloto Barrichelo: perde sempre; e, assim como não é bom ter um relacionamento com “sujeira”, não é bom acumulá-la em casa também.

A comparação é considerada uma estratégia de persuasão porque possibilita ao sujeito do discurso apresentar os objetos comparados de

acordo com sua preferência e suas intenções persuasivas. Através desse recurso, o enunciador induz o ouvinte à aceitação de sua opinião. Consiste em confrontar duas verdades e concluir sobre a relação que existe entre elas. Pauliukonis (1996, p. 48) afirma que “para se conhecer a relação entre duas coisas, necessário é conhecer previamente as duas partes”, e que “as comparações se fazem por critérios subjetivos e o confronto é o instrumento de que se serve a língua para definir a individualidade”. Por ser subjetiva, a comparação tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes e “se presta muito mais a servir de argumentos a favor de um raciocínio do emissor, do que propriamente de uma informação objetiva sobre os fatos da realidade”, além de ser uma estratégia usada pelo emissor para que abstraia argumentos capazes de captar a adesão do interlocutor à sua tese e conduzi-lo a uma conclusão esperada.

A análise da estrutura da comparação em um discurso nos permite traduzir a intenção argumentativa presente nos enunciados de um texto, fazendo-nos refletir sobre a ordem de preferência do sujeito enunciador e a força desses argumentos para a captação da adesão do interlocutor.

Por exemplo, é estabelecida uma comparação entre duas situações: a apresentadora de TV e modelo, Adriane Galisteu, protagoniza um casamento e um divórcio relâmpagos, mas o mesmo não ocorrerá entre os produtos da Bom Bril e a limpeza, já que eles nunca irão se separar. Esta comparação reforça o valor do produto, já que, na época, separação ainda não era um valor muito bem aceito pelas donas de casa do Brasil.

Em outubro de 1999, João Gilberto reclama do eco na inauguração do Credicard Hall, a mais nova casa de espetáculos de São Paulo. Aproveitando-se do fato, a empresa lança mais um anúncio, fazendo uma comparação entre esta situação e dizendo que não podemos dar eco para a sujeira, a situação em nossas casas tem que ser diferente e, para isso, devemos usar os produtos da marca.

3.1. A linguagem sem ferrugem da Bom Bril

Outro recurso importante utilizado na campanha da Bom Bril é a inovação da linguagem publicitária, introduzindo a coloquialidade, que favorece a adesão do auditório à tese, sua comunhão com o orador. Para persuadir melhor o seu auditório, figuras retóricas se fazem presentes nos textos.

As figuras retóricas têm importante papel na argumentação. Se-

gundo Reboul (1998, p. 114), “A figura só é de retórica quando desempenha papel persuasivo”, e, “se o argumento é o prego, a figura é o modo de pregá-lo”.

Uma figura é um recurso estilístico que permite ao enunciador expressar-se de modo diferente do habitual. Nem todas as figuras podem ser consideradas retóricas; só as que desempenharem papel persuasivo. Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999, p. 195), as figuras poderiam ser agrupadas em três: de escolha, de presença e de comunhão. Seus objetivos seriam, respectivamente, impor ou sugerir uma escolha, aumentar a presença e criar ou confirmar a comunhão com o auditório através de referências a uma cultura, tradição ou passado comum. Tudo depende do contexto no qual se dá o processo enunciativo e dos objetivos do enunciador na tarefa de persuadir o auditório.

As figuras de palavras dizem respeito à matéria sonora do discurso e sua força persuasiva se dá devido ao fato de “facilitarem a atenção e a lembrança”, além de “instaurarem uma harmonia aparente, porém incisiva, sugerindo que, se os sons se assemelham não é por acaso. A harmonia é comprovada pelo prazer” (REBOUL, 1998, p. 118). Os trocadilhos “Bom Bril/bom Bill”, “bombrileza”, “topa tudo por limpeza” e “Popóde-roso” ilustram a força destas figuras.

Figuras de sentido dizem respeito à significação das palavras ou dos grupos de palavras. Consistem no emprego de um termo (ou vários) com um sentido que não lhe é habitual. Segundo Reboul (1998, p. 120), “a figura de sentido desempenha papel lexical; não que acrescente palavras ao léxico, mas enriquece o sentido das palavras”. A metonímia traz uma relação de contiguidade entre o termo substituído e o substituinte e isso pôde ser observado em quase todos os anúncios ao analisarmos a imagem. O consumidor identifica os personagens representados pelo garoto propaganda através de traços metonímicos. Os dentes, a careca, o uniforme da seleção identificam Ronaldo; a posição das mãos, Gil Gomes o cabelo e a barriga de grávida, Xuxa; barba, óculos, fisionomia austera, Enéas; o chicote e a máscara, Tiazinha; a cor da pele, pintura no corpo moreno, a Globeleza; o véu e a posição das mãos, a Feiticeira; o bastão, o bigode e o cabelo, Ratinho; o sorriso e o microfone, Sílvio Santos; o turbante, maquiagem, vestimenta, a personagem Filomena interpretada por Gorete; o violão e a língua para fora, João Gilberto; o cabelo preso, Louro José e o microfone, Ana Maria Braga; o terno e a cor da pele, Alexandre Pires; a luva de boxe, o lutador Popó; o terno, lenço no

pescoço, rede no cabelo, o personagem Alberto Roberto; o macacão e capacete vermelhos, Rubinho Barrichelo.

A metáfora também se faz presente em muitos anúncios quando elementos de significação de um campo distinto são aplicados ao universo dos produtos de limpeza. Dessa forma, os aspectos característicos desta área são transferidos para atividades domésticas, agregando novos significados e novos valores. O termo “copa” que seria uma referência ao campeonato mundial de futebol, adquire o sentido da parte da casa ligada à cozinha que será limpa com o Bom Bril. O “baixinho” que seria a criança que acompanha Xuxa, passa a ser o Bom Bril. A tia, irmã de nossa mãe passa a ser a personagem Tiazinha. O termo “de primeira”, fazendo referência à gravidez de Milene que ocorreu no primeiro encontro entre o casal, também adquire um novo sentido em relação à limpeza. Sujeira também adquire um novo sentido: deixa de ser utilizada no sentido conotativo e passa a seu sentido original com o Bom Bril.

A personificação também é evidente nos anúncios através do “namoro” entre Bom Bril e Limpeza e o “casamento” que dá certo. A expressão dita por Filó “Ô coitada” também porque “sujeira” não é um ser humano para que tenhamos pena dela. “Bom & Bril” também não são irmãos como Sandy e Júnior. Quem perde sempre deveria ser Rubinho e não a sujeira, já que ela não é um corredor de Fórmula 1.

4. Considerações finais

Em nosso trabalho, mostramos, de forma resumida, algumas características básicas da retórica como arte da persuasão em sua vertente tradicional grega e na sua mais bem-acabada reformulação moderna, que a considera como arte de argumentação.

Foi abordada a retórica na publicidade, com o objetivo de mostrar que o seu estudo enquanto arte de persuadir não se restringe ao mero interesse acadêmico.

Atualmente, estão sendo feitos alguns estudos retóricos sobre textos publicitários, mas abordando sempre os recursos de linguagem (metáfora, hipérbole, eclipse, alegoria, metonímia etc.) adaptados também às imagens. Neste trabalho, além de analisarmos as figuras retóricas que são essenciais para provocar paixão pelo discurso persuasivo, fizemos mais uma abordagem: utilizamos alguns conceitos sobre retórica que foram apresentados pelos filósofos Aristóteles e Chaïm Perelman para a análise

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

dos textos, enfatizando a importância do convencimento de um auditório através da argumentação.

Segundo Aristóteles, somos convencidos pelo apelo ético do orador que empresta a sua credibilidade à venda do produto e pela emoção que nos é provocada pelo discurso epidíctico que tem como objetivo principal mostrar, exibir o seu objeto e Chaïm Perelman afirma que o receptor é convencido à compra do produto pela escolha das premissas pelo emissor. Há uma comunhão que deve ser estabelecida entre o auditório e o orador.

Por meio da análise de exemplos de textos publicitários da empresa Bom Bril publicados em contracapas de revistas, justificamos o sucesso da campanha: a utilização dos recursos retóricos e argumentos são os meios mais eficientes para convencer e persuadir diversos auditórios.

Um argumento não é necessariamente uma prova de verdade. Trata-se, acima de tudo, de um recurso de natureza linguística destinado a levar o interlocutor a aceitar os pontos de vista daquele que fala. Mas, só estará apto a convencer aos outros da validade de seus argumentos aquele que tiver desenvolvido sua capacidade argumentativa.

Se a empresa Bom Bril continuasse com um técnico especializado apresentando apenas as características e os elementos químicos de seus produtos até hoje, dificilmente conseguiria manter contato com um auditório tão universal, tão variado.

Através do uso de técnicas argumentativas e de recursos retóricos, podemos defender nossas representações de mundo pelo uso da palavra que convence. A retórica pode ser uma esponja de aço eficiente para tirarmos a “ferrugem” das palavras e de argumentos gastos a fim de que os recursos retóricos usados nos discursos possam brilhar e atrair consumidores de nossas ideias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar, gerenciando razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Ateliê, 2001.

ALBUQUERQUE, Maria Elisa V. de. Garoto Brombril: um fenômeno da criação publicitária. *Revista D'Art*, São Paulo, Centro Cultural São Paulo, p. 27-32, 1998.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Trad.: Antonio Pinto de Carvalho. 16. ed. Rio de Janeiro: Ediouro. [19--?]

_____. *Retórica*. 2. ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.

CUNHA, Helia Coelho Mello. A arte da persuasão. In: FETZNER, Neli Luisa Cavalieri. *Argumentação jurídica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

MANOSSO, Radames. *Elementos de retórica*. Disponível em: <www.radames.manosso.nom.br/retorica>. Acesso em: 15-11-2014.

MATOS, Rodrigo César de Andrade. *Os Artíficos da mensagem publicitária televisiva para a sustentabilidade da marca Bombril: um estudo de caso*. 2007. Trabalho de conclusão de curso de graduação. – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social, 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/RodrigoCesardeAndradeMattos.pdf>>. Acesso em: 16-11-2014.

O Garoto Bombril. Disponível em: <<http://www.wtennis.com.br/html/revistas/67/carlos.htm>>. Acesso em: 15-11-2014.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Comparação e argumentação. Duas noções complementares. In: SANTOS, Leonor Werneck dos. (Org.). *Discurso, coesão e argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996, p. 48-56.

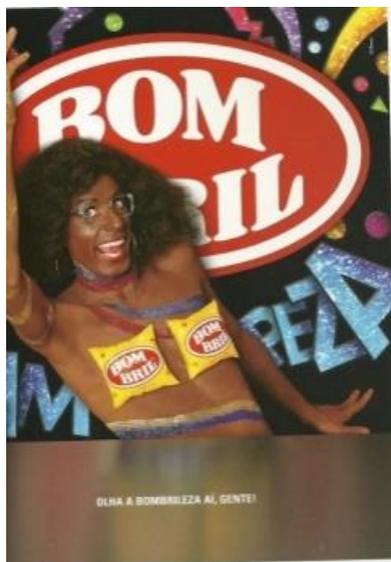
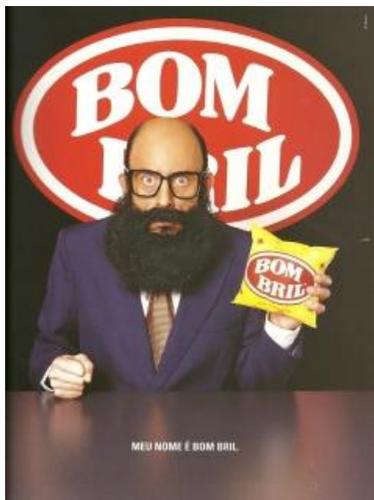
PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. Trad.: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

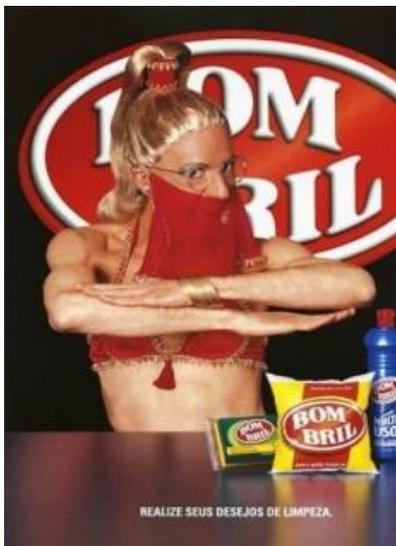
REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

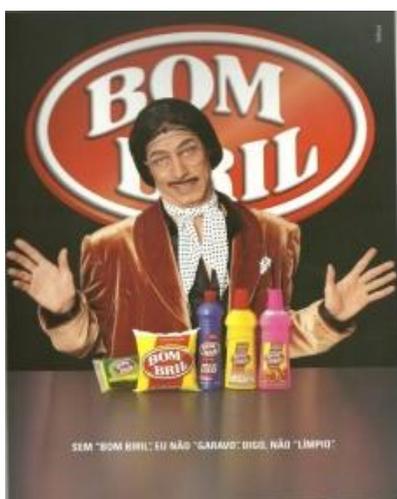
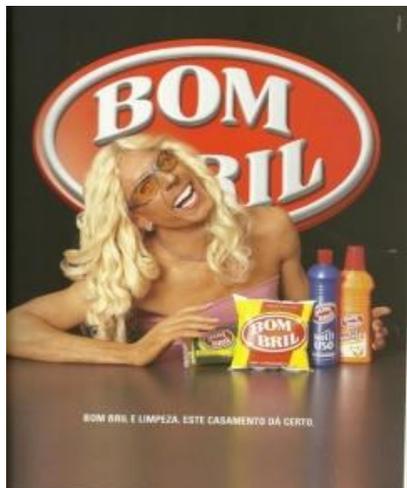
W/BRASIL. *Soy contra capas de revistas: 1001 anúncios de Bom Bril*. São Paulo: Negócio, 2000.

ANEXOS

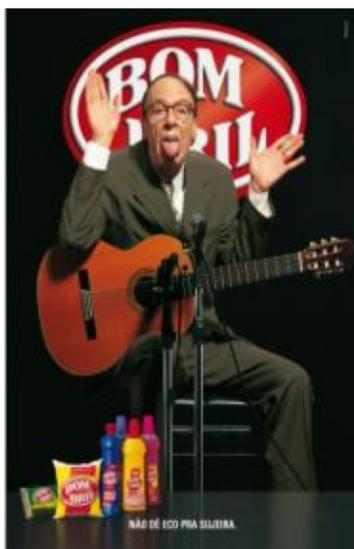












A TRAJETÓRIA DA LINGÜÍSTICA TEXTUAL

Paulo de Tarso Galembeck (UEL)

ptgal@uel.br

RESUMO

Este trabalho expõe a trajetória dos estudos do texto/discurso e toma como ponto de partida as teorias pragmáticas (a teoria da enunciação, a teoria dos atos de fala, a teoria da atividade verbal, a pragmática de Grice), as quais possuem como ponto comum, a centração na dimensão intersubjetiva e no uso da linguagem. A linguagem passa a ser vista como uma forma de atividade e, assim, enfatizam-se as relações entre a língua e seus usuários e as ações que se realizam por meio dela. Essas teorias constituem a fase preparatória dos estudos do texto/discurso, que consideram o texto como a manifestação de um enunciador situado em uma situação concreta e sujeito a determinadas condições de produção. Há um jogo interacional, no qual se deve considerar, obrigatoriamente o interlocutor. Nessa segunda parte, serão consideradas a análise do discurso de base francesa e a linguística textual de bases sociodiscursiva e interacional.

Palavras-chave:

Linguística textual. Pragmática. Enunciação. Atos de fala. Análise do discurso.

1. *Teorias de base pragmática*

1.1. A teoria da enunciação (Benveniste)

A teoria da enunciação fundamenta-se nas ideias do pensador russo M. Bakhtin, que definiu o caráter intersubjetivo e interacional da linguagem humana. A partir dessas ideias, o linguista francês E. Benveniste propôs-se a estudar a subjetividade na língua, aqui considerada como o “aparelho formal da enunciação”. Para comprovar e ilustrar a tese da *subjetividade na língua*, ele estudou particularmente os sistemas pronominal e verbal do francês.

Antes de discutir esses sistemas, cabe fazer algumas considerações a respeito dos termos *enunciado* e *enunciação*. Inicialmente, é preciso distinguir os termos *frase* (ou *sentença*) e *enunciado*. A primeira constitui uma unidade do sistema da língua, é estruturada de acordo com os princípios que regem a construção de frases (gramática ou morfossintaxe) e pode ser realizada inúmeras vezes, em situações diferentes. Já o enunciado representa uma realização concreta da frase, numa dada situação de interlocução. Veja-se: “Hoje está quente” é uma frase estruturada de acordo com as regras da gramática do português, porém, ao ser profe-

rida pela mesma pessoa ou por pessoas diferentes em situações diversas, torna-se um enunciado concreto.

A partir da distinção entre enunciado e frase, a teoria da enunciação estabelece a distinção entre *enunciado* (aquilo que é efetivamente produzido pelos falantes de uma língua) e *enunciação* (o evento de produção de enunciados, o qual é único e jamais repetido). A enunciação vai além da realização linguística em si, pois incorpora as condições de produção (tempo, lugar, relações entre os interlocutores, os papéis que eles desempenham na interação e as imagens recíprocas que eles constroem).

A enunciação vai além do que é dito, pois também a ela interessa a que título ou com que propósito se diz. Veja-se o enunciado a seguir:

Conta de energia acumula alta de 46,49% (Jornal de Londrina, 17/6/15, p. 1).

O enunciado anterior pode receber/ter sentidos diferentes, de acordo com as circunstâncias da enunciação:

- a) Apresentado com realce na primeira folha do jornal é uma forma de chamar a atenção para a principal matéria da edição do dia.
- b) Dito por um pai diante dos filhos é um pedido (ou uma ordem) para que se poupe a energia.
- c) Proferido por um economista, é uma forma de indicar o aumento dos custos de produção de qualquer bem.
- d) Enunciado por um especialista, enfatiza a necessidade de serem buscadas formas alternativas de produção de energia.

Como já foi dito, Benveniste estudou particularmente os sistemas pronominal e verbal do francês. Quanto ao primeiro, Benveniste diferencia os pronomes da pessoa (1ª e 2ª) dos pronomes da não pessoa (3ª). Os pronomes da pessoa designam as participantes do ato ilocucional, os sujeitos da interação e não são propriamente substitutos do nome, pois simplesmente instauram os papéis de falante/escritor e ouvinte/leitor. Já os pronomes da não-pessoa têm o caráter de substitutos (pró-formas), pois indicam os referentes do mundo extralinguístico.

No que se refere ao sistema verbal, Benveniste considera dois planos da enunciação (discurso e história), cada qual caracterizado pelo uso de alguns tempos verbais. Na história, existe o relato de fatos passados, sem a presença do locutor, como se fatos se apresentassem por si

sós. Os tempos da história são, em português, os pretéritos perfeito e mais-que-perfeito, e o futuro do pretérito. Já no plano do discurso, ocorre a presença de um “eu” que se apropria da língua e instaura o ouvinte como “tu” ou “você”. O “eu”, ao instaurar-se como locutor também define as coordenadas de espaço e tempo (*aqui* e *agora*), embora ele tenha a consciência que os papéis de falante e ouvinte sejam reversíveis. Os tempos do discurso são o presente e o futuro do presente, sendo comuns aos dois planos o imperfeito.

As críticas que se pode fazer à distinção entre os dois planos vêm expostas a seguir:

Inicialmente, não existe discurso sem sujeito, nem os fatos podem narrar-se por si mesmo; não existe a neutralidade do narrador, assim como não há discurso sem sujeito. Além disso, a história só pode ser considerada dentro da dimensão discursiva, nesse caso, seria preferível admitir-se a existência do *discurso intersubjetivo* (com maior envolvimento dos locutores) e do *discurso histórico*.

A tese da *subjetividade na linguagem* serviu de base a vários estudos a respeito das marcas linguísticas da presença do sujeito, como os modalizadores e os atenuadores.

1.2. A teoria dos atos da fala

A teoria dos atos da fala deriva da filosofia da linguagem e foi definida por representantes da linguística pragmática. Esses estudiosos vieram constituir a Escola Analítica de Oxford, cujos principais representantes são J. L. Austin (1962) e Searle (1969).

Essa teoria fundamenta-se em duas noções básicas: a) a distinção entre três tipos de atos de fala (*locucionários*, *ilocucionários* e *perlocucionários*); b) a distinção entre atos de fala *diretos* e *indiretos*.

A distinção entre os três tipos de atos foi estabelecida por Austin, segundo o qual é possível diferenciar entre os tipos enunciados a seguir:

- a) *Atos locucionários*: que consistem no ato de dizer em si e é constituído por um ato de referência (seleção de uma entidade do mundo extralinguístico) e um ato de predicação (atribuição de estado, propriedade, comportamento) àquela entidade (A sala/estava deserta; O urso/alimenta-se de mel).

- b) *Ato ilocucionário*: consistem na atribuição de uma força (pergunta, asserção, ordem, estado, juramento) aos atos locucionários. Os atos ilocucionários dividem-se em implícitos (nos quais não se usam verbos performativos) e implícitos (com o uso dos ditos verbos):

Atos implícitos	Atos explícitos
<ul style="list-style-type: none">• Brasil tem vinte e seis estados.• Quantos são os deputados federais?• Esteja aqui às seis!	<ul style="list-style-type: none">• Afirmo que o Brasil tem vinte e seis estados.• Eu pergunto: quantos são os deputados federais?• Eu ordeno que vocês estejam aqui às seis.

- c) *Atos perlocucionários*: são aqueles nos quais se explicita a força do ato ilocutório, por meio de verbos performativos (*prometer, jurar, ordenar, afirmar, interrogar...*)

A respeito dessa tríplice distinção dos atos de fala podem ser formuladas algumas objeções. A primeira é óbvia, e consiste no fato de qualquer ato de fala ser, ao mesmo tempo, locutório, ilocutório e perlocutório (explícito ou implícito). Além disso, a força ilocutória, é com frequência, ambígua: quando pergunto “Você sabe que dia é hoje?”, pode ser uma simples pergunta ou a alusão a um compromisso que deveria ser cumprido. O que desfaz a ambiguidade é a entoação, alguns marcadores cinésicos (gestos, expressões faciais) ou as circunstâncias da enunciação.

Cabe considerar, também, que nem sempre existe um performativo adequado a cada ilocutório ou, quando existe, ele nem sempre é usado: numa banca de arguição, é mais comum afirmar “O seu trabalho é satisfatório” e não: “afirmo que seu trabalho é satisfatório”.

Na teoria dos atos da fala também se distinguem os atos de fala diretos e os indiretos. Os primeiros são realizados por certas formas linguísticas especializadas para obter um dado efeito: tempos e modos verbais (imperativo: ordem, solicitação; proibição; indicativo: asserção), as diferentes formas de entoação, algumas expressões convencionalizadas: *por favor, com licença*. Vejam-se os exemplos:

Que horas são (pergunta)
Honrarás pai e mãe e (ordem)
Rua

Já o ato da fala indireto é realizado por meio de formas próprias a outro ato da fala:

Aqui está quente. (pedido para abrir a janela)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Existe uma estação do metrô perto daqui? (pedido para indicar onde fica a estação do metrô).

As críticas principais que são feitas à teoria dos atos da fala dizem respeito a dois pontos: a) a teoria dos atos da fala diz respeito a uma ação do locutor e não leva em conta a intenção deste, nem o interlocutor a que o ato se dirige (interação); b) a teoria não considera que existem atos de fala maiores que o enunciado.

1.3. A teoria da atividade verbal

A teoria da atividade verbal fundamenta-se nas ideias de psicólogos e psicolinguistas russos, entre os quais se salientam Leontiev (1971) e Luria (1950), os quais, por sua vez, desenvolveram algumas ideias de Vigotsky. De acordo com essa teoria, a linguagem constitui uma *atividade social finalisticamente orientada*, pois tem como objetivo a consecução de determinados fins ou propósitos. Nesse sentido, a teoria da atividade verbal representa um avanço em relação à teoria dos atos da fala, pois considera o uso linguístico como uma atividade social, direcionada à consecução de um dado propósito.

Essa atividade linguística social também possui uma dimensão cognitiva, pois o locutor deve realizar ações que assegurem ao interlocutor o reconhecimento da intenção e a compreensão do que foi dito, assim como a aceitação do propósito almejado. Entre as ações voltadas para o reconhecimento da intenção e melhor entendimento, citam-se as repetições, as paráfrases, as correções, as explicitações, os exemplos, a ênfase, ao passo que a aceitação do propósito é mais comumente realizada por meio de justificadores e a fundamentação do que é dito.

A produção da linguagem consiste nos diversos tipos de atividades que são executadas pelos interlocutores e essas atividades são compostas por quatro elementos: a) *um enunciado*; b) *a intenção* ou *propósito* com que esse enunciado é produzido; c) *as circunstâncias* em que esse enunciado é produzido e que devem ser levadas em conta para a consecução do propósito; d) *as consequências* que advêm da consecução do objetivo.

As postulações da teoria da atividade verbal serviram de base para a teoria do texto em sua formulação mais recente, porém ela, assim como a teoria dos atos da fala, está unicamente centrada nas atividades do locutor e deixa de conferir qualquer atenção ao papel do interlocutor e ao

processo da interlocução. Ora, o interlocutor não é passivo e o sentido é construído no decorrer do processo interacional. Na produção do sentido, o interlocutor não é um receptor passivo, que recupera linearmente os sentidos contidos no texto, porém cabe a ele (re)construir o sentido, com base no seu conhecimento de mundo, da inserção do texto num dado contexto sociocognitivo e interacional e da formulação de inferências.

Quanto às inferências, trata-se de elementos implícitos que não são enunciados, porém podem ser recuperados pelo interlocutor a partir do seu conhecimento do mundo e do conhecimento compartilhado entre os interlocutores. Veja-se o exemplo a seguir:

Manuel mandou vir da Alemanha o último modelo de Porsche.

Algumas informações estão implícitas, porém podem ser facilmente recuperadas:

- a) Manuel tem habilitação para dirigir autos.
- b) Ele tem condições de adquirir um auto importado de preço elevado.
- c) Ele aprecia carros esportivos.

A teoria da atividade verbal infelizmente, não leva em conta o papel das inferências e do contexto no estabelecimento do sentido.

1.4. A pragmática conversacional de Grice

O filósofo americano H. P. Grice (1975) considera o *princípio da cooperação* como o fundamento da comunicação humana: quando duas ou mais pessoas propõem-se a interagir por meio de linguagem, elas procuram assumir uma atitude cooperativa, a fim de que a interlocução decorra de forma conveniente.

Desse princípio genérico fluem quatro máximas, que são enunciadas a seguir, juntamente com uma crítica a cada uma delas. Veja-se:

Máxima da quantidade: “não diga nem mais, nem menos que o necessário”.

Crítica:

este princípio não leva em conta que certas formas de interlocução são necessariamente redundantes. Esse o caso da aula, na qual os

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

conteúdos devem ser retomados, como forma de criar um espaço comum partilhado entre o “mestre” e os alunos.

Máxima da qualidade: “só diga coisas para as quais tenha evidência adequada; não diga o que sabe não ser verdade”.

Crítica:

a segunda máxima deixa de considerar que nem sempre o locutor tem um compromisso com a verdade, pois, muitas vezes, ele pode ser irônico para demonstrar a fragilidade dos argumentos do interlocutor. Pode ocorrer, também, que o locutor “jogue verde para colher maduro”, ou seja, diga algo em que não acredita para obter uma informação mais relevante.

Máxima da relação ou da relevância: “diga somente o que é relevante para o tópico em andamento”.

Crítica:

a relevância não pode ser considerada um dado prévio, por ser algo que se define em cada passo da interação e acompanha o desenvolvimento tópico. O locutor pode enfatizar um dado que julga mais relevante, ao mesmo tempo que omite o que julgar não ser conveniente enunciar.

Máxima do modo: “seja claro e conciso e evite a ambiguidade, a prolixidade etc.”

Crítica:

em certas circunstâncias, o locutor sente a necessidade de ser prolixo, para ganhar tempo e “distrair” seu interlocutor. A ambiguidade também pode ser um procedimento intencionalmente utilizado pelo locutor.

Observa-se que as máximas constituem princípios genéricos que só se aplicam a uma interlocução idealizada, pois elas não levam em conta as diversas formas de manipulação presentes na interação verbal: ironias, alusões, pressupostos, subentendidos.

2. *Texto e discurso*

2.1. *A análise do discurso de linha francesa*

De acordo com Pêcheux (1990), a análise do discurso desdobra-se em três fases, que serão expostas a seguir:

- a) Nas primeiras fases, são introduzidas duas noções básicas: a maquinaria discursivo-estrutural, o assujeitamento do sujeito e a heterogeneidade. A primeira diz respeito a uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma e ela compõe um conjunto de enunciados que formam um discurso igual a si mesmo e diferente de todos os demais.

Já a questão do assujeitamento do sujeito é posta da seguinte forma: quem fala (o enunciador) tem a ilusão de ser o produtor do discurso, porém o enunciador do fato é a instituição (ou a ideologia que ela representa) e o inconsciente. Por esse motivo, os enunciados que um locutor dirá tornam-se bem previsíveis, pois dependem da ideologia que ele adota.

A heterogeneidade refere-se à multiplicidade de processos discursivos justapostos que formam um dado discurso. Uma língua natural, de acordo com essa perspectiva, constitui a base invariante sobre a qual esses processos heterogêneos se desdobram.

Essas três noções fazem com que a análise do discurso recuse qualquer meta língua universal e, também, a existência de um sujeito situado e intencional.

- b) A segunda admite que os processos discursivos não são uniformes, nem existe a unidade interna dos discursos, pois os discursos provêm de várias fontes. Dessa forma, a maquinaria discursiva deixa de ser vista como algo fechado em si mesmo, porque, em sua constituição existe elementos exteriores, provindos de outras formações discursivas que a atravessam continuamente, sob a forma de discursos pré-construídos ou transversos.

Introduz-se, nessa fase, a noção de interdiscurso para denominar o “exterior específico” que invade uma dada formação discursiva ou nela irrompe. Dessa forma, coloca-se um problema que não foi resolvido pelos autores dessa fase: paradoxo entre a maquinaria fechada em si mesma e as pressões de um “além” prévio e externo. Esse paradoxo coloca em xeque o caráter fechado da maquinaria discursiva estrutural, pois o entrelaçamento da análise do discurso acaba por criar zonas cinzentas de confronto, que são representados por efeitos discursivos de diversa ordem (ambiguidade, digressões etc.).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

Nesta segunda fase, o sujeito passa a ser visto como uma função ou uma série de funções dentro do entrecruzamento dessas maquinarias discursivas. Mesmo assim, ele ainda é considerado como um ser assujeitado à maquinaria discursiva com a qual se identifica e em cujo nome fala.

- c) O paradoxo entre o interior e o exterior conduz à desconstrução das maquinarias discursivas e das formações discursivas que compõem as maquinarias. Desse paradoxo flui a crise na maquinaria estrutural e estabelece agora, o primado do outro sobre o mesmo, e passa-se que a marca mais característica do discurso é a polifonia: todo discurso traz em si a memória de muitos discursos e a presença de outras vozes.

Um conceito básico dessa fase é a heterogeneidade discursiva, que consiste na colocação em cena, pelo próprio sujeito, do outro ou do discurso do outro. Chega-se, assim, a um além interdiscursivo, no qual se opõem o “ego-eu” enunciador e o outro, no ponto em que o “ego-eu” já não possui um controle absoluto do próprio discurso.

2.2. Linguística textual

Nesta parte do trabalho, serão expostos os três passos da evolução linguística textual: as análises transfrásticas; a gramática do texto; a teoria do texto. Cabe esclarecer que esses passos não correspondem propriamente a uma sequência temporal, pois houve autores que passaram por dois deles, além dessas terem coexistido (em parte) no decurso do tempo.

2.2.1. Análises transfrásticas

As análises transfrásticas ainda não consideram o texto como o objeto de análise, pois o percurso ainda é da frase para o texto. Aliás, as análises transfrásticas surgiram a partir da observação de que certos fenômenos (estruturalismo e gramática generativa), por ultrapassarem os limites da frase simples e complexa: a correferenciação (anáfora); a correlação de tempos verbais (“*consecutio temporum*”); o uso de conectores interfrasais; o uso de artigos e indefinidos. Veja-se o exemplo a seguir:

- (01)O que os escândalos do governo Lula mostram é um antídoto à desculpa tipicamente nacional de que corrupção existe em todo lugar. Afinal reve-

lam um padrão que, como gosta de dizer o presidente, “nunca, em 500 anos de história”, foi muito diferente do que é agora. Portanto, têm uma especificidade, e sem olhar para ela, o problema não será combatido e atenuado. (Daniel Piza, “O labirinto da corrupção”, *O Estado de S. Paulo*, 3/7/05, D3, p. 03).

Verifique-se, no fragmento acima, a presença dos conectores interfrásticos (*afinal, portanto*); a presença de relações anafóricas entre termos situados em frases diferentes (*o presidente*, retomando Lula; as elipses – *afinal* Ø revelam; Ø têm – que remetem *escândalos; o problema*, referindo-se a *corrupção*); o emprego dos tempos verbais (presente e futuro).

Se observados a partir de uma perspectiva textual, os elementos citados (anafóricos, conectores, tempos verbais) passam a ser encarados a partir de uma perspectiva diferenciada. Com efeito, os anafóricos deixam de serem considerados meros substitutos (termo que entra no lugar de outro) e passam a ser vistos como termos que possibilitam a retomada do dado, para que a ele sejam acrescidas novas informações. Assim, a retomada de *Lula* por *o presidente* indica que ele sabe da existência da corrupção. Os conectivos *afinal* e *portanto* têm um nítido papel argumentativo: o primeiro introduz um fragmento que retoma o que foi dito e, ao mesmo tempo, encaminha o leitor para uma conclusão. Já *portanto* encaminha o leitor para as conclusões desejadas pelo autor.

Os autores dessa fase valorizaram sobretudo o estudo dos vínculos interfrásticos (elementos coesivos). Nesse sentido, Harweg (1968) define texto como “uma sequência pronominal ininterrupta” e menciona como uma de suas (do texto) principais características o fenômeno do múltiplo referenciamento. Isenberg (1971) conceitua texto como uma “sequência coerente de enunciados” e enfatiza que o papel dos elementos coesivos no estabelecimento.

Outros autores que devem ser citados são Halliday e Hasan, cuja obra *Cohesion in English* (1976) definiu cinco tipos de mecanismos de coesão: referência, substituição, elipse, conjunção e coesão lexical. Essa tipologia recebeu muitas críticas, pois havia sobreposição entre vários desses tipos.

O papel atribuído aos elementos coesivos no estabelecimento do sentido global do texto, porém, foi questionado quando se verificou que os citados elementos não são essenciais para a compreensão do sentido global do texto. Vejam-se os exemplos a seguir:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

(02)

(2a) Não vi o acidente: não posso apontar o culpado.

(2b) Não vi o acidente: naquela hora, tinha acabado de entrar na loja.

(2c) Não vi o acidente: contaram-me que ele não respeitou a preferencial.

Mesmo sem a ausência de conectivos; ouvinte/leitor tem a capacidade de construir o significado global da sequência, porque pode estabelecer as relações lógico-argumentativas entre as partes dos enunciados:

2a: relação conclusiva (portanto).

2b: relação explicativa (pois).

2c: relação adversativa (porém).

Em outros textos, verifica-se que a presença de elementos coesivos não basta para assegurar o sentido global ao texto:

(03) Ivo viu *a uva*.

A uva é verde.

A vagem também é verde.

Vovó cozinha a vagem.

A necessidade de considerar o conhecimento intuitivo do falante na construção do sentido global do enunciado e no estabelecimento das relações entre as sentenças, e o fato de vínculos coesivos não assegurarem unidade ao texto conduzem à construção de outra linha de pesquisa. Nessa nova linha, procurou-se considerar o texto não apenas como uma lista de frases, mas um todo, dotado de unidade própria.

2.2.2. Gramáticas de texto

De acordo com Marcuschi (1999), as gramáticas textuais, pela primeira vez, propuseram o texto como objetivo central da linguística e, assim, procuraram estabelecer um sistema de regras finito e recorrente, partilhado (internalizado) por todos os usuários de uma língua. Esse sistema de regras habilitaria os usuários a identificar se uma dada sequência de frases constitui (ou não) um texto e se esse texto é bem formado.

Esse conjunto de regras constitui a competência textual de cada usuário e permite aos usuários diferenciar entre um conjunto aleatório de palavras ou frases, ou um texto dotado de sentido pleno. Outras manifestações dessa competência são a capacidade de resumir ou parafrasear um texto, perceber se ele está completo ou incompleto, produzir outros textos a partir dele, atribuir-lhe um título, diferenciar as partes constitutivas do mesmo e estabelecer as relações entre essas partes.

O principal formulador da gramática gerativa de texto foi van Dijk, em sua obra *Some aspects of text grammars* (1972).

Charolles (1983) admite que o falante possui três competências básicas:

- a) Competência formativa: permite ao usuário produzir e compreender um número infinito de texto e avaliar, de modo convergente, a boa ou má formação de um texto.
- b) Competência transformativa: refere-se à capacidade de resumir um texto, parafraseá-lo, reformulá-lo, ou atribuir-lhe um título, assim como de avaliar a adequação do resultado dessas atividades.
- c) Competência qualificativa: concernente à capacidade de o usuário identificar o tipo ou gênero de um dado tipo, bem como à possibilidade de produzir um texto de um tipo particular.

As gramáticas de texto tiveram o mérito de estabelecer duas noções basilares para a consolidação dos estudos concernentes ao texto/discurso. A primeira é a verificação de que o texto constitui a unidade linguística mais elevada e se desdobra ou se subdivide em unidades menores, igualmente passíveis de classificação. As unidades menores (inclusive os elementos léxicos e gramaticais) devem sempre ser consideradas a partir do respectivo papel na estruturação da unidade textual. A segunda noção básica constitui o complemento e a decorrência da primeira noção enunciada: não existe continuidade entre frase e texto, uma vez que se trata de entidades de ordem diferente e a significação do texto não constitui unicamente o somatório das partes que o compõem.

Apesar dos avanços apontados, cabe reconhecer alguns problemas na formulação das gramáticas textuais. O primeiro é a conceituação do texto como uma unidade formal, dotada de uma estrutura interna e gerada a partir de um sistema finito de regras, internalizado por todos os usuários da língua. Esse sistema finito de regras constituiria a gramática tex-

tual de uma língua, semelhante, em sua formulação, à gramática gerativa da sentença, de Chomsky. Ora, fica difícil propor um percurso gerativo para o texto, pelo fato de ele não constituir uma unidade estrutural, originária de uma estrutura de base e realizada por meio de transformações sucessivas. Outro problema das gramáticas de texto é a separação entre as noções de texto (unidade estrutural, gerada a partir da competência de um usuário idealizado e descontextualizado) e discurso (unidade de uso). Essa separação é injustificada, pois o texto só pode ser compreendido a partir do uso em uma situação real de interação. Foi a partir das considerações anteriores que os estudiosos iniciaram a elaboração de uma *teoria de texto*, que discutisse a constituição, o funcionamento, a produção dos textos em uso numa situação real de interação verbal.

2.2.3. *Linguística textual*

Como lembra Marcuschi (1998), no final da década de setenta, o enfoque deixa de ser a competência textual dos falantes e, assim, passa-se a considerar a noção de *textualidade*, assim estabelecida por Beaugrande e Dressler (1981): “modo múltiplo de conexão ativado sempre que ocorrem eventos comunicativos”. Outras noções relevantes da linguística textual são o *contexto* (genericamente, o conjunto de condições externas à língua, e necessários para a produção, recepção e interpretação de texto) e *interação* (pois o sentido não está no texto, mas surge na interação entre o escritor/falante e o leitor/ouvinte).

Essa nova etapa no desenvolvimento da linguística de texto decorre de uma nova concepção de língua (não mais um sistema virtual autônomo, um conjunto de possibilidades, mas um sistema real, uso em determinados contextos comunicativos) e um novo conceito de texto (não mais encarado como um produto pronto e acabado, mas um processo uma unidade em construção). Com isso, fixou-se como objetivo a ser alcançado a análise e explicação da unidade texto em funcionamento e não a apreensão das regras subjacentes a um sistema formal abstrato. A linguística textual, nesse estágio de sua evolução, assume nitidamente uma feição interdisciplinar, dinâmica, funcional e processual, que não considera a língua como entidade autônoma ou formal. (MARCUSCHI, 1998)

A. O texto como processo

A linguística textual parte do pressuposto de que todo fazer (ação) é necessariamente acompanhado de processo de ordem cognitiva, de modo que o agente dispõe de modelos e tipos de operações mentais. No caso do texto, consideram-se os processos mentais de que resulta o texto, numa abordagem procedimental. De acordo com Koch (2004), nessa abordagem “os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos na memória que necessitam ser ativados para que a atividade seja coroada de sucesso”. Essas atividades geram expectativas, de que resulta um projeto nas atividades de compreensão e produção do texto.

A partir da noção de que o texto constitui um processo, Heinemann e Viehweger (1991) definem quatro grandes sistemas de conhecimento, responsáveis pelo processamento textual:

- (a) *Conhecimento linguístico*: corresponde ao conhecimento do léxico e da gramática, responsável pela escolha dos termos e a organização do material linguístico na superfície textual, inclusive dos elementos coesivos.
- (b) *Conhecimento enciclopédico ou de mundo*: compreende as informações armazenadas na memória de cada indivíduo. O conhecimento do mundo compreende o conhecimento declarativo, manifestado por enunciações acerca dos fatos do mundo (“O Paraná divide-se em trezentos e noventa e nove municípios”; “Santos é o maior porto da América Latina”) e o conhecimento episódico e intuitivo, adquirido através da experiência (“Não dá para encostar o dedo no ferro em brasa”).

Ambas as formas de conhecimento são estruturadas em modelos cognitivos. Isso significa que os conceitos são organizados em blocos e formam uma rede de relações, de modo que um dado conceito sempre evoca uma série de entidades. É o caso de *futebol*, ao qual se associam: *clubes, jogadores, uniforme, chuteira, bola, apito, árbitro...* Aliás, graças a essa estruturação, o conhecimento enciclopédico transforma-se em conhecimento procedimental, que fornece instruções para agir em situações particulares e agir em situações específicas.

- (c) *Conhecimento interacional*: relaciona-se com a dimensão interpessoal da linguagem, ou seja, com a realização de certas ações por meio da linguagem. Divide-se em:

- conhecimento ilocucional: referentes aos meios diretos e indiretos utilizados para atingir um dado objetivo;
- conhecimento comunicacional: ligado ao anterior, relaciona-se com os meios adequados para atingir os objetivos desejados;
- conhecimento metacomunicativo: refere-se aos meios empregados para prevenir e evitar distúrbios na comunicação (procedimentos de atenuação, paráfrases, parênteses de esclarecimento, entre outros).

(d) *Conhecimento acerca de superestruturas ou modelos textuais globais*: permite aos usuários reconhecer um texto como pertencente a determinado gênero ou tipo.

B. Contexto e interação

O processamento do texto depende não só das características internas do texto, como do conhecimento dos usuários, pois é esse conhecimento que define as estratégias a serem utilizadas na produção/recepção do texto. Todo e qualquer processo de produção de textos caracteriza-se como um processo ativo e contínuo do sentido, e liga-se a toda uma rede de unidades e elementos suplementares, ativados necessariamente em relação a um dado contexto sociocultural. Dessa forma, pode-se admitir que a construção do sentido só ocorre num dado contexto.

Aliás, segundo Sperber e Wilson (1986, p. 109 e ss.) o contexto cria efeitos que permitem a interação entre informações velhas e novas, de modo que entre ambas se cria uma implicação. Essa implicação só é possível porque existe uma continuidade entre texto e contexto e, além do mais, a cognição é um fenômeno situado, que acontece igualmente dentro da mente e fora dela.

O sentido de um texto e a rede conceitual que a ele subjaz emergem em diversas atividades nas quais os indivíduos se engajam. Essas atividades são sempre situadas e as operações de construção do sentido resultam de várias ações praticadas pelos indivíduos, e não ocorrem apenas na cabeça deles. Essas ações sempre envolvem mais de um indivíduo, pois são ações conjuntas e coordenadas: o escritor/falante tem consciência de que se dirige a alguém, num contexto determinado, assim como o ouvinte/leitor só pode compreender o texto se o inserir num dado

contexto. A produção e a recepção de textos são, pois, atividades situadas e o sentido fluem do próprio contexto.

Essa nova perspectiva deriva do caráter diálogo da linguagem: o ser humano só se constrói como ator e agente e só define sua identidade em face do outro. O ser humano só o é em face do outro e só define como tal numa relação dinâmica com a alteridade (BAKHTIN, 1992). A compreensão da mensagem é, desse modo, uma atividade interativa e contextualizada, pois requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes e habilidades e a inserção desses saberes e habilidades no interior de um evento comunicativo.

O sentido de um texto é construído (ou reconstruído) na interação texto-sujeitos (ou texto-coenunciadores) e não como algo prévio a essa interação. A coerência, por sua vez, deixa de ser vista como mera propriedade ou qualidade do texto, e passa a ser vista ao modo como o leitor/ouvinte, a partir dos elementos presentes na superfície textual, interage com o texto e o reconstrói como uma configuração veiculadora de sentidos.

Cabe assinalar, em forma de conclusão, que essa nova visão acerca de texto, contexto e interação resulta, inicialmente, de uma contribuição relevante, proporcionada pelos estudiosos das ciências cognitivas: a ausência de barreiras entre exterioridade e interioridade, entre fenômenos mentais e fenômenos físicos e sociais. De acordo com essa nova perspectiva, há uma continuidade entre cognição e cultura, pois esta é apreendida socialmente, mas armazenada individualmente.

Ressalta-se, também, a evolução da noção de contexto. Para a análise transfrástica o contexto era apenas o cotexto (segmentos textuais precedentes e subsequentes, a um dado enunciado). Já para a gramática de texto contexto é a situação de enunciação, conceito que foi ampliado para abranger, na linguística textual, o entorno sociocultural e histórico comum aos membros de uma sociedade e armazenado individualmente em forma de modelos cognitivos. Atualmente, o contexto é representado pelo espaço comum que os sujeitos constroem na própria interação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press. 1962.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang U. *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman, 1981.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.

CHAROLLES, Michel. Coherence as a principle of Interpretability of Discourse. *Text*, vol. 3, n. 1, p. 71-98, 1983.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: CODE, P.; MORGAN, J. (Orgs.). *Syntax and Semantics 3: Speech acts*. New York: Academic Press. 1975.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. Londres: Longman, 1976.

HARWEG, Roland. *Pronomina und Textkonstitution*. München: Fink, 1968.

HEINEMANN, Wolfgang; VIEHWEGER, D. *Textlinguistik: eine Eiuuführung*. Tübingen: Niemeyer, 1991.

ISENBERG, Horst. Überlegungen zur Texttheorie. In: Jens I hwe. (Ed.). *Literaturwissenschaft und Limgustik*. Frankfurt: Athenäum, 1971, p. 150-173.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LEONTEV, A. *Sprach-Sprechen: Sprechfähigkeit*. Stuttgart: Kohlhammer, 1971.

LURIA, A. R. *Lenguaje y pensamiento*. Barcelona: Fundamentos. 1980.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Aspectos linguísticos, sociais e cognitivos da produção de sentido*, 1998, (mimeo.).

PÊCHEUX, Michel. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1990.

SEARLE, Jr. *Speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press. 1969.

SPERBER, Dan; WILSON, Deidre. *Relevance. Communication and Cognition*. Oxford: Blackwell, 1986.

VAN DIJK, Teun A. *Some aspects of text grammars*. The Hague: Mouton. 1972.

**A VIOLAÇÃO DAS MÁXIMAS CONVERSACIONAIS
NOS PROGRAMAS DE *TALK SHOW*:
UMA ANÁLISE HUMORÍSTICA
NAS ENTREVISTAS DO PROGRAMA *THE NOITE***

Letícia Castro Miranda (UFES)

leticiaacastrom@gmail.com

Maria da Penha Pereira Lins (UFES)

mpenhalins@gmail.com

RESUMO

O trabalho tem por objetivo apresentar o modo como ocorre a violação das máximas conversacionais em programas de televisão. Mais particularmente, buscaremos analisar como a construção do humor se dá através de implicaturas e violações das máximas conversacionais, elementos esses da pragmática conversacional de Grice (1957; 1975). Para isto, utilizaremos como *corpus* de análise o programa de televisão *The Noite* do gênero *Talk Show* apresentado por Danilo Gentili. A entrevista analisada será com o humorista Fábio Porchat realizada em 07/05/2015. Também será utilizado como referencial a teoria semântica do humor de Raskin (1985), fazendo um estudo geral acerca do humor como base para análise da construção do cômico e o modo de comunicação do humor.

Palavras-chave: Máximas conversacionais. *Talk show*. Humor. Entrevista.

1. Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar como ocorre a violação das máximas conversacionais em programas de televisão. Mais particularmente, buscaremos analisar como a construção do humor se dá através de implicaturas e violações das máximas conversacionais, elementos esses da pragmática conversacional de Grice (1957; 1975). Para tal, utilizaremos como *corpus* de análise uma entrevista do programa de televisão *The Noite* do gênero *Talk Show* apresentado por Danilo Gentili. A entrevista analisada será com o humorista Fábio Porchat realizada em 07 de maio de 2015.

Também será utilizado como referencial a teoria semântica do humor de Raskin (1985), fazendo um estudo geral acerca do humor como base para análise da construção do cômico e o modo de comunicação do humor.

2. Implicaturas conversacionais

As implicaturas criadas pelo filósofo Paul Grice, em palestra proferida em 1967 e depois em seu artigo *Lógic and Conversation* publicado em 1975 em uma conferência na Universidade de *Havard*, é um dos estudos mais importantes sobre a maneira de se abordar os significados implícitos e para o desenvolvimento da pragmática. A preocupação central de Grice era encontrar uma forma de descrever e explicar os efeitos de sentido que vão além do que é dito. Nessa conferência, ele apresentou nesse texto, de menos de vinte páginas, um sistema conceitual eficaz para o tratamento das complexas questões que envolvem o problema da significação na linguagem natural.

Grice definiu dois tipos de implicaturas. São elas as Implicaturas Convencionais e as Implicaturas Conversacionais. As implicaturas convencionais são aquelas que estão ligadas ao significado convencional das palavras, ou seja, a significação é gerada internamente, dentro do contexto linguístico. Para esta implicatura cabe o exemplo a seguir: “Apesar de fanfarrão, ele é um bom jogador de futebol”. A locução conjuntiva “apesar de” provoca a relação de sentido. Como podemos ver no exemplo, a implicatura convencional ocorre da própria força significativa das palavras, sendo assim, pressentida pelos interlocutores sem dificuldades.

As implicaturas conversacionais não dependem da significação usual, sendo determinada por certos princípios básicos do ato comunicativo. Grice diferencia as implicaturas conversacionais em particularizadas e generalizadas. As particularizadas têm as seguintes propriedades: são calculáveis, revogáveis e não-separáveis, porque dependem de um contexto específico para que possam ser calculadas.

As implicaturas conversacionais generalizadas são aquelas que não dependem de especificações de um contexto particular ou específico. Esse tipo de implicatura é muito semelhante a implicatura convencional observada por Grice em seu artigo.

2.1. O princípio da cooperação

Grice percebeu que a intenção das pessoas era de se entenderem e se fazer entender, seguindo algumas regras naturais de linguagem. Nessas regras, Grice definiu as máximas conversacionais através do princípio da cooperação.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

O princípio da cooperação indica que o locutor

faça a sua contribuição na conversação, atendendo ao que é solicitado, no momento exigido, visando aos propósitos comuns e imediatos, de forma consequente em relação aos compromissos conversacionais estabelecidos. (GRICE, 1975, *apud* MARTELOTTA, 2013, p. 90)

Esse princípio divide-se em quatro máximas e suas submáximas, apresentados como máximas conversacionais, são elas: máxima da quantidade, máxima da qualidade, máxima da relação e máxima do modo, conforme seguem abaixo:

Máxima da quantidade (seja informativo)

Faça com que a sua contribuição seja tão informativa quanto o necessário.

Não faça a sua contribuição mais informativa que o necessário.

Máxima da qualidade (seja verdadeiro)

Não diga aquilo que acredita ser falso.

Não diga aquilo para o que não possui evidência suficiente.

Máxima da relação (seja relevante)

Máxima do modo (seja claro)

Evite obscuridade de expressão.

Evite a ambiguidade.

Seja breve.

Seja organizado.

Ainda que haja outras regras como a da polidez, por exemplo, no circuito da comunicação, Grice deixa entender que as quatro categorias citadas são suficientes para explicar o fenômeno da implicatura conversacional. Observa-se que essas máximas já são presumidas pelos interlocutores e que não necessitam ser explicitadas e acordadas previamente por já fazerem parte de um contrato comunicativo. Os interlocutores presumem que as pessoas, normalmente, fornecerão uma quantidade apro-

priada de informações, que falarão a verdade, que serão relevantes e que procurarão ser o mais claras possível.

Em seu artigo Grice expõe o raciocínio que fez para mostrar que a observância do princípio da cooperação e das máximas é razoável “é de se esperar que qualquer um indivíduo que tenha em mente os objetivos centrais da conversação/comunicação (ex.: dar e receber informações, influenciar e deixar-se influenciar por terceiros) tenha também um interesse, dadas as circunstâncias adequadas, em participar nas trocas conversacionais, que serão proveitosas apenas se parte da suposição de que essas trocas estão sendo conduzidas conforme o princípio da cooperação e as máximas. Não tenho certeza de poder chegar a tal conclusão, de qualquer modo, sinto-me bastante seguro em afirmar que não posso chegar a essa conclusão antes de conseguir enxergar com maior clareza a natureza da relevância e das circunstâncias nas quais ela é exigida”. (GRICE, 1975, p. 49)

3. *O humor*

O humor é um tema que vem conquistando pesquisadores nas mais variadas vertentes acadêmicas a muito tempo. Platão e Aristóteles já estudavam acerca da retórica do humor e da comédia, passando por estudos de gêneros literários, sociológicos, antropológicos, psicológicos, linguísticos, e vários outros, muitos estudiosos vêm tentando encontrar uma definição a respeito da natureza do humor.

Em 1985 Raskin oferece um dos trabalhos mais completos sobre os mecanismos semânticos do humor em seu artigo *Semantic Script Theory of Humor* ou “teoria dos dois *scripts*”, como é referida no Brasil. A proposta de Raskin pressupõe o texto humorístico como composto por dois *scripts* que, apesar de necessariamente distintos e opostos, são compatíveis. Para o autor, *script* é uma estrutura cognitiva internalizada pelo falante que representa seu conhecimento de mundo. Caracterizado como um domínio limitado de um diagrama simples e multidimensional, reproduzido pelo léxico da língua. Apesar de estabelecer uma distinção entre os *scripts* dependentes de informação puramente linguística (conhecimento lexical) e aqueles que dependem de informação relativa (conhecimento de mundo), Raskin os apresenta indistintamente como ligados por elos de natureza semântica.

Em 1987 Raskin retoma o tema e acrescentou às condições exigidas para configuração do chiste, a mudança do modo de comunicação *bona-fide* para o modo não *bona-fide* que permite passar de um script a outro. Para explicar a comunicação *bona-fide*, Raskin utiliza o princípio de cooperação de Grice explicado no capítulo anterior. A comunicação *bona-fide* é necessariamente governada pelo princípio de cooperação. Ao invés de representar propriamente uma transgressão ao princípio de cooperação, a mudança do modo de comunicação confiável/*bona-fide* para o não-confiável/não *bona-fide* implica simplesmente o estabelecimento de um novo tipo de regras que diferem daquelas que regulam a comunicação usual. Assim, como alternativa às máximas de Grice (1987), Raskin propôs que as máximas do modo não *bona-fide* de comunicação não são caracterizadas pelas mesmas regras de um diálogo ou de uma fala utilitária. Dessa forma, desrespeita, quase sempre, as máximas conversacionais de Grice, gerando uma implicatura, que deve ser percebida pelo leitor que tem consciência de estar diante de um texto de humor:

1. relação: diga apenas o que for pertinente à piada
2. qualidade: diga apenas o que for compatível com o universo da piada
3. quantidade: dê a informação que for estritamente necessária à piada
4. modo: conte a piada com eficiência

De acordo com Raskin, nesse novo princípio da cooperação, o ouvinte não espera que o falante conte a verdade ou lhe transmita uma informação relevante. Automaticamente, ele percebe a intenção do falante de lhe fazer rir.

Ainda na linguagem do humor, através da análise de textos de piadas, o linguista Possenti (1998) estuda os fatores linguísticos que promovem o riso, afirmando que não pretende explicar o que as piadas significam, mas como funcionam. Ele acredita que as piadas podem ser encaradas como “peças linguísticas”. Possenti acredita que o humor da piada pode estar situado em diversos níveis linguísticos: fonológico, morfológico, lexical, dêixis, sintaxe, pressuposição, inferência, conhecimento prévio, variação linguística e tradução, enquadrando as piadas de sua análise em todos esses níveis.

Para o filósofo Henri Bergson (1987) que publicou um estudo sobre o riso e sobre a significação do cômico, e vem acrescentar aos estu-

dos anteriores sobre o humor que “não há comicidade fora do que é propriamente humano” (BERGSON, 1987, p. 12). O autor afirma que o homem ri de desvios e deformidades do outro, de tudo que foge do padrão considerado normal. Para explicar sua teoria, diz que uma paisagem pode ter várias características, pode ser bonita, feia, mas jamais será risível. Rimos de um animal, porque nele vemos algo de humano, uma expressão ou atitude parecida com a do homem. Não que só podemos rir do que é humano, mas nosso riso sempre terá alguma relação com o homem.

O psicanalista Freud, por sua vez, vislumbrando no humor um importante papel na vida psíquica do indivíduo. O autor considera que o riso causado pelos chistes advém da remoção de obstáculos interior e exterior. O obstáculo interior refere-se ao gasto psíquico que é economizado quando um chiste apresenta de forma simplificada uma questão complexa, exigindo, portanto, menor esforço de compreensão dos indivíduos. O obstáculo exterior refere-se à coerção que as autoridades e as regras exercem sobre os sujeitos. O chiste deriva do que é feio, da ênfase sobre o que está oculto ou não notado e, ainda, do que o outro faz de errado. “O chiste representa então uma rebelião contra tal autoridade, liberação do jugo da mesma”. (FREUD, 1959, p. 98)

4. A violação das máximas conversacionais no programa *The Noite*

O *The Noite* é um programa chamado de *talk show* brasileiro, comandado pelo comediante e apresentador Danilo Gentili desde março de 2014 no canal de televisão SBT. O nome é um trocadilho feito com o som da palavra inglesa “*The*”, que possui o mesmo som da palavra portuguesa “*De*”, fazendo, deste modo, “*The Noite*” soar como “*De Noite*”, pois o programa é transmitido na madrugada.

O programa tem vários quadros, dentre eles a entrevista que será nosso objeto de estudo. A entrevista analisada foi ao ar no dia 07 de maio de 2015 e o entrevistado foi o humorista e ator Fábio Porchat, que estava lançando no cinema seu filme “*Entre Abelhas*”. Fábio foi o primeiro convidado do programa em sua inauguração e volta para comemorar o programa de número trezentos. Nesse episódio o ator Fábio Porchat entra no palco vestindo uma fantasia de abelha, remetendo ao nome do filme que ele é o protagonista.

Apenas serão analisados os trechos que mencionam a fantasia. No diálogo que segue, inicia-se a entrevista aos 01:14min de programa:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

(A) Danilo Gentili: – Tudo bem Fábio? Legal, o Ultraje tocou a música que toca no final do filme Entre Abelhas.

(B) Fábio Porchat: – Exatamente!

No primeiro trecho a máxima da quantidade é respeitada, quando (A) explica o motivo da música tocada pela banda do programa, “Faça com que a sua contribuição seja tão informativa quanto o necessário”, obedecendo a primeira máxima da quantidade. Na resposta de (B) ele obedece a máxima de modo, sendo breve em sua resposta.

(A) Danilo Gentili: – E eu vi já que você veio com a roupa de abelha para divulgar o filme.

(B) Fábio Porchat: – Não, sabe que não. Não tinha nem me atentado para isso, engraçado né. Até dá, o filme Entre Abelhas está em cartaz.

No texto observamos que a supermáxima da qualidade foi totalmente quebrada, quando (B) diz que não foi de propósito que está com a fantasia de abelha, ele não está sendo verdadeiro. (B) também quebra a máxima da qualidade “Não diga aquilo que você considera falso”, porque ele sabe que foi com a fantasia de abelha por causa do filme, e ele finge que lembrou do filme naquele momento.

(A) Danilo Gentili: – É um personagem né!

(B) Fábio Porchat: – Na verdade eu faço uns trabalhos muito sérios também Danilo. Eu tenho uma pegada bem legal em umas áreas diferentes. É um outro tipo de trabalho que eu estou fazendo.

Observamos que aqui foi (A) que quebrou a máxima da qualidade “Não diga aquilo que você considera falso” pois ele sabe que (B) não é um personagem e está sim com a fantasia de propósito. Já (B) quebrou a máxima da qualidade “Não diga nada que não possa ser comprovado ou para o qual você não possa fornecer evidência” pois ele não consegue provar que está usando a fantasia para outro fim. (B) também não é relevante em sua resposta e quebra a máxima da Relação “Seja relevante”, pois (B) implica que não quer enfrentar a pergunta de (A) objetivamente. Também foi quebrada a supermáxima de quantidade, quando (B) não dá informações suficientes sobre o motivo de usar aquela roupa.

(A) Danilo Gentili: – Essa é a sua roupa séria?

(B) Fábio Porchat: – É, É, coincidiu mesmo. Eu nem cheguei a pensar, curioso (põe a mão na cabeça), quando a gente vê (põe novamente a mão na cabeça).

Aqui também (A) quebrou a máxima da qualidade “Não diga aquilo que você considera falso” pois ele sabe que (B) não usa essa roupa no seu dia a dia ou em momentos de trabalhos sérios como implicado. Nesse contexto (B) quebrou todas as máximas de Modo, inclusive a supermáxima “Seja claro” pois ele não conclui suas falas e gesticula muito. Na máxima “Evite expressões ambíguas” (B) explora a ambiguidade expondo que (A) é bobo ao acreditar que ele usa aquela roupa em momentos sérios. Na máxima “Evite expressões que possam obscurecer o significado”, nesse caso (B) está sendo propositadamente obscuro em sua resposta para não deixar claro o motivo de usar aquela roupa. Na máxima “Seja Breve” (B) gesticula muito confundindo a resposta e prolongando a conversa, já na máxima “Proceda de modo ordenado” (B) mistura as palavras, não conclui as frases e confunde (A) que não consegue interpretar a resposta.

Podemos observar no diálogo apresentado que quase todas as máximas conversacionais de Grice são violadas. A quebra das máximas, neste caso, ocorre através da figura de linguagem conhecida como ironia, isto é, dizendo o contrário do que se intenta dizer. Desse modo, o telespectador percebe a violação das máximas e inicia o processo inferencial, buscando entender a verdadeira intenção por trás dos enunciados preferidos. Sabendo que (A) é um apresentador comediante, e suas entrevistas são geralmente cheias de ironia e que (B) também é um comediante que está estreando um filme no cinema chamado *Entre Abelhas*. Portanto, o telespectador já sabe que a fantasia de abelha está associada ao filme para o qual (B) foi divulgado no programa.

Por ser um programa de humor, o telespectador já está preparado para a linguagem cômica, e muda facilmente para o modo *non-bona-fide* de comunicação, ao perceber qualquer violação das máximas. A graça acontece, neste caso, do duplo sentido e da contradição que geram a graça, ao serem solucionadas pelo ouvinte, provocando o riso.

Após um período de conversa sobre outros assuntos o entrevistador volta a citar a fantasia utilizada pelo entrevistado, conforme segue no diálogo abaixo aos 10:57 min de entrevista:

(A) Danilo Gentili: – É legal que você veio com a roupa de abelha para divulgar o *Entre Abelhas*.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

(B) Fábio Porchat: – Então, não é para divulgar, engraçado. Eu até pensei assim, essa coisa da asa, que a pessoa bate o olho em mim e ia pensar. Nem cogitei.

(A) Danilo Gentili: – Ok!

(B) Fábio Porchat: – Agora fiquei até sem graça, eu devia ter vindo com a minha de formiga, eu acho.

No diálogo acima observamos a quebra da máxima de quantidade, pois (B) não coopera de modo a informar aquilo que está sendo requerido. (A) tenta novamente associar a fantasia ao nome do filme e (B) nega não contribuindo com a informação correta exigida na situação. Também há quebra da máxima da qualidade, pois (B) não é verdadeiro em sua resposta, afirmando que não está fantasiado de propósito dizendo aquilo que ele mesmo considera falso. E a quebra da máxima de modo, obscurecendo, sendo desordenado e explorando a irrelevância de suas respostas para implicar que usa aquela roupa e outras fantasias de bichos em seu dia a dia. Mais uma vez, o modo *non-bona-fide* é ativado pela ironia. O programa faz uso constante da ironia para promover o riso do telespectador.

No trecho abaixo, o entrevistador cita novamente a fantasia utilizada por Fábio, que insiste em negar sua ligação com o filme *Entre Abelhas*, segue o diálogo que inicia aos 23:32min de programa:

(A) Danilo Gentili: – E você vai com essa roupa de abelha, ou só usa ela para divulgar o filme?

(B) Fábio Porchat: – Que filme? Ah! O *Entre Abelhas*, nem me lembrei, olha que doideira a gente falando nisso.

No diálogo acima, o entrevistado está falando sobre uma viagem que irá fazer e o apresentador retorna ao assunto da fantasia de abelha. Nesse caso, (A) quebra a máxima de qualidade, pois ele sabe que (B) não irá viajar com uma fantasia de abelha, mesmo assim pergunta com tom de ironia, já que (B) insiste em afirmar que não há coincidência entre a fantasia e o nome do filme que o mesmo está lançando nos cinemas. Novamente (B) é obscuro e desordenado em sua resposta quebrando a máxima de modo, não respondendo à pergunta de (A), implicando que não há ligação da fantasia ao nome do filme.

No último trecho, a entrevista é encerrada citando novamente a fantasia do entrevistado, que inicia aos 25:22min de programa.

- (A) Danilo Gentili: –... você está com duas peças.
- (B) Fábio Porchat: – Estou escrevendo o Estadão aos domingos, programa do porta a fora no Porta dos fundos, e estou fazendo festinha infantil (passa a mão na fantasia), trabalhando muito, é esse que é meu negócio (balança o abdômen da abelha), é por isso que estou assim de abelha.
- (A) Danilo Gentili: – É por isso que você veio de abelha?
- (B) Fábio Porchat: – É! Estou com esse trabalho muito bacana, com festa infantil para criança.
- (A) Danilo Gentili: – Ok, matou minha curiosidade, é por isso que ele veio de abelha.

Nesse diálogo (B) já inicia quebrando a primeira máxima da qualidade, implicando que está fantasiado porque trabalha em festa infantil, porém o telespectador sabe que essa informação é falsa. Já (A) quebra a máxima de relevância fingindo acreditar na resposta de (B) para implicar que não quer levar aquele assunto adiante. Nesse caso, (B) também faz o telespectador ri pelo prazer de solucionar algo que estava inicialmente configurado de forma confusa, atrás da obscuridade quebrando a segunda máxima de modo.

A compreensão da implicatura e a produção do humor nos diálogos apresentados dependem do conhecimento de mundo do telespectador, pois todos devem saber que o programa é de humor e o entrevistado também é humorista. Além disso, no começo da entrevista, o entrevistador Danilo deixa claro que o objetivo é divulgar o filme do comediante Fábio Porchat, chamado *Entre Abelhas*, que está em cartaz nos cinemas. Fábio por sua vez, usa uma fantasia de abelha fazendo alusão ao nome do filme que não tem nada a ver com o inseto abelha.

5. Considerações finais

Esse trabalho teve como objetivo apresentar como o humor pode ser construído através de implicaturas e violação das máximas conversacionais apresentadas por Grice (1975). Concluindo assim, que o humor, por seu caráter conversacional é um grande exemplo das implicaturas que há por trás do que é expresso, ou seja, o quanto não dito há por trás do dito, mesmo quando expressamente intencionado a sua transmissão.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Os trechos analisados permitiram notar que a violação das máximas conversacionais é um recurso linguístico muito utilizado nas entrevistas do programa *The Noite*, provocando muitos risos dos telespectadores. Olhando pelo prisma de Raskin (1985) os interlocutores obedecem a todas as máximas da teoria semântica do humor levando ao telespectador o máximo de informações para caracterizar uma piada, provocando risos através do humor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

COSTA, Jorge Campos da. *A relevância da pragmática na pragmática da relevância: a lógica não trivial da linguagem natural*. 1984. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. VIII, 1977.

GRICE, Paul H. *Lógica e conversação*. Trad.: João W. Geraldini. In: DASCAL, *Fundamentos Metodológicos da Linguística*, vol. IV: pragmática – problemas, críticas, perspectivas da linguística. Campinas: UNICAMP, 1982.

MARTELOTTA, M. E. et al. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

RASKIN, Victor. *Semantic mechanisms of humor*. Boston: D. Reidel Publishing Company, 1985.

TV SBT. Linha de shows. The noite. Disponível em: <<http://www.sbt.com.br/thenoite>>. Acesso em: 09-07-2015.

**ANÁLISE DO DISCURSO DO FILME DOGVILLE (2003):
APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS
DO MOVIMENTO DOGMA 95**

Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champangnatte (UNIGRANRIO)

prof.tico@gmail.com

Lidiane Nunes de Castro (UNIGRANRIO)

lidiprocult@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise do discurso do filme *Dogville* (2003), do diretor Lars Von Trier. Para tanto, inicia-se com uma abordagem dos trabalhos iniciais do diretor e do movimento *Dogma 95*, criado pelo mesmo. Tal movimento propunha um conjunto de regras para a realização fílmica, estabelecendo até um voto de castidade ao *Dogma 95*. A análise do discurso de *Dogville* terá como parâmetro esse conjunto de regras, estabelecidas pelo próprio Lars Von Trier e, não necessariamente, cumpridas por ele.

Palavras-chave: *Dogville*. *Dogma 95*. Análise do discurso.

1. Introdução

Lars Von Trier nasceu em Copenhague na Dinamarca e, ainda criança, teve as suas primeiras experiências com captação de imagens. Formado em cinema posteriormente, ele passou a escrever e dirigir os seus filmes e realizou diversos curtas-metragens e longas-metragens, além de muitos outros trabalhos.

Lars foi um dos criadores de um movimento cinematográfico conhecido pelo nome de *Dogma 95*, movimento que surgiu com a popularização das câmeras digitais, mais leves, e com o objetivo de criar um cinema em que o espectador não fosse enganado, um cinema que fosse mais simples e partisse em busca da verdade, sempre obedecendo 10 regras que foram denominadas de *Voto de Castidade*.

O *Dogma 95* possui um discurso provocativo e questionador e apesar de terem sido realizados mais de 100 filmes com o selo do movimento, o único destes filmes que foi realizado por Lars Von Trier foi o filme *Os Idiotas* (1998). Película realizada na Dinamarca que apresenta um grupo de jovens burgueses que se fazem passar por deficientes mentais em meio a locais públicos, perante a sociedade, com o discurso de

buscar o idiota dentro de si mesmo e assim ser feliz de verdade, zombando constantemente da sociedade na qual estão inseridos.

O presente trabalho então realiza uma introdução do diretor Lars Von Trier, do movimento *Dogma 95* e do filme pertencente ao movimento, *Os Idiotas* para uma introdução de outro filme do diretor, *Dogville* (2003), para assim através da observação de suas características estruturais e de conteúdo, concluir se apesar de não seguir as 10 regras estipuladas no *Voto de Castidade* do movimento, o filme pode ser considerado como um filme pertencente ao *Dogma 95* ou se seria ele uma reavaliação ao movimento, uma renovação ou seria um novo estilo de Lars.

2. O diretor

Lars Von Trier nasceu no dia 30 de abril do ano de 1956, em Copenhague na Dinamarca. Seus pais eram intelectuais ateus e comunistas e rejeitavam as expressões artísticas, que consideravam alienantes, mantendo Lars privado até mesmo de assistir à televisão. Ainda criança, ele começou a captar imagens subversivas utilizando uma câmera da sua mãe como forma de rebeldia.

Apesar de nascido na Dinamarca, Lars formou-se em cinema na Alemanha, fez a Escola de Cinema de Munique além da Escola de Artes Cinematográficas de Copenhague, e com isto assimilou muito da morbidez da cultura alemã. Seus filmes são repletos de imagens fortes e ambíguas e ele não apenas dirige os mesmos, mas também escreve as histórias que são impactantes e provocadoras, repletas de personagens femininas complexas.

Durante a sua carreira ele realizou diversos curtas-metragens, alguns inéditos até os dias de hoje, trabalhos publicitários, minisséries e videocliques. Seu primeiro longa-metragem foi *O Elemento do Crime* (1984) com o qual ganhou o *Grande Prêmio Técnico* no Festival de Cannes. Outros filmes do diretor são: *Epidemia* (1987); *Medéia* (1988); *Europa* (1991); *Ondas do Destino* (1996); *Os Idiotas* (1998); *Dançando no Escuro* (2000); *Dogville* (2003); *As Cinco Obstruções* (2003); *Manderlay* (2005); *O Grande Chefe* (2006); *Anticristo* (2009); *Melancholia* (2011); *Ninfomaníaca* (2013).

Lars Von Trier é um dos diretores do cinema contemporâneo europeu que possui preferência pela estrutura narrativa fragmentada, o que reduz a narrativa ao corpo dos atores e assim enfatiza o desempenho dos

mesmos. Algo que foi discutido por Deleuze como um tipo de cinema performático em que os gestos e posturas do personagem são privilegiados em relação ao personagem propriamente dito e desenvolvimento do enredo, indo além da reprodução do *script*.

Lars demonstra estar sempre atento ao cinema como um empreendimento dominador cuja força é capaz de alinhar as culturas globalmente, em especial o cinema comercial produzido nos Estados Unidos e que praticamente todo o mundo possui acesso. Neste tipo de cinema os filmes possuem uma narrativa linear que permite com que eles sejam mais facilmente assistidos e entendidos pelos espectadores, mas quando ele adota esta narrativa em seus próprios filmes, a mesma é utilizada não para facilitar o entendimento e sim como uma provocação, uma maneira de fazer com o que o espectador saia da sua zona de conforto.

O diretor é constantemente criticado por subestimar a inteligência do espectador dos seus filmes, mas suas obras são estruturadas de forma semelhante aos filmes feitos para o entretenimento que são conhecidos como *mainstream* com a intenção de provocação das percepções convencionais cinematográficas e seus discursos. Ele utiliza a estrutura típica de um cinema que já está cristalizado para através da mesma criticar este cinema.

Lars é um cineasta polêmico reconhecido pelo cinema inovador que se apresenta de diversas formas como, por exemplo, as 100 câmeras digitais utilizadas em uma cena de *Dançando no Escuro*. Vanguardista, ele incomoda e obriga o espectador a sair da tradicional passividade perante a narrativa clássica. Ele provoca e convida a refletir através de suas transgressões que instigam e inquietam aqueles que assistem aos seus filmes.

Uma característica marcante do diretor é a mudança de estilo: aos 25 anos anunciou a realização de três filmes que começariam com a letra E, realizando então *Elemento do Crime*, *Epidemia* e *Europa*; depois fez *Ondas do Destino* que foi um filme com a câmera na mão e mais voltado aos atores; em seguida fez *Os Idiotas*, filme que leva o selo do movimento *Dogma 95*; mudou outra vez e fez *Dançando no Escuro* que é um musical. O mesmo aconteceu com os filmes realizados desde então, sempre diferentes, e com o projeto com conclusão prevista para 2024 denominado *Dimension*, projeto em que são filmados três minutos de filme em locações da Europa durante 33 anos.

Outro atributo marcante do diretor é o intenso trabalho realizado com os atores, algo que pode ser visto no vídeo com cenas dos bastidores de *Dogville*, *O Confessionário*. Durante o processo de construção dos personagens deste filme o diretor obrigou os atores a permanecerem confinados no set de filmagem por sete semanas e enquanto isso deram depoimentos periodicamente para a câmera dentro de uma sala que funcionava como uma espécie de confessionário. Através dos vídeos ficava evidente a exaustão dos artistas ao ponto de falarem que Lars era insano.

3. *Dogma 95*

A radicalidade de Trier reside no fato de ousar dizer que sim. Quando todos acreditavam não ser mais possível fazer arte revolucionária, o cineasta propõe um cinema utópico, eminentemente político, de combate, justamente no terreno que o capitalismo de ponta mais deseja controlar: a esfera da tecnologia digital. Subvertendo eletronicamente as íntimas relações que o trabalho na sociedade capitalista estabeleceu com os meios de produção hollywoodianos, rompendo a monotonia da cadência, curto-circuitando as projeções do establishment cinematográfico, Trier mostrou que ainda há esperança. (SANTOS, 2003, p. 225 *apud* SILVA, 2006)

Com a tecnologia digital e a popularização das câmeras leves no início da década de 90, houve uma mudança na produção cinematográfica que possibilitou o surgimento de movimentos como o *Dogma 95*, que objetivava um cinema mais primitivo sem a utilização de efeitos especiais que utilizava a construção narrativa e a interpretação dos atores como base para todo o trabalho realizado.

O movimento radical em busca de um cinema mais simples que se opunha à ilusão dos *mainstream* que foi criado por Lars Von Trier e Thomas Vinterberg, trouxe um novo leque de opções para fugir do cinema comercial dos Estados Unidos da América e os filmes realizados pelo movimento partiam então da tecnologia digital como maneira de expandir suas propostas estéticas em uma relação paradoxal em que respeitam e, ao mesmo tempo, transgridem as normas da linguagem cinematográfica clássica.

Com a criação do movimento foram elaboradas 10 regras, denominadas *Voto de Castidade*, que deveriam ser obedecidas para que um filme fosse reconhecido como pertencente ao *Dogma 95*:

1. As filmagens devem ser feitas em locações. Não podem ser usados acessórios ou cenografia (se a trama requer um acessório particular, deve-se escolher um ambiente externo onde ele se encontre).
2. O som não deve jamais ser produzido separadamente da imagem ou vice-versa. (A música não poderá ser utilizada a menos que ressoe no local onde se filma a cena).
3. A câmera deve ser usada na mão. São consentidos todos os movimentos – ou a imobilidade – devidos aos movimentos do corpo. (O filme não deve ser feito onde a câmera está colocada; são as tomadas que devem desenvolver-se onde o filme tem lugar).
4. O filme deve ser colorido. Não se aceita nenhuma iluminação especial. (Se há muito pouca luz, a cena deve ser cortada, ou então, pode-se colocar uma única lâmpada sobre a câmera).
5. São proibidos os truques fotográficos e filtros.
6. O filme não deve conter nenhuma ação "superficial" (noutras palavras, é vetada a ocorrência de homicídios, armas etc.).
7. São vetados os deslocamentos temporais ou geográficos. (O filme se desenvolve em tempo real).
8. São inaceitáveis os filmes de gênero.
9. O filme final deve ser transferido para cópia em 35 mm, padrão, com formato de tela 4:3. (Originalmente, o regulamento exigia que o filme devesse ser filmado em 35 mm, mas a regra foi abrandada para permitir a realização de produções de baixo orçamento).
10. O nome do diretor não deve figurar nos créditos.

Ao tratar da primeira regra, os votos tornam mais trabalhosa a função do escritor e da pessoa responsável pelas locações visto que os cenários não podem ser utilizados e os objetos devem ser do próprio local; o trabalho do diretor de fotografia é dificultado pela regra número 4 em que não se pode utilizar filtros ou iluminação artificial; as possibilidades do roteiro são restritas através das regras 7 e 8 que abordam as referências temporais e geográficas e os filmes de gênero; no item 9 a exibição em 35mm é exigida e a opção é mais custosa para a pós-produção.

Ainda sobre os votos, pode-se observar que algumas de suas características remetem ao neorealismo Italiano, o cinema de rua do pós-guerra, ainda que o *Dogma 95* diferencie-se do realismo crítico do outro

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

movimento, buscando o real ao invés de problematizá-lo. Isto pode ser visto através do *Voto de Castidade* e a recusa de utilização dos artifícios técnicos cinematográficos que são comumente utilizados no cinema comercial para enganar o espectador, com isto transformando a relação entre a câmera e o olho numa espécie de transgressão do cine-olho de Dziga Vertov.

O discurso do *Dogma 95* ao abordar a linguagem fílmica é um discurso provocativo e questionador do modo de produção típico da indústria cinematográfica do entretenimento e suas consequências tanto estéticas quanto comerciais. Hoje o movimento já possui mais de 100 filmes com o certificado *Dogma 95* e se quando tudo começou os diretores do movimento assistiam aos filmes para dizer se estavam aptos a receber o certificado, hoje o diretor do filme em questão afirma que seguiu as regras, que a película possui o mesmo gesto dogmático, e recebe o certificado automaticamente.

O símbolo do movimento é um brasão com um porco em que há um olho no lugar em que deveria estar o orifício anal, o que levou a questionamentos sobre o significado estar relacionado ao olho de Vertov, remetendo à produção sem tratamento de som e imagem em uma maneira mais nua e crua assim como são expelidas as fezes. Esta é uma dentre outras teorias que estão relacionadas à queda dos valores na relação entre cinema e comércio ou ainda apenas o fato de tratar-se de um orifício redondo como a lente da câmera.

4. *Dogville*



Fig. 1. Cena de *Dogville*. Fonte:

<http://lounge.obviousmag.org/olhar_sociocultural/2012/04/11/20040628-dogville.jpg>.

Em *Dogville* os personagens estão sempre à vista por conta do cenário utilizado, enfatizando a dimensão social no lugar da individual através tanto da linguagem clássica quanto aspectos anti-ilusionistas que geram uma contradição na produção de sentido do filme. E é nesse cenário com uma tomada de cima, em plano vertical, que uma cidade ao Oeste dos Estados Unidos pouco tempo após a crise de 1929 é vista pela primeira vez. A visão é semelhante à de um mapa ou uma planta baixa, até que a câmera se aproxima e mostra a casa do primeiro personagem apresentado, Tom.

O narrador descreve que Tom se pretende escritor, embora não tenha escrito nada além de algumas palavras. Em seguida o personagem passeia pela cidade e através dele, os espectadores vão conhecendo o espaço e os demais personagens. É através da interação com Tom que é notada a rabugice de Chuck, o zelo de Martha e que o intelecto de Bill não é dos mais brilhantes. Até que sentado em um banco pensando sobre uma palestra que fará para a comunidade de Dogville, ele ouve tiros.

Este é o momento de introdução de uma nova personagem, Grace, que chega à cidade fugindo dos tiros. A personagem guarda um mistério que não é desvendado até o final do filme, ao que tudo indica ela é uma mulher desamparada que precisa de abrigo e, aparentemente, não possui nada a oferecer, exceto a sua força de trabalho e Tom, o personagem supostamente intelectual, organiza tudo para que Grace possa se estabelecer na cidade.

A cidade então é convencida a receber a fugitiva e ela em troca executaria pequenas tarefas para os habitantes, tarefas que eles julgavam desnecessárias, mas que seriam bem-vindas em todo caso. E em pouco tempo, todos começam a apreciar tanto essas tarefas desnecessárias que Grace é aceita na cidade e começa a receber pagamentos pelos serviços prestados.

As coisas mudam quando a polícia aparece na cidade com um cartaz de “desaparecida” e volta durante as comemorações do dia 4 de julho, momento em que o relacionamento de Grace com os habitantes de Dogville chega ao ápice. E ainda que as acusações fossem claramente falsas, ela estava na cidade na época em que ocorreram os crimes, é o suficiente para que um mal-estar se instale na comunidade e que comecem a questionar se não estariam cometendo um crime ao não denunciarem a fugitiva. Tom remedia a situação e convence os moradores a aceitarem a

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

presença de Grace, ela em troca passaria a trabalhar mais e receber menos.

A partir daí, a exploração aumenta juntamente com a exigência de trabalho e iniciam os estupros regulares por Chuck. Tom ao tornar-se ciente do ocorrido acaba optando por não tomar atitude alguma para que os moradores da cidade não saibam da proximidade entre ele e Grace, supostamente apaixonados. Tudo que ele faz é preparar uma fuga para a personagem que ao final dá errado e ao invés de assumir o roubo do dinheiro de seu pai para a fuga, ele acusa a *amada*.

Os habitantes de Dogville decidem acorrentar Grace utilizando uma geringonça criada por Bill e a partir daí ela é tratada como escrava e, constantemente, violentada pelos homens da cidade, sendo o ato de violência descrito pelo narrador como ligeiramente constrangedor como a consumação do ato sexual com um animal.

Tom sugere, então, uma nova conversa com os habitantes da cidade em que ela poderia falar abertamente, mas as coisas não saem como planejadas e ele é obrigado a escolher entre ela e *Dogville*. Por escolher a *amada*, ele então se sente no direito de ser recompensado através de uma relação sexual com ela, mas após a sua rejeição resolve ligar para os *gangsters* que estão procurando por ela.

É, então, revelado que Grace é filha do chefe da quadrilha e ela conversa com o pai sobre a sua suposta arrogância, ao permitir aos demais, pelos quais sente compaixão, atos que não desculparia se fossem praticados por ela mesma. Então após refletir sobre a conversa e tudo que havia passado na cidade, ela conclui que dizimar a cidade e seus habitantes é o que deveria ser feito. Os *gangsters* atiram em todos e Grace os instrui a atirar nas crianças e obrigarem a mãe a olhar, caso ela consiga segurar o choro as crianças serão poupadas da mesma maneira que ela fez com suas bonecas de porcelana, o único poupado é o cachorro e Tom morre pelas mãos da própria Grace.

O que me interessava era fazer um filme sobre a ideia de um país em que nunca estive, por meio dos meus sentimentos e daquilo que sei dele. Na verdade, eu sou americano. Na Dinamarca, 80% da informação nos jornais e na televisão é sobre a América. É uma América em segunda mão a do meu filme, mas isso é que é interessante (2005 *apud* Oliveira). A leitura mais usual do filme é a de crítica ao papel desempenhado pelos Estados Unidos da América na sociedade atual através de supostas alegorias. Ainda que seja uma leitura coerente é uma leitura reduzida, já que o

filme é repleto de confrontos em seu conteúdo que vão desde a escolha de utilização de um “não cenário” até implicações políticas e uma crítica à mídia imperialista.

Dogville é uma alegoria que leva os espectadores a situações que se encontram nos limites das mazelas humanas, apresentando a segregação, o moralismo, a hipocrisia e a vingança privada como algo comum dentre os seres humanos. Aparentemente não existe a presença do Estado, não existem prefeitos ou juizes e tudo é decidido pelos próprios moradores da cidade através de assembleias, como se a cidade estivesse abandonada e esquecida.

Uma abordagem a ser considerada é a da posição da personagem Grace como estrangeira, ela é estrangeira com relação à comunidade de Dogville. A personagem oscila constantemente entre pertencer e não pertencer à comunidade num pertencimento oscilante, tendo de saber qual o seu lugar e portar-se como tal. Seu status está relacionado à integração dela na cidade e a partir do momento em que vai deixando de ser aceita por eles, iniciam-se os abusos em geral e os abusos sexuais.

O filme acontece na época da Grande Depressão, momento em que os cidadãos estavam com a autoestima e o patriotismo em baixa. Na data de quatro de julho a personagem recebe uma grande aceitação da comunidade e um dos moradores chega a afirmar que ela é responsável por tornar a cidade um lugar maravilhoso para morar. Mas quando a polícia retorna à cidade e seu status de foragida é outra vez lembrado aos habitantes, estes começam a tratá-la de modo hostil. *Dogville* remete também em suas possíveis leituras aos imigrantes e o sentimento de nacionalismo através da comunidade imaginada de Dogville.

A estrutura da película é baseada na contradição, logo no início a câmera mostra a cidade de cima como se fosse um mapa gerando um distanciamento do olhar aos eventos que ocorrerão nas próximas três horas como se fossem parte de uma engrenagem, sendo os acontecimentos pessoais acompanhados de uma perspectiva em que são relativizados dentro de um sistema de regras cuja compreensão está além dos personagens.

5. A estrutura de Dogville

O filme possui um estilo cinematográfico que mescla elementos do teatro com outros da literatura subvertendo esses próprios gêneros ao usarem artifícios que acabam por confundir os limites entre real e irreal;

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

verdadeiro e falso; cópia e original. O aspecto espacial é fornecido através das marcas no chão do galpão que serve como uma espécie de palco e a narrativa é feita de forma literária, dividida em capítulos e tendo início com um prólogo.

O espaço visual de *Dogville* é tão diferente do que é encontrado na maioria dos filmes que acaba por evocar a *teatralização* da cenografia e o entendimento do espaço fílmico como uma construção híbrida, neste exemplo, realizando uma transformação estética e artística ao mesmo tempo em que apresenta uma reconfiguração do ideal de construção realista dos cenários fílmicos e teatrais¹¹.

Logo no início, do filme o espectador é informado de que a história é dividida em nove capítulos, cada um indicado por letreiros ao iniciar e contados através do narrador onisciente e nada imparcial que faz a narração com voz em off como se fosse uma fábula. A câmera subjetiva é evitada pelo diretor e quase nunca representa o olhar de um personagem, ela aparenta mais uma câmera escondida. A linguagem ainda que cinematográfica encontra-se repleta de carga teatral.

Toda estética do filme é de confrontos, a intenção é a de transpassar fronteiras e transgredir. A atmosfera é estranha e começa desde a opção de o cenário ser um “não cenário”, não existem cenários naturais no filme de Lars Von Trier e com isso ele questiona realismo x simulacro e a questão da fidedignidade. Não existem paredes nem paisagens e o que demonstra a passagem dos dias e as diferenças entre dia e noite é a iluminação utilizada.

Dogville se equilibra entre o épico e o dramático, o primeiro relacionado à estruturação da película e o seu significado, enquanto o segundo ao enredo e personagens e permite assim olhares que se aproximam tanto do teatro dramático quanto do teatro épico. A atenção do espectador é voltada automaticamente aos atores e a teatralidade do cenário permite que os personagens interajam entre si de modo mais complexo. Os personagens do filme são mais planos, descritos mais como representantes de ideias sem desenvolvimento dramático, com exceção de Tom e Grace que são um pouco mais desenvolvidos neste sentido.

A tensão dramática no filme está relacionada à verdade cênica de Stanislavski, em que o ator busca a cumplicidade do público sem cessar através da representação da realidade, da tentativa de representação, baseando o personagem nas emoções reais do ser humano. Tudo isso explode em *Dogville* ao chocar com a contenção dos gestos e vozes dos

atores, causando um estranhamento com intuito de evitar que os espectadores acabem envolvidos emocionalmente e sejam desviados da visão analítica do filme apresentado.

A tensão entre os cenários e as interpretações dos atores dá um tom dramático em que as ações captam a total atenção dos espectadores e para isto torna-se primordial a câmera na mão que é utilizada, imagens trêmulas, as aproximações, *closes* e detalhes. Indo na contramão da estética do cinema de entretenimento, as quase três horas de filmes são acompanhadas pelo público que constrói o seu cenário imaginário. O material do cenário é ocultado num ambiente imaginário em que a interação com muitos objetos é feita através de mímica, tudo isso para que assim a essência do ser humano possa ser exibida.

A cenografia da cidade construída no imaginário do público através dos desenhos de giz no chão demonstra o distanciamento brechtiano. O sino da igreja é mostrado suspenso como se flutuasse e os espectadores necessitam então criar a torre da igreja em sua própria imaginação. Existem indícios do cenário que precisam ser preenchidos pela imaginação do espectador, assim como ocorre no teatro, dando novas perspectivas de leitura do filme ao público por conta do distanciamento e convergências cênicas.

O caráter teatral é provocado pelo cenário simples e mobiliário minimalista, mas também pela câmera em seus movimentos e ângulos não formais que são adotados, criando um distanciamento do público que se torna consciente de que se trata de uma representação e de que a visão que está tendo não é uma visão natural e sim uma visão guiada, mediada pela câmera dentro do fundo de caixa negra que é iluminado de acordo com a dramaticidade da cena.

O espaço fílmico, no enredo, é subvertido: os elementos em cena obedecem a uma ordem e função que, na verdade, nega o formato da linguagem cinematográfica ao recorrer à construção de uma imagem mental pelo espectador para preencher os objetos e cenário minimalista; a referência visual é mais teatral do que cinematográfica, tudo ocorre numa espécie de palco com marcações no chão e poucos objetos cênicos que fazem a demarcação junto com a fala e movimento dos atores e a iluminação; O enquadramento utilizado no filme é de um olhar diferenciado, quase experimental e o filme utiliza as convenções e técnicas cinematográficas mescladas com as teatrais conduzindo o espectador a confrontar processos como distanciamento e identificação.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

O filme aposta na mímica corporal dramática e os atores induzem o funcionamento do cenário minimalista através de gestos como o abrir e fechar das portas imaginárias estabelecendo o dentro e o fora nas casas sem paredes, o espaço fílmico é construído através das ações e movimentação dos personagens, os objetos em cena dependem dos atores para o seu funcionamento e significação.

Apesar do filme não seguir os preceitos do *Dogma 95*, ele aproxima-se dele e diferencia-se do cinema contemporâneo ao optar pela ausência de grandes efeitos especiais; ausência de uma trilha sonora; a utilização do corpo do ator no lugar do naturalismo cenográfico; o repúdio à ilusão de realidade utilizada no cinema de entretenimento e opção pelas convenções teatrais em seu lugar. Além disto, não há deslocamento espacial e são utilizados os recursos de câmera na mão em praticamente todo o filme, imitando os movimentos naturais do corpo, o olhar do espectador em sua tentativa de acompanhar a cena.

6. Conclusão

O cinema de Lars Von Trier, quer seja aquele do movimento *Dogma 95* com *Os Idiotas* (1998), quer seja o realizado com *Dogville* (2003), é um cinema comprometido com a quebra do ilusionismo e ambos convidam o espectador a sair da sua posição passiva e despertar através da transgressão cinematográfica que rompe com a estética hollywoodiana num cinema anticonvencional.

Dogville (2003) não possui o selo do movimento, mas por todas as suas características, pode ser entendido como pertencente a um novo *Dogma 95*, um movimento que necessitou mudar juntamente com o cinema, que já não é mais o mesmo de quase 20 anos atrás, e apresenta o mesmo ideal, as mesmas características provocativas e transgressoras, mas apoiado em novas técnicas e concepções cinematográficas. Ainda que Lars não tenha seguido todos os preceitos que estabeleceu no *Dogma 95*, as ideias transgressoras continuaram presentes e Lars segue educando o olhar do espectador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABRAL, Otávio; FERRAZ, Ana Flávia de Andrade. Brecht e Lars Von Trier: hibridismo e anti-ilusionismo em *Dogville* (2003). In: CON-

GRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 13, 2013, Campina Grande. *Anais...* Campina Grande: UEPB, 2013. Disponível em: <http://anais.abralic.org.br/trabalhos/Completo_Comunicacao_oral_idins_crito_634_5c47f32e8e11c3021669491eea3db49e.pdf>. Acesso em: 26-05-2015.

COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da. Dogville: um estudo do espaço fílmico/cênico pós-moderno. In: *Repertório: Teatro e Dança do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UFBA*, Salvador, n. 13, p. 98-102, 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revteatro/article/view/4018/2940>>. Acesso em: 26-05-2015.

DELEUZE, Gilles. *Cinema 2: The time Image*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

GERACE, Rodrigo. Intermedialidade em Dogville. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG*, Minas Gerais, vol. 1, n. 2, p. 75-87, nov.2011. Disponível em: <<http://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/view/21/21>>. Acesso em: 26-05-2015.

KOUTSOURAKIS, Angelos. The Politics of performativity in Lars Von Trier's Dogville and Yorgos Lanthimo's Dogtooth. In: *Cinema: Journal of Philosophy and the Moving Image*, Lisbon, n. 3, p. 84-108, 2012. Disponível em: <<http://static1.1.sqspcdn.com/static/f/906805/21523943/1357327968610/3+Koutsourakis.pdf?token=33is2YeB%2Bs%2F%2BbaUcgUwhZ%2FURGV1%3D>>. Acesso em: 26-05-2015.

MATOS, Marcelo dos Santos. Verdade, distanciamento e universalidade da tensão dramática no filme *Dogville*. In: SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 11, 2006, São José do Rio Preto, *Anais...* São José do Rio Preto: UNORP, 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/18004394128630160534236177969949753681.pdf>>. Acesso em: 26-05-2015.

NAZÁRIO, Luiz. O cinema metafísico de Lars Von Trier. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 21, 1998, São José do Rio Preto, *Anais...* Recife: 1998. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/8c7e5dcea0ac64e075481f3185f6d464.PDF>>. Acesso em: 26-05-2015.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

OLIVEIRA, Fábio Crispim. Dogville e a manipulação da literariedade como estrutura de um cinema narrativo. In: *Revista Transdisciplinar de Letras, Educação e Cultura da UNIGRAN – MS*, Dourados, vol. 1, n. 5, jul./dez.2006. Disponível em:

<http://www.interletras.com.br/ed_anteriores/n5/arquivos/v5/artigoDogvilledefinitivo.pdf>. Acesso em: 26-05-2015.

SANTOS, Diego Alberto dos; VIEIRA, Flávia do Amaral. Estado, poder e desumanidade em Dogville. In: ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS PRÉ-ALAS BRASIL, 15, 2012, Teresina. *Anais...* Teresina: UFPI, 2012. Disponível em:

<<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT29-33.pdf>>. Acesso em: 26-05-2015.

SILVA, S. L. Dogma 95: tudo é angústia. 2007. Diss. Dissertação (de Mestrado). – Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte. Disponível em:

<www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VPQZ-76DKYM/1/dissertacao_savio_leite.pdf>. Acesso em: 26-05-2015.

SOUZA, E. G de. *Dogville, filme e crítica*. 2007. Dissertação (de Mestrado). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas das Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-17102007-151818/publico/TESE_EVELISE_GUIOTO_SOUZA.pdf>. Acesso em: 26-05-2015.

**ANÁLISE DO DISCURSO:
A NÃO ISENÇÃO DO NARRADOR EM NOTÍCIA DE JORNAIS**

Janete Araci do Espírito Santo (UENF)

janeteesanto@hotmail.com

Geucineia de Souza Pencinato (UENF)

Verônica Ávila de Freitas Siqueira (UENF)

Sérgio Arruda de Moura (UENF)

RESUMO

Este artigo toma como objeto de análise uma notícia jornalística extraída de fonte on-line. Fundamentando-se, especialmente, nos conceitos da *Análise do Discurso de linha francesa*, destacando-se teóricos como Maingueneau (2004) e Foucault (2008), noções teóricas sobre gêneros do discurso, por Bakhtin (1997), objetiva-se analisar as características do gênero notícia jornalística presentes num texto real, apontando os recursos utilizados pelo produtor do texto. Concluiu-se que a marca desse gênero, que deveria ser a informatividade isenta de opinião do redator, é o seu oposto: parcial, em face da historicidade e da ideologia que se impregnam na produção textual.

Palavras-chave: Discurso. Gêneros do discurso. Notícia. (Im)parcialidade.

1. Introdução

A partir da teoria da análise do discurso, o presente artigo tem o propósito de discutir alguns processos discursivos do gênero notícia, no texto jornalístico, buscando esclarecimento sobre a gama de questões discursivas e sociais expressivas na elaboração deste gênero. Nesse sentido, a imparcialidade como um dos mitos do jornalismo e, portanto, não atribuível ao gênero, é um dos focos da discussão.

Toma-se como objeto de estudo uma notícia sobre recorrentes problemas na educação brasileira, extraída do jornal *O Globo*¹⁷.

Por ora, a proposta se restringe à análise da elaboração do referido texto, considerando sua estrutura e seus componentes discursivos. Em primeira instância, discorre-se sucintamente sobre a análise do discurso na perspectiva de Maingueneau (2004) e com as contribuições de Orlandi (1994).

¹⁷ <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/apos-tres-meses-de-atraso-no-repasse-para-pronatec-mec-anuncia-verba-de-119-milhoes-15381036>>

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Em seguida, centra-se, de um modo abrangente, no gênero do discurso, atendo-se ao conteúdo temático, estilo e construção composicional, conforme instrui Bakhtin (1997). Na sequência, adentra-se especificamente no gênero notícia, procurando entender as características teóricas do gênero (linguagem referencial, informatividade, neutralidade do emissor, dentre outros) em face do que de fato ocorre na realização desse gênero. Por fim, analisa-se o objeto de estudo, confrontando os dados relevantes de nota com a literatura pertinente selecionada para a essa investigação.

2. *Análise do discurso*

O homem é um ser sociável e, por isso, a comunicação, a interação com o outro e com o mundo é parte de nossa essência. Para que possamos exercer nosso senso crítico e nossa capacidade de leitura e compreensão da realidade que nos cerca, necessitamos fazer uso de uma linguagem que nos permita o diálogo e a relação com o outro.

Nesse sentido, já nas décadas 60 e 70 do século XX, na França, Michel Pêcheux publica a tese *Analyse Automatique du Discours*, na qual denomina *discurso* o objeto da atividade linguística produtora de sentidos entre interlocutores e que ocorre mediante interação.

O linguista francês Maingueneau, grande estudioso no campo do discurso e da análise do discurso, dá a esta teoria uma dimensão crítica pelo fato de os objetos investigados se relacionarem a interesses ideológicos. Afinal, “o discurso se constrói, com efeito, em função de uma finalidade, devendo, supostamente, dirigir-se para algum lugar” (MAINGUENEAU, 2004). Percebe-se, então, que, na condição de produzir efeitos sobre o interlocutor, o enunciador nunca é livre. A propósito, qualquer ato de fala, por mais inocente que pareça, implica condições de ordem distinta.

Para Orlandi, linguista brasileira da contemporaneidade, importa à análise do discurso, sobretudo,

colocar questões para a linguística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem, a do sujeito e a do sentido, transparência sobre a qual essas ciências se assentam. (ORLANDI, 1994, p. 54).

O sujeito é ideológico assinalado por uma cultura com seus valores, costumes e crenças, é fruto de um espaço que elimina de sua produção textual a unicidade, já que seu discurso só se materializa em função do outro, para quem o locutor ajusta sua fala, num processo de interdiscursividade. Ademais, qualquer fala está amalgamada a outras falas, numa espécie de polifonia, na qual o discurso se forma, se constitui, “se reconhece como tendo uma determinada identidade na relação com outros discursos produzidos, com eles dialogando, comparando pontos de vista, divergindo etc.” (BRANDÃO, 2015, p. 9).

Realizar a análise do discurso é analisar um texto na sua discursividade interna (*o que e como* esse texto diz) e externamente (*por que* este texto diz o que diz?). Nesse sentido, investiga-se como o texto se relaciona com a situação que o elaborou cotejando língua (pelo viés da linguística) e sociedade (a qual se banha de historicidade e ideologia).

Como todo e qualquer texto se materializa nos gêneros, é conveniente que, de início, seja apresentada, ainda que de forma breve, a questão do gênero discursivo.

3. Gêneros do discurso

Todo indivíduo inserido em uma sociedade tem como emergente a necessidade de comunicação e interação. Para que ele possa se comunicar, ele faz uso de códigos que possam ser traduzidos por uma comunidade de falantes, daí se configura a linguagem. Através dela entende-se e faz-se entender, mas não apenas isso, o sujeito também é capaz de persuadir, convencer e, para tanto, precisa-se adequar a sua linguagem aos diferentes contextos de uso.

De acordo com Bakhtin, três elementos compõem os enunciados: conteúdo temático, estilo e construção composicional.

São por esses três elementos que adequamos o discurso de acordo com a esfera de comunicação. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 1997, p. 279)

Os *gêneros do discurso* são tão variáveis quanto as atividades de interação humana, daí a complexidade de serem todos descritos, nesses

termos, Bakhtin corrobora: “Não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso e a consequente dificuldade quando se trata de definir o caráter genérico do enunciado” (BAKHTIN, 1997, p. 281). Várias características podem compor um *gênero do discurso*: o gênero jornalístico, por exemplo, pode ser constituído de fotografia, legenda, depoimento e tantos outros elementos que fazem parte de sua enunciação e que nos remetem ao gênero jornalístico.

A interação entre os interlocutores é a premissa na construção de enunciados produzidos para o receptor; sendo assim, o emissor espera uma reação, uma *responsiva ativa*, que, como esclarece Bakhtin,

...ele [o receptor] concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor (BAKHTIN, 1997, p. 290).

Fica claro, então, que a construção do discurso não é um ato individual. Alguns aspectos como grau de letramento, preconceitos, convicções e algumas outras concepções que o emissor tem do seu receptor determinarão a escolha do gênero adequado. Portanto, as construções discursivas são impossíveis de serem analisadas sem levar em consideração o contexto histórico, a situação comunicativa como um todo e o público para o qual se direcionam.

Como o objeto deste estudo é a análise de uma notícia, é oportuno, antes, refletir sobre o conceito desse gênero textual.

4. *Gênero textual “notícia”*

Para se posicionar como cidadãos conscientes e viver sempre atualizado, é preciso que haja comunicação. Viver em sociedade é comunicar-se. O ato da comunicação envolve sempre um locutor que, ao falar ou escrever, estabelece contato com o outro que o lê ou o escuta. A linguagem, por sua vez, é a ferramenta que possibilita esta interação e permite a troca de conhecimento. É pelo uso eficaz da linguagem que se consegue transmitir ou receber informações e, assim, compreendê-las. Nos jornais, por exemplo, o jornalista constrói seu texto contando ou informando de forma clara um fato, preocupando-se com o público leitor (público alvo) daquele periódico.

A sociedade atual vive bombardeada por um grande volume de informações esparsas que chegam através das diferentes mídias: jornal, revista, rádio, televisão, internet etc. Para Agnes & Savino,

A forma como essas informações são transmitidas influenciam nossa percepção do espaço e do tempo, os dados do nosso conhecimento e nossa visão de mundo. Elas modificam nossa relação com o real. Este envolvimento influencia as reflexões e o comportamento, os modos de pensar e a aquisição de conhecimento. (AGNES & SAVINO, 1991)

Sendo assim, o jornal pode ser considerado como um dos mais importantes veículos de informação. De acordo com Lage (2001), o primeiro jornal impresso surgiu em 1609, na Alemanha. Até então, todas as notícias, informações e avisos eram manuscritas e colocadas em locais públicos para o conhecimento das pessoas. No final do século XIX, passaram a ser impressas grandes tiragens com rapidez e baixo custo. No Brasil, *A Gazeta do Rio*, fundada em 1808, foi o primeiro jornal impresso no país.

Dentro de um jornal há várias repartições. Estas, por sua vez, são compostas por textos de diversos tipos, isto é, diversos gêneros textuais: crônica, entrevistas, carta do leitor, artigo, resenha crítica etc. Analisar-se-á, a seguir, um tipo de texto muito comum nos jornais: a notícia, gênero textual básico de um jornal. Entende-se por notícia o relato de fatos e acontecimentos que possam interessar ao público alvo do periódico. O espaço onde são editadas as notícias obriga o redator a construir textos curtos com esclarecimentos breves atendendo as seguintes perguntas: o quê? Quem? Onde? Quando? Por quê? Como? Neste gênero, o produtor do texto não opina, simplesmente informa. A propósito, “Notícia é tudo que alguém em algum lugar está tentando esconder, e que outras pessoas desejam e têm o direito de saber” (MARTINS, 1991, p. 16). Há mais de um século, nos Estados Unidos, um editor assim discerniu: “Quando um cachorro morde um homem, isso não é notícia. Mas quando um homem morde um cachorro, isso é notícia”. (CHRIS & RAY HARRIS, 1993, p. 10)

A notícia é uma das formas do discurso jornalístico cuja essência é a informação, pois objetiva oferecer conhecimento de aspectos ignorados acerca da realidade, por isso, geralmente, centra sua mensagem sobre um referente; logo, conforme a teoria da comunicação, possui, predominantemente, a função referencial da linguagem.

Este gênero textual caracteriza-se principalmente pela linguagem formal, direta, objetiva e clara, para facilitar, naturalmente, a compreen-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

são de quem lê, assiste, ouve. A notícia é objetiva e tem por finalidade relatar acontecimentos importantes, zelando sempre pela isenção, isto é, sem fornecer a opinião individual do jornalista em relação ao fato relatado. Ela é imediatista e efêmera tem como fator determinante o tempo, que depende de um fato novo.

Uma notícia geralmente compõe-se de duas partes: lead (ou lide) e corpo. O lead localiza-se normalmente no 1º parágrafo da notícia e é a parte que apresenta um resumo, que responde as já referidas questões principais do jornalismo: o quê (fatos), quem (pessoas, personagens envolvidos), quando (tempo), onde (lugar), como e por quê. O corpo da notícia é a parte do texto que desenvolve, amplia o lead, acrescentando-lhe novas informações.

Estabelecidas essas considerações, apresenta-se, na sequência, a análise proposta desde o início deste artigo.

5. *Análise do discurso numa notícia jornalística*

Apresenta-se na figura 1, um texto sobre o qual será processada a análise.

5.1. *Notícia extraída do jornal O Globo no dia 19/02/2015*

**Após três meses de atraso no repasse para o Pronatec,
MEC anuncia verba de R\$ 119 milhões**

Pagamentos a 500 escolas particulares estavam atrasados desde outubro

RIO – O Ministério da Educação (MEC) confirmou, nesta quinta-feira, atrasos em repasses do governo federal para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e anunciou que foram liberados R\$ 119 milhões para regularizar o fluxo de pagamento referente às mensalidades de 2014 para instituições privadas.

De acordo com reportagem do jornal “Folha de São Paulo” de ontem, a União havia deixado de pagar as aulas dadas referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014 em 500 escolas particulares que participam do programa do governo federal.

Na maioria delas, o último repasse teria acontecido em novembro, referente, entretanto, ao mês de setembro. Até então, as verbas costumavam ser transferidas na primeira semana de cada mês e, segundo as regras do PRONATEC, devem ser depositadas mesmo nas férias.

De acordo com nota oficial divulgada pela assessoria de comunicação do MEC, o pagamento de cada parcela pode ser feito em até 45 dias após o vencimento do mês de referência. “A liberação dos repasses este ano está dentro do previsto”, diz a nota.

O ministério também afirma que as instituições privadas representam cerca de 7% das matrículas do programa, e que não mudará sua política de repasse às instituições.

“Em 2014, foram repassados cerca de R\$ 640 milhões a instituições privadas. Atualmente, não há previsão de alteração na forma de repasse”, afirmou o ministério em nota.

FENEP VÊ CLIMA INSTÁVEL

O MEC introduziu a confirmação de frequência pelo estudante como instrumento para trazer mais transparência aos repasses do programa, porém, este foi visto como um dos fatores no atraso ocorrido. Para Amábiles Pacios, presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP), o atraso cria um clima de instabilidade:

– O professor fica sem saber quando vai receber e não consegue mais planejar seu orçamento. Já o aluno fica sem saber se poderá contar com um bom corpo docente em sua instituição. O período em que ocorreu, entre dois anos letivos, só tornou o episódio mais traumático.

A sucessão no ministério também foi colocada por ela como um dos motivos para o atraso pela federação.

– O antigo ministro, Henrique Paim, já possuía o encaminhamento dessas ações e não ocorriam problemas. O novo (Cid Gomes) desconhece. Ele vem errando exatamente em setores com que não teve contato em suas outras gestões.

Voltado para a capacitação profissional técnica de jovens e adultos, o PRONATEC foi uma das principais bandeiras da campanha de reeleição da presidente Dilma Rousseff. Na primeira etapa do programa, criado em 2011, 8 milhões de alunos foram matriculados. Dilma prometeu oferecer outras 12 milhões de matrículas.

Confira a íntegra da nota oficial divulgada pelo MEC:

"O MEC informa que foram liberados R\$ 119 milhões para regularizar o fluxo de pagamento referente às mensalidades de 2014 para instituições privadas. A liberação dos repasses este ano está dentro do previsto, lembrando que o pagamento de cada parcela pode ser feito em até 45 dias após o vencimento do mês de referência.

As instituições privadas participam da iniciativa Bolsa-Formação do PRONATEC, na oferta de cursos técnicos subsequentes por meio do SISUTEC – Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica. O

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

MEC esclarece que as instituições privadas representam cerca de 7% das matrículas totais do PRONATEC.

O pagamento dos valores é realizado em parcelas, a partir do registro de frequência do beneficiário no SISTEC pela instituição, bem como da confirmação pelo próprio aluno, com senha pessoal e intransferível. Em 2014, foram repassados cerca de R\$ 640 milhões a instituições privadas. “Atualmente, não há previsão de alteração na forma de repasse, considerando que a introdução da confirmação de frequência pelo estudante foi uma inovação que tornou o processo mais transparente e seguro”.

Embora o papel primordial da *notícia jornalística* seja informar fatos de interesse do público em geral, esta, assim como outros gêneros textuais, pode se valer de recursos para persuadir ou enfatizar mais um aspecto do que outro apresentado no mesmo fato. Nota-se que, na notícia em análise, o discurso do Ministério da Educação (MEC) se confronta com o discurso do jornal *O Globo*. O MEC informa que “A liberação dos repasses este ano está dentro do previsto”. O discurso do jornal procura salientar o fato de que o atraso nos repasses causou prejuízos ao programa do governo, trazendo inclusive outro discurso, o de Amábiles Pacios, presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP), para acrescentar credibilidade ao que se pretende fomentar: “Para Amábiles Pacios, o atraso cria um clima de instabilidade”.

Observa-se, também, que, ao colocar entre aspas a nota oficial do MEC, o jornal se exime de responsabilidade do que está sendo dito e mostra total separação entre um discurso e outro, ou seja, o discurso do jornal não se identifica com o que é dito em nota pelo MEC. A utilização das aspas cria o efeito de que o relato seria exatamente o que o ministério afirmou, sem a alteração de nenhum termo, sendo assim, o responsável pela afirmação; o jornal está apenas repassando as informações. As aspas marcam o uso do discurso direto pelo jornal, eximindo a responsabilidade das palavras ali expressas. “Quando o enunciador cita no discurso direto a fala de alguém, não se coloca como responsável por essa fala, nem como sendo o ponto de referência de sua ancoragem na situação de enunciação”. (MAINGUENEAU, 2004, p. 138)

No relato do pronunciamento do presidente da FENEP, também no discurso direto, o jornal atinge o grande público. Esse recurso ainda é usado para aproximar o que se propõe da realidade, conforme esclarece Maingueneau (2004, p. 150): “para um público leitor popular, o jornalista privilegia a narração, uma relação mais imediata com o vivido, as mesmas palavras das pessoas, como se o leitor estivesse presente na situação” Nessa notícia, pondera-se, ainda, o uso da preposição *segundo*: “Até

então, as verbas costumavam ser transferidas na primeira semana de cada mês e, segundo as regras do PRONATEC, devem ser depositadas mesmo nas férias” e o uso da locução prepositiva *de acordo com*: “De acordo com nota oficial divulgada pela assessoria de comunicação do MEC, o pagamento de cada parcela pode ser feito em até 45 dias após o vencimento do mês de referência”. A utilização dessa preposição e dessa locução prepositiva pode ser entendida aqui como uma modalização em discurso, conforme explica Maingueneau: é “um modo mais discreto para um enunciador indicar que não é responsável por um enunciado”. (MAINGUENEAU, 2004, p. 139)

Por sua vez, na nota do MEC, é clara a *formação discursiva* característica do governo, que procura dar satisfação à população, passar segurança, credibilidade. Nesse contexto, destaca-se a concepção de *formação discursiva*, de acordo com Foucault (2008, p. 43):

No caso em que se puder descrever, entre certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”.

No trecho da nota do MEC, “A liberação dos repasses este ano está dentro do previsto”, é facilmente identificável o caráter apaziguador do discurso, transmitindo a impressão de que nada saiu do controle. Em outro fragmento, o discurso ainda tem a intenção de passar confiança ao público: “a introdução da confirmação de frequência pelo estudante foi uma inovação que tornou o processo mais transparente e seguro”. Ou seja, se o novo sistema pode gerar algum atraso nos pagamentos, será em detrimento de um benefício maior.

Referindo-se às condições de produção da discursividade da notícia em análise, imersa em um cenário de disputa acirrada para a Presidência da República, a polarização, no final das campanhas eleitorais, ganhou destaque na mídia; e os escândalos sobre corrupção têm desmoralizado o governo que, com isso, ganha a indignação da sociedade e destaque nos veículos de comunicação.

A notícia em apreço descreve o que seria uma consequência desses atos de corrupção. O desfalque nos cofres públicos acarreta o desvio de verbas para importantes serviços que devem ser oferecidos com quali-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

dade para a população, como a educação, por exemplo. O jornal acrescenta que “o PRONATEC foi uma das principais bandeiras da campanha de reeleição da presidente Dilma Rousseff”.

Resultante desses problemas no repasse de verba há o desânimo dos professores que ficam sem receber, instaura-se confusão na gestão do programa, acarretando no povo desconfiança da FENEP. Em meio a tantas instabilidades e descontentamentos, emerge o fato de que uma das principais bandeiras da campanha da reeleição da presidente está em crise.

Enfim, observando o discurso nesta notícia, constata-se que ela não é isenta e imparcial como quer parecer ser, pois está vinculada aos interesses do seu anunciante. Na verdade, toda ideia se reveste de linguagem, e toda linguagem está inserida num contexto ideológico. Uns discursos são acometidos mais intensamente pela ideologia, outros menos. Neutro, porém, não é característica de nenhum deles ainda que passe o referido fundamento de isenção de pontos de vista.

6. *Conclusão*

Esta investigação conduziu-se à percepção de que no gênero notícia jornalística predomina uma parcialidade muitas vezes opaca aos olhos de um leitor ingênuo, despreparado para enxergar o que está sob a linearidade textual. O autor não se pauta especificamente nas características primordiais que deveriam ser informatividade e imparcialidade do produtor do texto. Por sua vez, a parcialidade na produção de informações é o que a caracteriza o gênero.

Quando se percebe o envolvimento do autor pela análise do discurso, torna-se difícil ao alocutário dar crédito a tudo que lê. Os recursos linguísticos da técnica jornalística e a seleção de informações no repasse da notícia, à luz da análise do discurso, são desvendados. O leitor enxerga a manipulação, às vezes não intencional do autor, mas presente no texto pelo viés ideológico que há na própria instituição em que o autor produziu seu texto.

Portanto, verifica-se o quão importante é o estudo de análise do discurso no entendimento da construção e do sentido de textos (especialmente os midiáticos) que se organizam em um contexto histórico e ideológico da sociedade em que se inserem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNÉS, J.; SAVINO, J. e equipe do CLEMI. *L'information dans les médias*. Paris: CLEMI, CNDP e MEC, 1991.

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Analisando o discurso: na ciência da linguagem, o termo “discurso” vai muito além daquele feito pelos políticos. In: *Museu da língua portuguesa*. Estação da Luz. Disponível em: <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_1.pdf> Acesso em: 11-03-2015.

HARRIS, Chris; HARRIS, Ray. *Faça seu próprio jornal*. Trad.: Beatriz Marchesini. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*, 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Insular, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS, André Carvalho Sebastião. *Jornalismo*. 2. ed. Belo Horizonte: Lê, 1991.

ORLANDI. E. P. V. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

**ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS E SEMIÓTICA:
UMA PROPOSTA DE LEITURA DO TEXTO SINCRÉTICO**

Márcia Suany Dias Cavalcante (UFT/UEMA)

marciasuany@hotmail.com

RESUMO

Os estudos do texto e do discurso alargaram as possibilidades de análise ao permitir o diálogo com outras teorias. Por meio da multidisciplinaridade, linguagens além da verbal se tornaram objeto de reflexão. Assim, este trabalho tem o objetivo de demonstrar os processos de significação em textos sincréticos, especificamente no gênero anúncio publicitário. A base teórica para a leitura dos textos selecionados pertence ao campo da semiótica francesa, também conhecida como semiótica discursiva ou greimasiana.

Palavras-chave: *Leitura. Texto sincrético. Semiótica.*

1. Introdução

A partir da segunda metade do século XX, diferentes estudos do texto e do discurso contribuíram para novas perspectivas e novos objetos aos estudos da linguagem. Numa tentativa de preencher as lacunas dos estudos linguísticos anteriores, trilharam o caminho para o conhecimento da/pela linguagem humana e da cultura em que estão inseridos. Assim, os textos sincréticos, ou seja, que arquitetam a mensagem utilizando os códigos verbal e não verbal, passaram a ser lidos sob outros olhares, inserindo o discurso na trama textual e, portanto, buscando conhecer o homem, seu meio e sua história.

Com isso, tem-se objetivado uma ressignificação para o ensino de língua portuguesa de modo que o aluno se aproprie de competências e habilidades para ler e escrever de forma proficiente em contextos variados. Assim, tomar a leitura como uma prática social veio a ser um eixo condutor do processo ensino-aprendizagem, assumindo, então, os estudos do letramento que partem de uma concepção de leitura e escrita como práticas discursivas, com diversas funções e arraigadas por um dado contexto. Logo, dependendo dos objetivos do autor, o texto terá propósitos determinados, como guiar, informar ou argumentar, dentre outros. É devido aos muitos possíveis nas relações sociais que surgem os variados textos que circulam no dia a dia.

Bakhtin (1997, p. 280) diz que a utilização da língua se efetua por enunciados, orais ou escritos, concretos e únicos, advindos dos integrantes de determinada esfera da atividade humana. E, que esses enunciados refletem as condições peculiares de cada uma dessas esferas, seja por seu conteúdo (temático), construção composicional ou por seu estilo verbal. Tem-se, portanto, os gêneros textuais/discursivos, que dizem respeito aos tipos relativamente estáveis de enunciados, uma certa forma padrão de estruturação de um todo.

Sendo inúmeras as atividades sociais, que dão origem aos gêneros textuais/discursivos, estes se apresentam de diversas maneiras. Seguramente, são fenômenos históricos entrelaçados à vida cultural e social, constituindo eventos textuais altamente dinâmicos, plásticos e maleáveis.

Segundo Marcuschi (2004, p. 17):

Os gêneros constituem uma listagem aberta, são entidades empíricas em situações comunicativas e expressam em designações tais como: sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, e-mail, chat e assim por diante.

Mais um exemplo de gênero textual/discursivo é o anúncio publicitário, no qual a imagem vem cada vez mais tendo destaque em relação aos elementos verbais. O campo da publicidade, eixo central do marketing, em virtude das estratégias semióticas que aciona, tem despertado a atenção daqueles que estudam a linguagem. Os textos publicitários levam o leitor a uma exploração das inúmeras facetas híbridas que compõem a tessitura das mensagens finamente elaboradas. Assim, na sua necessária interação, tal texto varia infinitamente em forma e conteúdo, pois carrega o desafio grandioso de transformar produtos e serviços em informações, conceitos, sensações, desejos etc., por meio de palavras que falam e não falam aquilo que estão dizendo.

Este trabalho analisa os processos de significação em textos sincréticos, especificamente no gênero anúncio publicitário. Fundamentado nos estudos de Algirdas Julien Greimas, o objeto em foco perpassa pelos conceitos semióticos de percurso gerativo de sentido do texto, buscando descrever o que cada texto diz e como ele faz para dizer o que diz.

A análise tem como *corpus* exemplificativo um anúncio publicitário veiculado em revista de circulação nacional. Esse anúncio privilegia

os elementos visuais, construindo uma narrativa que quase dispensa a linguagem verbal.

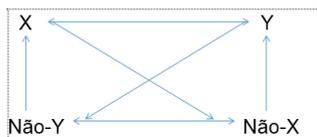
2. A semiótica e o texto

Debitária das teorias estruturalistas de Ferdinand Saussure e de Louis Hjelmslev, a Semiótica traz reflexos das dicotomias *significante x significado* e *conteúdo x expressão*. Na atribuição de significados ao texto, Greimas utilizou o conceito de plano de conteúdo (significado/conteúdo) e de plano de expressão (significante/expressão). Desse modo, a teoria procura explicar os sentidos dos textos, que são a junção dos planos de conteúdo e de expressão, por meio de um percurso gerativo.

Todo texto possui uma estrutura interna organizada em uma espécie de narrativa, sendo que cada texto, no plano da expressão, é peculiar quanto à utilização dos elementos expressivos – verbais, visuais, sensoriais, gestuais etc. Na construção narrativa, os sujeitos/actantes executam ou sofrem uma ação provocadora de mudança de estado. Para isso, as estruturas de organização textual perfazem um percurso gerativo de sentido no qual a disposição dos componentes desse processo se articulam uns com os outros, atribuindo significados investidos de um simulacro teórico-metodológico em uma apreensível articulação semiótica.

O percurso gerativo de sentido aponta para a construção de significados através de etapas ou níveis. Dá-se início por uma etapa simples e abstrata e se encaminha para uma mais complexa e concreta, perpassando por três níveis: o nível fundamental, o nível narrativo e o nível discursivo. Portanto, as significações dos objetos são encontradas a partir das correlações presentes no texto (GREIMAS, 1979, p. 207).

No nível fundamental, a primeira etapa do percurso, a significação se dá por uma oposição mínima do tipo $X \times Y$, como *vida x morte* e *liberdade x opressão*. São oposições manifestas culturalmente e podem aparecer em variados textos. A semiótica organiza os pares opostos no chamado quadrado semiótico, esquema representativo da articulação lógica de uma dada categoria semântica. Veja:



A organização dos elementos no quadrado semiótico indica o percurso narrativo no qual o texto se estrutura. As relações são construídas por meio de negativas, sendo que ao negar um dos elementos, há a asserção de outro num movimento de encaminhamento de significações. Segundo Bertrand (2003),

O quadrado se apresenta, portanto, como a estrutura constitutiva de um microuniverso de significação, que “amarra”, por uma rede de interdefinições, os valores semânticos (e os termos que o designam). Em consequência, estes não poderiam ser considerados de maneira isolada. O quadrado pode ser apreendido e utilizado, por um lado, como um modelo posicional e taxionômico, formando um paradigma que indica as posições relativas dos termos uns em relação aos outros. Mas pode também, por outro lado, ser considerado como um modelo dinâmico que apresenta sucessivamente, no plano sintagmático, a passagem de uma posição a outra. Constitui assim, no nível profundo, a forma primeira das estruturas que, num nível mais superficial, se desdobram em arquitetura narrativa. (BERTRAND, 2003, p. 178-179)

A mudança de estado dos actantes no texto acontece de forma gradual, não havendo rupturas que impliquem em desordem narrativa. Assim, um estado *Y*, por exemplo, antes passou por um estado *Não X*, que previamente se constituía em estado *X*. Convém ressaltar que um (ou mais de um) elemento do quadrado semiótico pode não aparecer explicitamente no texto. Nesse caso, a existência de um elemento implica em uma negativa e, conseqüentemente, na recuperação por pressuposição de seu par oposto.

Na estruturação narrativa, há a representação do fazer do homem que transforma o mundo, suas relações, seus valores, suas aspirações e suas paixões. Dessa forma, os elementos do quadrado semiótico remetem a axiologizações positivas ou negativas que se materializam nas relações de euforia ou disforia do actante. A relação é positiva (eufórica) quando se tem uma conjunção entre actante e objeto-valor. Se contrária, ocorre a disjunção, portanto é negativa (disfórica).

Um percurso narrativo é uma sequência de programas narrativos relacionados por pressuposição. Cada programa narrativo diz respeito a um conjunto de ações de um dado actante funcional. Assim, o percurso desse sujeito representa, sintaticamente, a própria aquisição da competência necessária à ação e execução de uma performance.

São 4 etapas em um programa narrativo, distribuídas da seguinte forma:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

- 1ª) Etapa da manipulação: por estratégias de tentação, sedução, intimidação ou provocação, o actante se torna “objeto” de um destinador-manipulador;
- 2ª) Etapa da competência: o actante acredita poder-fazer uma performance;
- 3ª) Etapa da performance: momento no qual o destinatário-sujeito executa a performance;
- 4ª) Etapa da sanção: diante da performance executada, o destinador-manipulador sanciona o destinatário-sujeito. Primeiramente, reconhece a ação realizada (nível cognitivo) e em seguida atribui ao actante um bônus ou ônus (nível pragmático).

O esquema abaixo representa tais etapas:



Observa-se que a semiótica mostra que toda comunicação é uma forma de manipulação, uma espécie de relação persuasiva do destinador e interpretativa do destinatário. Com a articulação narrativa instaurada, tem-se a análise da enunciação, assim como das relações do enunciador, dos temas (tematização) e das figuras (figurativização) presentes no texto. O enunciador se relaciona com objetos numa interação estética ou com outros sujeitos numa relação racional ou passional.

Na enunciação aparecem as categorias de pessoa (actorialização), tempo (temporalização) e espaço (espacialização) inseridas numa sintaxe discursiva que busca explicar as relações do sujeito da enunciação com o discurso-enunciado e as interações entre sujeitos. Aparecem as operações de debreagem – a enunciação emerge do enunciado como um eu-aqui-agora (debreagem enunciativa) ou como um eu-lá-então (debreagem enunciva) – e embreagem – o enunciador utiliza a 1ª pessoa para se referir a si mesmo como outrem. Com isso, os discursos podem ser uma

enunciação enunciada ou enunciados enunciados, conforme Barros (2012, p. 32):

(...) dois tipos de discursos podem ser distinguidos: os projetados em primeira (e segunda) pessoa, no tempo do “agora” e no espaço do “aqui”, que caracterizam uma enunciação enunciada, e os organizados em terceira pessoa, no tempo do “então” e no espaço do “lá”, que são ditos enunciados enunciados. Os discursos do primeiro tipo (enunciação enunciada) produzem, geralmente, efeitos de sentido de aproximação da enunciação e de relação dialógica entre sujeitos, pois se apresentam como simulacros da enunciação. Em outras palavras, constroem interações com efeitos de subjetividade e, portanto, predominantemente sensoriais e emocionais. Os discursos do segundo tipo (enunciado enunciado) produzem, por sua vez, os efeitos de distanciamento da enunciação e de um certo “monologismo” ou autoritarismo das verdades “únicas” e “objetivas”. Constroem, por conseguinte, interações com efeitos de objetividade e, predominantemente, racionais ou intelectuais.

Em linhas gerais, portanto, nas operações de debreagem, os efeitos de sentido são de subjetividade ou objetividade. Além dessas operações (debreagem e embreagem), o plano do conteúdo se complementa pelos temas e figuras. A tematização é um procedimento semântico do discurso que consiste na formulação abstrata de valores narrativos por meio da recorrência de traços semânticos. A figuritivização também é um procedimento semântico pelo qual os conteúdos concretos remetem aos elementos temáticos abstratos. Assim, os temas são termos abstratos que se relacionam ao mundo natural, como alegria e simplicidade, e as figuras são elementos concretos que engendram um simulacro desse mundo natural.

No plano da expressão, faz-se uma análise dos elementos que materializam o texto, ou seja, o conjunto de elementos por meio do qual o texto é expresso. Nos textos sincréticos, como os anúncios publicitários, são apreensíveis as palavras e as imagens que interagem na construção de sentidos. Barros (2012, p. 35) diz que a publicidade oferece bons exemplos de organização enunciativa em textos verbais, visuais e sincréticos, que denotam a importância de uma proposta geral sobre a enunciação que possibilita o exame das estratégias enunciativas em diferentes tipos de texto, com diferentes substâncias de expressão. Diz ainda que, na perspectiva semiótica discursiva, para examinar os textos de marketing se deve considerar que, especificamente nesses textos, o enunciador e o enunciatário mantêm uma relação de comunicação e interação.

3. O anúncio publicitário

O texto selecionado para a análise que segue exemplifica alguns dos recursos pertencentes ao campo teórico da análise semiótica e que são empregados em anúncios publicitários na mídia impressa.

O anúncio é o seguinte:



(Fig. 2 – Revista *Veja*, 2008, ano 41, n. 21, ed. 2064)

Veja. Indispensável para o país que queremos ser.

Os anunciantes buscam a todo momento ressaltar sua mensagem, fazendo-a sobressair, destacar-se em meio a inúmeras atividades de comunicação. Para tanto, a campanha publicitária da revista *Veja*, veiculada

na mídia impressa, trouxe uma forte relação entre as articulações dos discursos e interdiscursos presentes no meio social.

O anúncio exibe de maneira explícita os problemas enfrentados por grande parte da população brasileira, problemas que, diretamente ou indiretamente, atingem todas as classes sociais. Num jogo de imagens antagônicas, a revista apresenta o *slogan*: *Veja. Indispensável para o país que queremos ser*, localizado no canto superior da página da direita. As imagens dispostas em páginas duplas mostram uma criança olhando incisivamente para o leitor, segurando com a mão direita uma foto que ilustra situações negativas, simbolizando o presente, a realidade do Brasil da atualidade, enquanto, com a mão esquerda, apresenta uma imagem com o contraponto positivo, ilustrando o Brasil idealizado para o futuro. Assim, cria-se uma relação de aproximação em 1ª pessoa, o simulacro de uma comunicação em presença.

Os efeitos de sentido dessa publicidade surgem da trama dos discursos que permeiam a sociedade atual. O anunciante põe à mostra o problema da desigualdade social e quanto o país precisa avançar na superação de questões básicas, o que é essencial para a superação do subdesenvolvimento. Assim, mobiliza os vários discursos suscitados pelas imagens.

Constituída por 10 páginas, a peça publicitária posiciona, a cada duas páginas, uma criança no centro. São 5 (cinco) crianças, que individualmente representam uma raça, o que remete à miscigenação do povo brasileiro, segurando duas imagens. Na mão da direita, retratam-se os principais problemas sociais: exploração infantil, fome, violência, falta de moradia e sistema prisional equivocado. As fotos mostram crianças nas ruas, famintas, miseráveis, além de um presídio e um arsenal de balas de fogo. Do outro lado, opondo-se a tais imagens, a criança segura com a mão esquerda, o que se espera de um país que tem responsabilidade social com seu povo: crianças na escola, bem alimentadas, assistidas, seguras e com um lar digno.

Os contrastes visualmente expostos – casa de alvenaria x casas de favela, balas de fogo x guloseimas, cárcere x liberdade para brincar, trabalho infantil x estudo e subnutrição x alimentação saudável – causam horror ao leitor. Utilizar o horror em anúncios publicitários consiste em jogar uma imagem chocante na cara do leitor e, com isso, provocar uma reação no sentido objetivado. A intenção é tirar o interlocutor da postura de insensibilidade cotidiana e obrigá-lo a reagir de alguma forma.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

Esses elementos apontam para a oposição fundamental *certo x errado*, sendo que o *certo* é o futuro próspero que se almeja e o *errado* é todo fato anterior de mazelas e descasos. A essa temática básica, agregam-se oposições como *justiça x injustiça*, *prosperidade x indigência*, dentre outras. Nesse anúncio, prevalece a estratégia de manipulação da provocação, na qual o destinador-manipulador busca um dever-fazer do destinatário-sujeito.

O anúncio faz um chamamento à memória discursiva do leitor, levando-o a refletir acerca de sua realidade e dos problemas enfrentados pela nação. Por meio da relação entre os problemas apresentados e os dizeres do senso comum que apontam as respectivas soluções, há uma retomada dos discursos atualmente instituídos na sociedade e fortemente arraigados no imaginário do sujeito-leitor. É de conhecimento de todos que o desenvolvimento de uma nação se dá com a presença de condições dignas e fundamentais para o bem-estar das pessoas, como saúde, educação, emprego, trabalho, lazer, dentre outras.

A revista apela, portanto, para os discursos pré-construídos ativados pelo conhecimento de mundo do leitor, buscando encontrar um fio de afinidade e proximidade. Logo, ao se definir como indispensável para que um novo Brasil seja construído, traz para si uma nova identidade. Trabalhando com o discurso pré-construído e bastante aceito de que somente com conhecimento e informação é possível transformar determinada sociedade, a revista, valendo-se da ideia de que ela possui esse material imprescindível, passa uma imagem de compromisso e responsabilidade social. Os temas e figuras invocados nesse anúncio foram minuciosamente trabalhados para materializar as relações de oposições inerentes ao discurso enunciado.

O destinador-manipulador (revista *Veja*) faz o destinatário-sujeito lançar um olhar acerca de si mesmo e de seu nível de informação e mobilização social. Assim, este passa a acreditar ter a competência de mudar o contexto instaurado. Em seguida, o destinatário-sujeito realiza a performance (adquire o produto anunciado) e, então, tem do destinador-julgador a sanção pragmática de dever cumprido. A relação de conjunção com o elemento eufórico (*certo/justiça/prosperidade*) é, portanto, estabelecida.

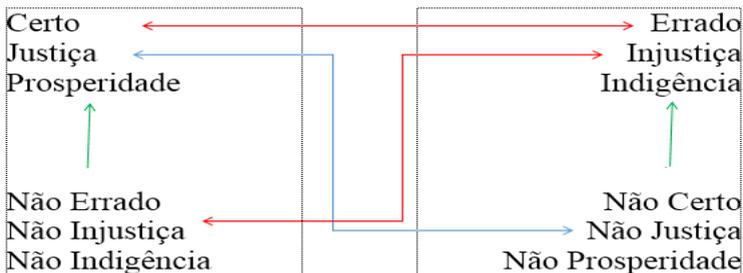
É destacável a inter-relação existente entre presente e futuro por meio das figuras das crianças, tanto as que seguram as fotografias, como também das que aparecem nas mesmas. Essa estratégia mobiliza um já-dito que vê nas crianças o futuro do país, fazendo alusão ao tão conheci-

do discurso: as crianças são o futuro do Brasil. Logo, para o país que queremos ser, o trabalho para o crescimento e desenvolvimento deve ser iniciado pelas crianças, que poderão, a médio e longo prazo, construir um futuro em que as desigualdades sejam mitigadas.

No nível discursivo, ocorre o discurso do tipo enunciação enunciada, tendo em vista o uso da 1ª pessoa do plural, no tempo do “agora” (presente) e no espaço do “aqui” (Brasil). Promove-se, certamente, uma relação dialógica e de aproximação entre os sujeitos, sendo que a interação se dá através da subjetividade. O efeito de sentido da debragem enunciativa favorece as estratégias do destinador-manipulador e a interpretação dos destinatários-sujeitos.

O anúncio, para atingir sua finalidade que é conquistar mais leitores para a revista *Veja*, comporta dizeres de responsabilidade social, persuadindo o leitor a ser agente de um processo de transformação no qual informação e mobilidade andam juntas. A revista *Veja*, ao levantar a bandeira para o enfrentamento de tantos problemas, ganha a credibilidade do leitor, construindo um conceito positivo que será levado para todas as mensagens veiculadas na revista.

O quadrado semiótico que representa as relações de sentido e percurso narrativo presentes no anúncio da revista *Veja* é o seguinte:



4. Considerações finais

Por essas observações, embora não aprofundadas, percebe-se que os anúncios publicitários perpassam ideias mais complexas do que aquelas apreendidas sem princípios teóricos metodológicos capazes de analisar as possibilidades de leitura de um texto sincrético. A semiótica pode colaborar nesse sentido, vez que possui um aparato de análise que se vol-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

ta para a narrativa enquanto percurso, buscando na enunciação as estratégias comunicativas presentes nas mais diversas interações cotidianas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. Algumas reflexões semióticas sobre a enunciação. In: BARBI-SAN, Leci Borges; FANTI, Maria da Glória di. (Orgs.). *Enunciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.

BERTOMEU, João Vicente Cegato. *A semiótica discursiva e a leitura de anúncios publicitários*. Disponível em:

http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/819. Acesso em: 5-07-2013.

BERTRAND, Denis. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: Edusc, 2003.

CAVALCANTE, Márcia Suany Dias. *Persuasão e sedução: os caminhos do texto publicitário pela intertextualidade e interdiscursividade*. 2012. Dissertação (de Mestrado em Língua Portuguesa). – Instituto de Letras – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola, 2010.

HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro. *Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MARCUSCHI, L. A. A questão dos suportes dos gêneros textuais. *Revista da Língua, Linguística e Literatura*. DLCV. João Pessoa: Ideia, 2004, vol. 1.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. *Análise do texto visual: a construção da imagem*. São Paulo: Contexto, 2007.

TEIXEIRA, Lucia. *As cores do discurso: análise do discurso da crítica de arte*. Niterói: Eduff, 1996.

Veja. São Paulo: Editora Abril, ano 41, n. 21, ed. 2064, 2008.

AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO
NO IMAGINÁRIO COLETIVO EM *UMA MÃE EM APUROS*¹⁸

Milena Costa Pinto (UNEB)
milenapinto2007@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo empreende uma análise do texto fílmico *Uma Mãe em Apuros*, propondo uma articulação com questões de gênero e seus constructos sociais, bem como faz acepção à condição da mulher e sua relação com a maternidade, a vida conjugal e as tarefas do lar no tocante à suas consequências para o estatuto feminino. Traz uma discussão pela voz da personagem âncora do referido filme concernente à luta empreendida a fim de transgredir a condição de opressão e invisibilidade em razão das múltiplas tarefas da casa e da família, e da omissão do seu companheiro, que por seu estatuto masculino não entende também como seu os papéis constitutivos à vida doméstica, paradigma historicamente legitimado. O texto faz uma explanação acerca de uma rotina emblemática de uma mulher, mãe e esposa ainda predominante na pós-modernidade e evidencia os conflitos de identidade vividos pela personagem Eliza que não se insere nas modulações de uma sociedade organizada no sentido da divisão de papéis, de forma a delimitar o espaço social como sendo masculino e o doméstico como feminino. Retrata a vida exaustiva, repetitiva e desestimulante de uma mulher representada pela citada personagem ao longo de sua trajetória no filme.

Palavras-chave: Gênero. Representações. Papéis sociais. Subjugação. Transgressão.

No plano simbólico de cada cultura, a mulher é historicamente configurada a partir de representações que por sua vez compreendem o modo como o sujeito forja as identidades individuais e coletivas de modo a torná-las emblemáticas e referenciais na sociedade.

As representações do feminino na sociedade partem do princípio da divisão de papéis definidos por fatores culturais, porém sob o pretexto de uma diferenciação biológica entre mulher e homem.

Se por um lado há uma relação de poder e dominação, por outro, há uma tentativa de resistência dessa mulher cujo histórico é, com raras exceções, de invisibilização, visto toda uma articulação para delimitar os espaços, as funções, e criar paradigmas comportamentais.

¹⁸Uma versão deste trabalho foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, com orientação da Profa. Dra. Ivya Iracema Duarte Alves, em 2010.

Os veículos produtores e difusores de cultura, assim como o mercado de consumo, cumprem a função de reproduzir e disseminar modelos que abarquem as representações de feminino fundadas pelo patriarcado e consolidada pela sociedade burguesa. Cabe uma ressalva ao fato de que, embora dados produtos culturais tenham a finalidade de afirmar/legitimar esses modelos calcados a fim de desqualificar a mulher, que quase sempre é posta numa condição “marginal”, muitos outros cumprem o papel de assinalar o problema propondo um questionamento e uma mudança na prática social.

A mídia se coloca na linha de frente, na divulgação e reprodução das ideologias que pregam a dominação masculina, por meio de produtos como o cinema, as telenovelas, os seriados e outros. Em se tratando do cinema, há uma diversidade de filmes sobre os quais se poderiam discutir essas questões, porém a análise aqui realizada se dá a partir do filme *Uma Mãe em Apuros* (2009), uma vez que o mesmo veicula discursos referentes às representações em torno da mulher, principalmente no tocante à maternidade, embora seja explícita a intenção de refutá-los.

O referido texto fílmico apresenta ampla verossimilhança com a realidade ao abordar o tema da maternidade e os conflitos comuns às mães urbanas casadas na contemporaneidade, que têm que conciliar uma série de tarefas a fim de atender às necessidades dos filhos, marido, casa e, em muitas circunstâncias, conciliar essas tarefas com uma atividade profissional na esfera pública.

Nessa perspectiva, pretende-se analisar, através deste filme, os conflitos, problemas e atuação da mulher na sociedade contemporânea concernentes às representações que a ela são relacionadas.

Este filme, apesar do seu caráter comercial, tem um cunho reflexivo que provoca o destinatário a pensar sobre a relação da mulher com a maternidade, com o casamento e os papéis destinados às mulheres dentro dessa instituição na sua prática social. É pertinente afirmar, ainda, que a obra apresenta certo teor dramático, embora seja uma produção do gênero comédia.

Compreende-se que o referido produto é direcionado a um público de idades diferenciadas. No entanto, é possível subentender que sua finalidade é atingir principalmente mulheres. Exibido nos cinemas brasileiros em janeiro de 2010, seu título original *Motherhood* foi lançado nos Estados Unidos (país onde foi produzido) em 2009. O roteiro consta de uma história que perpassa toda a narrativa – que é a necessidade da persona-

gem protagonista Eliza (Uma Thurman) preparar o aniversário de seis anos de sua filha Clara (Daisy Tahan) e ao mesmo tempo dar conta de uma diversidade de tarefas, que vão desde os cuidados com o filho menor Lucas (Matthew Schallip/David Schallip), com o cachorro, com o papel de esposa, os afazeres do lar e até manter as relações de sociabilidade com as amigas.

Dentre os conflitos paralelos à história na qual o filme se apoia, constata-se questões de gênero, de identidade, de comportamento, problemas relacionados ao casamento e à vida urbana, como trânsito, relacionamento e com outras questões que se apresentam de forma mais sutil.

Com duração de noventa minutos, a narrativa se passa em um único dia – o dia de uma mãe. Com isso, a diretora e roteirista Katherine Dieckmann faz um “relato” crítico acerca dos problemas comuns ao cotidiano de uma mulher no exercício do papel de mãe. E é por meio da atuação da personagem Eliza que Dieckmann dialoga com o público, e nele possivelmente provoca reflexões e promove identificação com o filme. Nessa perspectiva, constata-se aquilo que Márcia Rejane Postiglioni Messa (2007) define como verossimilhança cultural. Esta autora, no artigo "*As Mulheres Só Querem Ser Salvas: Sex and the City e o Pós-Feminismo*", ao falar da relação do público feminino com o seriado *Sex and the City*, observa:

As mulheres reconheciam o seu cotidiano, viviam aquelas situações com as personagens, tinham uma segunda chance de experimentar e pensar – através da outra representada na tela – a respeito de suas angústias, seus medos, suas fraquezas e até mesmo suas alegrias [...] (MESSA, 2007, p. 16).

A presente análise ancora-se na questão da representação das mulheres, porém abrange alguns eixos subtemáticos, conforme foi mencionado anteriormente. Para tal foram selecionadas cinco cenas que contemplam a proposta temática. As mesmas serão analisadas de acordo com a ordem de apresentação na narrativa.

A primeira cena corresponde ao momento em que Eliza acorda e lê a lista de tarefas do dia. A segunda cena escolhida refere-se ao momento em que ela, através de um *blog* sobre pais e filhos cujo título é *A identidade de Bjorn*, desabafa pelo fato de ter saído à rua de camisola sem perceber, devido ao trabalho que lhe absorve o tempo e lhe tira a possibilidade de dar atenção a si mesma. A terceira cena volta-se para o momento em que Eliza conversa com sua amiga Sheila (Minnie Driver) sobre a decisão de voltar a trabalhar fora. A quarta cena é quando ela desabafa com Every (Anthony Edwards), seu marido, sobre as frustrações

advindas da vida doméstica que ela tem levado, devido ao excesso de trabalho relacionado à casa e à família. E a quinta cena foca o instante em que Every conversa com ela a respeito daquilo que seriam as atitudes tomadas por ele a fim de “solucionar” os problemas dela.

A primeira cena do filme retrata o cotidiano de uma mulher - mãe, esposa e dona de casa: Eliza Kendall Welch. Ela já foi considerada escritora de talento, mas, por consequência da maternidade, deixou de escrever para se dedicar aos filhos. Nos pequenos intervalos entre uma tarefa e outra, ela posta no *blog* suas impressões sobre o que é ser mãe; e é dessa maneira que ela expressa, dentre outras questões, as frustrações que a maternidade traz, as renúncias, as cobranças sociais, a perda da fluidez, o silenciamento referente à vida pessoal e social.

O filme retrata o cotidiano exaustivo dessa personagem que desde o momento que acorda se depara com as inúmeras obrigações a serem cumpridas em um único dia. Cabe dizer que esta rotina é comum à vida da maioria das mulheres, posto que a sociedade associou e naturalizou o trabalho do espaço privado à condição do “feminino”. A esse respeito, Helena Confortin argumenta:

Às mulheres competem, os afazeres classificados como fazendo parte do lado interior, úmido, baixo, contínuo, por isso lhes são atribuídos todos os trabalhos domésticos, isto é, os trabalhos escondidos e até mesmo invisíveis ou vergonhosos, os mais sujos, monótonos, penosos e humildes. (CONFORTIN, 2003, p. 119)

A citada cena coloca o (a) interlocutor (a) diante do que sugere o título do filme *Uma Mãe em Apuros*, ou o sentido poderia ser ampliado para “uma mulher em apuros”, visto que não poderia ser diferente o dia de uma pessoa que precisa atuar como uma “perfeita multitarefas”, como a própria personagem se auto define. A lista dos compromissos diários de Eliza poderia perfeitamente ser compartilhada com seu marido Every, que se mostra omissos e não se envolve com os problemas da família e da casa, a exemplo dos preparativos da festa de aniversário da filha.

A postura machista de Every está relacionada à representação do feminino, ou seja, o homem (marido/pai), no filme, comporta-se como se a manutenção da casa e o cuidado com a família fosse papel exclusivamente da mulher (esposa/mãe) e o seu papel se restringisse à provisão financeira. Nessa perspectiva, Donna Haraway (2004), ao falar da divisão de trabalho por gênero, afirma que as categorias de trabalho feminino como “ter e criar crianças, cuidar dos doentes, cozinhar, executar o trabalho doméstico e trabalhos sexuais como a prostituição” (HARAWAY,

2004, p. 228) são excluídos e não historicizados. Haraway argumenta ainda que, conforme Iris Young (2004), a divisão de trabalho, as relações de produção e as relações patriarcais estão intimamente ligadas.

Uma Mãe em Apuros é um texto midiático que retrata o modelo predominante de família que ainda perdura na contemporaneidade mesmo após a mulher ter extrapolado a esfera doméstica para se profissionalizar e exercer uma função pública. Os percalços enfrentados por ela para romper os paradigmas do modelo de organização familiar patriarcal são representados no filme, uma vez que a personagem central, apesar de ser graduada, pós-graduada e ter exercido uma profissão, comporta-se conforme os padrões da ideia do feminino forjado no imaginário coletivo. Ela demonstra consciência da opressão e insatisfação para com a condição de oprimida, porém não toma efetivamente posições que venham a causar rupturas nas estruturas de poder e dominação que regem a organização familiar/social na qual está inserida.

A segunda cena selecionada mostra a personagem Eliza manifestando, através do *blog* citado anteriormente, seus sentimentos e pensamentos acerca de como se sente oprimida. O fato desencadeador é o constrangimento que a mesma passou ao ser chamado à atenção por uma vizinha por ter saído à rua de camisola sem mesmos e dar conta. Ela faz um questionamento acerca de sua condição de mãe. E, desse modo, ela indaga: “Será que eu cheguei mesmo a esse ponto? Ser humilhada de camisola na frente da casa da minha vizinha?” (DIECKMANN, 2009). Nesse momento a personagem traz à questão, por exemplo, uma prática social que incide na dominação masculina por meio da divisão do trabalho, pois o acontecimento se deu por causa da sobrecarga de tarefas que ela tem. E isso não implica apenas uma questão quantitativa, pois o trabalho relativo ao ambiente privado caracteriza-se por ser repetitivo, desestimulante, desvalorizado e infundável.

A instituição da divisão dos papéis em femininos e masculinos compreende uma forma de dominação masculina. O homem, que na organização da sociedade predominantemente criou normas de comportamento e determinou traços de identidade, definiu como masculinos os trabalhos considerados mais prestigiados, emocionantes e valorizados. Isso implica que sempre houve uma consciência de que os trabalhos “femininos” são avaliados como inferiores. Sobre a relação de dominação, explicita Confortin:

O indivíduo é dominante ou dominado e isto constrói todo um jeito de olhar, de se movimentar, de estar no mundo, de perceber o mundo. Toda a

análise mostra que desde os primórdios da humanidade há um dominante e um dominado e isto constrói uma sociedade onde a dominação social masculina acaba sendo mais evidente. (CONFORTIN, 2003, p. 119)

O excesso de atividades faz a personagem questionar “Como uma mãe pode articular as ideias com o mínimo de convicção em períodos de tempo tão ridiculamente pequenos?” (DIECKMANN, 2009). Através desta cena, direção e produção do filme colocam diante do público uma fotografia da vida da maioria das mães. E é de forma crítica que o produto analisado aponta conflitos, frustrações, limitações, perdas e mudanças que geralmente ocorrem com a mulher com o advento da maternidade. A vida exaustiva de Eliza vai produzindo a invisibilidade, de modo que ela compartilha sua experiência com o público do *blog* fazendo indagações como “A alma de uma mulher tem de murchar e morrer só porque ela optou por ser mãe?” (DIECKMANN, 2009). Ao mesmo tempo ela contrargumenta a opinião dos que consideram que a mulher deve dedicação exclusiva aos filhos, ao dizer “Eu quero acabar de lavar a roupa e terminar uma frase complexa. Ter pensamentos profundos e dar uma festa de aniversário mágica pra minha filha”. (DIECKMANN, 2009)

O enunciado acima é uma demonstração de que a personagem contesta o discurso dominante – que oprime e exclui a mulher.

Na terceira cena, a narrativa traz a questão da valoração que é dada ao trabalho profissionalizado, isto é, o trabalho da esfera pública, já que o trabalho doméstico não é considerado profissional. E, consequentemente, trata da valoração dada ao ser humano que trabalha fora, bem como de aspectos da maternidade, como o afastamento ou abandono do trabalho/profissão pela mulher quando esta se torna mãe. É nesse sentido que Eliza comenta com sua amiga Sheila que ter um trabalho “de verdade” parece ser um atestado de valor. Isso implica que as representações (negativas) das mulheres têm uma relação intrínseca com o trabalho, uma vez que o trabalho desenvolvido pelas mães não é considerado de verdade, conforme dito pela própria personagem. Também entra como critério dessas representações a questão do espaço – privado e público. O privado é associado ao medíocre, previsível, desinteressante, enquanto o público relaciona-se ao mágico, ao inesperado, ao instigante e ao libertário.

Mais uma vez aparece nesta cena o peso das obrigações que a maternidade traz, assim como as mudanças na relação com o companheiro (quando isso se aplica), por exemplo, “a morte do desejo”, segundo declaração de Eliza.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

Na cena quatro novamente surge a representação de mulher do modelo tradicional de família constituída por pai, mãe e filhos. Retrato estabelecido por meio da divisão do trabalho. Todavia, nota-se uma intencionalidade da direção e produção do produto (até por colocar em foco o lugar de mulher), de propor uma consciência e uma ruptura dessa prática social que opera com base no duo relacional dominante/dominado.

A narrativa nesta cena mostra o sujeito paciente da dominação (a mulher) ou, nos termos de Scott, o sexo oprimido, numa busca da emancipação, na medida em que faz indagações, rompe o silêncio, busca ressignificar sua condição subjugada. No diálogo com Every, Eliza desvela uma percepção a respeito de sua condição marginal. Em vista disto, ela aponta a opressão referente ao lugar ao qual ela ocupa, fazendo a seguinte asserção em um instante de desabafo:

[...] todo dia desde o instante que eu acordo até o instante que eu desmaio de sono, meu dia, como o da maioria das mães que eu conheço, é feito de uma série de ações específicas e concretas. E são ações que desgastam uma paixão. [...] as ações são pequenas e sem importância, como pôr mais café nas xícaras e dobrar as cuecas. Mas elas se acumulam de um modo tão debilitante que diminui minha capacidade de me concentrar praticamente em qualquer outra coisa. Coisas mais importantes como ideias, ou política, ou sonhos de uma vida melhor. (DIECKMANN, 2009)

O enunciado imprime um desejo de autoafirmação, de empoderamento, ainda que fique no plano discursivo e não no plano das ações. Eliza posiciona-se negando sua permanência dentro de um sistema engendrado que controla e manipula o discurso, a prática discursiva e a prática social, em virtude da legitimação da hegemonia do poder e dominação masculina.

As questões evidenciadas por Eliza relacionam-se com as identidades, as ideologias e as representações imbricadas à idéia do feminino. Isso implica uma inquietação quanto ao modo como ela é delineada em meio à esfera de convivência. Referente às representações que se fazem do sujeito, Kathryn Woodward (2000) pela voz de Rosa Gens [2008?] explicita:

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem sou eu? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e o sistema de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (GENS, [2008?], p. 01).

A cena cinco dá ao filme o sentido de continuidade das relações desiguais entre homens e mulheres. Qual seja, nos aspectos aqui discutidos e em outros com semelhante relevância. Apesar de demonstrado um desejo de emancipação pela personagem âncora no decorrer do filme, não se consolida de fato um abalo nos pilares nos quais se ampara o poder do macho que submete a mulher social e historicamente e a subordina a uma espécie de clausura doméstica. No entanto, o filme retrata as ambiguidades e o distanciamento que há entre discurso e prática social.

Esta cena, conclusiva do filme, sinaliza que os problemas colocados não são elucidados. Dessa forma expressa uma ideia de continuidade. A leitura que se pode fazer do diálogo (que por sinal mais se assemelha a um monólogo) de Every com Eliza é de que ele tenta mascarar a opressão da qual ela é vítima propondo algo que na verdade não se configura como solução. A compra de uma máquina de lavar louças, a matrícula do filho numa pré-escola e o elogio por ela fazer um ótimo trabalho organizando sozinha a festa de aniversário da filha não compreendem uma postura de consciência da parte dele e nem de longe configuram-se como um ato libertário para ela. Não empreende de fato uma subversão pela personagem da sua condição desfavorecida na família e na dimensão sociocultural.

Esta cena mostra uma permanência da subordinação da mulher cujo estatuto permanece marginal em função dos papéis sexuais. Essa teoria é defendida por Joan Scott (1990) ao tratar da questão da mulher na perspectiva do gênero. Scott também aborda o papel do patriarcado na “produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito” (p. 14) e assinala que esse sistema é responsável por essa subordinação por sustentar uma necessidade do macho dominar as mulheres.

Em síntese, *Uma Mãe em Apuros* confronta um poder instituído nas práticas sociais com as demandas de luta pelo empoderamento feminino proposto pelo movimento feminista. E embora a personagem âncora não consolide sua luta pela emancipação, ela não contraria os ideais nascidos no seio do movimento que alimentou muitas arenas de luta, principalmente a partir da década de 60.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONFORTIN, Helena. Discurso e Gênero: a mulher em foco. In: GHILARDI-LUCENA, M. I. (Org.). *Representações do feminino*. Campinas: Átomo, 2003.

DIECKMANN, Katherine. *Uma mãe em apuros*. EUA: Killer Films, 2009.

GENS, Rosa. *Enquadramentos*: a focalização da mulher na narrativa brasileira recente. XII Seminário Nacional Mulher e Literatura e do III Seminário Internacional Mulher e Literatura – Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural, do GT Mulher e Literatura da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística), realizados nos dias 9, 10 e 11 de outubro de 2007, na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/Bahia. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, [2008?]. Disponível em: <http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/Mesas/Rosa%20Gens.pdf>.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: *Cadernos Pagu*, local n/id., n. 22, 2004, p. 202-246.

MESSA, Márcia R. As mulheres só querem ser salvas: Sex and the City e o pós-feminismo. In: *Revista da Associação Nacional dos programas de Pós-Graduação em Comunicação, Famecos*, PUCRS, Rio Grande do Sul, 2007.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e realidade*, Porto Alegre, vol. 16, n. 2, p. 14-15, 1990.

YOUNG, Iris. Beyond the Unhappy Marriage: a Critique of the Dual Systems Theory. In: SARGENT, L (Ed.). *Women and Revolution*. [s.n.e.].

ATOS DE FALA PERFORMÁTICOS E A PRODUÇÃO DE IDENTIDADES FRAGMENTADAS

Naiara de Paiva Vieira (UFOP)
naiarav@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo é o início de uma pesquisa desenvolvida na linha 2: Tradução e Práticas Discursivas, do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Depois de discutir sobre a questão da fragmentação identitária, se enfocará em como a linguagem performática produz efeitos na sociedade e nos sujeitos. Primeiramente, a discussão partirá da relação entre cultura e identidade, segundo a visão de cultura de Vivan (2011), e a perspectiva teórica de identidade de Hall (2005) e Bauman (2005). Posteriormente, se enfocará nos estudos pragmáticos de Austin, citado por Ottoni (1998). Para tratar da produção desses atos de fala, as contribuições de Muniz (2010), sobre as formas de exclusão que estão presentes na linguagem e a discussão de Rajagopalan (2000), sobre a linguagem politicamente correta, serão discutidas. Por fim, se enfocará nos estudos de Pinto (2007) sobre como os atos de fala fazem o corpo por meio da linguagem performativa.

Palavras-chave: Performatividade. Atos de fala. Identidade.

1. Introdução

O instrumento principal das interações sociais e de que decorre todo o desenvolvimento humano é a linguagem. É na e através da linguagem que representações sociais são desenvolvidas e transformadas. Nessa perspectiva, apoiando na visão pragmática de estudo do uso linguístico, ou seja, da linguagem em uso, ou mesmo da prática linguística que, segundo Levinson (1983), produz sentido a partir das palavras e para além delas, dependendo do contexto de uso, podemos entender como a linguagem é usada nas representações sociais e como os atos de nomear alguém, ou se autoneamar, produzem sentidos na sociedade. Para tanto, se enfocará no estudo particular do filósofo da linguagem John Austin, inaugurador da pragmática através de sua teoria de atos de fala.

Os estudos pragmáticos de Austin, citado por Ottoni (1998), nos diz que a linguagem é performática, ou seja, ao proferir um enunciado estamos praticando uma ação. O sujeito assume seu papel de agente através de seu discurso, transformando a realidade da qual faz parte e a sua própria realidade individual. Sendo assim, ao analisarmos os atos de fala, além de se entender os efeitos de tais atos para a sociedade, se entenderá também os efeitos desses atos para o sujeito, buscando clarear como a vi-

são performativa da linguagem ajuda na compreensão da fragmentação da identidade do sujeito.

Partindo desse princípio, se discorrerá sobre os estudos identitários de Hall (2005) e Bauman (2005) e suas explicações sobre fragmentação identitária e os estudos de linguagem e exclusão de Rajagopalan (2010), Muniz (2010) e Ferreira (2010) para tratar da questão dos atos de fala e de como ao pronunciar um enunciado performático estamos praticando uma ação social. Também serão discutidos os estudos de Pinto (2007), em que a autora levanta questionamentos sobre se a linguagem, sendo performática, faz o corpo.

A fundamentação teórica será dividida em quatro partes. Na primeira parte que é a “Problemática da identidade no campo da cultura”, se estabelecerá uma relação entre cultura, segundo a visão de Vivan (2011), e a fragmentação identitária, com base em Hall (2005) e Bauman (2005). Na segunda parte, “Linguagem e performatividade”, se enfocará nos estudos pragmáticos de Austin, citado por Ottoni (1998) e em sua teoria de atos de fala. Já na terceira parte “O ato de nomear no processo de identificação”, se enfocará na produção desses atos de fala, levando em conta as contribuições de Muniz (2010), sobre as formas de exclusão que estão presentes na linguagem e a discussão de Rajagopalan (2000), sobre a linguagem politicamente correta. Na quarta, e última parte, “Corpo e performatividade”, se aterá nos estudos de Pinto (2007), em que a autora faz uma discussão sobre como os atos de fala, por meio da linguagem, fazem o corpo.

2. *Fundamentação teórica*

2.1. **Problemática da identidade no campo da cultura**

Segundo Ferreira (2010), é no século XX que começam a repercutir os problemas de identidade com a fragmentação das relações humanas, declínio de velhas identidades e surgimento de novas formas de identificação. Segundo Hall, a questão da identidade tem sido amplamente problematizada em várias áreas. Estamos passando atualmente por uma “crise de identidade”, a identidade somente se constitui em problema quando está em crise. Nas palavras dele, “velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2005, p. 7). Essa “crise de

identidade” refere-se a uma descentralização dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural, quanto de si mesmos. (*Idem, ibidem*, p. 9)

Hall (2005) faz um grande percurso teórico identitário até chegar a concepção defendida por ele de sujeito pós-moderno. As três concepções identitárias abordadas por Hall (2005) relacionam-se a três concepções de sujeitos: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. Na concepção de sujeito do iluminismo, Hall explica que o núcleo ou o centro essencial do eu é a identidade de uma pessoa. Sendo assim, o sujeito nasce com uma identidade fixa que se desenvolve ao longo de sua existência, no entanto, ele permanece essencialmente o mesmo. Essa é, crítica o autor, uma concepção muito individualista do eu e de sua existência, que salienta a permanência de uma mesma e imutável configuração identitária.

Já a concepção do sujeito sociológico é vista como uma concepção “interativa” da identidade do eu, em que o sujeito ainda continua tendo um núcleo ou uma essência identitária interior que é chamada de “eu real”, mas esta é formada e modificada na “interação” entre o eu e a sociedade.

Por fim, a concepção de identidade defendida por Hall (2005) é a concepção de sujeito pós-moderno, em que o sujeito é visto como não tendo uma identidade fixa ou essencial. A identidade torna-se uma “celebração móvel”, em que é formada e transformada continuamente com a manutenção de contato com as diversas culturas que nos rodeiam. Vista dessa maneira, essa concepção de identidade é definida contextual e historicamente e não biologicamente. O sujeito lida com vários traços que preexistem nele e que, ao mesmo tempo, são incoerentes. Hall, apoiando-se em Lacau (1990) aponta que:

As sociedades da modernidade tardia, são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos”. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta. (HALL, 2005, p. 17)

Quando se entra em contato com “outra” cultura, se entra em contato com vários tipos de diferenças e isso acarreta várias transformações de identidade. Percebo assim, que o conceito pós-moderno de identidade,

sugerido por Hall, está intimamente ligado ao conceito de cultura. Para explicar melhor essa relação, cito aqui uma definição de cultura apontada por Kramsch que me parece apropriada para esta investigação:

[...] cultura pode ser definida como membro em uma comunidade discursiva que partilha um espaço social e história comuns, e “imaginings” comuns. Mesmo quando eles deixaram aquela comunidade, seus membros podem conservar, onde eles estiverem, um sistema comum de padrões de percepção, crença, avaliação e atitudes. Estes padrões são geralmente chamados de sua “cultura”. (1998 *apud* VIVAN, 2011, p. 4)

O conceito de cultura é entendido como um conceito plural, em que não existe uma cultura “pura”, mas sim, uma miscigenação de culturas. Sendo assim, mesmo que os sujeitos mudem de contexto cultural, mudando assim também de cultura, eles conservarão certos padrões identitários de sua cultura, assim como “herdarão” outros padrões culturais identitários. Hall (2005) afirma que o mesmo ocorre com a identidade nacional em que o indivíduo se forma e se transforma no interior do sistema de representação cultural. Portanto, é errôneo pensar a cultura nacional como expressão da cultura subjacente de “um único povo” porque as nações modernas são todas “híbridos culturais”.

Pensando nesse conceito plural de cultura e nas transformações identitárias que são ocasionadas por essa pluralidade cultural, fica claro que a identidade é inventada e não descoberta. Bauman (2005) diz que o indivíduo inventa sua própria identidade ao se relacionar com os participantes não homogêneos de um grupo cultural. Segundo Bauman (2005), a ideia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento, ou seja, da recriação da identidade à semelhança da ideia do indivíduo. O indivíduo cria e recria sua identidade de acordo com seus “objetivos” pessoais e sociais quando inserido em um grupo.

2.2. Linguagem e performatividade

Segundo Levinson (1983), a pragmática deu um grande salto quando trabalhos de Austin, Strawson, Grice e Searle em particular combateram ativamente a ideia de Chomsky, Bloofieldian de gramática gerativa. Trabalhos como de Austin e dos outros linguistas pretendem mostrar a importância dos usos da língua para entendermos sua natureza. Para o filósofo, a linguagem e o sujeito não têm uma função descritiva, mas uma função de agência sobre a sociedade e sobre os sujeitos. De acordo com Ottoni (1998), Austin é um “desconstrutor” da filosofia tradicional e

da linguística tradicional na medida em que rompe com a fronteira entre filosofia e linguística e implanta algo novo, a visão performativa da linguagem.

Ao romper com a fronteira entre o linguístico e o filosófico, a performatividade adquire um estatuto único nos estudos da linguagem e Austin continua a entregá-la para denominar toda “fala” humana, cai assim por terra a separação entre sujeito e objeto. A visão que o sujeito vai ter de um objeto para caracterizá-lo, classificá-lo ou mesmo nomeá-lo vai depender não só do conhecimento que o sujeito tem do objeto, mas também da maneira como ele o percebe em determinado contexto. O contexto é então fundamental para a linguagem performativa, porque dependendo do contexto em que o sujeito se encontra ele se identificará estrategicamente.

Sendo assim, Austin diz ser o performativo ao mesmo tempo ação e enunciado, a própria fala-ação, independente da forma linguística (forma estrutural), nas palavras dele “Além disso, é preciso acrescentar que nosso performativo é ao mesmo tempo *ação* e *enunciado*” (OTTONI, 1998, p. 113). O enunciado é a forma linguística (frase) que tem embutida uma ideia de ação (agir por meio da frase). Para explicar essa ação do performativo, Austin diz ser preciso ter a “situação total de fala” para se perceber essa agência total do sujeito. O autor diz que os atos de fala são compostos de três atos simultâneas: locucionário, ilocucionário e perlocucionário. O ato locucionário é o próprio enunciado, o ilocucionário é a realização de uma ação através do enunciado, é a força que o enunciado vai ter, podendo ser de crítica, ironia, preconceito, etc. e o ato perlocucionário são os efeitos que os atos de fala produziu no interlocutor. Esses atos de fala propostos por Austin rompem com significado dos enunciados, ou seja, não há mais lugar para fazer uma distinção entre sentido e significado das palavras quando se trata de performatividade.

Por trás de cada afirmação há assim um performativo mascarado embutido no enunciado performativo, que sempre será na primeira pessoa do singular e do verbo no presente do indicativo. Por exemplo, quando digo que “ele é uma boa pessoa”, esse enunciado pode ser interpretado de várias maneiras dependendo do lugar em que estou. O enunciado pode ter o sentido de “eu afirmo que ele é uma boa pessoa”, ou “eu imagino que ele é uma boa pessoa”. Nesse ponto, Austin nos diz que o enunciado é identificado com o sujeito falante para se poder praticar a ação. A afirmação constativa de que “ele é uma boa pessoa” está no nível do performativo. As afirmações passam a não somente dizer algo no mundo,

como também a fazer algo no mundo. Austin, citado por Ottoni então conclui “[...] não existe nenhum critério verbal para distinguir o enunciado performativo do enunciado constativo, e que o constativo está sujeito às mesmas infelicidades que o performativo” (OTTONI, 1998, p. 119). Com esse caráter não verbal do performativo, Austin soube ao mesmo tempo discutir a linguagem humana e o humano. Como ninguém, mostrou que a linguagem não se distancia do humano, do seu corpo e mostrou como linguagem e corpo se fundem.

2.3. O ato de nomear no processo de identificação

Os atos de fala, como nos aponta Muniz, podem ser entendidos como um contrato, “Os atos de fala consistem exatamente nisso: num contrato ou compromisso entre as partes de realizarem a ação que fica subjacente à fala” (MUNIZ, 2009, p. 36). Sendo assim, tudo na teoria da performatividade pode ser revisto, não existe verdadeiro ou falso. O ato performativo de se autoneamar “mulher”, “negro”, “gay” etc., não pode ser constatado como verdadeiro ou falso porque exprime um desejo, não uma verdade. O que se pretende mostrar é que a nomeação é muito mais política e estratégica, e às vezes de identificação, do que a constatação de uma verdade.

Nos autoidentificarmos com nossas identidades, é uma estratégia política na medida em que demonstramos o orgulho de ser quem somos e reivindicamos nossos direitos. O essencialismo estratégico por parte dos negros, por exemplo, é uma estratégia de luta, é na luta que os negros se autoafirmam, ressaltando a diferença para poderem agir politicamente na sociedade. No entanto, encarando a identidade de forma una, fixa e imutável, alguns problemas são decorrentes, um exemplo seria os movimentos feministas citados no artigo, por exemplo, quando falamos de feminismo, de qual feminismo estamos falando já que por mulher entende-se: “branca, classe média, heterossexual, religiosa, mãe, etc. Esse conflito é estabelecido porque o ser humano sempre está em busca de sua essência, sem perceber que somos no outro, é por eu saber quem eu não sou, que eu me defino, me defino assim através da diferença que é o outro. Os movimentos raciais, feministas etc., são importantes socialmente, no entanto devemos pensar esses movimentos como um deslocamento do fixo, como relacional para que não fiquemos presos apenas a eles.

Quando nomeamos alguém de “estrangeiro/a”, “negro/a”, “branco/a”, “mulher”, “homem”, “gay” etc., estamos enquadrando as pessoas

em estereótipos e as colocando em identidades fixas, congeladas, o que não existe. Muniz nos diz que “A perspectiva dos “novos” estudos pragmáticos, segundo Rajagopalan (2006) está calcada nas políticas de linguagem e também na política da própria linguística como ciência” (MUNIZ, 2010, p. 101). Ou seja, esse ato performativo político de nomear o Outro nunca vai ser neutro e por isso transforma a diferença em desigualdade. Na necessidade que temos de nomear o mundo e as pessoas, está pressuposta a noção de classificação que é tão cara ao pensamento eurocêntrico ocidental. Muniz nos diz:

Classificar tanto como adicionar é um reflexo de nosso pensamento cartesiano, é parte integrante de nossa maneira de observar o mundo... Classificar é substituir a diversidade infinita do real por um número limitado de categorias. Se trata de um meio sumamente poderoso, não somente para compreender, mas também para submeter ou transformar a realidade. No entanto, é uma técnica totalmente subjetiva, que depende do indivíduo, que estabelece as regras do jogo e do meio sociocultural no qual se desenvolve este sujeito. (MUNIZ, 2010, p. 104)

O que acontece é que o poder que a linguagem tem de nomear ao mesmo tempo confere uma existência e a ameaça. Quando usamos nomes como “estrangeiro”, “negro”, “mulher”, “homossexual”, entre outros, ou seja, nomes que sofreram uma naturalização ao longo da história, somos eficazes em discriminar, excluir, porque tais nomes passam a ferir as pessoas que os recebem, a história do nome passa a ser interna ao nome. Muniz (2010) nos diz que a identidade, segundo Rajagopalan, se constrói na língua e através dela, isso ocorre por a língua estar em constante mudança e evolução, assim como nos aponta Bakhtin (1995). A identidade se encontra assim em um fluxo constante em que, juntamente com a língua, está em constante mudança, por isso é tão complexo falar em identidade e não em identidades, ou ainda identificação, como nos sugere Hall (2005). Sabendo dessa não essencialidade da identidade, o que os movimentos sociais têm proposto é um deslocamento da visão essencialista de alguns termos, por exemplo, o feminismo. Só através da busca de rompimento desses nomes “essenciais”, que assolam a sociedade, conseguiremos uma sociedade mais igualitária e menos preconceituosa.

Rajagopalan, nos fala da linguagem “politicamente correta” como forma de amenizar preconceitos, “A linguagem “politicamente correta” tem sido alvo de críticas acirradas advindas de todos os lados. Tanto isso é verdade que hoje em dia é difícil encontrar alguém que abertamente se disponha a discuti-la se não em tom de desprezo e desconfiança” (RA-

JAGOPALAN, 2000, p. 1). Tratar da linguagem “politicamente correta” hoje em dia é encarado por muitos como modismo. Alguns intelectuais, ditos de esquerda, acreditam que a linguagem “politicamente correta” é uma alternativa dos intelectuais, ditos de direita, de tapar o sol com a peneira, ou seja, para esses intelectuais o problema não está na linguagem, mas nas pessoas que fazem uso dela. O que tem ocorrido com essa grande contradição de pensamento entre os intelectuais de esquerda e de direita é que se está tornando cada vez mais politicamente correto falar com desprezo sobre a linguagem “politicamente correta”, sem, no entanto, procurar uma solução para o dilema. Embora os intelectuais digam que é justamente o preconceito que gera tais efeitos de sentido sobre a linguagem, Possenti (1995) citado por Rajagopalan (2000), um dos linguistas que se contrapõe a linguagem “politicamente correta”, nos diz que não podemos negar que o discurso preconceituoso realimenta as condições sociais que dão suporte às ideologias e aos próprios discursos.

Alguns questionamentos sobre a linguagem “politicamente correta” são: “o que adianta efetuar mudanças na linguagem, já que isso não vai ter nenhuma influência sobre o pensamento? O que adianta trocar a roupagem se a pessoa por trás permanece a mesma?” (RAJAGOPALAN, 2000, p. 3). Argumenta-se que os que defendem a linguagem “politicamente correta” estão querendo camuflar a realidade, não confrontando o verdadeiro problema. No entanto, se pensarmos na natureza agente do sujeito e, portanto, da linguagem da qual o sujeito faz uso, a linguagem tem sim um poder transformador. O que devemos entender é que a linguagem descreve e performa o mundo, e é através do caráter performativo da fala-ação que o sujeito pode transformar o mundo. Sendo assim, para começar essa transformação, é preciso o uso da linguagem “politicamente correta” como forma de luta contra os preconceitos. Rajagopalan (2000) conclui então dizendo que é importante sim o esforço de se usar a linguagem “politicamente correta” como forma de amenizar os preconceitos, já que saná-los é complicado, a luta contra os preconceitos tem que ser persistente e incansável. Os preconceitos são produzidos e mantidos por meio da linguagem, por isso é tão importante seu monitoramento, e ao monitorar sua própria fala, o usuário precisa se conscientizar da existência dos preconceitos impressos em sua linguagem.

2.4. Corpo e performatividade

Outra forma de enquadramento e preconceito é a relação entre linguagem e corpo. Partindo da ideia de Austin de que linguagem e corpo se fundem, Pinto (2007) nos questiona se a “linguagem faz o corpo” e sobre “o que é feminino e o que é masculino”. Para se responder a essas questões, usamos as representações de gêneros. É por isso que segundo Pinto (2007), usamos expressões como: 1) “Fale como homem rapaz!” e 2) “As mulheres falam mais que os homens” (p. 3). Pinto nos diz que “Esse tipo de enunciado relaciona determinada prosódia a uma representação de um conjunto de corpos masculinos, e determinado tipo de retórica a uma representação do conjunto de corpos femininos” (PINTO, 2007, p. 3). Essa visão entende o corpo como um conjunto de papéis sexuais, em uma sociedade que é um sistema de divisão de trabalho. Pinto (2007), citando Butler, nos diz que gênero é, portanto, um efeito de atos de fala que apresenta uma estrutura sempre binária e hierarquizada. A teoria de gênero proposta por Butler, e discutida por Pinto (2007), problematiza a visão feminista de gênero, que gira em torno do “sexual” apenas.

Segundo Pinto (2007), o termo usado por Butler (1999) para definir gênero é *stylization*, que é uma nominalização do verbo *stylize*, cujo melhor significado seria fazer conformar a um dado estilo ou tornar convencional. Sendo assim, essa questão de gênero é bem mais vista em nossa sociedade como convenção de práticas e comportamentos sociais. Pinto propõe esse esforço de separar gênero de anatomia para não se cair em uma naturalização do gênero, ou seja, atribuir determinadas características chamadas femininas somente às mulheres e determinadas características chamadas masculinas somente aos homens. Nas palavras dela:

A teoria de gênero problematiza essa ideia de uma organização simples em torno do “sexual”. Ainda que a anatomia seja um componente importante a ser analisado, deve-se levar em consideração antes de qualquer coisa que o gênero é uma estilização do corpo. Não a anatomia, mas os atos de fala que se organizam em torno desta. (PINTO, 2007, p. 3)

Pinto, citando Butler, nos fala da questão da agência do sujeito na e através da linguagem e conclui que “O sujeito de fala é aquele que produz um ato corporalmente; o ato de fala exige o corpo. O agir no ato de fala é o agir do corpo, e definir esse agir é justamente discutir a relação entre linguagem e corpo” (PINTO, 2007, p. 11). Aqui percebemos a relação dialética entre enunciado e corpo. Ou seja, o que faz do ato de fala uma ação é a força da ilocução e do movimento do agir do corpo que

executa a ilocução. É interessante pensarmos que o efeito do ato de fala é operado ao mesmo tempo pelo que é dito, pelo quem diz e pelo como é dito (como o corpo diz, como o enunciado diz). Assim a ação do sujeito não está somente no seu enunciado, mas também no corpo que fala e pratica uma ação em um determinado contexto. Assim sendo, entendemos a performatividade não como uma capacidade de ação efetuada pelo enunciado, mas sim como uma capacidade de ação, tanto sonora quanto corporal, operada pelo ato de fala.

A partir dessa visão intrínseca estabelecida entre linguagem e corpo, surgem os problemas de identidade. Pinto nos diz que:

A partir deste ponto, o debate sobre o ato de fala como um ato corporal leva aos problemas da identidade. Em que termos a identidade de falante deve ser tratada tendo em vista que o corpo tanto quanto a linguagem são inseparavelmente partes do ato de fala? Em que medida a identidade linguística pode ser estrategicamente separada da identidade corporal para uma análise linguística...? (PINTO, 2007, p. 13)

Esses questionamentos nos trazem outros, por exemplo: o que são identidades, se identidades, não podem ser “encontradas” na linguagem, se não são o que define o sujeito por antecipação? Perguntas como essas nos faz perceber que a linguagem não expõe as identidades dos sujeitos, mas sim que elas são construídas pelos atos de fala. Pinto nos dá uma definição de identidade dizendo que do ponto de vista dos atos de fala, identidades são performativas, ou seja, são efeitos dos atos que impulsionam marcações em quadros de comportamentos. Nas palavras dela:

Do ponto de vista dos atos de fala, identidades são performativas, ou seja, são efeitos de atos que impulsionam marcações em quadros de comportamentos (fala, escrita, vestimentas, alimentação, cultos, elos parentais, filiações, etc.). Identidades são construções exigidas pelos ritos convencionais que postulam o sujeito de maneira a garantir a possibilidade de “nós” a partir da significação da existência prévia do “eu”. (PINTO, 2007, p. 16)

Sendo assim, as identidades não preexistem à linguagem. As identidades precisam ser assim marcadas pelos falantes nos atos de fala continuamente para que o “eu” e o “nós” possam ser sustentados. Segundo a teoria dos atos de fala, as identidades não existem fora desse ato, por isso a repetição é necessária. Pinto então nos diz que:

Isso desloca o próprio conceito de identidade linguística. Se assumirmos a performatividade como o que obriga o sujeito a se constituir em processo, a identidade de falante é também performativa, ou seja, não existe senão na prática e na história de sua própria exibição – e é por isso mesmo sempre múltipla, fragmentada e repetível. (PINTO, 2007, p. 16)

Identidades não são postuladas somente na língua, elas são criadas por marcações do corpo que significa o sujeito previamente e são produzidas assim pelos atos de fala que garantem suas existências. Uma marcação de identidade discutida por Pinto (2007) é o gênero. A autora nos diz que as estudiosas feministas procuravam entender como a diferença entre os sexos está articulada entre os diversos atos de nossas vidas e quando ela adquire a aparência de natural e o estatuto de uma hierarquia, era preciso entender para combater as desigualdades sociais. Apesar dessa preocupação das estudiosas feministas em desnaturalizar a hierarquia entre os sexos, elas não discutiram a questão da estilização do corpo. A distinção homem/mulher, segundo a autora, é uma heterossexualidade compulsória, porque é fundamentada no aparelho reprodutor. Pensa-se que o homem que fecunda e a mulher que gera e dá a luz como representações do masculino e do feminino. Esse enquadramento identitário de gênero vem desde quando o sujeito nasce, o primeiro efeito de constituição do sujeito quando nasce é a sua orientação sexual (é menino ou menina?). Pinto nos diz que estudiosos como Derrida estão preocupados em afirmar a pluralidade da diferença sexual, desfazendo-se assim esse essencialismo de postular a dupla homem/mulher, mas ele parece desconsiderar como as diferenças sexuais impelem ao corpo. Por isso, a autora trata do performativo radical, nas palavras dela:

Num ato performativo entendido radicalmente, o sujeito instala um efeito de gênero, não como quem apenas o descreve (escreve, inscreve) para o outro, mas ao mesmo tempo e principalmente como quem o interpreta para/no outro e lembra o outro/para o outro/para si: marca e opera sua posição na alteridade, apresentando um efeito que excede a intenção do sujeito. Esse excesso produzido é redobrado pelo corpo que fala: corpo previamente significado, e significado nas suas estilizações de gênero. (PINTO, 2007, p. 22)

Sendo assim, a identidade é construída para/no outro e para/no eu a partir da visão do eu sobre/no outro, isso também vale para as estilizações de gênero através do corpo que fala. Para nós é muito difícil aceitar às vezes essa alteridade do sujeito porque como nos diz Woodwad (2000), citado por Muniz (2009), o ser humano sempre está em busca de sua essência, sem perceber que somos no Outro, é por saber que eu não sou que eu me identifico como "eu". Em contato com "outra" cultura o sujeito relaciona-se com a outridade e se reconhece, mas não um reconhecimento fixo, imutável, mas sim um reconhecimento sempre mutável e fragmentado. Por isso mesmo segundo Hall (2005) devemos pensar em identificação e não em identidades, para se pensar em uma ideia de processo e não de produto. Hall nos diz que:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Assim, ao invés de falarmos da identidade como algo concluído, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge, não tanto da plenitude da identidade, já presente dentro de nós enquanto indivíduos, mas da insuficiência da totalidade, que é "preenchida" a partir do que nos é exterior, pelas formas como imaginamos sermos vistos pelos outros. (1997 *apud* MUNIZ, 2009, p. 41)

Como nos diz Ferreira, o Outro é produto de uma relação de poder. Nas palavras dele "O *outro* é sempre aquele que, não tendo o que supostamente caracteriza e funda o *mesmo*, é constituído como *diferente* (FERREIRA, 2010, p. 22). O *outro* é, assim, produto de uma relação de poder" (p. 22). O diferente é visto em nossa sociedade como o que não é valorizado por não ser igual a tudo, por fugir a "normalidade", o que não deveria ser assim, com essa visão enganosa perdemos muitos benefícios que a convivência com a Outridade nos proporciona. Construtos sociais do estrangeiro, da mulher, do negro, do índio, do homossexual etc., foram e são representados pela ausência, e me fica a pergunta: ausência de que? A partir da busca dessa hierarquia pode-se perceber que a identidade é ao mesmo tempo inclusão, exclusão e reivindicação e que a diferença é o produto da exclusão e da hierarquia. Por isso, nomear se torna algo tão complicado, pois nomeando se exclui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BAUMAN, Z. *Identidade* (entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman). Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BUTLER, J. Sovereign performatives in the contemporary scene of utterance. *Critical Inquiry*, vol. 23, n. 2, p. 350-377, 1997.
- FREITAS, A. C. (Org.). *Linguagem e exclusão*. Uberlândia: Edufu, 2010.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

OTTONI, P. R. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1998.

PINTO, J. P. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *D.E.L.T.A.*, p. 1-26, 2007.

RAJAGOPALAN, K. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. In: LOPES DA SILVA, F. L.; MOURA, H. M. M. (Orgs.). *O direito à fala: a questão do preconceito linguístico*. Florianópolis: Insular, 2000, p. 93-102.

SILVA, T. T. A promoção social da identidade e da diferença. In: ____; STUART HALL, Kathryn Woodward. (Orgs.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

VIVAN, E. G. S. Língua e cultura: entre a submissão e contestação. *Revista Sapere*, vol. 3, 2011.

**BREVES ANÁLISES DISCURSIVAS NA EJA:
O USO DO ELEMENTO “AH”**

Cristiana Barcelos da Silva (UENF)

cristianabarcelos@gmail.com

Gerson Tavares do Carmo (UENF)

gtavares33@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho propôs inicialmente, investigar algumas questões relacionadas a determinados aspectos da fala e de recursos utilizados em sua prática. Em um segundo momento, o objetivamos suscitar breves observações a respeito do elemento discursivo “ah” e identificar, do ponto de vista lexical, que tipo de função pragmático-discursiva ele poderia assumir, no corpus “A Língua Falada na região Norte Noroeste Fluminense”, sob a perspectiva da discursivização da língua. Para tanto, na última etapa de elaboração, considerou-se o uso do marcador nas falas orais de um grupo de sujeitos formado por alunos regularmente matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Palavras-chave: Sociolinguística. Análise discursiva. EJA.

1. Introdução

O presente trabalho teve por objetivo analisar a partícula discursiva “ah” e identificar, do ponto de vista lexical, o tipo de função pragmático-discursiva desse elemento inserido no *corpus* “A Língua Falada na Região Norte Noroeste Fluminense” (LUQUETTI, 2014) sob a perspectiva da discursivização da língua. Para tanto, observou-se o seu uso nas falas orais de discentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O trabalho foi organizado em cinco etapas: Na primeira buscamos estudar os marcadores discursivos do ponto de vista histórico, identificando os autores que realizaram os primeiros estudos a respeito dessa temática. Na segunda, nos propomos a realizar a tarefa de estudar o processo de discursivização com o objetivo de compreender de que maneira algumas partículas linguísticas passam a desempenhar funções diversas na língua falada, analisando que tipos de funções podem ser essas e como elas podem, portanto, serem categorizadas. Na terceira, apresentamos a metodologia utilizada nesta pesquisa. A quarta etapa foi subdividida em três momentos: análise das ocorrências do termo “ah” nos discursos orais presentes no *corpus*, tabulação numérica desses dados e categoriza-

ção do ponto de vista da lexical e funcional da partícula nas falas. Por fim, apresentamos algumas considerações finais.

2. Analisando a história de elementos do discurso

A sociolinguística, segundo Bagno (2007), surgiu enquanto ciência nos Estados Unidos em meados da década de 1960, impulsionada por William Labov que se debruçou sobre os estudos da língua com foco na variação linguística.

A publicação da obra seminal, em 1972, *Sociolinguist Patterns (Padrões Sociolinguísticos)*, marcou o nascimento oficial dessa área de estudo, quando Labov (2008) esclareceu o objetivo de desvendar os enigmas das mudanças linguísticas, pautando-se na ideia de que a língua muda, por que não há línguas e sim falantes vivendo em sociedades complexas, hierarquizadas, heterogêneas e que a transformam.

Por consequência das pesquisas desse estudioso, a sociolinguística variacionista encontrou campos férteis a partir da década de 1970 no Brasil, visto que a variação foi entendida como fenômeno da língua, cuja primazia era desvendar os enigmas das mudanças linguísticas a partir dos falantes. (BAGNO, 2007)

Desse modo, identificamos que estudos direcionados aos marcadores discursivos aumentaram na segunda metade do século XX, sobretudo, voltados para a percepção de que a base do conhecimento intersubjetivo na linguística tem de ser encontrada na fala e nos seus aspectos discursivos. Assim, observou-se, nos estudos linguísticos contemporâneos, um esforço em ultrapassar o limite das estruturas gramaticais da oração para a abertura de um novo olhar em relação à língua. (VEZ, 2000)

Pesquisadores da língua, como Almeida e Marinho (2003) e Escandell (2006), argumentaram que uma das maneiras de fazer com que um texto tenha sentido seria por meio de elementos que funcionem como conexões entre as palavras, frases, orações e parágrafos. Segundo Escandell (2006), um dos problemas que mais preocupou gramáticos, filósofos e pragmaticistas foi encontrar uma maneira de descrever o valor desses elementos. Devido à diversidade de questões teórico-metodológicas, foi possível encontrar termos como *marcadores de relação textual*, *operadores discursivos*, *enlaces extraoracionais*, *conectores discursivos*, *conectores pragmáticos*, *partículas pragmáticas* e *partículas discursivas*. To-

dos esses nomes, apesar da diversidade, referiam-se aos mesmos elementos.

A partir do século XX, estudos identificaram certos elementos linguísticos que não se ajustavam às classes gramaticais já existentes e, pela primeira vez, linguistas analisaram as suas características particulares como usos discursivos, empregos enfatizadores, valores expressivos, entre outros. Gili Gaya pareceu ser uma das primeiras pessoas a nomeá-los de *enlaces extraoracionais*, apontando para certas propriedades, como o fato de pertencerem a registros diferentes, bem como chegarem a constituírem-se como apoios na fala. (ESCANDELL, 2006)

Nesse sentido, Almeida e Marinho (2003) apontaram que, a partir da década de 1970, o estudo dos marcadores discursivos recebeu uma atenção especial por meio de orientações teóricas muito diferentes e com aplicação no uso social da língua.

O termo *marcadores do discurso* (ou *marcadores discursivos*) foi comentado pela primeira vez por Willian Labov e David Fanshel e a pesquisadora Deborah Schiffrin talvez tenha sido uma das pioneiras que se dedicou, em profundidade, aos marcadores discursivos em sua obra intitulada *Discourse Markers* (1987) – momento em que os considerou elementos que marcavam unidades sequencialmente dependentes do discurso e não cabiam facilmente em uma só classe linguística - já que, incluíam recursos paralinguísticos e gestos não-verbais. (ALMEIDA; MARINHO, 2003)

O espanhol José Portolés (1998), ao conceituar os marcadores, explicou que tais elementos não possuíam função determinada, desempenhando funções indefinidas no discurso e que por isso, relevantes para o estudo da língua.

Os “marcadores do discurso” são unidades linguísticas invariáveis, não exercem função sintática no marco da predicação oracional e possuem uma incumbência coincidente no discurso: o de guiar, de acordo com suas diferentes propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas, as inferências que se realizam na comunicação. (PORTOLÉS, 1998, p. 23-24)

O pesquisador utilizou o termo marcador, referindo-se aos estruturadores da informação, conectores e reformuladores. Em certo ponto, todavia, foi inegável afirmar que houve historicamente uma interseção entre os grupos de pesquisadores que estudaram essas unidades discursivas, considerando que existia a conexão da relação entre as unidades linguísticas e as unidades contextuais. (PORTOLÉS, 1998)

Outro elemento utilizado para referir-se a esses elementos foi a palavra conector, como preferiu denominar a suíça Rossari que, inicialmente, chamou-o de conector pragmático, referindo-se a unidades discursivas que tinham por função, significar uma relação que se estabelecia entre unidades linguísticas ou contextuais. Do ponto de vista conceitual, considerou-se que as relações podiam ser definidas em termos lógicos e temporais que subsistiam entre os acontecimentos evocados. (ALMEIDA; MARINHO, 2003)

Em resumo, os marcadores textuais seriam “[...] expressões linguísticas que, ao poder atuar tanto na estrutura oracional como fora dela, ou seja, no âmbito textual, desempenham importante função na articulação do discurso”. (MARINHO, 2005, p. 14)

3. Elementos dêiticos e os processos de gramaticalização e discursivização da língua

No livro *Introdução à Linguística II*, Fiorin (2005) apontou a pragmática como a ciência linguística do uso, que considerava o usuário e o contexto das interações verbais. Seu objeto de pesquisa, portanto, referia-se ao estudo da língua pelos seus interlocutores. Por essa perspectiva, dirigiu-se aos dêiticos enquanto elementos que indicavam o lugar ou tempo em que a fala foi produzida, podendo somente “[...] ser entendido dentro de uma dada situação de comunicação”. (FIORIN, 2005, p. 162)

Observando a ocorrência de elementos que tendiam a desempenhar funções diferentes em relação à língua falada e à língua escrita, Almeida & Marinho (2003) assinalaram os marcadores discursivos como

[...] aqueles signos que não contribuem diretamente para o significado conceitual dos enunciados, mas que os orientam e ordenam as inferências que se obtêm a partir deles. Ou seja, o significado dos marcadores contribui para o processamento do que se comunica e não para a representação da realidade comunicativa. (ALMEIDA & MARINHO, 2003, p. 177-178)

Nessa vertente, Martelotta (1996) abordou o processo de discursivização da língua quando definiu o marcador discursivo como processo no qual um elemento não teria mais relação com as normas gramaticais, mas com o discurso. Para o autor, uma vez que esses elementos não possuíam lugar na gramática da língua, acabavam inserindo no processo de gramaticalização, recebendo a denominação de marcadores discursivos. Martelotta (1996) reforçou o conceito, demonstrando que

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Gramaticalização é um termo que tem sido usado com vários sentidos. Interessa-nos o sentido em que designa um processo unidirecional segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Um processo em cujo final o elemento linguístico tende a se tornar mais regular e mais previsível, pois sai do nível da criatividade eventual do discurso para penetrar nas restrições da gramática. (MARTELOTTA, 1996, p. 24)

De acordo com Castelano et al. (2012), o processo de discursivização, foco deste trabalho, por sua vez, levaria a unidade linguística a adquirir a função de marcador discursivo, modalizando ou reorganizando a produção oral quando a sua linearidade for, momentaneamente, perdida ou utilizada para preencher os vazios ou interrupções na fala. A autora reforçou que no quadro da linguística funcional, a discursivização foi um fenômeno associado ao processo de regularização do uso da língua. Devido ao seu viés de marcador na produção da fala, também relacionou a importância do marcador discursivo ao fenômeno sociolinguístico de variação da língua (CASTELANO et al., 2012). Dessa forma, a trajetória do processo de discursivização foi marcada por uma passagem do léxico para o discurso, via gramática, ou seja, um elemento, inicialmente lexical, passa a ser usado com função gramatical e, em seguida, assume função de marcador. (MARTELOTTA, 1996)

4. Metodologia

Ao analisar outros elementos, percebeu-se que nesta pesquisa os usos do elemento “*ah*” possuíam uma origem espacial/temporal, e se explicavam por um processo de discursivização espaço > (tempo) > texto. A partir desse processo, o elemento pareceu desempenhar as seguintes funções pragmático-discursivas na fala: a) dêiticos catafóricos; b) dêiticos anafóricos; e c) preenchedores de pausa. Notório ressaltar que, analisando os resultados, percebeu-se uma maior predominância nas ocorrências do elemento como dêitico catafórico.

Pautando-se na ideia de que vários elementos da língua são marcadores discursivos e compreendendo, por vezes, que não possuem função gramatical rígida, optou-se por analisar o uso da partícula “*ah*” como item lexical utilizado com certa frequência no uso social da língua. (MARTELOTTA, 1996)

Utilizou-se, neste trabalho, como referência de análise, o *corpus* “A Língua Falada na Região Norte Noroeste Fluminense” (LUQUETTI,

2014), constituído por um conjunto de entrevistas orais e escritas. Foram analisadas entrevistas na modalidade oral com todos os cinco tipos de narrativas: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, relato de opinião, relato de procedimento e descrição de lugar.

Com o objetivo de chegar a uma análise qualitativa e quantitativa dos dados, analisamos 29 ocorrências do elemento “*ah*” nas narrativas, com a seguinte distribuição: 24 ocorrências no depoimento dos 21 alunos do PROEJA e seis ocorrências dos cinco depoimentos dos da EJA. A opção de analisar a fala ocorreu devido ao entendimento de que a oralidade ofereceria recursos férteis para análise da língua enquanto produto social.

Em relação ao *corpus*, Maingueneau (1997, p. 46) reforçou que: “Na realidade, mesmo os *corpora* escritos não constituem uma oralidade enfraquecida, mas algo dotado de uma ‘voz’. Embora o texto seja escrito, ele é sustentado por uma voz específica: “a oralidade não é o falado [...]”.

Assim, a partir da análise do elemento “*ah*”, procurou-se observar a relação entre a função pragmático-discursiva referente à distribuição das ocorrências do elemento na língua falada. Esta, caracterizada pela diversidade e pela heterogeneidade, descrita de forma sistemática nas pesquisas sociolinguísticas.

Desse modo, utilizou-se os estudos teóricos de Martelotta (2004), Almeida e Marinho (2003) como referência neste trabalho para evidenciar o uso do marcador discursivo “*ah*”, com o intuito de demonstrar sinais de gramaticalização e as funções desempenhadas pelo elemento nas circunstâncias de comunicação. O recorte da comunidade de fala que constituiu a amostra estratificada deste trabalho foi composta por depoimentos de discentes residentes em cidades do interior do estado do Rio de Janeiro, sendo um grupo matriculado em escolas de EJA e outros em instituições que ofereciam (PROEJA) EJA integrada a um curso profissionalizante.

Levando em consideração o uso social e comunicativo da língua, suas complexidades e algumas pesquisas linguísticas na contemporaneidade, esperou-se que este estudo contribuísse, mesmo que de maneira simplória, com a produção de conhecimento nessa área, uma vez que

[...] toda língua apresenta áreas que estão em fluxo, o que faz com que surjam novas variações, decorrentes do aspecto criativo do discurso. Por outro lado, a comunicação pressiona a língua em direção a uma maior regularidade e iconicidade. A competição dessas duas forças faz com que as gramáticas das línguas nunca sejam estáticas (MARTELOTTA, 1996, p. 26).

Acreditando na vivacidade da língua e na necessidade de compreender alguns dos aspectos que explicam os diferentes usos característicos da oralidade foi que se empenhou na realização deste trabalho.

5. Discussão dos resultados

5.1. O marcador “ah” como dêitico catafórico

Quanto ao valor espacial dos marcadores, Martelotta (1996) admitiu existirem duas trajetórias distintas que geraram diferentes usos de uma partícula. Uma capaz de levar o elemento a assumir funções anafóricas e outra catafórica, que, por sua vez, gerou valores temporais e inferíveis. A função catafórica se referia, às vezes, que um determinado elemento se reportava a um item que ainda não havia aparecido no discurso, tratando-se, portanto, de uma inferência ao novo. (MARTELOTTA, 1996)

Os segmentos abaixo apresentaram exemplos da expressão “ah” com a função de introduzir uma nova fase de relato no discurso:

Ex.: 1.

E: João Batista... conta pra mim alguma coisa que você escreveu e que te marcou...

I: *ah*:: o que me marcou é:: as passagens da igreja que diz... que nós devemos amar ao próximo como a nós mesmo... entendeu... e isso me marca muito... (Narrativa de experiências pessoal, João, 46 anos, PROEJA – Ensino Médio, p. 201).

Ex.: 2.

E: conte pra mim então alguma coisa que você escreveu e que te marcou... um fato:: acontecido... engraçado... constrangedor... que marcou você muito nessa trajetória da escrita...

I: eu fiz formação de professor durante quatro anos... [*ah é...*] e:: nessa formação de professor...cada estágio que a turma:: [uhn... uhn...] é:: fazia na escola... a professora pedia um relatório no final de cada:: de cada aula... um relatório escrita à mão... de caneta azul... e foi isso... durante esses quatro anos... todo final de aula... a gente relatava aquilo que aplicava na sala de aula junto com os alunos... (Narrativa de experiências pessoal, Renata, 22 anos, PROEJA – Ensino Médio Incompleto, p. 209).

Na análise das transcrições, pode-se perceber que após a utilização do dêitico “ah”, os alunos do PROEJA inseriram uma inédita infor-

mação no decorrer do discurso. Analisando as falas, percebemos a ocorrência desse elemento em narrativas orais de experiência pessoal, momento no qual os falantes foram induzidos a explorar o campo de suas experiências e eventos cotidianos, registrados na lembrança. Tratou-se, portanto, da utilização na comunicação oral, de um elemento coesivo catafórico, uma vez que seu uso se transformou em um recurso que apontava para a emergência de um novo nível discursivo. Este uso correspondeu à gênese de um processo de discursivização da língua, conforme reforçou os trechos abaixo:

Ex.: 3.

E: Nivaldo... conte pra mim alguma coisa que você escreveu e que te marcou...

I: *ah*:: uma alteração de uma receita que eu fiz... até brincando a:: a vaca atolada... eu botei o nome da receita de:: bezerra atolada... que a carne não continha osso... eu fiz com a picanha... ((risos)) (Narrativa de experiências pessoal, Nivaldo, 36 anos, PROEJA – Ensino Médio Incompleto, p. 209).

Ex.: 4.

E: me ensina a fazer alguma coisa que você saiba fazer super bem...

I: *ah*... o que eu sei fazer bem é pipa...

E: uhn...

I: ou seja... primeiro você pega o bambu... corta o bambu... deixa ele fino... bem fino... seja... três bambu... um grande... no meio e dois... assim... no caso... na::... horizontal... aí você pega a linha... passa a linha primeiro no meio... na vareta... ela tá na vertical... no caso... você amarra as outras duas na horizontal... aí cê pega a linha... passa a linha em volta dela todinha... corta o papel de seda... igual... do mesmo tamanho... assim::... no caso... e bota/cola... entendeu?... (Relato de Experiência, Edivaldo, 17 anos, EJA – Ensino Fundamental, p. 219).

Nos trechos anteriores, quando os tipos de narrativas foram as de experiência pessoal e os relatos de experiências, os sujeitos da EJA e do PROEJA, após utilizarem o elemento “*ah*”, fixaram uma nova ideia e/ou explicação ao longo do processo de comunicação.

Ainda quanto à ocorrência do marcador na categoria dêitico catafórico, verificaram-se os seguintes dados a partir da análise do *corpus* (Gráfico 1):

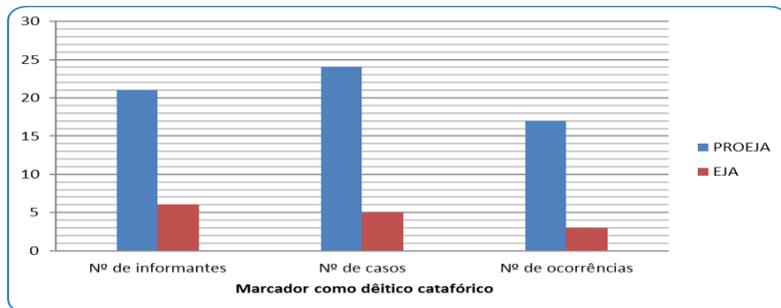


Gráfico 1 – O marcador “ah” como dêitico catafórico.

Alguns quadros foram organizados com o intuito de demonstrar a ocorrência do termo, uma vez que se fundamentando no estudo da sociolinguística quantitativa, acredita-se que variantes podem ser demonstráveis a partir de números e dados estatísticos. (LABOV, 2008, p. 10)

A esse respeito, o **Gráfico 1** demonstrou que um expressivo número de alunos do PROEJA apropriou-se do dêitico catafórico “ah”, sendo também marcante o número de ocorrências na EJA.

Talvez fosse possível considerar que houve uma considerável tendência das modalidades de educação examinada, EJA, na região Norte Noroeste Fluminense, levando em conta o número de ocorrências do elemento discursivo “ah” em termos quantitativos.

5.2. O marcador “ah” como dêitico anafórico

Como dêitico, um elemento poderia assumir um valor anafórico, ao fazer referência a um item previamente explicitado no discurso. Os relatos de alunos da EJA e PROEJA do Norte Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro trouxeram alguns exemplos desse uso:

Ex.: 5.

E: descreve pra mim então a frente da sua escola... Ruan...

I: bom... depende né... porque... tipo... tá falando o quê... que não tem estacionamento bom... iluminação...

E: como que você acha que é a frente da escola?

I: ah:: devia ter mais um pouco de iluminação né... [ahn... ahn...] ser asfaltada... [uhn... uhn...] tem muito buraco aí né...

(Narrativa de experiências pessoal, Ruan, 21anos, PROEJA – Ensino Médio Incompleto, p. 204).

Ex.: 6.

E: não eu não sou daqui...

I: *ah* cê num é daqui?...

(Narrativa de experiências recontada, Creuza, 51anos, EJA – Ensino Fundamental, p. 245).

Nos fragmentos anteriores, verificou-se nas narrativas de experiência pessoal e nas de experiência recontada que os indivíduos fizeram uso da partícula “*ah*” para se referir a uma fala anteriormente mencionada no processo comunicativo. Os relatos nos permitiram compreender também, a importância das narrativas nas pesquisas sociolinguísticas, no sentido de capturar as falas, na sua forma mais espontânea. A esse respeito, Tarallo (1986, p. 22) escreveu que o uso das narrativas “têm demonstrado que, ao relatá-las, o informante está envolvido emocionalmente com o que relata (...)” (TARALLO, 1986, p. 22). E é precisamente esta situação natural de comunicação almejada pelo pesquisador sociolinguística.

Em relação à ocorrência numérica desse marcador como dêitico anafórico, foi possível verificar no *corpus*, como apresentado no **Gráfico 2**:

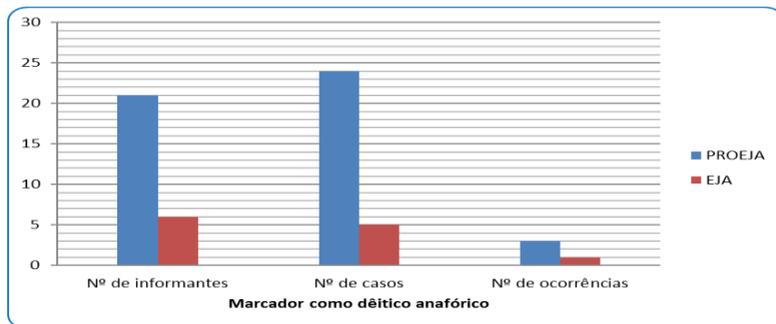


Gráfico 2 – O marcador “*ah*” como dêitico anafórico.

Visualizou-se, a partir do **Gráfico 2**, o relativo percentual de usos do elemento. Em relação ao número de ocorrências, foi possível perceber o uso da partícula “*ah*” como elemento enfático de uma informação anteriormente mencionada. Nos fragmentos dos discursos orais, percebeu-

se que os informantes da EJA, em relação aos do PROEJA, utilizaram em maior número a partícula dêitica anafórica, com o intuito de impedir a repetição daquilo que já teria dito.

5.3. O marcador “ah” como preenchedor de pausa

Martelotta (2004) mostrou que *gramaticalização* e *discursivização* constituíam processos especiais de mudança linguística. Retomando esses conceitos, o autor conceituou *gramaticalização* como um processo que levaria um item lexical ou construção sintática a assumir funções referentes à organização interna do discurso ou estratégias comunicativas. Enquanto que, a *discursivização* levaria o item já gramaticalizado a assumir uma função de marcador discursivo, reorganizando o discurso, quando a sua linearidade fosse perdida, ou servindo para preencher o vazio causado por essa perda da linearidade na fala. (MARTELOTTA, 2004)

Fundamentando-se nos estudos de Martelotta (2004), percebeu-se que ambos os processos contribuiriam para que o elemento “ah” desempenhasse a função de preenchedor de pausa, sobretudo o de *Discursivização*, marcando um momento de interrupção no processo de raciocínio do indivíduo, a fim de evitar uma parada no fluxo da fala dos discentes. (MARTELOTTA, 2004)

Desse modo, o elemento por essa ótica, incorporou a função de organizador do discurso, apropriando-se do artifício da pausa, para organizar mentalmente seus pensamentos, como exemplificou o diálogo seguir:

Ex.: 7.

E: explica pra mim uma experiência que você fez no seu curso?

I: bom... uma experiência que eu fiz no meu curso... ah... foram tantas... e: pode escolher uma aí... dessas tantas... (Relato de procedimento, Jean, 36 anos, PROEJA – Ensino Médio Incompleto, p. 199).

No exemplo 1, o elemento “ah” figurou um sentido temporal, indicando uma ideia de marca no tempo, desempenhando um papel de pausa da fala. Talvez demonstrasse um intervalo na comunicação oral e uma espécie de continuidade no fluxo nos processos mentais. Esse uso teve como particularidade preencher o vazio causado pela linearidade do discurso como pudemos observar:

Ex.: 8.

E: durante o tempo que você estudou... algo que tenha te marcado... que aconteceu...

I: *ah...* são os professores daqui... nunca tive professores... tipo/tem muitos professores aqui que te apoiam muito... mas... tem muitos que te botam pra baixo entendeu?... (Narrativa de experiências pessoal, Ruan, 21 anos, PROEJA – Ensino Médio Incompleto, p. 203).

Como afirmou Martelotta (1996), de um modo geral, os marcadores discursivos foram usados, primariamente, para reorganizar linearmente as informações no ato do discurso, quando em seu curso, houve a necessidade de organizar as relações textuais. Talvez pudéssemos afirmar que seu uso foi motivado pelo intuito de evitar que algo impedisse o desenvolvimento da comunicação. Segue outros exemplos:

Ex.: 9.

E: Monique... conte pra mim... alguma coisa que você escreveu... e te marcou muito... pode ser algo positivo... ou negativo... um fato engraçado ou constrangedor... que te marcou muito...

I: *ah...* é tanta coisa que eu escrevo... (Narrativa de experiências pessoal, Monique, 20 anos, PROEJA – Ensino Médio, p. 217).

Ex.: 10.

E: Creusa:... cê pode me contar alguma coisa que tenha marcado a sua vida:?:

I: *ah...* o que marcou a minha vida: foi assim:... um caso que eu tive:... entendeu?... muito bom na minha vida... (Narrativa de experiências pessoal, Creusa, 51 anos, EJA – Ensino Fundamental, p. 217).

Pudemos observar que o elemento “*ah*” fora empregado, como um recurso para completar uma pausa o que, por certo, oferecia condições para que o informante vasculhasse em seu repertório mnemônico o termo mais adequado e reformulasse o seu discurso oral, sendo, portanto por essa característica, considerado preenchedor de pausa.

Avaliando os fragmentos, foi possível concluir que o “*ah*” pouco apresentou valor sintático e semântico, uma vez que, retirado do discurso, não afetaria, contudo, o processo de comunicação e, por conseguinte, do entendimento do contexto em que acontecia o diálogo.

Quanto à ocorrência numérica desse marcador, verificou-se o que apresenta no **Gráfico 3**:

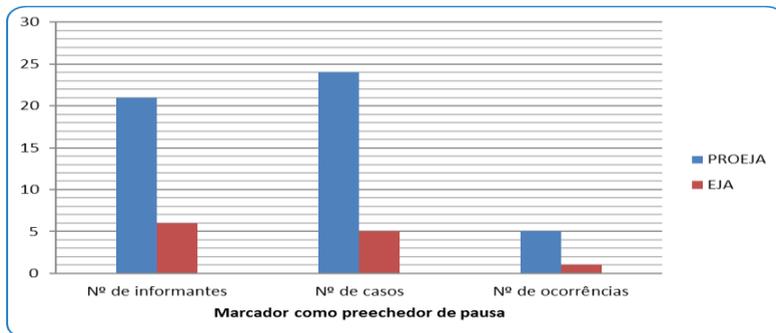


Gráfico 3 – Marcador como preenchedor de pausa.

Em termos explicativos, percebeu-se nos quadros acima, um maior percentual de alunos da EJA que se apropriou do “ah” como preenchedor de pausa, mesmo o número de ocorrências sendo mais elevado no PROEJA. Em ambos os casos, porém, a ocorrência não exerceu função gramatical, mas desempenhou uma função de reorganizadora da fala. Apostamos na interpretação de que a preocupação do falante foi de auto sustentar sua fala, solicitando a atenção do entrevistador com o uso do elemento “ah”. Notório ressaltar, que esse tipo de uso nos pareceu recorrentes na oralidade, apontando para pistas que nos permitiram demonstrar as estratégias utilizadas pelos informantes para alcançar um dos objetivos sociais da língua: uma eficiente comunicação.

6. Breves considerações...

Neste artigo, considerou-se a realidade e o uso social da língua que os autores utilizados para a construção deste trabalho se referiram, ao elencar a base do conhecimento intersubjetivo como complexo vivo da língua falada. Tentou-se, também, explorar e analisar a língua, com foco na fala e sobremaneira em seu uso na vida diária e cotidiana.

A partir dos depoimentos dos informantes dos discentes da EJA moradores da Região Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, em situações reais e espontâneas de interação, percebeu-se que tanto o “ah”, categorizado como dêitico anafórico, quanto na forma de dêitico catafórico, evidenciaram um processo de discursivização tanto nos discursos dos discentes da EJA como do PROEJA.

Confirmou-se, também, na análise empírica dos dados, que o mesmo processo levou a partícula “ah” a assumir função de preenchedor de pausa, tratando-se, em notas conclusivas, de um artifício mais abstrato, em que o elemento assumiu a função de orientador da organização discursiva.

Um último dado percebido nas análises dos resultados foi que houve, em termos gerais, uma maior predominância nas ocorrências do elemento, identificado como dêitico catafórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D. M. V.; MARINHO, J. H. C. Dos Marcadores Discursivos e Conectores: Conceituação e Teorias Subjacentes. *Gláuks*, vol. 12, n. 1, 2012. p. 169-203.

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

CASTELANO, K. L.; LUQUETTI, E. C. F.; SOUZA, C. H. M. de. Funcionalismo e ensino: uso do operador argumentativo “assim” na fala da região noroeste fluminense. *Revista Interscience Place*, ed. 20, n. 6. jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.interscienceplace.org.pdf>>. Acesso em: 26-08-2014.

ESCANDELL, V. M. V. *Introducción a la pragmática*. Barcelona: Ariel, 2006.

FIORIN, J. L. *Introdução à linguística II: princípios de análise* (Org.). 4 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Tradução Freda Indursky; revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória Vieira de Moraes. Campinas: Pontes; UNICAMP, 1997.

MARINHO, J. H. C. A atuação do *onde* na articulação discursiva. In: SARAIVA, M. E. F.; MARINHO, J. H. C. (Orgs.). *Estudos da língua em uso: relações inter e intrassentenciais*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos da Língua em Uso, Grupo de Estudos Funcionalistas da Linguagem, Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

MARTELOTTA, M. E. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: MARTELOTTA, M. E. et al. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.

_____; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (Orgs.). Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional. In: MARTELOTTA, M. E.; NASCIMENTO, E.; COSTA, S. *Gramaticalização e discursivização de assim*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo, Parábola, 2008.

LUQUETTI, E. C. F. (Org.). *A língua falada e escrita na Região Norte-Noroeste Fluminense*. Núcleo de Estudos Linguagem e Educação. [No prelo 2014].

PORTOLÉS, J. *Marcadores del discurso*. Barcelona: Ariel, 1998.

VEZ, J. M. *Fundamentos lingüísticos en la enseñanza de lenguas extranjeras*. Barcelona: Ariel, 2000.

CONHECENDO A LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Bruno Gomes Pereira (UFT)

brunogomespereira_30@hotmail.com

RESUMO

O objetivo desse trabalho é apresentar algumas noções elementares a respeito da teoria social abordada pela linguística sistêmico-funcional. Para isso, discutimos alguns conceitos basilares para uma abordagem introdutória, tais como a noção de contexto, a língua como instrumento sociossemiótico, bem como as metafunções da linguagem. Nossa fundamentação teórica centra-se nos pressupostos da linguística sistêmico-funcional, concebendo-a como uma possibilidade eficiente de abordagem teórico-metodológica para os estudos linguísticos contemporâneos. A metodologia de nossa pesquisa é do tipo bibliográfico, pois recorreremos a Halliday e seus seguidores para a apresentação do panorama que delineamos. Compreendemos que a linguística sistêmico-funcional problematiza o uso da linguagem em domínios sociais diversos, sendo, dessa maneira, uma teoria de perfil linguístico-pragmático.

Palavras-chave:

Contexto. Gramática sistêmico-funcional. Metafunções da Linguagem.

1. Introdução

De acordo com os estudos mais contemporâneos da linguagem, a língua é um instrumento social não porque está em sociedade, mas porque a sociedade é construída a partir dela. Nesse sentido, a língua promove relações de interação entre sujeitos sociais e, com isso, sua evolução acompanha os anseios de uma sociedade em constante transformação. (Cf. HANKS, 2011)

É nesse sentido, que a linguística sistêmico-funcional se desponta como uma teoria dos estudos linguísticos pertinente às peculiaridades de um mundo pós-moderno, onde a sociedade transforma-se em uma velocidade espantosa. Assim, a linguística sistêmico-funcional é uma teoria social, antes de tudo, porque procura problematizar contextos sociais concretos do uso da linguagem, operando na interface língua e sociedade.

O interesse em discutir a respeito da linguística sistêmico-funcional surgiu durante meu curso de mestrado, no qual utilizei os princípios sistêmico-funcionais como principal abordagem teórico-metodológica para as microanálises que desenvolvi em minha dissertação. (Cf. PEREIRA, 2014a; PEREIRA, 2014b)

Esse artigo procura apresentar as noções mais elementares a respeito do núcleo gramatical da linguística sistêmico-funcional, que chamaremos aqui de gramática sistêmico-funcional.

Além dessa *Introdução*, das *Considerações finais* e das *Referências*, esse trabalho é estruturado pelas seguintes seções principais: *A língua como instrumento social: noções elementares de linguística sistêmico-funcional*; *A noção de contexto* e *Metafunções da linguagem: a gramática sistêmica*.

2. A língua como instrumento social: noções elementares de linguística sistêmico-funcional

Como dissemos na *Introdução*, a língua é um organismo vivo que tem sua evolução atrelada à evolução da sociedade. Essa premissa nos incentiva a pensar em língua enquanto instrumento de interação humana, de maneira a caracterizar o momento enunciativo.

Pensemos em um exemplo de situação cotidiana. Em uma simples ida ao supermercado, nos deparamos com situações peculiares desse momento de interação. É comum perguntarmos o preço dos produtos dispostos nas prateleiras, o valor do quilo da carne etc. Esses questionamentos solicitam respostas que pressupõem o momento da enunciação e ao enunciador correspondente. Esse uso linguístico caracteriza uma ida ao supermercado, mas não caracteriza, necessariamente, uma participação em outro evento de fala, como uma festa de formatura, por exemplo.

Assim, ao nos comunicarmos dentro de uma situação enunciativa, a língua sofre adequações de maneira a promover um diálogo pertinente entre os sujeitos que se relacionam num dado contexto. Essa comunicação, no entanto, é linguisticamente marcada por escolhas gramaticais socialmente motivadas, as quais podem nos ajudar a compreender as ideologias que passam o contexto. É nesse sentido que a gramática sistêmico-funcional nos parece uma teoria pertinente para a compreensão dos fenômenos linguísticos ocorridos no seio social.

Por isso, é possível dizer que a língua é um sistema sociosemiótico capaz de significar fenômenos ocorrentes na interface linguagem/sociedade. (Cf. HALLIDAY & HASAN, 1989; EGGINS, 2004)

Logo, é possível dizer que a linguística sistêmico-funcional se constitui por meio da relação entre sistema e função social. Dizemos que

é sistêmica, porque concebe a língua enquanto sistema capaz de construir sentidos a partir da combinação de signos de natureza verbal e não verbal que, juntos, constituem a natureza dinâmica da linguagem. E é funcional, porque admite que a língua tem uma função social que se constitui pelo princípio da interação e do diálogo (MARTIN e WHITE, 2005; EGGINS, 2004; THOMPSON, 2014; BARBARA & MACEDO, 2009; GOUVEIA, 2009; CUNHA & SOUZA, 2007, só para citar alguns).

A imagem abaixo mostra uma proposta de estratificação da língua no momento da comunicação. Trata-se de uma figura largamente utilizada em pesquisa sobre linguística sistêmico-funcional no Brasil e no exterior.

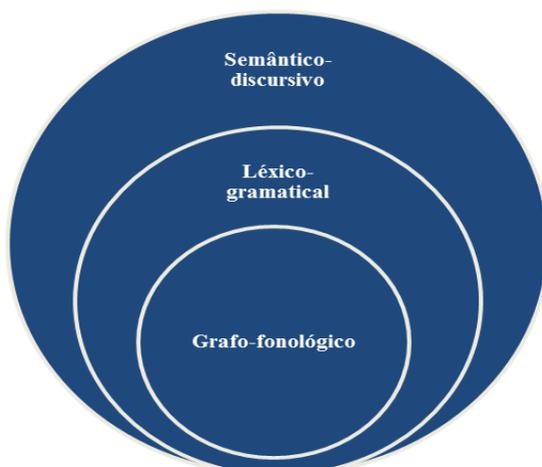


Fig. 1: Estratificação da língua.

Fonte: Traduzido e adaptado de Martin & White (2005)

A **Fig. 1** nos mostra a estratificação da língua proposta pelos estudos mais contemporâneos da linguística sistêmico-funcional. Consiste na existência de três camadas que recobrem a língua enquanto sistema.

Na camada mais interna, percebemos o nível grafo-fonológico, que corresponde à reprodução linguística do texto na modalidade escrita e/ou oral. São materializações gramaticais evidenciadas por padrões combinatórios de grafemas ou fonemas, responsáveis por constituir padrões oracionais dentro da cadeia falada. Lembramos que tais padrões oracionais são ocorrências que mudam de idioma para idioma, pois cada um deles apresenta especificidades sintáticas e morfológicas.

O nível intermediário, o da léxico-gramática, se preocupa justamente com seqüências gramaticais maiores, na qual a combinação entre palavras ocorre mais extensamente de maneira a formar padrões gramaticais verbais e/ou nominais. As escolhas lexicais e gramaticais ajudam a construir o sentido do enunciado linguístico, caracterizando as especificidades do gênero textual realizado. Não é nossa intenção apresentarmos considerações exaustivas a respeito do gênero na linguística sistêmico-funcional. Para maiores considerações, consultar os trabalhos de Halliday & Hasan (2006), Silva (2014), Silva & Espíndola (2013) e Motta-Roth (2013).

O nível mais externo, o semântico-discursivo, problematiza questões extratextuais que colaboram para a construção dos níveis textuais. Isto é, trata-se do meio externo à língua que, ao atribuir ideologias e intenções comunicativas providas da cultura de onde opera, motiva as escolhas lexicais e gramaticais na produção dos textos.

Esta seção consiste apenas na apresentação dos princípios mais elementares da linguística sistêmico-funcional, não sendo nossa intenção, portanto, fazermos uma exaustiva explanação teórica. Para maiores informações, consultar Silva (2012), Silva & Pereira (2013), Pereira & Silva (2014) e Fuzer & Cabral (2010), entre outros.

3. *A noção de contexto*

Desde o início desse artigo, estamos dizendo que a linguística sistêmico-funcional é uma teoria linguística e, além disso, também social. Por isso, é uma abordagem, sobretudo, pragmática, pois considera o contexto como motivador de escolhas léxico-gramaticais que se realizam na superfície do texto. Entretanto, definir contexto em linguística sistêmico-funcional não é uma tarefa fácil, tendo em vista que ainda agora não apresenta um conceito fixo.

Devido às diversas forças ideológicas que infesta o mundo moderno, a definição do termo *contexto* mostra-se tão complexo quanto a própria sociedade. O clássico conceito de que contexto é o que está fora do texto mostra-se falho e muito simplista aqui, pois parecem não abarcar todas as especificidades enunciativas propostas pela linguística sistêmico-funcional.

A **Fig. 2** sintetiza a visão sobre conceito problematizado pelos estudos sistêmicos e funcionais.

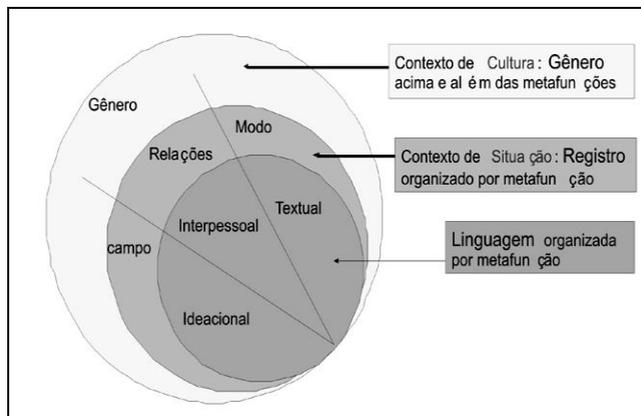


Fig. 2: Contexto de cultura e contexto de situação. Fonte: Barbara e Macedo (2009)

A **Fig. 2** é célebre nos estudos da linguística sistêmico-funcional. Trata-se da apresentação do contexto de cultura e do contexto de situação. É uma imagem utilizada por Barbara & Macedo (2009).

O contexto de cultura é representado pela circunferência maior. É o contexto em que é possível considerarmos as relações culturais, sociais e econômicas como princípios bailares na motivação das escolhas lexicais e gramaticais que serão mobilizadas logo mais, no contexto de situação.

Trata-se, portanto, de algo muito complexo para se definir. Muitos pesquisadores da antropologia e da sociologia também se debruçam sobre essas noções sobre o contexto de cultura, uma vez que isso também nos faz repensar sobre o que estamos chamando de cultura em uma sociedade pós-moderna. São forças de todos os tipos e intensidades que se misturam e formam uma espécie mosaico antropológico capaz de problematizar qualquer definição pré-estipulada em estudos próximos aos que a linguística sistêmico-funcional procura desenvolver.

Revisitando a **Fig. 2**, percebemos que o contexto de cultura é o contexto do gênero, que se manifesta por intermédio das três metafunções da linguagem, as quais serão mais discutidas na próxima seção.

O contexto de situação, representado na imagem pela circunferência menor, em relação ao contexto de cultura, é o momento da realização do registro através da relação entre as três metafunções. A definição de registro que trazemos para esta abordagem é baseada em Thompson, que o considera como a materialização do gênero por meio de intervenções

de ordem gramatical e lexical que se combinam e realizam padrões gramaticais. (Cf. THOMPSON, 2014).

Portanto, o contexto de situação é o contexto mais imediato do uso linguístico, responsável pela realização do gênero em si, oferecendo condições circunstanciais para a produção do texto.

Por fim, voltamos a afirmar que as definições para contexto de cultura e para contexto de situação que apresentamos aqui são de caráter metodológico, tendo em vista que não é possível afirmar precisamente o alcance de exato de cada um deles, dada a realidade fluida com a qual a sociedade se desenha face a uma era pós-moderna.

4. Metafunções da linguagem: a gramática sistêmica

Reportamo-nos novamente à **Fig. 2**, mais precisamente ao contexto de situação, onde, conforme a imagem, há a combinação das metafunções da linguagem formando, assim, o registro. Trata-se de uma visão de cunho mais gramatical, pois se atém à construção de padrões oracionais que estruturam o gênero textual. Por isso, preferimos utilizar, a partir de agora, o termo gramática sistêmico-funcional, em detrimento de linguística sistêmico-funcional, pois nos ateremos unicamente ao plano gramatical da teoria que ora apresentamos.

As metafunções são manifestações gramaticais que tem como ponto de análise a compreensão da oração como elemento originário pela combinação de grupos gramaticais menores (Cf. HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATHIESSEN, 2004; HALLIDAY & MATHIESSEN, 2014; THOMPSON, 2014; EGGINS, 2004; só para citar alguns). Cada metafunção se centraliza em uma dada variável de contexto, conforme veremos mais adiante.

Embora cada metafunção perceba a oração sob aspectos diferentes, não podemos supô-las separadamente, pois a realização do registro depende da relação estabelecida gramaticalmente pelas três.

O **Quadro 1** faz um panorama sobre as metafunções da linguagem em Halliday. O esquema é constituído pelas variáveis de contexto, as metafunções e as realizações léxico-gramaticais com as quais se relacionam.

Variáveis de Contexto	Metafunções	Realizações Léxico-Gramaticais
Campo	Ideacional	Transitividade
Relações	Interpessoal	Modo e Modalidade
Modo	Textual	Tema e Rema

Quadro 1: Metafunções da linguagem. Fonte: Barbara e Macedo (2009)

Conforme o **Quadro 1**, temos três variáveis de contexto. Cada uma delas serve como ponto motivador para a criação de uma metafunção da linguagem em específico. Além disso, o esquema acima também apresenta as três diferentes maneiras com as quais as metafunções concebem a oração nos estudos da gramática sistêmico-funcional. Nas seções seguintes, falaremos um pouco mais sobre cada uma dessas metafunções.

4.1. Metafunção ideacional

A metafunção ideacional foca na variável de campo e a concebe a oração enquanto representação do mundo. Ou seja, por meio da oração, é possível representarmos pessoas, objetos, lugares e todos os tipos de sujeitos socialmente engajados.

Segundo Halliday (1994), esta metafunção materializa-se por meio do sistema gramatical de transitividade. Esta, por sua vez, é entendida, na gramática sistêmico-funcional, como uma sucessão de relações semântico-pragmáticas estabelecidas entre termos gramaticais menores, formadores dos sintagmas verbais e nominais.

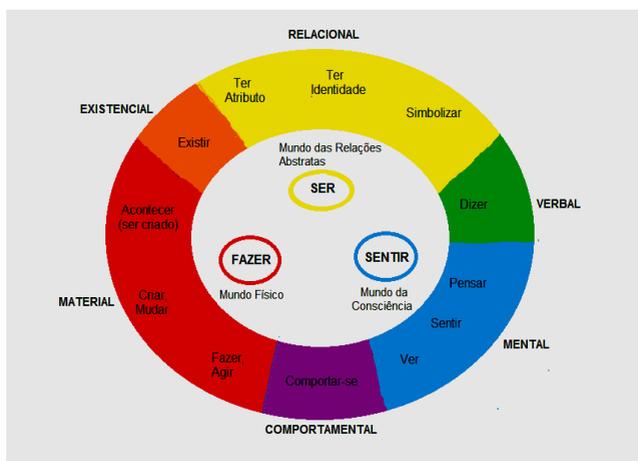


Fig. 3: Tipos de Processos. Fonte: Pereira (2014)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

O mecanismo de transitividade é constituído, portanto, pela relação entre determinante, processo e circunstância. Dentre estes, ilustraremos na **Fig. 3** os tipos de processo na gramática sistêmico-funcional.

A **Fig. 3** pode ser encontrada na pesquisa de Pereira (2014), desenvolvida em uma pesquisa de mestrado. Entretanto, trata-se de uma tradução em Halliday (1994) e Halliday e Mathiessen (2004).

Identificamos os seis tipos de processos em cores diferentes, para fins metodológicos. Porém, na verdade, a ideia de processo obedece à organicidade semântica do elemento linguístico, ou seja, o tipo de processo só pode ser identificado se levarmos em conta o contexto em que o uso gramatical ocorre.

Os processos relacionais, identificados pela cor amarela, obedecem à ordem do ser, ou seja, indicam estados do sujeito social em diferentes aspectos; os processos verbais, de cor verde, são da ordem do dizer, isto é, consistem em verbalizações ocorridas em situações de fala durante a interação; os processos mentais, identificados pela cor azul, caracterizam ações mentais, que ocorrem no interior da mente de quem escreve ou fala; os processos comportamentais sugerem ações relativas ao comportamento humano; os processos materiais são ações da ordem do fazer e do criar, sendo, portanto, os processos mais recorrentes da Língua Portuguesa; e os processos existenciais, os quais obedecem à ordem do existir.

4.2. Metafunção interpessoal

De acordo com o **Quadro 1**, a metafunção interpessoal está centrada na variável de relações e é realizada gramaticalmente pelo sistema de modo e modalidade.

É uma metafunção que entende a oração como troca, uma vez que compreende uma relação diálogo como interação motivadora para as escolhas linguísticas.

A metafunção interpessoal interpreta as manifestações interacionais dos participantes como mecanismos explicitadores de intenção, ou seja, no momento da comunicação, os participantes utiliza certos marcadores metadiscursivos capazes de nos levar à compreensão da relação estabelecida entre enunciadores. (Cf. BARBARA E MACEDO, 2009)

4.3. Metafunção textual

A metafunção textual está centrada na variante de modo e é gramaticalmente realizada pelos mecanismos de tema e rema, conforme é possível perceber no **Quadro 1**.

Esta é uma metafunção que estuda a oração enquanto mensagem, ou seja, enquanto enunciado linguístico estruturado pelos princípios de coerência e coesão textuais. Por isso, alguns teóricos preferem estudar a metafunção textual como um tipo de metafunção diluída nas anteriores, pois a construção do texto é, de alguma forma, perpassada por todas as metafunções.

Do ponto de vista linguístico, podemos sintetizar *tema* como a informação nova e o *rema* como a informação velha. Em outras palavras, no momento da produção do texto, as orações são compostas por um grupo gramatical, geralmente o primeiro grupo experiencial da oração, que consiste no tema, uma informação nova que guiará semanticamente o restante da oração. O rema seria o grupo experiencial posterior responsável por, semanticamente, desenvolver a ideia introduzida pelo rema.

O movimento coesivo estabelecido entre tema e rema proporciona a progressão do texto, de maneira a se estruturar por movimentos de retomada e/ou projeção de ideias na superfície do texto.

5. Considerações finais

Este trabalho apresentou as questões mais elementares para se entender os meandros científicos da linguística sistêmico-funcional, ou mais precisamente da gramática sistêmico-funcional. Vimos que trabalhar com os princípios sistêmicos e funcionais da abordagem que apresentamos aqui é nos reportar a um contexto social mais amplo, de maneira a extrapolar as barreiras puramente textuais.

Em suma, esperamos que os estudos em linguística sistêmico-funcional no Brasil, que se mostram muito presentes desde o início da década de 80 do século passado, possam ser ainda mais motivados e, com isso, surjam muitas pesquisas no âmbito nacional que utilizem a linguística sistêmico-funcional como norteadora para as práticas linguístico-discursivas em diversos domínios sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBARA, L.; MACÊDO, C. M. M. Linguística sistêmico-funcional para a análise de discurso: um panorama introdutório. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Brasília: UnB/PPGL, n. 10, vol. 1, p. 89-107, 2009.
- CUNHA, M. A. F. da; SOUZA, M. M. de. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- EGGINS, S. *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. 2. ed. London: Continuum, 2004.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, 2010.
- GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. *Matraga*. Rio de Janeiro: UERJ/PPGL, vol. 16, n. 16, p. 13-47, 2009.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. Hodder Education, 1994.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, context, and text; aspects of language in social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- _____; _____. Retrospective on SFL and Literacy. In: WHITTAKER, R.; O'DONNELL, M.; McCABE, A. (Eds.). *Language and Literacy: Functional Approaches*. London: Continuum, 2006, p. 15-44.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An Introduction to Functional Grammar*. Hodder Education, 2004.
- _____; _____. *Halliday's Introduction to Functional Grammar*. 4. ed. London: Routledge, 2014.
- HANKS, W. F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. Organização: Ana Christina Bentes, Renato C. Rezende e Marco Antônio Rosa Machado. São Paulo: Cortez, 2008.
- MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The Language of Evaluation: Appraisal in English*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MOTTA-ROTH, D. Questões de metodologia em análise de gênero. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2011, p. 153-173.

PEREIRA, B. G. *Autorrepresentações de alunos-mestre em licenciaturas paraenses: um estudo sistêmico-funcional*. 1. ed. Pará de Minas: VirtualBooks, 2014a.

_____. *Professores em formação inicial no gênero relatório de estágio supervisionado: um estudo em licenciaturas paraenses*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ensino de Língua e Literatura). – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2014b.

_____; SILVA, W. R. Professores em formação inicial na escrita reflexiva profissional: abordagem sistêmico-funcional na linguística aplicada. *Raído*, Dourados: UFGD, vol. 8, n. 16, p. 223-242, 2014.

SILVA, W. R. *Reflexão pela escrita no estágio supervisionado da licenciatura: pesquisa em linguística aplicada*. Campinas: Pontes, 2014.

_____. (Org.). *Letramento do professor em formação inicial: interdisciplinaridade no estágio supervisionado da licenciatura*. Campinas: Pontes, 2012.

_____; ESPINDOLA, E. Afinal, o que é gênero textual na linguística sistêmico-funcional. *Revista Anpoll*. Florianópolis, nº 34, p. 259-307, 2013.

_____; PEREIRA, B. G. Letramento acadêmico no estágio supervisionado da licenciatura. *Raído*, Dourados: UFGD, vol. 7, n. 13, p. 37-60, 2013.

THOMPSON, G. *Introducing Functional Grammar*. 3. ed. London: Routledge, 2014.

**DISCURSO ASTROLÓGICO:
UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO
NO HORÓSCOPO DA REVISTA *CAPRICO***

Ana Júlia Tavares Staudt (UNEB)
anajuliastaudt@gmail.com

RESUMO

Este trabalho é fruto da pesquisa em andamento da dissertação de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos e Linguagens do Departamento de Ciências Humanas, Campus I, da UNEB. Tal estudo consiste em apresentar uma descrição acerca do horóscopo suportado no conhecimento milenar do estudo da astrologia e o horóscopo, propriamente dito, divulgado na revista mensal *Capricho*, da Editora Abril Cultural, direcionada a adolescentes. Buscou-se depreender a análise dos aspectos relacionados à compreensão de sentido e à materialidade presente, no texto. Para tanto este estudo constituiu-se da explicação de um mapa astral, envolvendo todos os elementos que o constituem (signos, casas zodiacais, elementos, aspectos). A referida pesquisa fundamenta-se na análise do discurso francesa, que tem como representantes Michel Pêcheux (2009), Orlandi (2005), (2006) e demais estudiosos. A partir do *corpus* horóscopo da *Capricho*, buscou-se interpretar as condições de produção - sujeito e sentidos - formações discursivas, formações ideológicas, formações imaginárias. Esta é a questão que se procura descortinar na opacidade do texto em um gesto de interpretação.

Palavras-chave:

Condições de produção. Interdiscurso. Memória discursiva. Horóscopo.

1. Introdução

Este trabalho é fruto da pesquisa em andamento da dissertação de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos e Linguagens do Departamento de Ciências Humanas, Campus I, da UNEB. No presente texto, tem-se por objetivo apresentar uma reflexão acerca do horóscopo que se baseia no conhecimento praticado há milênios acerca da astrologia, divulgado na revista mensal *Capricho*, dezembro de 2014 da Editora Abril Cultural, direcionada a jovens adolescentes. Buscou-se depreender a análise dos aspectos relacionados à compreensão de sentido e a materialidade presente na previsão astral. Considerou-se a construção de sentido para um público jovem, na faixa etária de 12 a 19 anos, observando as estratégias de construção discursiva e os efeitos de sentidos que desejam produzir. Para tanto, faz-se um breve estudo dos elementos que constituem um mapa astral, a trindade astrológica: signos, planetas e casas. O conhecimento astrológico se mantém até os dias de

hoje, principalmente, divulgado em revistas, jornais, almanaques *sites* etc. Tem-se como objetivo um gesto de interpretação no horóscopo divulgado na revista *Capricho*. Este estudo está fundamentado na análise do discurso francesa, que tem como representantes Pêcheux (2009), Orlandi (2005, 2006) e demais estudiosos da análise de discurso. A partir do *corpus*, busca-se interpretar as condições de produção, formações discursivas, formações ideológicas, formações imaginárias. Para iniciar, traça-se um breve histórico da análise do discurso, em seguida, situa-se o papel das revistas no *mass media*, discorre-se acerca da astrologia e a composição da carta astral – fotografia do céu no momento do nascimento, e, por fim, apresenta-se em um gesto de interpretação do *corpus* em questão, o horóscopo da *Capricho*.

A questão que se procura responder na opacidade do texto desenvolve-se em torno das condições de produção que se dão na formulação dos dois eixos: o da memória (constituição) – interdiscurso – e o da atualidade-formulação, intradiscurso, aquilo que se está dizendo naquele momento em condições dadas, dizeres já ditos, mas esquecidos na memória. Que relação de forças e em que lugar e posição este sujeito é constituído do que ele diz, ou melhor, que determina o que pode e deve ser dito por ele. É a partir do intradiscurso que o histórico e o ideológico e a memória discursiva já se revelam no gesto de interpretação.

2. A análise do discurso

O artefato teórico da análise de discurso não é mais hermético quanto nas fases anteriores, mesmo a produção discursiva apresentando uma relação de forças na discursividade. O interdiscurso é considerado assim como a sua heterogeneidade somada à instabilidade do discurso, este conceito encontra espaço na última fase da análise de discurso, denominada análise do discurso-3. (PÊCHEUX, 1983, p. 311-318)

O discurso é maior que o texto, este se revela através da palavra em movimento, e é através da língua que o homem se manifesta. O objeto da análise do discurso é o discurso – efeitos de sentidos – e a língua é a condição de possibilidade para o discurso.

As condições de produção são essenciais para compreender o sujeito e a situação. No contexto imediato, sentido estrito, tem-se as circunstâncias de enunciação, resultando no intradiscurso cujos sujeitos assinam. O contexto amplo trata da memória, o contexto sócio-histórico,

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

ideológico: quem fala antes em algum lugar. Portanto percebe-se uma relação entre o já dito e o que se está dizendo, além da memória que se insere no interdiscurso a qual se denomina memória discursiva, tornando possível todo dizer.

Dessa forma, tem-se no horóscopo da *Capricho* o contexto imediato representado pela própria revista e mais especificamente, a página do horóscopo e os sujeitos que a assinam. No contexto amplo revela-se através dos sentidos postos na sociedade em que se vive, ou seja, as instituições, mídia escrita que determinam as posições de autoridade/autoritarismo e obediência/opressão. Tudo isto interpelado pelo contexto sócio-histórico, ideológico.

Segundo Courtine (1984), citado por (ORLANDI, 2005, p. 32), o interdiscurso encontra-se no eixo vertical da constituição, representando todos os dizeres já-ditos, entretanto esquecidos na memória, esta é que permite o dizer daquele momento e das condições possíveis inseridas no eixo horizontal da formulação, denominado intradiscurso. Assim, é na relação estabelecida entre o interdiscurso (constituição do sentido) e o intradiscurso (formulação) que se tiram os sentidos.

Retomando o dito acerca das condições de produção e/ou condições de significação, estas condições, segundo (ORLANDI, 2005), se apresentam através dos sujeitos e da situação, também o modo como a memória instala-se imprime às condições de produção. Acrescenta-se ainda para melhor elucidar:

[...] condições de significação: o contexto histórico-social enquanto capaz de refletir o movimento entre o linguístico e o discursivo; a relação do implícito e do explícito; a relação de forças; a relação de sentidos; a antecipação; a relação do texto com os textos possíveis naquele contexto; a relação de dominância de um sentido sobre os outros possíveis. Se observarmos bem o que foi enumerado, percebemos que constitui o que se chama condições de produção de um discurso. Assim podemos dizer que as condições de significação são a especificação, para cada texto, de suas condições de produção (ORLANDI, 2006, p. 173-174).

No contexto imediato, nas condições de produção, tem-se as circunstâncias de enunciação e, no contexto amplo, incluímos o contexto sócio-histórico, ideológico, ou seja, o enfoque se faz nas formas elaboradas pela sociedade e os efeitos de sentidos que aí decorrem. As condições de produção são constituídas pelas formações Imaginárias, que apresentam mecanismos de funcionamento do discurso e que são as relações de sentido, de antecipação e de relações de força.

Nas relações de sentido, um discurso aponta para outro, pois “todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo amplo, contínuo” (ORLANDI, 2005, p. 39) que resultam nas formações imaginárias. Nas antecipações, Orlandi (2005, p. 40) esclarece:

E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante. Na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições.

O mecanismo de antecipação regula a argumentação, pois o sujeito dirá de uma maneira ou de outra, podendo prever o seu interlocutor como cúmplice até o outro extremo ao prevê-lo como um adversário, (ORLANDI, 2005)

Nas relações de forças, encontra-se o lugar de onde o sujeito se constitui, a imagem que se tem do astrólogo, porque se trata do horóscopo e o lugar de onde ele fala, o conhecimento que se supõe ele ter para falar acerca daquele assunto – a autoridade para tal. Vive-se em uma sociedade hierarquizada, que distribui posições de mando e obediência, e desses diferentes lugares se faz valer a interação entre as pessoas e, consequentemente, as relações de força. Dessa forma não são os lugares que eles ocupam na sociedade que funcionam no discurso, mas as projeções que se possam fazer. Dizendo assim, é importante estabelecer a distinção entre lugar e posição do sujeito, aquele é a posição empírica, este é a posição discursiva e insere-se ao discurso. Assim não é a visão empírica do astrólogo, mas a sua posição discursiva produzida pelas formações imaginárias. Ainda segundo Orlandi (2005), há regras de projeção que permitem ao sujeito passar de uma situação empírica para uma posição discursiva, a significação do discurso constitui-se nessas posições, e esta significação encontra-se em relação ao contexto sócio-histórico e à memória.

3. A revista *Capricho*

A revista *Capricho* foi criada em 1952 por Vitor Civita, primeiro título da Editora Abril e também a primeira revista feminina. Durante 30 anos, foi uma revista de fotonovelas, histórias de amor contadas em quadrinhos, mais a frente a revista insere moda, beleza e comportamento. Em 1982, a revista, que ainda era mensal e voltada para leitoras jovens de 15 a 29 anos, retira as fotonovelas e dá espaço a mais serviços de moda, beleza e comportamento. Em 1985, adota o slogan *A revista da gati-*

nha, cuja capa sempre foi representada por fotografias de modelos femininas. Na década de 1990, passa a ser quinzenal. O sonho de toda modelo era ser capa da *Capricho*, a partir de 1996, as fotografias de modelos que caracterizavam as capas são substituídas pelas fotos de ídolos preferidos das adolescentes. Em 2006, a revista passa por uma mudança radical, objetivando ficar mais moderna e atraente. O *site* passa a trazer conteúdos atraentes e há possibilidade maior de interação com as leitoras. Em 2014 passa a ser, novamente, mensal, nos dias de hoje, está presente na vida da leitora, no *site*, no celular, em produtos licenciados, games e eventos, explicando o mundo de um jeito simples e divertido, segundo sua nova proposta de público alvo: meninas de 13 a 17 anos.

4. Astrologia

A astrologia figura entre os primeiros registros do aprendizado humano e tem sua origem na Suméria, Babilônia, em torno de 4.000 anos a. C. Tabuinhas com símbolos astrológicos encontradas na biblioteca de Assurbanípal, em Nínive, revelam que os conhecimentos astrológicos eram aplicados a várias áreas da vida. Pode-se afirmar que este conhecimento era restrito aos interesses de poucos, consequentemente, ao longo do tempo, os astrólogos só serviam a poucos. Na Idade Média, depois da tomada de Alexandria, o estudo astrológico passa a se individualizar, a focar seu interesse na pessoa humana, ou seja, passa a se interessar pelo estudo do homem a partir da compreensão de sua essência, pois, neste período da história da humanidade, o homem era considerado como microcosmo. A igreja não via com bons olhos a prática do conhecimento astrológico, especialmente porque retirava do homem o poder de dirigir sua vida, seus atos, ferindo um dos princípios centrais da igreja: o livre-arbítrio.

Contudo, no início do período moderno, em função da criação da Academia de Ciências por Colbert, os estudos astrológicos não foram incluídos devido ao decreto de Luís IV, em 1682, condenando a difusão dos almanaques astrológicos e da produção das Efemérides e das tábuas das casas zodiacais, elementos de grande importância para estes estudos.

No mundo acadêmico, constitui-se em objeto de estudo em dissertações, teses e artigos, principalmente, na área da história, da filosofia, antropologia etc. Por exemplo, no Brasil, na Universidade de Brasília, em 2004, foi criado um curso de astrologia para pesquisadores (Escola de Extensão da UnB).

A trindade astrológica é formada pelos signos, planetas e casas e são estes elementos que constituem a carta astral, a fotografia do céu no momento do nascimento. Assim o estudo do mapa astral se constitui na percepção de que as relações simbólicas entre os corpos celestes são extremamente significativas e podem ser vistos como traçado do destino, aquilo que tem que ser feito, viver a experiência em diferentes níveis, conforme o entendimento daquele ser humano do qual se faz a interpretação astrológica. Tem-se, então os doze signos (áries, touro, gêmeos, câncer, leão, virgem, libra, escorpião, sagitário, capricórnio, aquário e peixes); os planetas Marte, Vênus, Mercúrio, Júpiter, Saturno, Urano, Plutão, Lua e o Sol e as doze casas de experiência que indicam os espaços terrestres considerados como o campo de ação dos signos e dos planetas. A grosso modo, entende-se desta maneira: as casas I representa o Eu, a II, realizações concretas, a III, a mente concreta, a IV, a família, a V, criatividade, a VI, a saúde, a VII, o Outro, o parceiro com quem nos associamos, a VIII, a transmutação, a IX, a mente abstrata, a X, a missão pública e social, a XI, a vida social, e a XII, o autossacrifício. Acrescenta-se, ainda os aspectos, calculados a partir das efemérides (tábuas elaboradas por astrônomos), a conjunção 0 grau, o sextil 60 graus, a quadratura 90 graus, o trígono 120 graus e a oposição 180 graus.

O mapa se constitui de um círculo dividido em 12 partes, medindo cada uma destas partes 30 graus, totalizando 360 graus, são as casas zodiacais. Na parte interior tem-se o símbolo de cada signo e os planetas distribuídos com seus aspectos de acordo com as efemérides, do dia do nascimento e/ou acontecimento que será interpretado. A partir destes dados, o astrólogo poderá iniciar a leitura do mapa astral. Assim, tem-se o cenário do evento em questão para que se possa interpretá-lo.

A astrologia se popularizou muito especialmente na sua forma dos astros do zodíaco. As pessoas de classes sociais diferentes, independente do nível de escolaridade, procuram manter-se informadas sobre os signos do zodíaco, seja lendo em revistas, jornais, almanaques, *blog*, *sites*, rádio. Inclusive há muitas revistas mensais que se dedicam exclusivamente a divulgar informações sobre os signos do zodíaco. Outras, voltadas para o público feminino, mantêm uma seção exclusiva para tratar do tema. Dentre estas se destaca a revista *Capricho*.

5. *Um gesto de interpretação*

Conforme dito anteriormente, a partir deste momento, foca-se no contexto imediato, considerando o *corpus* selecionado, trata-se da edição *Capricho* mensal, voltada para adolescentes, dezembro de 2014. A revista é constituída de 94 páginas e se compõe de pequenos artigos e reportagens diversas. O índice sob o título de busca, elenca os seguintes títulos: Famosos, Pôsteres, Beleza, Moda, Você, lugar em que o horóscopo está inserido. A astróloga Luciana Martins faz as previsões do horóscopo, oriundo da palavra grega *horoscopus*, que significa “consideração da hora” ou “consideração do grau ascendente”, ou seja, horóscopo é o “mapa do tempo”. Retomando não é por acaso que a revista se chama *Capricho* (A melhor amiga da garota brasileira), também pode-se pensar em um dos significados do vocábulo, obstinação em alguma coisa sem razão de ser, *próprio do ser/estar adolescente*. Todas estas características compõem o sentido do texto, incluindo o suporte utilizado e não outro, no caso uma revista.

No texto do horóscopo, propriamente dito, nas condições de produção dadas, tem-se os sujeitos, de um lado o enunciador (astrólogo) e de outro as leitoras da revista (adolescentes), que autorizam o dizer, a ação do sujeito a falar sobre tal assunto; o sujeito é quem tem autoridade para falar, pois sabe, conhece o assunto.

O sujeito desloca-se do lugar para a posição e vice-versa como foi dito já anteriormente, ora como astrólogo ora como conselheiro. Deve-se considerar como o espaço social onde tudo significa as construções, o estilo, o tom, este espaço é ocupado pelo falante e pelo ouvinte. Os sentidos que se constituíram ao longo da história da palavra “horóscopo” e seus efeitos nas pessoas, entre a repetição e a diferença, exercem no leitor uma memória discursiva que remete ao interdiscurso. Estes sentidos podem derivar para outras situações. Mas, o simples fato de aparecer na *Capricho* uma seção, denominada horóscopo, elencando a data de nascimento para que o leitor identifique o seu signo (e quem não sabe o seu?), já trazem à memória, já falam em nós. Como esta revista é valorada no mecanismo da indústria cultural, existe a persuasão, as opiniões sempre previsíveis àquela camada social e ainda subjacente a ideologia da jovem alegre despreocupada, feliz, certamente, aqui não há referência à jovem da periferia.

Faz-se importante então mostrar os signos de áries e peixes e como são feitas as previsões, o primeiro e o último signo do zodíaco, res-

pectivamente, apenas por uma questão de espaço, escolhe-se esses dois.. O signo de áries apresenta-se com a seguinte previsão:

Mais alegre e bem-humorada, você estará cheia de disposição para animar todas as pessoas e os lugares por onde passar. Os astros também vão te deixar mais poderosa e sensual, porém você vai querer levar os compromissos com mais seriedade. Garotos irresponsáveis não terão vez! No círculo de amigos, valorize quem é verdadeiro e saiba abrir mão de seus interesses de vez em quando para evitar discussões. (CAPRICHÔ, 2014, p. 96)

É necessário, neste momento, retornar à noção de interdiscurso (memória discursiva) no qual entra o jogo de imagens, o já dito, o já lá, resultando nas formações discursivas que dialogam e regulam as formações imaginárias, dando o consentimento ou não ao sujeito daquilo que pode e não pode ser dito. No horóscopo da *Capricho*, percebe-se como a formação discursiva conecta-se à formação imaginária, a ideologia presente no dizer da posição sujeito do astrólogo que não fala deste lugar, deslocamento, mas de um lugar de conselheiro Na verdade há todo um silêncio em torno do conhecimento astrológico, sufocado pela ideologia presente. De que lugar social o sujeito fala, a tomada de posicionamento insere o sujeito como bom sujeito em relação as leitoras da revista, pois este se identifica plenamente com o mundo adolescente, em formações discursivas e formações ideológicas que sugerem a alegria, o divertimento, a boa conduta em uma discursividade opaca. Por outro lado, percebe-se uma desidentificação do sujeito com os conhecimentos astrais, pois em nenhum momento afirma algo sobre, apenas refere-se aos “astros”.

A partir das condições de produção constituídas pela situação e pelo o sujeito percebe-se a partir do discurso do astrólogo apresentado no horóscopo um texto “híbrido”, pois irregular, produzido em condições determinadas e que de alguma maneira se fazem presente, necessitando serem decodificados. O sujeito pensa que diz, mas não diz, apresentando toda a opacidade já no intradiscurso.

Além disto, observa-se o lugar e a posição que o sujeito ocupa nas pretensas previsões e, entende-se que não são os lugares que eles ocupam na sociedade que funcionam no discurso, mas as projeções que se possam fazer. Dizendo assim, julgou-se importante estabelecer a distinção entre lugar e posição do sujeito, aquele é a posição empírica, este é a posição discursiva e insere-se ao discurso. Assim não é a visão empírica do astrólogo, mas a sua posição discursiva produzida pelas formações imaginárias.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Hoje, os meios de comunicação constituem o *locus* principal em que é atualizado o labor sobre as representações sociais, pois conquistaram um *status* institucional que lhes autoriza a interpretar e produzir sentidos sobre o social com o consenso da sociedade.

As revistas femininas direcionadas a adolescentes constituem um meio de comunicação de massa. A indústria publicitária não mede esforços para vender este produto. Ao mesmo tempo em que estas revistas relacionam o feminino ao espaço do público e se dirige a uma adolescente moderna, esta revista – objeto de análise do presente texto – continua condicionada a ideias e valores tradicionais no que diz respeito à sexualidade e à representação de gênero, apesar da aparência descompromissada com o público. Além desta revista influenciar as relações sociais, as mesmas inserem noções equivocadas de feminilidades, gerando contradições; os meios de comunicação, muitas vezes, trabalham com uma visão do mundo que pode ou não corresponder à realidade.

Ao considerar os efeitos de sentidos, o mesmo texto pode aparecer em outra formação discursiva, a partir de um lugar social, historicamente, determinado. As formações discursivas apresentam dois tipos de funcionamento, a saber, a paráfrase e a polissemia. A paráfrase funciona como fechamento, delimitação, já a polissemia, introduzida por Orlandi (2005) rompe com as fronteiras enredando variadas formações discursivas, anunciando a pluralidade de sentido e o pré-construído, como esclarece Brandão:

O pré-construído remete assim às evidências através das quais o sujeito dá a conhecer os objetos de seu discurso: ‘o que cada um sabe’ e simultaneamente ‘o que cada um pode ver em uma situação dada. Isso equivale a dizer que se constitui, no seio de uma formação discursiva, um sujeito universal que garante “o que cada um conhece, pode ver ou compreender”. (BRANDÃO, 2004, p. 49)

É importante para melhor observar o signo de peixes:

Mais intuitiva, você vai enxergar de longe o que as pessoas não percebem. Isso pode fazer com que você absorva um pouco de energia negativa dos outros. Para evitar esse drama, aproveite as férias para passar um tempo reciclando as energias perto da natureza, seja no parque, seja na praia. Se estiver solteira abra bem os olhos, pois alguém do passado pode reaparecer para mexer seu coração. (CAPRICHIO, 2014, p. 97)

Em síntese, Indursky (2011) distingue o pré-construído em um encaixe sintático que se apropria do objeto realizando uma correferência, isto causa no sujeito o efeito de o mesmo pensar que o discurso foi produzido por ele, desta forma pode-se afirmar que o sujeito pensa estar fa-

zendo o horóscopo fundamentado em todo o conhecimento que lhe é pertinente acerca do assunto, mas, na verdade, encontra-se assujeitado pela linguagem e diz apenas o que pode ser dito, naquelas condições de produção. Os sentidos do texto têm a ver com o que é dito e, também o que poderia ser dito e não foi. Assim as margens do dizer também fazem parte deste dizer.

O certo é que há um já dito que torna possível este dizer, esta afirmação é importante para que possamos perceber o funcionamento do discurso e a conexão do sujeito com a ideologia. O horóscopo em questão nos remete a uma filiação de dizeres a partir do momento que se folheia a revista e se depara com a palavra horóscopo e mais abaixo os signos elencados. Também há toda uma ideologia acerca deste conhecimento que se leva a crer que este tema não é tomado a sério, os estudiosos deste tema, ao longo do tempo, procuram inseri-lo em estudos mais aprofundados e sérios mesmo não sendo reconhecido como um conhecimento científico. Além disso, só o fato de o título e os signos com a indicação da data de nascimento já remetem a memória, em síntese afirma (INDURSKY, 2011, p. 75): o imaginário destes dizeres é um imaginário fundante, trata-se da memória discursiva que ao longo do tempo vem repetindo-se infinitamente e que a referida autora denomina regime de repetibilidade, “ou seja, pelo viés do regime de repetição tornou-se memorável”, os horóscopos divulgados em jornais, revistas, blogs e vários outros suportes servem para imprimir *lugares de memórias* que sucessivamente repetidos cristalizam-se como afirma a autora sustentando dessa forma, as redes de memória que sustentam o memorável.” Desta forma, nada há de novo, tudo repete-se a exaustão, resultante do esquecimento, estruturante, no artefato de leitura da análise de discurso.

6. Conclusão

A astrologia se popularizou muito especialmente na sua forma dos astros do zodíaco. As pessoas de classes sociais diferentes, independente do nível de escolaridade, procuram manter-se informadas sobre os signos do zodíaco, lendo revistas, jornais, almanaques, *blog*, *sites*, rádio. Inclusive há muitas revistas mensais que se dedicam exclusivamente a divulgar informações sobre os signos do zodíaco. Outras, voltadas para o público feminino, mantêm uma seção exclusiva para tratar do tema. Dentre estas se destaca a revista *Capricho*.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

No presente texto, procurou-se mostrar uma reflexão acerca do horóscopo que se baseia no conhecimento milenar do estudo da astrologia, divulgado na revista *Capricho* mensal, da Editora Abril Cultural direcionada às adolescentes. Buscou-se depreender a análise dos aspectos relacionados à compreensão de sentido e a materialidade presente. Considerou-se a constituição dos sentidos para um público, particularmente, adolescente, observando as estratégias de construção discursiva e o efeito de sentido que desejam produzir.

A partir das condições de produção constituídas pela situação e pelo o sujeito percebe-se a partir do discurso do astrólogo apresentado no horóscopo um texto “híbrido”, pois irregular, produzidos em condições determinadas e que de alguma maneira se fazem presente, necessitando serem decodificados. O sujeito pensa que diz, mas não diz, apresentando toda a opacidade pertinente ao discurso.

Além disto, observa-se o lugar e a posição que o sujeito ocupa nas pretensas previsões e, entende-se que não são os lugares que eles ocupam na sociedade que funcionam no discurso, mas as projeções que se possam fazer. Dizendo assim, julgou-se importante estabelecer a distinção entre lugar e posição do sujeito, aquele é a posição empírica, este é a posição discursiva e insere-se ao discurso. Assim não é a visão empírica do astrólogo, mas a sua posição discursiva produzida pelas formações imaginárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2004.

CAPRICHOS. São Paulo: Abril, n. 1205, dezembro 2014. Disponível em: <<http://capricho.abril.com.br/revista/historia.shtm>>. Acesso em: 29-12-2015.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: ____; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 67-89.

MARCH, Marion D; McEVERS, Joan. *Curso básico de astrologia: técnicas de cálculo e interpretação*. São Paulo: Pensamento, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed., 4 imp. Campinas: Pontes, 2006.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

PECHÊUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.

RIBEIRO, Ana Maria da Costa. *Conhecimento da astrologia*. Rio de Janeiro: Hipocampo, 1986.

“ENQUANTO VOCÊS DORMEM”:
A MADRUGADA PARATÓPICA DE CLARICE LISPECTOR

Thiago Eugênio Loredó Betta (UNEF)

thiago.eugenio@gmail.com

Sérgio Arruda de Moura (UNEF)

arruda.sergio@gmail.com

RESUMO

A paratopia consiste na junção do prefixo grego *para-* que significa proximidade e o radical de mesma procedência *topia*, lugar; logo, a paratopia seria um lugar próximo, uma certa impossibilidade de fixação. Um sujeito paratópico seria, portanto, alguém situado numa localização paradoxal, integrada à sociedade, mas distante dela; como um eremita. No âmbito da análise do discurso literário, proposta por Dominique Maingueneau (2001, 2006, 2008 e 2010), a paratopia corresponde à realização paradoxal de ordem espacial dos discursos constituintes e de seus produtores, pois, ainda que falem da vida social, os discursos e seus enunciadores não encontram lugar para se instalar na sociedade. Por meio desse termo, o presente trabalho considera a literatura de Clarice Lispector um discurso constituinte e, por conseguinte, a escritora uma enunciativa paratópica. Para tanto, analisa-se crônicas escritas por Clarice e publicadas no *Jornal do Brasil* em 1968 e argumenta-se que a insônia constante e a madrugada, momento de produção literária, constituem-se gestos paratópicos da autora.

Palavras-chave: Discurso literário. Paratopia. Clarice Lispector.

1. Introdução

O presente trabalho visa arregimentar argumentos por meio dos quais se possa considerar a literatura de Clarice Lispector um Discurso Constituinte e, por conseguinte, a escritora uma enunciativa Paratópica. Os conceitos discurso constituinte e paratopia aqui empregados têm origem nos estudos da análise do discurso literário de linha francesa. Esses, especialmente, cunhados por Dominique Maingueneau.

Para tanto, analisam-se crônicas escritas por Clarice e publicadas no *Jornal do Brasil* em 1968 e nelas se identifica a insônia constante e a madrugada, momento que, para Clarice, é apropriado para a escrita, como gestos paratópicos da autora.

2. Paratopia e discurso constituinte

A palavra paratopia, morfologicamente, consiste na junção do prefixo grego *para-* que significa proximidade e o radical de mesma procedência *topia*, lugar; logo, paratopia é um lugar próximo, uma certa impossibilidade de fixação. Um sujeito paratópico seria, portanto, alguém situado numa localização paradoxal, integrada à sociedade, mas distante dela; como um eremita.

No âmbito literário, entretanto, uma atitude marginal do escritor não basta para caracterizar a paratopia, pois ela também está relacionada à atividade de criação discursiva e ao seu campo de produção. Deste modo, é por intermédio das cenas enunciativas, isto é, da situação de enunciação e dos elementos constitutivos do próprio discurso, que o escritor fomenta um determinado posicionamento insustentável e, portanto, paratópico.

Na análise do discurso literário, proposta por Dominique Mainueneau (2001, 2006, 2008 e 2010), a paratopia corresponde à realização paradoxal de ordem espacial dos discursos constituintes e de seus produtores, pois, ainda que falem da vida social, os discursos e seus enunciadores não encontram lugar para se instalar na sociedade. Por essa perspectiva, “enquanto discurso constituinte, a instituição literária não pode de fato pertencer plenamente ao espaço social, mantendo-se antes na fronteira”. (MAINGUENEAU, 2006, p. 92)

O linguista francês desenvolveu o conceito relacionando-o à produção de discursos constituintes, aqueles discursos que constroem sua legitimidade e sua validade por meio de seus próprios enunciados. São discursos que, por não se fundarem em outros, tornam-se discursos fundadores, discurso de origem, como é o caso do discurso religiosos, do discurso filosófico, do discurso científico e o discurso literário. Nos discursos constituintes, a paratopia é condição enquanto cena englobante – relacionada ao valor pragmático do discurso – e, ao mesmo tempo, condição do enunciador, que só se torna criador ao assumir de modo específico a paratopia dessa cena englobante.

A paratopia manifesta-se, então, como condição para a literatura e para o autor, ou seja, a paratopia opera como motor e conteúdo do processo de criação. Dessa maneira, as cenas enunciativas se erguem por intermédio da paratopia, que se manifesta no discurso na forma de, por exemplo, personagens exilados, peregrinos, fugitivos e messias, como pode ser observado nos excertos: "o espartano, depois de proibido pela

Secretaria, tomou um desdenhoso ar de exilado" (LISPECTOR, 1999, p. 130) e "terror de estar na Terra, como uma saudade do céu". (LISPECTOR, 1999, p. 141)

Por tal perspectiva, nem num lugar nem noutra, o enunciador de um discurso constituinte nutre a condição paratópica que esse enunciado pressupõe. O escritor não pode se estabilizar na sociedade, não pode ser um profissional 'tópico', pois não fala de um lugar estável, mas negocia, a todo tempo, sua legitimidade, sua localização dentro do Campo literário, espaço donde emerge o discurso literário.

Pertencer à literatura demanda, portanto, uma negociação entre o lugar e o não-lugar, uma inclusão impossível. Por isso, "por mais que os escritores trabalhem, às vezes como loucos, seu trabalho não pertence ao que se denomina normalmente trabalho" (MAINGUENEAU, 2001, p. 31). Negociação constante do escritor a se manifestar em atitudes textuais e sociais. Por exemplo, a vida reclusa num bucólico vilarejo na França é um dentre outros gestos de Paulo Coelho para legitimar sua "literatura mística".

Logo, o escritor tem sua maneira particular de se vincular às condições do exercício da literatura de sua época e essa gestão não opera exclusivamente no exterior da obra, por ser parte de sua criação, afinal,

nem suporte nem quadro, a paratopia envolve o processo criador, que também a envolve: fazer uma obra é, num só movimento, produzi-la e construir por esse mesmo ato as condições que permitem produzir essa obra. [...] *Intensamente presente e intensamente ausente deste mundo, vítima e agente de sua própria paratopia*, o escritor não tem outra saída que a fuga para a frente, o movimento de elaboração da obra (MAINGUENEAU, 2001, p. 109, *grifo nosso*).

Ao descrever o processo paradoxal de elaboração da obra literária, Dominique Maingueneau faz duas metáforas interessantes a respeito da paratopia do escritor, chamando-o de agrimensur e eremita, respectivamente, por ele gerir seu próprio espaço de enunciação e por falar sobre a sociedade distanciando-se dela. Como se estar só no mundo fosse condição para se produzir literatura.

Textualmente, a paratopia se apresenta de quatro formas: a paratopia de identidade (familiar, sexual ou social), a espacial, a temporal e a linguística. Ou seja,

a paratopia pode assumir a forma de alguém que se encontra em um lugar que não é seu, de alguém que se desloca de um lugar para outro sem se fixar, de alguém que não encontra um lugar; a paratopia afasta esse alguém de um grupo (paratopia de identidade), de um lugar (paratopia espacial) ou de um mo-

mento (paratopia temporal). Acrescentem-se ainda as paratopias linguísticas, cruciais para o discurso literário, que caracteriza aquele que enuncia em uma língua considerada como não sendo, de certo modo, sua língua. (MAINGUENEAU, 2010, p. 161)

Neste breve estudo, consideramos a madrugada enunciada e vivenciada por Clarice Lispector, ao passar as noites sem dormir e ao utilizar esse período de tempo para produzir literatura, como uma paratopia temporal e a insônia, uma forma de paratopia de identidade.

3. *A madrugada paratópica*

A acreditamos que a insônia, quase que cotidianamente enfrentada por Clarice Lispector e relatada de forma recorrente nas crônicas disponíveis no compêndio *A Descoberta do Mundo* (1999), e a madrugada, período do dia em que a maior parte da população dorme, podem ser traduzidos como gestos paratópicos, dentre tantos outros, da autora. No caso, uma paratopia de identidade, pois a insônia é uma perturbação subjetiva e, ao mesmo tempo, uma paratopia temporal, pois a madrugada ocorre quando quase todos os outros membros da comunidade humana dormem.

Como se a perturbação do sono, amálgama de dor e lúcida consciência, fosse a manifestação da graça e da desgraça do escritor, pois “ele é ao mesmo tempo o impuro e a fonte de todo valor, o pária e o gênio [...]. Na fronteira da sociedade organizada, o artista é aquele em que se misturam perigosamente as forças maléficas e benéficas”. (MAINGUENEAU, 2001, p. 36)

Essa ambiguidade paratópica manifesta-se nas crônicas de Clarice Lispector por intermédio da insônia e da madrugada. Porquanto, “quantas vezes a insônia é um dom. De repente acordar no meio da noite e ter uma coisa rara: solidão” (LISPECTOR, 1999, p. 69). E, ainda, “o ruído baixo de seu teclado acompanha discretamente a solidão de quem escreve”. (LISPECTOR, 1999, p. 70)

A madrugada é um tempo de solidão e a solidão uma condição para a escrita. “Acordei de madrugada” (LISPECTOR, 1999, p. 82), “para salvar essa madrugada de lua cheia eu vos digo: eu vos amo, [...] sou muito mais lunar que solar [...] e uma solidão tão maior que o ser humano pode suportar, esta solidão me toma se eu não escrever: eu vos amo”. (LISPECTOR, 1999, p. 93)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

A cronografia dos textos, o momento da escrita, coincide com o momento quando todos estão dormindo. E, somente Clarice estaria acordada no mundo. Isso, pois, “uma cenografia só se manifesta plenamente quando se pode dominar seu desenvolvimento, manter uma distância em relação ao coenunciador” (MAINGUENEAU, 2008, p. 118). Clarice mantém a distância, pois escreve quando todos dormem.

Gesto paratópico da autora que, voltando à cidade ao amanhecer, na página do jornal, deseja contatar seus interlocutores. “São três horas da madrugada, estou com uma das minhas insônias. [...] *Enquanto vocês dormem, estou conversando com vocês*” (LISPECTOR, 1999, p. 104, grifo nosso). A insônia é, desta maneira, um gesto constituinte, porém, a autora manifesta desejar uma vida normal, enquanto a sua seria uma vida “anormal” de escritora paratópica, “e eu que durmo tão mal, dormi de oitavo da noite até seis da manhã”. (LISPECTOR, 1999, p. 137)

Dormir mal é a condição para produzir. Na madrugada a consciência mística se manifesta. “São quatro horas da madrugada e é uma hora tão bela que todo o mundo que estiver acordado está de algum modo rezando.” (LISPECTOR, 1999, p. 153). Rezar é comunicar e Clarice é a serva que intermedeia o contato entre os leitores e Deus. Serva consagrada que se tornou o retrato do próprio mistério por ser revelado.

O alheamento do campo literário é uma das formas de negociação de Clarice Lispector. Gesto paradoxal que coexiste ao lado do desejo de pertencer. “Desejo de pertencer ao mundo, à literatura, à família, ao Brasil” (LISPECTOR, 1999, p. 110). São, pois, afirmações entre o linguístico e o social, como formas de Clarice estar mundo e gerir o seu próprio mundo enunciativo.

4. Considerações finais

“Enquanto vocês dormem” é o título dado por Clarice Lispector à uma pequena crônica publicada no *Jornal do Brasil* no dia dezoito de maio de 1968. Por meio dela, podemos entrever o posicionamento de Clarice em relação à literatura e aos seus leitores. Clarice ensaia um sorrateiro distanciamento do mundo, como se ela estivesse de fora e assim pudesse olhar por dentro dos seres que vivem o mundo e, por estarem imersos nele, não o questionam, não o esquadrinham.

Entretanto, na solitária madrugada, espaço-temporal distante dos acontecimentos, fatos e pessoas cotidianas, Clarice tece sua escritura de

fundação, seu discurso constituinte de natureza paratópica. Clarice Lispector vive o paradoxo dos artistas que, sensíveis demais, sentem todas as dores do mundo ao mesmo tempo em que gozam e deleitam todos os pequenos e insignificantes momentos da vida: a alegria e o êxtase da mediocridade de viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTA, T. E. L. *Literatura e jornalismo na tapeçaria de Clarice Lispector*. 2014. 127 f. Dissertação (de mestrado). – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes.

LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Org.: Sírio Possenti e Maria Cecília P. de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Discurso literário*. Trad.: Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Doze conceitos em análise do discurso*. Org.: Sírio Possenti e Maria Cecília P. de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. *O contexto da obra literária*. Trad.: Mariana Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

**ENTRE O AUTORAL E A ESCRITA COLETIVA:
A INSCRIÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS
NOS DISCURSOS PERFORMÁTICOS DA PICHÃO**

Maria Carolina da Silva Araújo (UFOP)

bibliotecadevidro@gmail.com

Kassandra da Silva Muniz (UNICAMP/UFOP)

kassymuniz@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo geral estabelecer relações entre os conceitos de discurso, autoria, identidade e performatividade na prática do uso social da linguagem das pichações urbanas. Nesse sentido, faremos uso dos estudos da Pragmática e, em se tratando de uma reflexão que entende o fazer científico como ferramenta de transformações sociais, os estudos da linguística aplicada. Nosso objeto de análise são as práticas discursivas da pichação, considerando seu contexto social de produção e circulação, bem como os processos de constituição das identidades de quem picha e dos grupos sociais dos quais fazem parte. Para esta investida, nos propomos a analisar as relações entre o ato de pichar e reivindicações identitárias e discursivas de quem o pratica; as motivações que podem levar as pessoas a inscreverem-se de forma pública, em locais proibidos; as relações entre autoria e identidade no contexto da pichação; e, por fim, em que medida é possível perceber o que se inscreve no picho como *ato de fala*.

Palavras-chave: Pichação. Ato de fala. Identidades. Pragmática.

1. Introdução

A pichação é uma prática textual, criminalizada pela Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, própria dos centros urbanos, na qual são inscritas palavras e frases de conteúdo diverso. A prática ocorre em outros países, como nos centros urbanos dos EUA, mas ao chegar ao Brasil, é dicotomizada em picho – tido pela lei como conspurcação – e grafite – autorizado a partir de 1998 como manifestação de arte.

O Brasil é o único país que faz a distinção entre picho e grafite e ela não é muito clara nem mesmo para seus praticantes. Aqueles que praticam a pichação sob um caráter contestatório e politicamente motivado parecem rechaçar o grafite “institucionalmente autorizado”, cujos praticantes, por sua vez, não entendem o grafite institucionalizado como isento de orientação política e crítica. Essa dicotomia, no entanto, vem ficando cada vez mais sutil, pois começa a ser difícil delinear características muito fixas para nomear cada uma das práticas. Medidas como uso ou

não de cores, ou a presença ou não de textos verbais é rompida com frequência pelos próprios praticantes, tornando a materialidade dos pichos e grafites muito variada, e de difícil delimitação. Essa dificuldade pode ser percebida, por exemplo, na definição de “grafite”, dada pela autora Ana Luiza Silva e Souza, em seu livro *Letramentos de Reexistência* (p. 76), na qual o termo poderia perfeitamente ser substituído por “pichação”: “O *graffitti* é um texto multissemiótico, que mescla o verbal e o não verbal com diferentes técnicas e estilos para intencionalmente interferir na paisagem urbana”. (SOUZA, 2011)

Os textos verbais escritos são discursos inscritos, inerentes a identidades de sujeitos sociais, inseridos, por sua vez, em determinados contextos sociais e enunciativos: segundo a perspectiva deste trabalho, não há discurso apartado dos sujeitos que o produzem. Além disso, é possível perceber que os textos pichados não se encerram em sua dimensão verbal: o local onde se picha, o nível de risco ao qual o pichador se expõe, sozinho ou coletivamente, também são passíveis de leitura e análise. Os textos pichados variam, podendo ser absolutamente inteligíveis ao público comum, com conteúdo diverso; ser compostos de símbolos inscritos sem necessariamente conter textos verbais, ou assinaturas com letras ornamentadas que correspondem à autonomação dos sujeitos que escrevem (*tags*) – também muitas vezes ilegíveis para as pessoas que não compreendem sua grafia. A leitura do público comum se atém a tomá-las como vandalismo e depredação, mas essa é apenas uma das leituras possíveis. Se problematizarmos o ato da pichação como reivindicação de espaços discursivos, é possível percebê-lo como vozes, cuja polifonia chama a atenção – mesmo nos casos de mera autonomação: ao assinar não o nome, mas a sua identidade social, o pichador se apropria do discurso para se colocar frente à sociedade e a seus comuns (a pichação em sua maioria é uma prática coletiva).

A pichação, além de seu caráter essencialmente linguístico, dialoga também com a construção de identidades – do pichador e do grupo ao qual pertence, ainda que estas não possuam uma fixidez que as mantenha estáticas para uma análise permanente das situações e maneiras nas quais são produzidas. Dessa forma, para este artigo, buscarei estabelecer caminhos de reflexão sobre as pichações urbanas que não as encerrem em práticas criminosas, mas como manifestações que, enquanto práticas linguísticas e, portanto, discursivas, são passíveis de análise e reflexão.

2. *Uma abordagem sobre nossa perspectiva de língua e linguagem.*

Falar é (...) sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização. (FANON, 2008)

Para refletirmos sobre o objeto de análise deste trabalho, a pichação urbana e as relações sociais e linguísticas que a atravessam, é importante expor, primeiramente, qual perspectiva de linguagem tomo como referência. Segundo Bakhtin (2003), a linguagem é uma atividade multi-forme humana e, ao longo dos estudos da linguagem, tem recebido enfoques bem distintos. Em seu livro *A Inter-ação pela Linguagem*, Ingedore Koch faz um apanhado no qual é possível estabelecer três concepções básicas tomadas como frentes principais a correntes distintas dos estudos linguísticos.

- Linguagem como representação do mundo e do pensamento;
- Linguagem como ferramenta de comunicação;
- Linguagem como lugar de ação e interação.

Nesta última concepção, da qual compartilhamos, passam-se a considerar como parte da linguagem o sujeito, a ação, as situações de interação, os contextos. Cremos que essa relação se dá de forma dialógica (FAIRCLOUGH, 2001) de maneira que percebemos um locutor que não apenas constata o mundo para usar a linguagem como sua representação; ou que usa a linguagem apenas para transmitir ideias, com o final único de se comunicar. O locutor considerado neste trabalho “serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas”, utilizando as “formas normativas num dado contexto concreto”. Dessa forma, essa perspectiva atenta-se ao uso, à enunciação, à prática discursiva¹⁹, e o seu caráter eminentemente social. (BAKHTIN, 2003, p. 92-109)

A necessidade que nós, seres humanos, temos de nomear para nos relacionar e nos posicionar em relação ao mundo parece intrínseco a nossa própria existência. Porém, a linguagem é um constructo social, bem como os discursos nela inerentes. Assim, se todas as relações sociais são perpassadas pela linguagem, significa que, mesmo para se denominarem ou denominarem o Outro, os sujeitos estão agindo em suas práticas discursivas de forma política, ideológica, socialmente motivada e determi-

¹⁹ O conceito de prática discursiva abordado neste trabalho é concordante com a concepção de Fairclough (2001), quando ele trata prática discursiva como o discurso em uso.

nada, suscetíveis, portanto, às questões sociais, filosóficas, ideológicas, e aos contextos nos quais estão inseridos:

No ato de identificar, está pressuposta a nomeação; está implícita a necessidade que temos de nomear, classificar o mundo e as pessoas, antes mesmo que elas existam – no caso dos bebês ainda não nascidos, inscrevendo essa criança, esse homem, essa mulher dentro de uma subjetividade que, ao mesmo tempo que lhe propicia uma existência, a “condena” estar preso a ela. (MUNIZ, 2009)

No texto “Marxismo e Filosofia da linguagem”, Bakhtin também problematiza relevância do contexto, mas aponta certa agência do sujeito sobre a linguagem – e sobre o que a partir dela se determina – quando afirma que “o centro da gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na *nova* significação que essa forma *adquire* no contexto” (p. 92). Segundo ele, “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou sentido ideológico e vivencial” (p. 95). No entanto, apesar de sermos concordantes com a possibilidade de agência do sujeito sobre a linguagem, e que as normas sociais a ela impostas são corrompíveis (o que não quer dizer que corrompê-las não possa trazer consequências graves aos sujeitos), a favor de quem caminha a linguagem? Isso porque, se há conflitos sociais e ideológicos, estes vão ser presentificados na linguagem; da mesma forma que, se há os que agem pela linguagem, agem sobre alguém. Assim, quem detém o poder sobre a linguagem? E, se a linguagem é discurso e cada discurso opera em favor de certa cultura, e é inegável que não há uma cultura apenas que agregue a todos/as, onde estão os outros discursos, outras vozes que ignoramos? Essas perguntas não têm respostas definitivas, pois que a linguagem não é, definitivamente, uma ciência exata, mas são inquietações permanentes que nos ajudam a relativizar o papel da linguagem e suas implicações sobre os sujeitos que dela fazem uso.

3. *Quem detém poder sobre a linguagem?*

Ao tomar a pichação como objeto de análise deste artigo, estamos partindo do entendimento de que pichação é uma prática linguística e, portanto, discursiva. Mas se, para nossa perspectiva de análise, a linguagem e o discurso são performativos, isto é, pretendem necessariamente agir sobre o outro (neste caso seu interlocutor)²⁰, passamos a entender

²⁰ O conceito “performatividade” será abordado mais detalhadamente na breve abordagem que farei sobre a *Teoria dos atos de fala*, mais adiante.

que a linguagem e o discurso acabam por ser arena de disputa de poder, afinal, sempre que agimos sobre o outro procuramos fazê-lo em benefício de nós mesmos ou de algo em que acreditamos... Sobre a relação entre poder e linguagem, portanto, não é preciso refletir muito para que fique deflagrada a disputa por espaços discursivos – e por que não dizer políticos: se o discurso é inerente à linguagem, e é fruto de uma determinada cultura (que, em si, é fragmentada), advinda de certo grupo social, e os conflitos sociais são cotidianamente evidentes, é natural que a linguagem seja forte veículo discursivo de manutenção e elevação de determinada cultura em detrimento de outras, silenciadas, dominadas, controladas.

O poder social, o abuso de poder ou o domínio, considerados como relações entre os grupos sociais, afetam de maneira crucial às noções de controle e acesso, quer dizer, o controle dos atos e das consciências de outros em benefício dos próprios interesses, e o acesso privilegiado a recursos sociais apreciados. (VANDIJK, sem data, p. 543)

A grande questão é que, num sistema que considera válida uma única cultura hegemônica, tida como inabalável e concisa, que admite a existência de verdades absolutas, estamos imersos num sistema complexo de dominação linguística. Esse sistema é assegurado, por sua vez, pelos discursos presentes em todas as instituições das quais dependemos socialmente e privilegia uma concepção ocidentalizada de mundo. Essa concepção é mantida sob princípios dicotômicos que separam o mundo em dois lados, aonde um domina e o outro é dominado.

Nesse sentido, as inscrições das pichações suscitam a ideia de discursos inerentes a determinados sujeitos sociais, que parecem reivindicar um espaço discursivo do espaço tomado, antes, pelo Outro: dos discursos autorizados, como as propagandas – comerciais e políticas, outdoors, sinalizações e avisos, também presentes no ambiente das ruas das cidades. Essa ideia de reivindicação de discurso é tratada no artigo “Marginalidade e Exclusão: exclusão e identidade autoral”. Nesse artigo, Schollhammer lida com a problemática de que, muitas vezes as vozes dos grupos subalternizados socialmente são silenciadas. Durante muito tempo, sob um discurso falsamente democrático que dava falsa abertura a essas vozes, aqueles que detêm o espaço discursivo passaram a *falar por elas*, como mediadores, no que o autor aponta como um *modismo*, um caminho mercadológico que beneficiou a muitos, mas que não funcionou em absoluto como promotor de mudanças sociais. Da mesma forma procederam (e ainda procedem) muitas pesquisas acadêmicas que em momento nenhum retornaram suas pesquisas sobre grupos subalternizados para beneficiá-los – mas apenas para satisfazerem uma curiosidade epistemoló-

gica... Há ainda pouco espaço para que, ao menos nos meios acadêmicos, os sujeitos pesquisados sejam também protagonistas das pesquisas das quais são objetos. (SHOLLHAMMER, 2010, p. 167-179). Esse fato vem de uma concepção científica firmada numa pretensa objetividade. Tal concepção não reconhece, que, na verdade, o que está em cheque não é a busca pelo distanciamento do objeto – para uma neutralidade das análises –, mas uma tentativa de manter um olhar parcial e concordante com a estrutura hegemônica da produção de conhecimentos institucionalizada; com a manutenção dos lugares de fala institucionalizados por uma elite intelectual pouco disposta a dividir seus privilégios de detentora de verdades absolutas – que lhes asseguram, por sua vez, sua posição social (PINTO, 2002). Diante desse quadro, a autora indiana Gayatri Spivak²¹ faz uma pergunta perturbadora: e o subalterno, em algum momento, *pode* falar? (SPIVAK, 2008). Ao citar esta autora, Schollhammer nos incita ao combate a essa "presunção ocidental e logocêntrica, mesmo bem intencionada, de poder articular, sem nenhuma violência epistêmica uma solidariedade entre povos despossuídos e subalternos", além de nos alertar sobre

(...) o perigo de querer falar do outro e pelo outro, em vez de falar por si próprios. Para Spivak, os subalternos precisariam se articular para inscrever sua especificidade subalterna dentro de uma identidade cultural dominante e, assim, deixar de ser subordinados. (SHOLLHAMMER, 2010, p. 167)

Dessa forma, o gênero pichação, que pareceria apenas uma inscrição com caráter meramente depredatório, representa indícios dessa reivindicação do discurso de si/sobre si dos sujeitos que de alguma forma estão/sentem-se desprivilegiados socialmente. São as pichações, portanto, ações de linguagem bem além de seu caráter constativo; representam as performatividades das identidades desses sujeitos, sobre as quais as conclusões são sempre provisórias, de identidades fragmentadas, não cartesianas, construídas no e pelo discurso. (HALL, 2011)

Aí se manifesta a opacidade da cultura “popular” – a pedra negra que se opõe à assimilação. O que aí se chama sabedoria, define-as como trampolinagem, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. (CERTEAU, 1994, p. 79)

²¹ Gayatri Chakravorty Spivak é uma crítica e teórica indiana. É autora do artigo "Can the Subaltern Speak?", considerado um texto fundamental sobre o pós-colonialismo, e tradutora de *Of Grammatology* de Jacques Derrida. Spivak leciona na Columbia University e é membro-visitante do *Centre for Studies in Social Sciences* de Calcutá.

O grafite/pichação aparece como “elemento de expressão de sujeitos discursivos que resistem à linguagem dogmática, a que estabelece apenas um modo “certo” de utilizar a linguagem, o padrão, e buscam legitimar e tomar posse de outros modos de inserção de um mundo letrado”. É, portanto, uma prática de letramento voltada para a

concretude da vida (...) relacionando-se às questões culturais e políticas e visando de alguma maneira, ampliar suas possibilidades em um lugar de crítica, contestação, subversão, no qual, como sujeitos de direitos e produtores de conhecimento, possam forjar espaços e atuar dentro e fora da comunidade em que vivem. (SOUZA, 2011, p. 17)

4. Ato de fala: da teoria de Austin para uma noção performativa da linguagem e das identidades

A abordagem do conceito performatividade, bem como o entendimento de uma linguagem performativa, advém da Teoria dos Atos de Fala desenvolvida por John Austin. Seu enfoque é dado justamente à linguagem e sua propriedade de gerar efeitos em seus interlocutores. Para tanto, Austin separa inicialmente os aspectos constativos e performativos da linguagem, aos quais caberia sua propriedade de, por um lado, ser meramente constativa e de, por outro lado, agir sobre os sujeitos/ fazer os sujeitos agirem:

O enunciado constativo tem, sob o nome de *afirmação* tão querido dos filósofos, a propriedade de ser verdadeiro ou falso. (...) Ao contrário, o enunciado performativo não pode jamais ser nem um nem outro: tem sua própria função, serve para realizar uma ação. (OTTONI, 2008, p. 111)

Ressaltando o aspecto performático da linguagem, Austin destaca três possibilidades de atos de fala:

- Ato locucionário: o que se diz, isto é, o enunciado.
- Ato ilocucionário: intenções que o locutor tem ao proferir certo enunciado;
- Ato perlocucionário: efeitos reais sobre o locutor.

Aos efeitos, o autor também desenvolve em sua teoria condições para que o enunciado seja feliz ou infeliz. A isso está implícita a ideia de que a todo enunciado performático está expresso um desejo do locutor em que se realize certa ação. Às condições de produção, Austin procura certos padrões para as condições de felicidade dos enunciados. Porém essas condições estão sujeitas a limitações de verdade e falsidade desses

enunciados. Por exemplo, em um enunciado simples como “Paulo é bom aluno”: mesmo em uma situação em que Paulo seja realmente bom aluno, trata-se apenas de visão particular de quem produz o enunciado sobre os conceitos do que é ser bom aluno, por exemplo. Essa reflexão se amplia a enunciados mais complexos, e demonstra que mesmo em enunciados aparentemente constativos, as marcas de personalidade de quem os produz bem como o contexto no qual estão inseridos tornam o ato de dizer uma ação.

Em seu livro *How to do things with words*, publicado postumamente, como já alude o próprio título da obra, Austin aponta para essa nova face da linguagem: seu caráter essencialmente performático.

Austin desconstrói com a cisão entre performativo e constativo, defendendo que é uma falácia afirmar que a linguagem pode ser puramente descritiva; segundo ele, estamos sempre no campo da performatividade quando o assunto é linguagem. (MUNIZ, 2009)

Nessa perspectiva, portanto, a linguagem está para além desses limites constativos e comunicativos que tão comumente encontramos imbuídos nos discursos não só do senso comum, mas de uma extensa gama de estudiosos: ainda que nossas práticas discursivas sejam tangenciadas por contextos, relações de poder, relações de alteridade, temos habilidades de interferir sobre elas/por meio delas. Por isso a relevância de uma perspectiva que reconhece o caráter performático da linguagem (AUSTIN, 1976), a qual é utilizada pelos sujeitos não só para interagir, mas para *agir* sobre o outro. Nesse sentido, é essencial, para uma reflexão mais responsável sobre linguagem e nossas práticas discursivas, pensar que nela estão imbuídas disputas de poder, modalidades de controle da liberdade, bem como limitações de acesso. (VAN DIJK, 2008).

O ato de dizer está, portanto, sempre destinado a causar efeitos no interlocutor, como convencer, agradar, alertar. Mas Austin não ignora que há de existir um acordo entre as partes para que se realize a ação que fica subjacente à fala; como há também de existir um desejo implícito em cada ato de fala que não mais pode ser entendida como mera constatação de fatos. A linguagem nessa perspectiva assume papel de relevância na inter-relação entre as pessoas, pois na construção de cada *ato de fala*, estará expresso um desejo: o desejo de que aquele ato tenha efeito, sobre si, sobre o Outro, sobre a realidade na qual o locutor está inserido. Dessa forma, não só a escrita de textos com estruturas linguísticas mais elaboradas, mas a própria autonominação – como uma *tag*, no caso das pichações urbanas – passam a ser fruto de um desejo. Além disso, quando pen-

samos nos sujeitos, e sua interação, podemos perceber que a maneira com a qual estes se definem/se posicionam linguisticamente é politicamente motivada. Isso se agrava quando procuramos definir identidades que nos aproximem ou nos afastem dos objetos do nosso desejo. As identidades, assim, dialogicamente construídas na e pela linguagem se põe também como produtivas e performáticas.

Portanto é inevitável que, ao escrever, ainda que apenas para se (auto) nominar, o sujeito esteja não só identificando a si e ao Outro, mas expressando um desejo de lugar social, de postura ideológica, de conceitos, de visão de mundo, e de onde e como cada indivíduo se entende frente ao Outro, e ao mundo no qual está inserido. A pichação, dessa forma, será um “espaço discursivo” de reivindicação em que os sujeitos impõem suas práticas discursivas em locais nos quais suas vozes não são permitidas.

Esse conceito de “espaço discursivo”, no caso da pichação, ganha uma face física, concreta, a qual é abordada por De Certeau, em seu livro *A invenção do cotidiano*. No capítulo intitulado “Relatos de espaço”, a concepção de que o “espaço é um lugar praticado” (CERTEAU, 1990, p. 202):

Num exame das práticas do dia a dia que articulam essa experiência, a oposição entre “lugar” e “espaço” há de remeter, sobretudo, nos relatos, as duas espécies de determinações por objetos que seriam no fim das contas reduzíveis ao *estar aí* (...) e a outra, por operações que, atribuídas a uma pedra, a uma árvore ou a um ser humano, especificam *espaços* pelas ações de sujeitos históricos. (CERTEAU, 1990, p. 203)

Nesse sentido, é possível abordar a questão da escolha do local a ser pichado é em si parte da prática discursiva exercida pelo sujeito que picha. Como as palavras, a escolha do local também é intrínseca ao *ato de fala*, pois gerará em seus interlocutores (re)ações e leituras bem distintas. As pichações em patrimônios históricos, por exemplo, têm um impacto social muito maior do que as feitas nas periferias, ou áreas de pouca movimentação de pessoas, por exemplo. Assim, as pichações podem ser entendidas como uma das ações de sujeitos históricos abordadas pelo autor. Assim, a pichação se faz como ato desses sujeitos reivindicarem não só visibilidade *física* para suas vozes, mas também condições de existência de suas identidades no mundo, pois que, na maioria das vezes esses sujeitos se encontram em lugares de invisibilidade social, intelectual, econômica em seus contextos particulares.

5. *Entre a autoria e a escrita coletiva*

Muitas vezes o sujeito que picha assimila as noções de vida e mundo compartilhadas por seu grupo: é comum, portanto que o sujeito que picha assinie em nome desse grupo. Nesse sentido, as noções de autoria e agência do sujeito no discurso se estabelecem de forma dialógica com uma voz coletiva (FAIRCLOUGH, 2001). Nela, o sujeito histórico inscreve suas identidades, individualidades, pessoalidades, ainda que flutuantes, em constante transformação: há sem dúvida agência do sujeito, que, apesar de circunscrito pelo caráter polifônico da linguagem e da sociedade na qual está inserido, suas pessoalidades se corporificam no tornar-se voz expressiva em um ambiente público.

A singularidade está nas microrresistências cotidianas ressignificadas na linguagem, na fala, nos gestos, nas roupas... não apenas no conteúdo, mas também nas formas de dizer, o que remete tanto à natureza dialógica da linguagem, como também às proposições dos estudos culturais que revelam que as identidades estão sempre em construção, se dão de forma tensa e contraditória, própria de situações em que estão em disputa lugares socialmente legitimados. (SOUZA, 2011, p. 37)

O “autor”, como nos traz a fala de Bakhtin em *A estética da criação verbal* (p. 11), é constituinte do objeto da escrita: é a sua presença que permite a concomitância do eu-sujeito inscrito; o eu-sujeito social e o eu-sujeito indivíduo (FOUCAULT, 2002, p. 54-55), sendo, portanto, o texto a relação dialógica entre todos esses fatores. Ainda que em um gênero textual sem prestígio, parece inevitável sua expressão enquanto linguagem, em sua dimensão performática, bem como de acordo com a dimensão da linguagem como prática social e de transformação. (FAIRCLOUGH, 2001)

Outra abordagem importante para a reflexão deste trabalho está no texto “A morte do autor”, do livro *O rumor da língua*, de Roland Barthes. Segundo ele, assim que alguém produz um texto e o expõe a um leitor, sua autoria desaparece, pois que, segundo sua visão dialógica, o texto é construído na interlocução, por ambos. A relevância dessa ideia deve-se ao fato de que, ao pichar, o sujeito publiciza sua obra sem ter maneiras de reivindicar publicamente seu ato, pois que ele, em si, é proibido. Isso se relaciona de imediato com a ideia de Barthes, quando ele afirma que a escritura é por si a destruição de toda voz, de toda origem. A essa ideia pode-se entender que, na verdade, o conceito de texto puro, simplesmente não existe: isso porque, a cada discurso, a cada palavra que proferimos, há uma infinidade de outros discursos neles embutidos. Como o autor afirma, basta que um fato seja contado para que a voz perca

sua origem. Rompe-se, portanto, com a ideia de “autor”, como sujeito no qual centralizam-se todas as expectativas sobre o que sua escrita traz; rompe-se também com a imagem corrente de uma literatura que fica tiranizada a este autor, sua pessoa, sua história, gostos, paixões, em um caráter quase de confidência... Barthes defende a ideia de que o texto está para muito além do autor; bem como muito além de uma ação comunicativa encerrada em si mesma, mero registro ou verificação do mundo. Havemos sempre de refletir sobre o caráter performativo da linguagem, e que toda a linguagem é sujeita a uma diversidade de intenções e construções simbólicas socialmente construídas. As pichações são feitas muitas vezes em grupos, distintos entre si, que se reconhecem, reconhecem suas escritas, seus dizeres. Aqueles que estão envolvidos com a prática passam a valorizar não apenas o que se diz, mas aonde, sob quais circunstâncias se diz. Pichar um monumento histórico representa mais a esses sujeitos do que pichar um muro em um local ermo, com poucos riscos. Assim, o lugar em que se escreve é outro texto, que indica outros fatores, tais como o que se pretende dizer/contestar, ou mesmo, sobre quais vozes o autor do picho deseja se impor ou pretende dialogar.

O texto, por sua vez, “é um tecido de citações oriundas de mil focos de cultura” (BARTHES, 2004). Dessa forma, a ideia de decifrá-lo é absolutamente inútil. É possível apenas ir puxando os fios de sentido, as outras vozes que percorrem o texto, sabendo que este labor não chegará nunca a um final concreto, ou uma interpretação “original”. E toda essa pluralidade de ideias, culturas, conceitos, tem apenas um lugar de reunião: o leitor. Assim, a unidade do texto não se faz mais no autor – e nossa ideia sobre esse “sujeito brilhante” que produz o “nunca dito” ou pensado, mas na verdade no próprio leitor, esse sujeito sem história, biografia, esse “alguém” que concentra todos os traços que constituem a escrita.

6. Conclusão: implicações da pichação como objeto de análise

A escolha de trabalhar com o corpus *pichação* exige uma quebra de paradigma: exige que se levante os olhos para o que/quem não se deseja ouvir. Feita por sujeitos percebidos como marginais pela própria lei nacional, é um objeto de análise que a muitos sequer desperta interesse. Os sujeitos que picham são considerados por muitos como alienados, e seus escritos, para muitos, ininteligíveis, são esvaziados de qualquer conteúdo de relevância. Isso ocorre principalmente com pichações em que os sujeitos apenas inscrevem suas identidades sociais: afinal, de que interes-

saria a identidade social de um sujeito marginal, que escreve para uma minoria de pessoas interessadas em depredar patrimônios que são tão caros a nossa sociedade? Desse pensamento do senso comum, no entanto, surgem alguns conceitos que, dada sua neutralidade e pretensa estabilidade semântica, apagam outras possibilidades de interpretação das pichações urbanas.

O primeiro que destaco é o conceito *marginalidade*, atribuído aos que vão de encontro às concepções de legalidade, verdade, legitimidade. Os responsáveis por grande parte das pichações urbanas são sujeitos que, de alguma forma, se encontram fora do padrão institucionalizado; em seguida, o fato de que a *autonomeação* não está isenta de um potencial de ação, e não é (como nenhuma nomeação) apartada de um posicionamento politicamente motivado. Nomear-se, no caso das pichações, é no mínimo reivindicar para si o direito de manifestar-se, de ser ouvido ou mesmo de se fazer existir em contextos de apagamento e subalternidade. Por fim, o conceito de *patrimônio*: muitos pichadores questionam o pouco investimento nas periferias em detrimento do grande investimento feito a patrimônios materiais, por exemplo; ou entendem a pichação como resposta a imposição espacial das construções de prédios, muros, dos grupos sociais privilegiados. Independente de seus posicionamentos, a pichação, enquanto prática discursiva, é uma resposta – e neste caso, uma resposta consciente – a uma ideia de sociedade em equilíbrio, justa, democrática; à noção de uma pretensa mobilidade social; é uma crítica a uma linguagem falsamente homogênea, natural. O gênero da pichação, antes de uma leitura essencialmente moralizante, ao menos deve ser percebido como indício de que há algo interdito, não-dito, silenciado em nossa sociedade: é, dessa forma, um caminho para que possamos ler nossa sociedade com novas lentes que nos aprimorem a visão, para que consigamos enxergar as rachaduras de uma sociedade em crise, de sujeitos e identidades em crise, atravessados por toda sorte de discriminações e controle. Por fim, para, quem sabe, promover verdadeiras mudanças sociais em busca de igualdades de direito e acesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BRASSAI, Georges. *Guia ilustrado de Graffiti e Quadrinhos*, 2004.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília. Universidade de Brasília, 2001.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

HALL, Stuart. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Vozes, 2011.

Guia ilustrado de graffiti e quadrinhos. Belo Horizonte: Graffiti, 2004.

KOCH, Ingedore. *A (inter)ação pela linguagem*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MUNIZ, Kassandra da Silva. Sobre política linguística ou política na linguística: identificação estratégica e negritude. In: FREITAS, Alice Cunha de. (Org.). *Linguagem e exclusão*. Uberlândia: Edufu, 2010.

OTTONI, Paulo. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1998.

PINTO, Joana Plaza. *Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem*. Campinas: UNICAMP, 2002.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora de uma reconsideração radical? Trad.: Almiro Pisetta. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SHOLLHAMMER, Karl Erick. Marginalidade, exclusão e identidade autoral. In: LOPES, Luiz Paulo; BASTOS, Liliana Cabral. (Org.). *Para além da identidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 167-179.

SOUSA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, HIP-HOP*. São Paulo: Parábola, 2011.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VANDIRK, Teun. Discurso, poder e acesso. In: _____. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

FIGURAÇÕES DA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS NO CINEMA BRASILEIRO

Anna Paula Lemos (UNIGRANRIO)

annapaulalemos@gmail.com

Joaquim Humberto de Oliveira (UNIGRANRIO)

jhumberto@uol.com.br

RESUMO

A narrativa cinematográfica trata da interação entre os personagens e os espaços. Cada cidade tem uma singularidade. Em muitas narrativas a cidade é a personagem principal. Vamos analisar como, no discurso cinematográfico brasileiro, a cidade de Duque de Caxias é ficcionalizada e qual é a sua recepção. Apontaremos como se constitui a memória da cidade a partir dos filmes “O homem da capa preta” de Sergio Rezende e “O assalto ao trem pagador” de Roberto Farias.

Palavras-chave:

Figurações da cidade. Cinema. Duque de Caxias. Narrativa cinematográfica.

1. Introdução

Cada cidade tem uma identidade própria, resultante da cultura de um povo adquirida através da sua memória coletiva. No cinema, a representação da cidade é sempre efeito de uma manipulação do espaço existente, de modo a criar a imagem pretendida. A narrativa cinematográfica gira em torno das personagens e da interação que existe entre elas e o espaço. A cidade utilizada para cenário, quer seja real ou fictícia, tem um papel importante na delimitação do espaço de ação dos atores, definindo toda a sua movimentação, fazendo com que a sua presença seja tão relevante como qualquer uma das personagens principais. Em muitas narrativas é ela mesma, a cidade, a personagem principal. Analisaremos, no discurso cinematográfico, o comportamento da cidade, sua ficcionalidade e recepção, a visível e a invisível, e qual a relação da cidade com a memória que se constrói a partir dos filmes "O homem da Capa Preta" e "O Assalto ao Trem Pagador".

2. O homem da capa preta

“O homem da capa preta” é baseado em três relatos: “Tenório, o homem e o mito” de Maria do Carmo Cavalcante Fortes; “Minha vida

com meu pai Tenório” de Sandra Cavalcante F. Lima; e “Capa Preta e Lourdinha” de Israel Beloch. Assim, o filme se constrói a partir de três perspectivas: os relatos escritos pelas filhas de Tenório Cavalcante (fundador da cidade de Duque de Caxias), a narrativa estabelecida no filme e as memórias de moradores da cidade de Caxias que conheceram e que não conheceram pessoalmente Tenório Cavalcante. Vê-se que os três relatos que inspiram o filme tem base emocional: o relato das filhas e o relato de uma “história de amor” vivida por Tenório com sua Lurdinha – uma submetralhadora MP-40 de fabricação alemã, similar àquelas utilizadas por soldados nazistas durante a segunda guerra mundial. Aí, figurada na metralhadora, já se percebe Eros e Thanatos em um personagem que vestido com uma capa (de “doutor em Direito” diz Tenório) prega justiça com as próprias mãos.

3. *Tenório vingador*

Soma-se a Eros e Thanatos, esse impulso tímótico transferido para os seus atos de vingança? Que tipo de vingador é Tenório? Usurpador pessoal de sua função política de Deputado Estadual?

Assim o amor e a morte, o popular e o erudito são ambivalências do impulso Tenório que é, portanto, um impulso passional: uma força pelo medo e pela paixão, o ídolo e o mostro, o herói e o bandido, paradoxos que ficam claros em algumas falas que veremos a seguir e que transformam Tenório Cavalcante em personagem ambivalente, uma ambivalência que se reflete na cidade de Duque de Caxias que ele ajudou a construir. O próprio diretor do filme, Sérgio Rezende, se defendeu da crítica ao filme que o chamava de romântico de maneira apaixonada:

O que me fascinava na vida do Tenório Cavalcante era a sua característica de aventureiro (talvez até porque eu seja uma pessoa tímida). Esses personagens que fizeram coisas que eu jamais seria capaz de fazer me geram uma tremenda admiração ou uma inveja, talvez. Tenório Cavalcante, por exemplo, é um cara poderoso, que sai de Alagoas menino, pobre, miserável e chega ao Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense e, em vinte anos, transforma-se em um homem muito poderoso que consegue mover uma parte do mundo. E, como cineasta, eu estou procurando as coisas que deem um grande filme.

Os desdobramentos da personagem geraram um filme que desde o início aponta tensões entre o sacro e o profano²²:

²² Ao relacionar o sacro e o profano, utiliza-se aqui o conceito do livro “Profanações” do teórico italiano Giorgio Agamben “um conceito de ‘profanação’ que, no direito romano, indicava o ato por

Tenório: Caxias era um pântano desgraçado enfeitado de mosquito. Cheguei aqui em 1928, trabalhei feito um jumento, machado na mão... / Seu Astolfo (jornalista): ... e revólver na outra.../ Tenório: Mas que mania, seu Astolfo! Morreu gente, claro que morreu gente! Sabe por quê? Porque eles achavam e ainda acham que destino de nordestino é trabalhar feito um burro de carga e morrer de fome. Eu não nasci para ser escravo. Por isso correu sangue, por isso morreu gente, e ainda vai morrer.

4. A cidade em cordel

Assim, é possível perceber uma Caxias que se constrói com imigração de nordestinos e em um tom de religião e sangue.

No cinema, a estética é a do cordel, do repente, da cor terracota da seca nordestina, da religião sacro-profana, de um tom melancólico do acordeom na trilha sonora de David Tygel. Assim optou Sergio Rezende por narrar a história de Tenório: fabricar o fato “nascimento de Tenório” em evidências nordestinas e suas culpabilidades, interessado na dimensão política e social da imagem (sempre ambivalente ou mesmo contraditória). Tenório é bom e mau, mocinho e bandido, opressor e oprimido. Assim, assistir a “O homem da capa preta”, estabelecendo uma análise, parece ter o tom proposto por Ismail Xavier em “O olho e a cena”:

Não discuto a existência das figuras dadas ao olhar. Pergunto pela significação do que é dado a ver, numa interrogação cuja resposta mobiliza dois referenciais: o da foto (enquadre e moldura), que define um campo visível e seus limites, e o do observador, que define um campo de questões e seu estatuto, seu lugar na experiência individual e coletiva. (XAVIER, 2003, p. 33)

Com data e local definidos em letreiro, o filme começa em versos de cordel. É o nascimento de Natalício Tenório Cavalcante.

Era na boca da noite quando o fato se deu
O firmamento agitou-se, o oceano gemeu
Sentindo o caso estupendo que no mundo aconteceu

Gritava o povo na rua com medo da tempestade
Corria o povo rasteiro pelas ruas da cidade
Queimando quem encontrava sem ter dó nem piedade

Viu-se o céu afoqueado, o mar fazendo escarcéu,
todo mundo procurando saber o que ocorreu
quando vagou a notícia: – Antonio, teu filho nasceu.

meio do qual o que havia sido separado na esfera da religião e do sagrado voltava a ser restituído ao livre uso do homem”. (AGAMBEN, 2007, p. 11)

A estrutura de cordel que está tanto referenciado no texto quanto na imagem remete a uma literatura que está entre o oral e o escrito e que, portanto, “inaugura uma outra função da linguagem: a daqueles que, sem saber escrever, sabem, contudo, ler. Escritura, portanto, paradoxal, escritura com estrutura oral”. (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 149). Uma literatura que está entre o rural e o urbano, assim como o personagem Tenório e a cidade de Caxias: personas paradoxais.

Nos cordéis se contam milagres, martírios, mortes, desonras, que não findaram no mundo e no fim se vende e se compra. Se seguirmos esta descrição do que seja a literatura de cordel do poeta espanhol Lope da Vega, perceberemos que talvez só pelo cordel Sérgio Rezende pudesse contar a história de Tenório Cavalcante, homem que teve sua vida marcada por milagres, martírios, mortes, desonras. Seria, portanto, na forma do texto e do filme, que se entenderia personagem e cidade. Um *dar a ver* as contradições. Um *dar a ver* que, no entanto, vira espelho, espectro, espécie, na sociedade do espetáculo. É que, inevitavelmente, quando se define a forma, e o cinema define o ângulo, a estética e a forma narrativa, sendo ele arte da indústria, sem a qual ele – o próprio cinema - não existiria, se define também não levar em conta a complexidade dos processos. Assim, o cinema caricatura determinadas fragilidades e coloca o mundo exterior em uma espécie de hospital que é o set cinematográfico. O cinema de estúdio ajeita um pouco a realidade que de outra forma não caberia nas métricas da poesia. Sérgio Rezende faz isso: trabalha com as cores, as luzes e conta a história de Tenório Cavalcante como se estivesse pintando quadro a quadro uma história de cordel.

5. *O assalto ao trem pagador*

Já “O Assalto ao trem pagador”, de 1962, dirigido por Roberto Farias, é inspirado em um caso real: o famoso assalto contra o trem de pagamentos da Estrada de Ferro Central do Brasil, que aconteceu as 8:30 do dia 14 de junho de 1960, Estação Japeri, no km 71 do extinto trecho da linha auxiliar Central do Brasil que ligava Japeri a Botais, em Miguel Pereira.

O filme começa com o assalto. O controlador de tráfego dos trens repete no rádio “Japeri, Japeri! Trem Pagador saiu as oito e vinte e cinco”. Planos-detelhe mostram a linha do trem, os fios de contato com a bomba nos trilhos, bolsa, fone de ouvido e outros objetos largados pelo chão, demonstrando que tinha muita gente envolvida naquele assalto. Ou

que estavam todos já rendidos naquele momento. Ao fone, ninguém ouvia a fala do controlador.



Os cortes e planos demonstram um filme cheio de inspiração em Eisenstein e, principalmente, em Sergio Leone. A trilha inicial é de tensão e suspense ao tom do Western, o vaqueiro que passa com a boiada a cavalo e fecha a sequência também.



Em tom de faroeste, com o assalto acontecendo, também em tom ocre desértico, também com tiro e sangue. A inspiração estética do bangbang americano traz a Baixada Fluminense pela violência e Duque de Caxias pelo viés da favela. Os personagens em diálogo criam dois grupos sociais em conflito: de um lado Tião Medonho e os chamados “favelados”, de outro Grilo Peru, Edgar e Tonho, que não se consideram com as características da favela e que, portanto, podem gastar o dinheiro do assalto, não serão suspeitos.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

A polícia suspeita de uma quadrilha de bandidos internacionais, mas os assaltantes se misturam à realidade da pobreza e da violência brasileiras. Todos resolvem só gastar o dinheiro um ano depois, mas o personagem Grilo Peru, que se avalia como alguém que ‘não é favelado’, resolve gastar o dinheiro no luxo da Zona Sul. O filme destaca as tensões centro-periferia, Zona Sul do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. Mais uma vez, a Baixada figurada em banhos de sangue.

Grilo Peru não respeita o combinado – gastar o dinheiro um ano depois do assalto – vai morar na Zona Sul e esbanjar o que ganhou. O filme, assim, mostra as tensões sociais, o cotidiano dos grupos, as falas de preconceito, as *caricaturizações*.

Pobre não pode passar de ladrão de galinha!

Roubar pouco é que dá cadeia! – diz, Tião Medonho.

Mas não dá morte, e tu, por ter roubado feito rico, pode acabar morto! – responde a esposa.

O assalto, no filme, vira cenário. Na narrativa principal, os conflitos internos dos assaltantes e suas falas em seu cotidiano demonstram a discriminação, a pobreza, o racismo, a periferia, a desigualdade e o sensacionalismo de uma mídia que despreza o drama humano por trás da notícia do assalto. É, aliás, esse um ponto comum ao falar de Caxias e da Baixada Fluminense: a Baixada é um espaço em disputa, criado pelos jornalistas da metrópole. No filme, vê-se a crítica: como os meios de comunicação veem esse espaço que não é só geográfico, é também social.

Os dois filmes partem de histórias reais – Tenório Cavalcante e O assalto ao Trem Pagador; os dois tem o tom ocre, desértico do abandono; os dois o tom western de sangue e de religiosidade. Quem é, como se figura, em que medida aparece esse espaço imaginário que está social e geograficamente mal definido, mas que é divulgado ao estilo sacro e profano, em tensões sociais?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. Tradução e apresentação: Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Ars Poética, 1997.

ARTAUD, Antonin. *O teatro e seu duplo*. São Paulo: Max Limonad, 1987.

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. *Figura*. São Paulo: Ática, 1994.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Notas sobre fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CALVINO, Italo. *Una pietra sopra: discorsi di letteratura e società*. Torino: Einaudi, 1980.

_____. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. *Seis propostas para o próximo milênio*. Trad.: Ivo Barroso. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Trad.: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KRACAUER, Siegfried. *Théorie du film*. La rédemption de la réalité matérielle. Trad.: Daniel Blanchard et Claude Orsoni. Édité; présenté par Philippe Despoix e Nia Perivolaropoulou. Préface de Jean-Louis Leutrat. Paris: Flammarion, 2010.

_____. *O ornamento da massa: ensaios*. Trad.: Carlos Eduardo Jordão Machado e Marlene Holzhausen. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

METZ, Christian. *A significação no cinema*. Trad.: Jean-Claude Bernardet. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ROCHA, Glauber. *O século do cinema*. Prefácio de Ismail Xavier. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

XAVIER, Ismail. (Org.). *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Graal/Embrafilmes, 2008.

_____. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

**FUMETTI COM FILOSOFIA:
UMA LEITURA DE DYLAN DOG
À LUZ DE NIETZSCHE E SCHOPENHAUER**

Ronaldo Vinagre Franjotti (UFMS/SED-MS)

tutor.franjotti@gmail.com

Taís Turaça Arantes (UEMS)

taistania@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa uma história em quadrinhos italiana, *Fumetti*, especificamente de um personagem chamado Dylan Dog. A história em questão trata da discussão e construção de valores éticos para a sociedade contemporânea. Por isso, o texto se vale da filosofia de Nietzsche e de Schopenhauer para, em obras como *A Genealogia da Moral* e *O Mundo Como Vontade e Representação*, respectivamente, tecer sua análise. Os pensadores supracitados são marcados pela busca de um conceito de moral e, para alguns autores, pela anulação da(s) mora(l)is vigente(s). Dylan Dog é esse super-homem nietzschiano que transcende a moral comum e elege seus próprios valores.

Palavras-chaves: Dylan Dog. *Fumetti*. Filosofia. Schopenhauer. Nietzsche.

1. Introdução

Os quadrinhos italianos tiveram seu início cronológico em 27 de dezembro de 1908, em um suplemento dominical infantil do famoso jornal *Corriere Della Sera*. Seu formato era o mesmo das tiras de quadrinhos norte-americanas, repletas de balões que, por serem semelhantes a sinais de fumaça foram assim batizados: *Fumetto* ou *fumetti*. Nesse primeiro momento, todas as tiras possuíam aquele formato de história que se resolve em apenas uma tira. No princípio, ao contrário do que já se via nos Estados Unidos, as tiras italianas eram direcionadas apenas ao público infantil (o nome do suplemento era *Corriere dei Piccoli – Correo dos Pequenos*) e visavam uma simples distração lúdica.

Apenas na década de 30 surgiu a primeira revista dedicada, ainda voltada para o público infantil, totalmente aos quadrinhos: *Jumbo*, da editora Lotario Vechi. Mas é após a segunda grande guerra, período em que o país fica em frangalhos, que os editores passam a investir nos autores nacionais (para não pagar *royalties*) e surgem as revistas que narram aventuras de um personagem apenas. Em 1948, Gianluigi Bonelli edita

Tex Willer, o personagem *fumetti* mais famosos de todos os tempos, em vendagem e repercussão ao redor do globo.

Nas décadas seguintes, houve muita evolução e inúmeros personagens e revistas compuseram a glória do quadrinho italiano. Entretanto, nos deteremos, por conta do corte de nosso *corpus*, em um anti-herói que nasce em 1986: Dylan Dog. Esse personagem, fruto da mente de Tiziano Sclavi, compõe o arco de personagens da Bonelli Comics. Trata-se de uma história em quadrinhos de terror, um gênero conhecido na Itália como terror Gore ou Splatter – pois foca nos pontos chocantes como a dilaceração dos corpos e os borrifos de sangue (*to splatt* em inglês).

Dylan é um clássico cavaleiro solitário, um típico conquistador que nunca se satisfaz plenamente com as conquistas alcançadas. Suas histórias nunca possuem um “final feliz”, são permeadas por conclusões agrídoces, nas quais seus objetivos só são alcançados parcialmente. Aparentado como detetive da Scotland Yard, Dylan se apresenta como um detetive particular disposto a investigar o surreal – intitula-se o detetive do pesadelo. Seu auxiliar direto no combate ao sobrenatural é Groucho – um trapalhão viciado em humor grotesco que possui a aparência e os trejeitos do famoso comediante norte-americano Groucho Marx – é ele o contraponto humorístico do protagonista. Aliás, o próprio Dylan tem seu layout inspirado em outra figura real, o ator Rupert Everett.

A grande marca das histórias de Sclavi, por isso escolhemos uma delas, é o aprofundamento psicológico do horror, fundamentado em clássicos da literatura como Edgar Allan Poe, Bram Stoker, Mary Shelley, H. P. Lovecraft, Stephen King e Richard Matheson, dentre outros. Dylan é um homem moderno preso nos dilemas de uma Londres contemporânea. A história que analisaremos neste artigo revela bem esses traços: um garoto é encontrado e se descobre que sua deficiência não decorre de um problema genético, mas de uma espécie de experiência sádica. Dylan se vê obrigado a investigar o caso e, nesse intermeio, discute vários estereótipos modernos, como o da família burguesa aparentemente perfeita e da juventude perdida pela falta de valores éticos.

A busca por um norteamento moral, após a decadência dos valores cristãos que teve início a partir da reforma protestante, ainda é um dos maiores desafios da filosofia contemporânea. Por isso, escolhemos dois filósofos que trataram essa questão de pontos de vista semelhantes e que podem ser interligados ao *modus operandi* dos quadrinhos de Sclavi: Arthur Schopenhauer e Friedrich Nietzsche.

2. *Esboço sobre pessimismo em Schopenhauer e nilismo em Nietzsche*

Diferente de Kant e outros filósofos alemães, Schopenhauer, no que tange à sua estilística, possui uma linguagem simples, clara e direta em sua filosofia. Contudo, essa clareza não torna menos complexa a compreensão total de seus enunciados. Em *O Mundo Como Vontade e Representação*, o referido filósofo apresenta um mundo cientificista, de clara influência Darwinista, distante da premissa criacionista de um mundo surgido “do nada”. Para Schopenhauer, não há uma única realidade, por mais que sua base seja a observação empírica, mas cada indivíduo representaria seu próprio mundo a partir de sua vontade. O pessimismo, sugerido na primeira parte da obra *O Mundo Como Representação* se concretiza no segundo trecho: “O mundo como vontade: primeiro ponto de vista”. Isso ocorre, pois o autor parte da premissa que advém da vontade todo e qualquer sofrimento humano, e que, como escravos que somos de nosso instintos animalescos, não temos opção a não ser tentar satisfazer nossa vontade durante todo o tempo de nossa vida. A vontade está relacionada com o corpo, que assim como sente prazeres, também sente as dores. Como Sousa (2012, p. 115) explica,

O que, de fato, preenche a vida incide diretamente sobre nossa existência e essa, antes de qualquer furor de alegria, na visão schopenhaueriana é mordaz e desoladora. A vontade condenada a estar eternamente insatisfeita não encontra nada que a satisfaça; de forma astuciosa se mascara em mil fenômenos, persegue cada um sem descanso, esgota-os sem cessar.

A vontade sempre atuará sobre a vida e isso nunca levará a uma felicidade plena, no máximo, momentânea. Na visão pessimista de Schopenhauer, o indivíduo nunca verá suas vontades realizadas, os desejos nunca satisfeitos, os esforços sempre em vão, a esperança morta, demonstrando o quanto a vida é uma somatória de todas as negatividades do destino. (SCHOPENHAUER, 2001)

Nietzsche, que foi inspirado por tal filósofo, também nutriu uma visão dura da realidade e destilou uma filosofia pessimista. Ao tratar do conceito de “bom” (bondade), ele apresenta definições diferentes do termo, entre essas definições, as que se ligam à etimologia da palavra em diversas línguas, pelo qual o filósofo explana ser a “indicação do caminho certo” para a sua dissertação. (NIETZSCHE, 2009)

Destarte, a transformação conceitual da palavra está radicada em um sentido social de nobre de “aristocrático”, o que faz entender que o conceito de ruim está ligado a “plebeu” e “comum”. Ainda nessa pers-

pectiva, é apontado que as origens do signo “bom” enalteciam “os nobres” por lhe fazerem sentirem superiores devido a essas raízes etimológicas. Em suma, o bom e o mau se equivalem as classes rivais, tais como: o nobre e o escravo; o sacerdotal e o guerreiro (subdivisão da classe dos nobres). (*Idem*)

Nesse contexto, uma profunda discussão acerca desses conceitos permeia o sentido da moral para escravos e para senhores, enquanto para os primeiros a moral se caracteriza como um ressentimento que os faz se compararem com os outros que lhe são superiores para serem felizes, para os últimos, não há ressentimento, pois a moral é nata, vinculada à hereditariedade. O esboço elaborado é o do ressentimento, pois só os nobres são bons, contudo há a inversão de valores a partir da noção criada pelo pensamento de que bom é aquele que é o inferior e não quem é superior, o mau, que inferioriza o mais fraco. No que tange a essa questão dessa primeira dissertação, Nietzsche a trabalha de forma dualística em uma acepção de que o inferiorizado é quem sofre em comparação ao nobre.

A partir dessa negação da bondade no nobre que se estabelece a relação do ressentimento e niilismo, como explica Pacheco (2013, p. 55) que:

O filósofo alemão está se referindo a um niilismo presente no “agora”, isto é, na própria contemporaneidade de Nietzsche, que, fazendo referência a um esgotamento de ânimo frente ao homem, estabelece a genealogia do niilismo, historicamente falando, desvinculada de uma gênese primordial dos valores, seja dos nobres, seja dos escravos.

Partindo da famosa premissa “Deus está morto”, podemos observar em Nietzsche a desconstrução do ideal platônico, aqui representado pelo Deus Cristão, que é a marca inicial do niilismo. Para o filósofo, a morte de Deus e a descoberta da perda de verdade são os fundamentos para uma tomada de consciência niilista que exige uma resposta. Essa resposta, Nietzsche biparte em dois tipos: o niilista reativo – paralisado e ressentido pela ausência dogmática que até então o movia – e o niilista ativo – que assume a aceitação dessa perda da verdade, mas dela extrai forças para se libertar e tornar-se o próprio criador de seu sistema valorativo. Esse é nosso ponto de apoio para a reflexão sobre o *corpus* escolhido, Dylan é um herói pós-morte de Deus, seus valores são construídos por ele mesmo (como sugere Nietzsche) e derivam de sua percepção da realidade, da representação de sua vontade (conforme nos ensina Schopenhauer).

3. *Análise do corpus*

Escolheu-se como corpus o *fumetti* “Dylan Dog – Johnny Freak”, lançado no Brasil em 2001 pela editora Conrad. O objetivo é analisar o comportamento das personagens, tanto do protagonista quanto da família biológica da personagem Johnny Freak, a partir do niilismo de Shopenhauer e Nietzsche.

Sobre as informações técnicas, o roteiro é de Mauro Marcheselli e Tiziano Sclavi. A arte ilustrativa da capa é de Mike Mignola (vide figura 01) e os traços são de Andrea Venturi (vide figura 02). A presente edição foi lançada originalmente em 1993²³, e, no Brasil, em 2001, em um box especial que reunia seis histórias da personagem, sendo Johnny Freak o primeiro deles.

No que concerne à narrativa, trata-se de uma aventura em que Dylan Dog ajuda Johnny Freak, um menino deficiente que durante a narrativa é mostrado como alguém cruelmente vitimado pela família em que estava inserido e, ainda assim, moralmente superior a ela.

O *fumetti*, em um primeiro momento apresenta a rotina de um menino sem pernas e silencioso (mais tarde o leitor perceberá que ele é mudo) que é tratado como um animal, que vive dorme dentro uma caixa, vive preso em um quarto e tem o seu alimento servido em uma tigela de cachorro. Os fatos começam a se desenrolar quando Johnny Freak percebe um incêndio no quarto onde vive preso e empreende uma fuga em meio às chamas.

Após conseguir fugir, ele se vê em um parque sozinho e com fome. Ao perceber que uma senhora dá alimentos aos cães que também estão abandonados no parque, ele se aproxima, após a saída da idosa, e também começa a se alimentar. Há então uma presença do fantástico pois um dos cães aparece na porta de Dylan e o arrasta para o parque.

O cachorro, no primeiro momento, guia o herói até uma cadelinha morta, cercada por vários cães abandonados (depois é explicado que o irmão mais novo do garoto perdido é quem maltratava os animais juntos com os colegas), depois o cão leva Dylan para onde Johnny está escondido.

23 Disponível em: <<http://texbr.com/dylandog/italia/serieregular/dyd001ao100.htm>>. Acesso em: 08-2015.

Ao encontrá-lo Dylan fica surpreso e o menino assustado. A reação inicial do protagonista reforça o caráter de novidade na perspectiva moral, ao invés de se assustar com a figura horrenda desse menino deficiente, sujo e assustado, a reação inicial é compreensão e carinho. Dylan o encaminha a um hospital e lá constata, ao conversar com um médico, que ele surdo-mudo de nascença, mas não nascera aleijado. Suas pernas foram amputadas, bem como removidos cirurgicamente um rim e um pulmão. O mais fantástico da narrativa é que, segundo o médico, não havia nenhum motivo, presumisse que todas as partes removidas eram saudáveis.

A partir desse encontro, Dylan coloca o nome de Johnny no garoto e o leva para a casa. Quando a mídia repercute a notícia, apresenta o menino com a alcunha de Freak (monstro, aberração em inglês). Nesse tempo, aparecem aqueles que seriam os pais biológicos de Johnny, alegam que o menino fora sequestrado quando criança e, por ordem da justiça, eles conseguem levá-lo de volta para casa. Dylan descobre que é essa família, sua verdadeira família biológica, que o manteve como um animal em cativeiro e que efetuou as cirurgias. Os pais de Johnny eram ricos e usavam o menino (filho bastardo apenas da esposa) como repositório de órgãos para o meio irmão, filho legítimo do casal que nascera como uma rara doença degenerativa. O texto adquire então um intenso viés filosófico e moralista. Os pais de Johnny são um casal de médicos – aparentemente ateus – que não veem problema algum em molestar e extrair os órgãos do bastardo com a finalidade de salvar seu filho legítimo. Eles são o que poderíamos chamar, segundo a perspectiva de Nietzsche, de niilistas reativos. Para esse casal, a ausência de um Deus cristão, moralizador, resultou na percepção de que, como diria Ivan Karamazov, “tudo é permitido”. Não há remorso, nem moral, só a moral do mais forte.

Dylan é o representante do outro viés, ele não depende de um Deus moralizador também, mas é um niilista ativo – enxerga por si próprio a necessidade de construir sua moral e sistema de valores, dentre eles, o principal é a compaixão. O embate continua na figura do meio irmão de Johnny, um jovem inconsequente e violento que, junto com os colegas, vai regularmente ao parque para matar cães abandonados a pauladas e vandalizar o local.

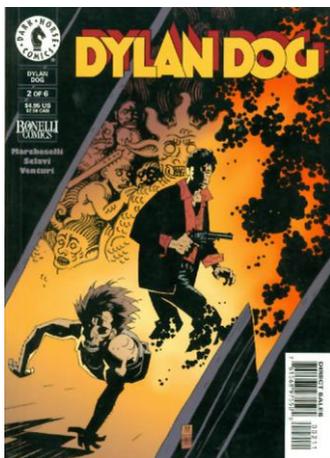
Dougal, o meio irmão, se revela o fruto amadurecido do niilismo reativo dos pais. Ele só pensa suas necessidades e prazeres imediatos, um escravo de sua vontade, como diria Schopenhauer. Descobrimos ao longo

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

da narrativa que foi ele quem incendiou o esconderijo do garoto e que sente nojo por depender dos órgãos de um Freak.

Ainda assim, o casal, quando reouve a guarda do menino, tenta remover-lhe o coração para Dougal que tivera uma recaída. Dougal se recusa e, na cena final, tenta assassinar o meio irmão no parque. Dylan aparece e eles lutam. Desarmado, o herói está prestes a receber um tiro de escopeta de Dougal quando Johnny entra na frente e acaba levando o tiro. O menino também, apesar de todo o sofrimento e das limitações que lhe são impostas, é outro exemplo de niilista ativo – ele não se amargura, desenvolve por Dylan um afeto filial e se sacrifica pelo protagonista. Ferido e ciente de sua morte iminente, Johnny ainda reúne forças para dizer que gostaria de doar seu coração para o meio irmão doente.

Dylan se recusa a aceitar essa postura, mas cede ao último desejo do garoto e comunica o médico responsável. O episódio se encerra com a cena da autorização da doação. A prisão de toda a família biológica fica subentendida. Dylan sai do hospital ao nascer do sol. Esse final apoteótico sugere também o nascimento de uma nova ordem moral e o prosseguimento da vida – não mais fundada em um valor judaico-cristão, mas erigida nos valores construídos pelos próprios indivíduos.



(Fig. 01 – Capa da edição brasileira)



(Fig. 02 – Traços do desenho de Andrea Venturi)

4. *Considerações finais*

Com esse breve exposto sobre os *fumetti* e Dylan Dog e a relação feita com os mesmos a partir de bases teóricas da filosófica, constatou-se que não somente os quadrinhos italianos, como também outras histórias do gênero podem ser abordadas como *corpus* para uma pesquisa acadêmica. Percebemos que elas não devem nada à profundidade filosófica de muitas obras renomadas da literatura mundial, tanto que vários escritores e teóricos, como Umberto Eco, já se debruçaram sobre o fenômeno dos quadrinhos para os analisar.

Constatamos também que a história abordada, por seu caráter contemporâneo, reflete a intensa necessidade que a sociedade do século XX vivia, e podemos dizer que ainda vivemos no século XXI, de buscar referências morais para conduzir sua práxis. Dylan é o exemplo de que o niilismo decorrente do inevitável desgaste dos valores cristãos não deve conduzir necessariamente a um vale-tudo ideológico – como observamos nos pais de Johnny Freak. Ele é aquele que, mesmo ciente de que o mundo deriva de sua própria vontade apenas, escolhe erigir valores além de seu próprio bem-estar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LEFRANC, Jean. *Compreender Schopenhauer*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- PACHECO, Juarez de Oliveira. *Perspectivas acerca do niilismo na genealogia da moral*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo.
- REDYSON, Deyve. Schopenhauer e a metafísica do pessimismo. *Princípios*, Natal, vol. 15, n. 23, p. 255-269, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.principios.cchla.ufrn.br/arquivos/23P-255-269.pdf>>. Acesso em: 08-2015.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e representação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- SOUSA, Karla Samara S. Principais elementos do pessimismo Schopenhaueriano. *Revista Lampejo*, n. 02, p. 114-129, out/2012. Disponível em: <http://revistalampejo.apoenafilosofia.org/edicoes/edicao-2/artigos/Artigo11_Karla_114_a_129.pdf>. Acesso em: 08-2015.
- SOUSA, Mauro Araujo de. *Nietzsche e a genealogia da moral: uma obra-chave no pensamento nietzchiano*. São Paulo: Zagodoni, 2014.

Iconografia

Fig. 1 – Capa da edição brasileira. Disponível em: <http://36.media.tumblr.com/tumblr_mc9xr9JqeH1rtvykco1_500.jpg>. Acesso em: 08-2015.

Fig. 2 – Traços do desenho de Andrea Venturi. Disponível em: <http://1.bp.blogspot.com/_oV2dh0_UuTg/UUZab6XIHxI/AAAAAAAAADA/NvaKEg1RuIM/s400/jhonny-freaks.jpg>. Acesso em: 08-2015.

GÊNEROS TEXTUAIS: UM RECURSO FACILITADOR NO ENSINO DE QUÍMICA

Kamila Teixeira Crisóstomo (UNEF)

kamila18bj@gmail.com

Leila Alves Vargas (UNEF)

leilinhaalves@yahoo.com.br

RESUMO

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, publicados em 1998, apontam uma necessidade latente de se trabalharem os gêneros textuais na escola, como uma nova possibilidade ao ensino meramente tradicional que era feito. Os gêneros textuais, hoje, de acordo com a linguística textual, são fundamentais para o ensino e aprendizagem das mais variadas disciplinas. Autores como Marcuschi (2008), Bakhtin (2003), Bronckart (2003) trabalham com essa temática e mostram a importância de se considerar o seu uso na escola. Diante disso, o presente artigo tem por objetivo mostrar como o uso dos diferentes gêneros textuais pode tornar-se um instrumento facilitador no ensino de química. De fato, uma das características dessa disciplina é o uso de uma linguagem puramente técnica e de difícil compreensão para a maior parte dos educandos. Os termos e expressões comuns nesta ciência estão pouco presentes no cotidiano do aluno. Somado a isso, encontramos muitos professores que utilizam apenas livros didáticos como recurso de ensino, o que dificulta ainda mais o processo educativo. Muitos educadores acreditam que o livro é um instrumento único de ensino e não ousam buscar recursos complementares. Diante desse cenário, este trabalho sugere a utilização de diversos gêneros textuais na abordagem dos conteúdos de química, a fim de facilitar o processo ensino-aprendizagem. A utilização de diferentes textos apresenta-se como significativa alternativa para proporcionar um ensino mais interessante, útil e prazeroso.

Palavras-chave: Ensino. Química. Gêneros textuais.

1. Introdução

Ser professor nos dias atuais, em que o crescimento tecnológico mostra-se cada vez mais acelerado, não é tarefa fácil, uma vez que é praticamente impossível competir com os atrativos que tais tecnologias oferecem. Nesse sentido, ser professor de química pode ser algo ainda mais difícil, já que a disciplina é rotulada como difícil, com expressões e fórmulas complexas, além dos professores carrascos.

Diante desse cenário, fica evidente a necessidade, cada vez mais acentuada, de se buscarem recursos que facilitem a aprendizagem do aluno, retirando esses pré-conceitos que os educandos trazem consigo, com a finalidade de mostrar-lhes que o estudo de química pode sim ser praze-

roso e que esta ciência está muito mais presente em suas vidas do que podem imaginar.

O professor precisa de se conscientizar da necessidade de romper com o ensino tradicional, pautado, na maioria das vezes, em livros didáticos, e oferecer aos alunos uma “química” contextualizada e significativa.

É nesse contexto que, através de um trabalho interdisciplinar com a língua portuguesa, este artigo propõe a utilização de diferentes gêneros textuais (gêneros textuais) como um instrumento facilitador no ensino de química.

2. *Uma visão geral sobre o ensino de química*

Quando se pergunta aos alunos o que eles pensam sobre estudar química, não é de se espantar quando se ouvem respostas como “é muito difícil”, “não entendem nada que seus professores explicam” ou “os professores são carrascos”. Infelizmente, a química é passada para o educando de forma descontextualizada, com cunho meramente tradicional, o que gera um nível de dificuldade relativamente grande. Para Fazenda (2005, p. 16),

Os currículos organizados pelas disciplinas tradicionais conduzem o aluno apenas a um acúmulo de informações que de pouco ou nada valerão na sua vida profissional, principalmente porque o desenvolvimento tecnológico atual é de ordem tão variada que fica impossível processar-se com a velocidade adequada a esperada sistematização que a escola requer.

O fato é que esse acúmulo de informação, desordenada e desvinculada das vivências diárias, pouco acrescenta na vida do aluno. E o resultado disso, na maioria das vezes, é um processo ensino-aprendizagem baseado em decorar conceitos que em poucos dias serão esquecidos.

Entretanto, esse não é o objetivo da educação, pois a escola deve trabalhar a fim de formar cidadãos críticos e aptos a encarar o mercado de trabalho.

As tradicionais e, muitas vezes cômodas – para o professor – aulas expositivas precisam de uma vez por todas dar lugar ao ensino contextualizado e significativo, desenvolvendo, assim, a criticidade do aluno. Conforme os *Parâmetros Curriculares Nacionais*,

As competências e habilidades cognitivas e afetivas desenvolvidas no ensino de química deverão capacitar os alunos a tomarem suas próprias decisões

em situações problemáticas, contribuindo assim para o desenvolvimento do educando como pessoa humana e como cidadão. Para seguir o fio condutor aqui proposto para o ensino de química, combinando visão sistêmica do conhecimento e formação da cidadania, há necessidade de se reorganizar os conteúdos químicos atualmente ensinados, bem como a metodologia empregada. Considerando-se, entretanto, que o ensino de química praticado em grande número de escolas está muito distante do que se propõe, é necessário então que ele seja entendido criticamente, em suas limitações, para que estas possam ser superadas.

Entretanto, mesmo após a publicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, vemos que pouco se mudou na metodologia e maneira como os conteúdos químicos são abordados.

O ensino de química deveria levar o educando a pensar criticamente, buscar respostas, investigar, passando, assim, do *status* de pavorosa para prazerosa. Porém, como já dito, essa não é a realidade encontrada na escola, já que a exposição de fórmulas, nomenclaturas difíceis e conceitos abstratos predominam na sala de aula.

Irônico é pensar que uma ciência tão rica, que tanto poderia ser explorada, de forma a se aproximar do dia a dia do aluno, acaba se tornando um tormento, para muitos.

Essa descontextualização do ensino gera grandes dificuldades para o educando que, apesar de só ter um contato mais direto com a química no ensino médio, já chega com esse pavor pela disciplina antes mesmo de conhecê-la.

Outro ponto que deve ser repensado diz respeito à carência de um ensino interdisciplinar. Pouco, ou nada, se tem visto na prática docente e nos livros didáticos sobre o trabalho interdisciplinar, a fim de promover a interação entre as disciplinas, fazendo com que as mesmas se tornem aliadas no processo ensino-aprendizagem, facilitando, assim, a vida escolar do aluno.

O ensino de química tem ficado limitado aos livros didáticos, que são pouco contextualizados e quase nada interdisciplinares. Para se ter uma dimensão da situação, ao se observar a análise do conteúdo “Ácidos e Bases” em três livros utilizados no ensino médio, não encontramos nenhum que se mostrasse de forma contextualizada e interdisciplinar. As atividades neles propostas são mecânicas, partindo do princípio de se decorar fórmulas e nomes de compostos, sem fazer conexões com o mundo além da sala de aula.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Os livros analisados foram: *Química na Abordagem do Cotidiano* – Francisco Miragaia Peruzzo e Eduardo Leite do Canto; *Química* – Ricardo Feltre; *Química: Ser Protagonista* – Julio Cezar Foschini Lisboa. Vale ressaltar que tais livros são utilizados na rede privada, estadual e federal de ensino.

Essa realidade encontrada nos livros didáticos, somada à falta de comunicação entre os profissionais de uma mesma escola, acaba fragmentando o ensino, que deveria ser interdisciplinar. Para Lück (1995):

Surge como uma demanda cada vez mais clara e evidente entre os educadores a necessidade de se promover e superar essa fragmentação, em busca de uma visão e ação globalizadora e mais humana. Aliás, essa consciência não se restringe apenas ao ensino. Ela se manifesta nas múltiplas áreas de atuação humana.

É a partir da necessidade dessa ação globalizadora, interdisciplinar e integrada, a fim de promover um ensino mais eficiente, que se reflete, aqui, sobre a importância de se buscarem, na língua portuguesa, os gêneros textuais como recurso facilitador no ensino de química.

3. *Gêneros textuais e ensino de química*

Entende-se por gênero textual toda forma de texto, oral ou escrita, que possui linguagem própria e características diferenciadas. Os gêneros textuais marcam presença constante em nosso cotidiano, seja em uma notícia jornalística ou até mesmo em um diálogo.

A utilização de gêneros textuais na aula de química deve estar no contexto do assunto trabalhado naquele momento, a fim de oferecer ao educando a oportunidade de compreender o conteúdo e não, decorá-lo para fazer uma prova.

É fato que, ao utilizar os gêneros textuais na sala de aula, o professor proporcionará a sua turma a oportunidade de compreender melhor os conceitos de química. Entretanto, este não será o único benefício para os educandos, já que, ao ter contato com diferentes gêneros textuais, eles irão exercitar a habilidade de interpretar e compreender diferentes tipos de textos, desenvolvendo o senso crítico e a capacidade de interagir ativamente com o meio social no qual estão inseridos.

Sendo assim, ao introduzir diferentes gêneros textuais em suas aulas, o professor, além de facilitar o ensino de química, ajudará a preparar o educando para viver em sociedade, interagindo com a mesma. Como se

pode observar, a leitura deve estar inserida em sala de aula não apenas nas aulas de português.

Os gêneros textuais possuem características próprias, porém não são estáticos. Eles mudam ao longo do tempo, de acordo com as necessidades que a sociedade possui no momento. Segundo Bronckart (2003, p. 72), “os textos são produtos da atividade humana e, como tais, estão articulados às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais no seio das quais são produzidos”.

Dessa forma, percebe-se que os gêneros textuais estão diretamente ligados à comunicação entre os indivíduos e diferentes gêneros vão surgindo ou substituindo outros a fim de facilitar o contato social. Os gêneros textuais são apontados por Marcuschi, (2008, p. 149) como “um artefato cultural importante como parte integrante da estrutura comunicativa de nossa sociedade”.

Essa característica de adaptação dos gêneros às necessidades humanas é muito interessante, pois o ser humano está em constante transformação e, acompanhando essas transformações, sempre existirão novas exigências e necessidades de comunicação. Como afirma Bakhtin, (2003, p. 262), “são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana” e os gêneros textuais são capazes de se adequar à essas inesgotáveis possibilidades.

Ao introduzir diferentes gêneros textuais em suas aulas, o professor poderá facilitar o processo ensino-aprendizagem e fazer com que a química deixe de ser um fardo para os alunos. A maioria dos livros didáticos não explora essa diversidade de textos, ficando restritos a textos puramente técnicos.

O que se propõe aqui é uma diversificação, uma fuga do ensino tradicional. A utilização de receitas culinárias e cartas, por exemplo, podem parecer distantes dos conteúdos de química, porém são dois diferentes gêneros textuais que podem ser explorados e que certamente chamarão a atenção dos alunos, já que estão inseridos no seu cotidiano e é diferente daquilo que eles estão acostumados a ver nos livros didáticos. Para lecionar química orgânica ou bioquímica, por exemplo, pode-se utilizar uma bula de remédio para que a turma veja que muitas daquelas fórmulas, nomes e propriedades que estudam estão presentes em um simples comprimido para dor de cabeça. Sem contar com as charges, que fazem do humor um aliado na abordagem dos conteúdos, das quais os educandos tanto gostam.

Assim, pode-se observar que a utilização de gêneros textuais pelos professores de química mostra-se como um rico recurso didático a fim de facilitar o ensino e aprendizagem da disciplina.

4. Metodologia

Para a realização desse artigo, fizemos um levantamento bibliográfico de textos, periódicos e livros de autores que discorrem sobre o uso de gêneros textuais e sobre a importância de um ensino interdisciplinar e contextualizado.

Além da pesquisa bibliográfica, analisamos livros de química utilizados no ensino médio, a fim de verificar se são interdisciplinares e se oferecem aos alunos um ensino voltado para o desenvolvimento da autonomia e consciência crítica do educando.

5. Resultados e discussões

A discussão principal acerca desse trabalho está maneira como a disciplina química é ensinada nas escolas. Esse ensino, quase sempre, é descontextualizado e abstrato, com fortes marcas de uma didática tradicional. Através de levantamento bibliográfico, considerando-se autores que defendem o uso e a importância dos gêneros textuais, entende-se que os mesmos podem ser amplamente utilizados nas aulas de química, como recurso facilitador de ensino. Observou-se, ainda, a grande importância de um ensino interdisciplinar, baseado no cotidiano do educando.

6. Conclusão

O ensino de química tem-se mostrado como algo enfadonho para os alunos. As cansativas aulas expositivas, que ainda estão muito presentes no processo ensino-aprendizagem, pouco contribuem para o crescimento pessoal e social do educando.

Acredita-se, portanto, que é necessário que as aulas de química sejam repensadas, buscando auxílio em outras disciplinas e no cotidiano do aluno, a fim de oferecer um ensino que faça sentido para o discente.

Como alternativa para uma mudança efetiva, pode-se apontar o uso de gêneros textuais na sala de aula, que além de romper com o tradi-

cional, mostra-se como uma maneira de oferecer um ensino mais concreto e próximo da realidade do aluno, que contribua na formação de sua cidadania e autonomia, já que a leitura é um importante instrumento para se alcançarem tais habilidades.

O uso de diferentes gêneros textuais deve ser visto como um recurso facilitador no ensino de química, como algo que, se bem explorado pelo professor, é capaz de aproximar a química do cotidiano do aluno.

Enfim, a utilização dos gêneros textuais pode ser entendida como um trabalho interdisciplinar, em que química e língua portuguesa se unem para oferecer ao educando um ensino de qualidade e significativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKTHIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 2011.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: Educ, 2003.

FAZENDA, Ivani. (Org.). *Práticas interdisciplinares na escola*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LÜCK, Heloisa. *Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gênero e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

**IDENTIDADES PERFORMATIVAS DE GÊNERO E DE RAÇA:
PARA ALÉM DA REPRODUÇÃO
DAS IDENTIDADES ESTÁVEIS
E DOS SABERES HEGEMÔNICOS**

Eliana Sambo Machado (UFOP)

elianaufop@gmail.com

Kassandra da Silva Muniz (UFOP)

kassymuniz@gmail.com

RESUMO

Este artigo pretende discutir as identidades sociais de gênero e de raça com base nos estudos das relações raciais e de gênero problematizando as posições hegemônicas e o lugar histórico da raça branca na sociedade. Para tal, refletimos sobre a visão *performativa* da linguagem, com base nas discussões de autores como Ottoni (2002), Rajagopalan (2010), Pinto (2007) entre outros, sobre a teoria dos atos de fala do filósofo Austin (1990). O objetivo central é refletir sobre as identidades sociais como *performativas*, no sentido austiniano, questionando as identidades hegemônicas de gênero e de raça e a suposta neutralidade do fazer científico.

Palavras-chave: Identidade. Performatividade. Raça. Gênero.

1. Introdução

O presente trabalho propõe trazer discussões teóricas que mostram as articulações entre as identidades sociais de gênero e de raça com a linguagem questionando posições hegemônicas que reduzem os sujeitos e as suas subjetividades, às identidades estanques baseadas em dicotomias como negro/branco, homem/mulher, entre outras visões que reduzem às identidades a pares binários. Para tal, tomamos como base, a visão *performativa* da linguagem compreendida a partir da teoria dos atos de fala do filósofo Austin (1990) para pensar, entre outras questões, como a linguagem constrói identidades que não se limitam às dicotomias do tipo verdade/falsidade. Além dessa perspectiva teórica, nos debruçamos sobre os estudos raciais e de gênero presentes tanto no Brasil, como lá fora, refletindo sobre os deslizamentos de sentidos desses conceitos e problematizando as identidades de gênero e de raça compreendendo-as como histórias e sociais.

Trazemos na inicialmente, as discussões sobre a visão *performativa* da linguagem, focando nos deslocamentos realizados pelo linguista norte americano J. L. Austin, dentro da própria filosofia, como também

da linguística. Para tal, nos baseamos nas releituras de Ottoni (2002) e Rajagopalan (2010), focando as possibilidades de pensar a linguagem ordinária presente no mundo concreto. Em seguida, trazemos as discussões sobre gênero tentando apresentar alguns sentidos para tais conceitos ressaltando a relação entre corpo e linguagem, com base em autoras como Judith Butler (2003) e Pinto (2007). Na seção seguinte, nos apoiamos nas discussões antropológicas e sociológicas sobre o termo raça, pensando, principalmente, na raça branca a fim de questionar suas posições hegemônicas. Por fim, nos atemos às discussões do fazer científico a da suposta neutralidade da produção do conhecimento dentro do campo da linguística. (RAJAGOPALAN, 2003)

2. A visão performativa da linguagem

A linguagem pensada a partir da *teoria dos atos de fala*, do filósofo Austin, extrapola o sistema da língua para enfatizar a linguagem ordinária, ou seja, para conceber os fatos da linguagem e não as restrições da língua no sentido saussuriano que garante uma “apreensão mais segura” (PINTO, 2002) do objeto de pesquisa estudado. Deste modo, buscamos elucidar não as restrições da língua, mas as possibilidades de pensar a língua em uso.

Austin (1990) propõe uma visão radical da língua ao compreender os enunciados não mais em termos de verdade ou falsidade, mas, sim, como enunciados *performativos*, abalando a noção de verdade sempre central e presente na filosofia. Diante disso, a ideia de que existiria uma linguagem formal e ideal, bem como sujeitos ideias, é rompida a partir da noção de que os enunciados *performativos* existem para *fazer* e não descrever ou constatar algo no/sobre o mundo. Nesse sentido, concebemos a linguagem como “forma de ação” no sentido proposto pela *teoria dos atos de fala*, quando o *dizer é fazer*. Essa noção de linguagem presente no conceito de *performativo* implica pensar que, quando enunciamos, estamos praticando uma ação e, portanto, seu sucesso ou fracasso só pode ser analisado no ato praticado, ou seja, vai depender das circunstâncias do *ato de fala* produzido. (OTTONI, 2002, p. 128)

Austin (1990) introduz o conceito de *performatividade* como pronunciamentos diferentes daqueles que *constatam* algo sobre o mundo, como quando alguém pronuncia, por exemplo, “o céu é azul!”. Tal elocução pode ser analisada em seu valor de verdade ou de falsidade; o mesmo não acontece, por exemplo, com elocuições do tipo “É um menino!”, por-

que não se trata de descrever o gênero da pessoa, mas nomear, agir sobre tal pessoa impondo-lhe determinada identidade e comportamento culturalmente disponível no mundo social.

Segundo Ottoni (2002), uma das coisas que está em jogo no pensamento de Austin é a concepção de referência que difere do modo como essa noção é tratada na filosofia tradicional, segundo a qual, a referência estabelece uma “relação biunívoca entre linguagem e mundo” (OTTO- NI). Diferente dessa última noção, “Posso dizer *eu prometo...* e produzir, consciente ou inconsciente, por exemplo, uma ameaça; ou seja, não há mais lugar para fazer uma distinção entre sentido e significado das palavras quando se trata da performatividade”. (OTTONI, 2002, p. 128)

Nesse sentido, a noção de referência faz parte de um contrato (*uptake*) que garante que o objetivo do interlocutor, no ato proferido, seja assegurado entre seus interlocutores, de modo que a sua intenção (*ato ilocucionário*) será realizada apenas na situação do ato de fala, no momento da interação que é a própria noção de *uptake*. De modo geral, essa última noção permitiu descentrar a visão de sujeito “no sentido transcendental do termo”, como argumenta Ottoni (2002), pois, o conceito que estamos discutindo identifica o sujeito através da ação, no ato de fala realizado, na sua *performatividade* e não em sua estabilidade. Nessa perspectiva, não há mais lugar para uma visão de linguagem baseada na separação objeto-sujeito e, portanto, o sujeito é compreendido em sua relação com a linguagem, pois o “eu” se constitui no momento da enunciação, na interlocução.

3. *Identidades, corpo e linguagem*

Partimos do pressuposto defendido por algumas teóricas feministas de que a subjetividade se constrói por meio da linguagem e dos discursos, “meios pelos quais se organizam a dominação cultural e a resistência” (RAGO, 2013, p. 31) ou, ainda, como nos provoca a feminista Gloria Anzaldúa (2009), “a identidade étnica e a identidade linguística são unha e carne- eu sou minha língua” (ANZALDUÁ, 2009, p. 312). Tal afirmação pode ser interpretada, de modo geral, com base nas discussões da feminista Butler (2013) ao dizer que, quando estamos enunciando estamos nomeando e atribuindo aos sujeitos, identidades “sócio- historicamente construídas”. Nesse sentido, Anzaldúa (2009) discute os efeitos dominantes da língua colonizadora europeia que pode “ferir” ao ser utilizada como uma arma que oprime, envergonha e humilha as pessoas, im-

pondo limites e fronteiras sobre línguas “julgadas como estrangeiras” que “não poderiam ser faladas”; vozes “fora da lei”, falas “renegadas”, como a língua dos africanos escravizados nos Estados Unidos, forçados à utilizar a “língua do opressor” como meio de reexistência refazendo as fronteiras da “conquista e da dominação”. (HOOKS, 2008, p. 858). Butler (2013) traz tal argumento, com base na teoria austiniana dos atos de fala, quando o *dizer é fazer* e, nesse sentido, as identidades construídas na/ pela linguagem (RAJAGOPALAN, 2003) estão no plano do *performativo* e não do *constativo*. Nesse sentido, compreendemos a linguagem e a sua manifestação discursiva como prática social que permite agir e transformar lugares de poder e desvelar ideologias ocultas. A linguagem, portanto, pode ser ação que supera a “tradição do silêncio” imposto por discursos que por exemplo, privam as mulheres de marcarem o feminino em determinadas palavras, em detrimento do masculino, a despeito da cultura chicana em que as mulheres usam “*nosotros* sejam machos ou fêmeas” (ANZALDAUÁ, 2009, p. 306). Apesar desse uso, a autora narra que ficou chocada quando ouviu uma porto-riquenha e uma cubana usando o termo “*nosotras*”, ao invés do termo “*nosotros*” imposto como única possibilidade de marcar a primeira pessoa do plural. Tais exemplos nos conduzem a algumas afirmações: a primeira relacionada ao uso de “*nosotros*” que contribui para legitimar a afirmação de que “a linguagem é um discurso masculino” que ao silenciar outras formas de existir, em detrimento do signo universal masculino, torna não apenas a língua de um sujeito ilegítima, mas sua própria identidade, pois, a língua está conectada às identidades, já que, por meio delas somos capazes de “comunicar realidades e valores verdadeiros para” nós mesmas (ANZALDUÁ, 2009, p. 307). A segunda afirmação, diz respeito ao uso inesperado do termo “*nosotras*” que vai ao encontro da afirmação anterior sobre a linguagem como lugar de ação e transformação das posições de poder e das ideologias, ou seja, ao entendermos a linguagem como *performativa*, compreendemos que sua ação possibilita aos sujeitos deslocarem os sentidos que se fixam sobre eles a partir de usos impostos como o “*nosotros*”.

A crítica de Andaldú (2009) em relação à linguagem e às posições de gênero que são impostas nela e por meio dela, conduz nossa discussão sobre o uso da categoria gênero. Tal uso deve ter como função a possibilidade política para que o termo não se reduza às essências biológicas do ser, a partir do determinismo biológico anteriormente previsto pelo uso do termo “sexo” compreendido como “ficção linguística produzida e disseminada pelo sistema da heterossexualidade compulsória, num esforço para restringir a produção de identidades em conformidade com o

eixo do desejo heterossexual” (BUTLER, 2013, p. 50). Dessa forma, o termo dá lugar ao uso social do “gênero” para sublinhar a possibilidade simbólica e não biológica de representação, tanto do homem, quanto da mulher. É urgente entender o termo gênero como estratégico e fictício para que tais identidades possam sobreviver dentro do sistema heteronormativo, em que os sujeitos são nomeados e se tornam aquilo que a sociedade concebe como dentro da normatividade, ou seja, a identidade de gênero da pessoa deve se conformar com o seu sexo. Por outro lado, o seu corpo pode ressignificar tais posições normativas reagindo à lei imposta de modo a subverter o natural, o dado, extrapolando tal lógica dos sexos binários. Nesse sentido, é possível que os sujeitos sobrevivam dentro do modelo de gênero imposto, culturalmente, num primeiro sentido do termo. Em um segundo sentido, ligado a esse primeiro, o gênero enquanto categoria fictícia está relacionado ao fato da sociedade instituir sobre nossos corpos, gêneros produzidos como verdadeiros, uma vez que se trata de uma categoria que não é nem “verdadeira” nem “falsa”, mas, sim, “fabricada” como “efeitos de verdade de um discurso de identidade primária e estável”. (BUTLER, 2003 *apud* SALIH, 2013, p. 93). Diante disso, compreendemos o termo gênero como categoria analítica que se opõe ao determinismo biológico que define as identidades das pessoas pelo sexo delas, ou seja, define as representações do gênero (masculino ou feminino) de acordo com a anatomia dos sexos das pessoas.

O gênero se afirma enquanto categoria política e histórica que não se define de maneira coesa, principalmente, porque “estabelece interseções com modalidades raciais; classistas; étnicas; sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (BUTLER, 2003, p. 20) e que mantém e reproduz a noção de gênero em diferentes contextos. Assim, o papel da história faz-se de extrema importância para pensarmos a “redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas”. (SCOTT, 1989, p. 4)

4. *Identidades de raça: problematizando o lugar da branquidade*

Ao nos interessarmos pelo termo “raça”, cabe colocá-lo entre aspas por se tratar de um conceito entendido como construção social pensando em dois sentidos possíveis para tal emprego. (GUIMARÃES, 2002, p. 49). O primeiro deles está relacionado ao discurso científico do termo raça compreendido a partir de uma visão biológica que “prova”

que os homens brancos são superiores aos demais, estabelecendo a “crença na superioridade intrínseca ou natural de um grupo racial sobre os demais”. (DIJK, 2008, p. 74). Tal ideia é herdeira das volumosas publicações de estudos científicos do século passado e do desenvolvimento da ciência nesse período, marcado pela colonização e pela escravização de povos africanos. O segundo, diz respeito à ideia de “raça” ligada ao discurso social, ou seja, entendida como categoria analítica²⁴ que destaca as discriminações e desigualdades presentes nas práticas racistas da sociedade brasileira. Nesse último sentido, “raça tem existência nominal, efetiva e eficaz apenas no mundo social e, portanto, somente no mundo social pode ter realidade plena”. (GUIMARÃES, 2002, p. 50)

É interessante notar que, no Brasil, o termo raça permaneceu em silêncio no período de 1930 aos anos de 1970, sendo abolido dos discursos “erudito e popular”. No entanto, a luta constante dos movimentos negros ressignificou o uso do termo para combater práticas racistas atribuindo à raça que se define como branca a responsabilidade por tais práticas discriminatórias que até então não eram reconhecidas como discriminações motivadas por preconceitos raciais, pois havia e ainda há, em certa medida, o silêncio que nega as discriminações raciais. As consequências de tal silêncio contribuem para a formação de uma ideia homogenia da cultura brasileira e do que é ser “brasileiro”, além disso, naturaliza e universaliza a representação discursiva do branco como “norma de humanidade”. (DIJK, 2008, p. 82)

Negamos, desse modo, como Guimarães (2002) nos propõe a ideia de “raça” como biológica que constrói discursos opressivos de diferenças raciais e sexuais que se tornam em desigualdades e, defendemos, portanto, o uso do termo como “autoidentificação”. Esse último sentido, diz respeito ao significado político que, por exemplo, o “ser negro” assume a partir do momento em que alguém se identifica como negro; significa auto identificação que é ao mesmo tempo estratégica, pois se trata de afirmação e orgulho pela raça. Além de tal uso ser afirmativo, possibilita a “reivindicação pelos direitos” dos negros bem como a recontextualização do termo raça, por meio da linguagem, trazendo novos sentidos e novas formas afirmativas de existir. Portanto, “raça” é entendida como termo discursivo, político e social. (MUNIZ, 2009, p. 108)

²⁴ “usar a palavra *raça* de um modo analítico para compreender o significado de certas classificações sociais e de certas orientações de ação informadas pela ideia de raça”. (GUIMARÃES, 2002, p. 53)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

Partimos dos pressupostos presentes nos estudos das relações raciais no Brasil, caracterizada por duas particularidades; uma delas se refere à chamada “democracia racial” que diz respeito, de modo geral, a suposta convivência “pacífica” cultural, histórica e inter-racial dos brasileiros tidos como mestiços; e a outra, se refere a “afirmação da mestiçagem, presente em todas as famílias, como obstáculo biológico à polarização branco/negro”. (SOVIK, 2004, p. 376). Tais afirmações fazem parte das ideologias pouco explícitas sobre a *branquidade*²⁵ no contexto brasileiro e, implica, portanto, nossa releitura do termo atentando para visibilidade/marcação ou invisibilidade/não marcação (FRANKENBERG, 2004) da *branquidade*, tentando desestabilizar posições hegemônicas frequentemente expressas pela raça branca.

É preciso, antes de iniciarmos tais discussões, ressaltar a complexidade do tema da *branquidade*²⁶, devido às poucas discussões sobre esse conceito, principalmente, por ser um assunto que encontra teóricos interessados em diversas localizações geográficas, principalmente nos Estados Unidos, na Austrália, no Reino Unido e no Brasil. Desse modo, a complexidade se encontra, em certa medida, nas diferentes concepções e abordagens sobre os termos raça, racismo e identidades raciais, nessas diferentes nações, onde se mobilizaram diferentes estruturas ideológicas da supremacia branca. (WARE, 2004, p. 19). Nesse sentido, a tradução do conceito de *branquidade* deve ser entendido de acordo com os contextos locais que interferem no que é ser branco, pois, ser branco, por exemplo, no Brasil, está relacionado às discussões sobre o racismo brasileiro, sobre as ideias do *branqueamento* que atribui ao negro, o desejo de branquear-se ou de alcançar os privilégios da *branquitude* (CARONE & BENTO, 2002), como se tal desejo fosse dos negros, quando, na verdade, é dos brancos, pois o branco também tenta branquear-se.

Os privilégios da *branquidade* estão relacionados à posição da raça branca no Brasil e, também em outros lugares, vista como norma, re-

²⁵ Embora as autoras (CARONE & BENTO, 2002; PIZA, 2002; SOVIK, 2004), entre outras, utilizem o termo *branquitude* e não *branquidade* tais termos se aproximam e estão relacionados à identidade branca e às especificidades de tal raça, à medida que pode tornar-se invisível e universal a partir da construção da ideia da supremacia racial branca. Entretanto, as discussões em torno do termo *branquidade*, como iremos argumentar, ressaltam que é preciso prestar atenção para a “não marcação” do branco, pois, estaríamos, nesse sentido, buscando respostas simples que contribuem para “universalizar o particular”, ao invés de questionar a posição hegemônica dos brancos. (FRANKENBERG, 2004, p. 309)

²⁶ Conceito inicialmente discutido nos Estados Unidos, na década de 90.

presentada como universal, já que a “supervalorização do branco” é um “fenômeno mundial”. (SOVIK, 2006, p. 18)

Para compreender os efeitos hegemônicos da *branquidade*, torna-se necessário pensarmos também, a negritude, pois, a invisibilidade de praxe, não marcada da *branquidade* repete, marca e naturaliza seu lugar na hegemonia e hierarquia das raças, inferiorizando as demais, como a raça negra. A ideia não marcada/invisibilizada da *branquidade* como norma, revela-se, segundo Frankenberg (2004), uma “miragem”, pois, assegura aos brancos uma representação de si que se apoia na “certeza intemporal” originária desde o colonialismo ocidental, quando as ideias de “raça”, “cultura”, “racismos” e “povos” passaram a se estruturarem em classificações hierárquicas (FRANKENBERG, 2004, p. 310). É importante ressaltar que a invisibilidade da raça branca da qual estamos falando, acontece apenas no nível linguístico, porque, na prática, tal invisibilidade é marcada e não invisível, pois, tal marcação é que garante os privilégios que nós brancos temos na sociedade, nas diversas práticas e ações cotidianas que nos permitem mover estrategicamente na sociedade por sermos reconhecidos como brancos.

No Brasil, as autoras interessadas em debater sobre o ser negro, correspondem aos estudos de (CARONE & BENTO, 2002; SOVIK, 2009; CARNEIRO, 2011), entre outras. Para tais autoras, ser negro no Brasil é algo carregado de significação negativa, pois, embora, nos últimos anos, os negros e as negras tenham conquistado maior participação no mercado cultural em diversas esferas públicas, ainda carecem de identificação positiva, por parte da sociedade e são vistos como “mestiços”, diluindo a autoidentificação negra na hibridização da chamada “raça brasileira”.

Diante do exposto, cabe revisar as novas interpretações sobre a realidade brasileira, mais distantes da visão de Gilberto Freyre, sobre o conceito de *branqueamento* ou, a chamada “ideologia do branqueamento” responsável pela falácia que circula em nosso país de que vivemos uma “democracia racial”. Em relação a esse último conceito, as autoras Carone & Bento (2002) interpretam o *branqueamento*, em um primeiro momento, ligado ao período colonial, no tempo da imigração da mão-de-obra europeia. Nesse contexto, o termo é interpretado como “resultado da intensa miscigenação ocorrida entre negros e brancos” no Brasil, devido ao aumento da imigração da mão de obra europeia, ratificando o discurso de que os europeus trariam maior produtividade para o país do que a mão-de-obra escrava, até então vigente naquela sociedade. Tal crença na

superioridade da raça branca, como também de sua suposta produtividade e mão-de-obra qualificada, carregava consigo, junto ao projeto de modernidade do país daquela época, a ideia de que apesar das visões preconceituosas sobre os negros, o Brasil representava o “paraíso da convivência inter-racial”, tornando o país, mundialmente conhecido como “mestiço”. (CARONE, 2002, p. 16). Em um segundo momento, porém, após o período abolicionista, o *branqueamento* ganhou novos sentidos revertendo à lógica do pensamento que pairava sobre o imaginário social, até então, pois, tal conceito deixa de “corresponder às necessidades, anseios, preocupações e medos das elites brancas” (CARONE, 2002, p. 17) e, passa a significar

um tipo de discurso que atribui aos negros o desejo de branquear ou de alcançar os privilégios da branquitude por inveja, imitação e falta de identidade étnica positiva. O principal elemento conotativo dessas representações dos negros construídas pelos brancos é o de que o branqueamento é uma doença ou patologia peculiar a eles. (CARONE, 2002, p. 17)

O suposto desejo dos negros em branquear-se acarretou em conseqüências psicológicas (FANON, 2008) graves ao negro brasileiro que passa a ser percebido socialmente como indivíduo que conjuga em sua identidade cor e raça, enquanto que o branco é “concebido como espelho da negritude”; notado em sua individualidade e nunca em sua coletividade, como os negros são percebidos. Nesse sentido, o discurso da mestiçagem é utilizado para reafirmar que no Brasil, não há ódio racial, reforçando hierarquias instituídas pelo poder do branco.

5. *Identidades performativas e a produção do conhecimento científico*

Pensando as identidades e no contexto em que as entendemos, nos debruçamos sobre o incomodo das incertezas e deslocamentos característicos do sujeito da Pós-Modernidade (HALL, 2014) que modifica sua identidade a partir das relações com as novas estruturas da sociedade moderna. Segundo esse último autor, as identidades pós-modernas estão se deslocando a partir da globalização e o indivíduo moderno não é mais unificado, justamente pelo deslocamento das estruturas e mudanças das sociedades modernas que desestabilizam o sujeito baseado no “eu” coerente e essencialmente uno ou “individualista”, como concebia o sujeito do Iluminismo. (HALL, 2014)

Neste ponto, o papel da modernidade exerce influência no caráter ambivalente que o sujeito assume diante das incertezas que o mundo moderno o coloca, ao tentar diminuir suas incertezas por meio de sistemas especializados de conhecimentos que se valem de pessoas igualmente especializadas e autorizadas a estabelecer normas de “novas posições” e de “novas ordens sociais” (RODRIGUES, 2006, p. 116). Nesse sentido, os novos campos do saber sobre o corpo possibilitaram, a partir das sociedades industriais, como argumenta Foucault (2012), instaurar “aparelhos punitivos” que servem como “dispositivo de seleção entre os normais e os anormais” (FOUCAULT, 2012, p. 150). É, por exemplo, em nome da medicina que se catalogam os loucos, exercendo o poder sobre eles e sobre os demais corpos da sociedade que constituem efeito de domínio e de desejo, ou seja, “o poder penetrou o corpo” ao mesmo tempo em que esse corpo reivindica seu próprio poder. Diante dessas discussões, como podemos pensar as identidades no contexto da pós-modernidade levando em conta, portanto, as descontinuidades e as contingências desse “novo mundo” que não encontra mais explicações científicas suficientes para as dúvidas, as incertezas e inquietações que emergiram diante do capitalismo e as novas formas de conhecimento da ciência? Como podemos buscar segurança diante dos riscos que a modernidade trouxe junto com as novas formas de conhecimento que, diferente do mundo pré-moderno em que imperavam as razões da igreja, constituem uma nova ordem de “saber” e de “poder” que emergem na vida social? Longe de responder tais questionamentos, propomos repensá-los a partir das identidades em termos de *identificação*, como nos propõe Stuart Hall, pois, concebemos a identidade como relacional e nunca como algo contínuo ou fixo, mas, sim, diante das possibilidades de *identificação*, na relação com o outro, por meio das práticas discursivas em que as identidades são negociadas a partir das nossas experiências. Diante disso, o termo *identificação* significa algo em processo, em devir e, não se trata, portanto, de garantir a coerência interna dos sujeitos como se esses tivessem um núcleo ou uma identidade concebida no “tudo- ou- nada”, segundo o qual a “identidade é garantida de antemão como algo pronto e acabado, podendo, portanto, ser tomada como questão pacífica”. (RAJAGOPALAN, 2006, p. 65). Essa última afirmação se baseia na perspectiva racional da tradição presente no pensamento cartesiano, em que se acreditava na existência de um sujeito autônomo e senhor de si mesmo. O “tudo ou nada” revela a imutabilidade presente no conceito de identidade cartesiano que se baseava, portanto, na premissa de que “Uma vez identificado como isso ou aquilo, o objeto jamais pode se transformar em algo diferente, a não ser superficial-

almente ou no que tange à sua aparência” (RAJAGOPALAN, 2006, p. 65). Em outras palavras, um “homem homossexual” jamais pode, por exemplo, assumir outra identidade que fuja dessa regra baseada em oposições binárias sobre o sexo. Trata-se de pensar em tal “aparência” das coisas como inalterável ou como essência, à medida que é dada e pré-existe ao sujeito social. Tal tese se baseia na ideia presente na modernidade, cujo pensamento influenciado por Descartes, acredita no sujeito racional e adâmico, “ao redor do qual possa ser construído todo o aparato de um conhecimento seguro sobre o mundo” (*Idem*, p. 66). A segurança presente nas ideias dessa última tese advém, principalmente, do desejo ligado a nossa necessidade em desvelar as incertezas em torno da nossa identidade, ou seja, em compreender o que nos mantém vivos; compreender qual a definição de “homem”, entre outras dúvidas e incertezas que revelam, pois, o desejo de encontrar explicações que possam, por exemplo, “driblar a morte”. Dessa forma, as explicações sobre as identidades se baseavam nas ideias de entes singulares e imutáveis que, segundo as afirmações de Rajagopalan (2006), vivem sua

própria identidade, derradeira e inegociável. Qualquer desvio dessa norma, qualquer ente que fuja dessa regra- como um lobisomem ou vampiro- será imediatamente taxado de uma aberração da natureza, criatura teratológica. Da mesma forma que ninguém pode ser meio João e meio José, também não pode haver uma criatura meio homem e meio chimpanzé, ou uma criatura humana que possa ter nascido de ancestrais não inteiramente humanos. (RAJAGOPALAN, 2006, p. 66)

Nessa perspectiva, a excessiva afeição pela essência revela o apego àquilo que pode ser definido em termos ontológicos, como forma abstrata presente no mundo das ideias, como algo genérico que possa ser descrito, portanto, em seus aspectos essenciais e não contingenciais, já que as ideias ou as razões da mente, nessa perspectiva, estão livres das incertezas e dúvidas que escapam da racionalidade da mente a respeito, por exemplo, do que possa ser definido como “homem” ou “mulher”.

O pensamento moderno que afligia a metanarrativa²⁷ dessa época elimina as possibilidades de ser para deter-se à lógica do “ser pensante” supostamente íntegro a partir de uma identidade “já garantida de ante-

²⁷ Trata-se de um termo utilizado para se referir às teorias que tem como base para suas formulações a ideia de “evolução”, como o darwinismo, ou seja, a suposta crença de que “o tempo linear seria a linha mestra na qual os acontecimentos se acomodariam sequencialmente, de tal modo que os eventos anteriores pudessem ser considerados como possíveis causas aos que os sucederam e os sucedem” (RAJAGOPALAN, 2006, p. 71). Em outras palavras, faz parte de nossos impulsos teóricos que tentam superar teorias passadas.

mão”. Ao contrário desse pensamento, a pós-modernidade se caracteriza pelas formas não essencialistas de pensar não apenas as identidades, mas, também o sujeito e a própria linguagem como fenômenos marcados pela história e pelas contingências e não pela essência, como se a linguagem fosse algo “pronto e acabado (como queriam os teóricos do estruturalismo)” (RAJAGOPALAN, 2006, p. 67). Apesar disso, não podemos como nos alerta esse último autor, descartar a relevância e a força do essencialismo que “ronda o nosso imaginário” formado por crenças como a do “evolucionismo” e a ideia de que o homem foi criado em toda a sua perfeição, por um “Deus Todo Poderoso”, de modo pronto e acabado “consolidando” as mentes que, apesar da morte, suas identidades permaneceriam duradouras. Nesse sentido, faz-se fundamental, pois, o conceito de “essencialismo estratégico” que diz respeito, segundo Rajagopalan (2006) aos nossos impulsos teorizantes fruto do possível desejo e necessidade de buscar explicações para tudo o que nos rodeia. Tal impulso teorizante parte não apenas das razões da mente, mas, também das razões do coração, pois não se trata apenas de teorizar e descobrir explicações para as coisas como elas realmente são, porque, não se trata de curiosidade científica, mas das estratégias de sobrevivência em meio a um mundo cheio de dúvidas, incertezas e angústias que nos levam a postular crenças, personagens como o “Saci Pererê” ou mesmo, o “Anjo da Guarda” entre outras figuras que criamos a partir dos nossos desejos em satisfazer as angústias que pesam sobre nossas vidas.

A identidade entendida nesses últimos termos, ou seja, como desejo ou como diz Butler (2003), como “torna-se”, não se confunde com a igualdade, pois é pensada na diferença, já que é no/com o outro que nos identificamos, por meio da língua que também é constituída na atividade mesma da relação com o outro (BAUMAN, 2004). Trata-se, de compreender a diferença como algo característico das “sociedades da modernidade tardia [...] elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes *posições de sujeito* – isto é, identidades – para os indivíduos”. (HALL, 2014, p. 16)

A partir dos argumentos acima, faz-se necessário repensarmos os discursos que nos rodeiam, principalmente, o discurso científico que faz parte não só do espaço institucional que compõe o interesse desta pesquisa, isto é, a Universidade, mas, de forma mais ampla, dos próprios discursos científicos que utilizamos para dar conta das nossas pesquisas, já que os discursos agem podendo naturalizar determinadas ideias e posições identitárias reproduzindo a historicidade que as nomeações carre-

gam, ao mesmo tempo em que pode nos emancipar ao contestar tais posições naturalizadas que ditam modos de comportamentos sociais como verdadeiros. Os estereótipos são exemplos de tais posições naturalizadas pelos discursos científicos, à medida que definem as identidades das pessoas a partir de pré-conceitos ou simulacros, como se os indivíduos tivessem uma identidade “anterior e fora da língua” (MUNIZ, 2010, p. 111), quando, ao contrário, assim como a linguagem, nossas identidades são *performativas* e os atos de fala são políticos porque nem a linguagem nem os sentidos são fixos e, os sujeitos se constroem na e através da língua.

Nesse sentido, questionar o lugar da ciência e os discursos científicos que nos recapitulam, faz-se de extrema urgência para pensarmos, portanto, num fazer científico político e ético que seja questionado e não aceito como único e verdadeiro, “para que não nos acomodemos com soluções rápidas e fáceis tão frequentes em nosso cotidiano, principalmente no cotidiano acadêmico” (MUNIZ, 2010, p. 100). Além disso, a ciência parte de conceitos que são fabricados pelo homem, concebidos pela linguagem, nas práticas sociais em que vivemos e, nesse sentido, a ciência não pode ser pensada desvinculada da sociedade. Pensar ao contrário dessa última afirmação implica “sentar em frente a um computador e começar a escrever e, o pesquisador esquecesse que, até segundos atrás, estava envolvido em alguma prática social na qual o uso da linguagem estivesse intrinsecamente relacionado a essa prática”. (MUNIZ, 2010, p. 113)

6. Políticas em linguística: a perspectiva crítica da linguística

Na primeira metade do século XX a linguística fora marcada pelo pensamento estrutural ou, mais precisamente, da linguística estruturalista, segundo a qual as línguas, como as indígenas das Américas (pouco conhecidas para os ocidentais) e “as línguas faladas pelas tribos consideradas aborígenes da Oceania, África, Ásia etc.”, eram classificadas como “exóticas” (RAJAGOPALAN, 2012, p. 8). Tais classificações sobre a linguagem dos povos que compõem os países colonizados pelo pensamento ocidental europeu carregam o peso da suposta verdade que o termo “ciência” assume desde seu auge nos últimos anos do século XIX; trata-se do *status*, prestígio e respeitabilidade que devem ser questionados em termos políticos, como estamos discutindo, para repensarmos principalmente, o campo da linguística e suas teorias considerando as

“condições sócio- históricas que propiciam sua construção, divulgação, aceitação e eventual propagação ou rejeição pela comunidade acadêmica” (RAJAGOPALAN, 2012, p. 14), que encara a ciência como desvinculada de tais questões. Ao propormos refletir sobre a ciência, no sentido de pensá-la vinculada, portanto, aos aspectos históricos e sociais, as naturalizações tornam-se objeto de contestação e não de afirmações “autoevidentes”, possibilitando o questionamento dos discursos científicos que “legitimam o poder ao apresentar-se como verdade” absoluta. (ARONOWITZ, 1988, *apud* RAJAGOPALAN, 2012, p. 15)

Diante disso, o desafio em adentrar o campo da linguística para propor discutir as identidades e suas múltiplas formas de existência, em sociedade, foi possível, porque encontramos nos estudos e nas discussões de autores como Rajagopalan (2003, 2010), preocupações com escolhas políticas, com um estudo ético da linguagem. A pragmática entendida nesse sentido nos permite abordar as questões das identidades, dialogando com as noções de raça e de gênero, devido, entre outras questões, ao modo como esse campo concebe a linguagem, tomando seu estudo em contexto, sem excluir a sociedade da linguagem.

Ao nos debruçarmos sobre o campo da pragmática para empreender as discussões propostas neste capítulo, cabe ressaltar que, embora se trate de uma área que se preocupa, de modo geral, com os estudos da linguagem em uso, há nesse campo e na linguística como um todo, certa despreocupação com os aspectos sociais da linguagem e do homem, acreditando-se na ideia do sujeito autônomo cartesiano. Além disso, a própria área da pragmática surge da ideia tripartite das áreas da linguística entre sintaxe, semântica e pragmática que conduzem às afirmações descuidadas de que há um “núcleo duro da linguística” conhecido como o *mainstream linguistics* que se configura como “progressista” à medida que defende que o rigor da “coerência interna na passagem da sintaxe para a semântica e pragmática” diminui. (RAJAGOPALAN, 2010, p. 38). Nessa perspectiva, a ancoragem social da linguagem é tida como aspecto redutivo e sem importância, além de ser relegado a segundo plano à preocupação de áreas como a pragmática concebida fora desse núcleo *hard* da linguística que se preocupa, portanto, de modo geral, em ver a linguagem como “fenômeno puramente mental e, como tal, atributo de um único indivíduo já existente” (*Idem*, p. 32). Apesar de tudo isso, a linguística pensada sob a perspectiva crítica dos “novos” estudos pragmáticos (RAJAGOPALAN, 2010) permite ser compreendida sob uma perspectiva política que repensa “o papel mesmo da sociedade ao moldar e

manter a linguagem”, como tal, implica pensar a natureza do ser humano e os usos sociais que faz da linguagem.

Outra discussão que nos interessa dentro da perspectiva dos “novos estudos pragmáticos”, diz respeito ao questionamento do paradigma dominante e àqueles que são oprimidos por tal modelo, como também, os que oprimem, a partir de tal paradigma que se tem considerado como científico. (MUNIZ, 2009). Rajagopalan (2003) aborda a linguística de forma crítica ao chamar a atenção para os estudos linguísticos que defendem que a pesquisa científica e a ciência devem se preocupar apenas com a descrição dos fatos linguísticos puros e livrar qualquer suposto desejo do pesquisador sobre o fenômeno estudado apostando, portanto, na dicotomia sujeito/objeto de que falamos, além de outras dicotomias, como razão e emoção. O que estamos querendo dizer é que não é possível nos isentarmos da responsabilidade que temos com nossas pesquisas, pois, como nos alerta Santos (2006), nossas trajetórias de vida estão ligadas as nossas investigações científicas do conhecimento, já que

os valores, as crenças e os prejuízos que transportam são a prova íntima do nosso conhecimento, sem o qual as nossas investigações laboratoriais ou de arquivo, os nossos cálculos ou os nossos trabalhos de campo constituiriam um emaranhado de diligências absurdas sem fio nem pavio. No entanto, este saber, suspeitado ou insuspeito, corre hoje subterraneamente, clandestinamente, nos não ditos dos nossos trabalhos científicos. (SANTOS, 2006, p. 85)

7. Conclusões

Desde que a linguística se configurou como ciência autônoma, no século XX, com a publicação do *Curso de Linguística Geral*, em 1916, compilado pelos alunos de Saussure, a noção de neutralidade imperou, aproximando as pesquisas do modelo lógico positivista que acreditava que todo cientista deveria se isentar das escolhas científicas que fazia. Tal visão, ainda hoje, está presente no modo como a academia entende o fazer científico, como se tal fazer pudesse nos livrar do comprometimento ético que nossas pesquisas têm com o mundo lá fora, afinal, a linguagem é parte das práticas sociais constituindo e construindo o mundo em significado e, portanto, não está desvinculada da sociedade. Daí, ser fundamental as discussões de Rajagopalan (2003) sobre as escolhas políticas que fazemos ao selecionar pesquisar o que pesquisamos, pois, o olhar que exercemos sobre a teoria e os métodos que escolhemos para nossas pesquisas é situado e sócio-historicamente marcado, além disso, nossos discursos são atravessados por ideologias, regulados ou “orienta-

dos” socialmente. Apesar de tal regulação e orientação dos espaços sociais em que vivemos, esses podem ser vistos como lugares de jogos, como maneiras de viver e não apenas como espaços normativos. Trata-se de contrapor práticas reguladas, sem sair do mesmo lugar onde vivemos; as “maneiras de fazer”, como argumenta De Certeau (2012), instauram a criação e a pluralidade por meio de uma arte que intervém em determinada realidade, como o exemplo que esse último autor trás, ao argumentar que a “sucata” que está inserida no contexto industrial, ou seja, é um “contraponto, no mesmo lugar”, se caracteriza como maneira de atividade de “bricolagem” fora desse contexto industrial (“noutro lugar”). Nesse sentido, podemos falar em possibilidades de deslocamentos por meio de “operações de reemprego” ou o “fazer com” das técnicas/métodos que organizam os sistemas e o estabelecimento de um lugar. Outro conceito utilizado pelo mesmo autor, isto é, as “táticas” revelam usos hábeis do tempo e dos espaços e dizem respeito a “uma ação determinada pela ausência de um próprio” que circunscreve um lugar específico de poder isolado, por exemplo, por uma instituição científica que controla a visão do outro como num “campo de batalha” em que há o controle da “visão do inimigo”. (DE CERTEAU, 2012, p. 94)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANZANDUÁ, Glória. Como domar uma língua selvagem. Trad.: Joana Pinto et al. *Cadernos de letras da UFF- Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, n. 39, p. 297-309, 2009.
- AUSTIN, J. L. Quando o dizer é fazer: *palavras e ação*. Trad.: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990
- BAUMAN, Zygmunt. Prólogo Acerca de lo leve y lo líquido. Trad.: Mirta Rosenberg em colaboração com Jaime Arrambide Squirru. In: _____. *Modernidad líquida*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004, p. 7-20.
- BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. (Orgs.). *Psicologia social do racismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Trad.: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Disponível em <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>> Acesso em: 28-03-2015.

CARONE, I. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial. In: ____; BENTO, M. A. S. *Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes, 2003.

CERTEAU, de Michel. Fazer com: usos e táticas. In: _____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad.: Ephraim F. Alvez. Petrópolis: Vozes, 2012.

FANON, F. *Pele negra: máscaras brancas*. Trad.: Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008 Disponível em: <http://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf>. Acesso em: 28-03-2015.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?*. 6. ed. Lisboa: Passagens, 2006.

_____. IX poder: corpo. In: _____. *Microfísica do poder*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. In: WARE, Vron. (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GUIMARÃES, S. A. Raça e racismo no Brasil. In: _____. *Racismo e antiracismo n Brasil*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; Editora 34, 2005.

HALL, Kira; LIVIA, Anna. “É uma menina!”: a volta da performatividade à linguística. In: FONTANA, B; OSTERMANN, A. C. (Orgs.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. Trad.: A. C OSTERMANN, B. FONTANA et al. São Paulo: Parábola, 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pdf>. Acesso em: 28-04-2015.

HOOKS, Bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 16, n. 3, p. 424, set-dez, 2008.

MUNIZ, Kassandra da Silva. *Linguagem e identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil*. 2009. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. Sobre política linguística ou política na linguística: identificação estratégica e negritude. In: FREITAS, Alice Cunha de. (Org.). *Linguagem e exclusão. Linguística in Focus*, vol. 7. Uberlândia: Edufu, 2010.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem. (John Langshaw Austin and the Performative View of Language). *Geofilosofia do Século XX*, vol. 18, n. 1, p. 117-143, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v18n1/a05v18n1.pdf>>. Acesso em: 04-12-2014.

PINTO, Plaza Joana. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *DELTA*, vol. 23, n. 1, p. 1-26, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v23n1/a01v23n1.pdf>>. Acesso em: 02-12-2014.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Unicamp, 2013.

RAJAGOPALAN, K. *Nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

RODRIGUES, G. Elenita. Repensando a consciência (e) (a) crítica: por uma redefinição da noção de fortalecimento das identidades sociais. In: RAJAGOPALAN, K; FERREIRA, D. M. (Orgs.). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Mackenzie, 2006.

SANTOS, Boaventura. *Um discurso sobre as ciências*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____; MENESES, Maria Paulo. (Orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SCOTT, Joana. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Trad.: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

<<http://www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>>. Acesso em: 12-11-2014.

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

WARE, Vron. (Org.). O poder duradouro da branquidade: um problema a solucionar. In: _____. *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

**JACOB MEY E A TEORIA DAS VOZES SOCIAIS:
UM OLHAR SOCIOPRAGMÁTICO**

Bruno Gomes Pereira (UFT)
brunogomespereira_30@hotmail.com

... nenhuma voz, jamais, fala sozinha, e não fala sozinha não porque estamos, vamos dizer, mecanicamente influenciados pelos outros (...), mas porque a natureza da linguagem é inelutavelmente dupla.

(TEZZA, 2005, p. 211)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar um panorama teórico a respeito da teoria das vozes sociais, estudos fortemente defendidos pelo teórico dinamarquês Jacob Mey. Nossa intenção é dialogarmos diretamente com outros autores que, assim como Mey, acreditam no caráter sociocultural da linguagem, aspecto basilar para se compreender a maneira com a qual são construídas as vozes que costumam a anatomia de uma sociedade fluida e instável. Estamos inseridos no campo de estudos da pragmática, mais precisamente na sociopragmática, área fértil em discussões sobre as vozes. Nossa pesquisa é do tipo bibliográfico. Compreendemos que os atores sociais se relacionam por meio de diferentes vozes capazes de ressignificar práticas humanas, sendo, dessa maneira, um instrumento socialmente construído.

Palavras-chave: Sociopragmática. Sociedade. Vozes.

1. Introdução

Estamos inseridos em uma sociedade orgânica que se posiciona em transição face às transformações científicas, econômicas e culturais. A linguagem é a principal mediadora entre relações humanas cada vez mais instáveis, configurando, dessa forma, a emergência de um novo paradigma.

Nesse contexto, revisitamos a epígrafe desse artigo e concordamos com Tezza ao dizer que a duplicidade inerente da linguagem é mobilizada por intermédio de vozes sociais, construídas por fatores históricos, sociais e pragmáticos. Em outras palavras, a linguagem, ao nos possibilitar a interação, constitui representações sociais que são vozeadas pelos atores sociais e trazem consigo ideologias diversas.

O sentido que damos ao termo *voz* nessa abordagem é conivente com o significado atribuído por Bakhtin, ao compreendermos as vozes como manifestações semântico-discursivas construídas social e historicamente (Cf. BAKHTIN, 2003). Nesse sentido, Dahlet endossa que o sentido dado à voz “é mais de ordem metafórica, porque não se trata concretamente de emissão vocal sonora, mas da memória semântico-social depositada na palavra” (DAHLET, 2005, p. 250).

Nessa abordagem, vamos apresentar um breve panorama das teorias pragmáticas difundidas pelos estudos das vozes sociais. Assim, apresentamos uma revisão bibliográfica onde tentamos dialogar com diferentes autores adeptos dessas pesquisas.

Além dessa *Introdução*, das *Considerações finais* e das *Referências*, esse artigo é constituído pelas seguintes seções: *Pragmática: elementos básicos para discussão*, *Formação societal e esfera pragmática: vozes que falam e a polifonia*.

2. *Pragmática: elementos básicos para discussão*

A linguística teórica, de base estrutural, encontrou no *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand Saussure, sua principal referência bibliográfica. O livro publicado pelos discípulos do pesquisador genebrino, após sua morte, imortalizou o princípio das teorias da linguística moderna. Sob o viés estruturalista, concordando ou discordando, o *Curso de Linguística Geral* fez escola e impulsionou uma nova visão de se fazer ciências da linguagem.

Entretanto, estudiosos mais problematizadores acreditam que o pai da linguística moderna tenha deixado de lado a preocupação com o contexto como elemento motivador do uso da língua. Essa lacuna, mais tarde, deu início a estudos da linguagem mais voltados às questões sociais, adotando a esfera contextual como principal motivadora de reflexões. Temos, então, a pragmática.

Muitos teóricos tentam conceituar o termo “pragmática”, mas encontrar uma definição precisa que dê conta de abranger o alcance das propostas dessa área de estudos é cada vez mais difícil. Entretanto, por motivos metodológicos, abraçamos a definição de Fiorin, ao dizer que “a pragmática é a ciência do uso linguístico, estuda as condições que governam a utilização da linguagem, a prática linguística”. (FIORIN, 2011, p. 166)

Portanto, a pragmática engloba questões intencionais e contextuais que motivam as escolhas linguísticas. Assim, quando a pragmática se afirma como ciência dos estudos da língua, compreende que nem todas as explicações para certos fenômenos da linguagem podem ser estabelecidas observando apenas o linguístico, sendo, dessa maneira, o extralinguístico uma ferramenta indispensável à compreensão dos significados da linguagem.

Na próxima seção, apresentamos uma breve visão a respeito da ideia de contexto, conforme a pragmática de Jacob Mey.

3. Formação societal e esfera pragmática: vozes que falam

Quando nos propomos a refletir sobre os estudos das vozes sociais, bastante sistematizados pelas teorias da Pragmática, estamos, logicamente, compreendendo a linguagem como elemento de interação, portanto, como instrumento que pressupõe o outro no sentido de que não é possível interagir sozinho. (Cf. BENVENISTE, 2006)

Assim, entendemos que a sociedade é semiotizada por diálogos entre diferentes instâncias da linguagem. Logo “consideremos, portanto, que a língua interpreta a sociedade. A sociedade torna-se significativa na e pela língua, sempre e necessariamente”. (BENVENISTE, 2006, p. 98)

É por compreender que a sociedade sobrevive na linguagem, e vice-versa, que o estudioso dinamarquês Jacob Mey, inserido mais precisamente no ramo de estudos que denomina como sociopragmática, prefere usar o termo “formação societal”, em detrimento de formação social.

Essa escolha se justifica pelo fato da expressão “formação societal” fazer referência à sociedade como um todo, como um sistema construído simultaneamente pelo individual e pelo coletivo. Assim, engloba quaisquer tipos de interação promovida pela linguagem. (Cf. MEY, 1998; MEY, 2001)

Sobre a “formação societal”, Mey acrescenta ainda que:

A formação societal não é pois nem o trabalho de seres humanos individuais, nem exclusivamente o efeito de algumas macrocondições (...), é aquilo que nós, como seres humanos ativos e perceptivos, podemos promover, dadas certas condições temporais e espaciais, e no interior do quadro de natureza e cultura, história e visões que nos cercam. (MEY, 2001, p. 27-28)

As palavras de Mey, transpostas acima, acoplam todas as relações humanas que constituem o meio extralinguístico. Percebemos que “as condições temporais e espaciais”, nas palavras de Mey, são elementos basilares para entendermos a relação entre vozes sociais em um determinado contexto pragmático.

Nesse sentido, adotamos, nessa abordagem, o conceito de contexto apresentado por Conde (2001), bastante creditado nos estudos pragmáticos sobre vozes sociais no contexto de pesquisa acadêmica da América Latina. Pensamos que a definição de Conde pode prestar pertinentes esclarecimentos sobre como as diversas vozes sociais permeiam as várias dimensões de contextos nos estudos pragmáticos da linguagem.

Abaixo, apresentamos um esquema traduzido e adaptado de Conde (2001), no qual tentamos ilustrar a tripartição sobre contexto, desenvolvida pelos estudos pragmáticos.



Fig. 1: Tipos de Contextos em Pragmática.
Fonte: Adaptado e traduzido de Conde (2001, p. 6)

Conde propõe a existência de três esferas contextuais que, conjuntamente, ajuda na construção de vozes sociais diversas. Lembramos que essa tríade é delimitada por motivos metodológicos, não sendo possível, pois, delimitarmos com precisão o alcance de cada contexto apresentado.

Conforme a figura, temos os contextos: social, situacional e linguístico. Não é nosso interesse, nessa abordagem, fazermos explanações exaustivas sobre cada tipo de contexto. Para maiores informações, consultar o trabalho de Conde (2001).

Desse esquema de contextos que apresentamos, nos interessamos mais de perto com a possível relação que podemos estabelecer entre os

pressupostos de Conde e a noção de *voz societal*, de Mey. De acordo com o sociopragmático dinamarquês, que entende a voz societal como fenômeno em constante delineamento, compreendemos que as três instâncias contextuais encontram nessas vozes um elemento de intersecção, responsável pela manutenção ideológica da linguagem.

Assim, as vozes societais, ao unirem as esferas pragmáticas, constroem objetos discursivos que significam, ou mesmo ressignificam, as práticas linguísticas dos atores sociais. Por isso, Bezerra endossa que “essas vozes e consciências não são objetos do discurso do autor, são sujeitos de seus próprios discursos” (BEZERRA, 2014, p. 195). Logo, as vozes não são objetos acabados que pertencem ao ator social, mas sim são instrumentos em constante transformação, os quais semiotizam comportamentos, ideologias e percepções sociais.

4. A polifonia

Conforme discutimos nas seções anteriores, preferimos usar o termo *vozes sociais* assim mesmo, no plural, pois acreditamos que existe um coro imenso de tipos de vozes que costuram a anatomia fluida da sociedade moderna. Dessa forma, são diversas vozes que significam as competências linguísticas do homem. Dizemos que isso converge com o que Bakhtin prefere chamar de *polifonia*.

Bakhtin acredita que o homem é um ser historicamente marcado, ou seja, suas decisões são diretamente influenciadas pelo contexto histórico em que se encontra (Cf. BAKHTIN, 2003). As vozes desses sujeitos enunciadorees, conseqüentemente, também obedecem a tais preceitos, sendo também, portanto, processos construídos dentro de uma perspectiva social e histórica.

Ao definir o termo *polifonia*, Tezza acrescenta que:

São vozes necessariamente enraizadas na história. Aliás, podemos dizer que são vozes conquistadas num longínquo processo histórico de descentralização da linguagem, a lenta passagem de um mundo de valores centralizados e acabados. (TEZZA, 2005, p. 215)

Assim, mais uma vez dizemos que a polifonia é um percurso ideológico construído historicamente, isto é, semiotiza diferentes maneiras da consciência humana, tendo diversos sentidos construídos aberta e gradualmente.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

Nesse mesmo viés, Bezerra contribui com essa discussão afirmando que

o que caracteriza a polifonia é a posição do autor como regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico. Mas esse regente é dotado de um ativismo especial, rege vozes que ele cria ou recria, mas deixa que se manifestem com autonomia e revelem no homem um outro “eu para si” infinito e inacabável. (BEZERRA, 2014, p. 194)

Em se tratando de produções acadêmicas, pensamos que o professor em formação inicial assume a posição de regente dessas vozes que, ao escrever, significa ou ressignifica diversas vozes que ecoam no meio acadêmico. Essa releitura de vozes pode ser um forte artifício para o desenvolvimento de suas práticas de letramento. Entretanto, não entremos nesse mérito agora. Deixemos essa discussão para outras oportunidades.

Na seção seguinte, apresentamos algumas considerações finais.

5. *Considerações finais*

Este trabalho tentou mapear as noções mais elementares sobre a teoria pragmática de estudos linguísticos, mais especialmente no que se refere aos estudos das vozes sociais. Entendemos que essas vozes são dotadas de ideologia, porque são construídas pelo prisma discursivo, histórico e cultural de uma sociedade em constante metamorfose.

Acreditamos que os estudos pragmáticos sobre vozes sociais podem acrescentar bastante aos demais estudos sobre linguagem, partindo do princípio de que procura problematizar os fenômenos da linguagem considerando contextos sociais concretos do uso linguístico.

Esperamos que esse artigo possa contribuir com os estudos de pesquisadores pragmáticos da linguagem, em especial aqueles que se encontram em fase inicial de investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad.: Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. Trad.: Eduardo Guimarães. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 191-200.

CONDE, X. F. Introducción a la Pragmática. *Ianua: Revista Philologica Romanica*, 2001.

DAHLET, V. A Entonação no dialogismo bakhtiniano. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. Campinas: UNICAMP, 2005, p. 249-264.

FIORIN, J. L. A linguagem em uso. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à linguística I: Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 165-186.

MEY, J. L. *As vozes da sociedade*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

_____. As vozes da sociedade: letramento, consciência e poder. In.: *DELTA*, vol. 14, n. 2. São Paulo, 1998.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.

TEZZA, C. A construção das vozes no romance. In.: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. Campinas: UNICAMP, 2005, p. 209-217.

MANCHETE: O SUJEITO NA PASSIVA ANALÍTICA

Lizandra Resende Nascimento (UFES)

lizandra-resende@hotmail.com

Carmelita Minelio da Silva Amorim (UFES)

carmel_msa@yahoo.com.br

RESUMO

A estrutura de passiva analítica no português é considerada um fenômeno de voz, em que o sujeito é o paciente da ação verbal e o agente da ação (agente da passiva), muitas vezes, é desfocalizado. Objetiva-se, com este trabalho, demonstrar as diferentes estratégias de desfocalização do agente, que, no gênero textual manchete, em geral, é pressuposto e recuperável no contexto da notícia, o que explicaria seu apagamento. Para tanto, toma-se como base os pressupostos teóricos da perspectiva centrada no uso, que concebe a língua como um fenômeno interativo e dinâmico, constantemente moldada, tanto por fatores linguísticos e cognitivos, quanto por fatores externos. Nessa perspectiva, a construção de passiva analítica é observada em termos de sua complexidade, tanto sintática, quanto semântica e pragmática. O *corpus* a ser analisado se constitui de manchetes policiais veiculadas no jornal *A Gazeta*, no período de janeiro a junho de 2014, das quais 86,80% apresentam estrutura de passiva analítica sem o agente expresso.

Palavras-chave:

Perspectiva centrada no uso. Passiva analítica. Gênero manchete policial.

1. *Introdução*

As conceituações de sujeito, presentes nos estudos linguísticos, apresentam características diversas. Luft (2002, p. 46) conceitua o sujeito como “o elemento com o qual concorda o verbo”. Para Rocha Lima (2013, p. 288), sujeito é “o ser de quem se diz algo”. Em livros didáticos é comum a afirmação de que sujeito é aquele que pratica a ação expressa pelo verbo. Bechara (2009) se opõe a esta última definição, indicando que o sujeito nem sempre é o agente da ação: “o sujeito não é necessariamente o agente do processo designado pelo núcleo verbal (...). O sujeito pode representar o paciente desse processo”. (BECHARA, 2009, p. 410)

Neste trabalho, partiremos da noção de sujeito como aquele que pratica a ação, uma vez que o foco são estruturas de passiva analítica, formadas a partir da estrutura ativa, em que o sujeito age sobre um objeto, ocorrendo uma inversão em que esse objeto passa para a posição de sujeito e o sujeito torna-se agente da passiva. Desse modo, o foco discursivo

sivo recai não mais sobre o que pratica a ação, mas sobre um sujeito paciente, que recebe a ação executada por um agente.

O objetivo deste trabalho é demonstrar as diferentes estratégias de desfocalização do agente, que, no gênero textual manchete, em geral, é pressuposto e recuperável no contexto da notícia, o que explicaria seu apagamento.

Segundo Shibatani (1985), o uso da passiva é uma estratégia de desfocalização do agente da ação. Seguindo Shibatani, Givón (2001) destaca que a voz passiva é utilizada principalmente para a supressão do agente. Para Givón, o fato de um argumento “não agente” ser topicalizado é apenas a consequência dessa supressão. Percebe-se, portanto, que essa omissão do agente da ação pode ser uma estratégia utilizada pelo falante, por ser o agente desconhecido, irrelevante, recuperável no contexto e/ou uma maneira de chamar a atenção do leitor.

Com o intuito de analisar as diferentes estratégias de apagamento do agente da ação verbal em estruturas de passiva analítica, desenvolvemos essa pesquisa, com base nos pressupostos teóricos da perspectiva centrada no uso, que considera o uso efetivo da língua.

Para a análise, selecionamos as manchetes policiais, aquelas que veiculam informações relacionadas a crimes, construídas com estrutura de passiva analítica, utilizadas pelo jornal *A Gazeta*, do Espírito Santo, no período de janeiro a junho de 2014.

Segundo Costa (2009, p. 143), a manchete “geralmente é um enunciado breve, mas de grande força enunciativa, que chama a atenção do leitor para o fato de maior destaque e até pode atrair o leitor para a leitura da matéria jornalística destacada”.

Marcuschi (2002, p. 22-23) define gênero textual como “textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica”. O autor destaca que os gêneros “são definidos basicamente por seus propósitos (funções, intenções, interesses) e não por suas formas”. (MARCUSCHI, 2002, p. 32)

A pesquisa da qual este trabalho faz parte está sendo desenvolvida no Núcleo de Pesquisas em Linguagens da UFES, com o apoio da FAPES e integra o projeto intitulado “Manifestações do sujeito: da tradição gramatical à perspectiva centrada no uso da língua”.

2. *A complexidade da passiva*

Na língua portuguesa, a oração ativa é considerada a estrutura sintática mais básica e apresenta uma ordenação prototípica sujeito-verbo-objeto. Já a oração passiva inverte essa ordenação prototípica. A construção passiva analítica é considerada um fenômeno de voz, em que o paciente da ação verbal é o sujeito da oração, geralmente formada pelo verbo auxiliar ser + particípio passado de verbos transitivos diretos + preposição “por” + agente da passiva. Furtado da Cunha (2000) aborda a complexidade da estrutura passiva.

Do ponto de vista sintático, a passiva é uma construção complexa porque exhibe uma ordenação dos constituintes que se desvia da estratégia mais comum de apresentação desses constituintes: sujeito-verbo-objeto, em que sujeito e objeto frequentemente correspondem aos papéis semânticos de Agente e Paciente, respectivamente. (FURTADO DA CUNHA, 2000, p. 108)

A autora ainda destaca que a codificação passiva afeta a correspondência entre papéis semânticos e relações gramaticais, pois o objeto (paciente) da oração ocorre como sujeito e tópico e o agente é omitido ou apresentado como agente da passiva.

Rocha Lima (2013, p. 313) conceitua o agente da passiva como “o elemento que, na voz passiva com auxiliar (...), representa o ser que praticou a ação verbal”. O autor destaca que “o agente pode declinar de importância a ponto de ser omitido” (LIMA, 2013, p. 314). Furtado da Cunha (2000) observa que um dos motivos para essa omissão tornar o agente impessoal.

Outra característica identificada nas diversas ocorrências de passiva analítica, nas manchetes analisadas, é o fato de o agente ser pressuposto, muitas vezes, podendo ser identificado no contexto da notícia que segue a manchete. Logo, esse agente pode não ser apresentado na oração por ser redundante expressá-lo ou por tratar-se de uma maneira de chamar a atenção do leitor para a leitura do jornal.

Segundo Shibatani (1985), a construção passiva tem uma função semântico-pragmática distinta da construção ativa. Para o autor, dizer uma frase na voz ativa não é o mesmo que dizê-la na voz passiva. Portanto, a estrutura passiva analítica não deve ser apenas analisada sintaticamente, pois veicula estratégias pragmático-discursivas que precisam ser observadas sob aspectos funcionais do uso efetivo da língua.

3. A perspectiva centrada no uso

A linguística funcional centrada no uso é o resultado da união de duas correntes teóricas, que apresentam algumas características comuns: a linguística funcional e a linguística cognitiva. A perspectiva centrada no uso

reconhece o estatuto fundamental das funções da língua na descrição de suas formas, de modo que cada entidade linguística deve ser definida com relação ao papel que ela desempenha nos processos reais de comunicação. Em razão disso, procura essencialmente trabalhar dados reais de fala e/ou de escrita, inseridos em contextos efetivos de comunicação, evitando lidar com frases criadas *ad hoc*, dissociadas de sua função no ato comunicativo. (FURTADO DA CUNHA & BISPO SILVA, 2013, p. 15 e 16)

Essa abordagem teórica considera ainda a interferência dos fatores extralinguísticos, isto é, fatores sociais, cognitivos, históricos, econômicos, entre outros, como um fator motivador para os fatos da língua. Ao abordarem os pressupostos das teorias da linguística funcional e da linguística cognitiva, Martelotta e Alonso (2012, p. 94) mostram que “a forma como armazenamos e processamos informação está fortemente ligada às relações que fazemos entre os elementos do mundo à nossa volta e a maneira como nos relacionamos com eles”.

Um dos princípios observados no uso da língua é a iconicidade, relacionada à motivação entre as formas das construções gramaticais e a função que elas desempenham no discurso, prevendo uma conexão não arbitrária entre forma e função. O princípio da iconicidade, defendido por Givón (1991 e 1995) apresenta-se em três subprincípios: da quantidade, da integração, da ordenação linear.

Pelo princípio da quantidade, postula-se que maior quantidade, menor previsibilidade ou que maior importância de informação receberá mais material de codificação. De acordo com o princípio da adjacência, conceitos cognitivamente mais integrados manifestam-se, linguisticamente, com maior integração morfossintática. Pelo princípio da ordenação linear, prevê-se que a ordenação das formas no nível oracional e de organização textual revela a ordem de importância para o falante. Desse modo, cognitivamente, a informação mais importante e/ou imprevisível demanda mais atenção, o que justifica sua colocação em primeiro lugar na cadeia linguística.

Considerando as manchetes policiais, observamos a atuação, principalmente, dos subprincípios da quantidade, uma vez que a estrutura de

passiva é maior que a ativa, e da ordenação linear, já que sendo a vítima é colocada em foco, ficando, portanto, no primeiro plano.

Outro princípio geral, proposto por Givón (1991 e 1995), é a marcação, que envolve uma relação sistemática entre complexidade estrutural e cognitiva. Sob o viés desse princípio, categorias cognitivamente marcadas, isto é, cognitivamente complexas, tendem a ser também estruturalmente marcadas. A marcação, no entanto, é dependente do contexto e, no caso das manchetes policiais, pode-se dizer que a passiva seria não marcada, já que é parte da configuração desse gênero textual.

A informatividade e a perspectivação são outros dois fenômenos presentes nas análises linguísticas centradas no uso da língua. A noção de informatividade refere-se ao conteúdo informacional compartilhado, ou supostamente compartilhado, pelos falantes, uma vez que o indivíduo se comunica com outro a fim de informar-lhe alguma coisa sobre o mundo, seja ele externo ou interior, esperando uma reação por parte de seu interlocutor. Sendo assim, o falante organiza seu discurso, tanto no que se refere à ordenação e à codificação dos elementos na cláusula, considerando o grau de acessibilidade de seu ouvinte.

A perspectivação, por sua vez, associa-se à informatividade, ao vincular o direcionamento da atenção sobre um determinado evento referencial, colocando em foco aspectos específicos desse evento. (Cf. TOMASELLO, 1998)

Desse modo, pode-se afirmar que esses fenômenos se articulam a partir de fatores de ordem tanto semântico-cognitiva quanto discursivo-interacional. (Cf. FURTADO DA CUNHA; BISPO & SILVA, 2013, p. 28)

Os pressupostos teóricos da perspectiva centrada no uso são de extrema importância para a análise dos fatos linguísticos, visto que, a partir deles, é possível se observar o funcionamento da língua, não apenas conceituando gramaticalmente as estruturas, mas analisando a forma linguística e a função que desempenha no discurso.

4. Análise do corpus

Esta pesquisa está sendo desenvolvida no Núcleo de Pesquisas em Linguagens da UFES. Para análise dos dados, foram selecionadas manchetes policiais com estruturas de passiva analítica do jornal *A Gazeta*,

do Espírito Santo, no período de janeiro a junho de 2014. Após essa análise quantitativa, foi feita uma análise qualitativa a partir de critérios da perspectiva centrada no uso. Para uma melhor análise da manifestação do sujeito em estruturas de passiva e de suas características sintático-semânticas e pragmático-discursivas, foram analisadas, tanto as manchetes, quanto suas respectivas notícias, que contextualizam os textos das manchetes.

A seguir são apresentados e discutidos alguns exemplos das ocorrências encontradas.

Exemplo 1:

Casal de classe alta é preso por roubar carros

Casal rouba carros para manter vida de luxo

Jovens são filhos de empresários de Vila Velha e da Serra

(...)

Igor de Souza Lopes, 20 anos, foi preso na casa de um amigo, em Marataízes, no Sul do Estado. Já a namorada dele, a universitária Nathália Herbst de Oliveira, 19, estava trabalhando na loja da família, na Glória, em Vila Velha, quando foi abordada **pela polícia**. (...)

(Notícia de Mayra Bandeira, *Jornal A Gazeta*, 31/01/2014, Cidades, Segurança, p. 12)

A manchete “Casal de classe alta é preso por roubo de carros” está na estrutura de passiva analítica, porém sem o agente da passiva expresso. Essa supressão ocorre naturalmente, pois o agente da passiva pode ser resgatado com base no conhecimento de mundo: quem tem o poder de prender, quando alguém pratica um crime, é a polícia. Logo, seria redundante expressar esse agente, que já está pressuposto pelo verbo utilizado “prender”. Percebe-se também que mesmo o agente da passiva sendo pressuposto, ele é expresso na notícia: “quando foi abordada pela polícia”. A topicalização do sujeito paciente pode ser considerada uma estratégia utilizada pelo autor para chamar a atenção do leitor. Esse sujeito paciente, embora sofra a ação praticada pelo agente, também é colocado como agente logo na sequência “Casal rouba carros para manter vida de luxo”. Portanto, por ser um casal com boas condições financeiras, mas que, ainda assim, quer ter uma vida mais luxuosa, tira essa visão de que só as pessoas com poucos recursos financeiros, devido aos seus contextos sociais, é que praticam crimes. Como essa manchete aparece na capa do jornal, pode-se dizer que se trata de uma estratégia usada para despertar a atenção do leitor a notícia inteira, fazendo com que ele compre o jornal, para saber mais detalhes sobre esse acontecimento. Percebemos também

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

que é muito frequente esse tipo de verbo na estrutura de passiva em manchetes policiais: “é solto”, “é preso”, “é liberado”. O uso recorrente desse tipo de estrutura pode levar a uma automatização da forma, tornando-a familiar ao falante.

Outra motivação para usar a estrutura de passiva é o desconhecimento da identidade do agente da passiva, embora tenha havido poucas ocorrências, apenas em 18,4% das manchetes o agente é desconhecido, como no exemplo a seguir.

Exemplo 2:

Jornaleiro é morto a tiros

Comerciante é morto com 4 tiros em Guarapari
Vítima era proprietário de banca de revistas há 12 anos

O dono de uma banca de revistas de Guarapari foi executado na madrugada de ontem, enquanto dormia no sítio dele, que fica na localidade de Boa Esperança, no mesmo município. Hélio Santos Viana, 54 anos, foi morto com quatro tiros.
(...)

Uma das linhas de investigação é a de crime de mando. Isso porque, de acordo com o delegado Robson Damasceno, o comerciante morto tinha uma dívida de R\$ 15 mil – o que pode ter motivado o crime. O homicídio está sendo tratado como qualificado pelo fato de o criminoso ter utilizado recurso que impossibilitou a defesa da vítima.
(...)

De acordo com a polícia, nenhum suspeito havia sido preso até a tarde de ontem.

(Notícia de Almir Neto e Iara Diniz, *Jornal A Gazeta*, 09/01/2014, Cidades, Segurança, p. 14)

A manchete “Jornaleiro é morto a tiros” é um exemplo de como a estrutura de passiva é uma estratégia comunicativa de omissão do agente, devido ao desconhecimento de sua identidade, nesse caso, não se sabe quem é o assassino. O autor topicaliza o sujeito paciente, colocando em cena a vítima do crime de assassinato. Nota-se que ninguém conseguiu identificar, apontar, quem foi o suspeito do crime, nem mesmo o motivo da morte foi definido.

O gênero manchete “como enunciado curto e objetivo, sintetiza com precisão a informação mais importante do texto e sempre procura expressar o aspecto mais específico do assunto, não o mais geral” (COSTA, 2009, p. 143). Nas manchetes analisadas, o elemento de maior importância para o falante, que também é utilizado para atrair a atenção do leitor, é topicalizado. Este resultado também está de acordo com o sub-princípio funcionalista da ordenação linear, segundo o qual a ordem dos

elementos no enunciado revela a sua ordem de importância para o falante (GIVÓN, 1991, 1995).

Exemplo 3:

Nove pessoas são rendidas em casa de praia

Nove pessoas reféns na Ponta da Fruta

Os criminosos roubaram objetos da residência, além de um veículo Corolla

Nove pessoas – entre elas três crianças – foram reféns em um assalto ocorrido em uma casa de praia, na Ponta da Fruta, em Vila Velha, na madrugada de ontem. Os suspeitos do assalto foram presos, e todos os objetos roubados foram recuperados. Eles disseram que queriam curtir o carnaval e estavam sem dinheiro.

Os acusados do roubo são o montador Gilmar Gonzaga Santos Filho, 22 anos, o gesseiro Gideon Santana de Matos, 22, e o ajudante de pedreiro Jeferson Gomes Cândido, 19.

(...)

(Notícia de Ana Paula Mill, *Jornal A Gazeta*, 04/03/2014, Cidades, Segurança, p. 13)

A manchete “Nove pessoas são rendidas em casa de praia” mostra o foco do autor da notícia no sujeito paciente: nove pessoas foram reféns de assaltantes, não foi apenas uma pessoa, logo, a grande quantidade de pessoas rendidas chama a atenção do público leitor, a ponto de querer saber os detalhes desse crime, autor, localidade, feridos. Percebe-se que a identidade do agente da ação verbal é reconhecida, neste caso, os assaltantes, e está expressa na notícia: “Os acusados do roubo são o montador Gilmar Gonzaga Santos Filho, 22 anos, o gesseiro Gideon Santana de Matos, 22, e o ajudante de pedreiro Jeferson Gomes Cândido, 19”. Porém, esse agente da passiva não é expresso na manchete, porque o foco recai sobre as vítimas.

Observa-se que, embora o agente não esteja expresso na manchete, ele é expresso na notícia. Nas manchetes analisadas, isso só não ocorre quando o agente é desconhecido. Essa característica do gênero manchete de focalizar a informação mais importante do texto, a(s) vítima(s), demonstra que o agente tem baixa importância temática. A escolha dos itens lexicais também auxilia na interpretação da manchete e na hipótese do possível agente: quem rende alguém é um criminoso, geralmente chamado de bandido, assaltante, isso faz parte do conhecimento de mundo das pessoas. Logo, não interessa expressar esses agentes na manchete, uma vez que estão expressos na notícia e o leitor saberá entendê-la completamente.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

A supressão do agente também pode ser entendida como uma estratégia de colocar sobre o sujeito paciente toda a responsabilidade pela ação executada contra ele, como parece ser o caso da manchete a seguir.

Exemplo 4:

Professor é intimado a voltar ao trabalho

Greve de professores

Sindicato terá que pagar multa de R\$ 631 mil

Movimento foi mantido e considerado ilegal pela Justiça

Uma multa de R\$ 631 mil terá que ser paga pelo Sindicato dos Professores da rede estadual (Sindiupes) por não suspender a greve da categoria. A ilegalidade do movimento já havia sido decretada pela Justiça em decisão do dia 14 de abril. Porém, os professores não voltaram às aulas, como exigia a decisão. A continuidade da greve foi reforçada ontem, em assembleia da categoria.

(...)

Um dos entraves é a reposição das perdas salariais que o governo se diz impedido de conceder por causa do período eleitoral

(...)

A decisão concedida ontem é do desembargador Carlos Henrique Rios do Amaral, em um recurso feito pelo governo ao Tribunal de Justiça.

(...)

O procurador-geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice explicou que essa foi uma “medida coercitiva” dentro da lei, encontrada para dar solução ao conflito, visto que a categoria não aceitou o que havia sido pactuado nas reuniões com a mediação do Ministério Público. Ele disse que havia a esperança de um consenso entre governo e professores.

(...)

(Notícia de Elton Lyrio, *Jornal A Gazeta*, 16/05/2014, Cidades, Justiça, p. 03)

Embora o agente da passiva seja pressuposto e recuperável no contexto, “desembargador Carlos Henrique Rios do Amaral”, o modo como a cláusula é construída, “Professor é intimado a voltar ao trabalho”, confere ao professor toda a responsabilidade sobre a greve. O uso da forma no singular “professor” reforça essa ideia, além de mostrar a fragilidade da categoria em conseguir negociar com o governo, uma vez que os professores não são vistos em conjunto, mas como um indivíduo facilmente controlado. Responsabilizados pelos problemas causados com a greve, apesar de aparecer no papel de sujeito paciente, aquele que sofre uma ação, não são considerados como vítimas. E isso é verificado no corpo da notícia, com o uso de estruturas como “essa foi uma ‘medida coercitiva’ dentro da lei”, “um dos entraves é a reposição das perdas salariais que o governo se diz impedido de conceder por causa do período eleitoral”, “a categoria não aceitou o que havia sido pactuado”.

Como se verificou que a maioria das estruturas de passiva (86,80%), encontradas no jornal *A Gazeta*, no período informado, não tem o agente da passiva expresso, houve uma preocupação em alguns dos elementos que aparecem no lugar do agente.

Bechara (2009, p. 434-435) adverte que: “nem todo termo introduzido pela preposição *por* funciona como complemento de agente, principalmente se apresenta o traço *não animado*, referente a uma coisa, quando deve ser classificado como adjunto circunstancial de causa ou meio”.

Do total de manchetes encontradas, 16 apresentam uma causa introduzida pela preposição “por” no lugar do agente, e apenas uma veicula tempo, como se pode observar nas manchetes a seguir.

Exemplo 5:

Sindicalista é preso por morte da amante (<i>A Gazeta</i> , 07/05/2014, Cidades, Segurança)
Vendedor é preso por causa de atestado falso (<i>A Gazeta</i> , 05/06/2014, Cidades, Segurança)
Um veículo é roubado por hora no Estado (<i>A Gazeta</i> , 02/04/2014, Cidades, Segurança)

O agente da passiva também é substituído por outros elementos, que não introduzidos pela preposição “por” e que veiculam diferentes sentidos como consequência, modo, tempo, causa, meio, instrumento, lugar e fim. Seguem alguns exemplos.

Exemplo 5:

Quatro rapazes são feridos em tiroteio com a PM (<i>A Gazeta</i> , 06/01/2014, Cidades, Segurança)
Apartamento em Itapoã é usado como laboratório de drogas (<i>A Gazeta</i> , 23/01/2014, Cidades, Segurança)
Campeã do carnaval será conhecida hoje (<i>A Gazeta</i> , 25/02/2014, Cidades, Entretenimento)
Ex-diretores do Detran são acusados de fraude (<i>A Gazeta</i> , 31/05/2014, Cidades, Segurança)
Ladrões são perseguidos por helicóptero (<i>A Gazeta</i> , 27/01/2014, Cidades, Segurança)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Jovem é morta com 14 tiros por dar fora em homem (A <i>Gazeta</i> , 17/02/2014, Cidades, Segurança)
Corpo de paraquedista é encontrado no Rio de Janeiro (A <i>Gazeta</i> , 05/01/2014, Cidades, Segurança)
Professor é intimado a voltar ao trabalho (A <i>Gazeta</i> , 16/05/2014, Cidades, Justiça)

Para a análise, foram selecionadas tanto as manchetes com agente da passiva expresso, como aquelas com passiva sem o agente expresso. Nessas últimas, analisamos as possíveis estratégias de desfocalização do agente, que poderia explicar seu apagamento, como pode ser percebido nos exemplos arrolados.

Uma primeira seleção considerou as ocorrências de passiva em todo o jornal, dividido em áreas como segurança, esportes, política entre outras, com o intuito de identificar em qual área a passiva seria mais recorrente. Nesse levantamento, foram contabilizadas 1946 manchetes, das quais 144 apresentam estrutura de passiva analítica.

O quadro 1, a seguir, resume todos esses dados, proporcionando uma melhor visualização.

Manchetes em geral 1946	Manchetes com passiva analítica 144 (7,39%)	
	Manchetes policiais com passiva analítica 91 (63,19%)	
	com agente expresso 19 (13,20%)	sem agente expresso 125 (86,80%)
	agente pressuposto/recuperável 86 (68,80%)	

Quadro 1 – Ocorrências de passiva analítica

Como se pode observar no quadro 1, os resultados demonstram que, no período analisado, apenas 7,39% das manchetes contêm estrutura de passiva analítica. Entretanto, considerando a distribuição dessas estruturas em diferentes áreas temáticas do jornal, verificou-se que na seção referente às manchetes policiais, aquelas relacionadas a crimes, há uma considerável quantidade de estrutura de passiva. Das 144 ocorrências totais, 91, ou seja, 63,19% das passivas encontram-se nesse contexto específico. E dessas 91 ocorrências, 125 (86,81%) não apresentam o agente expresso. Das manchetes sem o agente expresso, em 68,80% (cerca de 86), o agente é pressuposto e recuperável por inferências ou pelo contexto da notícia.

5. A voz passiva no ensino de língua portuguesa

A partir do levantamento e da análise das estruturas de passiva sob a perspectiva centrada no uso da língua, é possível pensar no ensino dessa estrutura de uma maneira efetivamente aplicada.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) ressaltam que “a reflexão sobre as linguagens e seus sistemas (...) é mais do que uma necessidade, é uma garantia de participação ativa na vida social, a cidadania desejada” (PCN, 2000, p. 6).

Nesse contexto, uma das competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, é “compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade”. (PCN, 2000, p. 10)

As relações linguísticas, longe de serem uniformes, marcam o poder simbólico acumulado pelos seus protagonistas. Não existe uma competência linguística abstrata, mas, sim, uma delimitada pelas condições de produção/interpretação dos enunciados, determinados pelos contextos de uso da língua. Ela é um código ao mesmo tempo comunicativo e legislativo. Apenas o domínio do código restrito não resulta no sucesso da comunicação. Algumas situações de fala e escrita podem inclusive produzir o silêncio daquele que se sente pouco à vontade no ato interlocutivo. (PCN, 2000, p. 11)

Assim, o ensino de língua portuguesa não deve ser para mostrar uma visão estática de gramática, ou uma língua com construções fechadas em si, cheias de itens gramaticais, mas deve mostrar uma língua dotada de sentido, com estruturas fluídas e que está em constante mudança. Isto é refletir sobre a linguagem. O ensino da voz passiva analítica não tem de apontar essa estrutura como uma mudança da voz ativa para a passiva ou apenas indicar sua classificação sintática. Deve, sim, fazer refletir sobre estratégias de uso dessa estrutura, como tentamos pontuar com este trabalho.

Necessária também é uma reflexão sobre o contexto de produção de textos. O ensino de língua portuguesa deve de dar por meio dos gêneros textuais, a fim de evidenciar os propósitos comunicativos do falante/escritor. Frases soltas, sem sentido algum para os alunos, não os fazem refletir sobre a significação da linguagem.

O uso depende de se ter conhecimento sobre o dito/escrito (a leitura/análise), a escolha de gêneros e tipos de discurso. Tais escolhas refletem conhecimento e domínio de “contratos” textuais não declarados, mas que são implícitos. Tais contratos exigem que se fale/escreva desta ou daquela forma, segundo este ou aquele modo/gênero. Disso saem as formas textuais. (PCN, 2000, p. 22)

6. *Considerações finais*

O gênero textual manchete se caracteriza por ser um enunciado objetivo e curto. A estrutura de passiva analítica, nos estudos centrados no uso, apresenta certa complexidade, por apresentar uma estrutura maior que a ativa, mas que é muito comum no gênero manchete, muito presente no cotidiano dos usuários da língua.

Foram constatadas diferentes estratégias de uso da estrutura de passiva no gênero manchete: por ser o agente pressuposto, por desconhecimento da identidade do agente da passiva, pelo foco do autor no sujeito paciente, devido a sua importância temática, para despertar a atenção do leitor por meio da desfocalização do agente.

Observou-se que os subprincípios icônicos da quantidade e da ordenação linear são passíveis de serem aplicados na análise dos dados, confirmando que a estrutura de passiva é maior que a ativa, portanto, mais complexa que esta, e evidenciando o elemento de maior importância para o falante/escritor, o que explica sua colocação em primeiro lugar na sentença. Considerando também o princípio da marcação, pode-se afirmar que nas manchetes policiais, a estrutura de passiva é não marcada, já que é parte da estrutura composicional desse gênero.

A análise dos dados por meio de uma perspectiva centrada no uso possibilita um novo olhar para o estudo da passiva analítica, visto que, rompe com os métodos tradicionais de ensino e proporciona uma reflexão sobre esse fenômeno linguístico. A compreensão das intenções de comunicação, os contextos discursivos, as funções dos gêneros textuais são aspectos necessários no ensino de língua materna. O aluno não deve ser formado em técnicas linguísticas, mas precisa ser instrumentalizado para o uso efetivo da língua em diferentes contextos de interação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A *GAZETA*, janeiro-junho 2014.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Parte II: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC/SEF, 2000. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12598:publicacoes>. Acesso em: 03-08-2015.

COSTA, S. R. *Dicionário de gêneros textuais*. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FURTADO DA CUNHA, M. A. A complexidade da passiva e as implicações pedagógicas do seu uso. *Linguagem & Ensino*, vol. 3, n. 1, 2000.

_____.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A (Orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X; FA- PERJ, 2013, p. 13-39.

GIVÓN, T. *Syntax: An Introduction*. vol. 2. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

_____. Serial verbs and the mental reality of “event”: grammatical vs. cognitive packaging. In: TRAUGOTT; HEINE. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*, vol. 1, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991, p. 81-127.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

LIMA, C. H. da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 51. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. Rev. e atual. São Paulo: Globo, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

MARTELOTTA, M. E.; ALONSO, K. S. Funcionalismo, cognitivismo e a dinamicidade da língua. In: SOUZA, E. R. (Org.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 87-106.

SHIBATANI, Masayoshi. Passives and related constructions: a prototype analysis. *Language*, vol. 61, n. 4, p. 821-848, 1985.

TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

**MARTINHO DA VILA:
UM GRIOT NA PÓS-MODERNIDADE**

Patrícia Luísa Nogueira Rangel (UNIGRANRIO)
rangelluisa@ig.com.br

Idemburgo Pereira Frazão Félix (UNIGRANRIO)
professorfrazao@uol.com.br

RESUMO

O presente artigo objetiva estabelecer uma relação entre o griot do passado e o que, neste trabalho, se entende por Griot contemporâneo. O primeiro tipo de griot preservava suas *tradições* e costumes, através da arte de narrar, cantar e recitar, oralmente. Já o segundo, pós-moderno por excelência, assume diversas faces. Deixou de ser ágrafo, apropriou-se das formas de expressão contemporâneas, inclusive adentrando no campo da canção popular. Esse é o caso de artistas negros como Martinho da Vila, compositor e cantor, que conta sua história, trazendo, para o grande público, aspectos importantes da cultura de matriz africana. Para isso, utiliza letras, melodias e performances peculiares. Martinho, ao compor ou cantar, preserva tradições e costumes, ou seja, possibilita que se reflita sobre questões importantes acerca da identidade étnica. Entende-se, neste trabalho que, mesmo depois da abolição da escravatura, em 1888, o negro vem sendo marginalizado, segregado e oprimido pelo discurso dominante e que o cantor e compositor Martinho da Vila, através de sua arte, dá voz a esses atores sociais (subalternos) que não podem ou não sabem se expressar.

Palavras-chave:

Martinho. Griot. Pós-Modernidade. Identidade. Cultura de matriz africana.

1. Introdução

O presente trabalho constitui em relacionar o griot no passado com o griot contemporâneo, tendo como ponto central a narrativa de tradição e cultura afro-brasileiro. A oralidade era o meio pelo qual os *griots* africanos, principalmente pela ausência da escrita, transmitiam seus bens culturais, preservando, assim, identidade de um povo.

Nos dias atuais, pós-moderno, o *griots* continuam com a arte de narrar, resgatando a memória de um grupo étnico, como artifícios de preservação de história e cultura, e por sua vez reafirmando a identidade desse grupo. No entanto, esse griot contemporâneo assume diversas faces, e tem representação em artistas negros, como Martinho da Vila, com sua arte de compor e cantar, adotando letras, melodias e performances peculiares.

Martinho José Ferreira, Martinho da Vila, nasceu em uma família de lavradores, em Duas Barras (Rio de Janeiro), em 12 de fevereiro de 1938. Sua carreira como compositor começou na Extinta Escola de Samba Aprendizes da Boca do Mato, na Serra dos Pretos Forros (RJ), e a partir de então, sua carreira artística o define como esse griot na pós-modernidade.

Este artigo considerará o samba enredo da Escola de Samba Vila Isabel do ano 1972, “Onde o Brasil aprendeu a liberdade”, de composição de Martinho, enfocando um fato histórico “Batalha dos Guararapes”, em que houve participação ativa dos negros e índios ao lado dos portugueses, e leva aos ouvintes a apreciação do legado cultural deixado pelos nossos antepassados africanos.

Enfim, se antes o griot africano preservava sua história em sua comunidade, o griot pós-moderno, com a globalização, tem a oportunidade de atingir um número maior de pessoas, de forma que através da voz do sambista Martinho, artista reconhecido e respeitado tanto no próprio país como no exterior, os negros têm sua história e cultura resgatada, e a identidade étnica fortalecida.

2. *Griot: contador de histórias*

De acordo com Hampâté Bâ (1982), a cultura africana não é isolada da vida cotidiana do homem e da comunidade em que este está inserido, e uma das características da cultura africana é a tradição oral, que diferente do que se pensa não se limita a histórias e lendas ou relatos mitológicos ou históricos.

Ainda segundo o autor, os *griots* são espécies de trovadores ou menestrelis que percorrem o país ou estão ligados a uma família, e são privilégios deles a música, a poesia lírica e os contos que animam as recreações populares e a história.

Hampâté Bâ (1982) conta que há três categorias de *griots*:

- os *griots músicos*, que tocam qualquer instrumento (monocórdio, guitarra, cora, tantã, etc.). Normalmente são excelentes cantores, preservadores, transmissores da música antiga e, além disso, compositores.
- os *griots “embaixadores”* e cortesãos, responsáveis pela mediação entre as grandes famílias em caso de desavença. Estão sempre ligados a uma família nobre ou real, às vezes a uma única pessoa.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

- os *griots genealogistas*, historiadores ou poetas (ou os três ao mesmo tempo), que em geral são igualmente contadores de história e grandes viajantes, não necessariamente ligados a uma família. (HAMPÂTÉ BÂ, 1982, p. 193)

Os *griots* possuem um status social especial: a eles é conferida a liberdade de falarem, podendo se manifestar à vontade, sendo até mesmo imprudentes e cínicos, no entanto, mesmo quando chegam a achincalhar das coisas mais sérias e sagradas, não lhes acarreta graves consequências, conforme declara Hampâté Bâ (1982). Os *griots*, em geral, “em geral dotados de considerável inteligência, desempenhavam um papel de grande importância na sociedade tradicional do Bafur²⁸ devido à sua influência sobre os nobres e os chefes”. (HAMPÂTÉ BÂ, 1982, p. 195)

O autor conta que uma das características da memória africana é a totalidade da reconstrução de um acontecimento ou narrativa. A arte de ser contador de história não é simplesmente recordar, mas tornar um fato passado como um evento presente, no qual todos participam tanto o narrador e os ouvintes. Hampâté Bâ (1982) comenta que somente é “contador de histórias a menos que possa relatar um fato tal como aconteceu realmente, de modo que seus ouvintes, assim como ele próprio, tornem-se testemunhas vivas e ativas desse fato”. (HAMPÂTÉ BÂ, 1982, p. 208)

Por tradição, não se tem o direito de resumir, pois pode provocar o desaparecimento de algo que não se perceba, e todo detalhe é importante para a verdade do quadro. Nesse sentido, o fato, principalmente para adultos, deve ser narrado na íntegra ou não deve ser contado, pois é o concede autenticidade a tradição oral da memória africana.

Desde a infância éramos treinados a observar, olhar e escutar com tanta atenção, que todo o acontecimento se inscrevia em nossa memória como cera virgem. Tudo lá estava nos menores detalhes: o cenário, as palavras, os personagens e até suas roupas. [...] Para descrever uma cena, não preciso me “lembrar”, eu vejo em uma espécie de tela de cinema interior e basta contar o que vejo. Para descrever uma cena, só preciso revivê-la. E se uma história me foi contada por alguém, minha memória não registrou apenas seu conteúdo, mas toda cena – a atitude do narrador, sua roupa, seus gestos, sua mímica e os ruídos do ambiente... (HAMPÂTÉ BÂ, 2003, p. 13)

O autor declara que o meio está sempre transmitindo vibrações, que ao serem absorvidas, são revertidas em experiências para que, mais tarde, sejam oralizadas, de forma que os homens de conhecimento estão sempre à escuta, pois tudo fala e procura sempre comunicar-se.

²⁸ Constituiu as regiões de savana da antiga África ocidental francesa (savana ao sul da Saara)

Portanto, para Hampâté Bâ (2003), ao ancião cabe o papel de transmissão de histórias como mediador de preservação cultural de um povo, logo, à medida que cada um desses anciãos morre, é como uma biblioteca se queimando. Ki-Zerbo (1982) refere-se à morte de um dos *griots*, guardiões dos saberes populares, a um rompimento de uma fibra do fio de Ariadne²⁹, ou seja, rompe-se boa parte do conhecimento e das tradições africanas.

Os *griots* do passado preservavam suas tradições e costumes, através da arte de narrar, cantar e recitar, no entanto, vivemos em uma época em que surge um outro *griot*, o contemporâneo, que assume diversas características próprias desse tempo.

3. *Martinho: um griot da atualidade*

Nos tempos atuais, é possível estabelecermos uma aproximação entre o *griot* do passado e *griot* da atualidade, uma vez que artistas negros, como Martinho da Vila, cantor e compositor, apropriou-se de formas de expressões contemporâneas, e entra como agente responsável pela transmissão e preservação da história africana no Brasil.

Através de suas letras, melodias e performances, Martinho, possibilita uma reflexão sobre questões importantes acerca da identidade étnica, ou seja, conforme Bauman (2005), acerca de pessoas a que tem sido negado o direito de reivindicar uma identidade diferente da imposta, que têm suas vozes caladas e são classificadas como subclasses, logo, excluídas e exiladas.

Benjamim (1994, p. 197) comentou sobre o fim dos narradores, “a experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente”. O autor explica que o surgimento da imprensa teve grande colaboração, porque ela surge com o desenvolvimento do sistema capitalista, que trouxe profundas modificações tanto na sociedade como nas relações sociais.

O primeiro indício da evolução que vai culminar na morte da narrativa é o surgimento do romance no início do período moderno. O que separa o romance da narrativa da epopeia no sentido estrito é que ele está essencialmente vinculado ao livro. A difusão do romance só se torna possível com a invenção da

²⁹ Mito de Ariadne (mitologia grega): o fio de Ariadne apresenta um significado metafórico nos dias atuais, vinculado ao símbolo do labirinto, ele representa o fio que se tece a teia que vai guiar o homem e o ajuda-lo na sua busca do autoconhecimento.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

imprensa. A tradição oral, patrimônio da poesia épica, tem uma natureza fundamentalmente distinta da que caracteriza o romance. O que distingue o romance de todas as outras formas de prosa - contos de fada, lendas e mesmo novelas - é que ele nem procede da tradição oral nem a alimenta. Ele se distingue, especialmente, da narrativa. O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes. O romancista segrega-se. A origem do romance é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los. (BENJAMIM, 1994, p. 201)

Vaz (1978) declara que o griot africano é músico, cantador de história, menestrel e genealogista, tocador de um dos mais antigos instrumentos africanos (pluriarco) e ator. No entanto, na contemporaneidade, surgem novos narradores, que resgata essa relação entre o griot e o ouvinte, usando subsídios que pertencem ao tempo pós-moderno, sem abandonar a velha prática.

Benjamim (1994) declara que o narrador ao contar as histórias, o faz a partir de suas próprias experiências, e também incorpora às experiências dos seus ouvintes. E os *griots* africanos, os que transmitiam conhecimento da história coletiva da comunidade, atuavam como mediadores entre a tradição e seu povo, e assim, possibilitavam o equilíbrio da sociedade em que estavam inseridos, a partir de suas próprias experiências, repassando para os jovens, ou seja, os velhos se tornavam, como Benjamim (1994) declara, o cronista da história.

Os *griots* contemporâneos não são diferentes, pois os artistas se expressam performaticamente, buscando, a partir também de suas vivências, inspiração para efetivamente contar a história de seu povo: “...ser igual ao negro brasileiro/ que também já penou no cativo/ mas sempre foi de lutar e cantar...” (*No embalo da Vila*, Martinho da Vila, 1979).

De acordo com Hampâté Bâ (1982), apesar das nações modernas darem maior importância à escrita e terem a herança cultural divulgada através dela, a priori a escrita é resultado do testemunho oral transmitido de geração a geração.

Antes de colocar seus pensamentos no papel, o escritor ou o estudioso mantém um diálogo secreto consigo mesmo. Antes de escrever um relato, o homem recorda os fatos tal como lhe foram narrados ou, no caso de experiência própria, tal como ele mesmo os narra. (HAMPÂTÉ BÂ, 1982, p. 167).

Ki-Zerbo (1982) comenta que a história africana, até o presente momento foi mascarada, camuflada, desfigurada e mutilada, ou pela ignorância ou por interesse. Na voz de Martinho, o griot da atualidade, essa

história pode ser reescrita, porque esse contador/cantador de narrativas mostra, através de música, como o negro foi humilhado e sofreu. O autor complementa que reescrever a história trata-se de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens “esquecidas” ou “perdidas”, de forma a reconstruir um cenário verdadeiro, capaz de modificar o discurso.

Martinho da vila age como mediador entre a verdadeira história do negro e sociedade, e é nessa prática dialógica que ele se torna um griot da tradição e história cultural. Ao estabelecer um diálogo entre sua experiência pessoal e a sociedade, Martinho, como contador de história, estabelece um jogo com os ouvintes, em que sua presença, é marcada por sua voz e também pela sua performance, que envolve ritmo, gestos, entonação etc.

Na contemporaneidade, analisa-se as palavras no texto escrito, sem a evidência da performance detalhada. “É a linguagem, sobretudo em sua forma escrita que é concebida como veículo de modernidade, racionalidade e de como valor do intelecto” (FINNEGAN, 2006, p. 20). Em um mundo fragmentado, em que os padrões estabelecidos pela arte erudita e literária e as formas tradicionais de análise se tornam cada vez mais inadequados, de acordo com a autora, a arte dos povos colonizados e marginalizados no passado tornam-se corretas e parte do cenário, ou seja, a história pode ser contada pelos *griots* da pós-modernidade.

Os *griots*, além da transmissão da sua memória e experiência com o objetivo de preservar uma história, são uns artistas, porque apresentam singularidades próprias e são reconhecidos por tais características. Apresentam também habilidades diversificadas, como cantores, poetas, atores, dançarinos, entre outras (performance), que vai contribuir para transmissão da coisa narrada.

Nesse sentido, a voz se torna elemento imprescindível para que seja viabilizada essa narrativa. Finnegan (2006, p. 24) explica que tanto o som como a artesanaria da voz são indispensáveis para todas as artes verbalizadas performatizada e comenta, também, que “a canção e a poesia oral significam a ativação corporificada da voz humana”, seja através da fala, canto, entonação, coro, harmonia, a cappella etc.

4. *Martinho: canta a história e cultura do seu povo*

De acordo com Benjamim (1994), lembrar significa mais do que lembrar acontecimentos, mas envolve também relação afetiva, sensi-

bilidade e, acima de tudo, experiências pessoais. Através do ato de cantar e da performance, o artista expressa seus pensamentos, sua ideologia, e seus sentimentos, revela suas angústias, desejos e perspectivas, portanto, rememorar está ligado ao passado, e permite um diálogo com o presente e o futuro, pois possibilita conhecer representações sócio-político e cultural.

Ainda segundo o autor, a arte de narrar está rara, uma vez que estamos vivendo na era da informação, em que passamos a ser pobres de narrativas surpreendentes. Por outro lado, é o extraordinário e o miraculoso, que são narrados com a maior exatidão, no entanto, leitor/ouvinte “é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação” (BENJAMIM, 1994, p. 203)

Através da composição “*Onde o Brasil aprendeu a liberdade*” (Samba enredo da Escola de Samba Vila Isabel, 1972), Martinho rememora a Batalha dos Guararapes (1948-1949), ocorrida, na época, no morro de mesmo nome, e atualmente, Jaboatão dos Guararapes, em Recife. Nessa Batalha, “*aprendeu-se a liberdade/ Combatendo em Guararapes/ Entre flechas e tacapes/ Facas, fuzis e canhões/ Brasileiros irmanados/ Sem senhores, sem senzalas...*”, ou seja, na época da invasão holandesa no nordeste do Brasil, houve a união dos elementos de formação do povo brasileiro, em que todos eram livres e irmanados em uma só causa.

Conforme Schwarcz & Starling (2015, p. 62), a batalha dos Guararapes constituiu um marco zero da criação da nação brasileira, do ponto de vista pernambucano, e “essa história seria contada por gerações futuras com grandes doses de nativismo regional, estetizando-se a ideia de uma emancipação feita à base de ‘mistura racial’”. O negro africano, portanto, com essa passagem, é reconhecido como agente ativo na Batalha e em pé de igualdade com os brancos.

Martinho também divulga o significado das festas, resgatando às tradições populares, levando ao ouvinte a refletir sobre o sentido das festas no passado e, portanto, preservando como o griot as tradições de um povo.

...E a Senhora dos Prazeres
Transformando pedra em bala
Bom Nassau já foi embora
Fez-se a revolução
E a festa da Pitomba é a reconstituição
Jangadas ao mar

YouTube

pra buscar lagosta
pra levar pra festa
Em Jaboatão
Vamos preparar
Lindos mamulengos³⁰
Pra comemorar a libertação...

(Martinho da Vila, “Onde o Brasil aprendeu a liberdade”, samba-enredo da Escola de Samba Vila Isabel, 1972)

Martinho da Vila se utiliza de uma linguagem simples, a fim de manter um diálogo com o ouvinte e este por sua vez possa compreender a mensagem.

Segundo a tradição, Nossa Senhora dos Prazeres protegeu e fortificou os combatentes brasileiros, levando-os à vitória contra os holandeses na Guerrilha dos Guararapes. O general Francisco de Menezes instigou exaltação todos os anos à santa, ficando definido pelos monges o início todas as segundas-feiras após o domingo de páscoa.

Mesmo diante de um mundo pós-moderno, Martinho da Vila consolida a cultura do povo brasileiro, principalmente por citar em suas músicas a diversidade rica que nosso país possui, e que muito tem influência do povo africano.

E lá vem maracatu, bumba-meu-boi, vaquejada
Cantorias e fandangos
Maculelê, marujada,
Cirandeiro, cirandeiro,
Sua hora é chegada
Vem cantar esta ciranda
Pois a roda está formada
Cirandeiro, cirandeiro, ó
A pedra do seu anel
Brilha mais do que o sol.

YouTube

(Martinho da Vila, “Onde o Brasil aprendeu a liberdade”, samba-enredo da Escola de Samba Vila Isabel, 1972)

Segue o compositor com enumeração de tradições populares, bem como o sincretismo cultural entre brancos, negros e índios, elementos formadores do povo brasileiro.

O maracatu é uma dança afro-brasileira, que surgiu com as irmandades negras do Rosário, tendo sua dança associada aos Reis Congos. De acordo com Guillen (2004), teve início no século XVII, quando a igreja

³⁰ Fantoches típicos do nordeste, principalmente, Pernambuco.

proibiu manifestações populares no interior dos templos. Após a última eleição do Rei do Congo, reinado que durou de 1848 até 1872, sacralizada pela igreja Católica, surgiram os cortejos reais, características do maracatu.

Quanto ao bumba-meu-boi...

podemos encontrar em diferentes Estados brasileiros ritmo, dança, temáticas, personagens, indumentárias e até mesmo o jeito de se apresentar ao público de formas distintas. Os nomes deste folguedo, também sofre alterações frente ao espaço em que se fixaram, como exemplo podemos citar que nos estados do Maranhão Rio Grande do Norte, Alagoas e Piauí a festa do boi é denominada de bumbá-meu-boi. Já no Ceará e Espírito Santo como boi de reis, no Paraná e Santa Catarina é conhecido como boi de mamão e finalmente no Pará e Amazonas boi-bumbá. E pelo Brasil a fora é possível encontrarmos outras denominações para este festejo folclórico, bem como a força ou não de sua representação cultural. (ROCHA et al, 2015, p. 114)

Brasil é um país rico culturalmente e com a vinda dos escravos africanos, estes tiveram grande parcela de contribuição nas manifestações culturais no ritmo, na vestimenta e instrumentos.

O maculelê é uma manifestação cultural com dança e cantos, oriunda da Bahia, cuja história é desconhecida, no entanto, a maioria das lendas está indireta ou diretamente ligada à origem africana, no entanto, a essência dessa tradição é que um guerreiro, ao ver a tribo sendo invadido por inimigos, consegue vencê-los com apenas dois bastões. Esse guerreiro ora é o negro fugitivo, que encontrou na tribo indígena refúgio, ora é, em outra lenda, um índio preguiçoso e desastrado, e ora a lenda ocorreu em uma aldeia Iorubá, de origem africana. Enfim, há várias versões.

Falcão (2009) comenta que de instrumento de guerra, o Maculelê passou a ritual de dança-luta, repassadas às novas gerações. O autor ainda registra que essa manifestação é uma cultura disseminada, atualmente, pelos capoeiristas.

O instrumento fundamental é o atabaque e muitos dos cantos são do candomblé, canções de escravos e outras que fazem menções os cantos indígenas.

A marujada também é uma manifestação cultural de origem dos negros escravos, predominantemente no Pará. Azevedo (2003) comenta que originou com a autorização dos senhores de escravos para criação de uma igreja para abrigar a irmandade de São Benedito e em agradecimento, os negros dançaram na casa de seus senhores marujada. Ainda segundo a autora, essa manifestação cultural tem como principal característica

a dança no ritmo “retumbão”, o puro lundum que saiu da senzala para o salão aristocrático.

A cultura brasileira com contribuição africana se materializa na voz de Martinho, que passa a ocupar a posição de griot na pós-modernidade, resgatando as lembranças, através de suas letras, performance e melodia. De maneira que, com uma linguagem simples nas composições, o artista proporciona a reafirmação da identidade de um grupo.

5. Conclusão

Ao comentar sobre o griot africano e do passado, neste trabalho, pensa-se no ato de narrar, através da oralidade, passada de geração a geração, em que a memória coletiva tem um papel importante nesse processo sócio-político.

Martinho da Vila, o compositor em estudo, é comparado a um novo griot, que, como no passado, utiliza-se da sua voz para narrar a história e as tradições culturais de um povo, e assim, permitir aos ouvintes que reafirmem sua identidade. E o artista se torna uma porta voz dos que são silenciados pela máquina do poder, uma vez que o narrador se apropria de suas experiências pessoais e coletivas e assume uma postura sócio-política.

A construção do samba enredo da escola Vila Isabel, “Onde o Brasil aprendeu a liberdade”, em 1972, demonstra a sabedoria do compositor, o rememorar a Batalha dos Guararapes, conhecida como batalha da “mistura de raças”, pois foi com a união do negro, índio brancos, os três elementos formadores da população brasileira. Martinho também comenta sobre a riqueza cultural que o país possui, graças como maculelê, marujada, Bumba-meu-boi etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Luíndia. Marujada de Bragança (PA): (Des)construções e construções. *Revista Internacional de Folkcomunicação*, n. 1, 2003.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FALCÃO, José Luiz Cirqueira. Maculelê. In: _____. *Currículo em debate*. Goiás: Governo do Estado de Goiás/Secretaria de Educação. Caderno 7.4 Educação Física, 2009.

GUILLEN. Isabel C. Martins. Rainhas coroadas: História e ritual nos maracatus-nação do Recife. *Caderno de Estudos Sociais*, vol. 20, n. 1. Recife, 2004.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: _____. *História geral da África, I: metodologia e pré-história da África*. Editado por Joseph Ki-Zerbo. São Paulo: Ática; UNESCO, 1982.

_____. *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2003.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução geral. In: *História geral da África, I: metodologia e pré-história da África*. Editado por Joseph Ki-Zerbo. São Paulo: Ática; UNESCO, 1982.

MARTINHO DA VILA. Disponível em:
<<http://www.martinhodavila.com.br>>.

ROCHA, José Geraldo et al. Boi Bumba is guaranteed and Capricious. *Fiep Bulletin*, vol. 85, Special Edition – Article I, 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

VAZ, Carlos. *Para um conhecimento do teatro africano*. Lisboa: Ulmieiro, 1978.

MEMÓRIAS DISCURSIVAS CIRCULANDO EM REDES

Adriana Leal de Andrade (UNEB)

a.adrianalv@gmail.com

Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB)

gilbertosobral@bol.com.br

RESUMO

O presente artigo visa, à luz da análise de discurso de linha francesa filiada a Pêcheux, analisar a formação discursiva que interpela os sujeitos administradores da *fanpage* “Moça, você é machista? Sim, com muito orgulho” situados na plataforma do *facebook*. Para esta análise, foi realizado um recorte da *fanpage* que consistiu em: capa; perfil; título e assunto da *fanpage* que são os elementos que identificam a temática abordada pelos administradores. O recorte realizado contribuiu para descortinar a linguagem, a qual, de acordo com a análise de discurso não é transparente, e revelar a ideologia que reside no interior do discurso. Assim, notamos que a ideologia que constitui a base para os discursos proferidos na *fanpage* é a religiosa. Ela representa a memória onde os sujeitos buscam as referências em defesa da causa que propõe, isto é, nessa memória os sujeitos buscam os discursos para contrariar o radicalismo do movimento feminista que para os administradores tendem a segregar o homem e a descharacterizar e desarmonizar o núcleo de família (pai, mãe e filhos) estabelecido pela igreja. Nesta análise chega-se a conclusão de que todos os discursos e imagens utilizadas fazem parte de um já-dito em algum lugar/tempo social e que os sujeitos as retomam para contraidentificar-se com formação discursiva do feminismo.

Palavras-chave: Análise do discurso. Memória. *Fanpage*. Machismo.

1. Introdução

O presente artigo originou-se a partir da indagação de uma *fanpage* da rede social *Facebook* que se qualifica como defensora de uma causa, a qual, é intitulada como “Moça, você é machista? Sim, com muito orgulho”. Após uma revolução das mulheres com o movimento feminista e as discussões sobre o mal que atitudes machistas provocaram e ainda provocam; tanto a pergunta, quanto a resposta nos causa espanto. Afinal, porque um grupo de pessoas, algumas destas mulheres, criaria uma *fanpage* em defesa do machismo?

Diante disso, iniciou-se, à luz da Análise de Discurso de linha francesa (análise de discurso) filiada a Pêcheux, a pesquisa cujo objetivo é analisar quais ideologias interpelam os sujeitos organizadores da *fanpage*, quais formações discursivas estão sendo utilizadas e como esse discurso foi construído na página do *facebook*. O objeto da pesquisa ana-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

lisado neste artigo é o enunciado delimitado na capa da *fanpage*, foto do perfil, o título da página e o assunto da página que são os elementos que identificam a *fanpage* e a formação discursiva inicial do grupo:



Em seguida, a fim de obter mais informações sobre os discursos que circulam na página, buscou-se, por meio de uma observação direta, conhecer a *fanpage*, identificar que tipo de postagens eles compartilham e que público curte a *fanpage*.

A observação contribuiu para obter uma visão geral da página, assim é que foram identificados os staffs (administradores) dessa página, os quais são formados por um grupo de oito pessoas despostos com os seguintes pseudônimos: Dronets, Badass, Cristine, Joss, Caos, Bia, Trator, Lorena.

As postagens que os administradores costumam fazer estão vinculadas, em sua maioria, ao aborto, ao corpo e ao comportamento de mulheres consideradas “socialmente imorais”, bem como, a diferença dos discursos feministas direcionados a homens e a mulheres, onde discursos feministas são considerados pelo grupo como enunciados de mulheres que se alto vitimizam para obtenção de benefício próprio, assim, eles colocam esses discursos paralelamente ao comportamento masculino de forma a exaltar a conduta do homem e a desqualificar os discursos feministas. A maioria dos *posters* da *fanpage* aqui estudada é sustentada pelo discurso religioso. É nessa memória discursiva que os sujeitos dessa *fan-*

page vão buscar as formações discursivas que fazem sentido a sua forma-sujeito e possam ser útil para contraidentificar os discursos feministas.

Ao analisar o título da *fanpage* sob a luz da análise de discurso, observa-se que a memória social é visitada e o discurso é retomado/regularizado ao utilizar o termo “Moça” que retoma formações discursivas de matriz religiosa como a valorização da castidade ou a condenação da luxúria. Dessa forma, sabe-se de que lugar o sujeito fala e o que pode e deve ser dito dentro da formação discursiva que o afeta. A pergunta e a resposta determinam a formação discursiva com a qual ocorre o questionamento e como consequência a contraidentificação, nos termos da análise de discurso. Sendo assim, a forma-sujeito adquire um efeito-sujeito conflitante e questionador dos saberes da formação discursiva feminista e se constrói em forma de resposta e de provocação a estes saberes.

A *fanpage* também retoma/reorganiza em sua formação discursiva o provérbio “Quem é rei nunca perde a majestade” e estabelece uma relação analógica entre o rei e o leão ao expor a imagem deste surgindo da escuridão. O leão visto como rei não é um discurso novo, mas, o sujeito acreditando ser a origem do discurso, esquece-se disso e o reproduz no espaço/tempo da condição de produção em que se encontra. Daí ele reutiliza-o para contra argumentar a formação discursiva feminista, nessa relação o leão representa a força e também a razão, além de estabelecer os lugares em que homem e mulher devem estar na sociedade – já que o comportamento do leão e da leoa é semelhante ao de uma família patriarcal -, ao mesmo tempo em que, naturaliza essa relação de poder em que a mulher deve ser a frágil, a quem cuida dos filhos e do marido, enquanto o homem é naturalmente o rei e, por isso, detém a razão.

A mão fechada em punho, como se estivesse dando um soco, é utilizada no perfil e significa o xeque mate da contra-argumentação do discurso proferido pela *fanpage*. Os textos e imagens que representam o perfil da *fanpage* estão interligados semanticamente, portanto, isso denota que eles dialogam entre si e representam discursivamente a ideologia que os interpelam.

2. Considerações teóricas

A teoria que serve de base para este artigo é a análise de discurso de linha francesa filiada a Pêcheux (1988). Para ele o sujeito é constituído em duas noções: a do inconsciente e o da ideologia. Estas noções es-

tão intrinsecamente relacionadas, isso significa que o sujeito em sua constituição social é interpelado pela ideologia, mas não a reconhece, pois é ao mesmo tempo, constituído em sua psique pelo inconsciente, trata-se, portanto, de um sujeito que não é a origem de seu discurso por ser duplamente afetado. Em análise de discurso, o sujeito é concebido como um sujeito histórico e ideológico que produz seu discurso sob a ilusão de que é a origem do que diz (cf. ORLANDI, 2000, p. 35). Esta ilusão procede pelo fato da formação discursiva – definida como aquilo que determina o que pode e deve ser dito numa dada formação ideológica – estar no plano do inconsciente, o sujeito, portanto, imagina serem dele os discursos, mas é, de fato, um discurso já preexistente.

Logo, se os discursos preexistem, podemos afirmar que eles se repetem e, de acordo com Pêcheux (1988), se há repetição é porque a memória, que é social, é retomada e regularizada, por meio de relações parafrásticas no interior de uma formação discursiva. No entanto, para análise de discurso, a repetição nem sempre se dá de forma idêntica ao já-dito, ao contrário, pode ocorrer um deslizamento dos dizeres se o sujeito do discurso contraidentificar-se ou mesmo desidentificar-se com uma formação discursiva, pois, de acordo com Pêcheux, “um enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. (PÊCHEUX, 1983/1990, p. 53)

É essa a noção de memória estabelecida pela análise de discurso. Vista dessa maneira, portanto, a memória comporta todos os dizeres, suficientemente porosos, de modo que, as formações discursivas possam interagir umas com as outras, de tal forma, que possam ser retomadas sem necessariamente serem idênticas ao já-dito para que dentro de uma condição de produção o pré-construído – que também são discursos que possui todos os sentidos -, possam passar pelo filtro de uma formação discursiva, e conseqüentemente adquirir apenas uma definição que faça sentido para a forma-sujeito do sujeito do discurso.

Ainda a respeito desse conceito é preciso discorrer um pouco sobre o interdiscurso. Orlandi (2000) diz que “o interdiscurso funciona como a memória do dizer”, sendo assim, podemos retomar a fala de Pêcheux (1975/1988, p. 162) que propõe

chamar de interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 1975/1988, p. 162)

O interdiscurso, portanto, comporta todos os dizeres e sentidos já construídos socialmente e, assim sendo, o pré-construído que é um elemento discursivo que se encontra no interior do interdiscurso, também carrega em si todos os discursos já formulados, isto é, uma palavra não terá apenas um sentido, mas todos os sentidos que a ela um dia foi atribuído. Desse modo, para que as outras memórias sejam excluídas e o pré-construído tenha um único sentido, ele precisa ser filtrado pela formação discursiva, pois, é a formação discursiva que vai definir o que pode ou não ser dito dentro formação ideológica. Haroche citado por Brandão caracteriza formação ideológica como um elemento capaz de intervir como força confrontada com outras forças, numa dada formação social. Segundo esses autores,

[...] cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relações às outras. (HAROCHE et al., *apud* BRANDÃO, 1986, p. 38)

Com esse conceito de formação ideológica podemos então citar Pêcheux (1988, p. 161) para dizer que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos de seu discurso, pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”, ocorre, portanto, a identificação do sujeito com a formação discursiva e esta identificação é resultado de uma forma-sujeito efetuada pela tomada de posição, nesse sentido, o sujeito toma consciência do objeto ao superpor sua identificação na identificação resultando, nesse momento, o desdobramento do sujeito. O que parece, no entanto, um sujeito dotado de unicidade é, na verdade, a produção de um efeito-sujeito, visto que o sujeito, que acredita ser o dono do discurso, o produz sob a ilusão da unicidade, sendo esta, apenas uma primeira modalidade de tomada de posição.

Acontece que o sujeito não está imune à mudança de posição no que tange a formação discursiva que sua forma-sujeito põe em ordem, ela pode se contrapor a esta formação discursiva e provocar uma tensão na e sobre forma-sujeito, nesse sentido, a desidentificação é parcial, pois o que ocorre é uma separação e não uma reduplicação. Há a possibilidade também, de o sujeito se desidentificar por completo de uma formação discursiva, movimentando-se para outra formação discursiva.

Em decorrência disso, pode-se afirmar que o sujeito da análise de discurso comporta uma formação discursiva que abriga em seu interior a diferença e a divergência, sendo ao mesmo tempo heterogenia e não

idêntica a si mesma. É sobre estes signos que a ideologia si inscreve e do mesmo modo a formação discursiva é atravessada por outros saberes que o torna ao mesmo tempo igual e diferente. Portanto, estamos diante de um sujeito fragmentado cuja Courtine citado por Indursky, "chamar-se-á domínio da forma-sujeito ... o conjunto das diferentes posições de sujeito em uma formação discursiva como modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação ao sujeito do saber...". (COURTINE, 1981, *apud* INDURSKY, 2008)

Sendo assim, a forma-sujeito pode tomar diversas posições-sujeito diferentes estabelecendo um contraponto com a posição-sujeito dominante que pode está no âmbito tanto do acontecimento discursivo que ocorre quando o sujeito do discurso se desidentifica com uma forma-sujeito passando a identificar-se com outra forma-sujeito como no âmbito do acontecimento enunciativo que representa uma contraidentificação com a forma-sujeito dominante sem com isso romper laços.

3. *Memória em circulação nas redes sociais*

A página “Moça, você é machista? Sim, com muito orgulho” é administrada por oito pessoas cujos pseudônimos são Dronets, Badass, Cristine, Joss, Caos, Bia, Trator, Lorena. Trata-se de uma *fanpage* que visa questionar e contra argumentar os discursos feministas, assim, a maioria das hipermídias³¹ - que aqui são vistos como um gênero discursivo híbrido – refere-se a atitudes e comportamentos de sujeitos que quebram as regras patriarcais. Como essas regras determinam um único núcleo de família e de gênero, não apenas as mulheres são abordadas, mas também, toda a diversidade sexual e de gênero. Tal *fanpage* tem como objetivo também ir de encontro à outra *fanpage* cujo título é “Moça, você é machista”, a qual defende o direito de mulheres. Nesse título, diferentemente da *fanpage* analisada neste artigo, há uma afirmação, um questionamento e uma tentativa de convencimento, isso significa que ao realizar tal afirmação é como se os administradores tentassem mostrar às mulheres que elas também são machistas e isso as prejudica, uma vez que, são elas mesmas que sofrem com tal ideologia.

³¹A hipermídia mescla o hipertexto com a multimídia. O prefixo *hiper*, na palavra hipertexto, refere-se à capacidade do texto para armazenar informações que se fragmentam em uma multiplicidade de partes dispostas em uma estrutura reticular. Através das ações associativas e interativas do receptor, essas partes vão se juntando, transmutando-se em versões virtuais que são possíveis devido à estrutura de caráter não sequencial e multidimensional do hipertexto. (SANTAELLA, 2014)

As hipermídias postadas pelos administradores da *fanpage* muitas vezes são agressivas e visam desprestigiar atitudes, comportamentos e pensamentos diferentes, daí temos, em sua maioria, seguidores do gênero masculino. Entretanto, observa-se também uma parcela menor de seguidores do gênero feminino. A partir de uma observação direta³² da *fanpage* e de seus fãs temos que os sujeitos que curtem sem muito questionamentos são sujeitos identificados com a doutrina religiosa protestante ou católica, portanto, nas redes, serão esses sujeitos que irão “viralizar” tais discursos.

O contexto social é altamente propício para esse tipo de discurso, pois, apesar da sociedade estar vivenciando mudanças significativas nas estruturas convencionais, sobretudo a do conceito de família, ainda persiste a memória discursiva do patriarcalismo e da ideia de moral enquanto valores construídos através da cultura, da educação, da tradição que orientam o comportamento humano dentro de uma sociedade. Tais valores encontram sua base na religião que, assim como antes, buscam cada vez mais poder de decisão e de convencimento perante a sociedade e para isso, infiltram-se, nos mais diferentes setores, um dos principais: o da política.

Além desse fator, as redes sociais proporcionam aos sujeitos associar-se com o maior número de pessoas imagináveis. É possível, a partir delas, comunicar-se e articular-se com diferentes pessoas com mesmos gostos, interesses e ideologias. Com isso, os discursos se fortalecem e aquilo que a princípio não poderia ser dito ganha liberdade, visto que encontram adeptos do discurso ou, segundo os organizadores, da causa.

A observação direta proporcionou perceber as principais formações discursivas com as quais, os staffs da *fanpage* se identificam, bem como, as que eles se contraidentificam. A principal formação discursiva em que há uma identificação refere-se à estrutura familiar que segundo os discursos provenientes dessa página, o feminismo radical tende a destruir, uma vez que, promove a segregação entre homens e mulheres, supervalorizam a mulher sobrepondo-a ao homem e, defendem e promovem movimentos como: a marcha das vadias, casamento gay, liberação sexual, defesa da legalização do aborto. Nesse contexto o corpo feminino sempre é alvo de discursão e a mulher de conduta dessemelhante posta como uma degenerada. Em alguns momentos, o próprio discurso femi-

³²A observação direta é aplicada com base na Etnografia Virtual conceituada por alguns autores como Christine Hine, mas, neste artigo utilizamos como referência Amaral, Natal e Viana (2008).

nista é utilizado pelos usuários da *fanpage* como instrumento para desarticular e desconstruir o movimento feminista.

Essas são as condições de produção em que a formação discursiva da *fanpage* é construída. Nesse ponto, compreendemos, segundo as concepções de Pêcheux, que mesmo diante de discursos muito centrado na religiosidade, não se pode concebê-lo como dotado de unicidade, assim as formações discursivas comunicam-se numa relação sempre de força. Os discursos se estabelecem numa luta constante, de argumentos em que há sempre um dominante. Portanto, os sujeitos se localizam no lugar da contraidentificação, visto que é ela que produz a tensão na e sobre a forma sujeito.

4. Análise da construção fraseológica “Moça, você é machista? Sim com muito orgulho”

A locução “Moça, você é machista? Sim, com muito orgulho” que identifica a *fanpage* é antes de tudo uma provocação a mulheres feministas radicais. A retomada da memória da ideologia machista na pergunta e na resposta soa como uma afronta e um revide às imposições feministas. A pergunta iniciada pelo vocábulo “Moça” determina o gênero de quem responde, ou seja, é direcionada a uma mulher e não a um homem, logo a resposta é de uma mulher o que sugere um enfrentamento entre mulheres com discursos ideologicamente diversos. O termo “Moça” também alude pureza, castidade, assim, é esboçado uma formação discursiva com a qual ocorre o questionamento, a contraidentificação. Além disso, a palavra também identifica de que lugar o sujeito do discurso fala, no caso da *fanpage* é utilizada a ideologia religiosa que prega a ideia de que a mulher deve preservar o corpo para uma relação conjugal, por isso usa-se “moça” ao invés de garota, jovem, menina, mulher. Perceba que essa palavra possui diferentes sentidos, como, por exemplo, a de uma mulher jovem, a de uma garota que se tornou mulher, dentre outros, entretanto, esse pré-construído passa pelo filtro da formação discursiva da religião e adquire apenas um sentido.

A pergunta “Você é machista?” aparentemente poderia ser substituído pela pergunta “você é antifeminista?”, entretanto, apesar de haver uma linha tênue entre o termo machista e o termo antifeminista há uma diferença semântica que leva os sujeitos do discurso a acreditarem que a pergunta só pode ser dita daquela forma. A primeira indagação ecoa ainda mais provocativa que a segunda, já que, o sujeito que responde se as-

sume enquanto machista – ideologia sobre a qual o feminismo combate -, mas, ao mesmo tempo, seu posicionamento não é contra o feminismo em sua totalidade, mas com alguns discursos, sobretudo radicalistas, proferidos pela ideologia feminista, ou seja, eles concordam que as mulheres devam ter seus direitos respeitados, porém, discordam quando defendem a liberação do corpo feminino e destroem a estrutura familiar. Percebam que essas duas noções argumentativas do domínio feminista são discursos que vão de encontro ao que as religiões católica e protestante defendem. A estrutura da família representa a santa trindade: pai (Deus) – representado na figura do homem; mãe (Maria, mãe de Jesus) – representada na figura mulher e filho (Jesus Cristo). Observe que nessa representação e segundo a Bíblia, Maria, mesmo após estar grávida, permanece virgem, pura; daí a relação do corpo da mulher ter que se manter puro e casto e, a mulher que não segue essa regra ser vista como degenerada.

Note que a elocução usada na *fanpage* nos remeteu a outros discursos organizados no intradiscurso que se repetem, são refutados e transformados, portanto,

toda produção discursiva faz circular formulações anteriores, porque ela possui em seu domínio associado outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega... Isto é: em relação às quais esta formulação produz efeitos de memória específicos. (COURTINE, 1981, *apud* INDURSKAY, 2008)

Dessa forma o sujeito busca no interdiscurso as formações discursivas que se adequam a sua forma-sujeito, entretanto, é preciso dizer que “a contraidentificação evidencia que a forma-sujeito não é dotada de unicidade e isto permite diferentes modos de com ela identificar-se e subjetivar-se ocorram” (INDURSKAY, 2008). E, igualmente, é consentido ao sujeito da *fanpage* distanciar-se e questionar a formação discursiva do feminismo sem com ela deixar, em algum momento, de identificar-se, isto é, permite ao sujeito que em uma dada condição de produção ele busque na formação discursiva do feminismo discursos que façam sentido e que lhe convenham. Estando no lugar da fronteira a forma-sujeito do sujeito do discurso tem a possibilidade de ver através dos poros, de modo, a ora identificar-se e ora contraidentificar-se com ambos os saberes. Diante disso, o termo antifeminismo pressupõe uma não aceitação plena da formação discursiva feminista, em vista do fato de não haver uma desidentificação, isto é, “uma tomada de posição não subjetiva, que conduz ao trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito”. (PÊCHEUX, 1988, p. 163)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

Como foi dito anteriormente, a elocução da página é usada como provocação, mas também, como afirmação de seu posicionamento diante da formação discursiva do feminismo. A resposta “Sim com muito orgulho” dada à pergunta provoca e questiona a ideologia feminista. Escrita dessa forma é como se afirmasse que é possível a uma mulher ser feliz e ter seus direitos respeitados mesmo se filiando a uma formação discursiva jugada como machista.

A pergunta estando direcionada a uma mulher também pressupõe algo que está subentendido, pois quando se pergunta a uma mulher se ela é machista imagina-se que esta irá dizer que não, entretanto, ao dizer “sim com muito orgulho” a resposta quebra com uma ordem, ou seja, ocorre aí uma ruptura e, naturalmente, isso é possível por causa da porosidade da língua que permite que formações discursivas possam concorrer entre elas, e os saberes provenientes de outro lugar possam penetrar em sua constituição. Se o Interdiscurso é esse “todo complexo com dominante” podemos considerar nesse todo complexo que dentre todas as formações discursivas que estão ali concorrendo, fica subentendido, a partir da pergunta feita a mulher, que tanto as formações discursivas da ideologia feminista quanto às da religiosa estão em conflito, sendo, entretanto, para este grupo virtual, a ideologia religiosa subjugada pela ideologia feminista, logo, a resposta dessa mulher pressupõe a afirmação de seu posicionamento estando no lugar de quem é oprimido, ou seja, o sujeito interpelado pela ideologia religiosa, diante da ideologia feminista que em muitos momentos discorda dos discursos religiosos, sente que sua forma-sujeito é desvalorizada e, portanto, seu direito de expressar seu discurso, partindo de tal ideologia, é desrespeitado; daí a *fanpage* “Moça, você é machista? Sim, com muito orgulho” ser qualificado pelo grupo como uma “causa”. Ou seja, o objetivo da *fanpage* é defender uma causa. E, a causa da *fanpage* é defender o direito da mulher se identificar com os discursos religiosos e discursar sob sua base sem ser censurada.

Diante disso, apesar da construção fraseológica definir os limites das formações discursivas colocando a ideologia feminista como dominadora e a ideologia religiosa como oprimida, a *fanpage* tem como formação discursiva dominante a ideologia religiosa, nesse sentido, o sujeito do discurso é para ideologia religiosa um bom-sujeito, mas, para ideologia feminista um mau-sujeito. Contudo, não pense que sua forma-sujeito é homogênea, diferentemente do que parece a formação discursiva dominante faz parte apenas de uma identificação de uma das suas formas-sujeito, isto de acordo com o entendimento de Indusky:

A identificação simbólica do sujeito com a formação discursiva se faz de forma fragmentada também, ou seja, o sujeito do discurso não pode mais identificar-se com a totalidade dos saberes da formação discursiva que o afeta. Esta identificação continua ocorrendo, mas apenas com uma parcela dos saberes desta formação discursiva. (INDURSKAY, 2008)

É nessa perspectiva que se afirma aqui neste artigo, que a forma-sujeito da *fanpage* perpassa pela intersubjetividade do falante, isso significa dizer que esta forma-sujeito é fragmentada, heterogênea.

5. O rei e seu provérbio: “Quem é rei nunca perde a majestade”

O provérbio “Quem é rei nunca perde a majestade” utilizado na *fanpage* “Moça, você é machista? Sim, com muito orgulho”, surge aí para comprovar a ideia do grupo, argumentar, aconselhar, persuadir ou controlar condutas. Por meio da sinonímia esse provérbio reafirma as qualidades do homem numa sociedade que no contexto da *fanpage* deve continuar patriarcal. Ao colocar o verbo “ser” no presente do indicativo mostra que o homem ainda mantém sua autoridade perante a sociedade. O verbo ser colocado dessa forma, dentro do contexto aqui estudado, afirma o reconhecimento e aceitação do homem com o objetivo de não segregá-lo do contexto social contemporâneo e retomar algumas de suas qualidades. Já o verbo perder também conjugado no presente do indicativo sendo modificado pelo adverbio de negação “nunca”, reassegura a condição do homem mostrando que este sujeito sempre terá espaço (no sentido de não ser segregado) nesta e nas sociedades posteriores.

Diante do exposto, observa-se que os administradores, enquanto sujeitos do discurso, buscam no arquivo da memória social um provérbio para estabelecer uma contraidentificação com a formação discursiva do feminismo que, segundo a formação discursiva da *fanpage*, põe o homem a margem de forma a colocar a relação homem/mulher em desarmonia e, conseqüentemente, se essa relação se encontra em desarmonia outros núcleos estabelecidos pela religião católica/protestante como a família também estão desajustadas.

Ao fundo do provérbio há a imagem de um leão surgindo da escuridão. Essa imagem obviamente traz a memória do rei da floresta que é uma ideia construída e alimentada desde a infância pelos contos, desenhos animados, filmes dentre outras simbologias sociais. É preciso dizer que a palavra rei pressupõe uma superioridade social, pois, é o rei quem manda é o rei quem tem poder de decisão, surge aí uma analogia entre a

ideia do rei homem e a ideia do rei leão ou o rei da selva. Nesse ponto da discussão pode-se considerar que nenhum discurso usado é novo, ao contrário, foram retomados, ou seja, fazem parte de um já-dito em algum lugar/tempo social.

O leão, em todas as representações simbólicas sociais, é trazido como o animal mais forte fisicamente e, por isso também, como aquele que detém a razão. Nesse sentido o leão representa a força em relação à mulher. Além disso, o comportamento do leão se assemelha à representação do homem perante a uma sociedade patriarcal. O leão não cuida dos filhotes ficando essa tarefa para as fêmeas é delas também a responsabilidade da caça, já aos machos cabe à demarcação do território, visto que isso assegura o espaço de caça que pode ser um pedaço de terra fixa ou uma manada de presas que o bando segue savana afóra. Outro comportamento inerente ao leão é o de defender seu grupo de outros predadores.

Ao trazer a imagem simbólica do leão os sujeitos do discurso retomam a memória do interior do interdiscurso para contra argumentar as feministas. Mais uma vez, encontra-se estabelecido a ideologia religiosa que demarca os lugares e as responsabilidades do homem e da mulher. Tanto a figura do leão, quanto a figura do rei representam a superioridade do gênero. Eles constituem a força e o poder de decisão.

6. *O punho*

A foto de perfil da *fanpage* mostra a imagem de uma mão fechada simulando um “soco” foi utilizada na foto de perfil como um ato de resposta. Observe que a capa, a foto de perfil, o título e o provérbio estão interligadas, por isso dialogam entre si, pois, trata-se de uma hipermídia. Desse modo, a utilização da mão fechada de forma vertical é a representação simbólica do contragolpe aos discursos feministas, além disso, casa perfeitamente com o provérbio e a capa, visto que, ambos mostram que as representações sociais do homem e da mulher foram construídas historicamente, já que, ao retomar um provérbio conhecido que faz parte de uma memória social os administradores reforçam o enraizamento das representações clássicas do que é ser homem e o que é ser mulher e qual o lugar e o papel de cada um perante a sociedade. Além disso, essa representação é naturalizada ao utilizar o símbolo do leão cujas características são muito parecidas com a construção social da imagem do homem enfatizando dessa forma, onde é o lugar da mulher na sociedade. Sendo as-

sim, a imagem do murro na foto de perfil significa o xeque mate, ou seja, o termino da jogada ou da discussão com a consequente derrota do seu adversário.

7. *Considerações finais*

A memória é um elemento importante para a construção social e circulam nos grupos, nas organizações em todos os meios e espaços que há na sociedade. Sendo assim, ela está propícia a ser recuperada e de acordo com o contexto, ou, sobre as bases da análise do discurso, com as condições de produção podem ser reutilizadas e adaptadas. Neste trabalho podemos observar que as ideologias convivem numa constante batalha e isto representa as relações de poder, onde um quer sempre se sobrepor ao outro. Atualmente, com as novas configurações de relações sociais tendo sua comunicação mediada pelo computador e a internet e suas plataformas, os discursos correm com a rapidez de um piscar de olhos. Nesses espaços virtuais podemos perceber que pessoas se unem para lutar por valores antigos. Nessa perspectiva, com emancipação da internet, discursos e ideologias que antes estavam restritos à suas comunidades territoriais, hoje ganham o mundo muito mais rapidamente que dantes e com isso, temos, nesses espaços virtuais, vários artefatos para serem analisados, discutidos e por que não dizer diagnosticar a sociedade e suas formas de viver e entender o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL A; NATAL G; VIANA L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. *Comunicação Cibernética*. Porto Alegre, n. 20, dezembro de 2008, Famecos/PUCRS.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em análise do discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito & língua*. Porto Alegre: Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008.

_____. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Memória e história na/da análise do discurso. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise do discurso. In: HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: UNICAMP, 1990.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

SANTAELA, L. Gêneros discursivos híbridos na era da hiperídia. / Hybrid discursive genres in the hypermedia era. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, São Paulo, vol. 9, n. 2, p. 206-216, ago./dez.2014. [Na versão em inglês da revista, está da página 211-221]

**NA TRILHA DOS OPERADORES ARGUMENTATIVOS.
UM ESTUDO SOBRE OS OPERADORES ARGUMENTATIVOS
E O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO**

Ileana Celeste Fernández Franzoso (UENF)

ileana.celeste@gmail.com

Milene Vargas da Silva Batista (UENF)

milenevargas@hotmail.com

Moacir dos Santos da Silva (UENF)

moacircap@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os operadores argumentativos sob o olhar duma abordagem centrada no uso em contraposição à gramática tradicional. Desta forma, partimos da linguística funcional e da teoria da gramaticalização realizando uma pesquisa bibliográfica de estudos que analisam os operadores argumentativos para poder compará-los com as ocorrências presentes no *corpus: A Língua Falada na Região Norte Noroeste Fluminense*, organizado pela professora Eliana Crispim França Luquetti da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Essa amostra conta com o depoimento de informantes de diferentes grupos sociais que produziram cinco textos orais e escritos, o que nos deu a oportunidade, não somente, de fazer um levantamento da frequência em que os operadores argumentativos são utilizados por cada grupo, mas fazer também uma comparação entre os canais da fala e da escrita. Nosso trabalho teve como foco a língua falada e escrita na cidade de Itaperuna e na cidade de Campos dos Goytacazes com informantes do ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, da EJA e do PROEJA.

Palavras-chave: Operadores argumentativos. Gramaticalização. Logo. Língua falada.

1. Introdução

Em primeiro lugar, queremos esclarecer que, dentro das diversas concepções existentes sobre a linguagem humana, partimos da concepção apontada por Koch (2004) que considera a linguagem como uma forma de ação, como um lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos. Desta forma, não podemos esquecer que as manifestações linguísticas que vamos estudar – neste caso, os operadores argumentativos – são produzidas por indivíduos concretos em situações concretas, sob determinadas condições de produção. Assim, essas manifestações acontecem, como menciona a autora, num determinado momento e lugar, em que um indivíduo se ‘apropria’ da língua, instaurando-se como ‘eu’ e, concomitantemente, instaurando o

outro como ‘tu’. Nessa enunciação que pressupõe um locutor e um ouvinte, há no primeiro a *intenção de influenciar* o outro de alguma maneira.

Ao interagirmos por meio da linguagem, afirma Koch, participamos de um “jogo” no qual temos objetivos a serem atingidos. Estabelecemos relações e pretendemos causar efeitos e comportamentos no nosso interlocutor de maneira a obter reações, sejam estas verbais ou não verbais. Desta forma, o uso da linguagem é essencialmente argumentativo, já que orientamos nossos enunciados no sentido de determinadas conclusões em detrimento de outras. A argumentatividade, como diz Ducrot, está inscrita na própria língua e os elementos da língua que têm como função indicar a força argumentativa dos enunciados são os *operadores argumentativos*, objeto do nosso trabalho. Esses elementos têm por função indicar (mostrar) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para a qual apontam. Tradicionalmente os operadores têm recebido pouca atenção dos livros didáticos de língua portuguesa e das gramáticas que os descrevem como meros elementos de relação. O principal objetivo deste artigo é fazer um levantamento do elemento *logo* no *corpus A Língua Falada na Região Norte Noroeste Fluminense*, organizado pela professora Eliana Crispim França Luquetti da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

2. Na trilha dos operadores argumentativos

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade que não constitui apenas algo acrescentado ao uso linguístico, mas que está inscrita na própria língua. Ao observarmos como os falantes de uma língua vão encadeando seus enunciados, direcionando os argumentos com determinada orientação discursiva, fortalecendo ou enfraquecendo determinado argumento de maneira a conduzir seu interlocutor para certos tipos de conclusão, vemos que o ato de argumentar é inerente à linguagem. Assim, ao interagirmos, montamos o discurso envolvendo as intenções em modos de dizer cuja ação discursiva, diz Marcuschi, se realiza nos diversos atos argumentativos construídos na tríade do *falar*, *dizer* e *mostrar*. Com o intuito de aprofundar-nos na tese de que a função básica da linguagem é argumentar, seguimos a trilha percorrida por Koch que, por sua vez, fundamenta-se nas pesquisas realizadas por O. Ducrot, entre outros.

O trabalho do linguista francês, Oswald Ducrot, relativo à teoria da argumentação tem exercido grande influência nos estudos linguísticos desenvolvidos no Brasil na área da semântica, na linguística textual ou análise do discurso. Considerado por Koch como criador da semântica argumentativa ou semântica da enunciação, foi ele que cunhou o termo *operadores argumentativos* para designar certos elementos da gramática de uma língua que tem por função indicar a força argumentativa dos enunciados e a direção para a qual apontam. Ducrot utiliza duas noções básicas para explicar o funcionamento dos operadores argumentativos: as de *escala argumentativa* e *classe argumentativa*. A classe argumentativa é constituída por um conjunto de enunciados que podem servir de argumento para uma mesma conclusão. Quando dois ou mais enunciados de uma classe se apresentam em gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão, tem-se uma escala argumentativa. No seu livro, *A interação pela linguagem*, a pesquisadora Ingedore Villaça Koch elenca os principais tipos de operadores argumentativos que passamos a dispor na seguinte tabela:

A	Operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão:	<i>Até, mesmo, até mesmo, inclusive.</i>
B	Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão:	<i>E, também, ainda, nem, não só... mas também, tanto... como, além de..., além disso..., a par de... etc.</i>
C	Operadores que introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores:	<i>Portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, consequentemente etc.</i>
D	Operadores que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas:	<i>Ou, ou então, quer... quer, seja... seja etc.</i>
E	Operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos, com vistas a uma dada conclusão:	<i>Mais que, menos que, tão... como etc.</i>
F	Operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior:	<i>Porque, que, já que, pois etc.</i>
G	Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias:	<i>Mas (porém, contudo, todavia, no entanto etc.), embora (ainda que, posto que, apesar de (que) etc.).</i>
H	Operadores que tem por função introduzir no enunciado conteúdos pressupostos:	<i>Já, ainda, agora etc.</i>
I	Operadores que se distribuem em escalas opostas:	<i>Um pouco e pouco.</i>

Muitas vezes os operadores argumentativos são tratados pelas gramáticas tradicionais como elementos meramente relacionais – conectivos como *mas, porém, embora, já que, pois* etc. – e outras vezes trata-

dos como vocábulos que não se enquadram em nenhuma classe gramatical. A este respeito a autora diz:

O que é importante ressaltar, mais uma vez, é que todos esses operadores fazem parte da gramática da língua. Mas, como é fácil verificar, (...) têm merecido pouca atenção nos livros didáticos e nas aulas de língua portuguesa, já que pertencem às *classes gramaticais invariáveis* (advérbios, preposições, conjunções, locuções adverbiais, prepositivas, conjuntivas) ou então, são palavras que, de acordo com a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), não foram incluídas em nenhuma das dez classes gramaticais, merecendo, assim, “classificação à parte” (em várias gramáticas, são denominadas *palavras denotativas ou denotadores* de inclusão, de exclusão, de retificação etc.). Acontece, porém, que são justamente essas “palavrinhas” (tradicionalmente descritas como “meros elementos de relação, destituídas de qualquer conteúdo semântico”) as responsáveis, em grande parte, pela força argumentativa de nossos textos. (KOCH, 2004, p. 40)

Constatamos as afirmações da autora ao lermos a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha, na qual o próprio autor, lançando mão de diversas notas de rodapé adverte sobre a necessidade de reexaminar diversos conceitos entre eles o de advérbio que reúne, numa classe heterogênea, palavras de natureza nominal e pronominal com distribuição e funções às vezes muito diversas. Numa das notas, menciona “certas palavras” impropriamente enquadradas entre os advérbios que passa a denominar provisoriamente de *palavras denotativas*, embora reconheça que ‘denotar’ é próprio das unidades lexicais em geral. As palavras denotativas, segundo essa gramática, denotam: a) inclusão: até, inclusive, mesmo, também etc.; b) exclusão: apenas, salvo, senão, só, somente etc.; c) designação: eis; d) realce: cá, lá, é que, só etc.; e) retificação: aliás, ou antes, isto é, ou melhor etc.; f) situação: afinal, agora, então, mas etc. (CUNHA, 2008, p. 566)

Na *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara encontramos também, em caráter de observação, menção aos *denotadores* que, na proposta de José Oiticica teriam sido chamados de *palavras denotativas*, entre as quais insere as de: 1) inclusão: também, até, mesmo etc.; 2) exclusão: só, somente, salvo, senão, apenas etc.; 3) situação: mas, então, pois etc.; 4) retificação: aliás, melhor, isto é, ou antes etc.; 5) designação: eis; 6) realce: é que etc.; 7) expletivo: lá, só, ora, que etc.; 8) explicação: a saber, por exemplo, isto é etc. (BECHARA, 2009, p. 291-292). Consultando essas duas obras verificamos que os operadores argumentativos têm sido relegados a um segundo plano pelas gramáticas tradicionais.

3. A teoria da gramaticalização e os operadores argumentativos

A linguística funcional concebe a linguagem como um instrumento de interação social, seu interesse vai além da estrutura gramatical, buscando no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua. Desta forma, procura explicar as regularidades presentes no uso interativo da língua sem perder de vista as condições discursivas em que se verifica esse uso. Segundo nos explicam Cunha, Costa e Cezario (2003), para a abordagem funcionalista a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua, já que, são os usos da língua que, ao longo do tempo, dão forma ao sistema. Por este motivo, a linguística funcional se debruça, sobre os processos de regularização do uso da língua que se evidenciam nos fenômenos de *gramaticalização* e *discursivização*. Nas palavras dos autores:

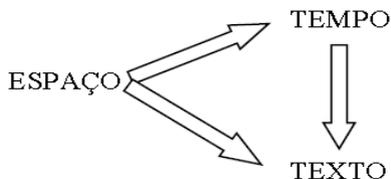
Esses processos manifestam o aspecto não-estático da gramática, demonstrando que as línguas estão em constante mudança em consequência da incessante criação de novas expressões e de novos arranjos na ordenação vocabular. A compreensão é a de que, do ponto de vista de sua evolução, a gramática está num contínuo fazer-se (...). (CUNHA, COSTA & CEZARIO, 2003, p. 50)

Assim, dizem os autores, o termo *discurso* está relacionado às estratégias utilizadas pelos falantes para organizar funcionalmente seu texto para um determinado ouvinte em uma determinada situação comunicativa. O discurso é, por um lado, o ponto de partida para a gramática e por outro lado também seu ponto de chegada. Observam que quando um determinado fenômeno discursivo, em decorrência da frequência de uso, passa a ocorrer de forma previsível e estável, sai do discurso para entrar na gramática. Da mesma forma, quando algum fenômeno que se encontrava na gramática passa a ter comportamentos não previsíveis, sai da gramática e retorna ao discurso. Em outras palavras podemos dizer que, com a repetição, o uso se regulariza e se converte em norma, entrando na gramática. Alguns teóricos funcionalistas propõem que essa trajetória de gramaticalização se manifesta da passagem do concreto para o abstrato, outros problematizam esse princípio da unidirecionalidade *concreto* > *abstrato*.

Martelotta, em seu estudo *Gramaticalização em operadores argumentativos*, demonstra que a partir do paradigma de gramaticalização é possível explicar os diferentes usos dos operadores argumentativos, os quais define como elementos que além de desempenhar funções de caráter basicamente gramatical, dão uma orientação argumentativa. Segundo as suas funções, os organiza em três grupos: a) os operadores argumenta-

tivos que fazem alusão a dados do texto já mencionados ou por mencionar, funcionando como elementos anafóricos ou catafóricos; b) os operadores argumentativos que ligam partes do texto, dando-lhes uma orientação lógica; e c) aqueles que operam estratégias argumentativas, chamando a atenção do ouvinte para elas.

Propõe, nesse estudo, que os diferentes usos dos operadores argumentativos provem de um processo de gramaticalização *espaço* > (*tempo*) > *texto*, de circunstanciadores espaciais, que passam metaforicamente a ser usados para representar relações entre pontos do texto, que é construído, de modo analógico, com as mesmas características espaciotemporais da realidade física. Esse percurso de gramaticalização, diz Martelotta, foi elaborado entre outros por Heine que apresenta um modelo diferente de escala para o processo + *concreto* > - *concreto*:



Desta forma, a expressão de dados espaciais é mais básica e mais concreta que a expressão de dados temporais, que, por sua vez, é mais básica e mais concreta que as relações textuais. Conforme explica Martelotta, existem, no texto, elementos de organização interna, que são provenientes da gramaticalização de dados espaciais, que podem, ou não, seguindo um processo escalar de abstração, expressar intermediariamente noções temporais.

4. A língua falada e escrita na Região Norte-Noroeste Fluminense

Nosso trabalho teve como fonte o corpus *A Língua Falada e Escrita na Região Norte-Noroeste Fluminense* organizado pela professora Eliana Crispim França Luquetti da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e realizado pelo Núcleo Linguagem e Educação. Esse documento está composto por depoimentos de 143 informantes, sendo 77 da região Noroeste e 66 da região Norte Fluminense que produziram cinco tipos distintos de textos orais e escritos.

Os pesquisadores realizaram entrevistas a informantes de diferentes grupos como: Educação de Jovens e Adultos (EJA), ensino fundamental I e II, ensino médio, ensino superior e PROEJA. Trata-se de uma valiosa amostra da língua falada e escrita em situação real de uso na cidade de Itaperuna e região noroeste-fluminense, bem como na cidade de Campos dos Goytacazes (região norte-fluminense).

5. A trajetória do elemento *logo*

Para ilustrar o modelo desenvolvido por Heine, em que o processo de gramaticalização dos operadores argumentativos se dá por uma transferência do contexto situacional externo para o contexto discursivo interno: espaço > tempo > texto, Martelotta analisa a mudança de sentido que ocorre com o elemento *logo*. Para isso, apresenta três exemplos que mostram sentidos diferentes: a) *logo* com valor espacial; b) *logo* com valor temporal; e c) *logo* com valor argumentativo. Seguindo seus passos, procuramos analisar de que maneira o elemento *logo* está presente na língua falada e escrita do Norte-Noroeste Fluminense.

Na análise do nosso corpus encontramos 60 (sessenta) ocorrências do elemento *logo*. É importante salientar que dessas sessenta ocorrências deixaremos uma fora da análise por interpretarmos que a informante não teve intenção de utilizar esse elemento. No momento da fala acontece um truncamento e a informante se corrige mostrando que ao invés do elemento *logo* o que queria dizer era *só*. Vejamos a ocorrência:

Ex.: 1:

E: bom Heloísa... como você acha que deveria ser o ensino de língua materna?

I: bom... eu acho que o ensino da língua materna... vai muito além da escola... acho que desde a família... a gente deve ensinar a criança a se comportar... e após isso... o português... não deve ser falado só com regras:... tem uma didática que você não/que deve levar além da escola... e:... contudo... levar a criança a entender... assimilar e... levar pra outros crianças... o que aprende... que hoje em dia é tudo muito mecânico:... que você aprende na escola e já tá falando errado... do outro lado... e não é assim... então levar de uma forma diferente... o ensino... você levar a criança... a aprender... sem ela nem perceber que tá aprendendo... aprender brincando:... aprender de uma forma criativa:... e eu acho que assim/que [muitas vezes não acontece... né?...] muitas vezes não acontece... eu acho que assim deveria ser o ensino... dentro da escola... com todos os professores... *não logo/não só* de língua portuguesa...

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

(Trecho de narrativa do relato de opinião, informante Heloísa, professora, 26 anos, ensino superior, cidade de Campos)

Havendo feito essa esclarecimento, passamos a analisar as 59 (cinquenta e nove) ocorrências do elemento *logo*. Entre essas ocorrências encontramos 45 (quarenta e cinco) com valor temporal, 8 (oito) com valor espacial, 5 (cinco) com valor intensificador e apenas 1 (uma) com valor argumentativo. A seguir dispomos o gráfico:

■ valor temporal ■ valor espacial ■ valor intensificador ■ valor argumentativo

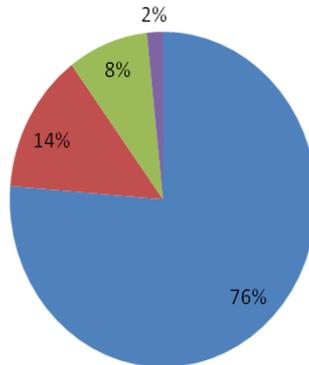


Gráfico 1 – Número de ocorrências

O uso de *logo* com valor temporal foi o mais frequente no nosso corpus. Trazemos aqui um exemplo que forma parte de uma narrativa recontada:

Ex.: 2:

... *logo* no primeiro/no na primeira consulta o médico falou pra ela que aquilo ali era/poderia ser um tumor... e indicou ela pra um lugar é... um hospital para verificar se fosse um tumor maligno ou então benigno e lá (assim) deu que era um câncer... né? e então tivemos que acompanhar isso tudo e junto com ela... e ela ainda moça... nova... sofreu muito com isso... ficou muito abalada... chegou até desmaiar e tal e começou o tratamento... e *logo* em seguida o médico pediu que ela:: retirasse todos o/a/os dentes né? porque poderia (até) o tumor passar para os dentes e assim ela fez... tirou aqueles/os dentes e continuou o tratamento e *logo* depois também ele pediu que :: fosse cortado um pedaço do maxilar porque poderia atingir então o osso e com isso ela começou então a ficar muito assim:: é:: debilitada sobre a doença e muito carente e...

(Trecho de narrativa recontada, Manoel, artista plástico, 37 anos, ensino médio, cidade de Itaperuna)

O valor espacial do elemento encontra-se já na sua etimologia. *Logo* provem do latim *locus, i*, que quer dizer 'lugar, posição, local, posto'. Com este valor encontramos em nosso corpus oito ocorrências. Algumas delas se encontram no exemplo a seguir que forma parte de um relato oral de procedimento:

Ex.: 3:

... a cidade de Parati... quando a gente descer... a gente vai pegar porque é tem a cidade histórica... tem a cidade um e a cidade dois... a cidade histórica... você não pode ir de carro... a gente vai ter que fazer a caminhada a pé ou de charrete... vou te levar até o cais... lá vai ter uma escuna... se você quiser... no caso fazer um passeio... vou te levar pra fazer o passeio e vou te contar um pouco das histórias... e nessas histórias que a gente conta... a gente conta bem histórias antigas... porque lá... antigamente... é: *logo* perto do cais... tem um: muitas... quando você tá pegando a sua embarcação de escuna... você vai ver... *logo* assim... ao longo do: dos morros né? morros que tinha... grandes fazendas... muitos cachaços ali... e algumas fazendas... a gente passa por perto... tem histórias... que ali tinha um: padarias... eles faziam os escravos naquela época... pegar ... as padarias... o que eles fizeram de errado... pegavam os escravos... história... lenda... e jogavam os escravos lá dentro... então eu começava a te contar histórias assim... e *logo* descendo na embarcação... a cidade de Parati...

(Trecho do relato oral de procedimento, informante Alcione, estudante, 37 anos, ensino médio, cidade de Itaperuna)

Com a função de introduzir uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores, encontramos apenas uma ocorrência produzida por um informante do ensino superior, cujo exemplo se segue:

Ex.: 4:

Ela se levantou entrou no carro e não voltou mais lá, mas depois de tudo isso ele começou a ligar para ela só que um mal-entendido colocou tudo a perder, falaram com ele que ela estava somente interessado no seu dinheiro, *logo* ela deixou pra lá.

(Trecho de narrativa recontada, informante Fabrícia, estudante, 24 anos, ensino superior incompleto, cidade de Itaperuna)

Transcrevemos a seguir as ocorrências em que o elemento *logo* aparece com valor intensificador:

Ex.: 5:

E: táe:... você poderia me contar uma coisa então que assim... aconteceu com outra pessoa e essa pessoa contou pra você... uma amiga sua... aconteceu uma coisa engraçada com uma amiga sua e ela contou pra você?

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

I: gente que coisa chata... eu não sei fazer isso não:... uma pessoa que aconteceu alguma coisa e ela me contou... só se for de Luciana... só se for de Luciana porque ela já é engraçada ((risos)) [pode ser:...] ela contou pra mim... que eu achei engraçado... só... mais num gargalhei não... na escola dela em São/São João da Barra quando uma aluna/uma menina perguntou pra ela/como gente?... ela tava fazendo de:... de artes... aí a menina fez uma pergunta pra ela que eu não vou me recordar... aí ela foi falou assim "Ilda você imagina só... perguntar *logo* pra mim" era uma coisa assim:... relacionado/não lembro mesmo a pergunta exatamente... relacionada a algum/bem criancinha tá... criança de alfabetização ou criança daqueles primeiro segundo terceiro período... aí ela falou assim: "veio perguntar *logo* pra mim"... porque ela muito danada é uma pessoa muito... né?... muito danada mesmo... perguntar *logo* pra mim: "tia... você já viu isso assim?" num lembro mais/bem a pergunta ela falou assim "*logo* pra mim e eu nem pude dar uma aula a menina porque a meninazinha não tinha nem seis anos"... a coisa assim de momento que eu me recordo é isso...

(Narrativa recontada, língua falada, informante Ilda, mestrandia, 53 anos, Campos dos Goytacazes)

Ex.: 6:

O fato de uma aluna do pré-escolar fazer perguntas relacionadas a sexo a uma amiga coordenadora pedagógica da escola.

Onde ela relata: eu não pude ensinar nada. *logo* eu, que ajudo e aconselho a todas as amigas.

(Narrativa recontada, língua escrita, informante Ilda, mestrandia, 53 anos, Campos dos Goytacazes)

Os exemplos acima fazem parte do gênero narrativa recontada, pertencem à mesma informante e estão transcritos na íntegra. A informante Ilda, é professora de matemática e ciências, tem 53 anos, é mestrandia e reside na cidade de Campos dos Goytacazes. Além de analisar o valor intensificador de *logo*, os exemplos 5 e 6 nos dão a oportunidade de tecer algumas reflexões a respeito da língua falada (exemplo 5) e da língua escrita (exemplo 6). A primeira e mais notável comparação entre os dois exemplos é a extensão de um e de outro.

Ao lermos o texto oral, o ponto que se destaca é a falta que faz a situação conversacional para compreendermos o que a professora tentou expressar. Percebemos, pela repetição, pela hesitação e pelo uso de certos adjetivos ("coisa *chata*", criança "muito *danada*"), presentes na fala da professora, que aquilo que tenta narrar causa algum desconforto ou constrangimento. A narrativa envolve uma amiga da informante, Luciana, a qual é descrita como muita engraçada. Ela teve de enfrentar uma situação inusitada: uma aluna muito jovem fez alguma pergunta que a deixou desconcertada. Provavelmente, pudésemos deduzir que a pergunta da crian-

ça estaria relacionada com a temática sexual o que teria tomado a Luciana de surpresa pela pouca idade da aluna, menos de seis anos. Mas, é somente na escrita, que essa suspeita que temos ao ler a transcrição do texto oral se confirma. Certamente, sua interlocutora entendeu o que a professora estava falando devido à situação conversacional. A esse respeito, Rodrigues (2003, p. 21) afirma que todo evento de fala acontece num contexto situacional específico, o ambiente extralinguístico. Na transcrição perdemos informações relativas ao processo de interação, como expressão facial, gestos, olhares, movimentos do corpo que, combinados com o que é verbalizado, completam o quadro da interação.

Outro aspecto a ser apontado com relação ao subgênero narrativa recontada é a ocorrência de diálogos sob a forma de discurso direto reproduzido. Como diz Preti (2004, p. 31), os diálogos sob a forma de discurso direto reproduzido são bastante frequentes nas narrativas do tipo reprodução. Segundo o autor, se trata de um recurso que atomiza os fatos narrados, “refazendo” falas que o narrador teria pronunciado ou ouvido na ocasião. O narrador se comporta como um “ator” que reproduz o que de fato ouviu. O curioso é observar que este recurso foi utilizado pela informante tanto no texto oral como no texto escrito.

Na oralidade o elemento *logo* foi mais frequente com 35 (trinta e cinco) ocorrências e na parte escrita com 24 (vinte e quatro) ocorrências como mostra o gráfico a seguir:

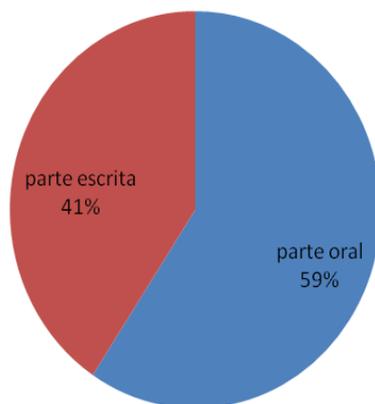


Gráfico 2 – Parte oral / Parte escrita

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

Tendo como ponto de análise a frequência do operador *logo* em cada subgênero, encontramos os seguintes valores: a) na narrativa de experiência pessoal aconteceram 22 (vinte e duas) ocorrências; b) na narrativa recontada aconteceram 13 (treze) ocorrências; c) na descrição de local aconteceram 4 (quatro) ocorrências; d) no relato de procedimento aconteceram 15 (quinze) ocorrências; e) no relato de opinião 5 (cinco) ocorrências. Os dados estão expressos no gráfico a seguir:

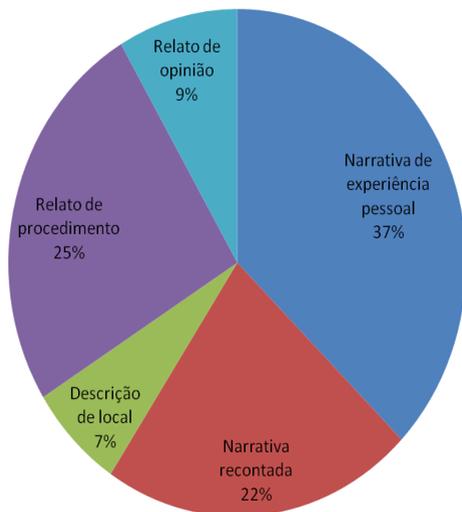


Gráfico 3 – Subgêneros

6. Considerações finais

Comprovamos no nosso corpus que o uso mais frequente do *logo* se deu com valor temporal, representando 76% do total de ocorrências. Em segundo lugar em número de ocorrências está o uso do *logo* com valor espacial, totalizando 8 (oito) ocorrências, o que representa 14 % das ocorrências. Com o valor intensificador próprio dos advérbios, houve 5 (cinco) ocorrências, todas em um único informante, o que representa 8%. O uso do elemento *logo* com o valor argumentativo para introduzir uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores ocorreu apenas uma vez, 2%.

Dentro dos subgêneros, os mais produtivos foram as narrativas com 59%. O relato de procedimento representou o 25% das ocorrências, o relato de opinião representou o 9% e a descrição de local foi o menos produtivo, representando 7 % das ocorrências. Como era de se esperar, na descrição de local todas as ocorrências do elemento *logo* se deram com o valor espacial. O elemento *logo* foi mais frequente na oralidade com 59% das ocorrências.

No caminho que trilhamos na análise do elemento *logo* observamos na prática o processo de gramaticalização e quais as diferentes funções desempenhadas por esse elemento no discurso. Ficou claro que a língua passa sempre por mudanças e é modificada pelos seus falantes que ao interagir produzem diferentes efeitos de sentido os quais, na maioria das vezes, não são contemplados nas gramáticas tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LUQUETTI, Eliana Crispim França. (Org.). *A língua falada e escrita na Região Norte-Noroeste Fluminense*. Campos dos Goytacazes: Eduenf, 2015.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. (Orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: UFRJ/Grupo de Estudos Discurso & Gramática, 1996. Disponível em:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

<http://www.discursoegramatica.lettras.ufrj.br/download/publicacao_livro_gramaticalizacao.pdf>. Acesso em: 03-06-2015.

PRETI, Dino. *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

RODRIGUES, Ângela C. Souza. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, Dino. (Org.). *Análise de textos orais*. 6. ed. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 2003.

**NOVÍSSIMA GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA:
UMA ANÁLISE SOCIODISCURSIVA**

Thiago Soares de Oliveira (UENF)

so.thiago@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho propõe, como o resultado de uma pesquisa bibliográfica, a análise teórica a respeito do aspecto de dominação contido no discurso normativista do professor Domingos Paschoal Cegalla a partir do exame de trechos do prefácio da obra *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, desvelando o *ethos* autoral que ora se acoberta nas entrelinhas do preâmbulo, ora se evidencia na abordagem conservadora de conceitos já desconstruídos. Para isso, são articulados pressupostos da análise do discurso francesa e da sociolinguística, a fim de demonstrar que tal obra, apesar de se posicionar em repúdio ao dogmatismo intransigente, propala a resistência ao dinamismo linguístico.

Palavras-chave: Gramática. Sociolinguística. Cegalla. Análise do discurso.

1. Primeiras considerações

A primeira gramática normativa surgiu como reflexo da imposição da cultura helenística³³ em razão das conquistas de Alexandre Magno³⁴, visto que as regiões por ele dominadas não partilhavam do idioma grego. Diante disso, criou-se um compêndio de unificação política e cultural a fim de normatizar a língua grega, que havia se espalhado desde a “Grécia, na Europa, até o Egito, na África, passando pelo Oriente Médio, pela Mesopotâmia, e chegando até o rio Indo, no limite entre o grande império persa (atuais Irã e Afeganistão) e a Índia” (BAGNO, 2007, p. 62). Surgiu, portanto, a necessidade impositiva de criação de um padrão uniforme e homogêneo acima das diferenças regionais e sociais.

Pode-se registrar, desta feita, que a perspectiva dominadora que se apresenta em algumas gramáticas tradicionais foi historicamente determinada, e seus efeitos refletem a época em que surgiu a primeira gramática normativa. Isso significa que um compêndio normativo que, apesar

³³ Segundo Bagno (2007, p. 62), “o nome da Grécia, na língua grega é *Hellas*, de onde vem *Héllade*, em português. Por isso, se chamam a si mesmos de helenos.”

³⁴ Alexandre Magno, antes chamado Alexandre III, foi o jovem rei macedônio conhecido por suas grandes conquistas territoriais e pela imposição de sua língua, o grego, aos povos dominados (BAGNO, 2007).

do decurso do tempo, continua a perpetuar tal aspecto de dominação de certo não acompanhou a evolução dos processos de fala e escrita, desconsiderando as mudanças ocorridas e perenizando, algumas vezes, normas que não mais respondem aos anseios sociais, além de rechaçar a variabilidade linguística facilmente notada e amplamente documentada por estudiosos da sociolinguística, tais como Marcos Bagno, Maria Marta Scherre e Stella Maris Bortoni-Ricardo.

Ao analisar, à luz da sociolinguística, uma obra contemporânea como o preâmbulo da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, 2000, Companhia Editora Nacional, 43ª edição, de Domingos Paschoal Cegalla, é possível visualizar a reprodução da natureza de dominação típica das gramáticas tradicionais, que compilam normas cujo conhecimento supostamente denota “status” e transmite preconceitos sociais relativamente às formas de falar e escrever que se manifestam cotidianamente.

A fim de desconstruir as noções estanques disseminadas pelos normativistas, serão contrapostos alguns conceitos adotados por Cegalla aos sustentados pela sociolinguística. Além disso, será de grande valia o entendimento da percepção de *ethos*, com base nos estudos da análise do discurso, e sua aplicação ao discurso introdutório da obra do autor com o escopo de corroborar a resistência ao dinamismo linguístico.

Assim sendo, este trabalho não intenta esgotar o assunto, mas reconhecer, a partir de contraposições conceituais e da análise do prefácio da aludida obra, a resistência normativista à constante mutação sofrida pela língua, o que ratifica o aspecto de dominação a partir do qual são propagados diversos preconceitos linguísticos.

2. Análise do discurso: alguns conceitos e a noção de *ethos*

Surgida como área de conhecimento resultante da reunião de conceitos originários da linguística, do marxismo e da psicanálise, a análise do discurso francesa despontou como uma teoria do sentido cujo objetivo era a análise de discursos efetivamente produzidos a partir de sua relação com a ideologia³⁵ e com o lugar social a partir dos quais são enunciados.

³⁵ Segundo Marilena Chauí (2001. p. 108-109), a ideologia pode ser definida como “um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o

A análise do discurso, segundo Mussalim (2001, p. 101), “designa uma disciplina surgida na França na década de 1960”, estando associada ao linguista e lexicólogo Jean Dubois e ao filósofo Michel de Pêcheux.

Conforme é entendido por tal disciplina, o discurso³⁶ tem múltiplos usos dentro da linguística, sendo contextualizado e assumido. Charaudeau e Maingueneau (2006) observam que não se pode atribuir sentido a um enunciado³⁷ descontextualizadamente, uma vez que o discurso participa da definição do contexto, podendo modificá-lo ao longo do processo de enunciação. Da mesma forma, os autores assinalam que todo discurso apresenta marcas de subjetividade, mostrando ou não graus diferenciados de adesão ao que é afirmado pelo enunciador. Por isso, o discurso é assumido pelo autor no contexto em que é gerado.

Ademais, ao considerarem o discurso como um comportamento social como outro qualquer, Charaudeau e Maingueneau (2006) destacam sua submissão às normas gerais que controlam os comportamentos sociais, bem como às normas particulares e específicas que controlam cada ato de linguagem, asseverando que o discurso só adquire sentido no interior do universo de outros discursos, sendo, portanto, assumido em um interdiscurso³⁸ com os quais estabelece relações diversas, como citações e comentários.

A fim de complementar tais sucintas definições, é necessário explicar sobre a noção de *ethos* como a voz de “um sujeito situado além do texto” (MAINGUENEAU, 2004, p. 95), entendendo que esse conceito é um dos quais Aristóteles construiu como elemento de contribuição para a persuasão oratória. A este elemento uniam-se *logos* e *pathos*³⁹, também

que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo de representações e práticas (normas, regras e preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador [...]”.

³⁶ Discurso pode ser entendido, nas ciências da linguagem, como “atividade verbal em geral” ou “cada evento de fala”. Para Maingueneau (2004, p. 52), “emprega-se tanto no singular (‘o domínio do discurso’, ‘a análise do discurso’ etc.) quanto no plural (‘os discursos se inscrevem em contextos’ etc.), conforme se refira à atividade verbal em geral ou a cada evento de fala”.

³⁷ O termo enunciado recebe definições diversas. Maingueneau (2004, p. 57) acolhe o termo como “o valor de frase inscrita em um contexto particular”.

³⁸ Interdiscurso, consoante Maingueneau (2004, p. 24), seria um “conjunto imenso de outros discursos que vêm sustentar” uma interdição.

³⁹Maingueneau (2008, p. 14), em “A Propósito do *Ethos*”, ao retomar um fórmula de Gilbert (século XVIII), resume o triângulo da retórica antiga: “instrui-se pelos argumentos; comove-se pelas paixões; insinua-se pelas condutas”. E complementa: “os ‘argumentos’ correspondem ao *logos*, as ‘paixões’ ao *pathos*, as ‘condutas’ ao *ethos*”.

conceitos da retórica aristotélica. Em outras palavras, “os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório” (AMOSSY, 2008, p. 10). Apesar de inicialmente se aplicar à oratória, tal conceito se estendeu à escrita, porque “toda fala procede de um enunciador encarnado; mesmo quando escrito, um texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito situado para além do texto”. (MAINGUENEAU, 2004, p. 95)

Ratificando essa assertiva, Amossy (2008, p. 16), ao observar a noção de *ethos* na análise do discurso de Maingueneau, afirma que “o autor a relaciona à noção de tom, que substitui com vantagens a de voz, à medida que remete tanto à escrita quanto à fala”, incrementando, portanto, essa noção em relação àquela inicialmente apreendida pela retórica aristotélica. Ainda, complementa a autora que “qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente. (AMOSSY, 2008, p. 75)

O conceito de *cena de enunciação*, citado em Amossy (2008), emerge da noção em que a ação de enunciar, isto é, a fala, desenvolve-se como se encenada. Em *Análise de Textos de Comunicação*, Maingueneau (2004, p. 85) acrescenta que “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada”.

Com efeito, o *ethos* de um discurso, mostrado ou dito, é um resultado de vários fatores que a todo tempo interagem, dificultando a distinção entre um e outro em razão dos extremos de uma linha contínua em que ambos se inscrevem. Maingueneau (2008, p. 18) legitima tal dificuldade ao afirmar que “o *ethos* de um discurso resulta da interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos* mostrado), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos* dito)”.

Em vista dessas considerações, será proveitoso entender, em sequência, quais conceitos inovadores introduzidos pela sociolinguística podem colaborar na análise do prefácio da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Cegalla, desnudando, em auxílio às considerações propostas pela análise do discurso, os vários matizes de dominação e de resistência à mutação linguística.

3. A sociolinguística e a desconstrução de conceitos normativos

Em meados do século XX, em virtude do novo entendimento a partir do qual a língua deveria ser estudada considerando-se a sociedade em que ela é falada, emergem os primeiros estudos acerca da sociolinguística. Considerada uma disciplina relativamente nova, a “sociolinguística surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 1960” (BAGNO, 2007a, p. 28), sendo seu precursor o estudioso William Labov.

Com o advento dessa nova área de conhecimento, despontaram diversos conceitos, tais como variabilidade linguística, os mitos relacionados ao erro e ao acerto, a heterogeneidade linguística e social, dentre outros que foram, inclusive, introduzidos pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, como a expressão *variedades dialetais*⁴⁰, na tentativa de transformar a prática docente no que diz respeito ao ensino da língua portuguesa.

Ainda que datadas de 1997, as instruções dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* encontram resistência relativamente à atuação dos professores, não só pela dificuldade em se desconstruir conceitos há muito arraigados no ensino da língua, mas também porque alguns compêndios gramaticais sustentam antigas concepções de forma dogmática, desconsiderando o aspecto variacional da língua, como se os falantes e escritores da língua de fato empregassem à risca os preceitos normativos. Dessa forma, mesmo com a prospecção cronológica óbvia, algumas gramáticas resguardam conceitos já antiquados e que passam a ser questionados pela sociolinguística. Por isso, é importante apresentar, preliminarmente, os aspectos da variação linguística a fim de que, mais adiante, possam ser tecidas as críticas a respeito do prefácio da gramática de Cegalla.

Em linhas gerais, a variação linguística refere-se à diversidade de falares que se apresentam no entorno de uma língua. Isso significa que os indivíduos se expressam diferentemente conforme a classe social, o meio em que vivem, o nível de escolaridade, etc. Tal expressão oral é facilmente percebida em qualquer ambiente que mescle indivíduos “diferentes”. Bagno (2007a, p. 47) corrobora essa percepção ao afirmar que a “variedade linguística é um dos muitos ‘modos de falar’ uma língua”.

⁴⁰ Bagno (2007a) assevera que a expressão variedades dialetais é um conceito fundamental da Sociolinguística, o qual está relacionado ao campo da variação linguística. Para o autor, o dialeto (termo empregado por muitos linguistas em substituição à expressão variedades dialetais) designa “o modo característico de uso da língua num determinado, lugar, região, província etc.” (BAGNO, 2007a, p. 48).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

Na verdade, a diversidade que recai sobre os modos de falar e escrever decorre da diversidade em que se inserem os próprios falantes e escritores da língua. Há de se ressaltar que a língua é social, é pertencente ao povo que dela faz uso. Seria inadequado, portanto, reconhecer que o nativo não maneja com destreza sua própria língua. Por esse motivo, a sociolinguística adota como um de seus principais postulados o fato de que “toda e qualquer variedade linguística é plenamente funcional” (BAGNO, 2007a, p. 48), visando a dar respaldo àqueles que são a razão da existência da língua: os falantes e os escritores⁴¹.

Além disso, a funcionalidade das variedades linguísticas defendida por essa ciência, no sentido de que atingem seu fim precípua que é a comunicação, tenta resguardar o indivíduo do preconceito linguístico que abate os que desconhecem ou, caso conheçam, não utilizam a norma-padrão. Dessa forma, cumpre explicar que, contrariamente ao que se afirma nos compêndios normativos, norma-padrão e norma culta não são expressões sinônimas.

Nessa ótica, Bagno (2007a, p. 105-106) propõe a substituição da expressão “norma culta” por variedades prestigiadas e da expressão “norma popular” ou “vernáculo”⁴² por variedades estigmatizadas, “com base na oposição entre prestígio e estigma”, por entender que estas expressões suprem de forma proveitosa as carências embutidas naquelas.

Nessa perspectiva de entendimento, “a norma padrão não faz parte da língua” (BAGNO, 2007a, p. 106), podendo ser considerada “um discurso sobre a língua, uma ideologia linguística, que exerce evidentemente um grande poder simbólico sobre o imaginário dos falantes em geral, mas principalmente sobre os falantes urbanos mais escolarizados”. (*Idem*, p. 106).

Seguindo essa linha de raciocínio, Bagno (2007a, p. 106-107) complementa que, “apesar de ser um produto cultural de natureza diferente das variedades linguísticas efetivamente empregadas pelos falantes, a norma-padrão tem que ser incluída em qualquer estudo sobre as rela-

⁴¹ Nesse caso, o termo “escritores” é empregado com o intento de designar a utilização escrita da língua, e não uma classe de profissionais.

⁴² Bagno (2007a) refere-se ao termo vernáculo como aquilo que é próprio de um país, nação ou região, da forma como o consideram os gramáticos, para que possa, então, proceder à substituição proposta. Valendo-se da Sociolinguística, William Labov cunhou outro significado para o termo, considerando vernáculo como “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala” (LABOV, *apud* BAGNO, 2007a, p. 51).

ções entre linguagem e sociedade”. Bagno (2007a) ainda afirma, nesse rumo, que o modelo ideal (padrão) não representa o uso real da língua pelos falantes ditos cultos. Isso significa que os indivíduos “cultos”, isto é, de maior nível de escolaridade e mais urbanos, não fazem uso da norma-padrão da forma como é apresentada nas gramáticas, não sendo, por conseguinte, representantes dela.

Em suma, o que se pode perceber é que a língua é heterogênea em seus múltiplos aspectos, influenciando o falar e o escrever daqueles que dela se apropriam como instrumento de expressão. Por isso, é mera ilusão considerar a existência de uma forma ideal de expressão oral ou escrita, quando não se pode exigir que os indivíduos sejam “ideais”.

4. Uma interpretação crítica da Gramática de Cegalla

Passando à análise do prefácio da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Cegalla (2000), é viável a aplicação dos conceitos anteriormente dispostos a fim de mapear a intenção do autor ao escrever a obra e desvelar os juízos linguísticos de valor por ele adotados.

Ainda que o propósito inicial de Cegalla, como bem afirma o autor, fosse a elaboração de uma gramática normativa que pudesse ser útil a professores e alunos, ele se vale de conceitos desconstruídos pela sociolinguística em razão do aspecto de dominação e do preconceito linguístico neles contido. Dessa maneira, à luz dessa ciência da linguagem, é prudente iniciar a análise proposta partindo de tais conceitos.

Em início de observação, o professor conceitua a gramática como “meio posto a nosso alcance para disciplinar a linguagem e atingir a forma ideal da expressão oral e escrita” (CEGALLA, 2000, p. 14). Já nesse conceito é possível observar que o autor admite a gramática como instrumento disciplinador tanto da expressão oral quanto da escrita, não pressupondo a existência de diversidades entre uma e outra. Outrossim, não há traços de consideração da variabilidade linguística que condiciona a fala e a escrita, senão a intenção de regular ambas as formas de expressão, valendo-se de um conjunto de normas estáticas.

Ao revés dessa constatação, “a língua, na concepção dos sociolinguistas, é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e reconstrução” (BAGNO, 2007a, p. 36). Isso significa que a língua é um processo nunca concluído e, portanto, não disciplinável, traduzindo a gramática como representante de “um contro-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

le de processos inerentes de variação e mudança, um refreamento artificial das forças que levam a língua a variar e a mudar”. (*Idem*, p. 37).

Quanto ao aspecto de “disciplinar a linguagem”, este se evidencia inadequado, pois a linguagem já está condicionada a seus próprios aspectos disciplinadores. Em outras palavras, sentenças agramaticais⁴³ não ocorrem na língua devido à obediência às características intrínsecas da língua. À guisa de exemplo, uma frase como *o menino comeu o bolo* dificilmente seria pronunciada ou escrita como *menino o comeu o bolo*, mesmo na fala de uma criança, visto que a anteposição do artigo definido ao substantivo é, de fato, regra na língua, por obedecer a padrões constantes.

Nesse sentido, Bagno, em *Preconceito Linguístico*, afirma que “não existe erro de português. Todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a gramaticalidade ou agramaticalidade de um enunciado” (BAGNO, 2007b, p. 123), ou seja, o falante é capaz de perceber as regras de funcionamento da língua.

No segundo parágrafo do prefácio em análise, Cegalla (2000) pontua:

Temerário seria quem pusesse em dúvida a utilidade do estudo da disciplina gramatical. Maldizer da gramática seria tão desarrazoado quanto malsinar os compêndios de boas maneiras só porque preceituam as normas de polidez que todo civilizado deve acatar. (*Idem*, p. 14).

Já se nota o destempero do autor ao comparar a utilidade do estudo da disciplina gramatical a compêndios de boas maneiras que preceituam normas de polidez que todo civilizado deve acatar, não havendo ressalva alguma acerca dos conceitos de polidez e civilidade. Com efeito, nessa afirmação do professor, há um *ethos* mostrado, já que ele claramente relaciona o falar bem ao conhecimento da norma-padrão, tudo em manifesto posicionamento ao que considera como norma de polidez.

Nesse aspecto, quando o professor assevera que todo civilizado deve acatar normas de polidez, assevera, por conseguinte, que os sujeitos civilizados devem se servir do estudo da disciplina gramatical em termos de obrigatoriedade. Ocorre que o conceito de civilizado não está adstrito

⁴³ Para Bagno (2007a), enunciados agramaticais são aqueles que desrespeitam as regras de funcionamento da língua, por isso não aparecem na fala espontânea e natural de falantes nativos do português do Brasil.

ao conhecimento da norma-padrão da língua, preconizada pelos compêndios gramaticais. Logo, não se pode considerar como não civilizados os que desconhecem a disciplina gramatical, encerrando, num único livro, a verdade definitiva e eterna sobre uma língua, visto que "a língua não é simplesmente um 'meio de comunicação' – ela é um poderoso instrumento de controle social, [...] de preservação ou destroçamento das identidades individuais, [...] de inclusão ou de exclusão". (BAGNO, 2007a, p. 83)

Da forma como se posicionou o professor podem resvalar diversos juízos de valor social que não se coadunam com os preceitos sociolinguísticos, uma vez que o conhecimento da gramática, de per si, não deve ser suficientemente classificatório ao ponto de enquadrar indivíduos dentro ou fora de um padrão de civilidade, reforçando, portanto, os estigmas a que se refere Bagno (2007a).

Não é segredo que, há algum tempo, pairam dúvidas acerca da disciplina gramatical da forma como é ensinada nas escolas, recorrendo às classificações e análises de estruturas descontextualizadas. Contudo, as críticas normalmente não recaem sobre a gramática tradicional em si, mas sobre a forma como é aplicada no ambiente escolar. Consoante Bagno (2007a, p. 64), "a gramática tradicional merece ser estudada, como um importante patrimônio cultural do Ocidente, mas não para ser aplicada cegamente como única teoria linguística válida nem, muito menos, como instrumental adequado para o ensino".

Posto isso, desconstruída fica a comparação estabelecida por Cegalla. Se assim não o fosse, os indivíduos estariam sujeitos unicamente ao crivo do normativismo e do prescritivismo apregoado pela gramática, sendo considerados não polidos ou desprovidos de civilidade caso não soubessem, por exemplo, que "notações léxicas são sinais gráficos que se juntam às letras, geralmente para lhes dar um valor fonético especial e permitir a correta pronúncia das palavras". (CEGALLA, 2000, p. 31)

Reiterando as manifestações a respeito das expressões oral e escrita, Cegalla complementa os disparates anunciando que "este manual pretende apenas ser um roteiro, um auxiliar para os que aspiram a falar e escrever com acerto e elegância" (CEGALLA, 2000, p. 14). Mais uma vez se observa a não diferenciação entre o falar e o escrever, além de problemas conceituais. Ao que parece, o professor não reconhece, quiçá por rejeição, a distinção entre o oral e o escrito, mesmo que a ciência lingüís-

tica, desde Saussure, já o tenha feito. O trecho tenta abarcar num mesmo campo semântico⁴⁴ dois conceitos que são distintos.

Quanto à elegância, não se pode consentir que recaia apenas sobre os leitores e entendidos dos padrões gramaticais, pois, assim, seriam excluídos os falantes do idioma que a eles não tiveram acesso ou, por razões diversas, desconhecem suas “orientações”. Nessa ótica se encaixariam, também, os conhecedores que não utilizam religiosamente os preceitos normativos. Ressalta-se, novamente, que norma-padrão e norma culta não são expressões sinônimas.

Parafraseando Bagno (2007a), norma culta seria aquela de que se apropria o falante ou escritor ditos cultos, não necessariamente equivocando à norma-padrão, cuja melhor definição se aproximaria ao modelo que serve aos parâmetros do falar e do escrever. Como os considerados cultos (indivíduos mais urbanos e mais escolarizados) não se valem das gramáticas como forma de modelo exemplar aos discursos falados ou escritos, pode-se dizer que não adotam com precisão a norma-padrão, evidenciando que, mesmo entre os considerados cultos, manifesta-se a variação linguística.

Mesmo afirmando evitar, “com o máximo cuidado, o dogmatismo intransigente e impositivo e as soluções pessoais arbitrárias, fundamentando sempre a doutrinação no uso vivo do idioma e na lição dos bons escritores” (CEGALLA, 2000, p. 14), o autor implicitamente se contradiz quando se refere aos exercícios objetivos e variados contidos ao fim de cada capítulo de sua obra. Vale observar o trecho:

Achamos que, em trabalhos deste gênero, não deve a teoria andar divorciada da prática. Por isso, juntamos a cada unidade exercícios objetivos e variados, por meio dos quais os estudantes poderão assimilar os ensinamentos gramaticais com mais facilidade e aplicá-los com segurança na prática da comunicação. (*Idem*, p. 14).

Tal contradição pode ser corroborada pinçando-se um exemplo de exercício a partir do qual o estudante supostamente assimilaria os conhecimentos gramaticais, aplicando-os com segurança na prática da comunicação. Ao fim de uma seção de conceitos acerca das regras que regem o uso do adjetivo, Cegalla propõe que se “passe um traço sob os adjetivos” (CEGALLA, 2000, p. 159), provavelmente a fim de verificar a capacidade

⁴⁴ Campo semântico diz respeito ao campo de significado que engloba palavras aproximadas pelo significado.

de classificatória do estudante. Eis aí um exemplo de ensino classificatório rejeitado pela sociolinguística.

Em *Preconceito Linguístico*, afirma Bagno (2007b, p. 119) que "os métodos tradicionais de ensino da língua no Brasil visam, por incrível que pareça, a formação de *professores de português!*". Isso porque, na verdade, "o ensino da gramática normativa mais estrita, a obsessão terminológica, a paranoia classificatória, o apego à nomenclatura _ nada disso serve para formar um bom usuário da língua em sua modalidade culta" (*Ibidem*, p. 119). Dessa forma, melhor seria a proposição de exercícios reflexivos que estimulassem o conhecimento e o gosto pela língua, conforme o faz Bagno (2007a) a partir da página 225 de *Nada na Língua é por Acaso – por uma Pedagogia da Variação Linguística*.

Vale citar, também, o antepenúltimo parágrafo do prefácio em comento, com o objetivo de entender o que Cegalla (2000) toma por conceitos avançados:

Seguimos quase à risca a nomenclatura preconizada pelo Ministério da Educação e Cultura em Portaria de 28 de janeiro de 1959. Se em alguns pontos divergimos, abraçando conceitos mais avançados ou preferindo denominações não acolhidas pelo estatuto oficial, nunca o fazemos sem advertir o leitor (CEGALLA, 2000, p. 14).

Nesse trecho, o autor sustenta que diverge de alguns conceitos preconizados pela portaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC), abraçando conceitos que considera mais avançados ou preferindo denominações diversas. Logicamente não há, no prefácio de uma gramática, espaço para minúcias e definições de todos os termos e conceitos utilizados. É possível, todavia, reconhecer que, apesar da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa* ter sido editada no ano 2000, Cegalla (2000) se apoia em uma nomenclatura do final da década de 1950, isto é, temporalmente distante da data de edição da obra. Além disso, sequer foram mencionados os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, implementados na década de 1990, ou seja, anteriores à edição do compêndio gramatical. Ainda assim, a obra foi intitulada como *novíssima*.

Não é de se estranhar, outrossim, que a obra não mencione os conceitos sociolinguísticos apresentados no decorrer deste trabalho, já que a base de sustentação do texto prefacial é anterior ao surgimento da sociolinguística, que remonta de meados da década de 1960. Há de se acrescentar também que, a partir da contraposição teórica, em breve análise, de alguns conceitos afetos à área, pôde-se observar o caráter classificatório e terminológico dos exercícios, além da utilização de conceitos

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

propriamente normativos que, por óbvio, não se harmonizam aos sociolinguísticos.

Nada obstante, o prefácio da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Cegalla, apresenta uma tentativa de adequação da disciplina gramatical a novos conceitos, propondo o que o autor denomina como roteiro para auxiliar os estudantes. Percebe-se, pois, que, apesar de normativista, há certa preocupação do autor acerca da aceitabilidade da obra. Desse modo, vale considerar, na análise do prefácio como um todo, o conceito de *ethos* advindo das teorias da análise do discurso.

Preliminarmente, o *ethos* que se inscreve em Cegalla apresenta-se cauteloso, ao citar, no primeiro parágrafo de seu prefácio, a importância da Lei de Diretrizes e Bases e a oportunidade de se elaborar uma gramática em respeito a essa norma. Em seguida, discorrendo por todo o objeto de análise, reafirma-se tal cuidado do autor ao redigir certos trechos, possivelmente com o intuito de evitar que o leitor prejulgue a obra antes mesmo de lê-la. Eis algumas marcas de esmero autoral em trechos da gramática:

1. prático e suave, este manual pretende ser apenas um roteiro, um auxiliar (l. 16);
2. exposição sucinta e serena dos fatos gramaticais à luz da doutrina moderna e em harmonia com o estágio evolutivo da língua (l. 19-21);
3. evitamos, com o máximo cuidado o dogmatismo intransigente e impositivo e as soluções pessoais e arbitrárias (l. 24-25);
4. juntamos a cada unidade exercícios objetivos e variados (l. 29-30);
5. intento de amenizar a natural aridez da matéria (l. 33);
6. resta-nos agora aguardar dos competentes o veredicto, que esperamos não nos será inteiramente desfavorável (l. 47-49).

Essas marcas pontuam, portanto, a preocupação do autor em “construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem” (AMOSSY, 2008, p. 19) – entenda-se, nesse trecho, àqueles que o leem, visto que o enunciado se encontra registrado na forma escrita. Contudo, há de se ressaltar que as marcas rejeitadas anteriormente pela sociolinguística ferem a cautela construída, revelando uma “indefinição acerca da confiabilidade do enunciatador e, conseqüentemente, do sentido do enunciado”. (*Idem*, p. 21)

Dessa maneira, a prudência do enunciatador (CEGALLA, 2000) fica maculada pela utilização, por exemplo, de termos como “disciplinar a

linguagem” (l. 6-7); “forma ideal da expressão oral e escrita” (l. 7); “escrever com acerto e elegância” (l. 17-18); “segurança na prática da comunicação” (l. 32), uma vez que, com supedâneo sociolinguístico, foram desconstruídos vários desses conceitos.

Segundo Maingueneau (2008, p. 16), “o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido”, sendo tal noção discursiva, cuja construção ocorre em meio ao próprio discurso, considerada “híbrida (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado” (*Idem*, p. 17). Diante disso, nota-se que, apesar de algumas marcas mostradas de aceitação do dinamismo linguístico, a obra de Cegalla (2000) transmite uma ideia que se apresenta “por intermédio de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser”. (MAINGUENEAU, 2004, p. 99)

Por fim, resta a ilação de que existem manifestos traços de dominação no prefácio da gramática estudada, em que pese às inserções realizadas pelo professor que elaborou a obra, comprovando, conforme Maingueneau (2010, p. 80), que “a enunciação constrói certa ‘imagem’ do locutor e configura um universo de sentido que corresponde a essa imagem”.

5. *Considerações finais*

Considerando que o normativismo, cuja base é a regra a ser acatada pelos indivíduos, rejeita, implícita ou explicitamente, a flexibilidade proposta pela sociolinguística, a qual, por sua vez, defende o uso da língua em respeito aos aspectos da variabilidade linguística, percebe-se a necessidade de se romperem alguns paradigmas concebidos como tradicionais, bem como padrões prescritivistas de rigidez, a fim de facilitar ao alunado a assimilação de um conteúdo mormente tachado como desinteressante, pois não espelha a realidade do estudante da língua. Logo, o ensino descontextualizado da gramática, desvinculado de práticas que incentivam o interesse em aprender, deve ser repensado com o intuito de adequá-lo aos padrões da realidade discente.

Nesse âmbito, não se pode deixar de adotar posturas flexíveis diante dos conceitos de erro e acerto a fim de evitar a desvalorização dos saberes individuais dos estudantes. Possivelmente, seria mais proveitosa a introdução de conceitos relacionados à adequação dos usos da língua, em vez dos arcaicos conceitos de correção e incorreção. Desse modo, seria considerado o uso da língua em perspectiva, isto é, valorizada seria a

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

situação e contexto em que o idioma é empregado. Desconstruindo-se alguns dogmas impregnados ao ensino, certamente decairia a noção de fracasso que circunda o ensinar.

Não se intenta, todavia, abolir o uso da gramática ou desvalorizar os conceitos normativos, visto que a própria análise de seu conteúdo e da forma como são prescritas as normas, por si mesmas, descortinam noções e aspectos a partir dos quais se sustentam as contraposições necessárias ao aprimoramento do ensino da língua. O que se pretende, na verdade, é facilitar a interação entre o ensino da gramática, mas de forma contextualizada, e os preceitos teóricos das novas ciências linguísticas, destacando a utilidade do saber para o aluno, em vez de obrigá-lo a decorar conceitos que apenas tem serventia aos professores de português e profissionais afetos à área.

Vale, por fim, o registro de que, graças ao dinamismo e à capacidade de mudar intrínsecos à língua, seria de grande valia dar ao ensino uma nova roupagem, também dinâmica e mutável, distante das características de dominação, não apenas sob o pretexto de aproximar o falante e o escritor de seu próprio idioma, mas também sob o suporte de que o apreço pela língua portuguesa só pode ser alcançado se acompanhado de processos de mudança na forma de ensinar, compilando ensino e realidade discente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007a.

_____. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007b.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 43. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2000.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, vol. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

**O ARTIGO DE OPINIÃO NA PRÁTICA ESCOLAR:
SUBJETIVIDADE, ENSINO E RESPONSABILIDADE**

Guilherme Brambila Manso (UFES)
guilhermebrambilamanso@hotmail.com

Luciano Novaes Vidon (UFES)
pfvidon@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o tratamento do gênero discursivo artigo de opinião no contexto escolar. Procuramos investigar as condições e circunstâncias em torno das quais o sujeito professor tem atuado no processo de produção de textos dos alunos, já que o consideramos, com base no princípio bakhtiniano da alteridade, peça fundamental desse processo. Assim, alguns profissionais envolvidos com o ensino de gêneros discursivos – em especial o artigo de opinião – foram pesquisados para que pudessemos compreender, ativa e responsivamente, como se dá o ensino-prática dos gêneros discursivos propostos pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* e possíveis justificativas que os mantêm dissemelhantes aos mesmos que encontramos em contexto não escolar. Aplicamos, assim, um questionário a um grupo de professores de língua portuguesa, a fim de dialogar com eles a respeito dessa problemática. Para tal discussão, os pressupostos de Mikhail Bakhtin e seu Círculo são explorados no ensejo de se pensar a constituição deste sujeito professor através da apreciação do que foi postulado acerca dos gêneros discursivos e da subjetividade.

Palavras-chave: Artigo de opinião. Bakhtin. Gêneros discursivos. Ensino.

1. A subjetividade e os gêneros do discurso para o Círculo de Bakhtin

O pensamento bakhtiniano em torno da relação entre subjetividade e gêneros do discurso, além de ser objeto de observações constantes de pesquisadores⁴⁵ envolvidos com o estudo do discurso e assuntos afins, tem ganhado cada vez mais destaque na prática escolar, especialmente nas aulas de língua portuguesa. Essa crescente busca pela compreensão do pensamento do filósofo russo e de seu Círculo dá-se pela atualização dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* que instituíram, desde 1998, uma perspectiva sociointeracionista de ensino do texto, aproximando-se da noção de gêneros discursivos e do dialogismo defendidos pelo círculo bakhtiniano, e afastando-se, por outro lado, da tradicional perspectiva textual-tipológica.

⁴⁵ Fiad, 2008; Possenti, 2003; Gege, 2009; Barros, 1994; Brait, 1997; Faraco, 2008; Ponzio, 2008; Vidon, 2012a; 2012b; Franco, 2008; Monteiro, 2009 e Moreira, 2009, entre outros.

Antes que adentremos especificamente no que prevê os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, é importante que exploremos a linguagem sob a perspectiva bakhtiniana, o que nos levará, conseqüentemente, às suas concepções em torno da subjetividade e dos gêneros discursivos.

Compreendendo o uso da língua em função do propósito comunicacional, Bakhtin & Voloshínov (2006, p. 93) afirmam que

Na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas (para o locutor, a construção da língua está orientada no sentido da enunciação da fala). Trata-se, para ele, de utilizar as formas normativas (admitamos, por enquanto, a legitimidade destas) num dado contexto concreto. Para ele, o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto.

A partir desta perspectiva, percebemos na proposta bakhtiniana a existência de um sujeito que não é refém do meio discursivo em que está inserido, mas que participa ativamente deste respondendo dialogicamente às demandas concretas de enunciação existentes por meio do uso da língua em função da linguagem e da interação.

Este diálogo concreto, defendido pelo filósofo, nos permite reconhecer que este sujeito histórico e social não apenas interage com as situações reais de enunciação por ele mesmo, mas também com outros sujeitos oriundos de, também, uma natureza histórica e social e que realizam, constantemente, a interação verbal enriquecendo-se dos discursos um do outro.

Assim, Bakhtin & Voloshínov (2006, p. 96) reforçam que a interação verbal dos sujeitos, sendo eles o enunciador e o destinatário, com a possibilidade de troca de turnos conforme convir ao propósito comunicativo, “nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular”.

Essa perspectiva nos habilita a pensar este sujeito como um ser atuante na sociedade – e em suas diversas esferas discursivas específicas – que ao mesmo tempo em que tem certa autonomia em suas relações dialógicas com os outros sujeitos, sempre é requerido a estar atento às inúmeras relações e contextos sociais em que se insere para, assim, adequar-se e expressar-se de maneira apropriada em função da própria interação verbal e do propósito comunicativo.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Partindo desta interação contínua entre sujeitos em espaços discursivos distintos – como igreja, escola, trabalho, etc. – estabelecendo, assim, maneiras diversas de expressar-se é que nos encontramos com a perspectiva bakhtiniana da enunciação por meio dos gêneros discursivos.

Podemos compreender os gêneros discursivos como formas relativamente estáveis que abarcam enunciados específicos que atendem às necessidades da comunicação verbal entre os sujeitos sócio e historicamente inseridos em esferas discursivas variadas. É importante salientar que o contexto sócio-histórico de interação, os sujeitos envolvidos no ato comunicativo – enunciador e destinatário (s) –, finalidades discursivas e até o suporte no qual este gênero será expresso – jornais, livro didático, meios de comunicação virtuais, etc. – exercem importante participação nas escolhas discursivas realizadas por este sujeito que produz enunciados nos moldes de um gênero discursivo determinado.

O processo de produção textual no interior dos gêneros discursivos, conforme Bakhtin, acontece de maneira responsiva e dialógica. Apesar das configurações básicas de cada gênero do discurso – como o caráter opinativo do artigo de opinião, por exemplo – é perceptível que cada esfera discursiva e cada sujeito possuirão necessidades discursivas distintas e únicas na produção de seus enunciados, garantindo o caráter primordial dos gêneros discursivos segundo o pensamento bakhtiniano: a estabilidade relativizada.

Bakhtin (1997, p. 106) nos afirma que “(...) o gênero sempre é e não é ao mesmo tempo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo” e, nesta percepção, já podemos esperar por um meio de interação humana do qual será estável por conta das adequações sociais que visam à comunicação, porém com a particularidade de sofrer atualizações constantes que seguem as necessidades de seus sujeitos de acordo com cada situação e ambiente discursivos.

Sendo assim, somos convidados através da proposta de Bakhtin e seu Círculo a compreender a atividade comunicativa humana como uma tensão contínua de discursos que se cruzam em busca de propósitos interacionais reais. O sujeito só existe por conta da existência do outro que o reconhece como tal e vice-versa. É pela interação dos sujeitos através dos gêneros discursivos, prevista pela perspectiva bakhtiniana da alteridade, que a linguagem se mantém não estagnada e a comunicação se realiza.

2. *A atualização dos Parâmetros Curriculares Nacionais em diálogo à perspectiva bakhtiniana*

Após este breve apanhado em torno da concepção bakhtiniana sobre a linguagem e a enunciação pela via dos gêneros discursivos seguintes, então, para a percepção tida por estes nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* de acordo com sua atualização.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio* tiveram sua atualização no ano 2000 e passaram a instituir o ensino de língua portuguesa como prática comunicacional dialógica pela possibilidade de voz do estudante no contexto escolar e pelo ensino em fazer com que este estudante alcance outras esferas discursivas para além da escolar por meio de posicionamentos mais opinativos e críticos.

De acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio* (2000, p. 17)

Comunicação aqui entendida como um processo de construção de significados em que o sujeito interage socialmente, usando a língua como instrumento que o define como pessoa entre as pessoas. A língua compreendida como linguagem que constrói e ‘desconstrói’ significados sociais.

O documento faz questão de acentuar uma concepção de comunicação distinta daquela que predominou no Brasil, especialmente nos anos 1970 e 1980, segundo a qual a comunicação é um sistema de informação do qual emissor e receptor são elementos com funções estruturais. Nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, seguindo-se o pensamento dialógico bakhtiniano, a comunicação é vista como lugar de interação, de intersubjetividades, em que sentidos são construídos, desconstruídos, reconstruídos. A comunicação, nessa perspectiva, é concebida como um processo de construção de sentidos com base nas interações sociais dos sujeitos.

A proposta dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* aproxima-se, assim, nitidamente da perspectiva bakhtiniana por haver utilização dos conceitos do filósofo russo e de outros estudiosos que compartilham dessas noções. Mesmo que não recorrêssemos à bibliografia do documento para comprovar o uso de suas obras na constituição dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* é notório que a perspectiva em torno da linguagem está muito mais aproximada de um movimento dialógico, como foi postulado por Bakhtin e seu Círculo. Para os *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio* (2000, p. 6)

Nas práticas sociais, o espaço de produção de sentidos é simultâneo. Nesse, as linguagens se estruturam, normas (códigos) são partilhadas e negocia-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

das. Como diz Bakhtin, a arena de luta daqueles que procuram conservar ou transgredir os sentidos acumulados são as trocas linguísticas, relações de força entre interlocutores.

Compreendemos, assim, que a noção de linguagem a ser ensinada nas escolas, prevista nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, pressupõe uma relação dialógica e responsiva de um sujeito, o estudante com outro sujeito, o professor, que se realiza com o uso dos gêneros discursivos e que, ao mesmo tempo, tem como objeto privilegiado os próprios gêneros discursivos. Com base na discussão trazida pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* é possível que se entenda o ato de ensinar e aprender gêneros como tarefa de formação de sujeitos sócio e historicamente politizados e que não deve, portanto, estar atrelada a um paradigma reprodutivista, como tradicionalmente se basearam muitos de nossos professores de língua portuguesa. O conceito de gêneros do discurso é fundamental para entendermos essa mudança de paradigma proposta pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais*.

Sobre esse conceito, os *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio* (2000, p. 21) afirmam que

Os gêneros discursivos cada vez mais flexíveis no mundo moderno nos dizem sobre a natureza social da língua. Por exemplo, o texto literário se desdobra em inúmeras formas; o texto jornalístico e a propaganda manifestam variedades, inclusive visuais; os textos orais coloquiais e formais se aproximam da escrita; as variantes linguísticas são marcadas pelo gênero, pela profissão, camada social, idade, região.

Apesar da proposta interacionista por parte dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* ao uso dos gêneros discursivos na esfera escolar, percebe-se que estes gêneros são, para a escola, parte de um conteúdo programático que precisa ser seguido para o cumprimento dos objetivos específicos de cada ano escolar, que não deixaram de existir.

Mesmo assim, pode-se notar que os *Parâmetros* firmam um compromisso teoricamente mais interativo com a metodologia de ensino nas aulas de língua portuguesa. Contudo, é preciso que nos atentemos ao fato de que a existência de uma proposta mais dialógica em torno do ensino de língua portuguesa é apenas parte do caminho. Há uma necessidade ainda maior de se averiguar a esfera escolar em sua prática cotidiana para detectar se, após esses quinze anos de implementação, as condições que estão atreladas à esfera escolar – muitas vezes oriundas da não escolar – têm sido propícias para o exercício autenticamente dialógico da linguagem.

3. Os Parâmetros Curriculares Nacionais na prática escolar e a perspectiva do sujeito professor

A partir das considerações anteriores em torno daquilo que foi postulado por Bakhtin e seu círculo e da apropriação feita pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* destes conceitos em prol da criação dos novos parâmetros que visam o ensino-aprendizagem de uma língua por vias sócio interativas, trazemos, para esta etapa da discussão, a perspectiva do sujeito professor no âmbito prático de todo este processo.

Este artigo é mais um dos resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica⁴⁶, que objetivou observar o gênero discursivo artigo de opinião a partir de análises de artigos de opinião publicados semanalmente em um jornal capixaba de circulação estadual e, posteriormente, com o estudo do tratamento deste mesmo gênero no ambiente escolar através de um livro didático havendo um diálogo contínuo com o não escolar.

Como etapa final desse processo foram realizadas entrevistas, através do envio de questionários por e-mail, em março de 2015, a duas professoras da rede pública da grande Vitória que estão inseridas no contexto do ensino médio para que relatassem suas experiências com o ensino de gêneros discursivos a partir da perspectiva proposta pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Com estas entrevistas realizamos um estudo qualitativo para detectar possíveis rupturas entre aquilo que é idealizado nos *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio* e aquilo que é realizado, concretamente, na esfera escolar.

Conseguimos, então, a participação de duas professoras de Língua Portuguesa que aqui serão nomeadas como P1 e P2. Seguem, abaixo, alguns destaques e considerações realizadas em torno de algumas respostas das professoras aos questionários aplicados.

Questionada a respeito da produção de textos mais críticos no Ensino Médio, P1 afirma:

As turmas de segundo e terceiro ano são as que mais desenvolvem textos críticos e argumentativos. Como precisamos preparar esses alunos para enfrentarem provas do ENEM e vestibular, o trabalho com desenvolvimento de criticidade e argumentação é realizado constantemente. Porém, esse trabalho

⁴⁶ Projetos estes intitulados “O gênero artigo de opinião em esfera escolar e não escolar: subjetividade, estilo e autoria” (2012-2013) e “O gênero Artigo de Opinião da esfera escolar para não escolar: O que muda?” (2013-2014/2014-2015).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

deveria ser desenvolvido desde sempre, já que o intuito do educador é preparar o aluno para a vida.

Já inicialmente notamos que o trabalho com o gênero discursivo argumentativo – englobando, assim, o artigo de opinião – enfrenta obstáculos distintos na esfera escolar. O que nos é evidente é que o currículo escolar apresenta prioridades em torno do ensino de gêneros que são divididas no decorrer da vida escolar do estudante. Divisão esta que é diagnosticada pela professora como algo que vai contra o trabalho em torno da subjetividade que é mais acentuado pelos gêneros discursivos argumentativos trabalhados prioritariamente nos anos finais do ensino médio.

É possível notar que parte do bloqueio e dificuldade encontrada no ensino do Artigo de opinião, por exemplo, se deve à falta de preocupação ou tempo com o exercício da criticidade nas séries anteriores. Apesar de compreensíveis os motivos pedagógicos em torno desta divisão, percebe-se que a mesma dá, nos anos finais do ensino regular, um efeito contrário ao exercício da subjetividade crítica, já que esta não foi praticada previamente e passa a ser exigida de maneira massiva pelos vestibulares e pelo ENEM.

A respeito dos vestibulares e ENEM, P2 comenta:

O contexto atual encaminha o aluno a um maior interesse e cobrança para que o professor trabalhe os gêneros mais solicitados no Enem e nos Vestibulares. O discente acaba por se interessar devido à necessidade imediata imposta pelo contexto.

Encontramos, neste trecho, mais um componente situacional e agravante no ensino de gêneros discursivos argumentativos: a corrida pelo ENEM. É claro na resposta de P2 que a necessidade e/ou interesse do estudante por determinados gêneros está intimamente ligada às exigências relacionadas à inserção deste jovem na esfera universitária e, futuramente, no mercado de trabalho. Sendo assim, percebemos que os gêneros do discurso no ambiente escolar passam a ter funcionalidades que ultrapassam as expectativas pedagógicas e curriculares. A boa ou má aquisição e uso de gêneros discursivos configura forte influência no futuro profissional deste estudante.

Neste trecho fica claro que a aparente liberdade estimada pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, proporcionada pelo ensino mais crítico e dialógico nas aulas de língua portuguesa é meramente ilusória, assim como elucida Possenti (2002, p. 91)

Não acredito em sujeitos livres nem sujeitos assujeitados. Sujeitos livres decidiriam a seu bel – prazer o que dizer em uma situação de interação. Sujeitos assujeitados seriam apenas pontos pelos quais passariam discursos prévios. Acredito em sujeitos ativos e que sua ação se dá no interior de semissistemas em processo.

Mesmo que seja possível enxergar a necessidade de uma sistematização do ensino fica claro que o ensino-aprendizagem visado pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* com base na perspectiva bakhtiniana ganha características herméticas se o colocamos em contraste com a realidade escolar. Apesar da possível boa intenção em trazer uma proposta de ensino mais sócio interativa não se levou em conta que estes estudantes finalistas do ensino médio convivem com situações de estresse – que também são da esfera não escolar, como a pressão realizada pela família para a aprovação no vestibular – em adequar-se aos quesitos esperados na redação do ENEM ou dos vestibulares, fazendo com que seu exercício crítico seja continuidade de um círculo vicioso que reproduz técnicas textuais, restando pouco tempo para a prática da criticidade.

A didatização dos gêneros do discurso acaba, por vezes, se tornando sistematicamente abstrata (objetivista abstrata, como propõem Bakhtin/Voloshínov) devido às necessidades da aquisição deste, podendo ser considerado até que há certo afastamento da realidade. Contudo, P1, em sua entrevista declara

(...) nós tornamos o texto didático na medida em que trabalhamos com ele em sala de aula. O mais importante em um trabalho de texto é fazer com que o aluno consiga formar sua opinião através de sua leitura, independente do tipo de texto.

Apesar das exigências que a esfera escolar e o sistema nacional de exames para ingresso, seja em cursos técnicos ou superiores, seja em determinados cargos profissionais, têm sobre os professores, em especial os de português, já que a redação é uma das “matérias” mais importantes nesse contexto, a professora P1 demonstra ter consciência de que essa abstração sistêmica precisa ser concretizada, precisa ser colocada no “chão da escola, da sala de aula”. Em sua resposta, ela destaca, e, portanto, valoriza o trabalho em sala de aula e, principalmente, segundo ela, a formação crítica do aluno é “independente do tipo de texto”, como ela mesma diz. Essa ressalva final, do ponto de vista do dialogismo bakhtiniano, revela um sujeito que não se assujeitou ao discurso dominante, do tecnicismo tipológico-textual travestido de gênero discursivo. Não é a categoria teórica, nem o tecnicismo pedagógico, o que mais importa, mas o

sujeito-aluno e sua capacidade de dialogar, responsiva e responsabilmente, com os textos.

Acerca da estruturação dos gêneros na esfera escolar, P1 afirma

Os gêneros são inúmeros, de acordo com a transformação da língua, são criados e utilizados de formas variadas. É importante sim, manter certa estrutura para cada tipo textual, mas, é ainda melhor que o aluno entenda as características de cada um, as particularidades de cada texto, sem necessariamente ter que ficar engessado com normas e regras. Um leitor articulado e que desenvolva o pensamento. Isso sim, é o ideal.

Percebe-se aqui que, independente da atualização dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* e sua aplicação no material didático e/ou currículo escolar, a responsabilidade em balancear o conhecimento teórico com o exercício da enunciação crítica está majoritariamente sobre o professor. Não só esta função é atribuída a ele, mas também a de realizar este processo, que não foi previamente amadurecido nas séries anteriores, em um período relativamente curto de tempo para que os estudantes estejam suficientemente instruídos a realizar estes enunciados nas provas.

Notamos aqui que contextos adjacentes ao escolar – como as expectativas sobre o ENEM e as exigências dos vestibulares – exercem forte influência sobre o professor enquanto sujeito que se torna uma ponte dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* com os estudantes em seu caminho rumo aos vestibulares. A subjetividade deste profissional, então, é permeada por estas situações sociais que influem continuamente em seu trabalho.

Em suma, verificamos aqui que seria uma ingenuidade ou idealização considerar que aquilo que é proposto nos novos *Parâmetros Curriculares Nacionais* pode ser seguido de maneira integral na realidade escolar. Percebe-se ainda que a perspectiva dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* parte, sim, de noções pertinentes ao ensino – como a alteridade dialógica bakhtiniana –, mas que ainda é necessário que se leve em conta contextos agravantes a esta prática como a corrida dos vestibulares que já tem se enraizado culturalmente na sociedade brasileira contemporânea.

4. Considerações finais

Este artigo se propôs a refletir sobre a prática pedagógica de ensino do texto na esfera escolar no atual contexto de ensino baseado no con-

ceito de gêneros do discurso e nos princípios dialógicos da linguagem, defendidos, especialmente, pelo Círculo de Bakhtin. Detectou-se, através dos recortes realizados em entrevistas com duas professoras de língua portuguesa, que o processo de transferência dos gêneros discursivos já instituídos socialmente para a sala de aula é uma tarefa muito mais complexa do que se pretende nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*.

Nota-se que a discussão sobre o ensino-aprendizagem de gêneros do discurso em sala de aula deve partir de horizontes diferentes. Antes que debatamos como ensinar gêneros é necessário que deixemos de enxergá-los como conteúdos de sala de aula. Apesar de ser uma ideia culturalmente enraizada e instituída em documentos legais, percebe-se que o ensino de língua portuguesa como língua materna terá mais chances de se tornar mais dialógico e enunciativo quando houver uma quebra definitiva de paradigmas sobre os gêneros do discurso dos quais estes deixem de ser vistos como o objetivo de aula e passem a ser o meio de interação de sujeitos na busca de metas diversas para a constituição de sujeitos mais críticos e politizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Os gêneros do discurso. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARROS, D. L. P. *Dialogismo, Polifonia, intertextualidade: em torno de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Ensaios de Cultura, 7, 1994.

BRAIT, B. *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. São Paulo: UNICAMP, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais do ensino médio*. Brasília, 2000. (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em: 16-08-2015.

FARACO, Carlos Alberto. *Oficina de texto*. Petrópolis: Vozes, 2008.

FIAD, R. S.; VIDON, L. N. *Em(n)torno de Bakhtin: questões e análises*. São Carlos: Pedro & João, 2013.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

FRANCO, K. R. *O editorial na situação de redação de vestibular*. 2008. Dissertação (de Mestrado). – UFES, Vitória.

GEGe. *Palavras e contrapalavras: glossariando conceitos, categorias e noções de Bakhtin*. São Carlos: Pedro & João, 2009.

MONTEIRO, I. M. C. *Indícios de autoria em narrativas do ensino médio*. 2009. Dissertação (de Mestrado). – UFES, Vitória.

MOREIRA, T. A. *A constituição da subjetividade em raps dos Racionais MC's*. 2009. Dissertação (de Mestrado). – UFES, Vitória.

PONZIO, A. *A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2008.

POSSENTI, Sírío. *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar, 2002.

**O ENSINO DO GÊNERO TEXTUAL
NA ABORDAGEM SOCIOINTERACIONISTA
A PARTIR DA REESCRITA DO GÊNERO CONTO
NA 4ª ETAPA DA EJA**

Ana Cristina de Araújo Negrão (UFPA/UNIFESSPA)
ac.damasceno2010@gmail.com

Simone Cristina Mendonça (UNIFESSPA/UNICAMP)

RESUMO

O projeto de pesquisa ora apresentado visa fazer um estudo sobre o uso dos gêneros textuais no ensino de língua materna em uma turma da 4ª etapa da EJA de uma escola municipal e em seguida trabalhar na elaboração de um projeto de ensino que promova atividades que contemplem a produção textual a partir da reescrita do gênero conto. O objetivo principal dessa pesquisa é criar um espaço de investigação e análise sobre o uso dos gêneros textuais no espaço escolar que possa contribuir com os educandos na apropriação do registro formal da língua materna por meio da composição de um gênero textual. Para o trabalho com a produção textual, fiz a opção pela reescrita por perceber que essa atividade vai além da revisão, pois enquanto a revisão focaliza apenas os aspectos gramaticais, a reescrita modifica, corta palavras e organiza períodos e parágrafos, com o intuito de dar cientificidade a este trabalho, a vertente que pretendo seguir será dentro da noção bakhitíniana interacional/dialógica da língua como o lugar de interação somado ao interacionismo sociodiscursivo de Brocncart tendo como apoio para o desenvolvimento do projeto de ensino a prática de sequências didáticas de Shewenly e Dolz entre outros autores da linguística e da literatura. As produções finais dos alunos tendem a fazer parte do blog, criado por eles mesmo no decorrer da implementação do respectivo projeto.

Palavra chave: Gêneros textuais. Produção escrita. Sequência didática. EJA

1. Introdução

Um dos maiores desafios que se observa entre os alunos da Educação de Jovens e adultos recai sobre a sua dificuldade no que diz respeito ao desenvolvimento da prática de leitor e produtor de texto. Quando o assunto é produção textual, percebe-se de imediato a dificuldade que os alunos apresentam em construir um texto escrito. A impressão que se tem é que o aluno não consegue perceber que ele, como usuário da língua, a todo o momento produz texto, pois de acordo com Marcuschi (2010) a comunicação verbal só acontece por meio de algum texto.

A fim de facilitar este entendimento aos educandos, temos entre as diversas teorias para o ensino da linguagem, a teoria dos gêneros tex-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

tuais. Conforme os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (BRASIL, 2000), é imprescindível o uso dos gêneros nas aulas de língua materna, devido ao fato de os mesmos serem encontrados diariamente na vida de cada usuário de língua, com características totalmente sociocomunicativas. Somado a isso existem inúmeros textos literários que podem contribuir para que os alunos soltem sua imaginação e construam belíssimos textos a partir da leitura contínua de diversos gêneros da literatura.

De acordo com Lajolo (1994, p. 105) a “literatura constitui modalidade privilegiada de leitura em que a liberdade e o prazer são virtualmente ilimitados”. Isso porque a “literatura é a invenção, a criação de uma realidade própria por meio de um processo natural de elaboração estética do texto” (MEGALE, 1974, p. 2). Portanto quando o aluno tem desenvolvida a prática de leitura de textos literários na escola, ou seja, faz uso desse tipo de gênero em seu contexto de aprendizagem, ele tem grande possibilidade de saber produzir, reelaborar, dar sentido àquilo que parece não ter, isto é, a produção escrita, por exemplo.

Se já existe toda uma aplicabilidade dos gêneros nas escolas, como estão sendo usados esses procedimentos de forma a facilitar o desenvolvimento das competências e habilidades de escrita dos alunos? O que pode e deve ser alterado para que essa prática didático-pedagógica se constitua em um processo que desenvolva a capacidade linguagem de nosso aluno, dando-lhe segurança para que interaja adequadamente nas mais variadas situações sociais de sua vida? Se há alguma dificuldade no trabalho com os gêneros, o que fazer? Como contribuir?

Mediante isso, sentiu-se a necessidade de fazer uma pesquisa ação sobre o ensino dos gêneros textuais a partir da concepção de linguagem sociointeracionista em uma turma de Educação de Jovens e Adultos da 4ª etapa da escola municipal de ensino fundamental "Rosália Correia" e em seguida trabalhar um projeto de ensino com a referida turma com atividades que focalizem a reescrita do gênero conto, com objetivo de contribuir para o entendimento do aluno sobre a função social do gênero textual no meio em que vive e na sociedade de um modo geral, na composição desse gênero e na ampliação de suas práticas de letramento. Tudo isso com a finalidade de proporcionar a esses educandos a apropriação do registro formal da língua materna por meio dos gêneros textuais.

O projeto de pesquisa ação acima citado faz parte de uma das atividades propostas pelo curso de mestrado profissional em letras (PRO-FLETRAS) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e será

apresentado neste artigo com objetivo de socializar com um público de interesse um trabalho que se propõe a contribuir com o desenvolvimento das capacidades de linguagem dos educandos de forma a terem domínio sobre as diversas situações de uso da língua.

2. Contribuições do projeto: justificativa

A ideia de se trabalhar a produção textual a partir do gênero conto dentro da abordagem sociointeracionista nasceu da necessidade de se criar um espaço na escola para que os alunos possam, além, de compreender a escola como um lugar de interação verbal, compreender também, que o ato de interagir com o outro culmina na produção de diversos gêneros textuais. De acordo com Marcuschi (2010, p. 22) é impossível se comunicar a não ser por meio de um gênero, da mesma maneira que se torna impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto. Desta forma, ele afirma: “que a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual”. A fim de esclarecer a noção de gênero textual, o autor assim o descreve:

Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição características. (...) alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horoscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferencia, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante. (MARCUSCHI, 2010, p. 23)

Com isso ele adota uma posição semelhante à de autores como Bakhtin (1997) e Bronckart (1999) que tratam a língua em seus aspectos discursivos e enunciativos dentro de uma visão de língua como atividade social, histórica e cognitiva, privilegiando sua natureza funcional e interativa.

No que diz respeito à produção de texto escrito, podemos observar que o texto escrito vai estar presente de forma constante nas mais variadas atividades pessoais, no trabalho, na família, na escola, na vida social de um modo geral, sempre com um propósito final. Antunes (2003) reforça esse ponto de vista quando afirma:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Toda escrita responde a um propósito funcional qualquer, isto é, possibilita a realização de alguma atividade sociocomunicativa entre as pessoas e está inevitavelmente em relação com os diversos contextos sociais em que essas pessoas atuam. Pela escrita alguém informa, avisa, adverte, anuncia, descreve, explica, comenta, opina, argumenta, instrui, resume, documenta, faz literatura, organiza, registra e divulga o conhecimento produzido pelo grupo. (ANTUNES, 2003, p. 48)

Quando pensamos no trabalho de produção textual escrita com os alunos, optamos por desenvolver um projeto a partir da reescrita de um texto literário, o conto, por acreditar que essa é uma atividade imprescindível no aprendizado da produção escrita, uma vez que a reescrita é uma produção com apoio que se torna uma versão pessoal de um texto base. O que se pretende com essa atividade é obter a clareza e a transparência de sentido no texto que o aluno produziu. O mais interessante nessa atividade é que ela vai muito além de uma simples revisão. Enquanto a revisão focaliza problemas gramaticais, a reescrita modifica, corta palavras, reorganiza os períodos, os parágrafos. Tudo isso com intuito de fazer com que o texto atinja os objetivos a que se propôs.

Além disso, o fato de o aluno trabalhar na reescrita de um texto fonte, pode levá-lo a transformar gêneros, estilos, e com isso fazer uma ponte entre o que se escreve na escola e fora dela. Com isso é possível mostrar ao aluno que produzir textos é uma forma de interagir socialmente, e socialmente, segundo Antunes (2003, p. 48), não existe a escrita “para nada”, “para não dizer”. Nesta concepção que pretendemos trabalhar, os atores são concebidos como atores sociais, em cuja produção textual, o sujeito se articula com o mundo e emite seu ponto de vista, a partir de uma formação discursiva, construindo o novo, mesmo se apropriando de velhas formas e velhos conteúdos. (GERALDI, 1997, p. 136).

Optamos pela reescrita de um texto literário, porque a literatura é uma arte que explora a realidade e proporciona uma visão da condição humana que segundo Bellodi e Gonçalves (2005), pautadas em postulados aristotélicos, não pode ser representada por nenhum outro saber. Conforme as autoras:

Isso tudo acontece porque a literatura, ao contrário da História, que relata o ocorrido volta-se “para o que poderia ter ocorrido”, propiciando assim uma exploração específica e profunda da realidade, já que transcende o seu aspecto factual e, no plano das virtualidades, amplia os limites da experiência humana. Mas se ao poeta não cabe descrever o fato real da história, cabe-lhe, entretanto, a obrigação da verossimilhança. Isto é expresso na fórmula aristotélica segunda a qual é preferível o impossível crível ao possível que não convence. (BELLODI & GONÇAVES, 2005, p. 46).

Nesse sentido, observamos o caráter humanizador da literatura, uma vez que ela possui uma autonomia de significação, pois num processo de interação com um texto literário, o leitor deixa de lado a sua realidade momentânea e começa a viver um plano fictício, onde a partir de sua imaginação, ele produz sentidos sobre si mesmo e o mundo em que vive.

A opção pelo texto básico para a reescrita do aluno ser o conto ocorreu pelo fato desse gênero se tratar de uma literatura de ficção que oportunizará ao aluno narrar uma estória inventada ou fingida, imaginada. Trabalhar com um gênero fictício é possibilitar a criação de uma imagem da realidade, uma reinterpretação da vida, pois é nas raízes da experiência humana que nasce a ficção como um produto da imaginação criadora do indivíduo. Conforme Coutinho (2008, p. 50) a ficção é “uma forma artística pela qual o escritor engloba numa estória as suas ideias e sentimentos acerca da vida”. Dessa forma, o trabalho com o conto dará grandes subsídios aos alunos para refletirem e reelaborarem estórias e reproduzirem na escrita um texto de sua própria autoria e imaginação.

Com base no que foi exposto, acreditamos que o projeto que pretendemos desenvolver na escola sobre a reescrita do conto dará uma grande contribuição no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos por se tratar de uma atividade realizada pelo professor e aluno conjuntamente e consiste na reescrita da primeira versão do texto escrito para a realização de um trabalho de reflexão interativa dialógica sobre o discurso, aspectos internos e externos e a variedade padrão da língua e, consequentemente, a escrita de uma nova versão do texto, sempre com o intuito de buscar o aperfeiçoamento da linguagem.

3. *O que vai ser investigado: problema*

Quando se trata sobre o ensino de língua materna, são muitos os desafios que precisam ser superados. Mediante a situação problema encontrada que motivou na elaboração projeto foi:

- ✓ Que estratégias buscar para que os alunos da 4ª da EJA desenvolvam suas capacidades de linguagem no domínio da produção escrita a partir da reescrita do gênero conto?

4. *Pretensões da pesquisa: objetivos*

Os objetivos abaixo vão servir de orientação para que a pesquisa não desvie para outros campos de estudo. São eles:

Objetivo geral:

- ✓ Criar um espaço de investigação e análise sobre o ensino de gêneros textuais no espaço escolar que possa contribuir com os educandos no desenvolvimento de suas capacidades de linguagem por meio da composição de um gênero textual.

Objetivos específicos:

- ✓ Realizar pesquisa bibliográfica sobre os gêneros textuais na abordagem sociointeracionista para o ensino da produção escrita;
- ✓ Reunir fundamentação teórica acerca da literatura;
- ✓ Descrever o gênero conto a partir da pesquisa bibliográfica;
- ✓ Usar o procedimento da sequência didática para propor atividades que contemplem o uso do gênero textual na reescrita de um conto que possibilite a produção escrita dos alunos;
- ✓ Criar, a partir do laboratório de informática da escola municipal de ensino fundamental "Rosália Correia", um blog com as produções escritas dos alunos;
- ✓ Analisar as condições de intervenção, formular e testar as proposições de solução.

5. *Revisão da literatura: fundamentação teórica*

O ambiente escolar precisa se tornar um espaço significativo de aprendizagem para os alunos. No caso do ensino de língua materna, é necessário pensar em estratégias que favoreçam o aprendizado dos mesmos tanto na fala quanto na escrita. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (BRASIL, 2000) orientam o ensino de língua materna a partir dos gêneros textuais, por compreender, com base em vários estudos linguísticos, que toda comunicação verbal se organiza por meio de textos, a qual se organiza dentro de um determinado gênero. Em virtude disso, a escola deve “viabilizar o acesso do aluno no universo dos textos que circulam

socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los” (BRASIL, 2000, p. 30)

Um dos teóricos presentes em nossa pesquisa será Bakhtin (2004), pois como autoridade macro da abordagem sociointeracionista de linguagem, em seus estudos, dar ênfase ao processo de interação verbal e ao enunciado quando concebe a linguagem numa perspectiva integrada à vida humana, ou seja, o homem, para o autor, é um ser histórico e social. Com isso sua concepção de língua é expressa da seguinte forma: “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico e abstrato das formas da língua, nem no psiquismo individual do falante”. (BAKHTIN, 2004, p. 124)

A interação verbal, segundo o autor, efetiva-se por meio de enunciados relativamente estáveis, chamados de gêneros. Aos enunciados, Bakhtin aponta duas características: a primeira diz respeito à realidade dialógica como categoria básica de sua concepção, pois para o autor toda a enunciação é um diálogo, mesmo as produções escritas num processo de comunicação ininterrupto, que são as que mais serão destacadas neste trabalho. Sobre o diálogo e enunciação, Bakhtin (2004) expressa sua reflexão:

A enunciação, compreendida como uma réplica do diálogo social, é a unidade de base da língua, trate-se de um discurso interior (diálogo consigo mesmo) ou exterior. Ela é de natureza social, portanto ideológica. Ela não existe fora de um contexto social, já que cada locutor tem um “horizonte social”. Há sempre um interlocutor, ao menos potencial O locutor pensa e se exprime para um auditório social bem definido. (BAKHTIN, 2004, p. 16)

A partir da concepção dialógica de linguagem, Bakhtin (2004) reconhece a verdadeira substância da língua constituída pelo fenômeno social da interação verbal, pois os enunciados não existem de forma isolada, pelo contrário, cada enunciado pressupõe seus antecedentes e outros que o sucederão. A segunda característica é a polifonia. Com esta categoria podemos perceber que um texto não é formado apenas pela voz do escritor, mas por outras vozes, especialmente quando se trata da reescrita de um conto, pois a nova versão da obra pode vir repleta de vozes que se cruzam até chegar ao produto final que se almeja. A noção de enunciado para Bakhtin, portanto está vinculado com a ideia de voz, aplicando-se tanto à comunicação oral quanto à escrita e abrangendo questões mais amplas com a perspectiva do sujeito falante, seu horizonte conceitual, sua intenção e sua visão de mundo.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Bakhtin, dessa forma, sustenta que a constituição do sujeito ocorre por meio do contato social, uma vez que é ouvindo o discurso dos outros que o mesmo passará a se descobrir e a enxergar-se como pertencente a esse meio, mas como sendo diferente dos outros. Com isso, o autor segue seu posicionamento afirmando que a gênese da linguagem está na interação verbal e nas relações coletivas e sociais, num movimento de precedência do social sobre o individual, sempre mediado pelo signo.

Quando se trata do ensino de língua materna a partir dos gêneros textuais, Bakhtin (2003) orienta que trabalhar com palavras ou frases desconectadas de uma situação enunciativa não faz sentido ao aluno, pois precisa ficar claro para o aluno que cada enunciado corresponde às condições específicas e a finalidade de cada uma das esferas da atividade humana elaborando seus tipos relativamente estáveis de enunciados, denominados por Bakhtin de gêneros discursivos, heterogêneos, caracterizados pelo conteúdo temático, estilo verbal e construção composicional.

Além disso, na perspectiva de Bakhtin (2004, p. 95) o enunciado tem um caráter ideológico, porque ao materializar o texto, são feitas as relações entre línguas, ideologias e visões de mundo. Nesse caso, é mais significativo trabalhar um ensino que dê maior relevância à natureza e à variedade de gêneros do que trabalhar priorizando a abstração excessiva da língua. Além do mais é na alternância dos falantes por meio da interação verbal que ocorre a escolha de um determinado gênero, levando em conta as circunstâncias comunicativas, os ambientes discursivos e a posição social dos sujeitos que interagem.

A partir da abordagem bakhtiniana, adentramos agora no campo teórico do interacionismo sócio discursivo de Bronckart (2012). Trata-se de uma abordagem que considera as ações humanas em suas dimensões sociais e discursivas constitutivas a partir da ciência do humano que tem como base a interdependência entre os aspectos psicológicos, cognitivos, sociais, culturais, e também os processos evolutivos e históricos. É uma teoria que concebe a linguagem como um fenômeno social e histórico, ou seja, como uma “produção interativa associada às atividades sociais, sendo ela um instrumento por meio do qual os interactantes, institucionalmente, emitem pretensões à validade relativas às propriedades do meio em que essa atividade se desenvolve”. (BRONCKART, 2012, p. 34)

Baseado em Bakhtin (1992), portanto, Bronckart defende que os textos são produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais. E, de acordo com a necessidade, o interesse,

as questões específicas, essas formações elaboram diferentes espécies de textos que apresentam características relativamente estáveis. A essas espécies de textos produzidos, o autor denomina gêneros de textos.

Embora Bronckart se aproxime da posição bakhtiniana, há uma diferença entre ambos no que diz respeito à maneira como dedicam ao estudo da linguagem, pois enquanto Bakhtin se dedica de maneira central aos aspectos sócio-históricos e as condições de produção dos gêneros do discurso, Bronckart com ênfase maior aos gêneros na esfera da produção discursiva, dedica-se em especial a análise da materialidade discursiva, utilizando inclusive o termo gêneros textuais, visto que se interessa pela atividade de textualização.

O interesse em trazer Bronckart para o centro de nossas discussões também para contribuir com a pesquisa que pretendemos fazer é porque percebemos que sua teoria resulta na proposta de estudar a interação verbal concretizada pelo sujeito ao relacionar-se com o mundo, produzindo conhecimento sobre o mesmo. Em seus estudos, o autor toma para si o que Habermas (1987, apud Bronckart, 2012) ousou chamar de mundos representados, ou seja, dentro de um contexto em que a língua é tida como uma organização social, que através de uma construção histórica permanente estrutura-se a partir de signos, que são colocados em uso na representação de três mundos: 1) o mundo objetivo no qual há representações pertinentes sobre os parâmetros do ambiente; 2) o mundo subjetivo que representa características próprias de cada um dos indivíduos engajados na tarefa e 3) o mundo social, o qual constitui a maneira de organizar as tarefas juntos, esses mundos representam o contexto da atividade social.

Além disso, a teoria do interacionismo sócio discursivo apresenta uma proposta de ensino que espera que o professor saiba fazer previsões, antecipações, ou seja, que enxergue o contexto do aluno com isso permita-lhe situações enunciativas na sequência didática, novos cenários para aprendizagem, além de possibilitar por meio de produções de linguagem, entendidas como atividades humanas, formas de agir por meio de ações de linguagem. Com isso percebemos que o interacionismo sócio discursivo visa demonstrar que as práticas de linguagem ou textos são formas básicas para o desenvolvimento humano em relação aos conhecimentos, aos saberes, ao desenvolvimento de habilidades e competências, todos relacionados ao agir e ao fazer humano.

Quando tratamos de ensino e aprendizagem da língua materna, compreendemos que as praticas de linguagem precisam ser realizadas no interior da sala de aula considerando as suas características. Nesse sentido, contaremos também em nossa pesquisa com autores como Scheneuwly e Dolz que assim como Bronckart, consideram que os gêneros têm um papel central como objeto e instrumento de trabalho para o desenvolvimento da linguagem. Segundo os dois autores, são os gêneros textuais que articulam a atividade do aluno às práticas de linguagem, ou seja, para ambos as capacidades de linguagem são:

Aptidões requeridas do aprendiz par a produção de um gênero numa situação de interação determinada: adaptar-se as características do contexto e do referente (capacidade de ação), mobilizar modelos discursivos (capacidades discursivas) e dominar as operações psicolinguísticas e as unidades linguísticas (capacidades linguístico-discursivas). O desenvolvimento das capacidades de linguagem constitui-se sempre, parcialmente, num mecanismo de reprodução, no sentido de que modelos de praticas de linguagem estão disponíveis no ambiente social e de que os membros da sociedade que os dominam tem a possibilidade de adotar estratégias explicitas para que os aprendizes possam se apropriar deles. (SCHNEUWLY & DOLZ, 2004, p. 44)

Scheneuwly e Dolz, portanto, são autores essenciais para se pensar o ensino de gênero, uma vez que criaram o procedimento de sequência didática que do modo como são propostas, são unidades de ensino na abordagem do interacionismo sócio discursivo que permitem ao professor observar as capacidades de linguagem antes e durante o processo de ensino aprendizagem, fornecendo-lhes indicações de possibilidades de execução. Em virtude disso os autores destacam a importância de os professores prestarem atenção às capacidades de linguagem do aluno, que podem ser percebidas por meio do comportamento em relação ao que eles já sabem e ao que aprendem.

E importante ressaltar que da forma como está estruturada, a sequência didática é uma proposta ética de ensino, uma vez que são dadas ao aluno condições de aprender a desenvolver suas competências linguístico-textual-discursivas por meio de várias estratégias de produção de linguagem que lhe garantem uma produção final, próxima ao desejado, ao esperado pelos objetivos e respeitando as condições de aprendizagem do aluno, sendo nesse sentido, ética na avaliação também.

Outra personalidade que contribuirá com nosso estudo é Ingedore Koch (2006, p. 17), que seguindo também a noção bakhtiniana, enfatiza que a língua ao ser concebida como processo interacional coloca o texto como o “próprio lugar de interação e os interlocutores como sujeitos ati-

vos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos”. Por isso que a construção de sentido de um texto não é algo simples que pode se dar através da decodificação de uma mensagem ou como o resultado de uma representação mental, pelo contrário, há uma grande complexidade na construção do mesmo, uma vez que além de envolver elementos linguísticos, depende também do conhecimento que o sujeito tem acumulado e do contexto histórico social no qual está inserido, pois é isso que possibilita a construção e reconstrução de sentidos, sempre mediados pelo processo de interação.

Esse pressuposto de Koch é completado por Geraldi (1997) quando sugere uma nova postura do educador, agora como mediador entre o objeto de ensino – a língua – e o sujeito que aprende - o aluno). Com isso ele enfatiza:

Considerando o aluno e cada um deles em particular como sujeito leitor e autor de seus textos, ser professor já não pode mais ser o exercício puro e simples da capatazia (ou o exercício da gerência). É ser do aluno um interlocutor ou mediador entre o objeto de estudo (no caso o texto e a aprendizagem que se vai concretizando nas atividades de sala de aula). (GERALDI, 1997, p. 112)

Tudo isso deve ser considerado, devido ao que já foi mencionado anteriormente, ou seja, é na produção textual que o sujeito se articula com o mundo e emite seu ponto de vista, a partir de uma formação discursiva, construindo o novo, mesmo se apropriando de velhas formas e velhos conteúdos.

Considerando que o trabalho será desenvolvido a partir da reescrita do gênero conto, buscarei em Coutinho (2008) apoio teórico para falar sobre esse gênero literário que se traduz numa narrativa fictícia, uma vez que este autor parte do pressuposto de que:

A ficção é produto da imaginação criadora, embora como toda arte, suas raízes mergulhem na experiência humana. Mas o eu a distingue das outras formas de narrativa é que ela é uma transfiguração ou transmutação da realidade, feita pelo espírito do artista, este imprevisível e inesgotável laboratório. Ela coloca a massa da experiência de modo a fazer surgir um plano, que se apresenta como uma entidade, com vida própria, com um sentido intrínseco, diferentes da realidade. (COUTINHO, 2008, p. 50)

Com isso, o autor enfatiza a interpretação artística da realidade através da construção ou reelaboração de uma narrativa. O mundo nesse contexto passa a ser organizado à luz da imaginação criadora do ser. Por se tratar de uma narrativa, esse gênero apresenta uma estrutura que será organizada a partir de três perguntas que darão condições ao artista de

desenvolver sua obra de ficção. São elas: quem são as pessoas envolvidas nos fatos narrados? O que aconteceu? E onde aconteceu? Dentro de cada questionamento vão se desenvolvendo os elementos componentes da estrutura da ficção como é o caso do personagem, enredo, diálogo, tempo e lugar de ação, estilo, temática e filosofia de vida. (COUTINHO, 2008, p. 52)

Ao desenvolver esse trabalho tomando como base um gênero que apresenta toda essa dinâmica de construção de uma obra a partir da transfiguração da realidade, torna-se possível promover uma interação entre aluno e obra e com isso exercitar a prática da reflexão, da aquisição de conhecimento, da capacidade de lidar com as emoções e de penetrar nos problemas da vida, apreciando o belo e compreendendo o mundo.

Na busca por uma nova visão de literatura na antiguidade, recorreremos a Bellodi & Gonçalves (2005) e Samuel (2002) que traçam uma discussão sobre o conceito de literatura dentro da concepção aristotélica, ou seja, da teoria baseada na imitação, que segundo Samuel (2002, p. 49) se apresenta de três modos ainda hoje: a epopeia, que se traduz na narração impessoal; o drama, descrito como apresentação dramática; e no poema lírico, com a fala direta.

Com base na revisão bibliográfica dos autores supracitados, pretendemos desenvolver nosso trabalho de pesquisa ação pautado na seriedade que possa culminar em um resultado positivo no desenvolvimento das competências e habilidades de escrita de nossos educandos, publico alvo desse estudo.

6. Metodologia adotada

Para a realização da pesquisa optamos pela metodologia de uma pesquisa de natureza aplicada que tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Esse sem dúvida nenhuma é um dos objetivos de nossa pesquisa, se apropriar de conhecimentos que possam subsidiar estratégias de ensino que facilite o desenvolvimento das capacidades de linguagem de nossos alunos.

Como se trata de um estudo voltado para área de ensino que envolve vários atores sociais num contexto de interação de aprendizagem, optamos por uma abordagem de pesquisa qualitativa, a qual “O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e objeto de estudo em ques-

ção, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo” (PRODA-NOV, 2013, p. 70). Além disso, é uma abordagem que considera “que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. (*Idem, ibidem*)

Faremos também uma pesquisa bibliográfica sobre a concepção sociointeracionista de linguagem e sobre as teorias literária, focalizando o gênero narrativo de ficção, o conto, para no decorrer do procedimento da pesquisa ação que pretendemos fazer, conhecer o uso dos gêneros textuais no espaço escolar para o ensino da produção escrita e desenvolver um projeto de intervenção de ensino que tenha como foco a produção textual a partir da reescrita do gênero conto dentro da respectiva abordagem.

Para Gerhardt & Silveira (2009, p. 40, *apud* FONSECA, 2002, p. 34) “a pesquisa ação pressupõe uma participação planejada do pesquisador na situação problemática a ser investigada”. Nesse tipo de pesquisa,

O investigador abandona o papel de observador em proveito de uma atitude participativa e de uma relação sujeito a sujeito com outros parceiros. (...) O pesquisador quando participa na ação traz consigo uma série de conhecimento que serão substrato para a realização da sua análise reflexiva sobre a realidade e os elementos que a integram. A reflexão sobre a prática implica em modificações no conhecimento do pesquisador. (*Idem, ibidem*, p. 35).

Com base nisso, para o projeto de intervenção pedagógica pretendemos utilizar o procedimento da sequência didática de Schnewly e Dolz (2004, p. 83) que a descrevem como “um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”. A finalidade desse tipo de procedimento é proporcionar ao aluno o domínio sobre um determinado gênero de texto permitindo-lhe o desenvolvimento de suas capacidades de linguagem tanto na fala quanto na escrita dentro de uma situação de comunicação.

Para os respectivos autores, o que permitirá aos alunos se apropriarem da noção das técnicas e instrumentos necessários ao desenvolvimento de sua competência escrita em situações diversas de comunicação é a participação dos mesmos em contextos de produção significativos, como no caso do ambiente escolar. Nesse caso o estudo de um determinado gênero textual é essencial para o desenvolvimento da capacidade de linguagem do sujeito, ou seja, a capacidade de ação, que se refere a adaptação ao contexto de produção; as capacidades discursivas que se referem

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

a organização do texto; as capacidades linguístico-discursivas que se referem aos aspectos linguísticos envolvidos na produção do gênero.

Cumprе ressaltar que a pesquisa ora apresentada será realizada no município de Jacundá, Sudeste paraense, em uma turma de Educação de Jovens e Adultos – EJA – da 4ª etapa da escola municipal do ensino fundamental "Rosália Correia", sendo que o produto final do projeto de intervenção será compartilhado num blog, criado pela respectiva turma. Todas as atividades aplicadas serão analisadas de forma que permita uma reflexão sobre sua relevância e viabilidade significativa ou não de contribuição e aplicação.

7. *Considerações finais*

É de consenso de todos os profissionais de língua materna que o trabalho com o ensino de linguagem precisa se tornar mais significativo para o aluno dentro do espaço escolar. Como fazer isso, é o que vamos procurar mostrar no decorrer de nossa pesquisa. Fruto da atividade final do curso de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS – da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, a pesquisa ora apresentada nesse artigo foi elaborada e ainda está em fase de execução, por isso não temos ainda resultado final. Entretanto esperamos que ela possa contribuir com o desenvolvimento das capacidades de linguagem de nossos alunos.

Sabemos que para participar, exercendo a cidadania, dentro de uma sociedade letrada como a nossa exige que os cidadãos tenham domínio sobre as mais variadas situações de uso da língua. É papel da escola como instituição formal de ensino promover isso; e a nós, educadores, cabe a busca de novas estratégias de ensino que possam facilitar aos educandos o desenvolvimento de capacidades comunicativas que os permitam participar de forma autônoma em qualquer situação de atividade interativa em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de Português – encontro & interação*, São Paulo: Parábola, 2003.

_____. *Língua, texto e ensino outra escola e possível*. São Paulo: Parábola, 2009.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes 2003.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad.: M. Lahud e Y. F. Vieira. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

BRONCKART, *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. Trad.: Anna Rachel Machado e Péricles Coimbra. 2. ed. 2 reimpr. São Paulo: Educ, 2012.

COUTINHO, Afrânio. *Notas de teoria literária*. Petrópolis: Vozes, 2008.

DIONÍSIO, Ângela Paula et al. *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola, 2010.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *Vigotski e Bakhtin: psicologia e educação: um intertexto*. São Paulo: Ática, 1994.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GERHARDT, Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). *Métodos de pesquisa*. Coord.: Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GONÇALVES, Maria Magaly Trindade; BELLODI, Zina C. *Teoria da literatura “revisitada”*. Petrópolis: Vozes, 2005.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

MEGALE, Heitor. *Elementos de teoria literária*. 1. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974.

BRASIL. MEC/SEF. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SAMUEL, Rogel. *Novo manual de teorias literárias*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e org. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

⁴⁷ Dominique Maingueneau prefere usar "tom" no lugar de voz. Segundo ele, o termo tom tem a vantagem de valer tanto para o texto escrito como para o oral

O SUJEITO E A CONCORDÂNCIA: GÊNEROS TEXTUAIS

Waleska Cardoso Lyrio (UFES)

waleska_jarodrigues@hotmail.com

Carmelita Minelio da Silva Amorim (UFES)

carmel_msa@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho tem como objeto o sujeito posposto ao verbo. O objetivo principal é identificar e analisar o comportamento sintático-semântico e pragmático-discursivo presente em variados gêneros textuais, das ocorrências do sujeito posposto (ordem VS), considerando aspectos metonímicos envolvidos na ocorrência de não concordância. Partindo da abordagem tradicional, toma-se como base a perspectiva teórica centrada no uso, para a qual a língua é um instrumento de comunicação, que envolve aspectos funcionais e cognitivos. A hipótese é de que o termo posposto ao verbo é reanalisado como objeto e não como sujeito, o que explicaria a ausência da concordância. A pesquisa apresenta alguns dados importantes, encontrados até o momento. O *corpus* da pesquisa é constituído de 65 textos, dos quais 30 são impressos e 35 de circulação *online*, extraídos dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, e de textos veiculados via internet (notícias e frases). Dos 65 textos colhidos até o momento para compor o *corpus*, 23 apresentam sujeito posposto sem concordância. Ao final da pesquisa, temos a expectativa de publicar os resultados encontrados, além de uma proposta de trabalho nas escolas.

Palavras-chave: Perspectiva centrada no uso. Sujeito posposto.
Concordância verbal. Gêneros textuais.

1. Introdução

Pesquisar a ocorrência de sujeito posposto ao verbo em diversos gêneros textuais é uma proposta que desperta uma reflexão sobre o uso da língua e possibilita a comparação com estruturas na ordem direta.

Said Ali (1964, p. 279) discorre sobre a concordância em geral, afirmando que

desde que a um vocábulo se ofereçam várias formas de escolha, e o dito vocábulo vem determinar, esclarecer ou informar alguma coisa, a respeito do outro, escolheremos naturalmente aquela forma que se harmonizar com estoutro termo.

Said Ali (1964, p. 280) destaca que a concordância não é uma necessidade ditada pela lógica, mas antes uma redundância, o que explica o desaparecimento da flexão e, portanto, da concordância.

Camacho (1993) discute aspectos funcionais e estruturais da concordância verbal no português falado, afirmando que a concordância verbal no português brasileiro se inclui no conjunto dos fenômenos gramaticais sujeitos à variação. Ainda que pese significativamente a influência da tradição normativa na escola, é possível afirmar que, nem mesmo no âmbito da verdade culta, esse processo sintático pode ser considerado regra categórica, que se aplique invariavelmente, independentemente de outras restrições de natureza sintático-semântica ou discursiva. Além disso, sofre injunções de ordem externa, derivadas da diversidade sociocultural. (Cf. CAMACHO, 1993, p. 104)

É possível perceber que o autor destaca que, funcionalmente, é possível dizer que a concordância ou a variação na ordem dos constituintes serve para marcar uma construção existencial (Exemplo do autor: era assim profundo conhecedor de quem era os ministros e de atos de governo (DID-SP-255, p. 116)), distinguindo-a, da construção declarativa, na qual o sujeito controla normalmente a concordância (Exemplo: Os ministros e os atos do governo eram conhecidos).

2. Hipóteses sobre os casos de não concordância

Decat (1983) alega que a hipótese de que a ausência de concordância em estruturas com sintagma posposto, mais conhecido como sujeito, decorre de serem elas desprovidas de tópico, que são tratados, nesses casos, como o verdadeiro controlador da concordância verbal.

A autora ainda discute três tipos de estruturas: 1) as orações com verbos inacusativos, que por sua natureza, forcem a proposição do sujeito, conduzindo à ausência da marca de concordância no verbo; 2) orações com verbos transitivos, em que o sujeito é não agentivo, 3) sentenças do tipo “*Esses brinquedos os meninos gostam muito*” e “*Os meninos cresceram a barba*”, em que os sintagmas nominais grifados são tópicos, mas enquanto na primeira sentença houve somente topicalização, na segunda, ocorre também a posposição do sujeito, indicando que ora a concordância verbal se dá com o sujeito, ora com o tópico. No entanto, podemos fazer um questionamento para posterior investigação: será que em ocorrências do tipo “*Os meninos cresceram a barba*”, o termo grifado não poderia ser considerado sujeito?

Considerando esses exemplos e as ocorrências de posposição do sujeito, que são objeto desta pesquisa (Exemplo: “Chegou novos produ-

tos da Copa na Mix Papelaria”), pode-se afirmar, a partir dos pressupostos de uma perspectiva centrada no uso, que essa variação no modo como os enunciados são estruturados está relacionada ao princípio icônico da ordenação linear, segundo o qual, a posição das formas no nível oracional e da organização textual revela a ordem de importância para o falante. Esse princípio atua nas escolhas linguísticas no momento do discurso, e prevê uma conexão não arbitrária, ou seja, a existência de motivação, entre forma e função. (Cf. GIVÓN, 1995).

Givón (1976) trata o fenômeno da concordância sob os pontos de vista sincrônico e diacrônico, abordando a questão da concordância verbal numa perspectiva de processamento discursivo, e propondo que não se deve identificar concordância gramatical com concordância verbo-sujeito. O autor pensa que o elemento controlador da concordância é o tópico e não o sujeito.

Ademais, outro princípio proposto por Givón (1995) que pode ser considerado na análise dos dados linguísticos é a marcação. Este é um princípio geral que envolve uma relação sistemática entre complexidade estrutural e cognitiva. Sob o viés desse princípio, categorias cognitivamente marcadas, isto é, cognitivamente complexas, tendem a ser também estruturalmente marcadas. Porém, a marcação não pode ser considerada absoluta, e depende do contexto, podendo ser caracterizada por três critérios básicos. Para esta pesquisa, destaca-se o critério da distribuição de frequência, que prevê ser a estrutura marcada menos frequente.

Na língua portuguesa, a ordem não marcada, isso é, a mais frequente, apresenta o sujeito na posição anteposta ao verbo (ordem SV). No entanto, é também recorrente no uso da língua, a ocorrência de sujeito posposto ao verbo (ordem VS).

De acordo com Naro e Votre (1991), a ordem VS limita-se a determinados contextos discursivos, nos quais o falante transmite partes da mensagem que não são apresentadas como centro da atenção para o ouvinte, confirmando, desse modo, que se trata de uma ordenação marcada no que se refere ao fluxo da informação.

Assim sendo, pode-se pensar a ordenação verbo-sujeito como resultado de um processo metonímico de gramaticalização, que designa a mudança que uma determinada forma sofre em função do contexto linguístico (e pragmático) no qual está sendo utilizada. Nesse caso, há uma contiguidade posicional ou sintática, pois não implica a mudança apenas na forma em si, mas em toda a expressão na qual ela se insere.

Ligado ao processo cognitivo da metonímia encontra-se a reanálise, em que os elementos de um enunciado são reinterpretados como dependentes uns dos outros. As fronteiras são pensadas em termos de constituintes sintagmáticos. Ao adquirirem novas propriedades, certos elementos linguísticos tornam-se membros de novas categorias, ocorrendo, assim, uma reanálise categorial. (Cf. NEVES, 1997, p. 127)

Em construções do tipo “Chegou novos produtos da Copa na Mix Papelaria”, não somente a posição sintagma sujeito se modifica, mas sim o todo sintagmático, já que novas relações entre elementos contíguos parecem ser criadas. Dessa forma, tem-se uma recategorização desses constituintes, e pode se dizer que o sujeito perde suas características prototípicas, ganhando outras propriedades ao ser reanalisado como objeto, assumindo parte do comportamento sintático do objeto. (Cf. COSTA, 1999)

Costa (1999) realiza uma análise desse uso, considerando o grau de escolaridade do falante e constata que a pressão estrutural do sujeito controla a ocorrência da concordância, independentemente do nível de escolaridade do informante. Isto é, na posição anteposta ao verbo, a ocorrência da concordância é muito maior do que nas construções em que o sujeito aparece posposto.

Segundo o autor, os fatores discursivos motivam a ordenação do sujeito em relação ao verbo, que, por sua vez, motiva a realização ou não da concordância verbal, demonstrando que o sujeito se correlaciona com pressões discursivo-pragmáticas.

Neste sentido, a ocorrência de determinadas construções linguísticas é influenciada pelo contexto em que o falante se insere. E essa inserção do indivíduo é dada por meio da utilização dos diversos gêneros textuais – entidades sociodiscursivas que organizam as atividades comunicativas e que emergem no interior de uma situação definida, apresentando propriedades específicas. (Cf. MARCUSCHI, 2003).

Na medida em que as situações vividas são infinitas, infinitos também são os gêneros. Marcuschi (2000, p. 4) afirma que os gêneros operam, em determinados contextos, como formas de legitimação discursiva, já que se situam entre desenvolvimentos históricos e práticas socio-discursivas que se refletem na língua. Desse modo, é possível afirmar que cada gênero apresenta uma determinada estabilidade e define o que é dizível em determinado contexto situacional.

3. Metodologia e análise dos dados

O *corpus* para a análise foi constituído de textos pertencentes a variados gêneros, veiculados pela internet e impressos, sem especificação ou limitação de período de tempo.

Os dados receberam tratamento quantitativo (em termos percentuais) e qualitativo, a fim de se observar a ação de motivações na configuração da construção investigada.

Os resultados obtidos evidenciam que existe uma variação na concordância de número no português do Brasil, sendo, portanto, possível se prever em que estruturas linguísticas e em que situações sociais os falantes são mais propensos a colocar ou não todas as marcas formais de plural nos elementos flexionáveis das diversas construções.

Observou-se que a maior parte dos casos de não concordância acontece em contextos menos formais. Há uma maior ocorrência em textos publicitários retirados da internet, principalmente em anúncios e propagandas da mídia. Dos 36 textos de circulação online (notícias e frases), 23 apresentam sujeito posposto sem concordância.

Outro dado importante pode ser constatado através dos verbos de maior ocorrência nos casos de não concordância. Observa-se que há uma maior ocorrência dos verbos “chegar” e “nascer”, que podem ser classificados sintaticamente como intransitivos. Ocorrências do tipo “Chegou os adesivos”, em que além do verbo ser intransitivo, apresenta um sujeito considerado não agentivo e inanimado.

4. Conclusão

Os dados encontrados a partir da pesquisa realizada, embora não sejam muitos, indicam que a ocorrência da não concordância pode ser explicada a partir dos princípios funcionalistas da iconicidade e da marcação, uma vez que o falante topicaliza aquilo que considera o elemento mais importante da informação e, nesse caso, a concordância se faz com esse elemento, mesmo que ele não seja o sujeito. No que se refere à marcação, em contextos mais formais a concordância é não marcada, mas, por outro lado, em alguns contextos informais, influenciados por alguns tipos específicos de verbos, a estrutura de não concordância é que deixa de ser marcada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMACHO, R. G. Aspectos funcionais e estruturais da concordância verbal no português falado. *Alfa*, São Paulo, 37:101-116, 1993.

COSTA, M. A. Motivações Discursivas e Estruturais Relativas às Ordenações SV e VS. In: MOURA, Denilda. (Org.). *Os múltiplos usos da língua*. Alagoas: Edufal, 1999, vol. I, p. 169-178.

DECAT, M. B. Concordância verbal, topicalização e posposição do sujeito. *Ensaios de Linguística*, n. 9, p. 91-148, 1983.

GIVÓN, T. Topic, pronoun and grammatical agreement. In: LI; C. (Ed.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: Benjamins, 1995.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *A questão do suporte dos gêneros textuais*. 2003. (Digitado).

NARO, A. J.; VOTRE, S. J. *A base discursiva da ordem verbo-sujeito em português*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1991.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1964.

SILVA, C. R. T. O fenômeno da inacusatividade no português: por uma análise léxico-sintática dos verbos do tipo ir e chegar. *Veredas online – Atemática*, PPG Linguística/UFJF, Juiz de Fora, n. 1, p. 01-15, 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2011/05/ARTIGO-110.pdf>>.

OS PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO
NOS “BASTIDORES” DA POLÍTICA NO JORNALISMO

Maria da Penha Pereira Lins (UFES)

mpenhalins@gmail.com

Rosani Muniz Marlow (UFES)

rosanimarlow@gmail.com

RESUMO

Há uma relação de cooperação entre o jornalista e suas fontes na construção diária dos conteúdos publicados nos jornais. Algumas dessas fontes exigem o chamado *off*, para não serem citadas, criando-se um lugar de discurso chamado de bastidores, já entendido pelos leitores como um lugar de fala anônima, de informações não oficiais, mas legitimadas pela imprensa. Neste artigo pretende-se analisar a relação fonte *off* e jornalista, com vistas a verificar se esta relação quebra ou atende aos pressupostos teóricos do princípio da cooperação, Grice (1982), e qual a importância dessa relação para as informações que chegam ao leitor.

Palavras-chave: Princípio da cooperação. Jornalismo. Bastidores.

1. Introdução

O jornal *A Tribuna*, no seu Programa Permanente de Autorregulamentação, apresenta ao leitor sua visão de “ser o jornal referência no Espírito Santo na produção e veiculação de conteúdos informativos, interagindo com a sociedade e possibilitando um maior conhecimento do mundo” (REDE, 2012, p. 2). Para tanto, neste programa, o jornal *A Tribuna* estabelece valores estratégicos para cumprir sua missão de ser um jornal a serviço do capixaba, comprometido em oferecer comunicação, informação e entretenimento, com interatividade, qualidade, credibilidade, relevância e pluralidade, sob os princípios da ética e da responsabilidade social e ambiental, por meio da excelência profissional, visando à satisfação das partes envolvidas, a rentabilidade e o lucro. Dentre esses valores, estão tanto a observação dos mais elevados padrões éticos, morais, de honestidade e de integridade quanto a competitividade de mercado (REDE, 2012, p. 2). Tudo isso toma forma e conteúdo através do quadro de empregados da empresa de comunicação e, mais especificamente, da equipe de profissionais da redação, que transformam a matéria prima das mais diversas fontes num veículo impresso, tecnicamente organizado em manchetes, reportagens, entrevistas, imagens, gráficos, artigos de opinião, matérias, notas e outros gêneros textuais jornalísticos.

Pode-se afirmar, então, que tudo começa com o jornalista que, ao consultar, entrevistar, abordar, investigar, tem da sua fonte o material para produzir o jornal que, diariamente, está à disposição do leitor, nas bancas, no endereço dos assinantes, nas empresas e em tantos outros locais. Além do jornalista, a fonte configura-se essencial para uma boa matéria jornalística. Há uma intimidade na relação repórter-fonte. (CHAPARRO, 1994, p. 63)

Não obstante, porém, muitas vezes as fontes impõem-se o anonimato e ao jornalista cabe aceitar ou não a condição do *off*⁴⁸ que, “em qualquer circunstância, é uma decisão solitária, crucial e exclusiva do repórter” (FORTES, 2005, p. 63). Segundo Chaparro, “em muitos jornais de prestígio internacional, o rigor ético limita ou impede a utilização da informação em *off* [...]. No Brasil, porém, o *off* é uma das almas da cultura jornalística” (CHAPARRO, 1994, p. 64). É, portanto, de causar curiosidade, quando não estranheza, a leitura de matérias jornalísticas que contêm informações cuja origem não é revelada, ou seja, cuja fonte é feita desconhecida para o leitor.

Sabe-se que a imprensa, senso comum, ao longo dos anos, firmou-se como o “quarto poder”, tendo em vista a força de seu alcance e influência na sociedade, sobretudo em questões políticas, econômicas e sociais. Essa abrangência faz da imprensa poderoso veículo ideológico, ora objeto de interesse e aliança, ora objeto de embate e crítica. No cerne dessas relações, ora cooperativas, ora conflituosas, está o repórter, responsável por coletar, tratar e publicar a informação das fontes para os leitores do jornal.

A ideia de quarto poder surgiu a partir de meados do século 19 como recurso no meio de sociedades democráticas: um órgão responsável por fiscalizar os abusos dos três poderes originais (Legislativo, Executivo e Judiciário). Esse poder, representado pela imprensa, teria como dever denunciar violações dos direitos nos regimes democráticos – o que ocasionalmente não acontece – nos quais as leis são votadas “democraticamente” e os governos são eleitos pelo sufrágio universal. (CARVALHO NETO, 2013, p. 1)

Além dessa configuração de “utilidade pública” de fiscalização, a imprensa também se identifica economicamente como empresa que comercializa um produto visando lucro: antes de informar, ela precisa vender a informação. E vender uma informação de uma forma mais atrativa

⁴⁸ “Off”, simplificação do inglês *Off the Record* (extraoficialmente, confidencialmente), é o jargão que, no meio jornalístico, identifica a prática de passar ao jornalista informações que não deveriam ser publicadas ou que, se publicadas, não devem ter a fonte revelada.

do que a do concorrente. Melhor ainda se a informação é inédita, exclusiva, o chamado “furo de reportagem”. Nesse aspecto, o tempo de que o jornalista dispõe se torna precioso à medida que a notícia é perecível, que as opções de pautas são múltiplas e que a adequação da informação aos espaços diagramados é imperativa. Diante de uma pauta, em geral, o jornalista dispõe de um rol de fontes que cooperarão com ele na cobertura do fato. Na verdade, cada jornalista “colecciona” de maneira “exclusivista” as suas fontes e, muitas vezes, as fontes com as quais o jornalista dialoga, na produção de conteúdo jornalístico, são de ordem pessoal, particular - há um vínculo entre o repórter e sua fonte.

Neste sentido, pretende este artigo avaliar um aspecto que se mostra instigante na relação fonte e jornalista, tendo em vista que, à medida da relevância e especialmente da consequência da informação, até mesmo a identidade da fonte pode ser preservada e a responsabilidade sobre a informação assumida pelo jornalista ou pela empresa de comunicação, não raro judicialmente, mostrando-se uma intensa cooperação, senão cumplicidade, entre fonte *off* e jornalista.

Faz-se prudente registrar o fato de que o noticiário político, mais do que outras áreas do jornalismo, é “fortemente influenciado pelos interesses das fontes, intervenientes preparados (inclusive com assessorias especializadas) para usar, em proveito próprio, os meios e processos jornalísticos” (CHAPARRO, 1994, p. 61) e que as fontes podem, no anonimato, encontrar o ambiente ideal para fazer valer suas reais intenções e que “o boato [...] constitui-se instrumento de difusão de informações utilizado intensamente pelas fontes”. (CHAPARRO, 1994, p. 66)

Buscando compreender a relação discursiva entre a fonte *off* e o jornalista, queremos considerar as categorias da quantidade, da qualidade, da relação e do modo, teorizadas por Herbert Paul Grice (1982), ou simplesmente Paul Grice, filósofo britânico estudioso da linguagem, que vivera de 1913 a 1988, para uma interlocução que se mostre cooperativa, pretendendo responder às seguintes questões: A condição do *off* abala ou reforça o princípio da cooperação discursiva entre fonte e jornalista? Juntos, a fonte *off* e o jornalista, cooperam discursivamente com o interlocutor? Assumindo a responsabilidade sobre informação “de bastidores”, o jornalista contribui com ou quebra o princípio da cooperação entre veículo impresso e leitor?

Também compreender de que forma o conteúdo informativo de fontes *off* é materializado pelo jornalista para os interlocutores (leitores

do jornal). E, por final, verificar se a condição de anonimato traz prejuízo às categorias da interlocução cooperativa e conseqüentemente ao produto notícia jornalística.

Visando encontrar respostas, pretende-se, neste artigo, dar conta de questões recorrentes à comunicação, em especial à produção de conteúdo jornalístico e suas características tanto de base linguística quanto de base jornalística, conceituando, assim, os protagonistas da realização do objeto proposto para análise no viés linguístico do princípio da cooperação, de Grice, quais sejam: fonte *off* e jornalista, considerando como lugar de discurso o jornal impresso.

Assim, especificamente, pretendemos analisar recortes de matérias com informações provenientes de fonte *off*, que são, por isso, de inteira responsabilidade do jornalista ou da empresa de comunicação que a publicou.

Esta pesquisa justifica-se, tendo em vista as razões que fazem do jornal impresso um meio de comunicação de massas com inquestionável poder ideológico, na pretensão de se responder às questões formuladas de importância crucial para compreender até que ponto o veículo jornal e seus profissionais de jornalismo de fato têm conseguido produzir informação com os valores institucionais elencados, tomando como base a fonte *off*.

2. O princípio da cooperação na interação

Paul Grice teoriza sobre a conversação, a ética, as intenções da comunicação e sua dimensão inferencial. O filósofo afirma que cada falante depende esforços cooperativos nos diálogos e reconhece um propósito comum ou um conjunto de propósitos que sustenta e orienta a direção da conversa. (GRICE, 1982, p. 86)

Do cerne dessa questão, Grice (1982, p. 86) concebe um “princípio muito geral” no qual cada participante faz a sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que está engajado. É o princípio de cooperação.

E, para dar conta de sua teoria, o teórico estabelece um conjunto de regras que devem reger o ato conversacional efetivo: São as máximas conversacionais, reunidas sob o princípio da cooperação, em que os inte-

grantes se engajam na conversa e contribuem de acordo com as exigências da troca conversacional. O autor esclarece que “esta especificação, naturalmente, é demasiado estreita e o esquema tem que ser generalizado para abranger propósitos gerais tais como influenciar ou dirigir as ações dos outros”. (GRICE, 1982, p. 88)

Noutra ocasião, Grice descreve algumas das suposições que defende estarem presentes nas conversações entre falantes

É importante reconhecer estas máximas porque nós temos suposições nas conversações. Nós supomos que as pessoas estão normalmente fornecendo uma quantia apropriada de informação [...]; nós supomos que estão dizendo a verdade, sendo relevantes, e tentando ser claras o quanto podem. Porque estes princípios são supostos na interação normal. (GRICE, 1996, p. 37. Tradução nossa)⁴⁹

A partir do princípio da cooperação, sob as categorias de quantidade, qualidade, relação e modo (ou maneira), Grice formula as máximas e estabelece as implicaturas conversacionais, fenômenos gerados quando há violação das regras citadas. A ironia, as expressões ambíguas, a metáfora, entre outras, constitui violação do princípio da cooperação ou, pelo menos, de uma ou mais de suas máximas, e são, na verdade, recursos do falante para transmitir informações além do sentido literal.

O princípio da cooperação de Grice (1982) é o seguinte: “Faça a sua contribuição à conversação tal como ela é requerida, no estágio em que ela se encontra, para os propósitos mutuamente acordados” (GRICE, 1982, p. 86). Para ele, os indivíduos que se comunicam em boa fé constroem enunciados que obedecem a quatro máximas ou categorias, assim constituídas:

Máxima da quantidade: Esta categoria está relacionada com a quantidade de informação fornecida e a ela correspondem as seguintes submáximas: “Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação)”; “Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido”.

Máxima da qualidade: A máxima da qualidade evidencia a importância da veracidade da informação: “Trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira”. Complementam a categoria, duas máximas mais específicas:

⁴⁹ “It is important to recognize these maxims as unstated assumptions we have in conversations. We assume that people are normally going to provide an appropriate amount of information [...]; we assumed that they are telling the truth, being relevant, and trying to be as clear as they can. Because these principles are assumed in normal interaction”.

“Não diga o que você acredita ser falso”; “Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada”.

Máxima da Relação: É a categoria mais concisa: “Seja relevante”. No entanto, o próprio Grice (1982, p. 87) reconhece que a máxima da relação oculta questões difíceis de tratar, como: tipos de foco de relevância e mudança de assunto da conversação.

Máxima da Maneira: A categoria da maneira não está relacionada ao que é dito (como as anteriores), mas sim a como o que é dito deve ser dito. Nesta categoria, é considerada como supermáxima: “Seja claro”. E como submáximas: “Evite obscuridade de expressão”; “Evite ambiguidades”; “Seja breve (evite prolixidade desnecessária)”; “Seja ordenado”. Nessa categoria, é possível se admitir a necessidade de outras submáximas.

Apesar de declarar que o princípio da cooperação foi concebido para se observar e reger a ocorrência da fala ou do diálogo em boa fé, Grice admite a aplicação de suas máximas noutras ocorrências sociais, em “transações que não são diálogos”. (GRICE, 1982, p. 88)

Isso se dá, segundo Grice (1982, p. 89), porque “os falantes em geral procederão na forma prescrita por estes princípios [...] as pessoas se comportam dessa maneira; elas aprenderam a agir assim na infância e não abandonaram o hábito de assim o fazer”. Na visão do autor, falar a verdade é fácil, enquanto que inventar e manter mentiras exige um grande esforço, uma ruptura radical.

Fato empírico à parte e assumindo posição mais racionalista, Grice (1982, p. 90) crê também existir “uma prática conversacional não meramente como alguma coisa que todos ou a maioria acata, mas como algo que é, para nós, *razoável* acatar, como algo que nós devêssemos acatar [...] como uma questão quase-contratual”.

Por isso são perceptíveis, nas conversações, alguns traços comuns entre falantes cooperativos (“*cooperative conversational partners*”): mesmo objetivo imediato, contribuições encadeadas e mutuamente dependentes e entendimento explícito ou tácito de continuidade ou não do intercâmbio linguístico.

Grice (1996, p. 39) também reconhece que existem circunstâncias nas quais os oradores podem optar por não contribuir ou não podem seguir as expectativas do princípio da cooperação:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Nas salas de tribunais e salas de aula, as testemunhas e os estudantes são frequentemente convidados para dizer coisas que já são conhecidas (desse modo violando a máxima da quantidade). Tal conversa institucional especializada é claramente diferente da conversação⁵⁰ [Tradução nossa].

Sobre a utilização das implicaturas conversacionais, expressões que, embora não tipicamente tão informativas quanto se é requerido, no contexto, são interpretadas naturalmente porque comunicam mais do que está sendo dito (isto é se o orador sabe a resposta, ou seja, se o ouvinte percebe a aparente violação das máximas e entende o que se faz saber a mais do que está sendo dito), o filósofo adverte de que as implicaturas são “suposições de interação cooperativa”, ou seja, porque as implicaturas comunicam o que não está dito, os oradores podem sempre negar que pretenderam comunicar tais significados: “As implicaturas da conversação são negáveis. Elas podem explicitamente ser negadas (ou alternativamente, reforçadas) em diferentes caminhos”⁵¹. (GRICE, 1996, p. 44. Tradução nossa).

Grice (1982, p. 94) chega a estabelecer um padrão geral para dedução de implicaturas conversacionais e a citar exemplos de implicaturas nos quais nenhuma máxima é violada (ou pelo menos isso não está claro), ou uma máxima é violada, ou abandonada de propósito, numa estratégia de reforço de outra máxima.

Interessa-nos, neste artigo, perceber o princípio da cooperação, na sua prática ou no seu destrato, na conversação entre fontes *off* e jornalistas com vistas à produção de matérias jornalísticas, bem como entender o grau de comprometimento que essa relação traz às categorias do princípio da cooperação na notícia jornalística.

3. O princípio da cooperação em “bastidores”

O *corpus* desta análise faz parte de uma triagem de textos do jornal *A Tribuna*, pesquisados através de expressões normalmente observadas e associadas à informação que procede de fonte cuja identidade foi preservada, como: “bastidores” e “fontes não oficiais”. Através destas

⁵⁰ “In court-rooms and class-rooms, witnesses and students are often called upon to tell people (thereby violating the quantity maxim). Such specialized institutional talk is clearly different from conversation”.

⁵¹ “Conversational implicatures are deniable. They can be explicitly denied (or alternatively, reinforced) in different ways”.

expressões, foi feita uma pesquisa no arquivo virtual do jornal e separadas as regularidades de interesse deste artigo.

Tendo em vista que a amplitude desta análise é objeto de tese de mestrado em andamento junto ao Programa de Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, este artigo se limitará ao termo “bastidores” e contemplará uma análise superficial do fenômeno, considerando o espaço limitado para este estudo.

Apesar de serem observadas em outras editorias, como Economia e Polícia, é na Política que se faz mais presente a utilização de informações de fontes de identidade preservada. Porém, o termo “bastidores” é utilizado especialmente em notícias políticas.

Em pesquisa parcial, que englobou apenas o mês de novembro de 2014 e o caderno de “Política” do jornal *A Tribuna*, do estado do Espírito Santo, o verbete do *off* teve dez ocorrências, sendo nove matérias, empregando o termo “bastidores”, metaforizando o fato de que as informações ou os informantes não podem ser revelados ao público.

A seguir, quadro panorâmico das ocorrências registradas em matérias do jornal *A Tribuna*, no mês de novembro de 2014, no caderno de “Política”, de interesse do presente artigo, sendo destacadas as palavras indicadoras de informação de fonte *off*.

Nº	Data, página, autoria ou procedência e títulos	Ocorrência e localização da ocorrência	
1	02/11/14, p. 48, Guto Netto: Cotados para ocupar vaga no governo	Nomes como Luiz Paulo Vellozo Lucas, para o Bandes, e Sueli Vidigal, na Assis-tência Social, são apontados <i>nos bastido-res</i> .	olho ⁵²
2	02/11/14, p. 48, Guto Netto: Cotados para ocupar vaga no governo	O governador eleito, Paulo Hartung (PMDB), prefere não falar sobre quem irá compor seu secretariado. Mas, <i>nos basti-dores</i> , já são muitos os cotados para as 21 secretarias.	lide ⁵³
3	03/11/14, p. 25, São Paulo: Reunião de “bloco” na Câmara para isolar PT	<i>Nos bastidores</i> , peemedebistas alegam não ser saudável o PT, que controlará o Execu-tivo por mais quatro anos, também co-mandar o Legislativo. O líder do PMDB é desafeto do Palácio do Planalto, que, in-ternamente, considera que o deputado age	6º §

⁵² Olho, jargão jornalístico, subtítulo discreto abaixo do título das matérias jornalísticas.

⁵³ Lide, jargão jornalístico para o primeiro parágrafo da matéria jornalística que, sinteticamente, responde às questões o quê, quem, quando, onde, como e por quê.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

		como “líder da oposição” na Casa. O partido de Dilma deve lançar um nome contra a candidatura de Eduardo Cunha.	
4	03/11/14, p. 24, Brasília: Planalto articula para pôr aliado no TCU	Os partidos aliados ainda não discutiram a questão oficialmente, mas já lançam alguns nomes <i>nos bastidores</i> . Despontam políticos sem mandato e derrotados nestas eleições.	7º §
5	08/11/14, p. 36, Guto Netto e Pedro Callegario: [Auxílio-Moradia] [Só 15 abriram mão no Judiciário] No Ministério Público, clima é de divisão interna.	Internamente, porém, o clima no órgão ainda é de divisão. Para recebimento é necessário que os promotores e procuradores solicitem o benefício. Alguns chegaram até a recuar do pedido, de acordo com <i>informações de bastidores</i> .	2º §
6	08/11/14, p. 40, São Paulo: [Crise na Petrobras] [Federal investiga “operador do PMDB”] Comissão é prorrogada	<i>Nos bastidores</i> , o PMDB trabalhou pela prorrogação da CPI.	3º §
7	09/11/14, p. 46, Aline Dias: [Herança Política] Obras que vão ficar para Hartung	<i>Nos bastidores</i> , há incerteza de como será realizada entrega da faixa governamental, no dia 1º de janeiro, uma vez que o clima da campanha, com troca de acusações entre Casagrande e Hartung, tem se refletido na relação das duas equipes de transição.	6º §
8	14/11/14, p. 39, Guto Netto: Dança das cadeiras em 15 secretarias	Nas quatro principais prefeituras da Grande Vitória, o assunto de reforma do secretariado ainda é tratado com cautela, inclusive <i>nos bastidores</i> , mas <i>interlocutores</i> garantem que o tema tem dado o que falar.	lide
9	14/11/14, p. 38, Giovanni Pagotto e Luiz Fernando Brumana: [Auxílio-moradia] [“Exijo respeito a quem pediu o benefício”] Sócrates diz acatar decisão	De acordo com <i>informações de bastidores</i> , há relatos de membros que estão deixando moradias funcionais, pagas pelos órgãos, para poder receber o auxílio-moradia – quem reside em imóvel funcional não pode receber o auxílio.	7º §
10	19/11/14, p. 42, Guto Netto: [Casagrande descarta fazer “oposição por oposição”] Quatro cotados para assumir cargos na equipe de Hartung	Embora ainda <i>não haja confirmação oficial</i> , os nomes de Renzo Colnago, Leonardo de Castro Filho e Ana Paula Vêscovi são dados como certos. O vice-governador eleito César Colnago também deve ocupar uma pasta. [...] <i>Nos bastidores</i> , circula que Hartung também pretende colocar um grande número de mulheres em altos postos de seu governo.	2º § 7º §

Todas estas matérias ocupam lugar de destaque nas páginas do caderno de “Política”. Das ocorrências elencadas, é possível observar que

houve predomínio e/ou reincidência do uso de informações *off* em matérias de assuntos políticos que estavam em evidência no mês de dezembro de 2014, último mês antes da transição nos governos federal e estadual após as eleições de outubro de 2014, cujos eleitos assumiriam em janeiro de 2015. Por exemplo: das dez ocorrências citadas, quatro estão relacionadas à sucessão do então governador Renato Casagrande, derrotado nas urnas pelo candidato eleito Paulo Hartung; e três ocorrências são especulações sobre a composição das secretarias do novo Governo Estadual. Tendo em vista o interesse do leitor do jornal *A Tribuna* neste assunto, as informações de fontes *off* foram utilizadas. Sendo assim, na premissa de haver cooperação, ética e profissionalismo entre as partes, fonte e jornalista, conforme os valores e princípios elencados no Programa Permanente de Autorregulamentação do Jornal *A Tribuna*, é possível analisar, em relação ao princípio da cooperação, que, em detrimento da máxima da quantidade, haja vista que os dados das fontes *off* não são oficiais, comprováveis ou suficientes, o jornalista deu às informações o *status* de verídicas, apesar do *off*, atendendo à máxima da qualidade, mesmo atraindo para si o ônus do anonimato da fonte. Ou seja, a ruptura observada para a máxima da quantidade é compensada na valorização da máxima da qualidade.

Quanto às demais ocorrências de publicação de informações de “bastidores”, duas estão relacionadas ao “escândalo” da autorização do pagamento de benefício de auxílio-moradia no valor mensal de R\$ 4.377,73 para juízes e desembargadores do País. Dos 343 membros do Estado do Espírito Santo, 328 haviam solicitado o benefício, o que levou jornalistas à busca de fontes e à “caça” aos nomes dos beneficiados que, claro, não seriam expostos por meios oficiais. Dadas as críticas e a repercussão negativa do assunto, dos “bastidores” vieram as informações publicadas de que “alguns chegaram até a recuar do pedido” e que outros estariam “deixando moradias funcionais, pagas pelos órgãos, para poder receber o auxílio-moradia – quem reside em imóvel funcional não pode receber o auxílio”. A pauta recebeu a atenção e o pronunciamento enfático do Chefe do Ministério Público, Eder Pontes: “O Chefe da instituição administrativa sou eu. Ninguém está autorizado a falar, a não ser eu” e “Exijo respeito a quem pediu o benefício”. Apesar de o conteúdo originado pelas fontes *off* não ter representado muito em termos da máxima de quantidade, em relação à máxima da qualidade fica clara a sua importância, dada a manifestação enérgica nas palavras do procurador geral do Órgão.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Outras duas ocorrências consideram informações *off* em assuntos do Governo Federal: a conquista da presidência da Câmara Federal através de articulações políticas entre partidos que “excluem” o PT e a substituição do ministro José Jorge no TCU (Tribunal de Contas da União) por candidato de “perfil amigável” no Planalto. As informações em *off* atenderam à máxima da qualidade, justificando a quebra da máxima da quantidade tendo em vista que, apesar de não oficiais e insuficientes, foram consideradas verdadeiras e publicadas.

Finalmente, uma ocorrência para a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Petrobras; e uma ocorrência para o assunto da reforma do secretariado de quatro Prefeituras Municipais da Grande Vitória. Na primeira matéria, é informação de bastidores que o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) trabalhou pela prorrogação da CPI integrada apenas por senadores aliados ao Governo Dilma Rousseff, CPI esta que estava sem realizar reuniões há quase quatro meses. Na segunda, por sua vez, o assunto da reforma nas secretarias municipais é tratado com cautela até mesmo nos bastidores, tendo em vistas as demissões e exonerações que viriam. Novamente, percebemos um nível aquém de informação para atender às máximas da quantidade e da qualidade, o que não inviabilizou a sua publicação no jornal.

Em todas as ocorrências, parece evidente que o termo “bastidores” tornou-se sinônimo de “lugar de fala não autorizada, mas confiável”, dispensando, inclusive, explicações do jornalista ao leitor quanto à imprecisão ou conveniência deste tipo de informação. A metáfora dos bastidores é largamente utilizada no jornalismo para configurar informações de fontes que não podem estar “sob holofotes”.

De uma forma geral, entendemos que a publicação de informações de fonte *off*, por si só, reflete o atendimento da máxima da relação, tendo em vista que uma informação irrelevante não passaria pelo crivo da pauta das redações dos jornais.

No entanto, com relação à máxima da maneira, ocorre uma quebra generalizada, tendo em vista que as informações de fonte *off* vêm sendo publicadas acompanhadas de termos e expressões que indicam imprecisão, vaguidão e superficialidade nos dados, o que denota uma dada modalização, estratégia ou recurso jornalístico de distanciamento do jornalista que publica e assina a matéria. Dentre estes termos e expressões, servem como exemplos: “Despontam políticos”, “há incerteza de como

será”, “interlocutores garantem”, “há relatos de membros” e “são dados como certos”.

Da mesma forma, outro fato a considerar é o emprego de termos e expressões que generalizam e não especificam os sujeitos, como: “peemebistas alegam”, “o líder do PMDB é desafeto do Palácio do Planalto”, “alguns chegaram até a recuar” e “o PMDB trabalhou”.

De modo geral, em se tratando do veículo jornal impresso, acreditamos que especialmente as máximas da quantidade, da relação e da maneira são diretamente impactadas pela necessidade do “enquadramento” dos textos aos espaços editoriais.

Nesta mesma perspectiva, entendemos que a máxima da qualidade, dada a importância de uma informação no contexto jornalístico, pode interferir em relação à máxima da quantidade. Como exemplo desse ponto de vista, citamos a ocorrência número um, cuja matéria informa que, “nos bastidores, já são muitos os cotados para as 21 secretarias” do Governo Paulo Hartung. Daí a matéria prossegue elencando os possíveis nomes, sempre antecipados por expressões que denotam a não confirmação ou indefinição da informação, como: “é cotado para assumir”; “pode assumir”, “deve ser”, “deve assumir”, “pode ser aproveitado” e “são lembrados”, “pode ir”, “forte candidato para assumir”, “são dados como certos”. Ou seja, mesmo carregada de vaguidão, e originada de fonte *off*, a notícia era de interesse do jornalismo e de seus leitores, tendo o devido destaque na página do jornal.

4. Considerações finais

Nesta breve análise, este artigo entendeu que a condição do *off* reforça o princípio da cooperação na relação discursiva entre fonte e jornalista, já que ambos evidenciam esforços demasiados, tendo em vista a importância da informação, para atender aos interesses de cada parte: a fonte, de confiar uma informação para ser publicada sem qualquer tipo de relação ou retaliação a sua pessoa; e o jornalista, de que aquela dada informação tem mais valor em si do que risco eminente. Juntos, a fonte *off* e o jornalista, cooperam discursivamente com o interlocutor à medida que, ao tornarem pública uma informação, mesmo que omitida a sua origem, mesmo que imprecisa ou insuficiente, a fazem mediante o risco de interpelações jurídicas em caso de quebra de ética ou outras motivações que originem demandas judiciais. Assumindo a responsabilidade sobre

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

informação “de bastidores”, o jornalista toma para si o crédito da informação de outrem, passando a atender ao princípio da cooperação entre jornal e leitor.

Desta forma, pretendemos concluir a propósito do princípio da cooperação, segundo seu próprio autor:

Gostaria de mostrar que a observância do Princípio de Cooperação e das máximas é razoável (racional) da seguinte forma: pode-se esperar que quem quer que se preocupe com os objetivos que são centrais na conversação/comunicação (por exemplo, dar ou receber informações, influenciar ou ser influenciado por outros) tenha interesse, dadas as circunstâncias apropriadas, em participar de conversações proveitosas, somente supondo que elas são conduzidas de acordo com o princípio de cooperação e as máximas (GRICE, 1982, p. 91).

Concordamos com Grice quando entende que o princípio da cooperação e as máximas são de interesse de partícipes numa conversação que pretende informar e influenciar, como aí bem se encaixam os conteúdos jornalísticos. Também concordamos que não há uma intenção primeira de comprometer a cooperação na interação entre fonte *off* e jornalista, porém é certo que as particularidades do discurso jornalístico, em especial no campo da política, favorecem adequações das máximas em decorrência de interesses particulares ou unilaterais, tanto do jornalista ou do veículo que ele representa, quanto da fonte *off* ou do sujeito que ela representa.

E, por fim, tendo em vista a prestação de um serviço de informação diário e ininterrupto, o leitor do jornal é quem avalia a competência do jornal em relação aos seus conteúdos quando o adquire e mantém a preferência pelo mesmo, pois certamente pesa sobre os jornalistas a responsabilidade do seu produto final em relação ao produto da concorrência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A *TRIBUNA*. Comissão é prorrogada. *A Tribuna*, Vitória (ES), 8-11-2014. Política, p. 40.

_____. Cotados para ocupar vaga no governo *A Tribuna*, Vitória (ES), 2-11-2014. Política, p. 48.

_____. Dança das cadeiras em 15 secretarias. *A Tribuna*, Vitória (ES), 14-11-2014. Política, p. 39.

_____. No Ministério Público, clima é de divisão interna. *A Tribuna*, Vitória (ES), 8/11/2014. Política, p. 36.

_____. Obras que vão ficar para Hartung. *A Tribuna*, Vitória (ES), 9-11-2014. Política, p. 46.

_____. Planalto articula para pôr aliado no TCU *A Tribuna*, Vitória (ES), 3-11-2014. Política, p. 24.

_____. Quatro cotados para assumir cargos na equipe de Hartung. *A Tribuna*, Vitória (ES), 19-11-2014. Cidades, p. 42.

_____. Reunião de "bloco" na Câmara para isolar PT. *A Tribuna*, Vitória (ES), 3-11-2014. Política, p. 25.

_____. Sócrates diz acatar decisão. *A Tribuna*, Vitória (ES), 14-11-2014. Política, p. 38.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENTES, Anna; LEITE, Marli Quadros (Orgs.). *Linguística de texto e análise da conversação*. São Paulo: Cortez, 2010.

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral*, vol. I. Trad.: Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1995.

CARVALHO NETO, Reynaldo C. O "quarto poder" e censura democrática. *Observatório da Imprensa*. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa>>. Acesso em: 10-11-2013.

CHAPARRO, Manuel C. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994.

FIORIN, José Luiz. (Org.). *Introdução à linguística I: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Introdução à linguística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003.

FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

GRICE, Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo. (Org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*, vol. IV, Campinas: [s.n.], 1982.

_____. Cooperation and Implicature. In: YULE, George. *Pragmatics*. New York: Oxford University Press, 1996.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetórias e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 2005.

MANUAL de redação: Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

REDE Tribuna de Comunicação. *Jornal A Tribuna autorregulamentação*. Relacionamento com mais transparente com os leitores. Vitória, 2012.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.

VILLELA, Regina. *Quem tem medo da imprensa? Como e quando falar com jornalistas*. Guia básico de mídia training. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

**PRÁTICAS DE DISCURSOS ANTI-HOMOFÓBICOS:
UMA ANÁLISE
DAS FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS E DISCURSIVAS
PRESENTES NA CAMPANHA CONTRA A HOMOFOBIA**

Liliane Silva de Aquino (UNEB)

lilyaneaquino@hotmail.com

Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB)

RESUMO

As sociedades estão, a todo tempo, passando por constantes processos de transformações. A análise do discurso contribui, efetivamente, nesse processo reflexivo e articulatório entre a história, a sociedade e o homem. Nesse trabalho investigaremos um cartaz veiculado através do meio digital, como parte de uma campanha contra a violência de gênero, a fim de reconhecermos as formações discursivas oriundas das ideologias presentes na imagem. O reconhecimento desse discurso homofóbico requer o conhecimento das condições de produção e suas pluralidades, mobilizando assim a construção social da imagem do sujeito homossexual. O estudo da materialidade discursiva selecionada será analisado a partir dos fundamentos teórico-metodológicos da análise do discurso, cujos conceitos foram articulados pelo filósofo Michael Pêcheux, na França, na década de 60 do século XX, partindo do ponto do qual é possível analisar a linguagem no auge do seu funcionamento, atrelando-a ao contexto sócio-histórico e ideológico. Buscamos carear, questionar e duvidar, indo além da opacidade dos sentidos expostos nas materialidades discursivas analisadas, já que as mesmas reclamavam sentidos outros, a partir das ideologias que afirmavam a não existência da neutralidade do sujeito devido às escolhas dos lexemas usados em seus respectivos discursos.

Palavras-chave:

Homossexual. Homofobia. Interdiscurso. Formação ideológica. Formação discursiva.

1. Considerações iniciais

As sociedades estão, a todo tempo, passando por constantes processos de transformações, estes, por sua vez, são o reflexo da singularidade de cada momento histórico e social vivenciado pelo homem.

A análise do discurso contribui, efetivamente, nesse processo reflexivo e articulatório entre a história, a sociedade e o homem.

Cada questão, à sua época, trará consigo dimensões nunca antes vivenciadas, pois cada momento é único e, por mais que esse se repita, será sempre realizado em condições históricas distintas, com seus questionamentos e seus sentidos bastante singulares, nunca antes ocorridos.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

O sujeito contemporâneo, de uma forma geral, precisa lidar com questões bem mais afloradas e debatidas quando em comparação a outros momentos históricos. Temas que em dadas circunstâncias eram encarados como tabus, imorais ou hediondos, como a homossexualidade, na contemporaneidade, vêm sendo muito mais debatidos. Nunca houve um fluxo de informações tão grande como no século XXI, uma gama de novos questionamentos surge juntamente com a avidez dos acontecimentos, entretanto nem sempre os diversos setores sociais conseguem acompanhar essas constantes modificações com a mesma rapidez e afinco, deixando, muitas vezes, a desejar em diferentes aspectos, como ocorre com as questões que versam sobre a sexualidade.

Entre os desafios da nossa atual sociedade, está a luta contra os preconceitos. Reconhecer que os mesmos estão não só presentes como também arraigados no seio da sociedade tem fomentado diversas reações em vários seguimentos sociais. As minorias que sofrem com essa demanda estão em zona de conflitos, desse modo cobram da sociedade civil um posicionamento acerca dos direitos à vida e do exercício da liberdade como também da cidadania plena.

Integrante do contexto das sociedades contemporâneas, a diversidade apresentada pelos grupos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis) diz respeito a uma das questões que, em essência, é de suma relevância para sociedade. Tal compreensão advém do fato de que diversas transformações no interior da estrutura social foram capazes de fazer com que estes movimentos pudessem ambicionar e alcançar maior aceitação e reconhecimento social, no entanto, ainda há muito a ser discutido e modificado.

A realidade dos grupos LGBT também retrata esse fato, para o qual combater a violência e os preconceitos sociais tornou-se uma luta diária. Entre os problemas mais relevantes enfrentados pela comunidade LGBT, destaca-se a homofobia, que, segundo Borillo (2009, p. 13), “é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irredutível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos homens”.

O fenômeno da homofobia está presente na sociedade, com suas múltiplas facetas. Muitas vezes nos parece tão pouco, que chegamos a duvidar se, de fato, há preconceito em determinadas ações. A atitude de hostilidade para com os homossexuais que perpassa a sociedade é inegável, tal comportamento encontra-se, muitas vezes, enraizado em causas

culturais e religiosas. Preconceitos formados em tempos antigos que não condizem com a realidade contemporânea.

Na nossa busca por compreender um pouco sobre as questões expostas acima, deu-se o estabelecimento do *corpus*, um cartaz, que se propõe a contribuir com o fim da homofobia a partir da conscientização social.

O estudo da materialidade discursiva selecionada fundamenta-se nos procedimentos metodológicos da análise do discurso, cujos conceitos foram articulados por Michael Pêcheux, na França, na década de 60 do século XX.

O reconhecimento desse discurso homofóbico requer o conhecimento das condições de produção, uma vez que são elas parte integrante da construção social da imagem do sujeito homossexual.

2. O homossexual e a homofobia

Recuando um pouco a história, há que se perceber, em tempos antigos, que as práticas sexuais nem sempre sofriam sanções sociais, pelo contrário, as mesmas eram vistas como partes integrantes do convívio social sadio, sem a presença da hierarquização da sexualidade.

Na Grécia antiga, grandes personalidades como Ateneu, Platão e Heródoto exploraram a sexualidade de forma positiva. Para os filósofos, era de suma importância o envolvimento sexual, em especial entre o aprendiz e seu tutor, pois assim ambos passariam a construir afinamento/envolvimento intelectual. Não havia uma distinção social entre desejo e comportamento sexual.

Em Roma, a pederastia (relação sexual entre adulto e adolescente e pré-púberes) não era avaliada como algo ruim, sendo reprovada apenas quando o parceiro mais velho era passivo quanto à posição na relação sexual. Segundo Almeida (2013), “de fato, acreditava-se que os homens que possuem uma alma esforçada, além de valor e caráter *viris*, buscam seus semelhantes, isto é, outros de valor e caráter *viris*”. Percebemos que, nem sempre, na história da humanidade, a sexualidade foi questionada ou apontada como “fora do padrão”. Entretanto, a partir da cultura judaica e a ascensão do cristianismo, com o auxílio da bíblia, o judaísmo transformou a ideia de sexo entre pessoas do mesmo gênero em pecado, relação

imoral não instituída por Deus. Logo no fim do império romano, alguns clérigos tentaram erradicar a homossexualidade.

No decorrer da idade média, mesmo a sociedade sendo regida por tal proibição, há relatos de relações sexuais entre representantes da nobreza do mesmo sexo. Com o cristianismo, as normas sociais, ao longo dos tempos como também na contemporaneidade, legitimaram o homossexual como alguém que está à margem da sociedade, semelhante ao papel delegado ao negro e ao judeu, figurando sempre o espaço cabível ao “outro”, aquele que, por algum motivo é “diferente” e com quem não é possível identificar-se. Segundo Almeida (2013):

O ser que hoje entendemos como homossexual possui uma história marcada por mudanças acentuadas, já que ora era visto como pecador, ora como enfermo, ora como delinquente, ora como transgressor, ora como promíscuo. Todo esse histórico levou a uma construção de uma imagem social turva do gay que pode se contradizer, ser incompleta, preconceituosa ou real. (ALMEIDA, 2013, p. 3).

No século XVIII, a partir das teorias biológicas e do poder da razão, como única verdade possível, muitos foram os esforços para que a homossexualidade fosse explicada cientificamente, chegando até mesmo a ser considerada como uma patologia humana. Com o século XIX, o homossexual passou a ser relacionado às perspectivas psíquicas a partir dos estudos de Sigmund Freud.

O sujeito homossexual, de fato, é, na maioria das situações, colocado à margem do padrão eleito como “modelo” por grande parte das culturas. Sempre visto como inferior pela sociedade contemporânea, o *gay* é julgado, muitas vezes, pela sua sexualidade e não pela capacidade que possui para desempenhar determinadas funções, ou então subjugado a desempenhar outras por “ser *gay*”.

Dentre as ideologias disseminadas, a respeito da dicotomia sexual, encontra-se o sexismo, esse se define mediante as relações de poder existente entre os sexos. Para os sexistas, a representação masculina caracteriza-se por sua vinculação à superioridade, ao universo exterior, e ao político, em contrapartida, o feminino é subjugado à intimidade e também a tudo que se refere à vida doméstica e a submissão.

As diferenças existentes entre indivíduos homossexuais e heterossexuais, além de serem visivelmente claras, são usadas como guias para eleger um comportamento social predominante forjado como “modelo social”, ou seja, a heterossexualidade é aclamada como única possibili-

dade “correta” de realização da sexualidade dentro dos padrões sociais normativos, sendo assim, os heterossexuais passaram a ser os únicos indivíduos a servirem como referência para as demais sexualidades. Para Borrillo (2010, p. 31),

A heterossexualidade aparece assim, como padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa - e o ideal que ela encara - é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. Todas as outras sexualidades são perversas, e na pior, patológicas, imorais e destruidoras da civilização.

Há que se perceber que, do final do século XX e início do século XXI, ocorreu uma pequena mudança no comportamento da sociedade, ao que se refere aos homossexuais. Fomentada pelo crescimento de movimentos, grupos sociais que lutam pelos direitos dos homossexuais, é notável uma lenta e gradual, no entanto, significativa tolerância à homossexualidade. Apesar de essas mudanças representarem avanços, elas coexistem com a discriminação e o preconceito. Há ainda muito a galgar.

Naturalizando a diferença entre a heterossexualidade e a homossexualidade, origina-se o preconceito, a intolerância e a discriminação, a saber: a homofobia.

A homofobia é a atitude de preconceito e discriminação por orientação sexual a qualquer indivíduo. Na visão de Fleury e Torres (2010), o termo origina-se do grego *homos*, “o mesmo”, que, junto ao termo *phobikos* – “ter medo ou aversão”, constituirá a palavra homofobia”. Traduzindo o termo, encontramos o seguinte significado: ódio ou aversão aos homossexuais, como também discriminação a homossexualidade. Essa manifestação de cunho arbitrário insiste em designar o outro como contrário, inferiorizando-o e marginalizando-o.

Por se tratar de um fenômeno muito complexo, a homofobia constitui uma das temáticas que na atualidade se encontra em voga, de maneira ampla, nos mais variados setores sociais, já que a mesma vem constantemente figurando os altos índices de atentados aos *gays* e *lésbicas* como nunca antes constatados.

A homofobia vai além da violência contra *gays* e *lésbicas* e tem dimensões maiores que puramente o medo, repulsa e aversão aos homossexuais, sendo assim, pode-se concluir que a homofobia é uma atitude puramente irracional que está arraigada a conflitos/motivos interiores do indivíduo agressor. Ainda segundo Borrillo,

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

A homofobia é o medo de que a valorização dessa identidade seja reconhecida; ela se manifesta, entre outros aspectos, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia, da ordem heterossexual. Ela se exprime, na vida cotidiana, por injúrias e por insultos (...) A homofobia é algo familiar e, ainda, consensual, sendo percebida como fenômeno banal (...) invisível, cotidiana, compartilhada, a homofobia participa do senso comum, embora venha a culminar, igualmente, em uma verdadeira alienação dos heterossexuais. (BORRILLO, 2010, p. 17)

É lógico que a homossexualidade é uma das muitas sexualidades possíveis presentes no leque da pluralidade sexual, possibilidade existente entre muitas outras, uma variação constante da realização da sexualidade humana, no entanto, essa não goza de plenos direitos como a sexualidade dominante.

A homofobia tornou-se um preconceito com um alto grau de complexibilidade, já que se proliferou tanto no âmbito social quanto do individual, desumanizando o homossexual.

Essa hierarquia sexual se articula em torno de emoções, condutas, normas e dispositivos ideológicos e institucionais, causando uma oposição declarada, canal que possibilita a existência de um sistema agressivo e provocador de diferenças para justificar a exclusão e a dominação de uns sobre os outros.

Os meios de comunicação estão cada vez mais engajados no que tange a veiculação dos fatos que circulam no dia a dia das pessoas e dos acontecimentos e, nessa busca, muito se tem feito não apenas para divulgar tais eventos, como também combatê-los.

Campanhas sociais que buscam esclarecer e conscientizar a sociedade da importância de determinadas temáticas tornou-se uma das formas de comunicação mais eficazes e utilizadas pela mídia, visto que a mesma desempenha papel singular no que se refere ao desenvolvimento dos setores sociais, já que é responsabilizada pelas informações que abastecem as redes.

3. *Pressupostos teóricos para a análise*

Muitas correntes e teorias se dispõem a estudar a linguagem e seus acontecimentos, focando-se em diferentes sistemas, conceitos e aspectos.

Nessa pesquisa, a análise do objeto discursivo foi realizada, tendo como base os postulados teóricos da escola francesa da análise do discurso, articulada pelo filósofo francês Michel Pêcheux (1938-1983), especificamente na década de 60 do século XX.

Até a década de 60 do século XX, a linguística estruturalista pregava uma concepção de linguagem puramente como instrumento de comunicação. A partir da crise epistemológica que lhe sobreveio, os estudos linguísticos sofreram uma considerável mudança no que tange às formas de se compreender a linguagem.

A análise do discurso irá então valer-se desses trabalhos, levando em consideração a linguagem em funcionamento, considerando a autonomia da língua relativa, diferentemente do estruturalismo. Sendo considerada uma disciplina fundada a partir de elementos de três regiões de conhecimento: o materialismo histórico, a linguística e psicanálise, passa também a ser conhecida como uma disciplina nascida no entremeio destas. O objeto de estudo da análise do discurso é o discurso, o qual, segundo Orlandi (2009, p. 15), “é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. No entanto o discurso não pode ser considerado como a fala, como também não pode ser a língua como sistema abstrato, como fora concebida por Ferdinand de Saussure e pela linguística estruturalista, deve-se tomá-lo como efeito de sentido entre seus interlocutores. Visto desse ponto, pode-se considerar o discurso como objeto que se constrói sócio-historicamente, sinalizando assim o sentido e o sujeito intencional, que é considerado a origem desse sentido.

Os discursos se constituem a partir do sentido construído pelo homem ao longo dos tempos e do espaço, no qual o sujeito é descentralizado, não onipotente e, ainda, não individualizado. Para a Orlandi (2009, p. 17),

Não há discurso sem sujeitos e não há sujeitos sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Consequentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentido por/para os sujeitos.

A análise do discurso acredita ser relevante o estudo do homem inserido no contexto sócio-histórico que lhe é peculiar, sendo assim, busca estabelecer as condições de produção dos discursos para desta forma poder articular linguagem e exterioridade.

3.1. Conceitos básicos

3.1.1. Da formação discursiva

O conceito de formação discursiva é essencial para a compreensão do arcabouço teórico da análise do discurso. A formação discursiva, segundo Orlandi (2009 p.43), se define como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio histórica – determina o que pode e deve ser dito”.

O conceito de formação discursiva, ainda, faz referência ao assujeitamento/interpelação que o indivíduo sofre através do seu discurso, construções de sentidos já existentes anteriormente ao sujeito que serão usadas por ele, situando-o em uma determinada formação discursiva.

Assim, o pré-construído irá regular o indivíduo a partir de determinados sentidos já existentes, situando-o em um certo contexto e em uma ideologia.

As formações discursivas irão contribuir para uma maior compreensão do processo de produção dos sentidos, situando as escolhas de uma determinada palavra em detrimento de outra, nesse e não naquele contexto, proporcionando uma melhor compreensão dos sentidos, permitindo que se encontre uma regularidade no mecanismo de funcionamento do discurso.

Ainda segundo Orlandi:

O discurso se constitui em um sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. (ORLANDI, 2009, p. 43)

As formações discursivas serão diferenciadas a partir do interdiscurso, contudo as mesmas não podem ser pensadas como articulações automáticas, elas são contraditórias, se contrapõem e ao mesmo tempo são fluidas.

3.1.2. Da formação ideológica

O discurso é considerado uma das instâncias pela qual as ideologias se manifestam em sua materialidade, é a partir dos estudos sobre a ideologia, empreendido pelo materialismo histórico, que Pêcheux formu-

la a noção de formação ideológica. As ideologias são as instâncias responsáveis pelo assujeitamento do sujeito no papel de sujeito ideológico, Assim, para Orlandi (2009, p.43),

Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca.

O assujeitamento do sujeito, a partir da ideologia, o traduz em um sujeito ideológico, entretanto o mesmo não tem consciência desse processo, para ele fica a impressão de que ele próprio é o senhor/autor do seu dizer, quando, ao contrário, tudo que é dito faz parte de um já-dito. Presume-se então que esse assujeitamento do sujeito discursivo leva-o a inscrever-se a uma determinada formação ideológica e não em outra, o que como consequência também o filiará a uma ou várias outras formações discursivas.

3.1.3. Do interdiscurso

O interdiscurso é elemento singular na compreensão dos dizeres, ou seja, no modo que esses significam em determinada situação discursiva. Tudo que já se sabe sobre algo, todos os sentidos que já foram ditos em outro momento, em algum lugar, por alguém e que trará um efeito sobre o objeto proposto.

O interdiscurso trará ao momento discursivo a memória construída pelo sujeito sobre aquele determinado fato/acometimento. O conceito de interdiscurso apresentado por Orlandi (2009) compreende a seguinte definição:

Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é aquilo que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada das palavras. (ORLANDI, 2009, p. 31)

São filiações de sentidos, construídos ao longo da história por outros dizeres, em outros momentos, por outras vozes e que chegam os sujeitos, através dos seus significados e pela própria língua.

O interdiscurso representa os dizeres já ditos e que foram esquecidos, já o intradiscurso faz referência as condições na hora exata da produção do discurso.

4. Análise do corpus

Uma das principais contribuições presentes na teoria da análise do discurso articulada por Michel Pêcheux é a possibilidade de analisar o linguístico atrelado aos fatores sócio-históricos, sendo assim, o texto é considerado como a materialização do discurso e, desse modo, uma unidade significativa portadora de sentidos e passível de análise.

Sabe-se que não se é possível apreender todos os sentidos que perpassam um discurso presente em uma determinada materialidade, pois, segundo a análise do discurso, um sentido está sempre atrelado a um já-dito anteriormente. Dito de outra forma, o sentido não se encontra no texto em si e, sim, na relação dele com o sujeito que o materializou, com outros discursos existentes e com o receptor, delineando assim o interdiscurso.

Selecionou-se, como materialização do discurso para análise, o seguinte cartaz:



A palavra “HOMOFOBIA” e a frase “É COISA DE VIADO” foram grafadas em caixa alta na cor rosa, respectivamente, tom mais escuro e mais claro.

Trazendo os sentidos construídos a partir do interdiscurso ao uso da cor rosa, embora a cor azul seja associada aos meninos e a rosa as meninas, no imaginário social, os indivíduos *gay* são os que mais se utilizam da cor rosa, uma vez que passaram a ser vistos como afeminados, logo a cor está associada a “coisa de viado”.

Sabe-se que, até o século XIX, entre os 6 e 7 anos de idade, as crianças trajavam roupas, todas com a mesma cor – o branco. Após essa idade, começava-se a fazer a distinção entre as cores. Vestidos para facilitar a troca de fraudas e branco para facilitar a visualização dos dejetos, além de serem mais acessíveis. Não havia distinção entre os gêneros.

No início do século XX, as crianças passaram a usar tecidos coloridos, haja vista uma maior produção de tingimentos pelas indústrias. A partir desse acontecimento, a cor rosa passou a ser utilizada pelos meninos, visto que representaria a masculinidade por ser um tom mais fraco que o vermelho e ser “quente” e também sempre fora a cor presente nas roupas utilizadas por Jesus Cristo. Já as meninas passaram a trajar a cor azul, pois a mesma fazia parte do imaginário da Virgem Maria como também do paraíso celeste. Há que se perceber a religiosidade embutida em todos esses traços.

Nos anos 40 desse mesmo século, a partir da criação dos *baby boomer* (pessoas nascidas entre os anos de 1946 e 1964 na Europa, no período pós-guerra) ocorreu uma troca no uso das cores. Uma das principais razões especuladas para essa troca foi a posição dos nazistas. Sabe-se que os *gays*, quando eram isolados, recebiam uma roupa com o triângulo rosa costurado nas vestimentas. Os soldados americanos então associavam que a cor rosa não tinha mais tanta legitimidade para os meninos, isso posto, a tendência foi o mercado inverter as cores. Também pesa o fato de que, nas décadas de 60 e 70, retornam as roupas unissex, engajamento para a luta feminina por direitos iguais, e ainda, na década de 80, o exame pré-natal facilitou a antecipação a respeito do sexo do bebê, logo a indústria aproveitou-se dessa oportunidade e passou a produzir adereços em rosa para meninas e azul para meninos.

Vê-se, então, que o uso das cores rosas nos fragmentos destacados acima, atrelam o sentido de que o uso da cor rosa pelo indivíduo homem é associado a “coisa de viado”, buscando fazer com que o leitor recobre em sua memória discursiva essa informação, a fim de que essa ligação integre o processo de construção de sentidos.

O personagem do cartaz confunde o seu leitor em muitos sentidos. Em uma primeira e rápida análise, não se distingue com facilidade quem é esse indivíduo, pois seus traços mesclam os imaginários que perpassam as figuras masculinas e femininas, visto que, ao mesmo tempo em que a personagem possui cabelos curtos, sobrancelhas cheias e queixo mais grosso, características usualmente atribuídas aos homens, ela também

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

trás brinco, traços finos na pele, lábios rosados, elementos atribuídos às mulheres.

Essa construção ideológica que mescla elementos físicos masculinos e femininos é associada ao imaginário do homossexual no *corpus* analisado, instaurando um efeito de sentido no qual a personagem demonstra ter sido vítima da homofobia. Há a presença de um hematoma em um dos seus olhos, que pode ser atribuído a uma pancada forte, e é ele que contextualiza a inscrição homofobia na parte superior do cartaz.

As frases que seguem, localizadas na parte inferior do cartaz, trazem os seguintes dizeres: “Bater em *gays* não te faz mais hétero. Só te faz menos homem!”

Há uma distinção entre ser *gay* e ser hétero, o que, mais uma vez, terá uma ligação com a imagem da personagem, possível vítima da homofobia, visto que, em muitos casos, o homofóbico - nesse caso específico, um heterossexual -, por vezes, parte para a agressão física, a fim de demonstrar sua virilidade masculina como também sua defesa dos “bons costumes sexistas”. Como se o *gay* não fosse homem tal qual ao hétero, confunde-se aqui os conceitos de sexualidade e gênero.

Se ser hétero é sinônimo de virilidade, virtude, ápice das representações da mais pura masculinidade, a sequência discursiva, “Bater em *gay* não te faz mais hétero. Só te faz menos homem!”, tende a ferir a formação imaginária do heterossexual másculo, visto que, ao bater em um *gay*, o hétero se tornará menos homem. Pode-se destacar um chamado para o despertar da consciência do hétero, a partir dos elementos que ele mesmo conhece como vitais para a manutenção do seu imaginário masculino.

Esse sentido do heterossexual foi construído ao longo do tempo e do espaço, derivados de contextos sócio-histórico e ideológico que se fazem presentes nos discursos a partir do assujeitamento que o sujeito sofre, fazendo com que o mesmo retome então o já dito, não sendo ele mesmo a origem do seu dizer.

Os sentidos que advinham do discurso denunciavam relações implícitas que, muitas vezes, passam despercebidas já que estão quase naturalizadas. Logo, há que se destacar a assertiva pecheutiana de que os sentidos discursivos, de modo algum, podem ser considerados como neutros, eles articulam língua e ideologia.

5. Considerações finais

Podemos notar, ao longo da análise do *corpus*, a presença de duas formações discursivas, a formação discursiva 1, que se posiciona a favor dos diretos básicos dos homossexuais (não sofrerem agressão devido à sua orientação sexual), e, dessa forma, busca elementos presentes na concepção imaginária de sexualidade do próprio heterossexual. Há ainda a formação discursiva 2, que se faz presente a partir da construção também do imaginário do heterossexual (o ser másculo que defende os bons princípios e costumes tomados como naturais) e do sexismo, afirmando a necessidade de demonstrar a qualquer custo, a superioridade da heterossexualidade.

A análise do discurso, e seu processo de funcionamento, foram elementares para a análise dos sentidos da materialidade discursiva selecionada, visto que, para ela, é possível analisar a linguagem no auge do seu funcionamento, atrelando-a aos contextos sócio-históricos e ideológicos, considerando que todo sujeito é constituído por ideologias e que as mesmas o filiarão a determinadas formação discursiva e formação ideológica.

Os resultados oriundos da análise aqui realizada não pretendem ser definitivos e fechados, já que é possível que outros analistas do discurso, de porte da mesma materialidade discursiva possam pensar ainda outros elementos não acrescentados por nós.

A cerca da problemática social da homofobia, cabe-nos lembrar que tal questão encontra-se inserida no seio social e que, todos os dias os indivíduos homossexuais estão expostos a violência que a mesma gera. Acreditamos que o Estado deve considerar essa questão como pauta urgente, efetivando assim leis que garantam a igualdade de direito entre os cidadãos como rezam a constituição e a democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Daniel Mazzaro Vilar de. *Por que estudar o discurso homossexual e o homossexual no discurso?* Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Doutorado/Letras/Cader-nos/Volume_2_2013/10_Daniel_Mazzaro_Vilar_de_Almeida_UFMG.pdf>. Acesso em: 09-07-2015.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história crítica de um preconceito*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FLEURY, Alessandra Ramos Demito; TORRES, Ana Raquel Rosas. *Homossexualidade e preconceito: o que pensam os futuros gestores de pessoas*. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

História da homossexualidade. Disponível em:

<<http://www.historiadomundo.com.br/idadecontemporanea/historiahomossexualidade.htm>>. Acesso em: 30-06-2014.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PASSOS, Bruno. *Por que você não usa roupa rosa?* Disponível em:

<<http://www.papodehomem.com.br/por-que-voce-nao-usa-roupa-rosa>>. Acesso em: 08-06-2015.

**SINTAGMAS PREPOSICIONADOS LOCATIVOS:
DIFICULDADES
EM PORTADORES DE SÍNDROME DE WILLIAMS**

Renata Martins de Oliveira (UERJ)

reenatamartins@gmail.com

Marina Rosa Ana Augusto

RESUMO

Este trabalho investiga a relação entre compreensão/interpretação de sintagmas preposicionados locativos e as dificuldades espaciais comumente atribuídas aos portadores de síndrome de Williams. A patologia é considerada rara e se caracteriza por um perfil cognitivo comprometido (QI abaixo de 50, dificuldade motora, comprometimento viso-espacial). Há divergências em relação ao desempenho linguístico, embora a grande maioria dos pesquisadores considere essa habilidade preservada. Ademais, tem-se salientado que as crianças com síndrome de Williams apresentam vocabulário rico, por vezes ultrapassando desempenho de crianças com desenvolvimento típico (BELLUGI, 2000). Considerando-se uma possível dissociação entre domínios, argumenta-se que o comprometimento cognitivo pode refletir, ainda que indiretamente, no desempenho linguístico em síndrome de Williams, o que não deve ser caracterizado como déficit linguístico *stricto sensu*. Nesse sentido, um possível domínio em que tal interferência pode ser atestada seria o da localização espacial. Na língua portuguesa, uma série de preposições é responsável pela codificação linguística de disposição espacial de elementos (CANÇADO & CORRÊA, 2006), uma apreensão cognitiva debilitada para esses indivíduos. Apresentamos aqui um teste concebido para a testagem desses elementos, contrastando crianças com desenvolvimento típico e portadores de síndrome de Williams, de diversas idades. Nossa previsão é de que os portadores apresentem um resultado inferior ao obtido com as crianças com desenvolvimento típico. As implicações para a concepção de um modelo de língua e suas relações com habilidades cognitivas mais amplas são problematizadas (FREITAS, 2000).

Palavras-chave: Sintagmas preposicionados. Síndrome de Williams. Locativos.

1. A síndrome de Williams: características e habilidades linguísticas

A síndrome de Williams possui um perfil específico caracterizado pela deleção de genes do cromossomo 7, com influência clínica, uma vez que a grande maioria dos indivíduos possui problemas cardiovasculares e distormorfismos faciais, o que tem levado à frequente denominação do paciente como “face de gnomo” por conta de seu nariz pequeno e empinado, lábios cheios, dentes pequenos e sorriso frequente. Deve-se considerar ainda em relação ao perfil da síndrome que o indivíduo apresenta uma média de quociente intelectual considerada baixa (cerca de 55, quando o valor médio é de 100), podendo ser classificado assim, como portador de

deficiência mental. Embora com a aprendizagem da fala mais lenta – primeiras emissões por volta dos 18 meses — têm sua musicalidade apurada ao mesmo tempo em que possuem habilidade motora lenta em atividades como: cortar papel, andar de bicicleta, amarrar sapatos etc.

Contudo, o atraso cognitivo do paciente parece não estar presente em todas as suas habilidades, uma vez que ao mesmo tempo em que possui dificuldade na percepção visuoespacial, sua performance linguística não parece estar afetada.

A literatura que trabalha com a síndrome de Williams – tanto da área da linguística quanto a da área da saúde –, ao traçar o perfil do indivíduo com a síndrome, destaca seu uso incomum da linguagem. Isso porque, normalmente a pessoa com a síndrome se comunica muito bem utilizando um vocabulário vasto e, por vezes, mais avançado do que aquele esperado para pessoas de mesma idade. No entanto, alguns autores defendem a ideia de que não há preservação linguística em síndrome de Williams uma vez que o mesmo demonstra dificuldade na compreensão e produção de determinadas sentenças.

O trabalho em questão se detém sobre as relações entre habilidade linguística e comprometimentos cognitivos, especificamente, no que diz respeito a síndrome de Williams, a dificuldade viso-espacial. Contempla-se a hipótese de que as falhas linguísticas encontradas no indivíduo com síndrome de Williams sejam reflexo do comprometimento no módulo cognitivo – mais especificamente, na compreensão espacial -, e não estritamente no módulo linguístico, ou seja, contempla-se a possibilidade de que, de um ponto de vista modular, seja possível afirmar que a linguagem em síndrome de Williams estaria preservada.

2. *Estudos sobre a preservação linguística em síndrome de Williams*

Nossa linha de investigação acompanha, assim, alguns estudos já realizados no exterior. Dentre esses, destaca-se, por exemplo os estudos da pesquisadora Úrsula Bellugi, professora e diretora do Laboratório de Neurociência Cognitiva de *Salk Institute* a qual destina há anos suas pesquisas a indivíduos com Síndrome de Williams e tem, em seus resultados, destacado a sua habilidade linguística como um fator determinante para a afirmação de uma preservação linguística nos pacientes.

Sua pesquisa compara a performance de indivíduos com síndrome de Williams a outras síndromes, como a síndrome de Down e o autismo,

como forma de destacar sua habilidade superior quando comparados a pacientes também sindrômicos. Nesses resultados, a autora encontra não somente um desempenho superior aos indivíduos também portadores de síndromes, mas também aos do grupo controle. Dessa forma, o indivíduo com síndrome de Williams poderia apresentar o mesmo desempenho que uma criança com a mesma idade. (BELLUGI et al., 1994; BELLUGI, 2000)

A partir da análise da fala do paciente com Síndrome de Williams presente em diferentes estudos, parece ser possível afirmar que este não apresentaria problemas na recuperação de palavras do léxico, assim como não há problemas na formulação de sentenças, ou seja, um mecanismo de derivação de sentenças, um sistema computacional dedicado à linguagem, na proposta gerativista (CHOMSKY, 1995 e posteriores), estaria operando funcionalmente. A adequação dos enunciados proferidos e compreendidos pelo indivíduo parece normal, já que, nos testes que envolvem compreensão linguística, não há nenhum indício de dificuldade nessa área.

Landau & Zukowksi (2003) apresentam um indício do tipo de dificuldade linguística que pode ser detectada nos indivíduos com síndrome de Williams, as autoras exploram as habilidades desses indivíduos em relação à estruturação das sentenças da língua. A análise do desempenho do indivíduo com síndrome de Williams é feita pelas autoras em comparação com um grupo de indivíduos com desenvolvimento típico da linguagem e também um grupo de indivíduos adultos. Ao analisar os resultados, as autoras notam que a omissão de um objeto a ser nomeado é encontrada em maior número no grupo de indivíduos com síndrome de Williams em relação ao grupo controle. De maneira geral, nos indivíduos com síndrome de Williams, os objetos nomeados em posição de sujeito não traziam grandes dificuldades. Contudo, os objetos a serem nomeados na posição de objeto sintático podiam ser omitidos, particularmente quando relacionados com as preposições, como acontece no caso de objetos de *from*, no inglês. Isso indica a dificuldade com elementos linguísticos, as preposições, caracteristicamente associadas a questões espaciais.

Essa possível relação é contemplada por Phillips et al. (2004) que elaborou um teste específico cujo objetivo era analisar a relação entre os dois domínios em questão, linguístico e cognitivo, tomando a questão da localização espacial, especificamente. Seus resultados indicam ser possível defender uma hipótese de preservação linguística na síndrome.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Inicialmente são analisados resultados de indivíduos com síndrome de Williams no TROG (*Test of Reception of Grammar*), teste amplamente utilizado no Reino Unido para medir a fluência dos indivíduos na gramática da língua inglesa. O teste foi aplicado em indivíduos com síndrome de Williams e dois outros grupos controle: pessoas com desenvolvimento típico e com dificuldade de aprendizagem. Os resultados indicam uma compreensão razoável da linguagem por parte de todos os grupos, na grande maioria dos blocos que compõem o teste. No entanto, ao observar os erros cometidos pelos indivíduos com síndrome de Williams, os autores destacaram o fato de que esses ocorriam em blocos em que havia componentes espaciais.

De forma a contemplar os indícios observados no primeiro teste, Phillips et al (2004) desenvolvem um novo teste com um objetivo mais específico: analisar o desempenho desses indivíduos em sentenças que envolvam componentes espaciais, o TRUST (*Test for Receptive Understanding of Spatial Terms*). O resultado do novo teste indicou desempenho semelhante entre os três grupos quando as sentenças envolviam componentes apenas linguísticos. Outro ponto interessante dos resultados é que somente o grupo com síndrome de Williams apresentou uma performance melhor quando não havia componente espacial e pior quando havia. Os outros dois grupos demonstraram o padrão contrário: um comportamento melhor quando havia componentes espaciais e pior quando não havia.

Os erros dos indivíduos com síndrome de Williams indicavam uma preferência pela escolha da figura que ilustrava o oposto do codificado linguisticamente, em termos de disposição espacial. Esses dados parecem revelar que o indivíduo com síndrome de Williams tem um entendimento correto sobre a definição do item lexical, mas não consegue organizar espacialmente os elementos envolvidos na situação comunicacional de acordo com seu significado.

Contudo, ainda que haja indícios de preservação linguística em estudos realizados por pesquisadores internacionais, ao realizar uma busca pelo tema no Brasil, poucos são aqueles que se preocupam especificamente com sua performance linguística. Encontra-se bibliografia na área da fonoaudiologia (MAYRINK, 2012) e quando especificamente na área da linguística (FREITAS, 2000), não é explorado seu desempenho em relação a elementos espaciais.

Por isso, o desenvolvimento da pesquisa baseou-se na adaptação do que já havia sido feito no Reino Unido por Phillips et. al. (2004) com a finalidade de comparar resultados que possam evidenciar o argumento de uma preservação linguística em síndrome de Williams. Para isso, as sentenças devem ser revisadas de modo a adaptar o teste para especificidades do português brasileiro.

3. A questão dos locativos no português brasileiro

Diante da possibilidade de que as habilidades linguísticas, *stricto sensu*, no paciente com síndrome de Williams estejam preservadas e sua dificuldade seja reflexo do déficit cognitivo espacial, que caracteriza a síndrome, um teste específico, como o elaborado por Phillips et al. (2004), em que se avaliem os aspectos linguísticos relacionados à localização espacial e outro teste de habilidades linguísticas amplo, que, no entanto, não apresente questões relacionados à localização espacial, seriam indispensáveis para que essa avaliação possa ser adequadamente empreendida. A previsão seria de que a dificuldade se concentraria no primeiro tipo de teste, mas que o segundo seria realizado de forma plena por esse indivíduo.

Para tanto, opta-se pelo uso, para a avaliação linguística ampla, do MABILIN (Módulos de avaliação de habilidades linguísticas), instrumento desenvolvido no LAPAL/PUC-RJ (Laboratório de Psicolinguística e Aquisição da Linguagem), com a finalidade de identificar crianças com queixas de linguagem e possíveis casos de DEL (Déficit Específico da Linguagem). O teste é composto por vários módulos, sendo o módulo sintático bastante adequado para a avaliação das habilidades linguísticas por apresentar diferentes tipos de sentenças, consideradas de alto custo computacional, sendo geralmente dominadas mais tardiamente, mesmo por crianças com desenvolvimento típico. As sentenças testadas incluem: ativas e passivas, interrogativas QU e QU+N, relativas ramificadas à direita e encaixadas ao centro, de sujeito e objeto, com verbos transitivos e intransitivos.

Já para a testagem de compreensão espacial, procedeu-se à adaptação do teste de Phillips et al. (2004), considerando-se possíveis especificidades do português brasileiro, uma vez que os aspectos espaciais dos sintagmas no inglês nem sempre são os mesmos presentes na língua falada no Brasil.

Cançado (2005) e Cançado & Correa (2006) apresentam noções relevantes em relação às preposições no português brasileiro. Além de seu papel essencial para a noção de locativo, as autoras salientam que estes devem ser classificados como locativos do evento ou locativos do predicador. O primeiro, segundo as autoras, codifica um lugar em que a ação ocorre, não sendo, portanto, um locativo selecionado como parte intrínseca de um verbo, por exemplo. Já o segundo, trata-se de um argumento acarretado pelo verbo, ou seja, faz parte do sentido lexical deste. Isso se mostra bastante relevante ao se analisarem sintaticamente os verbos de movimento, especialmente os verbos de trajetória. Os locativos também podem se apresentar em sentenças com verbos de ligação, quando então a preposição tem papel fundamental como predicador principal. Esses são os casos contemplados no teste elaborado por Phillips et al. (2004) e nosso foco de interesse também na adaptação do teste para o português brasileiro, pois, nesse caso, as preposições parecem exercer papel fundamental para a noção espacial dada nas sentenças.

(1) A bola está atrás do banco.

Desse modo, assim com realizado no teste original, contemplaram-se algumas distinções, sendo as frases agrupadas a partir das preposições com noção espacial com as quais eram compostas ou relações mais complexas de disposição no espaço: (i) relações de localização espacial: em cima de/embaixo de; entre/em; em frente a/atrás de; (ii) relações de comparação segundo a disposição no espaço: mais curto/menor/mais longo/maior/mais alto/mais baixo. O objetivo foi avaliar aspectos especificamente espaciais e observar se há dificuldade maior ou menor em diferentes noções espaciais.

Como primeira preocupação metodológica, aplicaram-se os testes a um grupo controle, composto por crianças de 6 a 8 anos com desenvolvimento típico e sem queixas de linguagem ou comprometimentos detectados, alunos de uma escola pública do Rio de Janeiro. As crianças que obtiveram resultados satisfatórios no MABILIN, ou seja, não apresentaram dificuldade, foram testadas no teste espacial. Seu rendimento foi, assim como o esperado, também satisfatório. Esses resultados parecem validar o teste que passa então a começar a ser aplicado aos indivíduos com síndrome de Williams.

4. Conclusões

A partir das teorias e dados apresentados no trabalho é possível perceber que a Síndrome de Williams apresenta um perfil cognitivo específico e peculiaridades que podem se manifestar na linguagem desses indivíduos, para os quais, acredita-se, a teoria gerativa, ou mais precisamente, o programa minimalista, desenvolvido no seio dessa corrente teórica (CHOMSKY, 1995 e posteriores), é capaz de fornecer explicação. Essa corrente assume a noção modular de mente, iniciada por Fodor (1983), segundo a qual, para a questão do desenvolvimento linguístico, haveria um módulo especificamente linguístico responsável pelo processamento da linguagem, o qual poderia se mostrar preservado, mesmo diante de comprometimentos cognitivos amplos. Esse parece ser o quadro apresentado na síndrome de Williams. Apesar de alguns problemas detectados no comportamento linguístico desses pacientes, o fato de as dificuldades concentrarem-se em questões vinculadas ao domínio espacial, enseja a possibilidade de se hipotetizar que as dificuldades cognitivas de natureza viso-espacial seriam o problema por trás desse comportamento e não dificuldades linguísticas *stricto sensu*.

Dessa forma, o perfil apresentado parece sugerir que o módulo da linguagem, no caso da síndrome de Williams, estaria preservado, havendo problemas somente no módulo da cognição. A relação entre esses módulos resultaria no desempenho deficiente do indivíduo em sentenças que envolvam elementos espaciais. Os componentes espaciais, como preposições ou verbos de movimento, possuem traços formais que são adequadamente tratados pelo sistema computacional da língua e traços fonológicos e semânticos legíveis para as interfaces com os sistemas de performance, a percepção/articulação e a interpretação semântica. A dificuldade apresentada nas sentenças que apresentam elementos espaciais estaria, então, na estruturação desses elementos em uma arquitetura espacial.

Esse tipo de investigação, no entanto, dada a carência de materiais que investiguem a síndrome de Williams em português, precisa ser fomentada pela adaptação de material já existente em outras línguas. Por isso, o presente trabalho visa além de estabelecer relações entre as teorias advindas do gerativismo e a preservação linguística em síndrome de Williams, a proposta de elaboração de testes na área com base naqueles que já existem em outras línguas. Os primeiros passos empreendidos nessa direção foram aqui relatados, o que deve possibilitar testar o desempenho do indivíduo com síndrome de Williams em condições controladas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTO, Marina. Aquisição da linguagem na perspectiva minimalista: especificidade e dissociações entre domínios. In: VASCONCELLOS, Zinda de; AUGUSTO, Marina R. A.; SHEPHERD, Tania Granja. *Linguagem: Teoria, análise e aplicações*. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2006.

BELLUGI, U., Wang, P. P.; JERMIGAN, T. L. Williams syndrome: an unusual neuropsychological profile. In: BROMAN, S.; GRAFMAN, J. (eds.). *Atypical Cognitive Deficits in Developmental Disorders Implications for Brain Function*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1994, p. 23-56.

BELLUGI, U. *The Neurocognitive Profile of Williams Syndrome: A Complex Pattern of Strengths and Weaknesses*, 2000.

CANÇADO, Márcia; CORRÊA, Rosimeire. Verbos de trajetória do PB: uma descrição sintático-semântica. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, vol. 14, n. 2, p. 371-404, jul./dez. 2006.

CORRÊA, Leticia Maria Sicuro. *MABILIN* (Módulos de Avaliação Lingüística). Projeto Cientistas do Nosso Estado. FAPERJ. 2000.

FREITAS, Maria Cláudia de. *Uma avaliação das habilidades lingüísticas de portadores da síndrome de Williams*, PUC-Rio, 2000.

LANDAU, Barbara; HOFFMAN, J. E. Parallels between spatial cognition and spatial language: Evidence from Williams syndrome. *Journal of Memory and Language*, vol. 53, n. 2, p. 163-185, 2005.

LANDAU, Barbara; ZUKOWSKI, Andrea. *Objects, motions, and paths: spatial language in Children with Williams Syndrome*, 2003.

PHILLIPS, Caroline E. et al. Comprehension of spatial language terms in Williams syndrome: Evidence for an interaction between domains of strength and weakness. *Cortex*, vol. 40, n. 1, p. 85-101, 2004.

RAPOSO, E. P. Da teoria de princípios e parâmetros ao programa minimalista: algumas ideias-chave. In: CHOMSKY, N. *O programa minimalista*. Trad.: E. Raposo. Lisboa: Caminho, 1999, 15-35.

**SUJEITO INDETERMINADO E VPS:
CLASSIFICADOS E PLACAS DE RUA**

Jessielle Campos Miranda Jacó (UFES)
jessielle_campos@hotmail.com
Carmelita Minelio da Silva Amorim (UFES)
carmel_msa@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa desenvolvida para o projeto de iniciação científica na Universidade Federal do Espírito Santo. Temos por objetivo analisar a ocorrência de sujeito indeterminado na forma VTI (3PS) + partícula *se*, contrapondo-a à estrutura de voz passiva sintética (VPS) em anúncios classificados e placas de rua da Grande Vitória. Acreditamos que os usuários da língua interpretam ambas as estruturas como casos em que os elementos pospostos são objetos, devido à semelhança entre as duas estruturas. Nesse sentido, o elemento tradicionalmente considerado como sujeito, na voz passiva sintética, é reanalisado pelo falante como objeto direto. Tomamos como referencial teórico a linguística centrada no uso que estuda a língua sob a abordagem funcionalista e cognitivista. Como *corpora* temos anúncios classificados impressos do jornal *A Tribuna* e anúncios em placas de rua da Grande Vitória. A análise será realizada em termos qualitativos com o intuito de obter um resultado mais preciso sobre o fenômeno investigado.

Palavras-chave: Sujeito indeterminado. Perspectiva centrada no uso.
Passiva sintética. Classificados. Placas de rua.

1. Introdução

Dentre os tipos de sujeitos elencados pela tradição gramatical, o sujeito indeterminado e o sujeito paciente da passiva sintética despertam a atenção pelas semelhanças formais que apresentam. Tanto um quanto o outro apresentam verbos acompanhados do elemento *se*, que respectivamente, denominam-se índice de indeterminação do sujeito e partícula apassivadora.

Partindo dessas semelhanças estruturais, estabelecemos como objetivo geral analisar ocorrências de sujeito indeterminado na forma VI (3 PS) + *se* (índice de indeterminação), contrapondo-as à estrutura de passiva sintética. A análise levará em conta as ocorrências dessas estruturas no gênero anúncio publicitário (classificados e placas de rua da Grande Vitória).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Os objetivos específicos são os seguintes: (1) identificar as ocorrências de sujeito indeterminado na forma VTI + *se* e de estruturas de voz passiva sintética, em anúncios (classificados e em placas de rua da Grande Vitória); (2) elencar as diferenças estruturais desses dois tipos de construções; (3) contrapor ocorrências de sujeito indeterminado na forma verbo transitivo indireto + partícula *se* com estrutura de passiva sintética nesse gênero.

À luz dos pressupostos teórico-metodológicos do funcionalismo, buscamos identificar como e quando ocorrem as construções de sujeito indeterminado e de voz passiva sintética, os quais serão analisados a partir da observação do uso efetivo da língua.

Gêneros textuais definem-se como diversos de textos encontrados na vida diária, apresentando padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, cognitivas. (MARCUSCHI, 2003)

Para Marcuschi (2003), gênero textual refere-se a textos materializados em situações comunicativas recorrentes, são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas.

Entre os diversos e variados gêneros existentes na sociedade, o anúncio publicitário é um dos mais comuns e destaca-se por apresentar-se sob variadas formas e alcançar uma significativa quantidade de pessoas. Dentre essas formas, este trabalho tem como foco os anúncios classificados, veiculados em jornal impresso e *online*, e os anúncios veiculados em placas de rua.

Costa (2009, p. 70) define classificado como um anúncio de pequeno formato, sem ilustração, com mensagem de compra, venda ou aluguel, oferta ou procura de empregos ou serviços profissionais entre outros. Esse tipo de anúncio apresenta linguagem curta e objetiva, estilo telegráfico e abreviado e fonte pequena, pois o espaço é pago de acordo com a quantidade de linhas e é veiculado, em geral, em jornais e revistas.

As placas de rua, por sua vez, são consideradas um suporte, em formato de tabuleta, feitas de qualquer material que pode trazer uma inscrição. (COSTA, 2009, p. 167)

A abordagem centrada no uso da linguagem baseia-se na concepção de língua como instrumento de comunicação, e as ocorrências linguísticas devem ser estudadas, compreendidas e descritas por meio de

uma análise global, considerando não só os elementos estruturais básicos da frase, mas também fatores relacionados à situação comunicativa, tais como, o contexto pragmático, previsibilidade e frequência de uso.

Furtado da Cunha et al. (1999, p. 23) destaca que “a sintaxe não é autônoma, mas subordinada a mecanismos semânticos que nossa mente processa durante a produção linguística em determinados contextos de uso”. Desse modo, a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua, ou seja, a estrutura é motivada pela situação comunicativa, sendo uma variável dependente, pois os usos da língua, ao longo do tempo, é que dão forma ao sistema.

2. O sujeito indeterminado nas gramáticas tradicionais

Para as gramáticas tradicionais, a língua portuguesa dispõe de três maneiras diferentes para indeterminar o sujeito:

- a) Com verbo na 3ª pessoa do plural: o verbo é colocado na terceira pessoa do plural, sem que se refira a nenhum termo identificado anteriormente (nem em outra oração). Exemplos:

Procuraram você por todos os lugares.

Estão pedindo seu documento na entrada da festa.

- b) Com verbo ativo na 3ª pessoa do singular, seguido do pronome *se*: o verbo vem acompanhado do pronome *se*, que atua como índice de indeterminação do sujeito. Essa construção ocorre com verbos que não apresentam complemento direto (verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação). O verbo obrigatoriamente fica na terceira pessoa do singular. Exemplos:

Vive-se melhor no campo. (Verbo Intransitivo)

Precisa-se de técnicos em informática. (Verbo Transitivo Indireto)

No casamento, sempre se fica nervoso. (Verbo de Ligação)

- c) Com o verbo no infinitivo impessoal. Exemplos:

Era penoso estudar todo aquele.

É triste assistir a estas cenas tão trágicas.

Segundo Rocha Lima (1998), a língua vale-se de dois expedientes para indeterminar o sujeito: o primeiro é o emprego do verbo na terceira pessoa do plural sem referência anterior ao pronome *eles* ou *elas*, e a substantivos no plural; o segundo é o uso do verbo na terceira pessoa do singular acompanhado da partícula *se*, desde que o verbo seja intransitivo, ou traga complemento preposicionado.

Para Said Ali (1957, p. 104), nas frases “nesta terra grita-se e trabalha-se”; “faz-se de tudo e em tudo se desfaz”; “vive-se enfim, miseravelmente e na miséria se morre”, “tão perfeito é o paralelismo das formas verbais tendo o reflexivo *se*, como é o paralelismo da noção de atividade expressa por essas mesmas formas”. Desse modo, segundo o autor, empregar análises diferentes, conforme a transitividade do verbo, é utilizar dois pesos e duas medidas.

Para Bechara (2001), sujeito indeterminado é o que não se nomeia ou por não se querer ou por não se saber fazê-lo. A língua portuguesa moderna indetermina o sujeito de duas maneiras diferentes: colocando o verbo da oração na terceira pessoa do plural, sem referência à pessoa determinada; empregando o pronome *se* junto a um verbo de modo que a oração passe a equivaler à outra que tem por sujeito alguém, a gente ou expressão sinônima.

A partir desses conceitos tradicionais, que, de algum modo, convergem entre si, é possível perceber que a conceituação de sujeito indeterminado se restringe a sua configuração formal e sua função puramente sintática, sem considerar qualquer outro aspecto, seja ele semântico ou pragmático-discursivo.

3. *A voz passiva sintética*

A estrutura de passiva sintética é definida pela ocorrência do clítico *se* unido a verbos transitivos diretos aos quais aparece posposto um sintagma nominal com valor semântico de paciente da ação verbal, que seria, em outra estrutura, considerado o objeto direto desses verbos. Entretanto, a visão tradicional, nesses casos postula, em face da carência de um termo com valor de sujeito/agente, a existência de uma variedade de voz passiva com o sintagma nominal paciente que preenche a função de sujeito.

Kury (2003, p. 35) define a estrutura de passiva do seguinte modo:

Voz passiva pronominal (ou sintética).

50. Quando, numa oração na voz ativa com verbo transitivo direto, o agente (sujeito) é indeterminado, e o paciente (objeto direto) é um ser inanimado, incapaz de praticar a ação expressa pelo verbo, nossa língua admite, além da voz passiva composta, com auxiliar, outra construção, sintética, em que à forma do verbo na voz ativa se acrescenta, para indicar passividade, o pronome *se*.

Compare-se:

1. Voz ativa: “*Construíram* muitos edifícios” (sujeito indeterminado; verbo *construir*, transitivo direto, na voz ativa; objeto direto, paciente: *muitos edifícios*.)

[...]

3. Voz passiva com pronome *se*: “*Construíram-se* muitos edifícios” (sujeito paciente: *muitos edifícios*; verbo *construir* na voz passiva pronominal: *construíram-se*; não se declara o agente.)

Ignácio (2003, p. 40), discorrendo sobre a concordância verbal na voz passiva pronominal destaca os seguintes exemplos:

Vendem-se apartamentos populares.

Consertam-se roupas usadas.

Ensinam-se técnicas culinárias.

Dão-se aulas de português.

Para o autor, a língua portuguesa possui um recurso bastante “econômico”, o que pode ser notado quando o usuário da língua omite o agente da passiva na voz passiva sintética. Nesse caso, como o sujeito paciente vem sempre colocado depois do verbo, há uma tendência em deixar o verbo no singular, pela seguinte razão: o falante não sente essa estrutura como sendo de voz passiva, mas sim como uma voz ativa em que o sujeito lógico (agente) está apagado e o termo posposto ao verbo trata-se de um objeto direto (paciente), e, nesse caso, a concordância com esse termo se afigura estranha.

Desse modo, o falante, em vez de interpretar a oração como “Apartamentos populares são vendidos [por alguém]”, interpreta como “[Alguém] vende apartamentos populares” e essa interpretação ocorre com todos os exemplos. A partícula “se” é sentida como um expediente para “ocultar” ou para “indeterminar o sujeito”, e, nesse caso, de fato, o verbo deveria ficar no singular.

Ignácio (2003, p. 40), ainda destaca que essas estruturas concorrem com aquelas em que, de fato, o pronome “se” serve para indeterminar o sujeito, como em: *Precisa-se* de operários. Para o autor, deveria haver liberdade de concordância em casos como: *Procuram-se* (ou *procura-se*) apartamentos para alugar. Posição com a qual concordamos, uma vez que os dados encontrados no uso efetivo da língua comprovam essa interpretação.

4. *Linguística centrada no uso*

A linguística centrada no uso trata-se da junção das abordagens funcionalista e cognitivista. Entrelaçam-se desse modo, a visão de que gramática e discurso devem ser tratados conjuntamente, uma vez que eles interagem e se influenciam mutuamente, e a visão de que o comportamento linguístico reflete capacidades cognitivas que se referem a princípios, sobretudo, ligados à experiência humana no contexto de suas atividades individuais. (FURTADO DA CUNHA; BISPO & SILVA, 2013, p. 14)

Nessa perspectiva, semântica e pragmática são incorporadas às análises linguísticas, havendo uma estreita relação entre a estrutura linguística e o seu uso em situações reais de comunicação, o que significa que a gramática é influenciada pelo uso que os falantes fazem dela. Nesse contexto, a categorização conceptual e a categorização linguística são análogas, ou seja, os conhecimentos de mundo e linguístico seguem os mesmos padrões.

Um dos princípios da linguística centrada no uso e que pode explicar a diferente interpretação para a estrutura de voz passiva sintética é a metonímia. Componente básico de nosso aparato cognitivo, esse processo constitui-se de um mapeamento a partir do qual uma entidade conceitual fornece acesso à outra entidade conceitual dentro desse mesmo domínio. (HOPPER & TRAUGOTT, 2003)

A importância da metonímia é constatada no que se refere ao processo de reanálise, que decorre da contiguidade e associação conceituais entre os componentes linguísticos no uso da língua. Junto com a analogia, a reanálise fornece base para se configurarem novos padrões gramaticais.

Nesse sentido, poderíamos dizer que os usuários da língua, ao escrevem seus anúncios em placas, indicando as atividades por eles reali-

zadas em determinado ambiente, interpretam o elemento posposto ao verbo como sendo objeto, devido à contiguidade desse elemento em relação ao verbo que o antecede e pelo fato de, em geral, estruturas com verbos transitivos diretos exigirem a presença de um objeto. Além disso, os falantes entenderem que eles próprios são os sujeitos das atividades por eles executadas.

5. Metodologia e análise dos dados

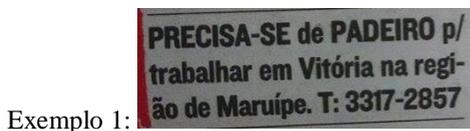
Para a realização desta pesquisa a metodologia utilizada consistiu-se da coleta de dados a partir do levantamento no jornal *A Tribuna* e nas placas de rua da Grande Vitória. Além da coleta, foi realizada uma pequena entrevista que objetivou verificar empiricamente o porquê do uso da estrutura voz passiva sintética sem a concordância.

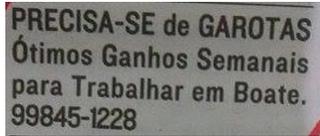
Ao longo da pesquisa foram identificadas 35 ocorrências de sujeito indeterminado na forma VTI + se, e 33 ocorrências de estruturas de voz passiva sintética. Das ocorrências com sujeito indeterminado, 20 (57%) correspondem aos anúncios classificados e 15 (43%) correspondem às placas de rua. Já as ocorrências com estruturas de voz passiva sintética, das 33 ocorrências, 5 (15%) correspondem aos anúncios classificados e 28 (85%) correspondem às placas de rua.

Estrutura	Classificados (35)	Placas de rua (33)
VI (3 PS) + se	20 (57%)	15 (43%)
VPS	5 (15%)	28 (85%)

Quadro 1 – Ocorrências de SI (sujeito indeterminado) e VPS (voz passiva sintética)

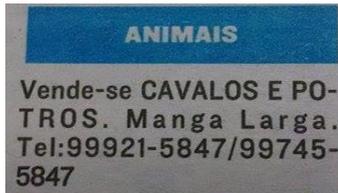
Nas ocorrências com o sujeito indeterminado, as cláusulas são formadas, seguindo a estrutura VI (3 PS) + se, acompanhada de objeto que aparece no singular ou plural. As ocorrências com a estrutura de voz passiva sintética, por outro lado, apresentam-se sem a concordância “esperada”, tanto nos classificados quanto nas placas de rua. A seguir, apresentamos alguns exemplos.





Exemplo 2:

Os exemplos 1 e 2 refletem o uso que os falantes fazem do sujeito indeterminado, no sentido de que “algo/alguém precisa de algo/alguém”. No entanto, esse sujeito é indeterminado apenas sintaticamente, uma vez que no contexto do anúncio é possível identificar o sujeito que precisa a partir do número de telefone que aparece no anúncio.



Exemplo 3:



Exemplo 4:

Os exemplos 3 e 4 são apenas duas amostras do uso recorrente da estrutura de voz passiva sintética, que não apresenta a concordância entre o verbo e o “suposto” sujeito.

Para o usuário da língua, essas ocorrências não se tratam de estrutura com sujeito posposto, mas de verbo acompanhado de seu complemento objeto, isto é, trata-se de uma estrutura simples formada por verbo singular + se + sintagma nominal (objeto), representando a voz ativa e não uma estrutura de passiva. E essa disposição estrutural atende aos propósitos comunicativos do usuário.

A partir de uma entrevista feita aos usuários dessas estruturas, verificamos que elas não são compreendidas como voz passiva, uma vez que o sujeito é identificado como o próprio indivíduo, ou seja, o agente responsável pela ação de vender, alugar etc., é aquele que desenvolve a atividade declarada no anúncio.

6. Conclusão

O estudo realizado, comparando as estruturas de sujeito indeterminado (VI (3PS) + se + objeto) e a de voz passiva sintética (VTD + se + sujeito), demonstrou que o usuário da língua tende a interpretar essas estruturas como sendo semelhantes, uma vez que reanalisa a estrutura de passiva como uma estrutura de ativa, em que, em ambas a partícula “se” trata-se apenas de um expediente para indeterminar o sujeito, que, no contexto de uso, pode ser recuperado.

Desse modo, a construção de voz passiva sintética assemelha-se à construção com sujeito indeterminado uma vez que carrega o conhecimento de que alguém conserta, poda, aluga, compra, reforma, “alguma coisa” (objeto).

A partir desse estudo, é possível se repensar o ensino dessas estruturas, apontando as semelhanças e diferenças entre elas, na tentativa de instrumentalizar o aluno para o uso efetivo de sua língua, ao entender que as formas linguísticas podem sofrer alterações, influenciadas pelo modo como o falante as usa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CONCEIÇÃO, Paula Vital da. *A construção VPS na propaganda de rua de Niterói – função e representação*. 2006. Trabalho de conclusão de disciplina (Mestrado em Letras). – UFF, Niterói.

COSTA, S. R. *Dicionário de gêneros textuais*. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; VOTRE, S. J. A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe. *Delta*, São Paulo: PUC/SP, v. 15, n. 1, p. 85-111, 1999.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2013, p. 13-39.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. *Análise sintática em três dimensões*. Franca (SP): Ribeirão Gráfica, 2002.

KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2003.

LIMA, C. H. da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 36. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *A questão do suporte dos gêneros textuais*. 2003. (Digitado).

SAID ALI, M. *Dificuldades da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.